

MEDIEVALISTA

JANEIRO – JUNHO 2023 – N.º 33

ISSN 1646-740X

IEM
INSTITUTO DE ESTUDOS MEDIEVAIS
NOVA FCSH | FCT

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Editores Convidados | Guest Editors
Anne Baud - Université Lyon 2
Damien Carraz, Université de Toulouse 2 – Jean-Jaurès
Jean-Michel Poisson - École des Hautes Etudes en Sciences Sociales

Director | Chief Editor
Luís Filipe Oliveira – UAlg e IEM / NOVA FCSH

Subdirector | Co-Editor in Chief
João Luís Inglês Fontes – IEM / NOVA FCSH e CEHR-UCP

Redacção | Associate Editors
Adelaide Millán da Costa – UAb e IEM / NOVA FCSH
Adelaide Miranda – IEM / NOVA FCSH
Bernardo de Vasconcelos e Sousa – IEM / NOVA FCSH
Isabel Cristina Fernandes – IEM / NOVA FCSH e GEsOS / C. M. Palmela
Isabel Barros Dias – UAb, IELT | IEM / NOVA FCSH
Maria Coutinho –CITAR-EA / UCP Porto
Pedro Chambel – IEM / NOVA FCSH

Consultora técnica / Technical advisor
Paula Ochôa – CHAM / NOVA FCSH

Assistente Editorial | Editorial Assistant
Ana Celeste Glória – IEM / NOVA FCSH

Publicação | Publisher
IEM / NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Concepção gráfica e paginação / Graphic design and layout
Ana Celeste Glória – IEM / NOVA FCSH

A propriedade intelectual dos conteúdos pertence aos respectivos autores e os direitos de edição e publicação à *Medievalista*. Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade científica e ética dos seus autores, bem como os critérios ortográficos adoptados.
Avaliação por *double blind peer review*.
The intellectual property of the journal's contents belongs to the authors and the editing and publishing rights belongs to the *Medievalista*. The contents of the articles are those of the scientific and ethical responsibility of their authors, as well as the spelling criteria adopted.
Evaluation by double blind peer review.

Esta revista é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico do Instituto de Estudos Medievais, Financiamentos Base, com a referência UIDB/00749/2020 e Programático, com a referência UIDP/00749/2020.
This journal is funded by national funds through the FCT –Foundation for Science and Technology, I.P., under the scope of Strategic Project of IEM, Fundings Base, with reference UIDB/00749/2020 and Programmatic with reference UIDP/00749/2020.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

ÍNDICE

Contents

Editorial | *Editorial*

A Cor da História
The Colour of History
Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes 7

DESTAQUE | *HIGHLIGHT*

***In Memoriam*: Ana Cristina Lemos (1964-2022)**
In Memoriam: Ana Cristina Lemos (1964-2022)
Maria Adelaide Miranda, Maria João Melo, Claudia Rabel, Michel Pastoureau, Luís Correia de Sousa, Alicia Miguélez 15

THEMATIC NUMBER | *NÚMERO TEMÁTICO*
"Belvoir et l'architecture fortifiée de l'Hôpital"
"Belvoir e a arquitectura fortificada da Ordem do Hospital"

Introduction
Introdução
Anne Baud, Jean-Michel Poisson 29

Belvoir through textual sources. Functions of a Frankish castle in the Holy Land
Belvoir através de fontes textuais. Funções de um castelo franco na Terra Santa
Harvé Barbé 37

The occupation of Belvoir by the Hospitallers: chronology and written sources
A ocupação de Belvoir pelos Hospitalários: cronologia e fontes escritas
Damien Carraz 59

Excavation reveals a pre-Castle settlement
Escavação revela ocupação anterior ao Castelo
Jean-Michel Poisson, Simon Dorso 81

Belvoir, study of the interior castle: construction site and spatial organization
Belvoir, estudo castelo interior: o edificado e a organização espacial
Anne Baud, Olivier Guyotat 97

Metal staples in the construction of the central building of the Belvoir fortress (Kokhav Ha Yarden, Israel)
Grampos metálicos na construção do edifício central da fortaleza de Belvoir (Kokhav Ha Yarden, Israel)
Laurent D'Agostino 113

The lapidary elements of the castle of Belvoir. Anastylosis of the chapel
Os elementos pétreos do Castelo de Belvoir. A anastilose da capela
Anne Flammin, Paul François, Florian Renucci 133

Hospitaller Castles and Fortifications in the Kingdom of Jerusalem, 1136-1291
Castelos e fortificações do Hospital no Reino de Jerusalém, 1136-1291
Denys Pringle 153

Fortified architecture of the Hospitallers of Saint John of Jerusalem in southwest France, from the 12th to the 15th century. Current status of knowledge
Arquitetura fortificada dos Hospitalários de São João de Jerusalém no sudoeste da França, do século XII ao XV. Estado actual do conhecimento
Yoan Mattalia 199

Two thirteenth century Hospitaller castles in Provence: Manosque and Puimoisson according to written sources
Dois castelos hospitalários do século XIII, na Provença: Manosque e Puimoisson, segundo as fontes escritas
Damien Carraz 229

RECENSÕES | ***BOOK REVIEWS***

MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Las Claves del Lenguage Simbólico*. Albacete: Uno Editorial, 2022, 362 pp.) & MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Signos, Iconos y tropos en la cultura*. Albacete: Uno Editorial, 2022 (616 pp.)
Pedro Chambel 267

GRAS, Samuel; LEGARÉ, Anne-Marie (dir.) – *Lumières du Nord. Les manuscrits enluminés français et flamands de la Bibliothèque nationale d'Espagne*. Lille: Presses universitaires du Septentrion, 2021 (368 pp.)
Delmira Espada Custódio 273

JASPERSE, Jitske – *Medieval Women, Material Culture, and Power. Matilda Plantagenet and her Sisters*. Leeds: ARC Humanities Press, 2020 (134 pp).
Cynthia Maciel Regalado 283

PÉREZ GARCÍA, Manuel – *Blood, land and power: the rise and fall of the Spanish nobility and lineages in the early modern period*. Cardiff, University of Wales Press, 2021 (352 pp.)
Miguel Aguiar 289

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO | *RESEARCH NOTES*

Tra fonti storiche e metodi informatici: il paesaggio monastico della città di Benevento (sec. VII-XIII)
Between historical sources and computer methods: the monastic landscape of the city of Benevento (7th-13th centuries)
Miriam Palomba 303

As várias faces das monjas cistercienses em Portugal (1211-1385)
The multiple faces of Cistercian nuns in Portugal (1211-1385)
Luís Miguel Rêpas 349

Portugal1300: fome, clima e abastecimento em Portugal no final da Idade Média
Portugal1300: famine, climate and provisioning in Portugal at the end of the Middle Ages
Marcelo Cândido da Silva, Victor Borges Sobreira, Luís Otávio Pagano Tasso, Felipe Mendes Erra, José Francisco Sanches Fonseca, Marina Duarte Sanchez, Rudyard Rezende Vera 351

Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521): fontes, resultados e desafios
Algarve port towns in Late Middle Ages (1249-1521): sources, results and challenges
Gonçalo Melo e Silva 373

VARIA | ***VARIA***

Limiares Homem/Animal na Literatura e na Cultura da Idade Média. XIII Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval
Liminalities Human/Animal in Medieval Literature and Culture 13th Conference of the Portuguese Section of the Hispanic Society of Medieval Literature
Cristina Álvares, Sérgio Guimarães de Sousa 389

Ciclo de Conferências "Viver, ler e rezar no Mosteiro de Lorvão (séculos XIII a XVI)"
Cycle of Conferences "Living, reading and praying in the Monastery of Lorvão (13th to 16th centuries)
Catarina Fernandes Barreira 397

Cinema e História. Em memória do medievalista Luís Krus
Cinema and History. In memory of medievalist Luís Krus
Alicia Miguélez 407

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Editorial – *A Cor da História*

Editorial – *The Colour of History*

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6217

Faz-se memória nesta *Medievalista* da Ana Cristina Lemos, outra jovem investigadora do Instituto de Estudos Medievais precocemente desaparecida. Especialista no estudo das iluminuras e pioneira nas pesquisas sobre a cor, a ela se ficou a dever a análise do *Livro de Horas de D. Duarte*, e, sobretudo, a descoberta e a valorização da colecção de *Livros de Horas* do Palácio de Mafra. Tal como recordam os textos adiante publicados, que lhe prestam uma última e comovida homenagem, a Ana Lemos era mais que uma investigadora competente. Não só era uma professora atenta à formação integral dos seus alunos, como uma cidadã empenhada, com uma vida de militância pelas causas cívicas, artísticas e culturais. De uma forma que lhe era própria, fazia assim justiça à velha lição de Marc Bloch, que aconselhava os aprendizes de historiador a viverem a vida do seu tempo para poderem compreender e decifrar os restos que ficaram das vidas do passado. Tanto por fazer história, como por fazer que esta acontecesse todos os dias, era quase inevitável que a Ana Lemos deixasse uma impressão viva nas vidas e nas memórias dos seus colegas, amigos e professores. Como fazem as cores de que ela tanto gostava.

Esta *Medievalista* integra novamente um número monográfico. Dedicado desta vez ao castelo de *Belvoir* e à arquitectura militar da Ordem do Hospital na Terra Santa e no Ocidente Medieval. Sem retomar a apresentação feita por Anne Baud e por Jean-Michel Poisson, os editores convidados deste número, em conjunto com Damien

Carraz, há que sublinhar o interesse dos textos aqui reunidos. Por trazerem, desde logo, um olhar multifacetado, mas complementar, sobre este castelo concêntrico, com dupla muralha, do Vale do Jordão, um dos mais importantes que o Hospital possuía na Terra Santa, a par do *Crac des Chevaliers* e de *Margat*. Um dos mais conhecidos e dos mais prestigiados, também, mesmo no Ocidente e em Portugal. Como atesta a replicação do seu nome e da sua estrutura pela fortificação que o Hospital ergueu nas terras de *Guindintesta*, na margem do Tejo, embora com significativas diferenças de escala e de relevância.

A multiplicação de diferentes perspectivas, com recurso à documentação, aos dados da arqueologia, à análise da arquitectura e das obras de arte, trouxe algumas novidades sobre esta estrutura. Uma sondagem arqueológica, feita no pátio do castelo (Jean-Michel Poisson, Simon Dorso), permitiu identificar uma estrutura anterior, já evocativa da presença latina e que talvez corresponda ao casal documentado desde 1165, se bem que este deva ser mais antigo. O estudo sistemático dos materiais pétreos da capela (Anne Flammin, Paul François, Florian Renucci), outrora situada sobre a porta do castelo e hoje desaparecida, permitiu avançar com uma proposta de reconstituição em 3D daquele edifício, enquanto se sugeria a existência de obras de arte noutras partes do castelo. Por outro lado, a análise da arquitectura identificou semelhanças com outras fortificações, caso do *Crac* e de *Margat* (Anne Baud, Olivier Guyotat), ao mesmo tempo que revelou o papel estrutural dos grampos de ferro no reforço e na consolidação da estrutura (Laurent D'Agostino). A leitura dos diplomas conhecidos (Harvé Barbé, Damien Carraz) permitiu recuperar, por fim, o valor estratégico do sítio e o tamanho da guarnição respectiva, assinalando igualmente o papel do castelo na organização do povoamento e na exploração do território, factos bem revelados pelos fornos e pelos moldes de açúcar que aí foram descobertos. O estudo monográfico de termina com três outros trabalhos, destinados a estabelecer grelhas de comparação com as estruturas fortificadas do Hospital na Terra Santa entre 1136 e 1291 (Denys Pringle) e no Sudeste da França, estas últimas com outras funções e numa cronologia muito posterior (Yoan Mattalia, Damien Carraz).

As secções fixas da revista revelam a mesma abertura às tendências e aos problemas mais vastos da historiografia medieval. Nas recensões, Pedro Chambel dá a conhecer dois livros recentes de Xosé Mariño Ferro, antropólogo e historiador das mentalidades, que já colaborou com a revista num passado recente. Ambos os livros tratam do papel dos signos na cultura ocidental, vistos não como categorias universais, mas como produtos de contextos concretos, com capacidade para assegurar a comunicação cultural e de tornar visível o invisível. A circulação de manuscritos Iluminados no Ocidente, e, em particular, a presença de manuscritos de origem francesa e flamenga em colecções espanholas, é o tema do livro dirigido por Samuel Gras e por Anne-Marie Legaré e recenseado por Delmira Espada Custódio. Doravante disponíveis em plataformas digitais, estes manuscritos são bons testemunhos das relações entre os vários reinos europeus, ou mesmo destes com o Oriente Latino. O papel dos livros e de outros objectos, como as jóias, os selos e o vestuário, na construção do estatuto e da autoridade das mulheres, ou das alianças por elas estabelecidas, constituem o tema do livro de Jitske Jaspese recenseado por Cynthia Maciel Regalado. Escrito por uma especialista em sigilografia medieval, o livro cruza os dados da cultura material com a história do género e do poder, esclarecendo o percurso de Matilda Plantageneta e das suas irmãs, filhas de Henrique II e de Leonor da Aquitânia. Encerra a secção uma recensão de Miguel Aguiar ao livro de Manuel Pérez García sobre a trajectória de duas famílias da nobreza de Múrcia, a partir das quais se procurou esclarecer as estruturas sociais espanholas até ao Liberalismo, ainda que sem distinguir de forma clara os fenómenos de queda e de ascensão dos mecanismos mais vastos de reprodução social.

Ainda que com uma geografia menos diversa, as notas de investigação abrem com um texto de Miriam Palomba sobre a paisagem monástica na cidade de Benevento, que pertence à região da Campânia, no Sul da Itália. Cruzando as fontes históricas com os métodos informáticos, e, em particular com os sistemas de geo-referenciação, a cidade revela-se como um importante pólo da vida monástica entre os séculos VII e XIII, num contraste muito claro com a natureza rural do monaquismo ibérico anterior ao século XII. Seguem-se três outros trabalhos, todos sobre história portuguesa. No primeiro deles, Luís Miguel Rêpas recupera os dados da sua

dissertação de doutoramento para caracterizar as diversas faces das monjas de Cister em Portugal, durante os séculos XIII e XIV. Desde as comunidades *aristocráticas* de Arouca e de Lorvão, fundadas por infantas e que acompanhavam os alinhamentos políticos no reino, ao menos durante as épocas de tensão e de conflito, às monjas *pobres* de Cós, cujo sustento era assegurado pelo mosteiro de Alcobaça, sem esquecer a comunidade de Odivelas, com estatutos próprios e uma clausura mais estrita e que recrutava boa parte das professas entre as gentes das cidades. Destina-se o segundo a apresentar um projecto colectivo, dirigido por Marcelo Cândido da Silva e alojado na Universidade de S. Paulo, que pretende recensear e catalogar as menções ao clima, a fomes e a problemas de abastecimentos em fontes medievais portuguesas. A iniciativa enquadra-se no interesse actual pela história do ambiente e das alterações climáticas, procurando esclarecer o processo de transição para a sociedade moderna, e dará lugar à construção de uma base de dados de acesso livre e com todas as menções geo-referenciadas. Termina a secção um texto de Gonçalo Melo da Silva, com dados da investigação realizada sobre as vilas e as cidades portuárias do Algarve entre 1249 e 1521. Com recurso à noção de rede urbana portuária e à distinção entre cidade com porto e cidade portuária, as análises demonstraram a importância dos portos e dos tratos respectivos na ordenação das paisagens urbanas, confirmando a existência de uma rede hierarquizada e de parcerias regionais capazes de assegurar o funcionamento dessa rede.

A última seccção, a *Varia*, inclui três textos de apresentação e de reflexão sobre encontros científicos recentes. O primeiro respeita a um Colóquio organizado pela Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval, dedicado à análise das relações entre o Homem e o Animal, que procurou explorar os pontos de encontro e de aproximação entre eles, para subverter a lógica antropocêntrica dominante. Os restantes correspondem a iniciativas ainda em curso, organizadas pelo Instituto de Estudos Medievais: o ciclo de conferências *online* sobre os códices litúrgicos do mosteiro de Lorvão, abarcando as múltiplas intersecções entre estes manuscritos, a vida litúrgica e devocional da comunidade, os seus textos normativos e a própria experiência diferenciada dos espaços monásticos; e o ciclo sobre as representações da Idade Média no cinema e que decorre na Cinemateca Portuguesa,

com um interessante contributo para equacionar a relação recente dos medievalistas com os discursos audiovisuais sobre a época que estes trabalham. A evocação da figura de Luís Krus, também aqui pioneira, junta-se à de Ana Lemos, tanto pelas pontes que criaram com outros círculos culturais e sociais, como pela diversificação das linguagens e por uma criatividade integradora e de rosto humano, capaz de alargar os horizontes de compreensão sobre o passado e de abrir o futuro. Traz esta *Medievalista*, outra vez, diversos motivos de interesse e de leitura. Todos reveladores de investigações e de reflexões em curso, com geografias e cronologias muito variadas, como tem sido frequente e que ficam doravante disponíveis para quantos se interessam pelos estudos medievais.

Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:
OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís – "Editorial – *A Cor da História*". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 7-11. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

DESTAQUE

HIGHLIGHT

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

In Memoriam: Ana Cristina Lemos (1964-2022)

(a) ***Maria Adelaide Miranda,*** (b) ***Maria João Melo,*** (c) ***Claudia Rabel,***
(d) ***Michel Pastoureau,*** (e) ***Luís Correia de Sousa,*** (f) ***Alicia Miguélez***

(a) (e) (f) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

(b) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia,
REQUIMTE -Laboratório Associado para a Química Verde
2829-516 Caparica, Portugal

(c) CNRS – Institut de Recherche et d'Histoire des Textes,
93322 Aubervilliers, France

(d) École Pratique des Hautes Études
75014 Paris, France

(a) adelaide@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0002-7581-3888

(b) a1318@fct.unl.pt
https://orcid.org/0000-0001-7393-6801

(c) claudia.rabel@cnrs-orleans.fr

(d) pastoureau@wanadoo.fr

(e) luis.sousa@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0002-5672-6746

(f) alicia.miguelez@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0001-8034-285X

Data recepção do artigo / Received for publication: 5 de Dezembro de 2022



Ana Lemos (1964-2022), investigadora do Instituto de Estudos Medievais e professora no Liceu Francês Charles Lepierre, deixou-nos uma importante herança no âmbito do estudo da iluminura em Portugal em contexto internacional. A sua atividade dividiu-se, entre outras manifestações culturais e artísticas, pela investigação, docência, teatro e militância por causas no domínio dos direitos humanos. Os textos de homenagem que aqui apresentamos centram-se no seu perfil académico e nas relações de amizade criadas ao longo dos anos.

Estaríamos em finais dos anos 90 quando me cruzei com uma jovem investigadora nos corredores do Departamento de História da Arte da FCSH da UNL. Vinha propor-me fazer uma dissertação de mestrado em História da Arte com tema já muito bem definido, estudar o *Livro de Horas de D. Duarte*, que havia de defender em 2009. A sua vinda para Portugal, vivia então em França, era determinada, ente outros factores pelo gosto imenso de investigar o tema dos Livros de Horas, campo de estudos tão pouco estudado, na época, entre nós. Assim começou uma linda aventura que culminou com a realização do mestrado e o início da investigação numa área temática que havia de desenvolver até ao momento em que nos deixou. Mas a sua permanência no

Departamento de História da Arte e o subsequente ingresso no Instituto de Estudos Medievais (2004) levou a que a sua participação competente e entusiasta fosse igualmente importante num âmbito de estudos em que fomos pioneiros, refiro-me aos estudos da cor na iluminura em Portugal. A Ana Lemos foi um elo fundamental na ligação interdisciplinar que então se estabeleceu entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Faculdade de Ciência e Tecnologia da mesma Universidade, Maria João Melo havia de dar um impulso decisivo ao estudo material do manuscrito iluminado privilegiando o estudo dos pigmentos e colorantes enquanto as Ciências Sociais procuravam uma aproximação ao manuscrito do ponto de vista histórico artístico.

A Ana foi sempre uma força da Natureza, indómita e corajosa, transportando um entusiasmo contagiante e uma vontade de saber mais sobre a importância da cor no manuscrito iluminado; de saber tudo sobre estas obras raras e preciosas. O seu saber fazer, a sua imensa generosidade e a sua erudição foram cruciais para a equipa interdisciplinar e para o sucesso dos projectos ligados aos estudos da cor do manuscrito iluminado que se prolongou até hoje. Atravessou ambas as margens, das ciências sociais e exactas, como se fosse simples e natural; mantendo um diálogo em permanente construção e busca. A Ana foi ainda família; a família que se reúne, fala e ri em redor de uma mesa bemposta, e com quem se está sempre bem.

Os três projectos financiados pela FCT-MCTES – *A cor na iluminura portuguesa: uma abordagem interdisciplinar* (SAPIENS PROJ99; 2004-2006); *A cor da iluminura medieval portuguesa no contexto Europeu: partilha e singularidade* (EAT/65445; 2006-2009); *Beleza e significado da cor na iluminura medieval* (EAT-EAT/104930; 2010-13) – permitiram que determinássemos quais os pigmentos e colorantes utilizados na Iluminura monástica Portuguesa e refletíssemos sobre o significado e simbologia da cor. A inventariação, fotografia e estudos comparativos com outros manuscritos, a realização de apresentações, a organização de missões que em muito contribuíram para o seu sucesso foram o resultado da competência e entusiasmo da Ana. A sua determinação e confiança contribuíram para que se internacionalizassem estes projectos. As relações com Patricia Stirnemann e Claudia Rabel do CNRS assim como Claude Coupry e Michel Pastoureau, com quem rapidamente estabeleceu relações de

trabalho e de amizade, foram um elemento importante para o progresso dos estudos da iluminura em Portugal.

Os estudos sobre os livros de Horas levaram-na a estudar e divulgar um conjunto de livros de horas conservados na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra e até aí praticamente desconhecidos.

Maria Adelaide Miranda, Maria João Melo

Pour Ana,

Ana Lemos est arrivée comme un tourbillon dans ma vie, suivie quelques heures plus tard de sa fille Morgane, alors âgée de huit ans et aussi vive que sa mère. Je me souviens de notre première rencontre, le 15 novembre 2007, à la journée d'études *Image, Pouvoir, Mémoire* organisée à l'Universidade Nova de Lisboa dans le cadre du Projecto *Imago*, à laquelle j'avais été invitée de participer par Maria Adelaide Miranda. Ana a déboulé comme nous l'avons tous en mémoire, et comme elle est toujours si vivement présente pour moi: pleine d'énergie joyeuse, d'une gentillesse et d'une générosité sans limites, pleine de rires – ce qui ne l'empêchait pas de râler haut et fort quand la vie, les hommes et les femmes, et le monde tout entier ne tournaient pas rond selon elle qui avait un sens si aigu de justice.

Notre amitié a commencé autour des manuscrits enluminés, et plus particulièrement des livres d'heures dont nous débattions à bâtons rompus. Ana étudiait alors, pour sa tese de Mestrado soutenue en 2009, le *Livre d'heures de Dom Duarte* (Lisbonne, Arquivo Nacional de Torre do Tombo, ms. C.F. 140). Ce manuscrit enluminé à Bruges vers 1410-1420 sur le modèle d'un livre d'heures parisien, complété plus tard au Portugal, est un intéressant témoin jusqu'alors peu connu de l'art de cour international au début du XVe siècle. En décembre 2010, elle avait fait connaître les Heures de Dom Duarte à un public français, lors d'une conférence présentée aux Ymagiers, à l'Institut de recherche et d'histoire des textes à Paris. Ana a continué ses recherches sur les dix livres d'heures conservés à Mafra. Elle a organisé leur exposition ainsi que la riche journée d'études

inaugurale, le 25 novembre 2011: *Os livros de horas do Palácio Nacional de Mafra e la cultura artística do século XV*. En 2012, elle a publié le catalogue scientifique de ces manuscrits, précédé de la première synthèse en portugais sur les livres d'heures. Pendant toutes ces années, elle a collaboré à l'Universidade Nova au projet d'étude pluridisciplinaire sur la couleur dans l'enluminure médiévale portugaise, en codirigeant des travaux d'étudiants qui portaient sur les aspects matériels du manuscrit enluminé (les pigments, la reliure …) et en enseignant régulièrement à l'université. Elle avait le désir de poursuivre ses propres recherches dans le cadre d'une thèse de doctorat, consacrée à l'ensemble des livres d'heures conservés au Portugal. En 2015 elle avait lancé le projet d'un livre collectif sur *The Books of Hours in Royal Libraries*, les livres d'heures issus des bibliothèques royales portugaises ou liés à la cour, pour lequel elle avait sollicité de nombreux chercheurs internationaux qui lui avaient assuré leur collaboration.

Mais tout son temps et toute son énergie étaient de plus en plus pris par son métier de professeure d'histoire au Lycée français de Lisbonne. Ana a été une enseignante extraordinaire, qui se souciait de chacun de ses élèves – et elle en eut: 17 classes lors de sa dernière année! –, travaillant jusqu'à l'épuisement. Il lui tint à cœur de former l'esprit critique de ses élèves, de leur ouvrir les yeux, les faire réfléchir, agir aussi. D'où ses cours d'analyses de films et d'images, ses nombreux projets avec les élèves, les rencontres organisées avec des artistes et auteurs, des ateliers de photographie donnant lieu à des expositions, la rencontre et l'aide apportée à de jeunes migrants africains. Le voyage à Porto qu'elle organisait chaque année était une bouffée d'air aussi pour elle; et pour les adolescents, un moment fort de rencontre avec l'art contemporain et la musique classique. Au Lycée français, Ana s'était tout particulièrement engagée dans l'enseignement de la Shoah, pour que celle-ci devienne une réalité historique tangible pour ses élèves: elle avait invité Ida Grinspan, témoin du camp de concentration et d'extermination d'Auschwitz-Birkenau, dans lequel elle avait organisé plusieurs voyages avec ses élèves. Ana, si joyeuse, si enthousiaste, se jetait corps et âme perdus dans les sujets les plus douloureux, était une lectrice boulimique des livres qui leur étaient consacrés, comme si elle devait porter bien plus que sa part des malheurs du monde. Ces derniers temps, elle s'était ainsi engagée avec autant de passion dans l'enseignement de l'histoire du racisme.

Nous n'irons pas au Japon, ce voyage lointain dont nous rêvions, dans l'ancien monde, celui d'avant le Covid, pour lequel nous nous promettions de faire des économies. Mais Ana et moi avons fait et vu tant d'autres choses, lors de nos rencontres qui les bonnes années eurent lieu deux fois: au printemps à Paris, en automne au Portugal. Nous étions alors des touristes parfaites, voire jusqu'au-boutistes. Il n'y eut pas seulement la culture (et la gastronomie – et les kirs !). A Paris, par amitié pour moi, Ana avait vaincu sa peur et nous avions vu la ville d'en haut, de la grande roue installée place de la Concorde; alors qu'à Lisbonne, elle nous avait inscrites à un atelier de danses indiennes au Museu do Oriente. Ana était, selon un proverbe allemand, "l'amie avec qui j'aurais pu voler des chevaux ». Tant d'objets, de lieux, de gestes mêmes me font penser à elle tous les jours: d'autant plus qu'elle était la seule autorisée à faire la vaisselle chez moi – bien mieux que moi! Elle me manque immensément.

Claudia Rabel

Pour Ana,

La couleur est un chaleureux trait d'union qui permet de franchir les frontières. C'est elle qui m'a fait rencontrer Ana Lemos, et c'est celle-ci qui m'a fait découvrir et aimer le Portugal.

Claudia Rabel, ma compagne, avait fait sa connaissance quelques années avant moi. L'étude des livres d'heures les avait rapprochées, rapidement elles étaient devenues amies, et même amies intimes. Claudia me présenta donc Ana et moi aussi, comme tout le monde, je fus touché par son caractère volontaire et enthousiaste, par sa soif de découvertes, par ses curiosités multiples et sa profonde gentillesse. Nous avions en commun une attirance marquée pour l'univers des couleurs. Non seulement sur le plan professionnel – Ana participait à un groupe de recherches qui étudiait les pigments dans l'enluminure médiévale – mais aussi sur le plan personnel. Un colloque organisé à Lisbonne en 2009, *Medieval Colours: Between Beauty and Meaning* nous a définitivement et étroitement rapprochés. Par la suite, Ana me donna à plusieurs reprises l'occasion de revenir dans la capitale portugaise parler de l'histoire et de la

symbolique des couleurs, tant à l'Institut français qu'à l'Universidade Nova de Lisboa. Elle fut également une *go-between* bienvenue et efficace pour servir d'intermédiaire avec une vaillante petite maison d'édition et faire traduire trois de mes livres en portugais.

Toutefois, la couleur ne se limitait pas à nos relations universitaires ou éditoriales, tant s'en faut. Elle occupait aussi une grande place dans nos conversations amicales et privées. Je me souviens qu'Ana aimait comparer la place des différentes couleurs dans les nombreux pays où elle avait voyagé: couleurs des maisons, des vêtements, de la vie quotidienne et du spectacle de la rue. Son œil de photographe avisée était attiré par telle ou telle association insolite ou bien par une nuance remarquable. Elle était plus ouverte que moi aux audaces chromatiques et me parlait de ce qui se voyait en Angola, pays où elle était née, et qui ne se voyait jamais en Europe. Je me souviens d'une longue discussion que nous avions eue à propos du voisinage du rose et de l'orangé. Une telle juxtaposition de couleurs me choquait; Ana, pas du tout. Je me souviens également de nos longues et infructueuses recherches pour retrouver l'étymologie de l'adjectif portugais *preto* (noir): non seulement les spécialistes ne s'accordaient pas mais aucun ne proposait une piste convaincante. L'hypothèse généralement admise, rattachant le portugais *preto* au latin *pratum* (pré), nous semblait bien fragile.

La couleur préférée d'Ana était en effet le noir, qu'elle portait très souvent sur ses vêtements. Quand, à Paris ou dans notre maison de Bretagne, nous jouions à des jeux de société et que chacun devait choisir une couleur, elle optait pour le pion noir. A défaut, si le pion noir n'existait pas, elle choisissait le rouge. Noir et rouge: c'était elle! Avec bien plus de noir que de rouge. Mais elle aimait aussi observer les couleurs portées par les autres, comme elle aimait observer tout ce qui l'entourait. En vacances, en voyage, chaque soir elle notait dans un carnet ce qu'elle avait vu dans la journée, dans un musée, une exposition, sur la plage, en excursion ou simplement dans la rue.

Un autre sujet nous retenait aussi: les animaux. Ou plutôt la représentation des animaux, non seulement dans l'enluminure, la peinture ou la sculpture, mais aussi dans la photographie, le textile, les dessins d'enfants ou l'art brut. Ana était heureuse que mes trois animaux préférés fussent l'ours, le cochon et le corbeau. Grâce à elle, je

découvris à Lisbonne des figurations peu connues de cet oiseau, emblème de la ville depuis la fin du Moyen Âge. Grâce à elle également, ma collection de bibelots en forme de porcelets s'est joliment enrichie au fil des années: régulièrement elle m'offrait des petits cochons en céramique, en bois, en carton et même en pain d'épices ou en pâte d'amandes. Des trois, cependant, elle préférait les ours, et tous les deux nous regrettions de n'en avoir jamais vu qu'au jardin zoologique, spectacle à nos yeux affligeant tant ces pauvres animaux semblaient mélancoliques. En voir en vrai était un de nos rêves.

Couleurs, bestiaire, expositions, musées, photographies, jeux, fous rires, Lisbonne, Paris, Bretagne, merci Anna pour ces belles années de partage et d'amitié.

Michel Pastoureau

"(...)
A vida é sonho tão leve
Que se desfaz como a neve
E como o fumo se esvai:
A vida dura um momento,
Mais leve que o pensamento,
A vida leva-a o vento,
A vida é folha que cai!
(...)"[1]

É-me muito difícil falar de uma colega que ainda há poucos meses, sabíamos, fazia planos para novos projectos, e com quem vivemos intensos momentos de entusiasmo e descoberta, nos domínios da história do livro e da arte da iluminura.

Conheci a Ana Lemos na Faculdade de Ciências Sociais e Humana e ali partilhámos a paixão inicial da investigação em História da Arte Medieval. Recordo a nossa participação, com muito empenho, no projecto IMAGO (POCTI/EAT/45922/2002), sobretudo nos anos de 2006 e 2007, com José Custódio Vieira da Silva e Joana Ramôa, responsáveis pela área da escultura tumular, e Adelaide Miranda a Ana Lemos e eu,

[1] DEUS, João – "A vida". In *Poesia*. Lisboa: Ed. Presença, 1998, p. 79

dedicados ao estudo da iluminura. Lembro, sobretudo, as missões que realizámos, destinadas a fazer o levantamento fotográfico dos manuscritos iluminados para o estudo dos temas iconográficos presentes nos mesmos e posterior integração das imagens numa base de dados de iconografia medieval. Partimos à descoberta dos Livros de Horas da Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e da Biblioteca Nacional de Portugal. Ficou-nos na memória a ida ao Porto para fotografar alguns dos códices iluminados mais ricos da Biblioteca Pública Municipal, mas também pelas visitas que pudemos realizar em Serralves ou o convívio à mesa, após os dias de trabalho. Na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa tivemos o privilégio de manusear e fotografar, entre outros tesouros medievais, a *Crónica Geral de Espanha*, de conhecer em pormenor o Breviário da Condessa de Bertiandos e o Missal de Estêvão Gonçalves. Após o término do projecto IMAGO, o pequeno grupo de investigação dedicado à iluminura medieval alargou-se, passando a acolher a Ragnhild Bo e a Delmira Espada, também dedicadas ao estudo de Livros de Horas, a Maria Coutinho, a Alícia Miguelez e o Luís Ribeiro, com projectos distintos mas igualmente centrados em manuscritos iluminados medievais. Foram anos de intenso trabalho e de partilha; criou-se um grupo de medievalistas muito empenhado e dinâmico e, sobretudo, bem-disposto. Em termos científicos, foi o ponto de partida para a internacionalização de todos os seus elementos, tendo-se seguido numerosas participações em colóquios, congressos e seminários, dentro e fora de Portugal. Na Ana cresceu a paixão pelos Livros de Horas e era visível o brilho nos seus olhos quando tinha que falar, para qualquer plateia, deste tipo de livro iluminado. Com a sua imprevisível partida há projectos que ficam por terminar e que devemos, como companheiros de viagem, ajudar a concluir.

Luís Sousa

"Ana Lemos e a abordagem interdisciplinar aos manuscritos iluminados medievais"

Tive o prazer de conhecer a Ana Lemos no ano 2011, na altura em que cheguei a Lisboa graças a uma bolsa de pós-doutoramento financiada pela FCT, que me permitiu a integração no Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH. A Ana era também

membro integrado no IEM e fazia parte de um animado grupo de investigadoras/es que, coordenado pela Prof.a Maria Adelaide Miranda, se dedicava ao estudo da iluminura medieval. No âmbito das reuniões periódicas e das atividades organizadas pelo grupo, conheci pela primeira vez os trabalhos da Ana sobre os Livros de Horas, no âmbito da sua tese de doutoramento. Para além do mais, tive a oportunidade de colaborar com ela nos pioneiros projetos de investigação em Portugal que, financiados pela FCT e coordenados pelas Prof.as Maria Adelaide Miranda e Maria João Melo, abordavam o estudo dos manuscritos iluminados a partir do diálogo e cruzamento disciplinar. Foi nesse espaço de intercâmbio e partilha de conhecimento científico que tomei consciência do profissionalismo da Ana e também do seu olho treinado e muito experiente que, a partir da história da arte, levantava questões e problemáticas sobre a produção dos manuscritos iluminados, sempre bem resolvidas e com resultados decisivos através da prática dialógica. Por exemplo, conheci de primeira mão o seu trabalho como coordenadora de uma equipa formada por historiadoras da arte e especialistas em química e conservação e restauro que realizou uma análise comparativa sobre dois Livros de Horas, do século XV, conservados na Biblioteca Nacional de Portugal (Mss. IL 15 e 19). O estudo completo de ambos códices, que incluiu a análise codicológica, paleográfica, estética e material, permitiu a esta equipa concluir que um dos fólios do Ms. IL 15 (fol. 84r, com a iluminura do rei David) era na verdade um fólio concebido para o Ms. IL 19, que tinha migrado *a posteriori* para o segundo manuscrito. O estudo foi publicado no primeiro volume coletivo, da minha carreira académica, que, em colaboração com a Prof.a Adelaide Miranda, eu coordenei[2]. A generosidade da Ana para comigo, que era uma colega em fase de início de carreira a coordenar pela primeira vez um livro coletivo, ficará sempre na minha memória. O seu rigor científico, o seu conhecimento e experiência enquanto investigadora, são algo que as suas publicações demonstram de forma evidente, mas o valor humano da Ana deve ser realçado nestas linhas. Assim, lamento profundamente a perda da Ana, pois, considerei-a sempre uma investigadora de referência no campo do estudo da iluminura medieval em Portugal, não só pela sua grande capacidade analítica, mas também pela

[2] LEMOS, Ana; ARAÚJO, Rita; CASANOVA, Conceição; MELO, Maria João; MURALHA, Vânia S. F.– "Regards croisés des historiens de l'art et des chimistes sur deux Livres d'Heures de la Bibliothèque nationale du Portugal, les MSS. Il 15 et IL 19". In MIRANDA, Maria Adelaide; MIGUÉLEZ CAVERO, Alicia (eds.) – *Portuguese Studies on Medieval Illuminated Manuscripts*. Fédération Internationale des Instituts d'Études Médiévales, Textes et Études du Moyen Âge. Barcelona-Madrid: Brepols, 2014, pp. 145-168.

sua preocupação no que diz respeito ao intercâmbio e diálogo disciplinar o que lhe permitia produzir conhecimento com mais e melhores resultados. Os seus valores humanos foram, contudo, os que lhe permitiram avançar com projetos e colaborações que, de outra forma, não teriam sido possíveis.

Alicia Miguelez Cavero

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MIRANDA, Maria Adelaide; *et. al.* – "*In Memoriam.* Ana Cristina Lemos (1964-2022)". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 15-25. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

THEMATIC NUMBER

"The castle of Belvoir and the fortified architecture of the military Order of St. John"

NÚMERO TEMÁTICO

"O Castelo de Belvoir e a arquitectura fortificada da Ordem militar de São João"

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Introduction

Introdução

(a) ***Anne Baud,*** (b) ***Jean-Michel Poisson***

(a) Université Lyon 2
69002 Lyon, France

anne.baud@univ-lyon2.fr
https://orcid.org/0000-0002-5721-8567

(b) École des Hautes Etudes en Sciences Sociales
UMR 5648 - CIHAM
Histoire, Archéologie, Littératures des mondes chrétiens et musulmans médiévaux
69004 Lyon, France

poisson.jean-michel@orange.fr

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Fevereiro de 2022
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 22 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6236



A roundtable entitled “Belvoir Castle and the Fortified Architecture of Saint John Hospital in Jerusalem” took place on December 1 and 2, 2016 in Lyons, in the premises of the Rhône Departmental Archives.

On the occasion of this publication, we wish to thank Mr. Bruno Galland, the Archives’ curator, for his warm and hospitable welcome, Lyon 2 University, the following joint research units: UMR ArAr 5138 (Archaeometry and Archeology) at the Maison de l’Orient et de la Méditerranée, UMR 5648 (History, Archeology, Literatures of the Medieval Christian and Muslim worlds) and the Centre d’Histoire Espaces et Cultures (CHEC – UPR 1001) in Clermont-Ferrand for organizing this event.

This roundtable is a first assessment on the research on the Hospitaller castle of Belvoir carried out in the previous four years. Between 1966 and 1968, Israeli archeologist Meir Ben Dov had conducted excavations there[1]. His goal was to clear the walls of the medieval fortification of the parasitic structures that were the houses of the Arabic villages that had appeared over the centuries after the castle was abandoned. The first level and parts of the moats had been filled with the backfill from the destruction of the upper levels. Photographs taken during Ben Dov’s excavations show that the backfill on which dwellings had been built by the local population could reach the top of the first vault of the inner castle. We know that many observations were made during these operations and that a large quantity of archeological material was unearthed by the excavators. However, the result from this research has never been published.

In 2012, Olivier Tourny, then chairman of the *Centre de Recherche Français de Jérusalem*, wanted to revitalize medieval archeological research in Israel. Due to the undeniable interest in the site and the feasibility of the operations, a new excavation research program was initiated at the Belvoir site.

[1] BEN-DOV, Meir – “Belvoir (Kokhav Ha-Yarden)”. In STERN, Ephraim – *The New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land*. Jerusalem: Carta, 1993, t. 1, pp. 182-186.

During the first field phase of 2013/2016 different researches of the fortification were conducted. A new plan was drawn up, the building analysis focused on the architecture of the inner castle. A near comprehensive study of the lapidary brought to light the dismantling of the Hospitaller chapel at an indeterminate period. These archeology issues relied on the analysis of the historical and topographic context in light of textual sources. The study of the Belvoir castle is an opportunity to take another look at the Hospital of Saint John of Jerusalem in the Holy Land[2].

The erection of the fortification took place under the rule of Gilbert of Assailly (1162-1170), which seems to have developed the military aspect of the Order over its initial purpose, the service of the poor, as evidenced by his involvement in king Amalric of Jerusalem's expedition in 1169[3]. Like the Krak of the Knights or the castle of Margat, Belvoir is a scaleback military base in a highly strategic location[4]. Almost ever since its foundation, the Hospital of Jerusalem draws on the "Fraternity" of the hospital, consisting of those who remain in the West and who receive the same spiritual benefits as if they were in Jerusalem[5].

The Hospitaller castle of Belvoir has long drawn the attention of archeologists working in the Holy Land. At the very beginning of the twentieth century, Lawrence of Arabia came to Palestine to visit the Crusader castles and stopped in Belvoir. He offered a succinct map of the fortress from what he could observe[6]. Under the British Mandate, officials recorded various observations and tried to limit the deterioration of the remains. Meir Ben Dov's works has provided an overview of the site. The purpose of the archeological work that began in 2013 was a comprehensive, interdisciplinary study consisting of three main parts: the resumption of the study of documents, an architectural analysis of the fortification and stratigraphic

[2] BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders. A Survey of the urban centers rural settlements and castles of the military orders in the Latin East (c.1120–1291)*. London: Routledge, 2006.
[3] GROUSSET, René – *Histoire des Croisades et du royaume Franc de Jérusalem*. Paris: Perrin, 1991. (Première édition 1934-1936).
[4] ELLENBLUM, Ronnie – "Frankish and Muslim Siege Warfare and the construction of Frankish Concentric Castles". In BALARD, Michel; KEDAR, Benjamin Z.; RILEY-SMITH, Jonathan. (eds.) – *Dei gesta per Francos. Mélanges en l'honneur de J. Richard,* Adelshot, 2001, pp. 187-197.
[5] PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume Latin de Jérusalem*. Trad. G. Nahon. Paris: CNRS Editions, 2007.
[6] LAWRENCE, Thomas Edward – *Crusader castles*. Oxford: Clarendon, 2004.

excavations. It brought a lot of new findings. From the historical standpoint, we've been able to specify the location of the site within the possessions of Galilee and the strategic location of the castle in the defense of the Frankish Kingdom of Jerusalem. It was also possible to specify the chronology of the alternating Frankish and Muslim occupations from the end of the twelfth to the middle of the thirteenth centuries. The excavations have uncovered a settlement occupying the top of the basalt organs that underlies the foundations of the castle and predates the Hospitaller castle. This first settlement can be tied to the property Yves Velos sold to the Hospitallers. This discovery is important in that it makes known the materiality of a small rural Frankish installation in the Holy Land in the middle of the twelfth century.

The archeological study shows that the castle was built very fast with local materials and according to a centered and regular plan with a double wall[7]. Somme particularities have been noted such as the systematic installation of staples on the facing of the walls of the sloping banks, the use of basalt and two limestone rocks in the elevations. One important contribution of this study was the reconstruction of the chapel with its decorative elements.

This meeting was an opportunity to present other Hospitaller sites in the Holy Land, and opened the door to comparative perspectives that could be developed later. Other analyses done in Southern France, in Provence and around Toulouse, allow to add to the study on military orders and integrate the relations between the West and the East.

It is yet a step in the research on Belvoir. This will continue with the archeological study of the second wall, the study of materials, of the fauna, and a more in-depth work on the place of the castle in the castral architecture. This research will be published in a detailed monographic publication.

[7] BILLER, Thomas – "Die Johanniterburg Belvoir am Jordan. Zum frühen Burgenbau der Ritterorden im Heiligen Land". *Architectura : Zeitschrift für Geschichte der Baukunst* 19 (1989), pp. 105-136.

Bibliographical references

BEN-DOV, Meir – "Belvoir (Kokhav Ha-Yarden)". In STERN, Ephraim – *The New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land*. Jerusalem: Carta, 1993, t. 1, pp. 182-186.

BILLER, Thomas – "Die Johanniterburg Belvoir am Jordan. Zum frühen Burgenbau der Ritterorden im Heiligen Land". *Architectura : Zeitschrift für Geschichte der Baukunst* 19 (1989), pp. 105-136.

BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders. A Survey of the urban centers rural settlements and castles of the military orders in the Latin East (c.1120–1291)*. London: Routledge, 2006.

ELLENBLUM, Ronnie – "Frankish and Muslim Siege Warfare and the construction of Frankish Concentric Castles". In BALARD, Michel; KEDAR, Benjamin Z.; RILEY-SMITH, Jonathan. (eds.) – *Dei gesta per Francos. Mélanges en l'honneur de J. Richard,* Adelshot, 2001, pp. 187-197.

GROUSSET, René – *Histoire des Croisades et du royaume Franc de Jérusalem*. Paris: Perrin, 1991. (Première édition 1934-1936).

LAWRENCE, Thomas Edward – *Crusader castles*. Oxford: Clarendon, 2004**.**

PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume Latin de Jérusalem*. Trad. G. Nahon. Paris: CNRS Editions, 2007.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BAUD, Anne; POISSON, Jean-Michel – "Introduction". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 29-34. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

ARTICLES

ARTIGOS

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Belvoir through textual sources. Functions of a Frankish castle in the Holy Land

Belvoir através de fontes textuais. Funções de um castelo franco na Terra Santa

Hervé Barbé

Israel Antiquities Authority (IAA)
Centre de Recherche Français de Jérusalem
Baka, 9100401 Jérusalem, Israel

hervebarbe@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Fevereiro de 2022
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Dezembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6245

ABSTRACT

Conceived as an introduction to the historical and archaeological study of the castle of Belvoir by a Franco-Israeli mission (2013-2020), this article succinctly presents the chronology of the site through textual sources before asking the question of the functions of a Frankish fortification in the Holy Land. If a military vocation of such a structure remains pertinent, so is the vocation of a center of power administering and managing a defined territory on which royalties were levied.

Keywords: Chronology; functions; defense; management.

RESUMO

Concebido como uma introdução ao estudo histórico e arqueológico do castelo de Belvoir, feito por uma missão Franco-Israelita (2013-2020), este artigo apresenta, de forma sucinta, a cronologia do sítio através de fontes textuais, que precede o questionamento das funções de uma fortificação latina na Terra Santa. Se a vocação militar de tal estrutura permanece pertinente, não é menor a propensão para funcionar como um centro de poder, gerindo e administrando um determinado território, sobre o qual eram cobrados tributos.

Palavras-chave: Cronologia; funções; defesa; gestão.



To evoke the castle of Belvoir or any Frankish fortification in the Holy Land through textual sources, we must begin by sequencing, presenting and commenting on the data in strictly chronological order. However, this process calls for a preliminary warning: To do a critical analysis, two elements must be kept in mind: pattern and nature.

1132, 1165, 1168, 1169, 1182, 1188, 1212, 1219 and 1239, what can we say about the pattern of this sequence? Like snapshots taken with a phosphorus flashlight, these dates shed light on a few special, privileged moments in the castle's history. Only nine dates over a 107-year period (1132-1239), a chronological interval that corresponds to the history of the site in light of written sources, a subset that fits into a wider period, the Frankish presence in the Holy Land (1099-1291).

The nature, the content of these data is somewhat redundant. As we hear the clash of arms while reading the chronicles and accounts of the conflicts between Franks and Arabs, Christians and Muslims, conquerors and defenders, allogenous and indigenous populations, we notice that these sources examine almost exclusively the military role of the castle. They mention the quality of Belvoir's geographic and topographic position "*in loco sublimi*"[1] or, to quote Le Toron, "*quoniam in monte erat excelso admodum et cacuminato*"[2] or, according to Safed, the solidity of its walls: "*castrum munitissimum*"[3] and the architectural genius of these defense elements: "*que in inmensibus sub terra profunde inter antemuralia et fossata cum crotis*…, *que dicuntur fortie cooperte*"[4], etc. But, away from the echoes of the battles recorded in

[1] JACQUES DE VITRY – *Historia Orientalis seu Hierosolymitana*. Ed. J. Bongars, *Gesta Dei Francos*. I: 1047–1145. Hanau, 1611, p. 1074. (éd. Jean Donnadieu, Jacques de Vitry, *Historia orientalis.* Turnhout: Brepols, 2008).
[2] GUILLAUME DE TYR – "L'Estoire de Eracles, empereur, et la conqueste de la Terre d'Outre-Mer, c'est la continuation de «l'Estoire» de Guillaume, arcevesque de Sur: Continuation de Guillaume de Tyr, de 1229 à 1261, dite du manuscrit de Rothelin". In BEUGNOT, Arthur; LANGLOIS, A. (pub.) – *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens occidentaux*. Paris: Impr. royale, 1859, t. II, p. p. 459.
[3] JACQUES DE VITRY – *Iacobi de Vitriaco, Primum Acconensis*, p. 84; VITRY, Jacques de – *Historia Orientalis seu Hierosolymitana*, p. 1074.
[4] HUYGENS, R. B. C. – *De constructione castri Saphet, Construction et fonctions d'un château fort franc en Terre-Sainte*. Amsterdam: North-Holland, 1981, pp. 176-179.

these chronicles, another aspect of the functions of a crusader castle in the Holy Land emerges from the silence and the everydayness of seemingly trivial notarial deeds, sales, exchanges and transactions. These economic and administrative activities do not replace security concerns, they complement them.

From one village to another

Location and establishment

Geographically, the Belvoir site is located a dozen kilometers from the southern limit of Lake Tiberias, 25 km south of the city of Tiberias, and about 12 km north of the city of Beit She'an, the ancient the ancient Scytopolis and the crusader Beisan.

Topographically, the castle is on the right bank of the Jordan River, on the western slope, at an altitude of about 300 meters above sea level, on the edge of the top part and eastern border of a basaltic plateau, overlooking a steep slope to the east towards the valley of the Jordan and to the north towards the Nahal Tavor River. From this elevated point we can see Mount Thabor to the northwest, Lake Tiberias to the north, then from the northeast to the southeast, the Golan Heights, the Yarmouk Valley and the north of present-day Jordan, together referred to as the "Terre de Suète" (*al-Sawad*) at the time of the Crusades (**Fig. 1**).

Below the remains of the castle, the ruins of an ancient settlement, still visible today, surround a spring, which has been refurbished at various times. This primitive settlement dates back to at least the end of the period of the second temple and could correspond, according to various sources, particularly from reading the Talmud, either to the village of Aggripina or Gropina, or to that of Cochaba[5]. The settlement was still occupied by a Jewish community during the Byzantine era, as evidenced by a synagogue whose spolia were integrated into the architecture of the castle. However, it died out sometime after the Arab conquest. Initially named *Cochav*, meaning "star" in Hebrew, it was renamed *Kawkab*, its Arabic translation, after the Muslim conquest. Not knowing the meaning but retaining the sound, the Franks who

[5] TSAFRIR, Yoram; DI SEGNI, Leah; GREEN, Judith – *Tabula Imperii Romani. Iudaea. Palaestina. Eretz Israel in the Hellenistic, Roman and Byzantine Periods. Maps and Gazetter*. Jerusalem: Israel Academy of Sciences and Humanities, 1994, pp. 168-179.

occupied Galilee and settled there at the dawn of the twelfth century transformed *Kawkab* into *Coquet* (*Coket*), a term clearly justified by the charming vistas the site offers.

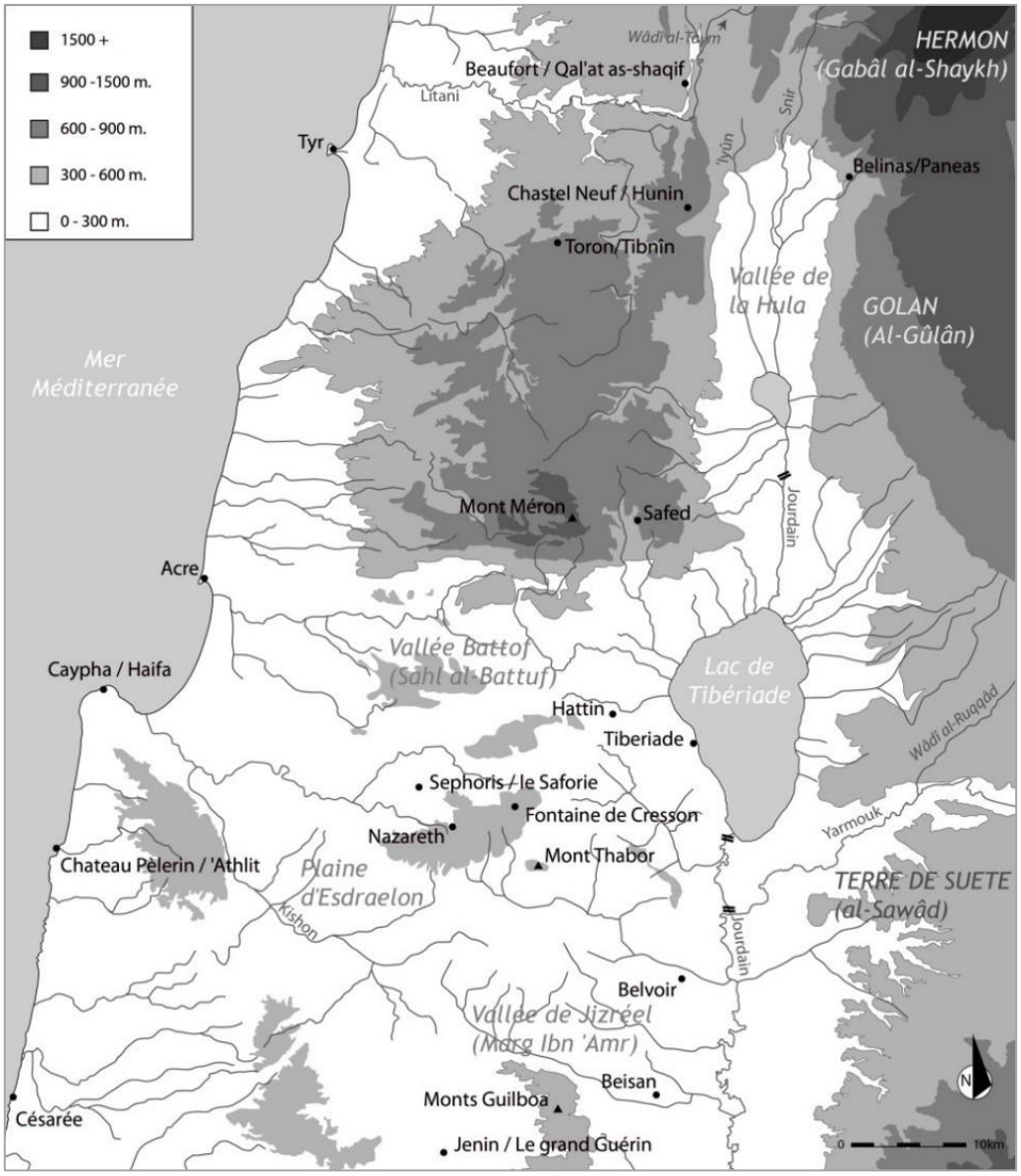


Fig. 1 – Location of Belvoir on the map of Galilee at the time of the crusades (© Simon Dorso).

From village to Castle …

A mention of Coquet first appears in Frankish sources in a 1165 charter from the Prince of Galilee, Walter of Tiberias, that confirms the donation to the Holy Sepulcher of two Galilean villages, *Gebul* and *Helkar*. The charter indicates that their northern boundary extended to *Casal Coket.* One of the witnesses to sign the act was a man named Ivo[6]. This confirmation reflects the wording of an older deed, the 1132 donation of the *casals* of Gebul and Helkar by William of Bures to the Church of the Holy Sepulcher[7]. However, while this deed gives an identical description of the environment of these casals to the confirmation of 1165, it makes no mention of *casal Cocket* and the document is not signed by Ivo. This allows for the following assumptions: we must consider that the village of Coquet was created between 1132 and 1165.

At a time when the Latin kingdom was still expanding, a new village in this part of the Principality of Galilee could only have been created by the Franks. So, the question of its population remains: Frankish settlers, Oriental Christians or both?

In 1168, an act from the Prince of Galilee confirms the ownership of a castle by the Hospitallers of Saint John of Jerusalem in a domain sold to them by a Frank named Ivo Velos[8] (see this volume article by Damien Carraz on the role of the Hospitallers in the history of Belvoir). The mention of a "*castrum de Coquet quod vulgariter Belvear nuncupatur*" [9] clearly attests to the erection of a new castle, called Belvoir[10],

[6] *Cartulaire de l'église du Saint-Sépulcre de Jérusalem publié d'après les manuscrits du Vatican.* Ed. E. de Rozière. Paris: Imprimerie Nationale, 1849, n.º 124, pp. 227-229.
[7] *Cartulaire de l'église du Saint-Sépulcre de Jérusalem publié d'après les manuscrits du Vatican*, n.º 74, pp. 148-149.
[8] *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers de St.-Jean de Jérusalem (1100–1310)*. Ed. J. Delaville Le Roulx, 4 vols. Paris: Ernest Leroux, 1894-1906, n.º 398.
[9] "Castle Coquet, commonly called Belvoir".
[10] Deschamps also mentioned the spellings of *Belveer* and *Bellum videre* (DESCHAMPS, Paul – *Les châteaux croisés en Terre-Sainte* 2. *La défense du Royaume de Jérusalem*. *Étude historique, géographique et monumentale*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1939, p.14). But reading the acts in which these mentions are found allows us to affirm that *Belveer* qualifies two distinct sites, Belmont, located west of Jerusalem, and *Coquetum*, a village near Acre. *Bellum videre* is identified with Fassove, to the northeast of Acre (*Bellum videre, quod Sarracenice vocatur Fassove*). While we find the spelling Belveir used by William of Tyre, deeds of the Latin kingdom of Jerusalem also mentioned under this transcription a village of the domain of Caesarea. RÖRICHT (comp.) – *Regesta regni Hierosolymitani, 1097-1291*. Oeniponti, Libraria Academica Wageriana, 1893. *Additamentum* 1904, ns. 458, 501, 593 and 983).

on the site of the village previously mentioned in the act of 1165 (**Fig. 2**). The name of Belvoir undoubtedly takes its origin from the fantastic vista from this point of the plateau dominating the valley of Tabor, the Lake of Tiberias and the valley of the Jordan (**Fig. 3**). Although the fact that "*Casal Coket*" had been renamed "*Castrum de Coquet*" could suggest that the village was already fortified, the construction of the concentric castle, whose remains are still visible today, is attributed to the Order of Hospital. This design, with a double quadrangular enclosure separated by an endless hall and flanked by quadrangular towers, was first built, by the Hospitallers at Beth Guvrin (the Frankish "Gybelin"), in several phases, starting in 1136[11] (**Fig. 4**).



Fig. 2 – Remains of a building dating from the 12th century (village of Coquet) prior to the hospital castle and discovered in the courtyard of the latter (© Simon Dorso).

[11] COHEN, Michael – "The Fortification of the Fortress of Gybelin". In FAUCHERRE, Nicolas; MESQUI, Jean; PROUTEAU, Nicolas – *La fortification au temps des croisades*. *Actes du colloque de Parthenay*. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2004, pp. 67-75.



Fig. 3 – View to the east from the first enclosure of Belvoir Castle (© Mission de Belvoir).



Fig. 4 – Aerial view of Belvoir Castle (Source: https://en.wikipedia.org/wiki/Belvoir_Castle_(Israel)).

There are sources to confirm the relative contemporaneity of the erection of the castle and the Act of 1168. Even if he doesn't mention it by name, there is no doubt that Theodericus refers to it when he mentions around 1169: "*In cuius vicino monte precelso Hospitarii fortissimum et amplissimum castrum*", a fortified place that he associates with the Templar possessions of Safed and La Fève as defenses of Galilee[12]. In his account of Baldwin IV's military campaigns in 1182, William of Tyre, recounting that he had to provide a contingent to join the army regrouping in Tiberias, like in Safed and other fortresses, mentions a "*castrum novum cui nomen est hodie Belveir* "[13] and still considers it a recent construction[14].

Belvoir becomes *Kawkab* again

A year and a half after the rout of the Frankish army at the Horns of Hattin, Belvoir Castle was still in the hands of the Hospitallers. A letter sent in January 1188 by Thierry, former grand preceptor of the Order of the Temple to Henry II, King of England, announcing the loss of Jerusalem and establishing a state of the Holy Land still mentioned "*Belliverium a fratibus Hospitalis egregie defensum*"[15] among the possessions of the kingdom[16]. In another letter, also dated January 1188, addressed to the King of Hungary the Count Conrad of Montferrat mentioned *Belveder* among the places still defended[17].

[12] We retain here the date of 1169 for the voyage of Theodericus, as proposed by Huygens in the most recent edition of *Libellus de locis sanctis*, while pointing out that in a previous edition M.L. Bulst refuted this date and proposed the year 1172 (THEÓDORIC; SAEWULF; JOHN OF WÜRZBURG – *Theodericus, Peregrinationes tres: Saewulf, John of Würzburg*. Ed. R. B. C. Huygens, with a study of the voyage of Seawulf by J. H. Pryor. *Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis* 139. Turnhout: Brepols, 1994-1995, 5, p. 189; THEÓDORIC – *Theodericus Libellus de Locis Sanctis*. Eds. M. L. et W. Bulst. Heidelberg: Winter, 1976, 5-6, p. 46). La Fève is not mentioned by name, but its description and location in relation to Belvoir allow its identification "*in cuius occidentali radice Templarii castrum non mediocre fecerunt, in cuius agro cisternam grandem*" (KEDAR, Benjamin Z.; PRINGLE, Denys – "La Fève: A Crusader Castle in the Jezreel Valley". *IEJ* 35 (1985), p. 167; RHEINHEIMER, Martin – *Das Kreuzfahrerfürstentum Galiläa*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1990, p. 76).

[13] "New castle whose name is Belvoir today".

[14] GUILLAUME DE TYR – *Willelmi Tyrensis archiepiscopi Chronicon*. Éd. R.B.C. Huygens, *Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis* 63–63a, Turnhout: Brepols, 1986; BEUGNOT, Auguste-Arthur – "*L'Estoire de Eracles empereur et la conqueste de la Terre d'Outremer*", 22, 16. p. 1093; *La chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*. Ed. L. de Mas Latrie. Paris: Vve de J. Renouard, 1871, VII, pp. 52-54; SMAIL, Raymond-Charles – *Crusading Warfare (1097–1193).* Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 104, n.º 1; ELLENBLUM, Ronnie – *Crusader Castles and Modern Histories*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 261-274.

[15] As "Belvoir to the Hospitaller Brothers strongly defended".

[16] *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, n.º 847; RÖRICHT (comp.) – *Regesta regni Hierosolymitani,* nº. 669.

[17] RÖRICHT (comp.) – *Regesta regni Hierosolymitani,* n.º 670.

However, the Muslims had fairly quickly put in place the preparations for the siege. According to Ibn al-Athīr, Saladin had already sent two detachments to isolate Belvoir and Safed when he was still on his way to Ashkelon. This would indicate that the preparations for the siege took place in August 1187[18]. On January 2, 1188 the Frankish garrison made a sortie and beat the Muslim troops near Forbelet, killing their commander, Sayf al-Din Mahmud. In the first ten days of the month of Muharram 583 *AH* (March 3 to 13, 1188), Saladin came in person to lay siege with his troops. In November 1188, in a letter addressed to Duke Leopold V of Austria, Armengaud of Aps, Master of the Order of Hospitallers of Saint John of Jerusalem, expressed his fear about the fate of the castle, of which he had no news[19]. On 15 Dhu al-qa'da 584 *AH* (January 5, 1189), approximately one month after the fall of Safed, Belvoir surrendered for lack of provisions. Its defenders, according to al-Harawī, had to resign themselves to "leaving it, coming out of it humiliated and handing it over because salt was lacking". For Ibn al-Athīr, the undermining of the barbican is what led the garrison to negotiate surrender. The agreement concluded with Saladin allowed the occupants of the castle to reach Tyre safe and sound[20].

In the spring of 1192 (588 *AH*) Saladin, faced with the Third Crusade, sent his brother al-ʿĀdil to seek reinforcements in Kawkab (Belvoir) and in the Jordan Valley (Ghor). On October 19, 1192 (10 Chawwal 588 *AH*), Saladin was in Kawkab and, having examined the state of the fortress, ordered repairs[21].

---

[18] IBN AL-ATHIR – "Extrait de la chronique intitulée Kamel – Altevarykh". In *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettre. Historiens orientaux*. Paris: Académie des inscriptions et belles-lettres, 1844, p. 712; ABŪ SHĀMA – "Le livre des deux jardins". In *Recueil des historiens des croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens orientaux*. Paris: Imprimerie nationale, 1898, t. IV, p. 344; GUILLAUME DE TRY– "La continuation de Guillaume de Tyr, de 1184 à 1261". In BEUGNOT, Arthur; LANGLOIS, A. (ed.) – *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettre. Historiens occidentaux*. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-lettres, 1859, t. II, p. 104; PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume Latin de Jérusalem*. Paris: CNRS éditions, 2001, t. I, p. 669.

[19] *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, n.º 863; RÖHRICHT (comp.) – *Regesta regni Hierosolymitani,* nº. 678.

[20] IBN AL-ATHIR – "Extrait de la chronique intitulée Kamel – Altevarykh", t. I, p. 737; BAHA' AD-DIN IBN SHADDAD – "Anecdotes et beaux traits de la vie du sultan Youssof (Salah ed-Din)". In *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens orientaux*. Paris: Imprimerie nationale, 1866, t. III, p. 104, pp. 119-120; SOURDEL-THOMINE, Janine (ed.) – "Les conseils du Sayh al-Harawī à un prince ayyūbide". *Bulletin d'études orientales* XVII (1961-1962) (extrait), p. 228; TYR, Guillaume de – "*La continuation de Guillaume de Tyr, de 1184 à 1261*", t. II, p. 188.

[21] BAHA' AD-DIN IBN SHADDAD – "Anecdotes et beaux traits de la vie du sultan Youssof (Salah ed-Din)", pp. 292-355.

In 608 *AH* (1211–1212), Malik al-Mu'azzam 'Īsā had his lord, the emir ʿIzz al-Dīn Usāma, arrested for fomenting a revolt, and ordered Kawkab castle to be dismantled[22].

A Frankish reoccupation in the thirteenth century?

In 1219, faced with the siege of Damietta led by John of Brienne as part of the Fifth Crusade, Sultan al-Malik al-Kāmil initiated negotiations to obtain the evacuation of Egypt by Frankish troops. He proposed a truce of 30 years and the restitution of certain places including Jerusalem, Safed and Belvoir. Pressured by the Legate Pelagio Galvani and the Templars, the Franks refused[23].

A Latin text enumerating the Muslim possessions in the kingdom of Jerusalem around 1239 does mention Belvoir: "*Item castrum quod Bellum videre dicitur, et fuit Jherosolimitani Hospitalis*"[24].

In the summer of 1240, after an agreement between Theobald IV of Champagne and Richard of Cornwall on one side and the Emir of Damascus, As-Salih Ismail on the other, the Franks recovered some of their former possessions, including Belvoir[25].
No sources mention a restoration of the fortifications of the castle, but an agreement signed on October 25, 1259 by Hugues Revel, master of the order and Henry,

[22] Belvoir: ABU'L-FIDA, Isma'il – "Résumé de l'Histoire des Croisades tiré des annales d'Abu 'l-Fida". In *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens orientaux*. Paris: Imprimerie nationale, 1872, t. I, p. 86; IBN AL-ATHIR – "Extrait de la chronique intitulée Kamel – Altevarykh", t. II, p. 108 – which dates the event of H 609, 1212–1213; RHEINHEIMER, Martin - *Das Kreuzfahrerfürstentum Galiläa*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1990, p. 241.

[23] TYR, Guillaume de – "*La continuation de Guillaume de Tyr, de 1184 à 1261*", t. II, p. 188 and p. 342; GROUSSET, René – *Histoire des Croisades et du royaume Franc de Jérusalem*. 3 vols. Première édition. Paris: J. Tallandier, 1934-1936. pp. 222-227; PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume Latin de Jérusalem*, pp. 155-162.

[24] DESCHAMPS, Paul – "Etude sur un texte latin énumérant les possessions musulmanes dans le royaume de Jérusalem vers l'année 1239". *Syria* 23 (1942-1943), pp. 86-104, p. 89.

[25] RÖRICHT (comp.) – *Regesta regni Hierosolymitani,* n.º 1095; BEUGNOT, Auguste-Arthur – "*L'Estoire de Eracles empereur et la conqueste de la Terre d'Outremer*, pp. 417-418; *Les Gestes des Chiprois. Recueil de chroniques françaises écrites en Orient aux XIII^e^ et XIV^e^ siècle* (*Philippe de Navarre et Gérard de Monréal*). Ed. G. Raynaud. Genève: Fick (Publications de la Société de l'Orient latin. Série historique, 5), 1887, p. 121; "Les Gestes des Chiprois". In PARIS, Gaston; LATRIE, Louis de Mas (éd.) – *Recueil des historiens des croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettre. Documents arméniens*. Paris: Imprimerie Nationale, 1906, t. II, p. 727; SANUDO, Marino – *Secreta Fidelium Crucis*. Ed. Bongars, *Gesta Dei per Francos*, II: 1–281. Hanau, 1611, p. 215; PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume Latin de Jérusalem,* t. II, pp. 278–279, 286.

archbishop of Nazareth, about a dispute relating to the payment of the tithes of Belvoir and its outbuildings unambiguously attests to the return of the Hospitallers to their domain, which would henceforth appear as an advanced enclave in Ayyubid territory[26]. However, by 1247 most of the territories affected by this treaty had been reclaimed by As-Salih Ismail, who considered that Louis IX's crusade violated the terms of the agreement. An army led by Emir Fakhr al-Dīn ibn al-Shaykh had recaptured Tiberias in June 1247 and the fortress of Mount Tabor soon after[27].

The date the castle returned to Muslim hands is not known, but a treaty signed in 1283 between the Mamluk Sultan Qalāwūn and the Frankish authorities in the city of Acre stipulated that Kawkab was indeed on Muslim land[28]. At the same time (between 1283 and 1285) Burchard of Mount Sion mentions *Castrum Belveir*[29].

No Mamluk sources mention the site, although a Khan was built below the castle, facing the bridge crossing the Jordan in the fourteenth century.

From Castle to village

A mention of the village, by then occupied by hovels, is found in an Ottoman tax statement dated 1596, under the name Kawkab al-Hawa (the star of the winds). It was part of the district of Lajjun, and its 50 inhabitants paid taxes on their harvest of wheat, beans, melons and vines[30]. In 1859, the village population, still contained within the perimeter of the castle walls, was estimated at 110 souls by Consul Roger[31].

[26] *Cartulaire général de l'ordre des* Hospitaliers, t. II, nº. 883.
[27] HUMPHREYS, R. Stephen – *From Saladin to the Mongols: The Ayyubids of Damascus, 1193–1260*. New York: State University of New York Press, 1977, p. 293.
[28] MAQRĪZĪ, Aḥmad ibn ʻAlī, – *Histoire des sultans mamlouks de l'Égypte*. Trad. M. Quatremère Paris: [Firmin Didot Printed for the Oriental translation fund of Great Britain and Ireland; J. Valpy and B. Duprat], 1845, 2, pp. 224-235; HOLT, Peter Malcolm – *Early Mamluk Diplomacy (1260–1290): Treaties of Baybars and Qalāwān with Christian Rulers*. Leiden–New York–Cologne: Brill, 1995, pp. 73-77.
[29] BURCHARD DE MONT-SION – *Peregrinatores medii aevi quatuor: Burchardus de Monte Sion, Ricoldus de Monte Crucis, Odoricus de Foro Julii, Wilbrandus de Oldenborg*... Leipzig: J. C. Hinrichs, 1864, p. 48.
[30] HÜTTEROT, Wolf-Dieter; ABDULFATTAH, Kamal – *Historical Geography of Palestine, Transjordan and Southern Syria in the Late 16th Century*. Erlangen: Fränkischen geographischen Gesellschaft: Palm & Enke, 1977, p. 157.
[31] CONDER, Claude-Reigner; KITCHENER, Horacio-Herbet – *The Survey of Western Palestine*. Vol. II. *Sheet VII–XVI, Samaria, Memoirs of the topography, orography, hydrography, and archaeology*. London: Committee of the Palestine exploration found, 1886, pp. 117–119.

With 46 houses in 1931 and an estimated population of 300 in 1945, the village of Kawkab al-Hawa was depopulated after it was attacked by the Haganah between May 16 and May 21, 1948[32].

Functions of Belvoir Castle under Frankish domination

The military role of Belvoir Castle: Fulk of Anjou or the "Vitry Line" before Maginot

Jacques de Vitry mentions Belvoir and a number of other castles in *Historia Orientalis*, a text he composed between 1216 and 1227, when he was Bishop of Acre. The text is anachronistic and too often mentioned without critical analysis, which leads to two errors. The first one concerns the dating of the construction of the castle, the second one its motivations. Here is the original text in Latin followed by its translation:

> "Cum igitur ciuitates memoratas pluresque alias, maxime mediterraneas, nostri subiugare non possent, in extremitatibus terrae suae, vt fines suos defenderent, castra munitissima & inexpugnabilia inter ipsos & hostes extruxerunt, scilicet Montem Regalem, & Petram Deserti, cuius nomen modernum est Crac, vltra Iordanem, Sapheth & Belvoir, cum multis aliis munitionibus, citra Iordanem. Est autem Sapheth castrum munitissimum inter Accon & mare Galileæ, non longe a montibus Gelboë situm. Belvoir vero, non longe a monte Thabor iuxta civitatem quondam egregiam & populosam Iezraël, inter Citopolim & Tyberiadem, situm est in loco sublimi"[33].

> "So our people, not having been able to conquer the cities of which I have just spoken and several others, and mainly the cities located in the interior of the lands, and wanting to defend their borders, built at the end of the territory they occupied, and consequently between themselves and their enemies, very strong and entirely impregnable castles, namely, beyond the Jordan, Mont-Réal and the Stone of the Desert, whose modern name is Crac, not to mention many other fortresses. Saphet, a very strong castle, is located between Accon [Acre] and the Sea of Galilee, not far from the mountains of Gilboa. Belvoir is located on a very high point, not far from Mount Tabor, next to the city of

[32] KHALIDI, Walid – *All that Remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 1992, pp. 52–53.
[33] VITRY, Jacques de – *Iacobi de Vitriaco, Primum Acconensis*, p. 84; VITRY, Jacques de – *Historia Orientalis seu Hierosolymitana*, p. 1074.

> Jezreel, which was once very beautiful and very populated, between Scythopolis [Beit She'an] and Tiberias" [34].

In his chronological account, Marino Sanudo included this passage almost word for word at the end of the reign of King Fulk, which was in 1143 at the latest[35]. Max van Berchem had already contradicted Guérin and his immediate successors when he pointed out that Jacques de Vitry had not mentioned any dates for the construction of the various castles mentioned in this passage[36]. Moreover, Jacques de Vitry contradicted himself when he mentioned a construction campaign planned under Fulk's reign. He had previously dated in his chronicle the erection of the castle of Montreal over the River Jordan in the same year as the death of King Baldwin I, which was in 1118[37]. Actually, the passage quoted here appears in Jacques de Vitry's account after his description of the failure of an Egyptian campaign attributed to King Amalric. Between 1163 and 1169, Amalric led five campaigns against Egypt. Jacques de Vitry's account clearly refers to the fifth campaign (Oct. - Dec. 1169)[38]. However, by that time the Belvoir site had already been passed on to the Hospitallers and the construction work of the concentric castle had clearly started – and had probably already been finished, as a mention from Theodericus around 1169 suggests (see above).

Paul Deschamps wrote that the importance of Safed's position must have been quickly recognized by Hugh of Saint-Omer. Basing his arguments on no archaeological data or original sources other than Vitry's, he considered it "probable" (sic) that King Fulk fortified Belvoir and Safed. It is clear that this hypothesis has since been adopted, and still is today, by many researchers. In Safed,

---

[34] VITRY, Jacques de – *Histoire de l'Orient et des croisades pour Jérusalem*. Trad. F. Guizot. Ed. N. Desgrugillers. Clermont-Ferrand: Éditions Paleo, 2005, p. 76.
[35] SANUDO, Marino – *Secreta Fidelium Crucis*, p. 166.
[36] GUERIN, Victor – *Description géographique, historique et archéologique de la Palestine*. Troisième partie. *Galilée*. 2 tomes. Paris: L' Imprimerie Nationale, 1880, pp. 129-132; VAN BERCHEM, Max – "Notes sur les Croisades. I: Le royaume de Jérusalem et le livre de M. Röhricht". *Journal Asiatique* 19 (1902), pp. 413-414.
[37] VITRY, Jacques de – *Histoire de l'Orient et des croisades pour Jérusalem*, p. 58; ELLENBLUM, Ronnie – *Crusader Castles and Modern Histories*, 2007, p. 179.
[38] PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume Latin de Jérusalem,* t. I, pp. 442-445; ELLENBLUM, Ronnie – *Crusader Castles and Modern Histories*, p. 177; ELLENBLUM, Ronnie – "Three Generations of Frankish Castle-Building in the Latin Kingdom of Jerusalem". In BALARD, Michel (éd.) – *Autour de la première croisade (Actes du Colloque de la Society for the Study of the Crusades and the Latin East, Clermont-Ferrand, 22-25 juin 1995).* Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 517-551.

Arab sources mention a first fortification as early as 1102, therefore contradicting the suggestion that the castle was erected under Fulk's reign.

Chronological issues aside, the function of the castles remains, according to Deschamps, almost exclusively defensive. On this, the subtitle of the second volume of his study of crusader castles in the Holy Land, "*La défense du Royaume de Jérusalem*" is more than evocative.

To better understand Deschamps, we must consider the mentalities of his time, the interwar years. From a military point of view, the twenties and thirties were marked by the preponderance of a defensive strategy. Between 1927 and 1929, Deschamps had studied and partly excavated the Crac des Chevaliers with the help of the French Army of the Levant. The environment in which he evolved must have constituted a fertile ground for him to take up the hypothesis, already put forward by Rey, of a reasoned development of fortified lines to defend the borders of the crusader states of the twelfth and thirteenth centuries[39]. Vauban and Maginot, "spiritual sons" of Fulk of Anjou…

While the geographical and topographical position of Belvoir undoubtedly gives strategic value to the place, it is necessary to situate its construction in the context of the time, Amalric's reign. Even though the campaigns that were carried out at the time were unsuccessful, in Egypt in particular, they clearly show that the Latin kingdom of Jerusalem was still behaving as an offensive state seeking to expand. It is therefore necessary to look for reasons, beyond military ones, that could justify for the order of the Hospitallers of Saint John of Jerusalem to invest colossal sums in the construction of the castle of Belvoir.

[39] REY, Emmanuel-Guillaume – *Etude sur les monuments de l'architecture militaire des croisés en Syrie et dans l'île de Chypre*. Paris: Hachette Livre, 1871, pp. 3-6; REY, Emmanuel-Guillaume – *Les colonies franques de Syrie au XIIe et XIIIe siècle*. Paris: Picard, 1883, pp. 118-137. At about the same time as Rey, Conder and Kitchener wrote in the notes of *Surveys* "*Crusading Belvoir, which was built by King Fulke about 1140 AD*" (CONDER, Claude-Reigner; KITCHENER, Horacio-Herbet – *The Survey of Western Palestine,* vol. II, p. 85).

The Castle of Belvoir as a tool for the management and colonization of a territory: the *Castellany* of Belvoir

The various transactions that appear in many deeds attest to the acquisition by the Hospitallers of villages and their land around Belvoir. Their distribution clearly shows a territorial grouping. The acquisition dates prove that the domain began forming well before the construction of the castle. No longer a mere border post, it appears as the center of an administrative and economic power, a central part of the management of a territory.

Excavations in the castle have, for example, made it possible to discover a number of fragments of sugar molds[40]. The sugar cane plantations and production workshops being located not on the plateau but in the valley, the presence of these utensils in the castle can only be explained by their storage and their grouping in one place from which they could be dispatched to the production centers of the Belvoir castellany.

Conclusions

In the light of available written and archaeological sources, the functions of the Frankish castle in the Holy Land are more diversified and clearer. The castle is indeed a place of military assembly from which contingents are summoned to join the ost. It constitutes a place of refuge, it can be called to support sieges, or be the point of departure of a rescue army. These various events attest the punctuality of its strategic function. On the other hand, its occupants had to carry out the various daily tasks necessary for the good management of the domain placed under the dependence of the castle. If the study of the deeds of acquisition makes it possible to define the limits of this territory and the number of villages attached to it, it is more difficult to know its populations. As for Horvat Shema[41], reoccupied during the

[40] See in this volume the article: POISSON, Jean-Michel; DORSO, Simon – "Excavation reveals a pre-castle settlement". *Medievalista* 33 (Janeiro – Julho 2023), pp. 81-96. Available in https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

[41] BARBE, Hervé – "Safed Castle and its Territory: Frankish Settlement and Colonisation in Eastern Upper Galilee during the Crusader Period". In SINIBALDI, Micaela; LEWIS, Kevin J.; MAJOR, Balazs; THOMPSON Jennifer A. – *Crusader Landscapes in the Medieval Levant. The Archaeology and History of the Latin East*. Cardiff: University of Wales Press, 2016, pp. 67–68, 74. In Horvat Shema, the study of the remains of the fauna for the 12th and 13th centuries clearly attests that the population was neither

Frankish period in the castellany of Safed, the village of Coquet, created in the second third of the twelfth century, must have welcomed a Christian population, probably a mixture of Eastern Christians and Frankish settlers.

Already carried out on the castle of Safed[42], studies of a territory dependent on a castle clarify the importance of the economic role of these fortified centers in the Latin East.

Bibliographical References

Printed Sources

ABU'L-FIDA, Isma'il – "Résumé de l'Histoire des Croisades tiré des annales d'Abu 'l-Fida". In *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens orientaux*. Paris: Imprimerie nationale, 1872, t. I, pp. 1-165.

ABU SHAMA – *Kitab al-Raudatayn fi Akhbar al-Daulatayn*. Ed. M. H. M. Ahmad an M. M. Ziyada, Cairo, 1956-1962, 2 vols.

ABŪ SHĀMA – "Le livre des deux jardins". In *Recueil des historiens des croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens orientaux*. T. IV. Paris: Imprimerie nationale, 1898.

BAHA' AD-DIN IBN SHADDAD – "Anecdotes et beaux traits de la vie du sultan Youssof (Salah ed-Din)". In *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens orientaux*. Paris: Imprimerie nationale. T. III, 1866.

BURCHARD DE MONT-SION – *Peregrinatores medii aevi quatuor: Burchardus de Monte Sion, Ricoldus de Monte Crucis, Odoricus de Foro Julii, Wilbrandus de Oldenborg*... Leipzig: J. C. Hinrichs, 1864.

Cartulaire de l'église du Saint-Sépulcre de Jérusalem publié d'après les manuscrits du Vatican. Ed. E. de Rozière. Paris: Imprimerie Nationale, 1849.

Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers de St.-Jean de Jérusalem (1100–1310). Ed. J. Delaville Le Roulx, 4 vols. Paris: Ernest Leroux, 1894-1906.

GUILLAUME DE TRY– "La continuation de Guillaume de Tyr, de 1184 à 1261". In BEUGNOT, Arthur; LANGLOIS, A. (ed.) – *Recueil des historiens des Croisades publié*

Jewish nor Muslim. The consumption bones found at Belvoir in the stratigraphic layers in relation to the occupation of the village in the 12th century remain to be studied.

[42] BARBE, Hervé – "Safed Castle and its Territory: Frankish Settlement and Colonisation in Eastern Upper Galilee during the Crusader Period", pp. 55–79.

par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettre. Historiens occidentaux. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-lettres, 1859, t. II.

GUILLAUME DE TYR – "L'Estoire de Eracles, empereur, et la conqueste de la Terre d'Outre-Mer, c'est la continuation de «l'Estoire» de Guillaume, arcevesque de Sur: Continuation de Guillaume de Tyr, de 1229 à 1261, dite du manuscrit de Rothelin". In BEUGNOT, Arthur; LANGLOIS, A. (pub.) – *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens occidentaux*. Paris: Impr. royale, 1859, t. II, p. 1-481.

GUILLAUME DE TYR – *Willelmi Tyrensis archiepiscopi Chronicon*. Éd. R.B.C. Huygens, *Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis* 63–63a, Turnhout: Brepols, 1986.

GUILLAUME DE TYR – *Chronique du royaume franc de Jérusalem de 1095 à 1184*. Traduction G. et R. Métais, 2 vol. Paris: L'Intermédiaire des chercheurs et curieux, 1999.

HUYGENS, R.B.C. – *De constructione castri Saphet, Construction et fonctions d'un château fort franc en Terre-Sainte*. Amsterdam: North-Holland, 1981.

IBN AL-ATHIR – "Extrait de la chronique intitulée Kamel – Altevarykh". In *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettre. Historiens orientaux*. Paris: Académie des inscriptions et belles-lettres, 1844, 1859, t. I, pp. 187-744; t. II, pp. 3-180.

IBN SHADDAD AL-HALIBI – *al-A'laq al-Khatīra fi Dhikr Umarā' al-Shām wa'l-Jazīr.* II, pt. 2, Tārīkh Lubnān, al-Urdunn wa-Filastin. Ed. S. al-Dahhān. Damascus: Institut Francais de Damas, 1963.

La chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier. Ed. L. de Mas Latrie. Paris: Vve de J. Renouard, 1871.

Les Gestes des Chiprois. Recueil de chroniques françaises écrites en Orient aux XIII^e^ et XIV^e^ siècle (*Philippe de Navarre et Gérard de Monréal*). Ed. G. Raynaud. Genève: Fick (Publications de la Société de l'Orient latin. Série historique, 5), 1887.

"Les Gestes des Chiprois". In PARIS, Gaston; LATRIE, Louis de Mas (éd.) – *Recueil des historiens des croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettre. Documents arméniens*. Paris: Imprimerie Nationale, 1906, t. II.

MAQRĪZĪ, Aḥmad ibn 'Alī, – *Histoire des sultans mamlouks de l'Égypte*. Trad. M. Quatremère Paris: [Firmin Didot Printed for the Oriental translation fund of Great Britain and Ireland; J. Valpy and B. Duprat], 1845, 2 vols.

PAOLI, Sebastiano – *Codice diplomatico del sacro militare ordine Gerosolimitano oggi di Malta: Raccolto da vari documi*. T. I. Lucca: Marescandoli, 1733.

RÖRICHT (comp.) – *Regesta regni Hierosolymitani, 1097-1291*. Oeniponti, Libraria Academica Wageriana, 1893. *Additamentum* 1904.

SANUDO, Marino – *Secreta Fidelium Crucis*. Ed. Bongars, *Gesta Dei per Francos*. Hanover: Wechelian, 1611.

SOURDEL-THOMINE, Janine (ed.) – "Les conseils du Sayh al-Harawī à un prince ayyūbide". *Bulletin d'études orientales* XVII (1961-1962) (extrait).

THEÓDORIC – *Theodericus Libellus de Locis Sanctis*. Eds. M. L. et W. Bulst. Heidelberg: Winter, 1976.

THEÓDORIC; SAEWULF; JOHN OF WÜRZBURG –*Theodericus, Peregrinationes tres: Saewulf, John of Würzburg*. Ed. R. B. C. Huygens, with a study of the voyage of Seawulf by J. H. Pryor. *Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis* 139. Turnhout: Brepols, 1994-1995.

JACQUES DE VITRY – *Iacobi de Vitriaco, Primum Acconensis*…., *Libri Dvo, Quorom prior Orientalis, Sine Hierosolymitanæ: Alter, Occidentalis*. Ed. F. Moschus. Duaci: Ex officina typographia B. Belleri, 1597.

JACQUES DE VITRY – *Historia Orientalis seu Hierosolymitana*, Ed. J. Bongars, *Gesta Dei Francos*. I: 1047-1145. Hanau, 1611.

JACQUES DE VITRY – *Histoire de l'Orient et des croisades pour Jérusalem*. Trad. F. Guizot. Ed. N. Desgrugillers. Clermont-Ferrand: Éditions Paleo, 2005.

Willelmi Tyrensis archiepiscopi Chronicon. Ed. R.B.C. Huygens. *Corpus Christianorum Continuatio Mediaevalis,* 63–63ª. Turnhout: Brepols, 1986.

Studies

BARBE, Hervé; DAMATI, Emmanuel – "Le château de Safed: sources historiques, problématique et premiers résultats des recherches". In FAUCHERRE, Nicolas; MESQUI, Jean; PROUTEAU, Nicolas – *La fortification au temps des* croisades. Actes du colloque de Parthenay. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2004, pp.77-93.

BARBE, Hervé – "Safed Castle and its Territory: Frankish Settlement and Colonisation in Eastern Upper Galilee during the Crusader Period". In SINIBALDI, Micaela; LEWIS, Kevin J.; MAJOR, Balazs; THOMPSON, Jennifer A. – *Crusader Landscapes in the Medieval Levant. The Archaeology and History of the Latin East*, Cardiff: University of Wales Press, 2016, pp. 55-79.

BENVENISTI, Meron – *The Crusaders in the Holy Land*. Jerusalem: Isreal Universities Press, 1970.

BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders. A survey of the urban centers, rural settlements and castles of the Military Orders in the Latin East (c. 1120-1291)*. London-New York: Routledge, 2006.

COHEN, Michael – "The Fortification of the Fortress of Gybelin". In FAUCHERRE, Nicolas; MESQUI, Jean; PROUTEAU, Nicolas – *La fortification au temps des croisades*. *Actes du colloque de Parthenay*. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2004, pp. 77-93.

CONDER, Claude-Reigner; KITCHENER, Horacio-Herbet – *The Survey of Western Palestine.* Vol. II. *Sheet VII–XVI, Samaria, Memoirs of the topography, orography, hydrography, and archaeology*. London: Committee of the Palestine exploration found, 1886.

DESCHAMPS, Paul – *Les châteaux croisés en Terre-Sainte* 2. *La défense du Royaume de Jérusalem. Étude historique, géographique et monumentale*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1939.

DESCHAMPS, Paul – "Etude sur un texte latin énumérant les possessions musulmanes dans le royaume de Jérusalem vers l'année 1239". *Syria* 23 (1942-1943), pp. 86-104.

ELLENBLUM, Ronnie – "Three Generations of Frankish Castle-Building in the Latin Kingdom of Jerusalem". In BALARD, Michel (éd.) – *Autour de la première croisade (Actes du Colloque de la Society for the Study of the Crusades and the Latin East, Clermont-Ferrand, 22-25 juin 1995).* Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 517-551.

ELLENBLUM, Ronnie – *Crusader Castles and Modern Histories*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GROUSSET, René – *Histoire des Croisades et du royaume Franc de Jérusalem*. 3 vols. Première édition. Paris: J. Tallandier, 1934-1936.

GUERIN, Victor – *Description géographique, historique et archéologique de la Palestine*. Troisième partie. *Galilée*. 2 tomes. Paris: L' Imprimerie Nationale, 1880.

HUMPHREYS, R. Stephen – *From Saladin to the Mongols: The Ayyubids of Damascus, 1193-1260*. New York: State University of New York Press, 1977.

HOLT, Peter Malcolm – *Early Mamluk Diplomacy (1260-1290): Treaties of Baybars and Qalāwān with Christian Rulers*. Leiden–New York–Cologne: Brill, 1995.

HÜTTEROT, Wolf-Dieter; ABDULFATTAH, Kamal – *Historical Geography of Palestine, Transjordan and Southern Syria in the Late 16th Century*. Erlangen: Fränkischen geographischen Gesellschaft: Palm & Enke, 1977.

KEDAR, Benjamin Z.; PRINGLE, Denys – "La Fève: A Crusader Castle in the Jezreel Valley". *IEJ* 35 (1985), pp. 164-182.

KHALIDI, Walid – *All that Remains: The Palestinian Villages Occupied and Depopulated by Israel in 1948*. Washington: Institute for Palestine Studies, 1992.

PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume Latin de Jérusalem*. Paris: CNRS éditions, 2001.

REY, Emmanuel-Guillaume – *Etude sur les monuments de l'architecture militaire des croisés en Syrie et dans l'île de Chypre*. Paris: Hachette Livre, 1871.

REY, Emmanuel-Guillaume – *Les colonies franques de Syrie au XIIe et XIIIe siècle*. Paris: Picard, 1883.

RHEINHEIMER, Martin – *Das Kreuzfahrerfürstentum Galiläa*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1990.

SMAIL, Raymond-Charles – *Crusading Warfare (1097–1193).* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TSAFRIR, Yoram; DI SEGNI, Leah; GREEN, Judith – *Tabula Imperii Romani. Iudaea. Palaestina. Eretz Israel in the Hellenistic, Roman and Byzantine Periods. Maps and Gazetter*. Jerusalem: Israel Academy of Sciences and Humanities, 1994.

VAN BERCHEM, Max – "Notes sur les Croisades. I: Le royaume de Jérusalem et le livre de M. Röhricht". *Journal Asiatique* 19 (1902).

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BARBÉ, Hervé – "*Belvoir through textual sources. Functions of a Frankish castle in the Holy Land*". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 37-58. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

The occupation of Belvoir by the Hospitallers: chronology and written sources

A ocupação de Belvoir pelos Hospitalários: cronologia e fontes escritas

Damien Carraz

Université de Toulouse 2 – Jean-Jaurès
31000 Toulouse, France

damien.carraz@univ-tlse2.fr
https://orcid.org/0000-0002-8201-9471

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Fevereiro de 2022
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 22 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6252

ABSTRACT

What do we know about the occupation of the castle of Belvoir by the Hospitallers of St. John of Jerusalem? This paper endeavors to draw up the state of the written documentation, consisting of a few chronicles, both Arabic and Latin, supplemented by charters from the Hospital's collections. The history of the castle is put into perspective with the process of militarization of the Order and its growing involvement in the defense of the Latin states of the East. Acquired between 1165 and 1168, Belvoir quickly played a key role in the defense of Galilee, to the point of appearing as a major fortress of the Hospital. By January 1189, however, the place was taken over by the Ayyūbids. In 1241, following a treaty with al-Kâmil, Sultan of Egypt, the castle and its territory were returned to the Hospitallers. However, we do not know the circumstances under which the brothers moved back into a castle that had, in the meantime, suffered several destructions. In 1255, the Order strengthened its position by absorbing the possessions of the monastery of Mount Tabor. But, between 1263 and 1266, the campaigns of the Sultan Baybars resulted in the destruction of the Hospitaller settlement in eastern Galilee.

Keywords: Hospital of St. John of Jerusalem; castle; crusades; Ayyūbids; Mamluk.

RESUMO

O que sabemos sobre a ocupação do castelo de Belvoir pelos Hospitalários de São João de Jerusalém? Este artigo procura traçar o estado da documentação escrita disponível, composta por algumas crónicas, árabes e latinas, complementadas por cartas das coleções do Hospital. A história do castelo é colocada em perspectiva com o processo de militarização da Ordem e o seu crescente envolvimento na defesa dos estados latinos do Oriente. Adquirido entre 1165 e 1168, Belvoir rapidamente desempenhou um papel fundamental na defesa da Galileia, tornando-se numa das principais fortalezas do Hospital. Em janeiro de 1189, no entanto, o local foi tomado pelos Ayyūbids. Em 1241, na sequência de um tratado com al-Kâmil, Sultão do Egipto, o castelo e o seu território foram devolvidos aos Hospitalários. No entanto, desconhecem-se as circunstâncias em que os cavaleiros voltaram para um castelo que, entretanto, havia sofrido vários danos. Em 1255, a Ordem reforçou a sua posição absorvendo os bens do mosteiro do Monte Tabor. Contudo, entre 1263 e 1266, as campanhas do Sultão Baybars resultaram no desmantelamento da presença do Hospital no leste da Galileia.

Palavras-chave: Hospital de São João de Jerusalém; castelo, cruzadas, Ayyūbids; Mamluk.



Belvoir, an iconic representation of the "Crusader castle" [1] is, above all, one of the emblematic fortifications of the Order of the Hospital, along with Margat and the Crac des Chevaliers. However, it is hard to imagine what such a construction could represent for this military order: knowledge of the site, and even more so of its occupants, is blurred by the disparity of the written documentation. Mentions of Kawkab al-Hawa in Arab chronicles are, of course, relatively numerous but, being all to the glory of the power of the Ayyūbids, they don't give much details about the Christian occupation of the fortification[2]. The Latin narratives, on the other hand, are more likely to be written by travelers, and tend to take an overhanging position, often merely emphasizing the beauty of the site and the strength of its strategic position. Consequently, there is not much left beside the diplomatic documentation relating to the Hospital to give a chronological reference on the occupation of the site by the Latins. Unfortunately, after the many trials and tribulations of the central archives of the Order, only scattered acts remain, which are more likely to shed some light on the estate managed from the castle rather than on the castle itself[3]. Hypotheses of identification of the spaces can therefore only be based on archaeological analysis, supported by comparisons, as is the case for most of the fortifications of the Latin states[4]. In fact, contrary to what the archives of the

[1] On this aspect: ELLENBLUM, Ronnie – *Crusader Castles and Modern Histories*. Cambridge, GB; New York: Cambridge University Press, 2007, p. 85. In Paul Deschamps' work, Belvoir is among the buildings representative of what Anglo-Saxon historiography would later call "*concentric castle*" (DESCHAMPS, Paul – *Les châteaux croisés en Terre Sainte*. *La défense du royaume de Jérusalem*. Paris: P. Geuthner, 1939, vol. 2, p. 236). However, it must be admitted that the illustrious scholar had a very limited interest in this edifice, probably because his plan was difficult to read at the time (see in particular the brief survey taken from the *Survey of Western Palestine*: DESCHAMPS, Paul – *Les châteaux croisés en Terre Sainte*, vol. 2, p. 121).

[2] In general, if the ambivalent character of the brothers of the Temple and the Hospital intrigued Muslim observers, they had only a very approximate knowledge of the functioning of the Military Orders. For a recent synthesis, but which adds nothing new: LEWIS, Kevin – "Friend or foe. Islamic views of the Military Orders in the Latin East as drawn from Arabic sources". In SCHENK, Jochen; CARR, Mike (eds.) – *The Military Orders*. Vol. 6.2. *Culture and Conflicts in the Mediterranean World*. London-New York: Routledge, 2016, pp. 20-29.

[3] Finally, on the peregrinations of the central archives of the Templars, whose tormented destiny was largely linked to the Hospitallers' own archives: LUTTRELL, Anthony – "The Templars' archives in Syria and Cyprus". In BORCHARDT, Karl; *et al.* (eds) – *The Templars and their Sources*. London-New York: Routledge, 2017, pp. 38-45.

[4] See the exemplary case of the Crac des Chevaliers studied in parallel by several research teams, notably a German and a French one. For the German team: BILLER, Thomas (ed.) – *Der Crac des Chevaliers. Die Baugeschichte einer Ordensburg der Kreuzfahrerzeit*. Regensburg: Schnell & Steiner,

Western commanderies sometimes reveal[5], charters provide no topographical or chronological indications likely to provide information on the construction of the castle, the organization of life within, or how it protected itself. We won't try either to grasp what such a monument would represent in terms of "identity" for a religious order as the Hospital[6]. It is well known that the living quarters of the Military Orders had to adapt to the specific *propositum vitae* of the brothers and that the castle of Belvoir, like any other Hospitaller fortified *domus*, was part monastery but, mostly, a military compound.

This article is not a historiographical essay on a building that is still regarded by historians and archaeologists as "the most symmetrical concentric castle"[7]. Nor will it be a question of setting this fortress in the context of the fortified architecture of its time, nor of revisiting the question of the various sieges that it faced: there is, indeed, a comprehensive bibliography on these issues[8]. The circumstances surrounding the establishment of this castle in this part of Eastern Galilee are discussed by Hervé Barbet in this same dossier. Our aim will therefore be more modest: situating Belvoir's involvement within the military activity of the Hospital in the Kingdom of Jerusalem and, more particularly, the Latin occupation of Galilee. The chronological articulation will necessarily be dictated by the two phases of the Hospitallers' presence in Belvoir, first between 1168 and 1189, then between 1241 and 1266.

2006 (Forschungen zu Burgen und Schlössern; 3). And for the French team: MESQUI, Jean; GOEPP, Maxime – *Le Crac des chevaliers (Syrie). Histoire et architecture*. Paris: Académie des inscriptions et belles-lettres, 2018.

[5] See, for example, the case of Manosque discussed in the same publication.

[6] This issue is discussed in SHOTTEN-HALLEL, Vardit; SASS, Eytan; PERELIS GROSSOWICZ, Lydia – "The Hospitaller castle of Belvoir: setting the scene for a discussion of the topography, geology and architecture". In BOAS, Adrian J. (ed.) – *The Crusader World*. Abingdon-New York: Routledge, 2016, pp. 492-495.

[7] For example, in the general overview book of FULTON, Michael S. – *Siege Warfare during the Crusades*. Barnsley: Pen & Sword, 2020, pp. 232-234.

[8] Of the written sources relating to the siege of Saladin in 1187, the most comprehensive statement is still that of BILLER, Thomas – "Die Johanniterburg Belvoir am Jordan. Zum frühen Burgenbau der Ritterorden im Heiligen Land". *Architectura* 19 (1989), pp. 105-136.

The Hospitaller Order During the First Latin Occupation of Belvoir

Approved in 1113 as a religious institution with a charitable vocation, the Hospital of St. John of Jerusalem was fairly quickly turned into a military order, inspired by the Temple[9]. The changeover from a charitable institution to a true Military Order really took place under the magisterium of Gilbert of Assailly (1162-1170). With the encouragement of the sovereigns of the Latin States, the mission assigned to the religious order evolved and, in particular, led the brothers to receive guardianship of fortifications. Before 1160, the Hospitallers held fewer than a dozen fortified places within the Latin States – some, such as Bayt Jibrin (1136) and Crac des Chevaliers (1142-1144), had been acquired early. Then, under the magisterium of Gilbert of Assailly, a dozen additional fortifications were acquired and seigneurial rights were obtained over half a dozen other sites[10]. The castle of Belvoir was purchased in this context between 1165 and 1168, as was the castle of Margat. Acquired in 1186, the latter was to become one of the major fortifications of the Order[11]. The Hospitallers therefore had, from that time on, a sufficiently solid financial base to assume the costs of their military orientation.

The acquisition of the Belvoir estate, which Hervé Barbé is discussing here, came at a time when the Hospital is said to have been going through a difficult financial situation[12]. The Order, engaged in the Egyptian campaigns of King Amalric I of Jerusalem, seemed heavily in debt in 1168 and 1169. Furthermore, the bellicose policy of Gilbert of Assailly had been contested from within the convent, which had led to his resignation in 1170, which in turn caused an institutional crisis for four

[9] On the militarization begun in the central years of the eleventh century: RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of Saint John in Jerusalem and Cyprus, c. 1050-1310*. London: Palgrave Macmillan, 1967, pp. 52-59; DEMURGER, Alain – *Les Hospitaliers. De Jérusalem à Rhodes, 1050-1317*. Paris: Tallandier, 2013, pp. 79-104.

[10] RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of Saint John in Jerusalem and Cyprus, c. 1050-1310*, pp. 69-70 and p. 136; DEMURGER, Alain – *Les Hospitaliers. De Jérusalem à Rhodes, 1050-1317*, pp. 369-376.

[11] BURGTORF, Jochen – "Die Herrschaft der Johanniter in Margat im Heiligen Land". In CZAJA, Roman; SARNOWSKY Jürgen (eds.) – *Die Ritterorden als Träger der Herrschaft: Territorien, Grundbesitz und Kirche*. Tagung Ordines militares - Colloquia Torunensia Historica (14; 2005; Toruń, Poland). Toruń: Uniwersytet Mikołaja Kopernika, 2007, pp. 27-57.

[12] On the establishing of the Hospitaller estate, see above all: DORSO, Simon – "Change or continuity? Rural settlement in Eastern Galilee at the time of the crusades. The Hospitaller estate of Belvoir". In SHOTTEN-HALLEL, Vardit; WEETCH, Rosie (eds.) – *Crusading and Archaelogy: Some Archaeological Approaches to the Crusades*. London-New York: Routledge, 2020 (Crusades – subsidia), pp. 263-283.

years[13]. In spite of this, the Hospitallers remained involved in the defense of the Kingdom of Jerusalem. In the 1170s, the pilgrim John of Würzburg noticed the significant expenditures of the Order "which maintains, in its castles, many men educated in the arts of war, for the defense of the Christian lands against the incursions of the Saracens" [14]. As for Belvoir, the pilgrim Theoderic had noted that the construction was ideally placed to defend the Kingdom of Jerusalem against Nūr al-Dīn, the emir of Aleppo[15]. The castle defended a land within reach of enemy raids. Already before Saladin's great offensives, this sector had twice been the scene of raids and clashes between Latins and Muslims, in the summer of 1182 and two years later[16]. In practice, as has been noted, the castle's garrison could only have watched from afar as Saladin's army passed by on its way to the plain of Hattin in 1187[17]. In the 1180s however, Belvoir appeared to be one of the Order's most significant fortifications. Besides, the chronicler Abū Shāma refers to this site as the headquarters of the Hospitallers[18], which is erroneous, but reflects the importance the fortress had acquired in the eyes of Muslim observers. It is possible that the monument quickly acquired a certain prestige as far as the West, if we are to understand in this sense the founding diploma of Belver, the first castle owned by the Hospitallers in the Kingdom of Portugal. In fact, the name "Belver" was imposed by the king Sancho I himself when, in 1194, he ceded territory on the border of the

[13] RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of Saint John in Jerusalem and Cyprus, c. 1050-1310*, pp. 60-63 and p. 73. According to Guillaume de Tyr, the debts of the Order amounted to 100,000 besants at the time of Assailly's renunciation in the summer of 1170. And on the schism opened by the departure of Assailly: BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars. History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310)*. Leiden; Boston: Brill, 2008, pp. 65-74.

[14] JEAN DE WÜRZBOURG – "*Descriptio terrae sanctae*". In *Peregrinatores tres: Saewulf, John of Würzburg, Theodericus*. Ed. R. B. C. Huygens. Corpus Christianorum, 139. Turnhout: Brepols, 1994, pp. 131-135.

[15] "*In cuius vicino [Bethsan] monte precelso hospitarii fortissimum et amplissimum castrum constituunt, ut adversus Noradini Halapiensis tyranni insidias terram citra Jordanem sitam possint tueri. Est et ibi iuxta ad occidentem quoddam castrum Templariorum vocabulo Sapham, adversus Turcorum incursiones valde munitum*" (THÉODORIC – *Libellus de Locis Sanctis*. Ed. T. Tobler. St Gallen: Huber, 1865, pp. 97-98).

[16] GROUSSET, René – *Histoire des Croisades et du royaume Franc de Jérusalem*. Paris: Plon, 1935, t. II, pp. 707-709 and 723-726; PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume latin de Jérusalem*. 2 t. Paris: Éditions du C. N. R. S., 1969, t. I, pp. 601-604 and 631-633; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller in the Levant, c.1070-1309*. Houndmills-New York: Palgrave Macmillan, 2012, pp. 38-39.

[17] FULTON, Michael S. – *Siege Warfare during the Crusades*, pp. 79-80.

[18] "Kawkeb, capital of the Hospitallers, dwelling place of the ungodly, residence of their chief, storehouse of their weapons and provisions" (ABŪ SHĀMA – "Le livre des deux jardins". In *Recueil des historiens des croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens orientaux*. Paris: Imprimerie nationale, 1898, t. IV, p. 388).

River Tagus to the Hospitallers in order to erect a castle[19]. Although the royal charter does not go as far, Portuguese historiography does admit that the name of this fortification, whose architecture shows influences from the Latin East, is an explicit reference to the Belvoir of the Holy Land[20].

The most important castles of the Hospitaller Order were placed under the command of a castellan (*castellanus*), according to common usage in the feudal organization of the Holy Land[21]. Thus, the names of three "*castellani*" attested to Belvoir between 1173 and 1185 have been preserved[22]. However, nothing is known about the garrison that defended this castle. By ways of comparison, in addition to the garrison itself, Margat is said to have housed about a thousand-armed people, while the Crac des Chevaliers housed some two thousand combatants in peacetime. These estimates, however, date from the beginning of the thirteenth century[23]. At the time of Belvoir's first occupation, the proportions would be much more modest. In the second half of the twelfth century, the small hospital fortification of Belmont, near Jerusalem, was held by a dozen knights and nearly 330 other men[24]. The number of troops present at Belvoir could be situated between these different

[19] "*terra illa que vocatur Guidimtesta in qua concedimus vobis ut faciatis castellam quodam cui imponimus nomen Belver hec hereditas istis circundatur terminis citra Tagum* …" (COSTA, Paula Pinto; BARROCA, Mário – "A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194". In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares (Palmela, 15 a 18 de fevereiro de 2006)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/ GEsOS, 2009, p. 684).
[20] BARROCA, Mário – "Os castelos das Ordens Militares em Portugal (séc. XII a XIV)". In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / Ed. Colibri, 2001, pp. 538-539.
[21] PRINGLE, Denys – "The role of castellans in the Latin East". In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *Castelos das Ordens Militares. Encontro internacional (Tomar, 10-13 Outubro 2012)*. Palmela: Direcção-Geral do Património Cultural; Câmara Municipal de Palmela, 2013, vol. 2, pp. 183-203. The title of "*castellanus*" could occasionally be carried in the West by commanders whose headquarters were actually located in a castle. It is thus the case in Manosque although the association "*preceptor and castellanus*" was in no way systematic (CARRAZ, Damien – *Un commandeur ordinaire? Bérenger Monge et le gouvernement des hospitaliers provençaux au XIII^e siècle*. Turnhout: Brepols, 2020, p. 127).
[22] *Fratre Oldino, Bellivideri castellano* (1173, Jerusalem); *frater Alebaudus, castellanus Belviderii* (1184, Acre); *fratris Monterii, castellani de Belveeir* (1185) (*Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers de Saint-Jean-de-Jérusalem (1100-1310)*. Ed. J. Delaville le Roulx. Paris: E. Leroux, 1894-1906, t. I, n.º 443, 663 and 754).
[23] BURGTORF, Jochen – "Die Herrschaft der Johanniter in Margat im Heiligen Land", p. 40; DESCHAMPS, Paul – *Les châteaux croisés en Terre Sainte*. *Le Crac des Chevaliers. Étude historique et archéologique*. Paris: Paul Geuthner, 1934, vol. 1, p. 87. According to the pilgrim Wilbrand of Oldenburg, in 1211, Margat was guarded by only 4 Hospitaller knights and 28 watchmen but leading a force of 1,000 defenders (FULTON, Michael S. – *Siege Warfare during the Crusades*, p. 92).
[24] BARBER, Malcolm – *The Crusader States*. New Haven and London: Yale University Press, 2012, p. 229.

estimates. It is thought, however, that the fighting brothers of the Hospital were probably never more than two or three hundred on the scale of the whole Latin East[25]. The Hospitallers themselves were, in any case, in the minority and would therefore have been unable to hold fortifications of this magnitude without resorting to vassals and mercenaries[26]. The indigenous population could eventually be called to the service of the Hospitallers. It is the case of the Bedouins, some of which offered their help to the Frankish armies and the Military Orders[27]. In 1180, King Baldwin IV offered the Hospitallers the rights he held over a population of about one hundred Bedouin tents stationed near Belvoir[28].

As mentioned earlier, due to their profile and because they contain gaps, the written documents don't shed much light on the architectural organization of the castle itself. One space in particular was at the core of the interrogations of our research program: the chapel, such as it could be reconstructed from the lapidary deposit abandoned by Meir Ben Dov. Apart from the few texts quoting Belvoir, the challenge will be to widen the focus in order to see if other written sources would at least help to clarify the chronology of this construction presented here by Anne Flammin and Florian Renucci. The quality of the construction and the decoration suggests that it was the work of a prestigious commissioner, perhaps influential enough to have encouraged the arrival at Belvoir of craftsmen trained overseas[29]. To imagine an initiative of Master Gilbert of Assailly would, for example, be a seductive hypothesis.

[25] RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller in the Levant, c.1070-1309*, pp. 82-83.
[26] Despite a recent article by Alan Forey, the question of mercenaries employed in the armies of Military Orders in the East remains a field to be explored (FOREY, Alan – "Paid troops in the service of Military Orders during the twelfth and thirteenth centuries". In BOAS, Adrian J. (ed.) – *The Crusader World*. Abingdon-New York: Routledge, 2016, pp. 84-97). It appears, however, that very early on the Hospitallers had recourse to paied *servientes* to protect pilgrims (BELTJENS, Alain – "La papauté et les querelles récurrentes qui opposaient les Hospitaliers aux Templiers". *Bulletin de la Société de l'histoire et du patrimoine de l'Ordre de Malte* 24 (2011), pp. 6-7).
[27] RICHARD, Jean – "Bédouins". In JOSSERAND, Philippe; BÉRIOU, Nicole (eds.) – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, pp. 149-150.
[28] "*…centum tentoria Beduinorum apud Bellum Videre, libere et quiete, jure perpetuo habenda et possidenda, illorum videlicet Beduinorum quos ab alienis partibus convocare poteritis, et qui in regno meo sub meo vel hominum meorum potestate nunquam fuerint*." (MAYER, Hans Eberhard – *Die Urkunden der lateinischen Könige von Jerusalem*. T. 2. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 2010, pp. 714-716, n.º 420; 28 April 1180).
[29] An inscription simply bearing the signature "VILLELM(US)" could be linked to a mason involved in the construction of the chapel (SHOTTEN-HALLEL, Vardit; INGRAND-VARENNE, Estelle – "William of Belvoir (?): A Short Note on an Even Shorter Inscription". *Crusades* 18 (2019), pp. 21-24). But this is a very challenging hypothesis to support on the basis of this artefact alone.

But, apart from the fact that we would have to imagine a well-advanced construction site if not completed by 1170, neither the origin nor the networks of relations of this Grand Master are really known[30]. In the state of reflection, we simply note two elements. On the one hand, this high officer was well enough introduced to obtain, on several occasions, from King Louis VII to come to the aid of the Hospitallers[31]. On the other hand, within the Order of the Hospital, relations between the Latin East and the rear bases in the West, and especially Mediterranean France, seemed to be quite regular already in the last third of the twelfth century[32]. It is therefore by no means impossible that officers of the Order, who were accustomed to traveling from one shore of the Mediterranean to the other, took sculptors and lapicides to Palestine, and why not to Belvoir. In his time, on the basis of comparisons that would probably have to be taken up again, Paul Deschamps thought that the "architect" of the chapel of the Crac des Chevaliers could be Provençal[33]. In the same way, let us recall the activity in Jerusalem in the 1160s of a sculptors' workshop that seems to have worked in the cloister of the Templar house as well as in the Hospitaller church, and whose work has been compared with certain Provençal works[34].

[30] On the Assailly mandate as Master: DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers en Terre Sainte et à Chypre (1100-1310).* Paris: E. Leroux, 1904, pp. 63-80. The historiographer Jean Raybaud, well-informed on the facts concerning the Hospital proper but less reliable on family identifications, considered Assailly as a "native of Languedoc", more precisely of Toulouse (RAYBAUD, Jean – *Histoire des grands prieurs et du grand prieuré de Saint-Gilles*. T. I. Ed. C. Nicolas. Nîmes: Imprimerie Clavel et Chastanier, 1904, p. 70).

[31] *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, t. I, n.º 307 and 310 ([1163-1169]), n.º 377 ([9 April] 1167). Queen Constance, sister of the king and wife of Count Raimond V of Toulouse, continued her work on behalf of the Hospital (*Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, vol. I, n.º 440 (1173); CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2005, p. 114).

[32] In 1143, the Prior of Saint-Gilles, Aimon, was present in Jerusalem (*Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, vol. I, n.º 150). The second Master of the order, Raymond du Puy (c. 1121/3-c. 1158/60), was on tour in Occitania in 1157-1158 (*Cartulaire du prieuré de Saint-Gilles de l'Hôpital de Saint-Jean de Jérusalem (1129-1210)*. Ed. D. Le Blévec, A. Venturini. Paris: CNRS éd.; Turnhout: Brepols, 1997, suppl. 1, n.º 353 and 343). In June 1164, Raymond de Tiberias, then Commander of Jerusalem, also attended a chapter at the priory of Saint-Gilles, where he received a donation from Count Raimond V of Toulouse (*Cartulaire du prieuré de Saint-Gilles…*, n.º 323). Finally, Jean Raybaud likens Oldin Roland, Prior of Saint-Gilles from 1177 to 1182, to Brother Oldinus mentioned as *castellanus* of Belvoir in 1173 (RAYBAUD, Jean – *Histoire des grands prieurs et du grand prieuré de Saint-Gilles*, p. 82; this identification is followed by BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars. History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310)*, p. 604).

[33] DESCHAMPS, Paul – *Les châteaux croisés en Terre Sainte*, vol. 1., pp. 198-199.

[34] JACOBY, Zehava – "The Workshop of the Temple Area in Jerusalem in the Twelfth Century: its Origins, Evolution and Impact". *Zeitschrift für Kunstgeschichte* 45 (1982), pp. 325-394. The author evokes Saint-Trophime in Arles and the portal of Saint-Gilles-du-Gard, but it is obvious that these leads should be reviewed in the light of recent reconsiderations of Provençal Romanesque sculpture (see: HARTMANN-VIRNICH, Andreas; HANSEN, Heike – "Saint-Trophime in Arles und Saint-Gilles-

However, the Latins evacuated Belvoir as early as January 1189, following a siege that lasted nearly eighteen months[35]. The fate of the chapel after the capture of the castle is still uncertain: was it entirely demolished? Or was the building refurbished for another use? In any case, whatever its sponsor and its architectural qualities, the chapel at Belvoir did not have the longevity that could have made it one of the great centers of sacrality in the Holy Land, like the chapels at Crac des Chevaliers and Margat[36].

From the restoration of the Latin settlement to the Baybars campaigns

Galilee was marked by a reinvestment of the Latin presence as early as 1241 with the restoration of the citadel of Tiberias and the return of the monks of Mount Tabor to their monastery[37]. By this time, the organization of the Hospital on the scale of the Holy Land had evolved. The loss of Jerusalem had led to the relocation of the headquarters to Acre, where the brothers had built a huge complex, while the defenses of the main castles of Margat and Crac had been reinforced[38]. It was probably the treaty signed between Earl Richard of Cornwall and the Sultan of Egypt al-Sālih ʻAyyūb, in the spring of 1241, that returned the territory of Belvoir to the Hospitallers[39]. Matthew Paris transcribes a letter in which Richard of Cornwall gives an account of his crusade and lists the places given back to the Christians, including

du-Gard. Neuere und aktuelle archäologische Forschungen zu den romanischen Kirchenbauten und ihren Skulpturenfassaden an der provençalischen *Via Egidiana*". In NICOLAI, Berndt; RHEIDT, Klaus (eds.) – *Santiago de Compostela. Pilgerarchitektur und bildliche Repräsentation in neuer Perspektive*. Pieterlen: Peter Lang, 2015, pp. 363-383).

[35] Arab chronicles tell with some accuracy of the siege of Belvoir by Saladin's army (BILLER, Thomas – "Die Johanniterburg Belvoir am Jordan. Zum frühen Burgenbau der Ritterorden im Heiligen Land", pp. 107-109; ELLENBLUM, Ronnie – *Crusader Castles and Modern Histories*, pp. 283-284).

[36] The priors of the chapels of Crac and Margat enjoyed a recognized position within the Hospitaller hierarchy (*Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, t. III, n.º 3075, §. 7: statutes promulgated at the General Chapter of Acre in 1263).

[37] PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume latin de Jérusalem*, t. II, p. 292-295; RICHARD, Jean – *Histoire des croisades*. Paris: Fayard, 1996, p. 339.

[38] BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars*, pp. 74-90; BRONSTEIN, Judith – *The Hospitallers and the Holy Land. Financing the Latin East, 1187-1274*. Woodbridge: Boydell press, 2005, pp. 11-19.

[39] PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume latin de Jérusalem*, t. II, pp. 285-287. This treaty ratified an agreement made the previous year between Thibaud IV of Champagne and the Amir of Damascus al-Sālih Ismā'il. But this last compromise was established on fragile foundations, on the one hand because the territories conceded in Galilee did not in fact come under the power of Damascus but under that of Cairo, and on the other hand because the Latins were divided between the partisans of an agreement with Damascus (led by the Knights Templar) and the Hospitallers who preferred to negotiate with the Sultan of Egypt (PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume latin de Jérusalem*, t. II, pp. 279-282; RICHARD, Jean – *Histoire des croisades*, pp. 333-335).

Belvoir (under the spelling "Benaer")[40]. As Hervé Barbé recalled, the fortification had been dismantled for the first time around 1212 by order of Sultan al-'Ādil b. Ayyūb (1193-1218)[41]. But the castle seems to have been targeted by destruction twice again. The first phase of destruction was ordered by the Emir of Damascus, al-Mu'azzam 'Isā, when the army of the Fifth Crusade laid siege to Damietta, until negotiations initiated by Sultan al-Kāmil (1218-1238) suspended work in the summer of 1219. Against the evacuation of the Nile Delta by the crusaders, the Sultan of Egypt proposed the restitution of Latin possessions west of river Jordan. The intransigence of Pelage, legate of the Apostolic See, and of the Military Orders, however, doomed these talks to failure. Even though the ruler of Cairo had offered, in addition to compensation, to raise the fortifications of Kawkab and three other major places (Jerusalem, Tibnīn and Safed)[42]. In the fall of 1227, when dissension broke out among the heirs of Sultan al-'Ādil and Emperor Frederick II arrived in the Holy Land, al-Mû'azzam completed the dismantling of the castles of Galilee (Kawkab, Tibnīn, and Safed)[43]. Such a policy, on the part of al-Mu'azzam, was both directed against his brother al-Kāmil and against Frederick II's crusaders, all of whom coveted his possessions in Palestine.

One wonders, in this case, in what state the Hospitallers recovered the castle, if at all. In fact, no written source formally attests that the brothers reoccupied the place from the 1240s onwards. However, unlike the Mameluks, the Ayyūbids still

[40] "… the castle of Benaer, the castle of Amabel, Amoat, Alau, and the castle of Hybilis with its outbuildings, which castle is beyond the river on the eastern side, Safed, Nazareth, Mount Tabor, Ligum, Aschalis, the castle of Beithgirim, with their outbuildings and with all the villages which belong to the house of the Hospital of Saint John, and those which are known to belong to him in the outbuildings of Jerusalem and Bethlehem…" (MATTHIEU PARIS – *Grande chronique*. Trad. par A. Huillard-Bréholles. Paris: Paulin, 1840, pp. 185-194 [year 1241]). For a discussion on the locations recovered from the Franks: DORSO, Simon – "Templiers et Hospitaliers dans la Galilée du XIII[e] siècle: stratégies d'implantation et d'administration dans un territoire en sursis". In CHEVALIER, Marie-Anna (ed.) – *Ordres militaires et territorialité au Moyen Âge entre Orient et Occident*. Paris: Geuthner, 2020, pp. 59-61.

[41] BILLER, Thomas – "Die Johanniterburg Belvoir am Jordan. Zum frühen Burgenbau der Ritterorden im Heiligen Land", pp. 110-111; IBN AL-ATHĪR – *The Chronicle for the Crusading Period from al-Kamil fi'l-Ta'rikh*. T. III. Trad. D. S. Richards. Aldershot: Ashgate, 2010, p. 158, § 300.

[42] "Et tant plus que il vos donra par la conoissance de quatre prodes homes… tant d'avoir come costeront a fermer Jerusalem et Beauveoir et Safet et le Toron". (GUILLAUME DE TYR– "L'Estoire de Eracles, empereur". In BEUGNOT, Arthur; LANGLOIS, A. (pub.) – *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens occidentaux*. Paris: Imprimerie royale, 1859, t. II, liber 32, §. XI, pp. 341-342).

[43] PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume latin de Jérusalem*, t. II, pp. 154-156 and 176-179.

authorized the Latins to fortify the places retroceded by the treaties. Sultan al-Kāmil even offered to finance the restoration of Kawkab in 1219, although, as we have just recalled, the negotiations failed. Actually, according to Simon Dorso, both the Hospital and the Temple expressed a relative lack of interest in their former fortifications in Galilee. This lack of interest is explained both by the poor unity of the participants in the Fifth Crusade and by the fact that the Latins focused more on the defense of the coastline[44].

Later, the treaty of Jaffa of 1229 also authorized the Latins to fortify in the recovered territories, and Richard of Cornwall obtained confirmation of this principle in 1241. However, Joshua Prawer rightly noted that "to draw borders on the map of Palestine is one thing, to occupy and control the territories thus recovered is another. The Franks needed a stronger central power, financial means to raise the fortifications, and European immigration to populate the new territories"[45]. Yet none of these conditions were really met. In addition, the Hospitallers would have remained on the sidelines of the negotiations with the Sultan al-Kāmil, unlike the Templars, who were more concerned with defending their interests in Galilee[46]. On the other hand, one would have to consider the financial capacities of the Hospital of St. John. If Judith Bronstein notes a drop in the Order's investments in the West from the central decades of the thirteenth century[47], it seems that its capacity to support the *Subsidium Terrae sanctae* was not in any way affected at that time. To take just one example, in the 1280s, in a context that was much more difficult for the Holy Land, if not for Hospitallers finances, the Manosque commandery, in Provence, was still

[44] DORSO, Simon – "Templiers et Hospitaliers dans la Galilée du XIII[e] siècle: stratégies d'implantation et d'administration dans un territoire en sursis", pp. 54-55.
[45] PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume latin de Jérusalem*, t. II, p. 287.
[46] DORSO, Simon – "Templiers et Hospitaliers dans la Galilée du XIII[e] siècle: stratégies d'implantation et d'administration dans un territoire en sursis", pp. 57-59.
[47] BRONSTEIN, Judith – *The Hospitallers and the Holy Land. Financing the Latin East, 1187-1274*, pp. 81-92. The author's assessment of the situation of the three priories in France is contrasted. But the impression of an economic slowdown that occurred from the middle of the century is, in my opinion, largely attributable to the profile of the documentation consulted, based essentially on published diplomatic fonds. However, the change stems above all from a change in the documentary profile where, in a simplified form, charters were gradually replaced by registers, both notarial and relating to day-to-day management (see for example: CARRAZ, Damien – *Un commandeur ordinaire?*, pp. 222-231).

able to devote almost 40% of its income to the contribution (*responsiones*) sent to the East[48].

Even if we qualify the material difficulties that the Order would already have had to face, we can legitimately wonder about the importance of the building campaign undertaken by the Hospitallers at Belvoir in the central years of the thirteenth century[49]. In this period, the defense of the Latin states was essentially based on the Military Orders, which alone could maintain themselves in the main strongholds. In the logic of a defensive strategy in the face of the rising power of the Mameluks, Alain Demurger clearly showed how the Templars had literally "encircled" themselves in some enormous fortresses[50]. If the same was true for the Hospitallers, it is not clear that, in the Kingdom of Jerusalem where Templar fortifications were much more present, Belvoir was then among the priorities of the Order[51]. The Hospitallers were also the first to be able to defend themselves against the Mameluks.

However, the traveler Burchard of Mount Sion, who visited Galilee in 1283, had of course heard that Belvoir – then lost for twenty years – had belonged to the Hospitallers[52]. While we know nothing about the realities of the Hospitallers' reinvestment in the castle, it is attested that they had retained land from their former lordship. Proof of this can be found in an agreement of 1259 concerning the

[48] This is a global weighing of the seven years (1283-1290) covered by the accounts (CARRAZ, Damien – "Echoes of the Latin East among the Hospitallers of the West: the priory of Saint Gilles, *c*.1260-*c*.1300". In FISHHOF, Gil; BRONSTEIN, Judith; SHOTTEN-HALLEL, Vardit (eds.) – *Settlement and Crusade in the Thirteenth Century: Multidisciplinary Studies of the Latin East*. London-New York: Routledge, 2021 (Crusades – subsidia), pp. 247-248).

[49] Jonathan Riley-Smith similarly believes that the Order probably did not restore its castles of Bethgibelin, Belmont, and Belvoir, although these were in the territories returned to the Christians in 1229 and 1241 (RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller in the Levant, c.1070-1309*, p. 79).

[50] DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Éd. du Seuil, 2005, pp. 232-242.

[51] Independently of the interpretation presented here by Anne Flammin and Florian Renucci, let us recall that Vardit Shotten-Hallel put forward the hypothesis, in the second phase of the reoccupation of the castle, of a reconstruction of the castral chapel using in part the materials of the first church building (SHOTTEN-HALLEL, Vardit; SASS, Eytan; PERELIS GROSSOWICZ, Lydia – "The Hospitaller castle of Belvoir: setting the scene for a discussion of the topography, geology and architecture". In BOAS, Adrian J. (eds.) – *The Crusader World*, pp. 502-512).

[52] "*castrum Belveir, quod fuit hospitale sancti Iohannis*" (BURCHARD DE MONT-SION – "*Descriptio Terrae Sanctae*". In *Peregrinatores medii aevi quatuor*. Ed. J. C. M. Laurent. Leipzig: J. C. Hinrichs, 1864, p. 48).

tithes to be taken from the territory covered by the castle[53]. In addition, as was frequently the case in the Latin East, certain Hospitallers' possessions and those of the Templar Order, also present in this sector of the Lower Galilee, may have been intertwined. In 1262, at the end of a well-established negotiation procedure, the Knights Templar thus ceded to the Hospitaliers the rights they had over the *casal* of La Fève[54]. In the central years of the thirteenth century, the Hospital of St. John therefore sought to consolidate its presence in eastern Galilee, in particular by acquiring a series of properties and rights around Nazareth[55]. The charters that have been preserved especially highlight the interest of the Hospitallers in the position of Mount Tabor. The monastery of Mount Tabor and its possessions, then severely tested by the Muslim raids at the time of the Fifth Crusade, were given to the Order of St. John by Pope Alexander IV in April 1255[56]. In the summer of that same year, Brother Jocelin de Tournel was charged, on behalf of Master Guillaume de Châteauneuf, to take possession of nine *casalia* located "between Mount Tabor and the Sea of Tiberias"[57]. The Order thus considerably increased its possessions in eastern Galilee, while a *castellanus* responsible for collecting taxes in the villages around Mount Thabor and Nazareth is attested in 1259[58]. The Hospitallers had

[53] DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Inventaire des pièces de Terre Sainte de l'ordre de l'Hôpital*. Paris: E. Leroux, 1895, p. 61, n.º 318 (after Archives Départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 77, "Inventaire des chartes de Syrie" by Jean Raybaud, 1742).

[54] "*nos, le desus nomé maistre et le covent dou Temple, ... quitons et renuncions à vos frere Hugue Revel... et à vos le covent de ladite maison del Hospital... toz drois... seignories... que nos avons... au casal qui est apelez la Feve*..." (*Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, vol. III, n.º 3028; 31 May 1262). On the same day, the Templars abandoned several other rights and properties to the Hospitallers, including a casal located in the jurisdiction of Tiberias (CLAVERIE, Pierre-Vincent – *L'Ordre du Temple en Terre sainte et à Chypre au XIII^e siècle*. 3 vols. Nicosie: Centre de recherche scientifique, 2005, n.º 152, pp. 153-155).

[55] RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of Saint John in Jerusalem and Cyprus, c. 1050-1310*, p. 425.

[56] *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, vol. II, n.º 2726 (1 April 1255); RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of Saint John in Jerusalem and Cyprus, c. 1050-1310*, pp. 413-415; BRONSTEIN, Judith – *The Hospitallers and the Holy Land. Financing the Latin East, 1187-1274*, pp. 28-29 and 56. The monastery's collection of charters, part of which was placed in the Hospitallers' archives, gives a measure of the extent of the possessions and rights (*Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, vol. II, appendix, pp. 897-914). More specifically on the occupation of the territory and the villages under the monastery's jurisdiction: KHAMISY, Rabei G. – "The Mount Tabor Territory under Frankish Control". In SINIBALDI, Micaela; LEWIS, Kevin J.; MAJOR Balázs; THOMPSON, Jennifer A. (eds.) – *Crusader Landscapes in the Medieval Levant. The Archaeology and History of the Latin East*. Cardiff: University of Wales Press, 2016, pp. 39-53.

[57] *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, t. II, n.º 2747 ([30 June-2 July] 1255). On these nine villages: KHAMISY, Rabei G. – "The Mount Tabor Territory under Frankish Control", p. 47.

[58] *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, vol. II, n.º 2934 (24 October 1259). The same Jocelin de Tournel is attested as castellan of Mont-Thabor by two other charters of 1259 (*Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, vol. II, n.º 2934 and 2935; see also BURGTORF, Jochen – *The Central*

pledged to fortify the site and establish a strong garrison there, but they clearly did not have the means to undertake a real construction campaign. In fact, the place easily fell into the hands of the Mameluks during the first campaign that Sultan Baybars undertook in Palestine in 1263[59].

It is assumed that Belvoir was definitively taken away from the Christians during one of the campaigns of Sultan Baybars, between 1263 and 1266, even if no source formally testifies to any siege. It should be noted, for example, that the polygraph al-Maqrīzī (d. 1442), which devotes long developments to the campaigns of Baybars – and in particular to the capture of Safed – does not mention Kawkab anywhere[60]. In the spring of 1268, the Master of the Hospital Hugues Revel sent a detailed report on the situation in the Holy Land to the Prior of Saint-Gilles, Feraud de Barras. He listed the fortifications that had just been lost as a result of the campaign of Sultan Baybars. Belvoir is not mentioned, which suggests that the castle was no longer in the hands of the Hospitallers at that time[61]. It can be assumed that the loss of the castle occurred as early as 1263, during the campaign that the Mamluk sultan led against Nazareth and Mount Tabor. If the castle was actually abandoned at that time, it is conceivable that it was made without glory because Christian resistance would have been reported in Latin and Arabic chronicles.

Convent of Hospitallers and Templars, p. 596; and LOTAN, Shlomo – "St. Louis' Pilgrimage to Nazareth: A Reflection of Nazareth and Lower Galilee in the Mid-Thirteenth Century". In YAZBAK, Mahmoud; SHARIF, Sharif (eds.) – *Nazareth. History and cultural heritage*. *Proceedings of the 2nd International Conference, Nazareth (July 2-5, 2012).* Nazareth: Nazareth Municipality, 2013, p. 13). Note that Jean Raybaud also assigns to this Jocelin de Tournel the title of castellan of Belvoir, which would argue for a union of the estates of Belvoir and Tabor under the same direction (RAYBAUD, Jean – *Histoire des grands prieurs et du grand prieuré de Saint-Gilles*, p. 167).

[59] PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume latin de Jérusalem*, t. II, pp. 441-455.

[60] AL-MAQRĪZĪ – *Histoire des sultans mamlouks de l'Égypte.* T. I, vol. 2. Trad. É. Quatremère. Paris: Printed for the Oriental translation fund, 183, p. 29 and p. 151 (list of strongholds conquered by Baybars). Nor is Belvoir mentioned in the truce of 1266 by which the Hospitallers obtained from the Sultan the safeguarding of their castles of Margat and the Crac des Chevaliers (Hisn al-Akrād) (AL-MAQRĪZĪ – *Histoire des sultans mamlouks de l'Égypte*, p. 42).

[61] "*…in Acconense civitate multas et immensas et irrationabiles expensas nos oportuit facere annis plurimis in egressibus soldani perfidi Babilonis, et in hoc ultimo egressu in duplo et plus quam in duplo expensas facere compulsi fuimus largiores quantum ex quo nobilis civitas Antioche subiit periculum captionis, tota marchia et fronteria Sarracenorum conversa est super castra nostra Cratum et Margatum, et etiam super Beldam, ubi expensas nimias facere nos opertet ; et nulla alia loca christianitati extra maritimam remanent, preter Cratum et Margatum, que cordi sunt soldano nimium memorato, et locis minatur plurimum prenotatis*". (*Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, t. IV, n.º 3308 bis, pp. 291-293).

By way of conclusion, it will suffice to recall the salient chronological landmarks. Taken from the Franks in 1189, Kawkab/Belvoir probably hosted an Ayyūbide garrison until about 1212, when the castle was first dismantled, before undergoing further destruction in 1219 and 1227. Returned to the Christians in 1241, the stronghold was undoubtedly reinvested by the Hospitallers, even if their presence in the place itself has left no tangible textual trace. The castle was definitively evacuated by the Latins, probably in 1263. In the present state of knowledge, the site does not seem to have really aroused the interest of the Mamluk powers.

As can be seen, after the first period of Frankish occupation (1168-1189), each phase of reinvestment (1189-1213; 1241-1263) left only a period of about twenty years to expand and modify the castle built by the Hospitallers. Unless we suppose that after 1263, the Mamelukes were able, as in many other Crusader fortresses, to make developments of a certain scale that would have escaped the attention of chroniclers. It remains to be hoped that archaeology will bring in the future revelations in this sense.

Bibliographical references

Printed sources

ABŪ SHĀMA – *"*Le livre des deux jardins*".* In *Recueil des historiens des croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens orientaux*, t. IV. Paris: Imprimerie nationale, 1898.

AL-MAQRĪZĪ – *Histoire des sultans mamlouks de l'Égypte.* T. I, vol. 2. Trad. É. Quatremère. Paris: Printed for the Oriental translation fund, 1837.

BURCHARD DE MONT-SION – "*Descriptio Terrae Sanctae*". In *Peregrinatores medii aevi quatuor*. Ed. J. C. M. Laurent. Leipzig: J. C. Hinrichs, 1864, pp. 3-94.

Cartulaire du prieuré de Saint-Gilles de l'Hôpital de Saint-Jean de Jérusalem (1129-1210). Ed. D. Le Blévec, A. Venturini. Paris: CNRS éd.; Turnhout: Brepols, 1997.

Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers de Saint-Jean-de-Jérusalem (1100-1310). 4 vols. Ed. J. Delaville le Roulx. Paris: E. Leroux, 1894-1906.

CLAVERIE, Pierre-Vincent – *L'Ordre du Temple en Terre sainte et à Chypre au XIII^e^ siècle*. Vol. 3. *Catalogues d'actes*. Nicosie: Centre de recherche scientifique, 2005.

DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Inventaire des pièces de Terre Sainte de l'ordre de l'Hôpital*. Paris: E. Leroux, 1895.

GUILLAUME DE TYR – "L'Estoire de Eracles, empereur, et la conqueste de la Terre d'Outre-Mer, c'est la continuation de «l'Estoire» de Guillaume, arcevesque de Sur: Continuation de Guillaume de Tyr, de 1229 à 1261, dite du manuscrit de Rothelin". In BEUGNOT, Arthur; LANGLOIS, A. (pub.) – *Recueil des historiens des Croisades publié par les soins de l'Académie des inscriptions et belles-lettres. Historiens occidentaux*. Paris: Imprimerie royale, 1859, t. II. pp. 1-481.

IBN AL-ATHĪR – *The Chronicle for the Crusading Period from al-Kamil fi'l-Ta'rikh*. T. III. Trad. D. S. Richards. Aldershot: Ashgate, 2010.

JEAN DE WÜRZBOURG – "*Descriptio terrae sanc*tae". In *Peregrinatores tres: Saewulf, John of Würzburg, Theodericus*. Ed. R. B. C. Huygens. Corpus Christianorum, 139. Turnhout: Brepols, 1994.

MATTHIEU PARIS – *Grande chronique*. Trad. par A. Huillard-Bréholles. Paris: Paulin, 1840.

MAYER, Hans Eberhard – *Die Urkunden der lateinischen Könige von Jerusalem*. T. 2. Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 2010.

RAYBAUD, Jean – *Histoire des grands prieurs et du grand prieuré de Saint-Gilles*. T. I. Ed. C. Nicolas. Nîmes: Imprimerie Clavel et Chastanier, 1904.

THÉODORIC – *Libellus de Locis Sanctis*. Ed. T. Tobler. St Gallen: Huber, 1865.

Studies

BARBER, Malcolm – *The Crusader States*. New Haven and London: Yale University Press, 2012.

BARROCA, Mário – "Os castelos das Ordens Militares em Portugal (séc. XII a XIV)". In FERNANDES, Isabel Cristina (coord.) – *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / Ed. Colibri, 2001, pp. 535-548.

BELTJENS, Alain – "La papauté et les querelles récurrentes qui opposaient les Hospitaliers aux Templiers". *Bulletin de la Société de l'histoire et du patrimoine de l'Ordre de Malte* 24 (2011), pp. 4-25.

BILLER, Thomas – "Die Johanniterburg Belvoir am Jordan. Zum frühen Burgenbau der Ritterorden im Heiligen Land". *Architectura* 19 (1989), pp. 105-136.

BILLER, Thomas (ed.) – *Der Crac des Chevaliers. Die Baugeschichte einer Ordensburg der Kreuzfahrerzeit*. Regensburg: Schnell & Steiner, 2006 (Forschungen zu Burgen und Schlössern; 3).

BRONSTEIN, Judith – *The Hospitallers and the Holy Land. Financing the Latin East, 1187-1274*. Woodbridge: Boydell press, 2005.

BURGTORF, Jochen – "Die Herrschaft der Johanniter in Margat im Heiligen Land". In CZAJA, Roman; SARNOWSKY Jürgen (eds.) – *Die Ritterorden als Träger der Herrschaft: Territorien, Grundbesitz und Kirche*. Tagung Ordines militares - Colloquia Torunensia Historica (14; 2005; Toruń, Pologne). Toruń: Uniwersytet Mikołaja Kopernika, 2007, pp. 27-57.

BURGTORF, Jochen – *The Central Convent of Hospitallers and Templars. History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310)*. Leiden; Boston: Brill, 2008.

CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312)*. *Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2005.

CARRAZ, Damien – *Un commandeur ordinaire? Bérenger Monge et le gouvernement des hospitaliers provençaux au XIII^e siècle*. Turnhout: Brepols, 2020.

CARRAZ, Damien – "Echoes of the Latin East among the Hospitallers of the West: the priory of Saint Gilles, *c.*1260–*c.*1300". In FISHHOF, Gil; BRONSTEIN, Judith; SHOTTEN-HALLEL, Vardit (eds.) – *Settlement and Crusade in the Thirteenth Century: Multidisciplinary Studies of the Latin East*. London-New York: Routledge, 2021 (Crusades – subsidia, 14), pp. 241-253.

COSTA, Paula Pinto; BARROCA, Mário – "A doação de Belver à Ordem do Hospital por D. Sancho I. Leitura e contextualização do documento de 1194". In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares (Palmela, 15 a 18 de fevereiro de 2006)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/GEsOS, 2009, pp. 679-714.

DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers en Terre Sainte et à Chypre (1100-1310).* Paris: E. Leroux, 1904.

DEMURGER, Alain – *Les Templiers. Une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Éd. du Seuil, 2005.

DEMURGER, Alain – *Les Hospitaliers. De Jérusalem à Rhodes, 1050-1317*. Paris: Tallandier, 2013.

DESCHAMPS, Paul – *Les châteaux croisés en Terre Sainte*. T. I. *Le Crac des Chevaliers. Étude historique et archéologique*. Paris: Paul Geuthner, 1934, 2 vols.

DESCHAMPS, Paul – *Les châteaux croisés en Terre Sainte*. T. II. *La défense du royaume de Jérusalem*. Paris: P. Geuthner, 1939, 2 vols.

DORSO, Simon – "Change or continuity? Rural settlement in Eastern Galilee at the time of the crusades. The Hospitaller estate of Belvoir". In SHOTTEN-HALLEL, Vardit; WEETCH, Rosie (eds.) – *Crusading and Archaelogy: Some Archaeological Approaches to the Crusades*. London-New York: Routledge, 2020 (Crusades – subsidia, 14), pp. 263-283.

DORSO, Simon – "Templiers et Hospitaliers dans la Galilée du XIII[e] siècle: stratégies d'implantation et d'administration dans un territoire en sursis". In CHEVALIER, Marie-Anna (ed.) – *Ordres militaires et territorialité au Moyen Âge entre Orient et Occident*. Paris: Geuthner, 2020, pp. 49-84.

ELLENBLUM, Ronnie – *Crusader Castles and Modern Histories*. Cambridge, GB; New York: Cambridge University Press, 2007.

FOREY, Alan – "Paid troops in the service of Military Orders during the twelfth and thirteenth centuries". In BOAS, Adrian J. (ed.) – *The Crusader World*. Abingdon-New York: Routledge, 2016, pp. 84-97.

FULTON, Michael S. – *Siege Warfare during the Crusades*. Barnsley: Pen & Sword, 2020.

GROUSSET, René – *Histoire des Croisades et du royaume Franc de Jérusalem*. T. II. Paris: Plon, 1935.

HARTMANN-VIRNICH, Andreas; HANSEN, Heike – "Saint-Trophime in Arles und Saint-Gilles-du-Gard. Neuere und aktuelle archäologische Forschungen zu den romanischen Kirchenbauten und ihren Skulpturenfassaden an der provençalischen *Via Egidiana*". In NICOLAI, Berndt; RHEIDT, Klaus (eds.) – *Santiago de Compostela. Pilgerarchitektur und bildliche Repräsentation in neuer Perspektive*. Pieterlen: Peter Lang, 2015, pp. 363-383.

JACOBY, Zehava – "The Workshop of the Temple Area in Jerusalem in the Twelfth Century: its Origins, Evolution and Impact". *Zeitschrift für Kunstgeschichte* 45 (1982), pp. 325-394.

KHAMISY, Rabei G. – "The Mount Tabor Territory under Frankish Control". In SINIBALDI, Micaela; LEWIS, Kevin J.; MAJOR, Balázs; THOMPSON, Jennifer A. (eds.) – *Crusader Landscapes in the Medieval Levant. The Archaeology and History of the Latin East*. Cardiff: University of Wales Press, 2016, pp. 39-53.

LEWIS, Kevin – "Friend or foe. Islamic views of the Military Orders in the Latin East as drawn from Arabic sources". In SCHENK, Jochen; CARR, Mike (eds.) – *The Military Orders*. Vol. 6.2. *Culture and Conflicts in the Mediterranean World*. London-New York: Routledge, 2016, pp. 20-29.

LOTAN, Shlomo – "St. Louis' Pilgrimage to Nazareth: A Reflection of Nazareth and Lower Galilee in the Mid-Thirteenth Century". In YAZBAK, Mahmoud; SHARIF, Sharif (eds.) – *Nazareth. History and cultural heritage. Proceedings of the 2nd International Conference, Nazareth (July 2-5, 2012)*. Nazareth: Nazareth Municipality, 2013, pp. 9-18 (Nazareth Academic Studies Series, No. 2).

LUTTRELL, Anthony – "The Templars' archives in Syria and Cyprus". In BORCHARDT, Karl, *et al.* (eds) – *The Templars and their Sources*. London-New York: Routledge, 2017, pp. 38-45.

MESQUI, Jean; GOEPP, Maxime – *Le Crac des chevaliers (Syrie). Histoire et architecture*. Paris: Académie des inscriptions et belles-lettres, 2018.

PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume latin de Jérusalem*. 2 t. Paris: Éditions du C. N. R. S., 1969.

PRINGLE, Denys – "The role of castellans in the Latin East". In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *Castelos das Ordens Militares. Encontro internacional (Tomar, 10-13 Outubro 2012)*. Palmela: Direcção-Geral do Património Cultural; Câmara Municipal de Palmela, 2013, vol. 2, pp. 183-203.

RICHARD, Jean – *Histoire des croisades*. Paris: Fayard, 1996.

RICHARD, Jean – "Bédouins". In JOSSERAND, Philippe; BÉRIOU, Nicole (eds.) – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, pp. 149-150.

RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of Saint John in Jerusalem and Cyprus, c. 1050-1310*. London: Palgrave Macmillan, 1967.

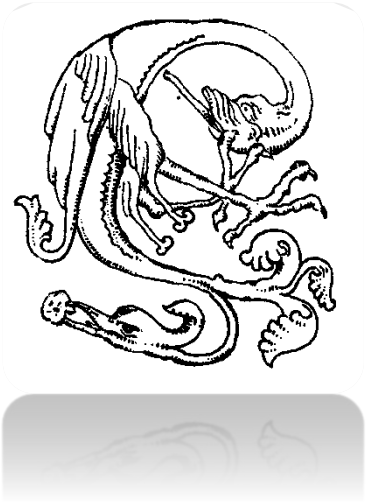
RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller in the Levant, c.1070-1309*. Houndmills-New York: Palgrave Macmillan, 2012.

SHOTTEN-HALLEL, Vardit; SASS, Eytan; PERELIS GROSSOWICZ, Lydia – "The Hospitaller castle of Belvoir: setting the scene for a discussion of the topography, geology and architecture". In BOAS, Adrian J. (éd.) – *The Crusader World*. Abingdon-New York: Routledge, 2016, pp. 490-517.

SHOTTEN-HALLEL, Vardit; INGRAND-VARENNE, Estelle – "William of Belvoir (?): A Short Note on an Even Shorter Inscription". *Crusades* 18 (2019), pp. 21-24.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CARRAZ, Damien – "The occupation of Belvoir by the Hospitallers: chronology and written sources". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 59-79. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Excavation reveals a pre-Castle settlement

Escavação revela ocupação anterior ao Castelo

(a) ***Jean-Michel Poisson***, (b) ***Simon Dorso***

(a) École des Hautes Etudes en Sciences Sociales
UMR 5648 - CIHAM
Histoire, Archéologie, Littératures des mondes chrétiens et musulmans médiévaux
69004 Lyon, France

poisson.jean-michel@orange.fr

(b) Institut de Recherches et d'Études sur les Mondes Arabes et Musulmans,
Aix-Marseille Université
Centre de Recherche Français de Jérusalem
Baka, 9100401 Jérusalem

simon.dorso@univ-amu.fr

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Fevereiro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 22 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6258

ABSTRACT

In the inner courtyard of Belvoir Castle, the excavation uncovered structures that predate the monumental building. It is a stone house with two rooms fitted with benches and a paved floor. This primitive building can be compared to the remains of the rural settlement sold by the Frank Ives Velos to the Hospitallers in 1168.

Keywords: Belvoir; castle; frankish; settlement.

RESUMO

No pátio interior do Castelo de Belvoir, a escavação revelou estruturas anteriores ao monumental edifício. Identificou-se uma casa de pedra com dois quartos equipados com bancos e chão pavimentado. Este edifício primitivo pode ser identificado como os vestígios do casal que foi vendido por Frank Ives Velos aos Hospitalários, em 1168.

Palavras-chave: Belvoir; castelo; franco; ocupação.



The previous paper showed that a settlement prior to the castle is mentioned three times in twelfth-century Latin documentation. The nature of the settlement is uncertain, as it is designated as *casal*, a very common term in many Latin areas around the Mediterranean (Italy, Sicily, Cyprus, Frankish Morea, Syria) between the twelfth and the fourteenth centuries. Depending on the time and place, it covers different realities. In Frankish Palestine, a *casal* seems to be the most frequently mentioned form of rural grouped settlement found in the charters. However, the size of the site in question, of its population and its economic or legal status may vary considerably[1]. For their part, the terms *burgus* and *castrum*, also used to designate village sites, tend to underline the fortified character of a site or its possibility of defense[2]. We have also seen that the name of the *casal* we are interested in here was not entirely unrelated to the historical substrate of the area, since the toponym *Cocquet* probably derives from the Arabic name *Kawkab*, which descends from the Hebraic name *Kokhava*. Does the persistence, in a barely corrupted form, of the ancient toponym up to the Middle Ages underpin an uninterrupted occupation of the site? Perhaps the existence of important ruins and material remains were enough to preserve the memory of its name? It is difficult to tell from our sole sources.

An important point also mentioned is the chronology of the occupation of the site. If we look solely at the written sources available to us, the first mention of Cocquet in Medieval times appears in two Latin charters issued by Walter, prince of Galilee, in 1165. These documents establish the boundaries of the casal of Gibul, specifying that it meets Casal Cocquet to the North (*ad aquilonem*)[3]. The first document, whose

[1] BOAS, Adrien J. – "Casal". In BÉRIOU, Nicole; Josserand, Philippe (dir.) – *Prier et Combattre, Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. [Paris]: Fayard, 2009, pp. 196-197. On the Latin origin and the different meanings of the word in other French-speaking areas (Picardie, Anglo-Norman area), see also MINERVI, Laura – "La variation lexicale en fonction du contact linguistique: le français dans l'Orient latin". In GLESSGEN, Martin; TROTTER, David (éds.) – *La régionalité lexicale français au Moyen Âge*. Volume thématique issu du colloque de Zurich (7-8 sept. 2015), organisé sous le patronage de la Societé de Linguistique Romane. Paris: Editions de Linguistique et Philologie, 2016, pp. 197-198.

[2] ELLENBLUM, Ronnie – *Frankish Rural Settlement in the Latin Kingdom of Jerusalem*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

[3] *Cartulaire de l'église du Saint Sépulcre*. Paris: De Rozière E., 1849, n.° 123 and 124.

dating is essentially based on the identical list of witnesses, settles an argument over ownership of the casal. Both charters also mention the casal's western boundaries with the casals of Hubelet, Dersoet, Derlauha and Kafra[4]. If the casals of Dersoet and Derlauha have not been identified in a satisfactory manner, those of Hubelet (*Yubla*) and Kafra (*Kafra*) leave no doubt regarding the identification of Cocquet with Kawkab. Thus, a twelfth century map of the villages strongly resembles a map drawn in the first half of the twentieth century by British commissioners in Palestine. While these documents allow for the location of Cocquet, they raise another question: why is it not mentioned in earlier documents whereas the casal of Gibul appears in three earlier charters along with the casal of Helkar? The first charter, dated 1132, mentions its donation by William of Bures to the Holy Sepulchre, along with the casal of Helkar[5]. The only geographical information given by the document is that both casals are located on the edge of the lordships of Bethsan and Tiberias, alongside mountains bordering the Jordan Valley, to a cave located near a casal called Huxenia. This information is reused in one of the acts from 1165[6]. The next two acts, dated July 1155 and 1160, are confirmations from King Baldwin III of donations to the priory of the Holy Sepulchre; they obviously draw on earlier documents previous acts kept by the royal chancellery[7].

This raises the question of the scope of the differences between the acts of 1132 and those of 1165. The first deed mentions only one casal, Huxenia (this is the only mention of the site), whereas the later documents turn to the north and the Issachar plateau. It delineates the lands of Gibul from four casals. How to interpret this change in the description, when acts are generally very codified, compiling, even quoting word for word, the previous documents from which they are established? Two main hypotheses could be formulated. The first one involves the documentation through the context and places of its production, assuming that the

[4] "[…] *Horum autem casalium terra sic dividitur : incipit enim eius longitudo a casali Hubelet, quod vergit ad occidentem, et a ceteris casalibus, scilicet Dorsoet et Derlahua et Kafra, et adversus aquilonem usque ad casale Cocket tendit* […]". *Cartulaire de l'église du Saint Sépulcre*, n.º 124.
[5] *Cartulaire de l'église du Saint Sépulcre*, n.º 124, n.º 74.
[6] "[…] *Huius autem terre longitudo a montanis per planum usque ad Iordanem elongatur ; latituto vero a divisione Bethsan et Tiberiadis usque ad cavam, que est proxima casali, quod dicitur Huxenia, extenditur, et docet et dirigit rectitudinis lineam ad predicta montana flumenque prefatum.* […]". *Cartulaire de l'église du Saint Sépulcre*, n.º 124.
[7] *Cartulaire de l'église du Saint Sépulcre*, n.º 124, n.º 53 and 54.

author and the destination of the document condition its content and the accuracy of its information. The act of 1132 was issued by the Chancellery of the Principality of Tiberias and concerns a donation from the prince, a legal authority with detailed knowledge of the territory in question, while the acts of 1155 and 1160 consist in two long royal confirmations of all the priory's property in the kingdom which were probably established from all the charters preserved in Jerusalem, both in the Royal Chancellery and in the priory's archives. The 1165 acts redrafted in Tiberias would, as before, show a better knowledge of the concerned area and an immediate interest in its division and organization. One of the documents explicitly refers to an on-site investigation to settle the dispute over the ownership of the village and involving several credible witnesses[8]. The information contained in the acts would therefore depend on the purpose of the document (one-off confirmation or settlement of dispute).

In the second hypothesis, perhaps less supported, the late appearance of Casal Cocquet in the sources could be explained by the fact that it was not occupied in 1132 or that it was not worth being mentioned. This would also apply for the other casals of Hubelet, Dersoet, Derlauha and Kafra, offering the image of an almost deserted plateau in the first half of the twelfth century. As will be seen below (cf. Dorso same document) this hypothesis cannot be invalidated or confirmed on the basis of archeological surveys. If this should be the case, Cocquet, and perhaps the neighboring villages of the plateau, could have been reoccupied after a period of abandonment, following the Frankish conquest. This reinvestment of the area would then have taken place after 1132. Ronnie Ellenblum has suggested that the persistence of local place names during the Frankish period and the subsequent assignment of new Latin names are indicative of the establishment of the Frankish population[9]. This hypothesis would apply well to the case of Cocquet/Belvear, less so with respect to the neighboring casas, whose names derive from the Arabic (*Yubla*, *Dayr Sawād* (?), *Dayr Lawha* (?), *Kafra*).

[8] "*Ac ego, dictis et testimonio baronum meorum ac legitimorum et antiquorum virorum Tyberiadis veritate cognita* […]". The last two documents also take on their full meaning with the arrival of the Hospitallers in the area. *Cartulaire de l'église du Saint Sépulcre*, n.º 123.
[9] ELLENBLUM, Ronnie – *Frankish Rural Settlement in the Latin Kingdom of Jerusalem*, pp. 56-57.

Casal Cocquet appears for the third and last time in a 1168 royal confirmation of the acquisition of several casals on the plateau by the Hospital. The deed, dated April 1168, doesn't mention the date of acquisition of Cocquet but it indicates that the village was bought from a certain Ivo Velos for 1400 bezants[10]. Two details are also important: Cocquet is the first of the seven casals to be mentioned, and it appears as *castrum de Coquet*, carrying the new name of *Belvear*. The most common practice in this type of confirmation is to refer to the transactions in their chronological order, probably following the classifications of charters in the archives. We have the deed of donation by Walter of Galilee of the casals of Derlauha et Dersoet. It is dated 1165. However, in the deed of 1168, they both appear after Cocquet. From the position of Cocquet in the text and from its new name, we should probably see the preeminence of the site within its new context, the hospital domain of Belvoir. In my mind, the name *castrum* can only be understood with the adoption of the new name Belvoir, which means that, in 1168, the site was already fortified or being fortified. The act of 1168 ratifies the disappearance of the toponym Cocquet. The name *Kawkab*, however, will still be used in Arabic, the castle being known as *Kawkab al-Hawā*, "the star of the winds", and, in modern Hebrew, as Kokhav *haYarden* (Star of the Jordan).

The hypothesis that Cocquet was a Frankish foundation has, to our knowledge, never been stated as such. However, this was implied when Professor Benjamin Z. Kedar gave us an aerial photograph of the site from 1954, six years after the attack and destruction of the modern village of Kawkab al-Hawā. On this good-quality print, one could clearly see the two developments that made up the village. The first one, which kept the general shape of the castle whose ruins it was built on, was a dense tangle of small alleys leading to stone and earthen houses, sometimes organized around central courtyards. The second development was more atypical: it consisted of two rows of square buildings separated by a lane. This layout, uncommon among modern Palestinian villages usually organized in concentric circles, led our team to study the village. During the Second World War, Italian Franciscan priests were assigned to residence in the properties of the Order as enemy citizens residing in the Palestinian Mandate. In al-Qubeibeh, the Frankish

[10] *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers de S. Jean de Jérusalem, 1100-1300*. Paris: Delaville Le Roulx J., 1894, vol. 1, n.º 398.

Emmaus, excavations led by Father Bagatti uncovered well-preserved vestiges of a Frankish one-street town[11]. Adding to the data of the excavation, a rich documentation allowed for the interpretation of this village as a Frankish foundation whose vocation was to receive European settlers[12]. The site, which depended on the canons of the Holy Sepulchre, is not the only Medieval village of its kind. Several other villages were subsequently uncovered and studied, all of them around Jerusalem and linked to the Priory of the Holy Sepulchre. A one-street town south of Belvoir, albeit modern, could be the fossilization of an older dwelling. This would suggest that the hospital castle was established north of a village of Frankish settlers.

In 2013, the soundings of our first dig season were opened in the area of the one-street town. This was not an easy task: the ruins of the village, which could be seen on the photograph from 1954, had completely disappeared, probably since the early 1960s, judging by the aerial photographs of the time. The establishment of a grid in the field, based on the rare eucalyptus trees still in the area, made it possible to open two soundings at the location of two separate buildings in the one-street town. These two surveys revealed two distinct modern buildings: only the foundations of the square building were preserved. The other, smaller building was a residence. The dating material we gathered dated back to the late Ottoman period. Our hopes were thwarted. The following year, in 2014, another sounding was implemented in the area, more to the south, on buildings partially preserved in elevation. Here too, the natural soil under the house only revealed Ottoman material. A few months later, while doing further research on the modern occupation of villages on the plateau, we learned that this extension of the village of Kawkab al-Hawā dated from 1870. It was a foundation, maybe with the aim of colonizing since that part of the village was built on State land by order of the Sultan Abdül Hamid II (1876-1909), in pursuit of his policy of sedentism of the Bedouins of the Jordan Valley[13]. The odds that the first

[11] See BAGATTI, Bellarmino – *Emmaus-Qubeibeh, The Results of Excavations at Emmaus-Subeibeh and nearby sites (1873, 1887-1890, 1900-1902, 1940-1944)* (2d ed.). Jerusalem: Franciscum Pritting Press, 1993.
[12] See ELLENBLUM, Ronnie – *Frankish Rural Settlement in the Latin Kingdom of Jerusalem*, pp. 73-94.
[13] On the privatization of land and sedentism of Bedouins in Kawkab al-Hawā under Abdül Hamid II, but also in the nearby villages of Sīrīn, Samaḫ, Kafr Miṣr, al-Ṭīra, Danna, Kafra, Ǧabūl, Yubla and al-Muraṣṣaṣ, see FRANTZMAN, Seth J. – *The rural arab community in Late Ottoman and Mandatory*

one-street town of Galilee had been on the site of Cocquet were getting away. In 2014, still with no concluding results, the excavations were extended to the castle itself. Four soundings were undertaken, in two of the towers, the western gallery and the central courtyard of the castle. We'll only develop here the results from this last sector, although some developments that predated the fortification were unearthed in the gallery. Unfortunately, in the absence of archeological material, they can only be dated by relative chronology.

In 2014, one of the soundings was in the inner courtyard **(Fig. 1)**. As early as the first campaign, a set of masonry structures predating the hospital castle were unearthed. For technical reasons (short excavation seasons, need to backfill between seasons, traffic constraints), the excavation was undertaken in successive segments in 2014, 2015, 2016 and could never be fully completed.

Immediately underneath the contemporary traffic level, which results from the post-clearing development of the 1960s, as well as a rather intense tourist traffic, is a rather hard and thick ground of white lime mortar. A pipe, visible from the surface, runs across it from west to east. The cover, which has only been preserved outside of the hole, is covered with basalt slabs placed on a conduit made of two low walls of uneven rubble stones bound with mortar. Several pits pierce the ground: northwest and to the north of the pipe, of irregular shape, possibly the result of recent work, and a trench that seems to be the negative of another pipe. Under the hard floor, we found an invert made of small blocks of basalt bound with earth, along the pipe, perhaps it had a draining function. We found two levels of pinkish brown floor alternated with layers of ashes. To the south of the pipe, the northern wall of a building, against which the pipe rested, was uncovered.

Palestine: Village formation and Settlement Fixation, 1871-1948. Jesuralem: Hebrew University of Jerusalem, 2010. Ph.D. Thesis, pp. 325-347; KARK, Ruth; FRANTZMAN, Seth J. – "Bedouin, Abdül Hamid II, British Land Settlement, and Zionism: The Baysan Valley and Sub-district 1831-1948". *Israel Studies* 15/2 (2010), pp. 49-79; FRANTZMAN, Seth J.; KARK, Ruth – "Bedouin Settlement in Late Ottoman and British Mandatory Palestine: Influence on the Cultural and Environmental Landscape, 1870-1948". *New Middle Eastern Studies* 1 (June 2011), pp. 1-22.



Fig. 1 – The survey in the centre of the court.

Under the staircase arch, several structures were found: At ground level of the courtyard, a paving of big basalt stones and, in front of the arcade, the remains of an oven installed on the level of a lower wall. The oven opens to the courtyard, facing north. Its mouth is surrounded by two limestone rocks. Its bottom is made of irregular flat stones and rubified earth. It was filled with a compact layer of ashes that spilled northward through the mouth of the oven to spread a little in front. We can't ascertain whether the oven, which is very rustic, was covered by a stone or an earthen dome, or if it was open. The oven was situated in the ruins of the southern wall of the building and its associated material is modern.

The built structures that have been exposed in the area make up a building kept on high foundations **(Fig. 2)**. We can apprehend its general plan, except for the north-west corner, which remains unknown. It forms a rectangle of 15 m par 8.50 m, including 0.65 m large perimeter walls made of irregular basalt blocks bound with clay and chained in the corners. A 0.45 m wide partition wall leans on the north and south wall and separate the interior into two unequal surface units: a main room to the west (53.8 m^2) and another to the west (26 m^2 or half the size). The wall is pierced in its center by a 0.65 m large door. The floor is covered with a neat paving of informal stones that rest on the internal facings of the walls. These are fragments of informal flat stones, mostly basalt, arranged and interlocked with mortar joints to form a smooth and horizontal plane. This arrangement lies on a fill of earth and

small stones intended to level the surface between the underlying rock flushing. The access to the building is unknown; no door has been found. It was probably in the northern wall of the west room. In both rooms, interior facings of the building are covered with a plaster of fine lime mortar, white-yellow in color, one centimeter thick on average, very covering and leaving only a few stones seen with, in some places, lines dawn with an iron. The walls were plastered only after the floor had been laid.

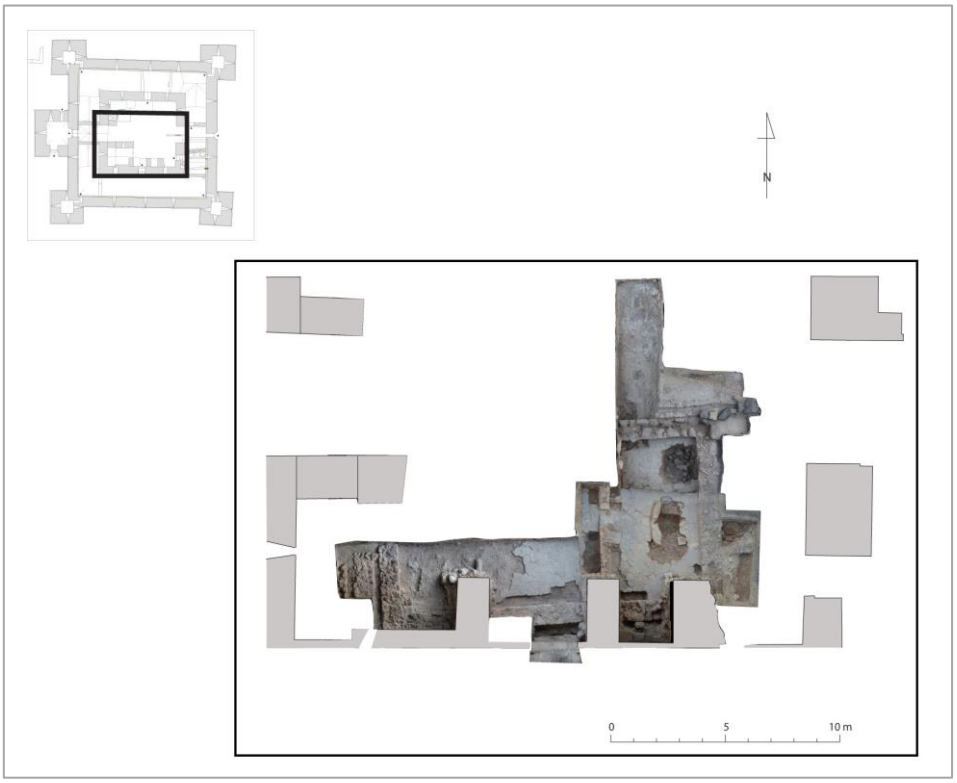


Fig. 2 – Location of the building in the castle.

Along and at the base of the walls 0.50 m wide masonry benches are arranged, built with earth-bound ashlars and plastered like the walls **(Fig. 3)**. Except for one small fragment, these benches are only known from the regular negative that their removal left in the paved ground that rested against them. Their arrangement is not systematic: they are found in the west room, along the southern and eastern walls, and in the east room, along the western wall and part of the northern wall. In the east room, a masonry structure is placed in a central position facing the door. It is composed of two large limestone blocks cut in a round shape on their outer face and left rough on the other, arranged in a circular arc. They rest at a level below the

paving, on the natural ground that was probably slightly excavated to accommodate them, and are wedged in place by stone fragments. This structure, probably partly torn away, may have belonged to an artisanal or decorative element.

The building as a whole presents very degraded remains: in addition to the general leveling of the walls and the removal of the benches, the floor is largely torn up in the west room, and in the other it is pierced by a pit of nearly 2 m in diameter in the northeast corner, as well as in the vicinity of the central structure.

The building, on its level, is filled with a layer of destruction coming from the walls and resting on the ground and in the holes that affect it. Above, sealing the level of the walls, a layer of reddish-brown earth and stones, which must also have come from the walls, seems to have been spread out to drown the ruins and to constitute a flat and regular level for the construction of the castle. This primitive building is indeed established on the natural summit of the site which supports the castle before the erection of the latter. The walls of the building rested, where we could see it, either on the basalt rock in place, or in foundation trenches dug in a compact yellow-green marl, also in place.



Fig. 3 – Relationship with the staircase pillar.

The layer of destruction of the primitive building being present only on the low height preserved of the walls, leads to think that the ruins were largely evacuated to make place for the construction of the castle.

The contacts between the structures show that the foundations of staircase piers of the castle cut into or rest directly on the wall level of this older building **(Fig. 4)**. This is the case in the southeast corner, at the junction of the south wall and the wall of the south room, and in the center of the south wall of the west room. In places, the reddish layer has been cut into to allow the foundation of the pillars to sit on these older walls. There is no direct relationship between the primitive building and the castle itself, which was built around the middle of the twelfth century, the north façade wall on the courtyard being located one meter from the underlaying south wall. Only the relationship with the staircase is attested, but this one, which appears to be a posterior arrangement on the façade, is however, in all likelihood, part of the initial project of the hospital castle. The construction of this staircase was accompanied by the raising of the circulation level of the courtyard, at least inside the arcade, materialized by large basalt slabs resting on a small stone base, all of which covered the overhanging foundation blocks of the two pillars. It is therefore clear that the destruction and leveling of the original building took place before the castle itself was built.

The information that can be drawn from these data concerns first of all the exterior aspect since nowhere do the perimeter walls seem to be in contact with other structures; if, to the west, a parallel wall of the same nature and width has been uncovered, it is separated from the western wall of the building by a space of 0.30 m, which indicates that it is probably another building, which has not been recognized. We would therefore be in the presence of a building of about 128 m^2 overall with two communicating rooms. This building probably had only one floor, as the thin earth-bound walls do not seem to have been able to support a second floor. The method of roofing is not known: one can exclude the tile, totally absent, and wonder about the possibility of a roof terrace when one notes the need for beams of 8 m long. Concerning the interior, one must insist on the care taken with the covering: floor paving and wall plastering, the presence of numerous benches in

both rooms, suggest a reception function. However, we can't be more specific about it. Finally, although it could not be identified, the central structure of the room is undoubtedly an important element for the function and decoration of the whole **(Fig. 5)**.



Fig. 4 – The plan of the lower building.



Fig. 5 – Detail of the central structure.

In a 1992 article, Ronnie Ellenblum attempted to highlight technical criteria that would allow constructions to be attributed to the Frankish period[14]. I From studying 103 sites, 63 of which were suitably dated to the twelfth century, he retained four main criteria: diagonal cutting, which appeared in twelfth-century Palestine, the extensive use of barrel vaulting, materialized after its destruction by the existence of putlog holes, lapidary marks and the recurrent use of peripheral chasing. Unfortunately, the state of preservation of the remains at Belvoir does not allow us to retain these criteria, although a bloc of stone found at the edge of the south-eastern pit of the building clearly shows a diagonal cut. Neither the plan of the building, nor the specific fitting such as the benches and the plaster, allow us to be categorical. These are found at several Frankish rural sites, such as at Har Ḥoẓevim, north of Jerusalem. The latter site, excavated in1994, has a plan and internal layout very similar to the building uncovered in the courtyard of Belvoir[15]. The complex consists of an uneven enclosure forming two courtyards to the north and east, enclosing a main building against which two annexed spaces are adjoined. The central building has a rectangular plan and in internal division, with two annex rooms. The site was interpreted by archeologists as being a farm, based on the existence of artisanal and agricultural structures.

As a provisional conclusion, one is of course tempted to relate these remains of a primitive building to the existence of the rural settlement sold by the Frankish Yves Velos in 1168 to the Hospitallers. According to the documentation, the first settlement could have been built between 1132 and 1165 (casal Coquet). It is indeed a rustic construction (earth-bound masonry), but its neatness (paving and plastering) seems to differentiate it from a simple peasant house. We can assume that it is a domain center near a rural village.

[14] ELLENBLUM, Ronnie – "Construction Methods in Frankish Rural Settlements". In KEDAR, B. Z. (ed.) – *The Horns of Ḥaṭṭīn*. Jerusalem: Yad Izhak Ben-Zvi [and the] Israel Exploration Society London: Variorum, 1992.
[15] KLETTER, Raz; BOAS, Adrian – "Har Ḥoẓevim: A Frankish Framhouse North of Jerusalem". *'Atiqot* 43 (2002), pp. 185-205.

Bibliographical references

Printed sources

Cartulaire de l'église du Saint Sépulcre de Jérusalem. Paris: De Rozière E. 1849.

Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers de S. Jean de Jérusalem, 1100-1310. Paris: Delaville Le Roulx J., 1894-1906, 4 vols.

Studies

BAGATTI, Bellarmino – *Emmaus-Qubeibeh, The Results of Excavations at Emmaus-Subeibeh and nearby sites (1873, 1887-1890, 1900-1902, 1940-1944)* (2d ed.). Jerusalem: Franciscum Pritting Press, 1993.

BOAS, Adrian J. – "Casal". In BÉRIOU, Nicole; Josserand, Philippe (dir.) – *Prier et Combattre, Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. [Paris]: Fayard, 2009, pp. 196-197.

ELLENBLUM, Ronnie – "Construction Methods in Frankish Rural Settlements". In KEDAR, B. Z. (ed.) – *The Horns of Ḥaṭṭīn*. Jerusalem: Yad Izhak Ben-Zvi [and the] Israel Exploration Society London: Variorum, 1992.

ELLENBLUM, Ronnie – *Frankish Rural Settlement in the Latin Kingdom of Jerusalem.* Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FRANTZMAN, Seth J. – *The rural arab community in Late Ottoman and Mandatory Palestine: Village formation and Settlement Fixation, 1871-1948*. Jesuralem: Hebrew University of Jerusalem, 2010. Ph.D. Thesis.

FRANTZMAN, Seth J.; KARK, Ruth – "Bedouin Settlement in Late Ottoman and British Mandatory Palestine: Influence on the Cultural and Environmental Landscape, 1870-1948". *New Middle Eastern Studies* 1 (June 2011), pp.1-22.

KARK, Ruth; FRANTZMAN, Seth J. – "Bedouin, Abdül Hamid II, British Land Settlement, and Zionism: The Baysan Valley and Sub-district 1831-1948". *Israel Studies* 15/2 (2010), pp. 49-79.

KLETTER, Raz; BOAS, Adrian – "Har Ḥoẓevim: A Frankish Framhouse North of Jerusalem". *'Atiqot* 43 (2002), pp. 185-205.

MINERVI, Laura – "La variation lexicale en fonction du contact linguistique : le français dans l'Orient latin". In GLESSGEN, Martin; TROTTER, David (éds.) – *La régionalité lexicale français au Moyen Âge*. Volume thématique issu du colloque de Zurich (7-8 sept. 2015), organisé sous le patronage de la Societé de Linguistique Romane. Paris: Editions de Linguistique et Philologie, 2016, pp. 195-206.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

POISSON, Jean-Michel; DORSO, Simon – "Excavation reveals a pre-castle settlement". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 81-96. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Belvoir, study of the interior castle: construction site and spatial organization

Belvoir, estudo do castelo interior: o edificado e a organização espacial

(a) ***Anne Baud***, (b) ***Olivier Guyotat***

(a) Université Lyon 2
69002 Lyon, France

anne.baud@univ-lyon2.fr
https://orcid.org/0000-0002-5721-8567

(b) Architect
69002 Lyon, France

olivier.guyotat@free.fr

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Fevereiro de 2022
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 22 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6265

ABSTRACT

The architectural study of the inner castle of Belvoir revealed a construction site that was built from the outer wall. The stones used came from local quarries. Although only the ground floor of the fortification remains, it is possible to reconstruct part of the first floor and more specifically the location of the chapel. The castle was built quickly and several retouches are clearly visible, showing an evolving architectural project. Two elements have been identified on the ground floor: the small cistern dug in the inner courtyard, connected to the large cistern in the outer enclosure, and the room reserved for the ovens, kitchen or sugar refinery.

Keywords: Fortification; chapel; ovens; cistern; circulation.

RESUMO

O estudo arquitectónico do castelo interior de Belvoir revelou uma construção a partir da muralha externa. As pedras utilizadas provieram de pedreiras locais. Embora só se conserve o piso térreo da fortaleza, é possível reconstruir parte do primeiro andar e, mais especificamente, a localização da capela. O castelo foi construído rapidamente e são bem perceptíveis alguns retoques, expondo um projecto arquitetónico em permanente evolução. Foram identificados dois elementos no piso térreo: a pequena cisterna escavada no pátio interior, ligada à grande cisterna do recinto exterior, e a sala reservada aos fornos da cozinha ou da refinaria de açúcar.

Palavras-chave: Fortificação; capela; fornos; cisterna; circulação.

Belvoir (*Kokhav ha-Yarden*) is one of the most significant castles built in the Middle Ages by the order of the Hospital of Saint John of Jerusalem. Also known as the "Star of the Winds", this fortress dominates the Jordan Valley about 15 km south of Lake Kennet (Lake Tiberias), 25 km from Tiberias and about 12 km north of Bet She'an (the ancient city of Scythopolis) (**Fig. 1**[1]). It is located at the top of a basaltic flow table, at the eastern limit of the slope break that dominates the Jordan Valley and the Tavor River Valley. Although not a frontier castle, this fortification defended lands controlled by the Frankish Christians. Today, the fortification is partially preserved on a single level. It was excavated between 1966 and 1968 by the archaeologist Meir Ben Dov, who unearthed again the castle structures that had been buried under an Arab village for several decades. The various Israeli archaeological campaigns have been accompanied by restoration and consolidation work on the masonry. The castle is now accessible to visitors. However, although it is known by many researchers, it has not been extensively studied.



Fig. 1 – Eastern part of the castle.

[1] All photographs and plans were made by the excavation team.

The castle of Belvoir has two concentric enclosures (**Fig. 2**)[2]. The first, with a square plan, is surrounded by four quadrangular towers and corresponds to the inner castle, which is articulated around a courtyard with a cistern; the endless hall along the curtain walls supports a floor that has now been completely destroyed. Access to the inner castle was from the west through a tower-gate with a side entry. There is a smaller door on the opposite side, to the east. The second enclosure is pentagonal and has seven towers. It surrounds the inner castle, protecting with its walls various service areas, among which a large cistern and ovens were identified. It is bordered on three sides by an imposing ditch dug in the basalt plateau. The stones from the digging provided the necessary material for the construction of the castle, particularly for the sloping banks of the two enclosures. Unlike the inner castle, the main access is to the east, on the side of the slope leading to the Jordan Valley. This access has undergone various modifications during the successive occupations of Belvoir. Below, the remains of a barbican preserved in the middle of a stone scree, testify to a forward defense.

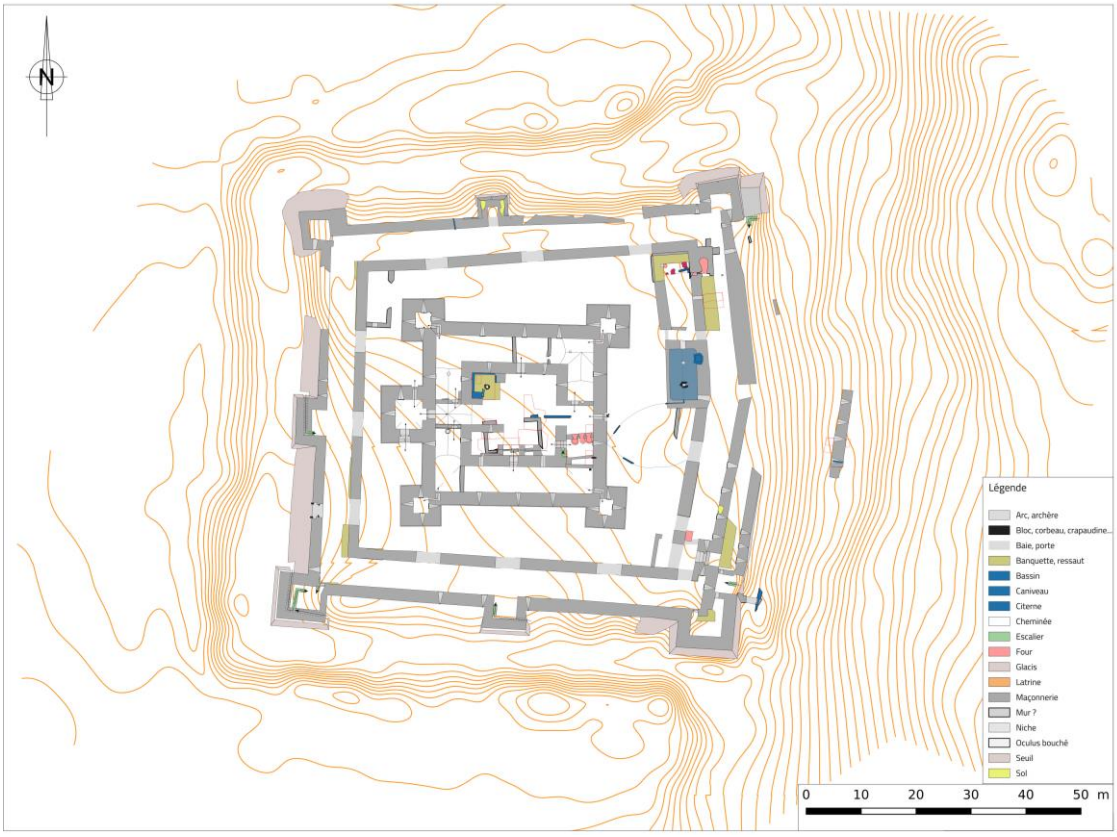


Fig. 2 – General plan of the castle.

[2] MESQUI, Jean – *Châteaux d'Orient. Liban. Syrie.* Paris: Hazan, 2001.

The inner Castle

In this publication, we will focus on the analysis of the inner castle, which corresponds to the first construction phase of the castle site. This construction is precisely on the site of a building that we can attribute to Ivo Velos[3]. The castle of the Hospitallers was built according to a very regular and centripetal plan that, as we will see, favors the application of a model to the detriment of functional organization.

The endless hall (Fig. 3)



Fig. 3 – The endless hall, north gallery.

For defensive reasons, and probably for prestige, the Hospitallers quickly built the enclosure until the sloping banks were completed. They used rough-cut basalt blocks with stapled stones[4]. A continuous break in the wall stuffing at the top of the sloping bank and at the back of the vault's springer indicates a break in the construction. First, the builders continued to elevate the enclosure by using stones with bossing of white rough limestone for the exterior facing[5]. This elevation leaves

[3] See in this volume: POISSON, Jean-Michel; DORSO, Simon – "Excavation reveals a pre-castle settlement". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 81-96. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

[4] See in this volume: D'AGOSTINO, Laurent – "Metal staples in the construction of the central building of the Belvoir fortress (Kokhav Ha Yarden, Israel)". *Medievalista 33* (Janeiro – Junho 2023), pp. 113-131. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

[5] This limestone could come from quarries located 2km from the site.

a 60 cm reserve in the thickness of the wall for the future vault. The internal walls of the "endless hall" were built, simultaneously, or with a slight offset, which determined the square of the courtyard. Finally, a pointed barrel vault was put over the room. The top of the walls still carries negatives of the arches. The vaults are made of ragstones or, more precisely, of "scrap" [6] in basalt or white limestone. They are supported, on both sides of the room, by a base of two courses of white limestone ashlars resting, on the enclosure side, on the top of the sloping banks. The south-east and south-west corners are groin-vaulted, while the north-east and north-west corners are covered by penetration vaults. All masonry, walls and vaults, are carefully constructed. If the mortar used in the bonding of the stones is thin and of poor quality, it is on the other hand abundantly structured with cut waste (limestone and basalt), at least at the level of the facings. The joints of the interior and exterior elevations have fishbone incisions, some of them similar to foliage negatives; it is possible that a whitewash or a milk of lime originally covered the entire wall.

The wall of the inner castle is equipped with 28 "whistle" arrow-slits of identical type (**Fig. 4**). They have a vertical embrasure with interior splaying and a pointed barrel vault. Their unity is reinforced by the exclusive use of white limestone for the arches, creating a bichromy with the basalt jambs. If we examine the insertion of the arrow-slits in the masonry of the walls, we can see that the arches are built with a penetration in the vault, except for two arrow-slits located to the south, whose arches inscribed in the springer of the vaulting required a very precise cutting of the blocks. These two techniques reflect different construction methods, suggesting perhaps several teams and, more certainly, a search for greater efficiency. The center distances of the arrow-slits, like those of the bays, are irregular. In each case, these "openings" were positioned first and, with their framing stones or jambs, regulated the height of the elevations. In the endless hall, the dividing walls, which are very badly preserved, were built last. Supported by the elevations of the endless hall, they separate rooms that all have access to the courtyard.

[6] Stones from quarry outcrops or roughly cut.

From the courtyard to the first floor: a continuous construction

Situated at the heart of the fortification, the courtyard is a space with many functions: enabling traffic between the rooms on the ground floor and access to the upper floor; it also houses one of the cisterns (**Fig. 5**).



Fig. 4 – Archer in the vault.



Fig. 5 – Courtyard of the inner Castle.

The walls of the courtyard are made of white limestone. Built with a large fitting of ashlars with tabular bossing, the elevations rest on a base made of two courses of large basalt blocks. The very fine joints of the limestone fitting are shimmed by thin slabs of limestone or basalt from carving waste. Like the sloping bank, the blocks of the base are grouted with a structured mortar of pebbles. This method, which associates hard and soft stones, is rigorously identical to what is observed at the Crac des Chevaliers or the castle of Margat (Syria)[7].

In organizing the space, the east-west axis was clearly privileged and enhanced at the start by two large monumental doors; today, only the western door remains in its entirety. Each of the doors leads to the second enclosure, beyond the endless hall, through a passageway with a groin vault. The analysis of the plan and elevations reveals that the installation of the upper floor was concretely organised only once the first floor had been completed. This must have been done hastily and led to pentiments and architectural inconsistencies. A careful observation of the place (ground floor and upper level) gives us a better understanding of the chronology of construction and the function of the site.

The chapel was most likely above the gate tower for both architectural and symbolic reasons. This location was confirmed by Meir Ben Dov, who reassembled the southeast corner of the nave from blocks found on site. The location made the chapel visible both from the courtyard and from outside the castle[8]. The arrangement at the top of the tower and the endless hall, to the west, led to a series of architectural and circulatory modifications on the ground floor. In order to orient the chapel, give it a big enough course, three vaults were added against the western façade of the courtyard. To the north, the insertion of the vault is clearly visible (**Fig. 6** and **7**); to the south, it partially condemns the western bay. To receive the top of the ramp on the upper floor and to create a clearance in front of the chapel, a vaulted structure

[7] EYDOUX, Henti-Paul – *Les châteaux du soleil, Forteresses et guerres des Croisées*. Paris: Librairie académique Perrin, 1982.
[8] See in this volume: FLAMMIN, Anne; FRANÇOIS, Paul; RENUCCI, Florian – "The lapidary elements of the Castle of Belvoir. Anastylosis of the chapel". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 133-151. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

with very thick walls was attached to the southern vault., completing the condemnation of the western bay. The chapel most likely had a main door to the south, fronted by an open space suitable for the processional entry of the Hospitaller brothers during mass and daily services. This "forecourt" can also be found in the Hospitaller castles of Crac and Margat. However, the disposition of the chapel along an east-west axis was inconvenient, for it blocked north-south traffic on the upper floor. No doubt a second door had to be pierced to the north in order to provide a passage through the chapel or a new access from the north. The location of the chapel on the gate tower also raises the question of its defensive capabilities. It is possible that the chapel itself could have been defended by the opening of arrow-slits in the western bay of the nave. This hypothesis is corroborated by some elements of the lapidary that remain to be studied more closely.



Fig. 6 – Vault inserted in the wall.



Fig. 7 – The west gate tower.

The layout of the ovens

In the southeast corner of the courtyard, the door partially closed by the ramp gives access to a room with three ovens (**Fig. 8**). They are aligned along an east-west axis, slightly moved to the north to allow access to the arrow-slit immediately nearby. The cooking space is delimited to the south and north by two walls resting against the elevations of the endless hall. To the south, the 0.60-m-wide wall still stands at 0.10 to 0.60 m high[9]. It is made of basalt blocks shimmed together with numerous fragments of limestone; to the north, the wall, which is now heavily damaged, curiously rests against the jamb of the large arcade to the west, revealing the rapid modification of the original plan. In its northern part, a small doorway with a 0.90-m-wide threshold and associated with a door socket, was probably used to bring in the wood. This doorway provided a direct connection between the eastern door of the inner castle and the oven firebox. Studying these ovens leads to the question of their function: were they attached to the "castle kitchen" or were they used to manufacture sugar, as the morphology of their structure seems to indicate[10]? We note, moreover, that the support of the arrow-slit has been re-cut into a conduit, thus indicating the alteration of a first (?) military function. It is in this same culinary (or other) space that is located the only staircase from the fortification still preserved, except for the banister. It is a service staircase built into the thickness of the eastern wall and accessible by a few wooden steps. It goes above the door and leads to the northern rooms. This room does not seem to have originally been designed to house ovens. If they were installed at a later date, it is still difficult to determine the exact time, but the position of the chimney shows that the vaulting of the first floor was probably not yet completed. One may wonder whether the place did not become a kitchen or a sugar-production workshop because the construction of the ramp had partially blocked the monumental door[11].

[9] Information obtained during a meeting with archaeologist Meir Ben Dov in 2017.
[10] Among the lapidary uncovered by Ben Dov, elements of fine limestone come from arrow slits. However, the fine limestone seems to be reserved only for the architecture of the chapel.
[11] STEM, Eliezer – "La commanderie de l'Ordre des Hospitaliers à Acre". *Bulletin Monumental* 164 (2006): *L'architecture en Terre Sainte au temps de Saint Louis*, pp. 53-60.



Fig. 8 – The three ovens.

The cistern

The inner courtyard of the castle houses a cistern in its northwestern corner (under the northern vault) with a fairly well-preserved hydraulic system (**Fig. 9**). The mouth of the cistern, cut into a basalt slab, is not original. A careful cleaning of the structures, accompanied by a careful reading of the elevations, has made it possible to reveal a rainwater collection system on the upper floor of the castle[12]. Built of limestone, the walls and the vault had two layers of plaster. Rainwater was collected from the floor through a pipe against the wall[13]. The pipe is gone, but its negative remains along the facing. The water reached a settling tank whose interior walls were protected by three layers of plaster: the first one was structured with small stones, the second one was saturated with ceramic shards according to a well-known ancient technique, and the third one, grayish in color, also contained a large number of terracotta fragments. This lining gave the basin undeniable hydraulic qualities. The water from the settling basin was then directed to the cistern through

[12] Archaeological analysis carried out by M. Duriez.
[13] Archaeological analysis by A. Roger.

a slightly sloping pipe, also coated. Two other pipes evacuating the water towards the courtyard were also located. Prior to the restoration of the grounds by the Parks Department, we were also able to identify a large pipe that crossed the courtyard from west to east, passing under the threshold of the east door of the interior castle and continuing to the large cistern (rectified photo). It is probable that in case of "overflow," some of the rainwater was directed from the small cistern to the large cistern in the second enclosure. If the cistern was being built at the same time as the castle's foundations, the settling basin was installed against one of the supports of the vaulting, which was built at a later date, as we saw for the construction of the chapel's apse. This observation tends to confirm that the building-modifications linked to the installation of the upper floor had been indeed contemplated from the outset, but that they result from a series of changes carried out on the basis of a centripetal modular plan. The cistern was first excavated by Meir Ben Dov. He found most of the carved blocks that are now in the National Museum in Jerusalem. However, we still don't know when these blocks, which were not reused in Arab houses, were put aside and preserved from deterioration.



Fig. 9 – The small tank.

Two construction sites?

The analysis of the building has identified several lapidary marks in the walls preserved in elevation and in the stones from the lapidary. For the walls, these marks mainly concern the limestone used in the architecture of the first floor, i.e. the facing of the courtyard walls, made with tabular rusticated stones, and the springer of the vaults of the endless hall. The limestone used in this lower floor is devoid of sculptures, rather rough with marks that correspond to rather basic geometric forms (drawing). The carved or sculpted stones preserved on the site, deposited in the archaeological reserves of Bet Shemesh or on display at the Jerusalem Museum, come from the upper floor, now destroyed. They were used in the chapel, as we have seen, but also in the various rooms of the Hospitaller' convent. These stones, cut in a soft, very white limestone, are inscribed with very diverse and extremely careful lapidary marks[14]. This first observation reveals two distinct building sites within the inner castle, which seem to have been carried out successively or, for some sectors, at the same time. The works carried out do not belong to the same category of specialization: on the ground floor, undoubtedly reserved for economic or military functions, local labor seems to have been used, as no specialized labor seems to have been needed. On the other hand, the sculpted finishing used for the chapel and the vaulting of the upper floor shows a very high quality of carving and sculpture that can be unquestionably attributed to qualified stone carvers, probably from Europe, and more precisely from the kingdom of France, as shown by the comparison with known corpus[15]. Among the preserved blocks, however, the bent columns have a local origin in the Kingdom of Jerusalem as demonstrated in his thesis. This lapidary belongs to the other rooms of the floor: chapter house, dormitories, refectory... The distribution of the rooms is more delicate and will require further research during the next campaigns. In any event, the architectural choices made at Belvoir Castle represent a true synthesis of Western and Eastern stylistic trends. The analysis of the forms allows us to confirm that the interior castle was built in the second half of the twelfth century, between 1168 and the siege of Saladin in 1189[16].

[14] PRINGLE Denys – "Some Approaches to the Study of Crusader Masonry Mark in Palestine". *Levant* 13 (1981), pp. 173-199.
[15] Tank probed by Thierry Gonon.
[16] See in this volume: CARRAZ, Damien – "The occupation of Belvoir by the Hospitallers: chronology and written sources". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 59-79.

Conclusion

A reading of the elevations of the inner castle of Belvoir reveals a rather fast construction speed. The layout of the fortification and the system of two enclosures were certainly planned from the outset, but the builders initially favored the construction of the inner reduct and, without doubt, the digging of the ditches of the second enclosure. The basalt extracted from the ditches was then immediately used in the construction of the sloping bank: the masonry, composed of barely re-cut large blocks, was then consolidated by a system of iron staples. Once the sloping bank was completed, it can be assumed that the workers, sheltered by these first walls, continued the construction of the inner castle and worked on the second enclosure.

The construction of the inner castle, based on a centripetal plan, fits an architectural program long known in the East. At Belvoir, one is struck by the deliberate application of a modular plan (a continuous hall surrounded by towers, built around a courtyard; arrow-slits of the same type), which pushes the organization of the interior spaces into the background. This architectural conception, led to many additions, such as the retaining walls, the construction of the ramp, or the underpinning of the vaulting of the western part of the courtyard. This “evolutional” construction site led to architectural inconsistencies, as illustrated by the filling of certain bays. Paradoxically to these more or less empirical arrangements, the chapel constituted a work of very beautiful workmanship that symbolically crowned the gate tower.

Bibliographical references

Studies

BAUD, Anne; D'AGOSTINO, Laurent– "Le château de Belvoir (Galilée): l'utilisation des agrafes en métal dans la maçonnerie au XIIIe siècle". In BAUD, Anne; CHARPENTIER, Gérard (dir.) – *Chantier et matériaux de construction en Orient et en Occident*: *actes du colloque tenu au château de Guédelon, 23-25 septembre 2015*. Lyon: MOM éditions, 2020, pp. 111-127.

ELLENBLUM, Ronnie – *Twelfth-Century Buildings in Palestine: A Study ot the Crusader's Methods of Construction*. Jerusalem: The Hebrew University of Jérusalem, 1986. Master thesis.

EYDOUX, Henri-Paul – *Les châteaux du soleil, Forteresses et guerres des Croisées*. Paris: Librairie académique Perrin, 1982.

MESQUI, Jean – *Châteaux d'Orient. Liban. Syrie.* Paris: Hazan, 2001.

PRINGLE, Denys – "Some Approaches to the Study of Crusader Masonry Mark in Palestine". *Levant* 13 (1981), pp. 173-199.

STEM, Eliezer – "La commanderie de l'Ordre des Hospitaliers à Acre". *Bulletin Monumental* 164 (2006): *L'architecture en Terre Sainte au temps de Saint Louis*, pp. 53-60.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BAUD, Anne; GUYOTAT, Olivier – "Belvoir, study of the interior castle: construction site and spatial organization". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 97-112. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Metal staples in the construction of the central building of the Belvoir fortress (Kokhav Ha Yarden, Israel)

Grampos metálicos na construção do edifício central da fortaleza de Belvoir (Kokhav Ha Yarden, Israel)

Laurent D'Agostino

Atelier d'Archéologie Alpine
UMR 5648 CIHAM
74540 Allèves, France

laurent.dagostino74@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-1523-5991

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Fevereiro de 2022
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 22 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6273

ABSTRACT

The archaeological study of the central building of the Belvoir fortress has revealed that a great number of iron staples were used in the construction of the exterior facings. Beside the fact that this unusual process required an exceptionally high supply of metal for this specific work, the reasons for such an execution raise questions. The central building of Belvoir castle was constructed according to a regular square plan around the courtyard, flanked in the corners by four square towers and a porch tower in the middle of the west façade. The staples are observed only on the exterior facings of the peripheral walls of the keep and the towers, at the level of the basalt embankments. Questions relating to the site first affect the distribution of these staples and their role in the construction: they are not only present at the level of the arrow-slits, which they consolidate, but also more regularly with each siding course of the embankments and near the quoining blocks connecting the towers to the central building. These clues tend to demonstrate a constructive and structural role of staples.

Keywords: Building archaeology; iron staples; Hospitallers of Saint-John; military order; fortification; building techniques.

RESUMO

O estudo arqueológico do edifício central da fortaleza de Belvoir revelou que um grande número de grampos de ferro foi usado na construção dos revestimentos externos. Para além do facto deste processo atípico requerer um fornecimento excepcional de metal, as razões para tal são problemáticas. O edifício central do castelo de Belvoir foi construído segundo uma planta quadrada regular, à volta de um pátio central flanqueado nos cantos por quatro torres quadradas e uma torre rectangular a meio da face oeste. Os grampos observam-se apenas nos revestimentos externos das paredes periféricas do torreão e das torres, ao nível dos embasamentos rampeados de basalto. Questões relacionadas com a implantação do sítio afectam, em primeiro lugar, a distribuição destes grampos e o seu papel na construção: não só estão presentes ao nível das seteiras, por eles consolidadas, mas também, com maior regularidade, em cada lado dos embasamentos e junto às pedras angulares que ligam as torres ao edifício central. Estas evidências tendem a demonstrar o papel construtivo e estrutural dos grampos.

Palavras-chave: Arqueologia da arquitectura; grampos metálicos; Hospitalários de São João; ordem militar; fortificação; técnicas construtivas.

The archeological study of the central building of the castle of Belvoir (**Fig. 1**), erected by the Hospitallers of Saint John around 1168, has revealed that a great number of iron staples were used in the construction of its exterior facings. Beside the fact that this unusual process required an exceptionally high supply of metal for this specific work, the reasons for such an implementation raise questions.

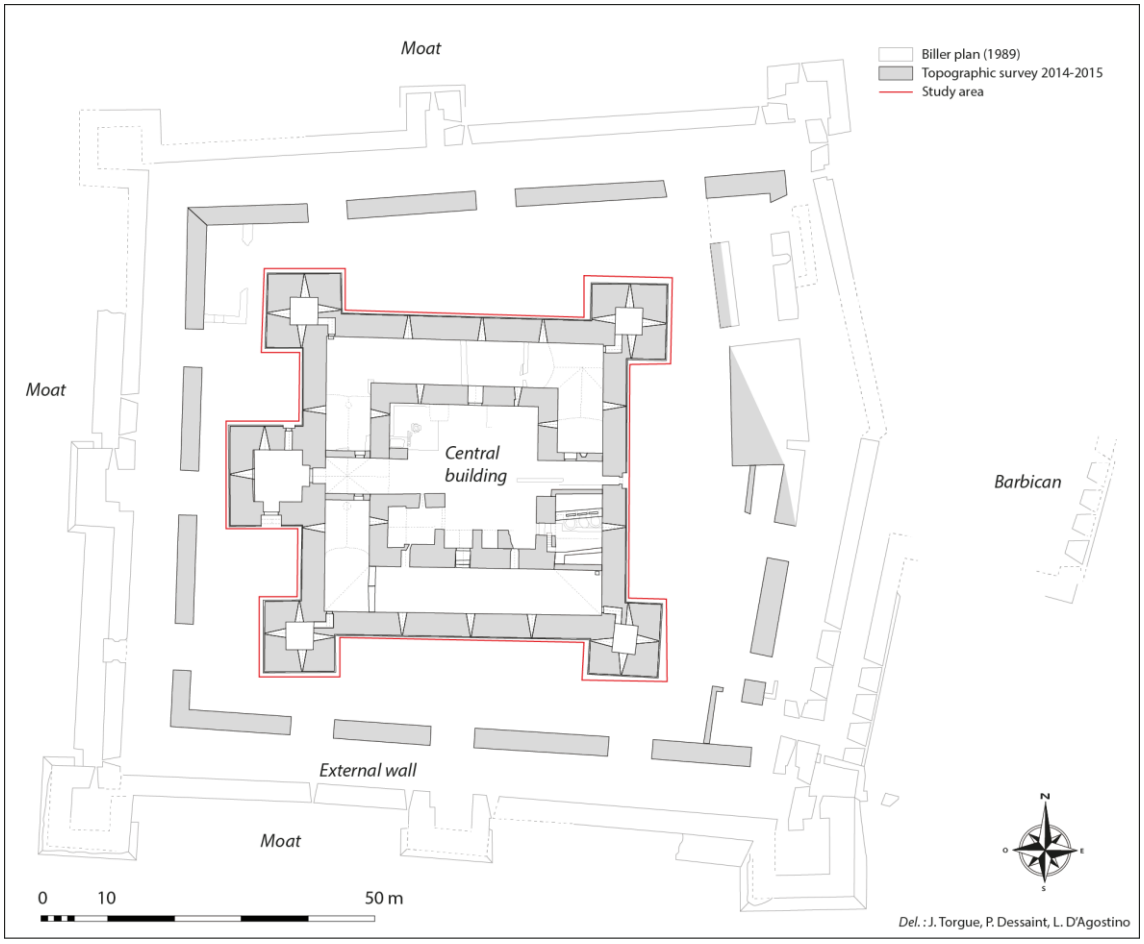


Fig. 1 – The Castel of Belvoir and the study zone (© J. Torgue, P. Dessaint, L. D'Agostino).

Thus, a more in-depth study on the staples was launched in 2013, first on a punctual basis, then more systematically. Several of these staples were at the level of the arrow-slits, where they joined two blocks of the jambs, below the lintel. The identification of the location of the staples was a collaboration of Olivier Guyotat[1] and Robert Kool[2]. Robert Kool made it possible to have a metal detector on the site and carry out a test to try and locate non-visible staples on the facings (**Fig. 2**). Most of these staples are in fact only perceptible on the levels of the walls, on the top face of the blocks, in the form of sealing holes; they are visible on the facings only when the plaster, having greatly deteriorated, reveals what is under the skin of the masonry.



Fig. 2 – West door of the inner building; basalt embankment and upper siding in limestone. (© L. D'Agostino).

During the 2014 and 2015 missions, a detailed survey of the elevations of the interior reduct based on the crossed methods of topography and photogrammetry was done to provide a support of study and metric analysis for the whole building.

[1] Architect, Lyon, France.
[2] Israel Antiquities Authority.

This survey covered the entire exterior and interior elevations of the main building[3]. On the survey report provided by the photogrammetry, we systematically located the staples on two sides of the reduct: the eastern façade and the southern façade, as well as on the facings of the towers on the north-east and south corners[4]. A systematic visual analysis allowed us to identify the entire staples, which are few in number, and their sealing holes, which may still include either the lead sealant, or some metallic residue from the staple itself. Then, we used the metal detector to conduct reactivity tests on the staples still in place, which allowed us to adjust the sensitivity of the machine. In the end, to cover all the masonry, we did systematic scanning of the facings. In 2015, this research was extended to the entire central building of the castle (**Fig. 3**) and tests were carried out on the outer wall.



Fig. 3 – Construction of cyclopean blocks, with joints of plaster with scale-shaped incisions. (© L. D'Agostino).

[3] D'AGOSTINO, Laurent; FLAMMIN, Anne – "Photogrammétrie rapprochée appliquée à l'étude archéologique du château de Belvoir (Kokhav Ha Yarden, Israël)". *Méthodes de relevés numériques en archéologie et en architecture: applications. Bulletin hors-série du Centre de Recherches Archéologiques de Haute-Normandie* 2018, pp. 53-66.

[4] BAUD Anne; D'AGOSTINO, Laurent – "Château de Belvoir (Galilée), l'utilisation des agrafes en métal dans la construction des murailles". In *Les chantiers et les matériaux de construction de l'Antiquité à la Révolution industrielle en Occident et en Orient. Actes du colloque de Guédelon (23-25 septembre 2015)*. Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée, 2020, pp. 111-127.

The place of metal staples in construction

Construction methods of the building

The central building of Belvoir castle is built on a regular square plan of 48.8 m east-to-west by 48.35 m north-to-south. It is flanked in the corners by square towers of about 11 m on each side[5]. A rectangular porch-tower built in the center of the west façade defends the main access to the reduct. It is more imposing than the others, with a north/south length of 15.24 m and an east/west width of 11.14 m. While the interior elevations of the reduct are in a fairly good state of preservation, sometimes all the way to the vaults covering the ground floor, this is not the case for the exterior walls. The external facings are currently observable on very variable heights, from approximately 1.65 m at the level of the northeast tower to 6.80 m at the level of the west wall of the central building. This poor state of preservation obviously hampers our understanding of the architecture of the building, which is only partial: only the ground floor, which has been preserved, is understandable, while the upper floor remains very difficult to read, in a very localized way at the level of the central courtyard. Major restoration work was carried out after the excavation of the castle at the end of the 1960s. Although this work was limited to the internal facings of the reduct, the external facings of the walls have been extensively restored, sometimes affecting 50 and 80% of the surface of the facings. Before considering any analysis of the construction, it was therefore necessary to proceed to a critique of the authenticity of the monument.

The external elevations of the Belvoir interior reduct show a very homogeneous construction method (**Fig. 4**). Whether at the level of the towers or the central building, the lower parts of the walls are systematically shaped as embankments built with large blocks of rough or split basalt whose dimensions range from 73 by 31 cm to 90 by 145 cm or 102 by 124 cm (**Fig. 5**). While the courses are adjusted, the variable shapes of the blocks require the use of many smaller elements, of shards of basalt or sometimes limestone, to shim the cyclopean blocks; the joints are then completely covered with a plaster with scale-shaped incisions (**Fig. 6**).

[5] Their individual dimensions differ slightly from tower to tower, from 10.87 m by 10.90 m for the southwest tower to 11.50 m by 11.56 m for the northeast tower.

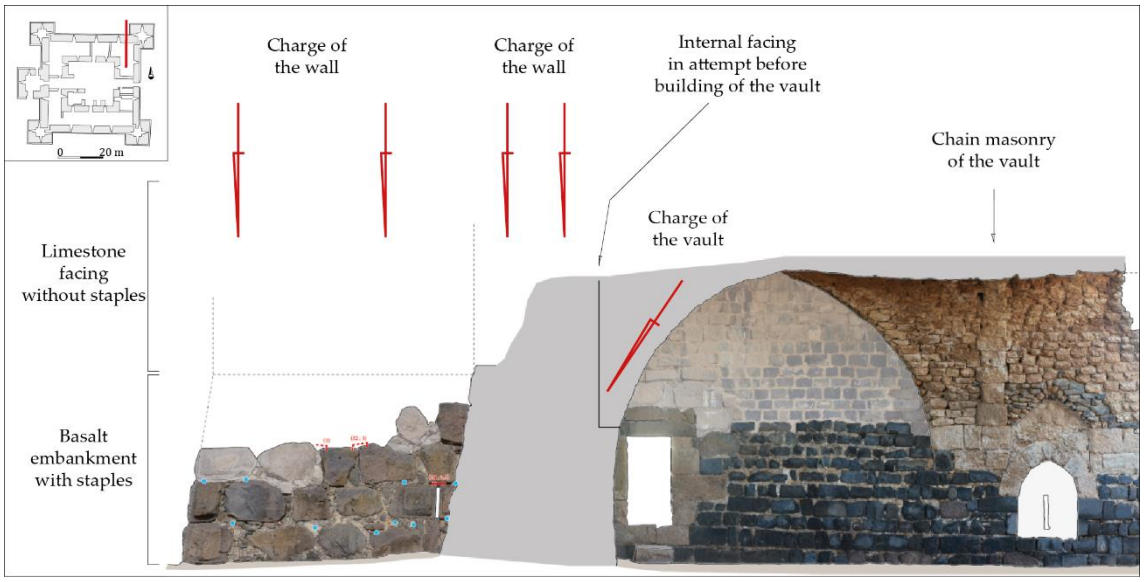


Fig. 4 – Construction method of the central building of the castle of Belvoir (© L. D'Agostino).

The courses reach an average of 0.84 to 0.89 m in height. The slopes of the embankments average around 80°. Their height is no longer observable everywhere, but the west wall presents an observable embankment with a height of 5.20 m and a slope of 82°; the wall is 3.59 m thick at its foot, and 2.78 m thick at the top of the embankment. At the north wall of the gate tower, the embankment is 3.13 m high, with a slope of 80°; it is 3.87 m thick at the foot of the facing, and 3.13 m thick at the top of the embankment.



Fig. 5 – Iron staple between two blocks of basalt (© A. Baud).

Only the corners of the towers and of the "endless hall," as well as the frames of the arrow slits and of the doors were treated more carefully, with large squared basalt blocks with edges carved with a miner's iron. The center of the side with facing has been rustically worked with a pickax or a stub hammer (**Fig. 7**) and the pattern of the boss catches the light. Beside this aesthetic aspect, and the defensive role of the boss which can deflect a cannonball, this process makes it possible to have a sharp edge on the corner of the block, which facilitates the assembly of the quoin blocks by allowing the stones to be aligned on top of each other, thus saving work time compared to making a block with a fully smoothed side.

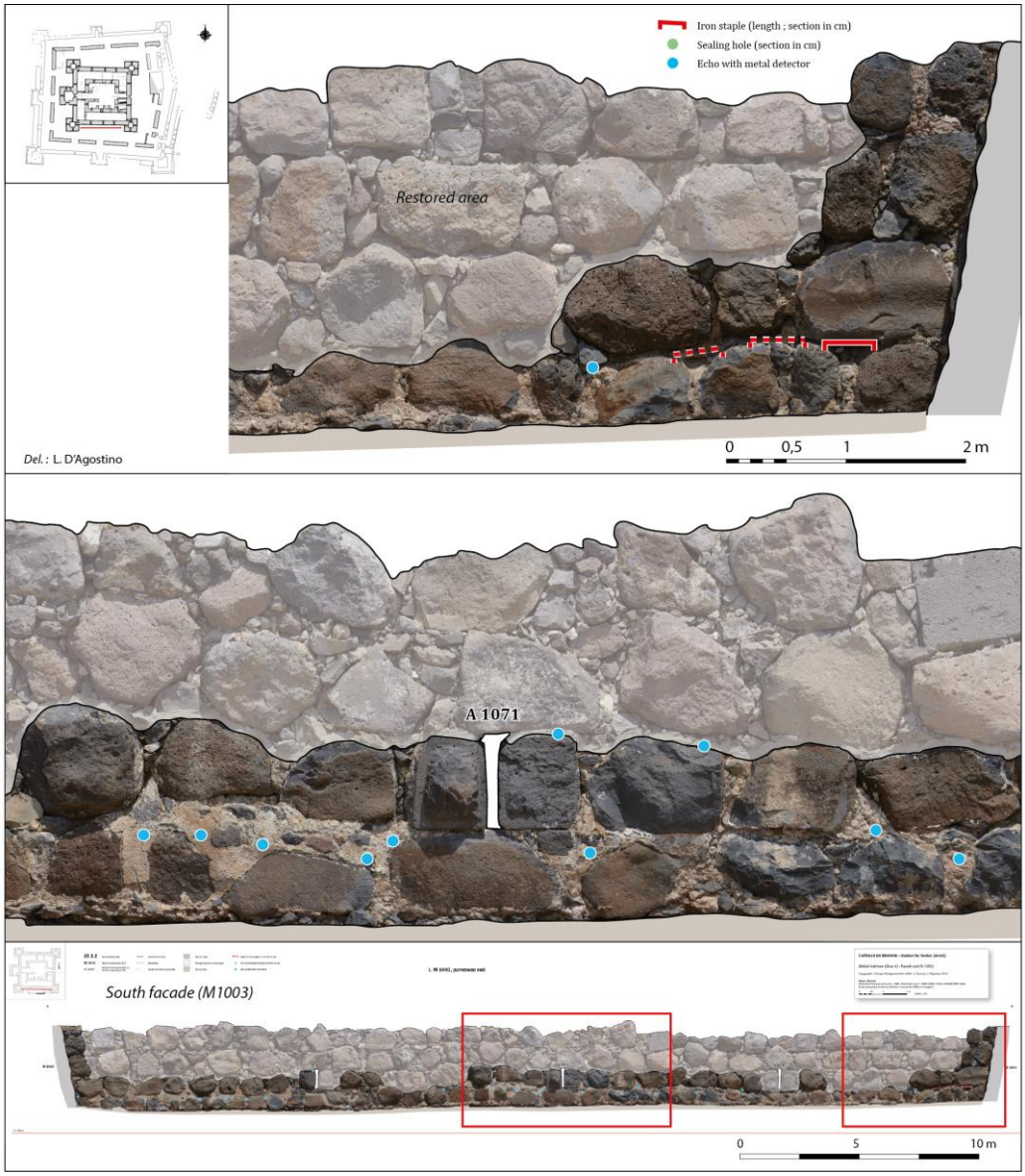


Fig. 6 – Localization of the staples and of the echoes with metal detector in the external siding of the southern wall (M 1003) of the central building of Belvoir Castle (© L. D'Agostino).

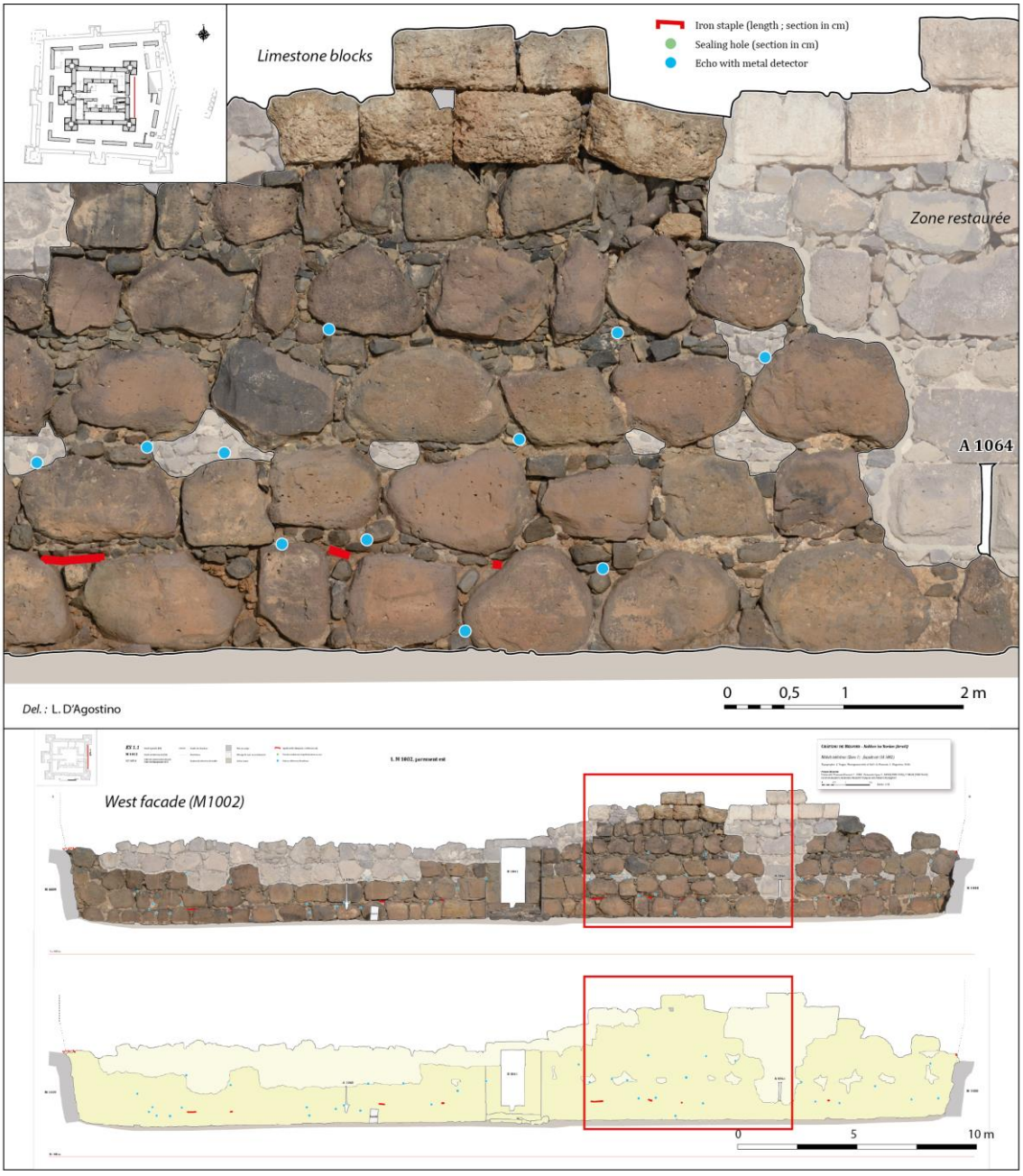


Fig. 7 – Localization of the staples and of the echoes with metal detector in the external siding of the eastern wall of the central building (© L. D'Agostino).

The building method changes radically at the top of the sloping bank. To the west, east, and occasionally north, the basalt facing gives way to a facing of large regular brickwork of yellow beige limestone. It is poorly preserved and heavily restored, and therefore difficult to characterize. The carefully squared limestone rubble stones are flattened on their siding faces, while their tail is more coarsely shaped. Their dimensions vary on average from 48 by 61 cm to 84 by 61 cm and some still bear traces of barely protruding tabular boss. Pieces of limestone and basalt are often used to adjust the layers and shim the rubble stones between them.

The binder consists of lime mortar, yellow beige limestone and basalt shards. Large nodules of poorly cooked lime are visible in the mortar. At the level of the basalt embankment facings, the small blocks are covered with a stone coating, leaving only the cyclopean blocks visible. The coating, spotted in several places on the exterior façades, has been pressed on the facing with a trowel, leaving scale-shaped traces. This construction method is perfectly identical to that observed on the internal facings of the central building's galleries.

Spatial distribution and staple placement method

In the central building, staples are observed only on the external facings of the peripheral walls of the reduct and towers, only at the basalt embankments' level. No staple has ever been seen at the level of the large limestone brickwork facings. They are easily spotted and almost systematically present at the level of the arrow slits, where they connect the arrow slits' jambs on the soffit of the lintels. They can be observed very regularly on the towers straddling the corners of the central building, more loosely on the façades. However, they are regularly visible at the clamping points of the towers and the façades. The most favorable areas are the leveling courses of the walls, where the top faces of the blocks are bare; elsewhere, mortar on the joints makes their observation more difficult (**Fig. 8**).

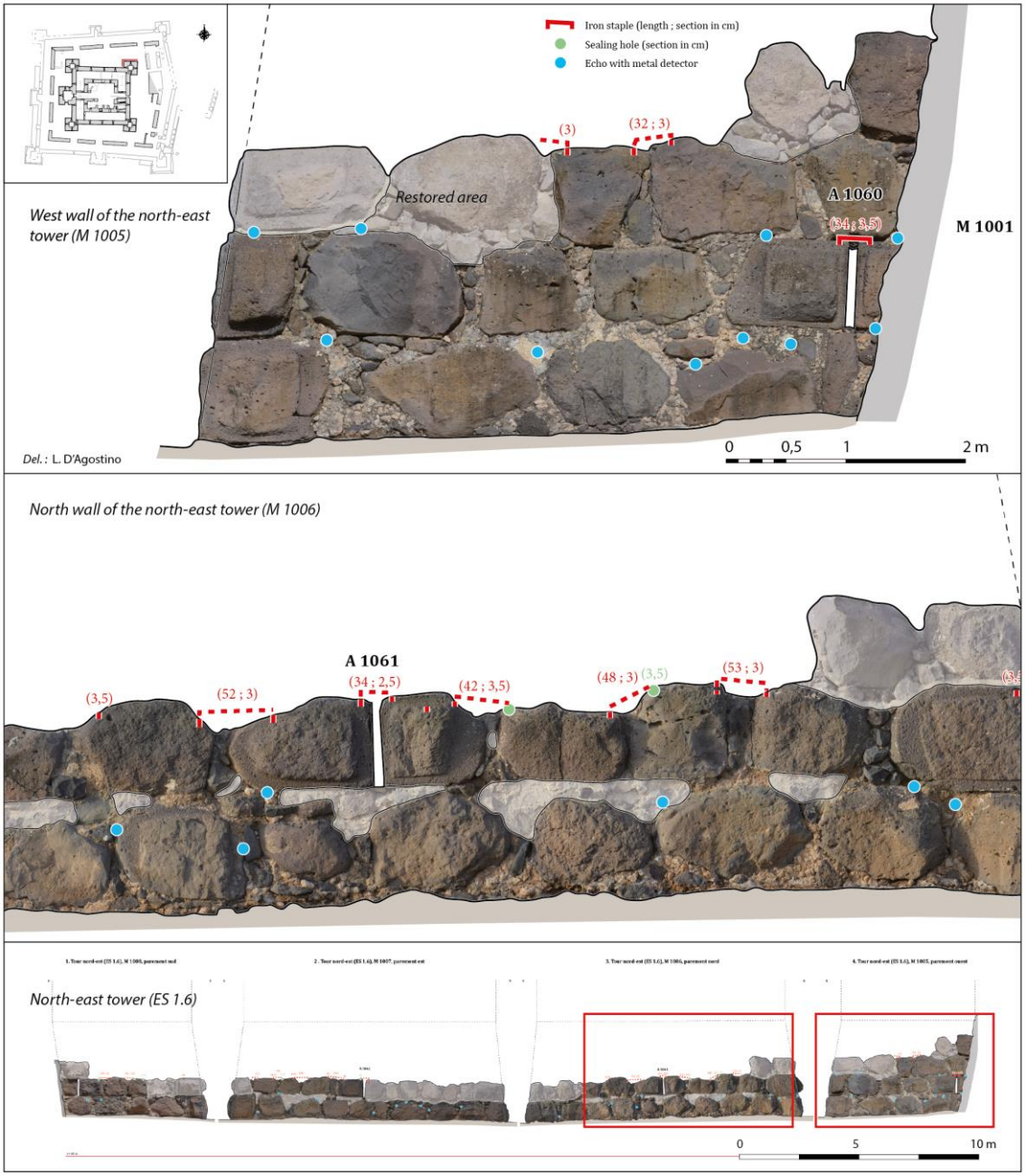


Fig. 8 – Localization of the staples and of the echoes with metal detector in the north-east tower of the central building (© L. D'Agostino).

Moving apart the facings, restored after the castle was cleared, allows for some counting. On the south façade (M 1003), on the first course, which is 37.80 m long and consists of 43 blocks, four staples are attested and 23 echoes were perceived (**Fig. 9**). On the less well-preserved second course, four other echoes have been detected. On the eastern façade (M 1002), on the first course, 8 staples are attested, as well as 17 echoes, on a length of 36.50 m and 36 large basalt blocks (**Fig. 10**). The towers give out even more information and show careful stapling. The northeast tower reveals 20 attested staples and 30 echoes, on all the courses of each wall, particularly at the level of the quoining with the façades (**Fig. 11**). On the first course of the north wall (M 1006), made up of 10 blocks, 8 echoes have been detected; on the second course, made up of 11 blocks, 7 staples are attested. On the eastern wall (M 1007), on the first course, made up of 10 blocks, 9 echoes have been detected; on the second course, made up of 13 blocks with only 5 in place, 5 staples are attested. The south-eastern tower, preserved on only two courses, shows an equally large number of staples with 36 staples attested and 37 echoes.

Table 1: Distribution of staples and staple hypotheses in the masonry of the central building

Wall	***Metal clip in place***	***Sealing hole (possibly with lead or staple fragment)***	***Echo with metal detector***
N Façade - M 1001	2	9 (including 3 pairs)	33
NE Tower - M 1005	1	3 (including 1 pair)	10
NE Tower - M 1006		13 (including 5 pairs)	9
NE Tower - M 1007		9 (including 4 pairs)	9
NE Tower - M 1008		6 (including 2 pairs)	2
E Façade - M 1002	8	2	38
SE Tower - M 1009		13 (including 5 pairs)	8
SE Tower - M 1010	1	21 (including 9 pairs)	11
SE Tower - M 1011		15 (including 5 pairs)	12
SE Tower - M 1012		5 (including 2 pairs)	6
S Façade - M 1003	4		27
SW Tower - M 1013	2		4
SW Tower - M 1014			4
SW Tower - M 1015		2 (including 1 pair)	3
SW Tower - M 1016		1	3
W Façade - M 1004			11
NW Tower - M 1020			4
NW Tower - M 1021	2	1	2
NW Tower - M 1022	2		6
NW Tower - M 1023	2		5
Porch Tower - M 1017	1		
Porch Tower - M 1018	1	2	8
Porch Tower - M 1019		4 (including 2 pairs)	
Total	*26*	*106 (including 39 pairs)*	*215*

The survey conducted confirmed the presence of 93 staples, whole or not (26 in place and 67 manifested by their sealing holes) and 215 potential staples around the periphery of the central building, preserved on a small half of the original height of the embankments. While the stapling of the embankments seems particularly substantial to the north, east and south, it appears to be looser to the west, as no staple was observed on the west façade (M 1004), which nonetheless has 11 potential echoes; the southwest tower shows only 4 staples in place as well as 14 echoes. The porch-tower, whose quoining with the west façade testifies to its existence since the origin of the castle, also has a few staples, but in limited number: 6 staples or traces of staples in place and 8 echoes.



Fig. 9 – Staple connecting the upper side of two basalt blocks (© L. D'Agostino).



Fig. 10 – Staple disposed under the lintel of an arrow slit. © L. D'Agostino.

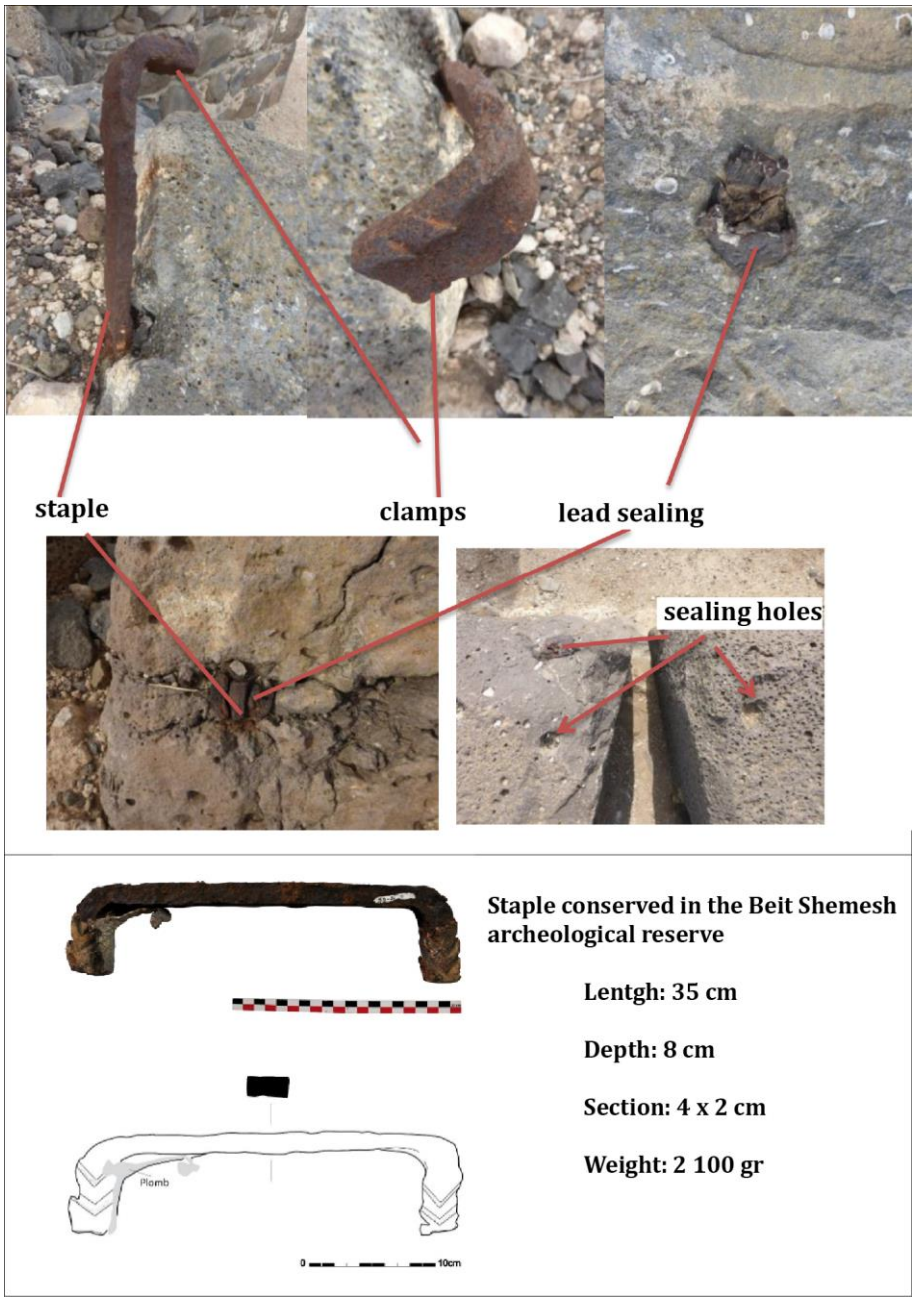


Fig. 11 – Details of the staples and sealing holes; staple discovered during the excavations of Meir Ben Dov (© O. Guyotat, A. Flammin).

The staples systematically link two contiguous blocks on the single course of a single wall. Some connect two projecting or receding corner blocks, always on the same course, at the junction between two walls. All of the staples observed are sufficiently set back from the face to be hidden by the mortar beds and the joints. Only the staples at the top of the arrow slits were therefore visible across the width of the slit on the soffit of the lintel. The staples are placed horizontally on the top face of the

stones. However, some elements raise questions about their use: a reserve can be noticed on the soffit of the right block of arrow slit A1065 on the eastern façade; two other reserves were observed on the boss on the northwest corner block of the second course of the north wall of the northeast tower (M 1006), as well as on the boss of the outer face of the right jamb of arrow slit A1061, on the same wall. Without more, we can't tell whether these are one-off reinforcements or peniments.

Staples: morphology and quantification

Morphology of the staples

In the elevations of the central building, the length of the staples measured and the distance between the sealing holes of two neighboring blocks vary between 19 cm and 92 cm, with most sections at 3 by 3 cm, and some variations at 4 by 2 cm, 3 by 2 cm and 2.5 by 2.5 cm. In general, the sealing holes are round, with a depth varying from 2.5 to 7 cm. The staples were shaped the same: an inverted U, with 5-to-6-cm-long bends and sealing clamps at the end of both bends.

An analysis of the staples left *in situ* on the castle's sloping banks was done, as well as a study of the staples taken during Meir Ben Dov excavations, which are kept in the archaeological reserves of Beit Shemesh, west of Jerusalem. A small batch of staples from demolition material could be measured and weighed to assess the quantity of metal needed for the site and the methods of installation.

At both ends of the iron staples are clamps used for lead-sealing in the reserves carved in the stone. The metal parts are not standardized to adapt to the blocks' various modules. They measure on average between 0.30 m and 0.50 m in length, and weigh from 2.1 to 2.4 kg. This variation in size and weight means that the staples were not brought in as finished products, but that their made-on site, as needed. It is likely that the blocks had to be laid and the sealing holes pierced before the staples could be manufactured and forged to the right dimensions. This procedure obviously requires the presence of a continuously operating forge on the construction site, in its immediate vicinity. The iron was probably transported and delivered to the site in the form of relatively standardized bars, with dimensions varying on average from 2.5 cm by 2.5 cm to 2.5 cm by 4 cm. The blacksmith could

then cut them at will by heating them at the place of the cut, which made it possible, at the same time, to shape the bend and the clamps at the ends of the staple. The location and mode of operation of the forge are currently unknown (specialization in staples or, at the same time, maintenance of tools used for basalt quarries in the ditches and stone cutting?).

The question of the origin of the iron remains. Did it come from areas in Jordan beyond the Dead Sea, which would have required relatively perilous transport in those troubled times, or did it come from old ancient sites? This solution would seem the most likely, given that the ancient occupation of the site is believed to date from the period of the Second Temple and would have lasted until the Byzantine period, marked by the remains of a synagogue. Furthermore, ancient cities have been identified in the region for a long time, such as Beit She'an, located south of Belvoir. The reuse of ancient stones, marble or limestone, in the walls of the castle, attesting to this use of material recovery, corroborates this hypothesis.

Attempt at quantification

Based on the survey carried out on the exterior facings of the sloping banks and the analysis of the staples of Beit Shemesh, we attempted to quantify the number of staples attested or perceived as an echo with the metal detector, and to assess the quantity of metal needed for the construction site. Based on the count of 308 staples or echoes with the metal detector at the level of the joints and on the conservation of the embankments equal to half their original height, it is possible to consider that the construction of the sloping banks required at least 800 to 900 staples, considering a systematic stapling on the towers, between each block and on each course of the slanting bases, and a looser one for the façades, with particular emphasis being placed on the quoins with the towers and the first two courses. A more systematic stapling, on each course and each block of the embankments of the towers and façades, would require 1,600 to 1,800 staples, but it is far from being demonstrable.

If we consider that the average length of the staples varies between 45 and 50 cm, with many variations between 25 and 92 cm, for an average side of 2.5 cm, we can

evaluate the following values for the quantity of iron needed for the construction of the central building.

Table 2:
Quantitative estimate of iron required for the construction of Belvoir's central building

Stapling type	***Number of staples***	***Total length of iron bars (for an average of 45 to 50 cm in length per staple)***	***Minimum volume of iron bars (V = lxwxh)***	***Mass (M = Vxμ with a density of iron of μ = 7.860 t / m^3)***
Systematic stapling on the towers, loose on the façades	800 to 900	360 to 450 m of bars 2.5 cm wide on average	0.22 to 0.28 m^3	1.7 to 2.2 t
Systematic stapling on towers and façades	1600 to 1800	720 to 900 m of bars 2.5 cm wide on average	0.65 to 0.81 m^3	5.09 to 6.36 t

Even a nonsystematic stapling represents a significant length of iron packaged in the form of bars, between 360 and 450 m in length, but in the end, it only represents a fairly small volume, between 0.22 and 0.28 m^3, i.e. 1.7 to 2.2 t of iron. A more systematic stapling of the embankments of the central building brings our estimates between 5.09 t and 6.36 t, which is much more significant, both in terms of transport and on-site logistics, and in terms of financial impact on construction. But without a verification by sounding in the masonry of the real presence of a staple at the level of the echoes delivered by the detector, it is difficult for us to narrow down the ranges of this quantitative estimate, which remains very broad.

In conclusion, the questions concerning the site concern first of all the distribution of these staples and their role in the construction: the staples are not only present at the level of the archery windows, where they consolidate the arrow slits, but also more regularly with each facing course of the embankments and at the level of the quoining blocks connecting the towers to the central building. These indications tend to demonstrate a constructive and structural role for the staples. Not only can they be used to consolidate masonry while the mortar dries, which can take several months for walls over 3 m thick, but they can also be used as horizontal ties in the facings, preventing one of the blocks to slide in the event of a catapult ball impact for example. The presence of embankments and the use of rough blocks which are often rounded perhaps justify the use of these staples all the more. The

embankments cause a transfer of the vertical loads of the elevations from one base to the other behind the facing, and not to the base of the facing itself. The load of the elevation can thus cause a displacement of the blocks towards the outside which are "pushed away" by the blocks located higher. The staples thus act as shackles, connecting if not all of the blocks, at least the majority of the blocks of the embankments of the exterior facing between them. It should be noted that no staple has been identified inside the central building, neither in the upper part of the walls on the areas built in limestone, nor on the reused limestone rubble stones, which could also have preserved evidence of the presence of these staples. We must therefore deduce that the staples were used only for the embankment parts and for the exterior facings, which were potentially subjected to shelling by war machines.

The use of these staples in the embankment wall of the enclosure also provides information on the progress of the work. The archaeological study of the walls showed that the enclosure of the interior reduct was built first and we have seen that the use of staples in the sloping bank was linked to the need to reinforce the masonry during construction. This practice seems essential, if we consider that the first phase of construction was carried out very quickly. The architectural analysis of the endless hall and its vaulting confirms this hypothesis. Indeed, the construction of the barrel vaults on the endless hall, which develops around the interior courtyard, was carried out from the inner walls of the central building. Planned from the time the sloping bank was built, as attested by the reserve at the top of the walls, the vaults are built at a later stage, under the shelter of the walls. We can therefore wonder about the reasons for a construction emergency. Belvoir was the first castle of the Order of Saint John to be built in Galilee in the second half of the 12th century. It is certainly a defensive castle, but it does not seem to be immediately threatened by the enemy. Its position not only guarantees a Hospitaller presence in the region, it also constitutes a prestigious landmark visible from afar and, from its foundation, marking the territory with the colors of the order: the black of basalt and the white of limestone.

Bibliographical references

BAUD, Anne ; D'AGOSTINO, Laurent – "Château de Belvoir (Galilée), l'utilisation des agrafes en métal dans la construction des murailles". In *Les chantiers et les matériaux de construction de l'Antiquité à la Révolution industrielle en Occident et en Orient. Actes du colloque de Guédelon (23-25 septembre 2015)*. Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée, 2020, pp. 111-127.

BEN DOV, Meir – "Excavations in the Crusader Castle at Kokhav Hayarden". *Qadmoniot* 2 (1969). pp. 22-27.

BEN DOV, Meir – "Belvoir (Kokhav Ha-Yarden)". In STERN, Ephraim; LEWINSON-GILBOA, Ayelet; AVIRAM, Joseph (eds.) – *The New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land*. New York: Simon and Schuster, 1993, vol. I, pp. 182-186.

BERNARDI, Philippe; DILLMANN; Philippe – "Stone skeleton or iron skeleton: the provision and use of metal in the construction of the Papal Palace at Avignon in the 14th century". In BORK, Robert (ed.) – *De Re Metallica. The uses of metal in the Middle Ages*. London-New York: Routledge, 2005, pp. 297-315.

BILLER, Thomas – "Die Johanniterburg Belvoir am Jordan. Zum frühen Burgenbau der Ritterorden im Heiligen Land". *Architectura*: *Zeitschrift für Geschichte der Baukunst* 19 (1989). pp. 105-136.

BOAS, Adrian – *Archaeology of the Military Orders. A survey of the urban centers, rural settlements and castles of the Military Orders in the Latin East (c. 1120-1291)*. London-New York: Routledge, 2006.

CHAPELOT, Odette; BENOÎT, Paul – *Pierre et métal dans le bâtiment au Moyen Âge*. Paris: EHESS, 1985.

D'AGOSTINO, Laurent ; FLAMMIN, Anne – "Photogrammétrie rapprochée appliquée à l'étude archéologique du château de Belvoir (Kokhav Ha Yarden, Israël)". Méthodes de relevés numériques en archéologie et en architecture: applications. *Bulletin hors-série du Centre de Recherches Archéologiques de Haute-Normandie*, 2018, pp. 53-66.

ELLENBLUM, Ronnie – "Three generations of frankish Castle-Building in the Latin Kingdom of Jerusalem". In BALARD, Michel (ed.) – *Autour de la première croisade, Actes du Colloque de la Society for the Study of the Crusades and the Latin East (Clermont-Ferrand, 22-25 juin 1995)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 517-529.

JOSSERAND, Philippe ; BERIOU, Nicole (eds.) – *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009.

L'HERITIER, Maxime; JUHIN, Amélie; DILLMANN, Philippe; ARANDA, Régis; BENOÎT, Paul – "Utilisation des alliages ferreux dans la construction monumentale

du Moyen Âge. Etat des lieux de l'avancée des études métallographiques et archéométriques". *ArcheoSciences* 29 (2005), pp. 117-132.

RILEY-SMITH Jonathan – *The Knights of Saint John in Jerusalem and Cyprus, c. 1050-1310*. London: Palgrave, 1967.

SCHOTTEN-HALLEL, Vardit; SASS, Eytan; PERELIS GROSSOWICZ, Lydia – "The Hospitaller Castle of Belvoir: Setting the Scene for a Discussion of the Topography, Geology and Architecture". In BOAS, Adrian (ed.) – *The Crusader World*. London: Routledge, 2015, pp. 490-518.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

D'AGOSTINO, Laurent – "Metal staples in the construction of the central building of the Belvoir fortress (Kokhav Ha Yarden, Israel)". *Medievalista 33* (Janeiro – Junho 2023), pp. 113-132. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

The lapidary elements of the Castle of Belvoir. Anastylosis of the chapel

Os elementos pétreos do Castelo de Belvoir. A anastilose da capela

(a) ***Anne Flammin***, (b) ***Paul François,*** (c) ***Florian Renucci***

(a) CNRS – Laboratoire d'Archéologie et d'archéométrie
69007 Lyon, France

anne.flammin@mom.fr
https://orcid.org/0000-0002-6039-5396

(b) CNRS – Laboratoire d'Archéologie Médiévale et Moderne en Méditerranée
Aix-Marseille Université
13097 Aix-en-Provence, France

paul.francois@cnrs.fr
https://orcid.org/0000-0003-1987-8609

(c) Guédelon D955
89520 Treigny-Perreuse-Sainte-Colombe

florian.renucci@guedelon.fr
https://orcid.org/0000-0003-0592-4141

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Fevereiro de 2022
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 22 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6278

ABSTRACT

The systematic study of the blocks of the Belvoir castle lapidary has allowed us to restore several architectural ensembles that could have belonged to the castle chapel, which has now disappeared. In this article, we present the method of analysis and recording of these blocks, as well as the protocol of 3D reconstruction that allowed us to formulate several hypotheses concerning the shape, decoration and roof of the chapel. One of them proposes an architectural ensemble with an ogival vault, to which numerous lapidary elements seem to belong, but in opposition to the style of contemporary constructions in the Latin East. As for the other, it is based on a style more in line with the architectural context, but few of the stones found could belong to it. Without proposing to definitively settle the question, this article also demonstrates the interest of a very strong interconnection between archaeologists, stone-cutting specialists and architects allowing, around the 3D reconstruction, to propose hypotheses considering all the data of the problem.

Keywords: Chapel; reconstruction; architecture; "*elbow column*"; survey.

RESUMO

O estudo sistemático dos blocos pétreos do castelo de Belvoir permitiu-nos recuperar vários conjuntos arquitectónicos que poderiam ter pertencido à capela do castelo, hoje desaparecida. Neste artigo apresentamos o método de análise e registo destes blocos, bem como o protocolo de reconstrução 3D que nos permitiu formular várias hipóteses acerca da forma, decoração e cobertura da capela. Uma destas hipóteses sugere um conjunto arquitectónico com uma abóbada ogival, à qual parecem pertencer numerosos elementos pétreos, ainda que em oposição ao estilo das construções contemporâneas no Oriente latino. A outra hipótese assenta num estilo mais condizente com o contexto arquitetónico, ainda que poucas das pedras encontradas lhe possam ter pertencido. Sem pretender resolver definitivamente a questão, este artigo demonstra também o interesse de uma interligação forte entre arqueólogos, especialistas em cantaria e arquitectos, permitindo, em torno da reconstrução 3D, propor hipóteses que considerem todos os dados disponíveis.

Palavras-chave: Capela; reconstrução; arquitectura; coluna em cotovelo; pesquisa.

To the northwest of Belvoir Castle, beyond the northern moat, stands a lapidary deposit of more than a thousand carefully stacked worked blocks that have never been studied. They were stored here by archaeologist Ben Dov and his team, following the excavation of the castle between 1963 and 1966, and their condition of discovery is unknown (**Fig. 1**). Essentially made up of architectural elements (rib voussoirs, engaged column, jamb, capital…), this material is likely to shed new light on the chronology of the castle, which appears now devoid of decoration. This lapidary deposit has therefore been the subject of an in-depth analysis that required the establishment of a protocol, the presentation of which will precede the first results. While the majority of the blocks seem to have belonged to the castral chapel, which has now disappeared, a part could also be attached to the other rooms of the castle[1]. The main objective of this work is to propose an anastylosis of the chapel.



Fig. 1 – Belvoir, general view of the lapidary material (© A. Flammin).

[1] It is difficult to estimate the number of blocks preserved out of the totality of those constituting the chapel, probably less than a third.

Methodology

To carry out this study, we set up a three-step protocol: the first one is the identification and classification of the blocks, the second one is the inventory and enrichment of a database and the third one is the survey of the blocks.

Identification and classification of blocks

The first operation consisted in identifying blocks of the same type, classifying them and gathering them in the same space on the site (**Fig. 1**). The first step was to identify structural or functional types (only almond-shaped voussoirs with a common section, for example), then to classify them according to their morphological and functional characteristics (i.e. all the almond-shaped voussoirs). A mechanical machine was used to unstack and move the pile of blocks. In the field, block lines were created to facilitate access to the different faces and make visible the inventory number painted on each of them[2]. We thus gathered the blocks belonging to the vaulting (almond-shaped voussoirs, double-roll voussoirs of the bands or roll voussoirs of the wall bed rib arches as well as the roll voussoirs and doucine); those from the compound piles (chamfered plinth, attic base, drum and capital of engaged columns as well as the bands and the bases or departures of the ribs and wall bed rib arches); from an axial apsidal bay (support and pedestal...) and those constituting a liturgical cabinet. Many curved facing blocks can be attached to an apse and others to its *cul-de-four*.

Inventory of blocks in a database

The systematic inventory of the blocks was based on the creation of a form whose headings were designed to describe them precisely and allow grouping according to defined types (**Fig. 2**). Thus, this form, filled out in the field, gives us information on the nature of the materials used: basalt, marble and, particularly, fine or coarse limestone. The dimensions of the blocks are given very precisely in order to differentiate between very similar types and to quickly identify recurring

[2] Each block has been numbered. To do this we applied on the block a first layer of colorless varnish, then the number with red paint and again a layer of varnish. This method has the advantage of being inexpensive, reversible and resistant to time.

dimensions, such as the course heights. The traces left by the cutting tools are also described, and the tool used (chisel or other) mentioned. The lapidary marks are also inventoried, sketched, and drawings added to the card as well as a description of the block, its state of conservation, any traces of reuse, and tracing of the block with photographs of its various faces. These cards populate a database that provides a permanent record and the ability to query the data to answer various questions. Once this systematic inventory was achieved, a catalog of the shapes of the different architectural pieces was put together.

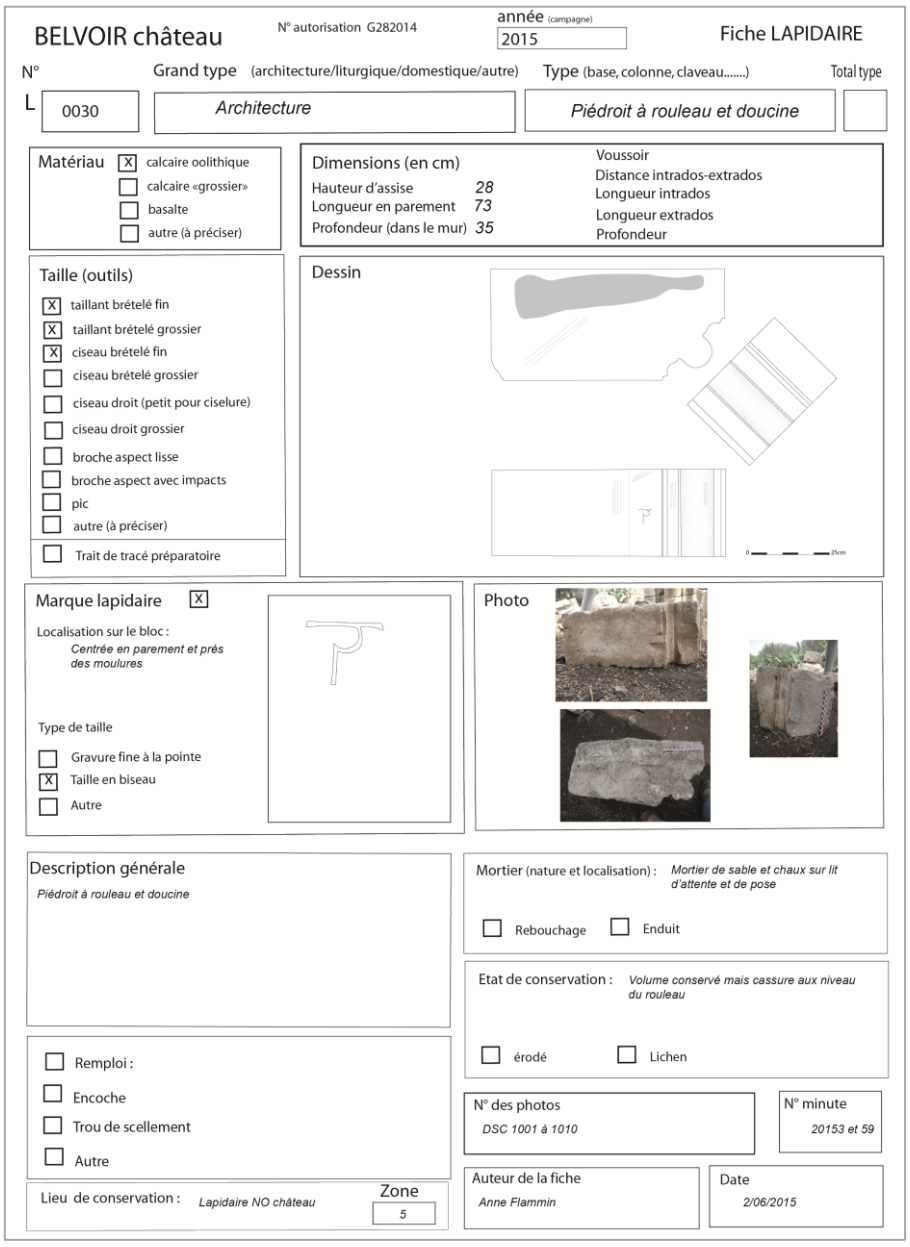


Fig. 2 – Presentation of an inventory sheet of the lapidary furniture of Belvoir Castle (Conception and realization by A. Flammin and F. Renucci).

Included in this inventory were blocks that had been taken from the site during Ben Dov's excavations and are now kept in the National Museum of Jerusalem or in the archaeological repository of Beth Shemesh. They were studied in the same manner. Most of them are remarkable because of their carved and sometimes figurative (**Fig. 3**) or painted decoration (traces of red and blue paint on a fragment of a painted capital) or because of the use of marble, a material coming from the reuse of ancient or Byzantine pieces (**Fig. 3**).



Fig. 3 – Blocks with figurative decoration from Belvoir Castle preserved in the National Museum in Jerusalem and the base of a column cut from a Byzantine capital from Belvoir Castle.

Block Survey (**Fig. 4**)

Tracing of the blocks was mostly done at a scale of 1:5. However, for greater accuracy, the lapidary marks were drawn at a scale of 1:1[3]. All of the blocks with decoration (column capitals, notably) have been surveyed manually, whereas, for the most common elements (such as pieces of piles), a single representative per type of structural or functional element may be sufficient. Even though it takes time and manpower, a manual survey is essential because it allows for a thorough examination of the block, and provides a support containing *in situ* analyses and sufficient detail to make this analysis possible. This is the only way to identify the different faces of the block (those that were visible, those hidden that were hidden in the masonry...) in particular by observation of traces left by the cutting tools. A manual survey is therefore essential for the reassembly the blocks or to propose assemblies. The most significant blocks have also been photogrammetrically surveyed to make a 3D image. With the orthophotographs extracted from this model, we could complete the most complex block surveys during the post-excavation phase and thus compensate for the lack of time required for a detailed drawing. However, this type of survey has not been carried out for all the lapidary furniture (660 blocks inventoried to date), because of the high number of photographs in the field it requires in adverse lighting conditions, and of the sometimes difficult handling of heavy blocks.

[3] In the field, in addition to the authors of this article, the drawings were made by Philippe Griot (stonemason at Cluny), Sandra Piotrowski (University of Lyon), Amélie Roger (Ph.D. in archaeology, University of Lyon) and Vardit Shotten-Hallel (Israel Antiquities Authority).

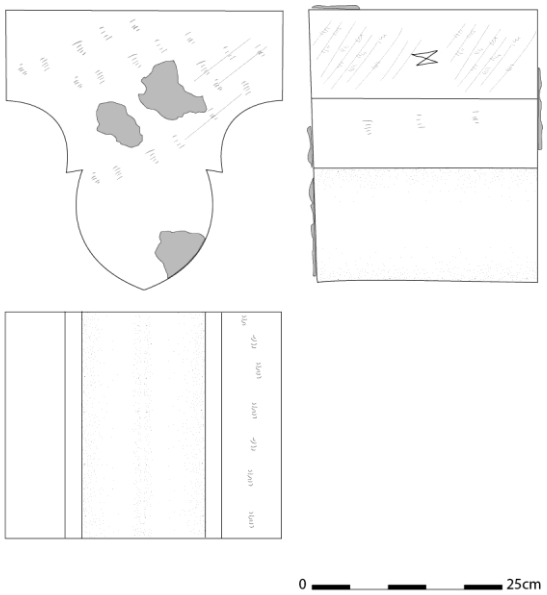


Fig. 4 – Belvoir, survey of the rib voussoir L. 0002 (Drawing and CAD A. Flammin).

First results and restitution proposal

Several indicators seem to show that these blocks belong to the same architectural ensemble.

They are for the most part cut from the same material: a very fine white oolitic limestone in which strictly identical traces of cutting tools are repeated according to the different types of face[4]. The blocks were preshaped with a pick or a spindle. Marks on the assembly faces of the blocks were left by roughly comb-shaped edges, while the surfaces of the blocks which were to be exposed were worked with a comb-shaped chisel. Finally, a flat chisel was used to smooth and emphasize the edges. The rare irregularities of this limestone, such as holes, have been carefully filled with a fine lime mortar.

Meticulous measurements revealed block moldings of identical dimensions, such as recurrent course heights (34 cm, 37 cm), or voussoir and small-column rolls of strictly identical diameters (10.5 cm). In addition, identical, well-crafted lapidary marks were found on several blocks (85 different marks to date). Lastly, some details show a stylistic unity, notably in the treatment of the leaves on the capitals.

[4] Some pieces are also in marble as mentioned above.

Based on the analysis of the measurements and the identification of the assembly traces left on the blocks (mortar revealing the joint faces...), we have proposed the reconstruction of several architectural components. Some coherent architectural elements could even be the subject, on site, of preliminary proposals for life-size reassembly such as the axial window of the apse, the elements of the piles composed of the nave or the liturgical cabinet. However, due to a lack of sufficient means (lifting apparatus, heavy safety equipment, block stabilization), and because of the loss of certain blocks, these assemblies could not be totally validated. The *in situ* reassembly work served as the basis for a digital anastylosis operation carried out in 2017. It consisted in reassembling the digital duplicates of each block, without the constraints of the physical world. In addition, with this process, it is possible to test many hypotheses very quickly, to create missing blocks from existing examples and thus to validate or rule out hypotheses that are unimaginable on the site. Based on the study of each of these primitive assemblies, presenting a high degree of certainty, we set out to integrate them into a larger whole. While some field hypothetical reconstructions, such as that of the axial apsidal bay, thanks to a large proportion of preserved blocks, can be taken into account as such in the digital restitution, other assemblies such as the compound pile, the ogival vault or the liturgical cabinet required more in-depth work. The analysis of the layout of these architectural ensembles made it possible to propose a restitution of the plan, the elevation and the covering of the chapel. The confrontation of these hypotheses with the data from the architectural study of the castle also fed into the proposal for the layout of the chapel on the upper floor, above the entrance[5].

The digital anastylosis method we used to consist of several steps. First, the blocks were reproduced in a 3D modeling software based on the surveys made *in situ*. We have indeed excluded the digitization of the preserved blocks because of their large number, while the digital reproduction from the field surveys has allowed the restitution of the original shape of these blocks. At the end of this first step, we obtained a collection of digital blocks that we could manipulate digitally with great

[5] See in this volume: BAUD, Anne; GUYOTAT, Olivier – "Belvoir, study of the interior castle: construction site and spatial organization". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 97-112. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

ease. It was also possible to duplicate blocks or to modify them slightly in order to complete certain assemblies with missing elements. The second step consisted precisely in producing virtual assemblies from these blocks: the ease of manipulation of digital elements allowed us to test hypotheses that we had not been able to put in place in situ. These assemblies were designed and tested in parallel since it is easy to understand that one element of the chapel can have influences on the others, especially when considering the elements of the roof and vaulting. We therefore produced several hypotheses of assemblies leading to radically different forms of the interior of the chapel at Belvoir Castle. The last step consisted in choosing the most solid hypothesis, the one presented here. For this, we adopted a sensitive approach (via the immersion of the researchers thanks to a virtual reality device in the 3D models of these different hypotheses[6]) and a mechanical approach (by calculating the mechanical consequences of the different hypotheses of restitution, and thus of covering, on the lower parts of the castle structure).

The Axial Bay in a Semicircular Apse (**Fig. 5**)

In 2015, the discovery of the missing sill stone allowed the entire base of the axial window to be raised in the field by connecting the interior jamb stones, containing both the window splay and the circular facing of the apse. The opening of the window is 0.90 m. The thickness of the wall at the axis of the sill is 0.63 m. The three sill stones have a straight exterior facing that appears to accredit a flat chevet wall.

The Liturgical Cabinet (Fig. 5)

A liturgical cabinet was identified from blocks of the same course height (34 cm) with a typical groove. It was reconstructed in 2016 on the site. This cabinet has an 0.58 m wide and 0.78 m high opening; the interior volume has the same height for a width of about 1.18 m. It was divided, at mid-height, by a shelf about 8 cm thick. The blocks forming a lintel or threshold have a notch in the depth of the wall, probably compatible with a hinge closure system. The presence of concave circular facings attests that the cabinet was inscribed in the apsidal walls. Its position, however, can

[6] FRANCOIS, Paul; LEICHMAN, Jeffrey; LAROCHE, Florent; RUBELLIN, Françoise – "Virtual reality as a versatile tool for research, dissemination and mediation in the humanities". *Virtual Archaeology Review* 12/25 (2021). DOI: https://doi.org/10.4995/var.2021.14880.

only be arbitrarily established, and the choice was made to place it to the south of the apse, as close as possible to the jamb supporting the triumphal arch. It had to be at a reasonable height to easily access the objects necessary for the proper conduct of the liturgy.



Fig. 5 – Belvoir, in situ reassembly of the axial bay and the liturgical cabinet in the apse (photo A. Flammin).

The Compound Pile (Fig. 6)

The pile system is composed of many distinct subsets with a typical 45° angle arrangement allowing them to be grouped together. These subsets are as follows: the plinth, the engaged base supporting the columns (their state of conservation is very uneven and there is no known base for the central column), the column shafts and their engaged capitals (at least one for each column), the stringcourse and the springers of the wall-rib and ogive arches[7]. Each subset has its own assembly logic. The pile has five symmetrically arranged engaged columns of decreasing diameter

[7] It should be noted that the base of the transverse rib has not yet been found.

as they get further from the center: 37 cm for the central column, 20 cm for the two side columns, and 16 cm for the most off-center columns. The attic bases rest on a 24 cm high chamfered plinth. The engaged columns are topped with Corinthian-style capitals with baskets with two rows of smooth leaves and volutes with stretched scrolls. The pile thus formed is leaning against the drip walls and supports the departure of the stringcourse of the central transverse rib and, on the sides, those of the voussoirs of the cross vault and those of the pointed arches.

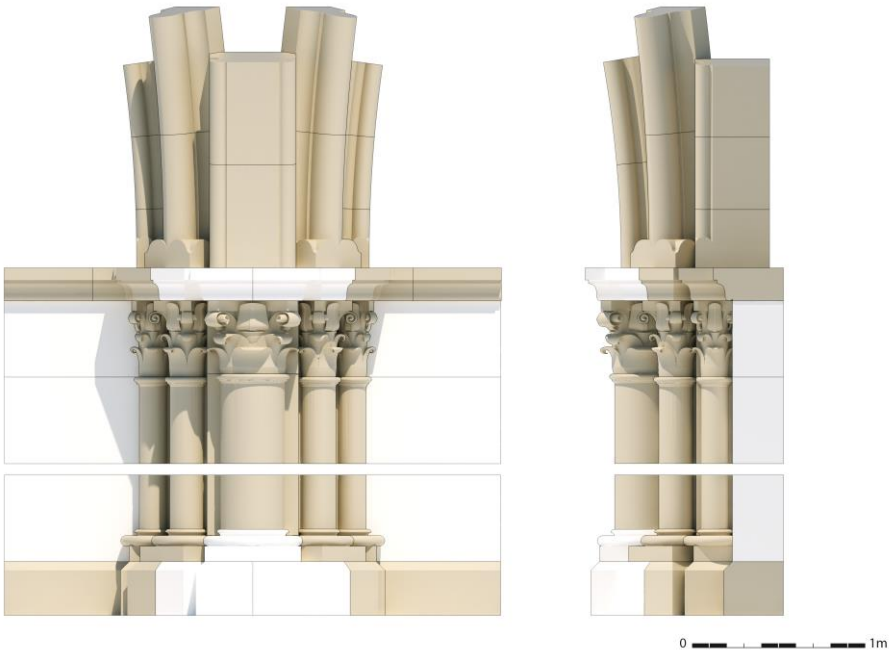


Fig. 6 – Belvoir, hypothesis of 3D restitution of the compound pile (3D image P. François).

With our digital tool, we were able to test the combination of these subsets, and an assembly of the pile leaning against the gutter-bearing wall was reconstructed from elements preserved: barrels of engaged columns in three different diameters, two very eroded bases, several capitals and the plinths. It allowed for the *in situ* anastyloses of the pile suggested so far to be discarded, while bringing out the loss of specific blocks such as the parts of the plinth supporting the central column as well its base. The same can be said of the stringcourse above the pile: none of the blocks found seems to fit the capital of the central column.

The reassembly also made it possible to confirm the way in which the different vault springers were organized above the pile, and to explain the geometrical differences

between the preserved "heart-shaped" pointed arch springers, which resulted in particular assemblies. Indeed, one seems to have belonged to the springer of a central pile, and another to a corner pile. The first one (block 210) has a non-symmetrical base that allows for the integration of a wall-rib arch springing and a transverse rib springing. The second one (block 579), on the other hand, has a symmetrical base allowing to accommodate the presence of a springing of a wall-rib arch on each side, a situation found in the corners of a room.

The columns of the pile also allow for a strong chained assembly with the wall. The tails of the blocks are alternately inserted towards the inside of the pile and towards the inside of the wall, guaranteeing the structural assembly maximum stability[8].

Digital experiments have made it possible to reconstruct the pile as a whole, without however knowing for sure the height of its columns. Even without this information and the double-arched springer which, very likely, presented a springing with the characteristic moldings, it quickly appears that this architecture presents a certain sophistication generally absent from the Crusader castral chapels of this period. Not only do the other chapels still preserved not have ribbed vaults, they don't have this type of compound piles either; their profile is much more sober (such as the chapel of Margat or that of Chastel Blanc in Syria for example)[9]. It is therefore not possible to exclude the fact that this vaulting is part of the covering of other rooms in the castle, such as the Chapterhouse. By continuing our work, we hope to be able one day to clarify this hypothesis.

Elbow Columns (Fig. 7 and 8)

Several elbow columns and their capitals are included into the lapidary furniture of the castle of Belvoir. They are corbelled out supports composed of a curved shaft

[8]Note however that some engaged columns have a tail that is incompatible with this system (blocks 16 and 335), so we should probably consider other assembly possibilities possibly involving different block designs. The small number of blocks retained, compared to the quantity necessary to constitute at least two piers (and four corner piers) does not allow us to conclude with certainty on this point.

[9] On these chapels: BALASZ, Major – "Constructing a medieval fortification in Syria. Margat between 1187 and 1285". In EDBURY, Peter; PRINGLE, Denys; MAJOR, Balász Major (eds.) – *Bridge of civilizations. The Near East and Europe, c. 1100–1300*. Oxford: Archaeopress, 2019, pp. 1–22. MESQUI, Jean – "La fortification des Croisés au temps de Saint Louis au Proche-Orient". *Bulletin Monumental* 164 (2006): L'architecture en Terre Sainte au temps de Saint Louis, p. 19.

forming a right angle (the lower part of which sinks into the wall) topped by a capital surmounted by an abacus. The capitals are of Corinthian style and the baskets two rows of smooth acanthus leaves that are curved and swollen at their ends. The upper register stands out from the antique model by the absence of stems, chalices, and helices. These elbow columns are known and frequently used both in Western architecture and in the Holy Land. In the 1994-thesis she wrote about them, Esther Grabiner demonstrated the birth of the small elbow column in the second decade of the twelfth century in construction sites of the cloister buildings of the Holy Sepulchre in Jerusalem[10]. It then became "an ordinary component of cross production in Jerusalem" and was, according to her, imported into the West, probably at the end of the twelfth century[11]. It does not seem, according to our first hypotheses, that they can be linked to the architecture of the chapel, since one cannot combine, in the same architecture, the elbow columns and the compound piles. Likewise, the assembly of the elbow columns with the preserved transverse rib voussoirs is impossible. If they do not find any place in the elevation of the chapel, they may have belonged to the other decorated rooms on the upper floor of the castle.



Fig. 7 – Belvoir, elbow column and its basalt capital at the entrance to the castle (photo A. Flammin).



Fig. 8 – Belvoir, 3D reconstruction hypothesis of a elbow column and its capital (3D image P. François).

[10] GRABINER, Esther – *La colonnette coudée. Diffusion d'un élément architectural entre Orient et Occident aux XIIe et XIIIe siècles*. Paris: La Sorbonne, 1994. Thèse de doctorat, p. 574.
[11] Esther Grabiner notes indeed that all the elbow columns listed belong to the city of Jerusalem and its immediate surroundings (except the Belvoir ones). GRABINER, Esther – *La colonnette coudée*, pp. 578-580.

Restitution of the plan of the Chapel (Fig. 9 and 10)

By comparing the previous data with observations members of our team carried out on the remains kept on the upper floor of the castle, we could come up with a plan of a single-nave chapel with probably two bays and a semicircular apse.

Thanks to their curved facing, the elements of the apse were identified very early on as forming a coherent architectural ensemble. The series of measurements of the radius of curvature carried out on a sample of curved plinths, stringcourses and facings allowed us to verify that the opening of the apse was equal to 6.5±0.2 m with a relatively high degree of confidence (a variation of about twenty centimeters is nevertheless possible). The blocks found and identified as belonging to the axial bay of the apse allow, as we have seen, to reconstruct a flat chevet. The apse and the corresponding semi-dome vault must have been associated with a triumphal arch, so the voussoirs were also the subject of a radius of curvature survey. The opening of the arch resulting from these radii, depending on whether it is a round or a pointed arch, should correspond to the opening of the apse. Unfortunately, the uncertainty due to the small size of the voussoirs (and the resulting reduced pitch) implies a large variation in the measurements that makes both full-circle and pointed arch possible. However, the estimated construction period of the chapel, along with a stylistic analysis of other castral chapels of the order, encourage the reconstruction of a triumphal arch with a pointed arch. It was supported by jambs whose blocks are clearly identified with their curved facing (facing the apse) and their flat facing (facing the nave). This information allows us to integrate with certainty these elaborately carved jambs into our building, although the castral chapels of the Hospital are generally devoid of such ornamentation[12]. A complete reconstruction of the apse implies the knowledge of the height of the columns supporting the triumphal arch, which cannot be deduced from the lapidary. To remedy this, we have therefore used both the statistical method and the 3D tool by evaluating the percentage of columns elements found for each hypothesis and by estimating the spatial and stylistic coherence of said hypotheses. We thus suggest

[12] The chapels of Margat or Crac des Chevaliers in Syria, for example, have an arch of this type and without elaborately carved jambs. See: FOLDA, Jaroslav, FRENCH, Pamel, COUPEL, Pierre – "Crusader Frescoes at Crac des Chevaliers and Marqab Castle". *Dumbarton Oaks Papers* 36 (1982), pp. 178-179 and 196-198.

that the top of stringcourse -running along the walls of the chapel and the apse culminates at 5.2 m high and that of the semi-dome at 9.5 m. At the end of the work on the apse, we can therefore present plans and sections of this part of the chapel with great confidence.

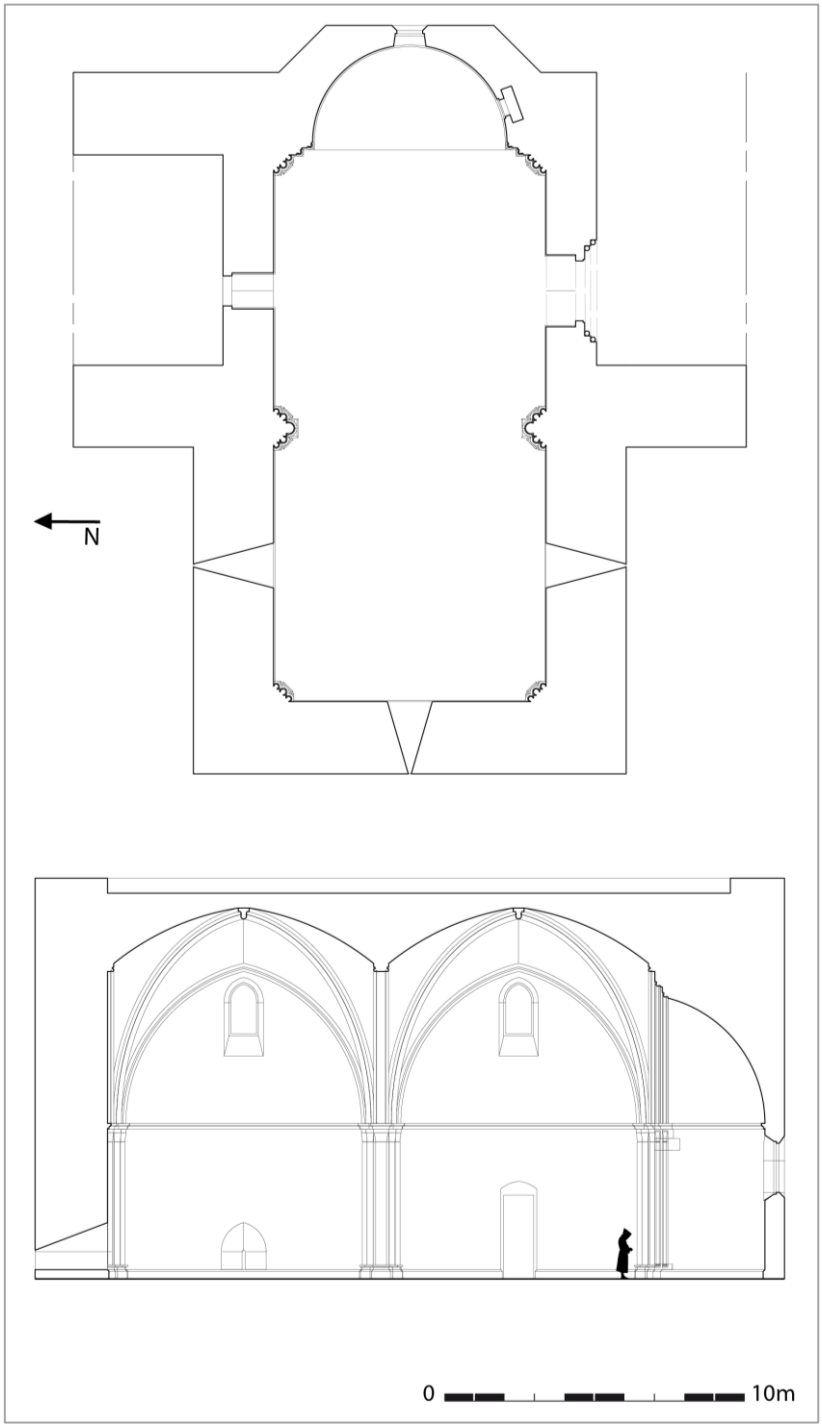


Fig. 9 – Hypothesis for the restitution of the plan and longitudinal section of the Belvoir castle chapel (DAO Paul François).



Fig. 10 – Hypothesis of the restitution of the interior elevation of the Belvoir castle chapel with its ogive vault (3D image P. François).

Two competing hypotheses allow us to move forward in the precise definition of the plan of the nave: the first one is based on a ribbed vault, and the second one on a pointed cross vault. The first hypothesis is based on the presence in the lapidary of numerous blocks belonging to such a covering: ogival vaults, wall-rib, transverse rib, keystone, as well as the corresponding piles. It cannot be denied that the identical modenatures of the stringcourse and plinth seem to strongly connect the piles of the ogive vault to the apse, which undoubtedly belongs to the chapel. Nevertheless, it cannot be ruled out that these vaulting elements may also have belonged to other rooms in the castle: to a ceremonial hall or to the Chapterhouse, which is traditionally more decorated than the chapel. The second hypothesis, on the other hand, is based on a stylistic correspondence with the other chapels of hospital castles of the twelfth century[13], whose architecture and covering are very sparse, but whose corresponding lapidary elements would not have reached us.

[13] The Margat chapel, for example, has a pointed cross vault.

Thus, the initial conclusions of the study of the lapidary furniture, combined with architectural analyses, make it possible to reconstruct a castral chapel at Belvoir with a single nave with two bays, probably with a ribbed vault, and a semicircular apse. The chapel was to be 25 m long in total (with 22 m inside) and 12.5 m wide (with 9 m inside). It must have been located on the first floor of the castle. The size of the blocks as well as the carved decoration reveal a very meticulous sculpture borrowing from models coming from Europe, especially France, and probably made by artists from these circles. Some blocks, such as the elbow columns and their capitals, may have belonged to other rooms of the castle, while being part of the same ensemble. According to Bruno Phalip, a stylistic analysis of the architectural or figurative decoration argues for a dating in the last quarter of the twelfth century[14]. The analysis methodology used at Belvoir shows the value of teamwork including archaeologists, stonemasonry specialists and architects to obtain 3D models that have real heuristic value.

Bibliographical references

BALASZ, Major – "Constructing a medieval fortification in Syria. Margat between 1187 and 1285". In EDBURY, Peter; PRINGLE, Denys; MAJOR, Balász Major (eds.) – *Bridge of civilizations. The Near East and Europe, c. 1100–1300*. Oxford: Archaeopress, 2019, pp. 1–22.

FOLDA, Jaroslav, FRENCH, Pamel, COUPEL, Pierre – "Crusader Frescoes at Crac des Chevaliers and Marqab Castle". *Dumbarton Oaks Papers* 36 (1982), pp. 177-210.

FRANCOIS, Paul; LEICHMAN, Jeffrey; LAROCHE, Florent; RUBELLIN, Françoise – "Virtual reality as a versatile tool for research, dissemination and mediation in the humanities". *Virtual Archaeology Review* 12/25 (2021). DOI: https://doi.org/10.4995/var.2021.14880.

GRABINER, Esther – *La colonnette coudée. Diffusion d'un élément architectural entre Orient et Occident aux XIIe et XIIIe siècles*. Paris: La Sorbonne, 1994. Thèse de doctorat.

MESQUI, Jean – "La fortification des Croisés au temps de Saint Louis au Proche-Orient". *Bulletin Monumental* 164 (2006): L'architecture en Terre Sainte au temps

[14] PHALIP, Bruno (dir.) – *Mission archéologique de Belvoir (Israël), Kokhav Ha Yarden*. [Rapport de recherche]. Ministère des Affaires Etrangères et Développement International; Centre de Recherche Français de Jérusalem; UMR 5138; CHEC EA 1001; Geolab; IAA Israel, 2015, pp.28-40.

de Saint Louis, pp. 5-29.

PHALIP, Bruno (dir.) – *Mission archéologique de Belvoir (Israël), Kokhav Ha Yarden*. [Rapport de recherche]. Ministère des Affaires Etrangères et Développement International; Centre de Recherche Français de Jérusalem; UMR 5138; CHEC EA 1001; Geolab; IAA Israel, 2015, pp.28-40.

PRINGLE, Denys – *The Churches of the Crusader Kingdom of Jerusalem: a Corpus.* Vol. III. *The city of Jerusalem*. Cambridge: Cambridge university press, 2007.

PRINGLE, Denys – *Churches, Castles and Landscape in the Frankish East*. Farnham; Burlington (VT): Ashgate Variorum, cop. 2013.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FLAMMIN, Anne; FRANÇOIS, Paul; RENUCCI, Florian – "The lapidary elements of the Castle of Belvoir. Anastylosis of the chapel". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 133-151. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Hospitaller Castles and Fortifications in the Kingdom of Jerusalem, 1136-1291

Castelos e fortificações do Hospital no Reino de Jerusalém, 1136-1291

Denys Pringle

Emeritus Professor
Cardiff University
School of History, Archaeology and Religion
Cardiff, Wales, UK

pringlerd@cardiff.ac.uk

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Fevereiro de 2022
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Dezembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6292

ABSTRACT

This paper presents a historical and archaeological overview of the castles and other fortifications built and occupied by the Order of the Hospital of St John in the Kingdom of Jerusalem between 1136, when the order acquired the castle of Bayt Jibrīn, and the final Mamluk siege of Acre in 1291, during which it defended a section of the city walls. Topics discussed include the order's contribution to the defence of towns and cities in which they were not the sole or even the major property owner, as well as their own construction and possession of a range of other fortifications from major castles to lesser structures, including towers and *maisons fortes*. In each case, equal attention is paid to the buildings themselves and to the administrative system of bailiffs and castellans through which they were managed and operated. As the military situation became ever more precarious during the 13th century, the order also took over and briefly held three major castles, whose owners were unable to defend them: Ascalon between 1241 and 1247, Mount Tabor between 1255 and 1263, and Arsūf between 1261 and 1265.

Keywords: Hospitallers; Kingdom of Jerusalem; fortifications; castles; castellans.

RESUMO

Este artigo apresenta um panorama histórico e arqueológico dos castelos e outras fortificações, construídos e ocupados pela Ordem do Hospital de São João no Reino de Jerusalém, entre 1136, quando a ordem adquiriu o castelo de Bayt Jibrīn, e o último cerco mameluco de Acre em 1291, durante o qual defendeu uma parte das muralhas da cidade. Os tópicos discutidos incluem o contributo da ordem para a defesa de vilas e cidades, nas quais ela não era a única, nem mesmo a principal proprietária, bem como a construção e posse de uma série de outras fortificações, desde castelos importantes a estruturas menores, incluindo torres e casas-fortes. Para cada caso, foi dada idêntica atenção aos edifícios e à estrutura administrativa de bailias e castelanias, através dos quais eram geridas e exploradas. À medida que a situação militar se tornava cada vez mais precária, durante o século XIII, a ordem também assumiu e manteve, por curto período, três castelos principais cujos proprietários não podiam defendê-los: Ascalon entre 1241 e 1247, Monte Tabor entre 1255 e 1263 e Arsūf entre 1261 e 1265.

Palavras-chave: Hospitalários; Reino de Jerusalém; fortificações; castelos; castelanias.



Introduction[1]

From the time of its beginnings in eleventh-century Jerusalem and its recognition as an order of the church by Pope Paschal II in 1113, the main purpose of the Hospital of St John was to care for the sick poor visiting Jerusalem. By the mid 1120s, however, partly in imitation of the Templars, the order was already beginning to assume military functions and to attract knights into its brotherhood. The order's military activities soon extended beyond merely protecting its own property or providing sergeant service, as some other ecclesiastical institutions continued to do[2]. Instead, like the Templars, the order began to play an active part in the defence of the kingdom of Jerusalem and of the neighbouring Christian states to the north. In 1136, King Fulk granted the Hospital the newly built castle of Bayt Jibrīn, one of a ring of castles encircling Muslim-held Ascalon. In due course, the Hospitallers developed a network of greater and lesser fortified centres, fulfilling both military and administrative functions.

[1] Abbreviations used: *AI* – PRAWER, Joshua; BENVENISTI, Meron – "Palestine under the Crusaders". In AMIRAN, David H.K. *et al*. (eds.) – *Atlas of Israel*, Jerusalem–Amsterdam: Survey of Israel, Ministry of Labor/Elsevier Publishing, 1970, sheet IX/10; CCCM - *Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis*, Turnhout:Brepols, 1966-; *CH – Cartulaire générale de l'ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100-1310)*. 4 vols. Paris: Ernest Leroux, 1894-1906; DRHC – *Documents relatifs à l'Histoire des Croisades*. Paris, 1946-; *HA/ESI – Hadashot Askheologiot: Excavations and Surveys in Israel*; *NEAEHL – New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land*. Ed. E. Stern. 5 vols. Jerusalem: Israel Exploration Society & Carta, 1993-2008; PG – Palestine Grid; *RHC HOcc – Recueil des historiens des croisades: Historiens occidentaux*. 5 vols. Paris : Imprimerie royale: Imprimerie impériale: Imprimerie nationale, 1844-1895; *RHC Hor – Recueil des historiens des croisades: Historiens orientaux*. 5 vols. Paris: Imprimerie nationale, 1872-1906; *RRH – Regesta Regni Hierosolymitani*. Ed. R. Röhricht. Innsbruck: Libraria academica Wagneriana, 1893; *RRH Ad – Regesta Regni Hierosolymitani: Additamentum*. Ed. R. Röhricht. Innsbruck: Libraria academica Wagneriana, 1904; *RS – Rerum Britannicarum Medii Aeui Scriptores, or Chronicles and Memorials of Great Britain and Ireland in the Middle Ages* (Rolls Series). 99 vols. London, 1858-1897; *TOT – Tabulae Ordinis Theutonici ex Tabularii Regii Berolinensis Codice Potissimum*. Ed. E. Strehlke, Berlin: Weidmann, 1869. Reprinted with Preface by H.E. Mayer. Toronto: Toronto University Press, 1975; *ULKJ – Die Urkunden der lateinischen Könige von Jerusalem = MGH Diplomata Regum Latinorum Hierosolymitanorum*. Ed. H.E. Mayer, 4 vols. Hanover, 2010; *ZDPV – Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins.*

[2] The lay brothers of the Benedictine abbey on Mount Tabor in 1163, for example, included Radulph *de Turcopolis* (*CH* 2, pp. 904-905, "Chartes du Mont Tabor", n.º 13; *RRH*, pp. 102-103, n.º 389), while the list of military service due from bishops and religious houses dating from the 1180s preserved in JOHN OF IBELIN's law book (*Livre*, ed. Edbury, p. 615; cf. EDBURY, Peter W. – *John of Ibelin and the Kingdom of Jerusalem*. Woodbridge: Boydell Press, 1997, pp. 127-141, 199-200) sets the obligation of the abbot at 100 sergeants (cf. PRINGLE, Denys – *The Churches of the Crusader Kingdom of Jerusalem: A Corpus*. 4 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1993-2009, vol. 2, p. 66).

This paper is concerned with the building works associated with the Hospitallers' military activities. As a result of the integrated functional organization of the order, however, it is often hard to draw a clear distinction between military and non-military buildings, or even to make a rigid functional classification of them. A castle, for example, might serve a number of military functions, from protecting travellers on the highway to serving as a garrison for troops and contributing to the general defence of the realm; but castles could also – and usually did – serve in other ways as secure centres for administering estates and collecting revenues to support the Hospital's charitable works, for encouraging Frankish and indigenous Christian settlement of the surrounding lands, and (more especially in the north) for exercising lordship and the administration of justice. Below them in the settlement hierarchy were numbers of smaller fortified towers and other buildings established in agricultural villages or protecting mills, sugar factories or other rural installations. The castles were normally commanded by castellans, who also acted as conventual bailiffs, administering the order's estates in the region; but exactly how the lower-order sites were managed and who lived in them is often not at all clear. Some appear to have been managed by brother knights, who appear in charters designated by the place where they were stationed; but in other cases it is possible that the occupiers would have been secular estate managers or stewards. The late Jonathan Riley-Smith calculated that at one time or another the Hospitallers would have held 56 strongpoints in Syria and Palestine, 11 of them only for short periods. In 1180, they may have been holding 25, and in 1244 perhaps 29, though most of these would have been relatively small[3].

Contributions to town defence

In addition to the contribution that the Hospitallers made to the defence of the kingdom through the castles and centres that they managed on their own account, they also contributed to the defence of cities and in some cases castles held by other parties[4].

[3] RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller in the Levant, c.1070-1309*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012, p. 90.

[4] See RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller*, pp. 90, 260 n.º 84; cf. PRINGLE, Denys – "The Military Orders in the Cities of the Holy Land". In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les Ordres militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2013, pp. 79-95.

In Jerusalem there are a number of indications that, like the Templars, the Hospitallers may have held a sector of the walls to maintain and defend. A rental of *c*.1157-1163, for example, includes an item of half a bezant paid annually by a woman, perhaps an anchoress, living inside the city wall in the Belcaire district on Mount Sion in the south-western part of the city[5]. In 1178, the Hospital possessed two houses next to the same wall near the 'new gate' leading to the church of Mount Sion.[6] William of Tyre also records that after part of the city walls collapsed in 1178, the secular and ecclesiastical authorities agreed to allocate a certain amount of money each year for repairs[7]. This may account for the mention in a contemporary account of the siege of August 1187 of a "new tower, which had been built by the brothers of the Hospital"[8].

In 1152 Maurice, lord of Montreal, granted the Hospital various rights and properties in Transjordan, and in Karak "a certain tower which is to the left as one enters the gate of the castle, and the barbican that is between the two walls extending from that tower as far as the tower of St Mary"[9]. It has previously been suggested that the barbican in question might perhaps have been a predecessor of the Mamluk lower ward on the western side of the castle, in which Paul Deschamps claimed to have detected some traces of earlier Frankish work[10]. A much likelier explanation, however, and one that tallies more convincingly with the topographical indications, is that the grant concerned the castle's north-eastern tower and a double wall that ran south from it up to a tower adjoining the east end of the castle

[5] PAOLI, Sebastiano (ed.) – *Codice diplomatico del sacro militare ordine gerosolimitano oggi di Malta*. 2 vols. Lucca: Marescandoli, 1733-37, vol. 1, pp. 235-236, n.º 190; PRINGLE, Denys – "A Rental of Hospitaller Properties in Twelfth-Century Jerusalem". In EDGINGTON, Susan B.; NICHOLSON Helen J. (eds.) – *Deeds Done Beyond the Sea: Essays on William of Tyre, Cyprus and the Military Orders presented to Peter Edbury*. (Crusades–Subsidia 6). Farnham: Ashgate, 2014, pp. 181-196, at p. 184, p. 192, p. 195; *RRH*, pp. 127-128, nº. 483.

[6] *CH* 1, p. 366, n.ºs. 537-538; *RRH*, p. 148, n.ºs. 558-559.

[7] WILLIAM OF TYRE – *Chronicon* 21.14 (25). Ed. R.B.C. Huygens, *CCCM* 63–63a. Turnhout: Brepols, 1986, p. 996.

[8] RÖHRICHT, Reinold – *Beiträge zur Geschichte der Kreuzügge*. Berlin: Weidmann 1874, vol. 1, p. 191; cf. PRINGLE, Denys – "Review of R. Hillenbrand and S. Auld (eds), *Ayyubid Jerusalem: The Holy City in Context 1187-1250*". *Levant* 43/2 (2011), pp. 213-215.

[9] *CH* 1, p. 160, nº. 207; *RRH*, p. 71, n.º 279; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of St. John in Jerusalem and Cyprus,* c.*1050-1310*. *History of the Order of the Hospital of St. John of Jerusalem*, vol. 1. London: Macmillan, 1967, p. 56.

[10] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 1, pp. 286-287; vol. 2, pp. 310-311; cf. DESCHAMPS, Paul – *Les Châteaux des croisés en Terre-Sainte*. Vol. 2. *La défense du Royaume de Jérusalem. Étude historique, géographique et monumentale* (text + álbum). Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1939, p. 87.

chapel (**Fig. 1**)[11]. Like the church of St Mary in al-Shawbak (Montreal), whose entitlement to tithes within the lordship is mentioned in the same document, this chapel would most likely have been served by canons of the *Templum Domini*, who appear to have had charge of the Latin ecclesiastical establishment in the lordship before the appointment of a bishop of Karak in 1167[12]. A canon of the *Templum Domini*, Assenard, appears among the witnesses to the charter and, although the chaplain, Reinard, who was responsible for drafting it, is not similarly identified, it seems likely that he too was a canon and that the tower of St Mary represented the canons' residence next to the chapel of the same dedication. Maurice's grant was reconfirmed in 1177 by Renaud de Châtillon, lord of Montreal and Hebron, with the words, "in Karak (Petrac) a house (*domus*) with its appurtenances (*pertinentia*), as was given to the Hospital [by Maurice]", suggesting that the arrangement with the Hospitallers was still in operation at that time[13]. The unstated implication of both charters is that the grantors' expectation was that the Hospitallers would play their part in maintaining and defending the parts of the castle entrusted to them.

[11] MAYER, Hans Eberhard – *Die Kreuzfahrerherrschaft Montréal (Šōbak): Jordanien im 12. Jahrhundert.* Abhandlungen des Deutschen Palästina-Vereins 14. Wiesbaden: Harrassowitz, 1990, p. 227.
[12] MAYER, Hans Eberhard – *Die Kreuzfahrerherrschaft Montréal*, pp. 221–228, 281–283; cf. PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 1, pp. 286-287; vol. 2, pp. 309-311; SINIBALDI, Micaela – "Karak Castle in the Lordship of Transjordan: Observations on the Chronology of the Crusader-period Fortress". In EDBURY, Peter; PRINGLE, Denys; MAJOR, Balázs (eds.) – *Bridge of Civilizations: The Near East and Europe c. 1100-1300*. Oxford: Archeopress, 2019, pp. 97-114, at pp. 106-112.
[13] *Pace* PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 1, p. 288.



Fig. 1 – Karak Castle: view looking N along the E wall. The Hospitallers' barbican would have extended from near the tower in the centre of the wall to the now largely demolished NE corner-tower beyond it (© DP 2017).

In 1157, Humphrey II of Toron (Tibnīn) granted the Hospitallers half of the town of Bāniyās, which had formerly been part of the fief of Walter of Beirut[14]. According to William of Tyre, Humphrey's reason was that he was unable to defend Bāniyās without assistance. The terms were that the Hospitallers were to have half of the city and its dependencies (*civitas et suburbani*) in return for bearing half the expense of defending it. On 26 April, however, as the relief convoy and its escort of knights and footsoldiers approached the city, they fell into an ambush prepared by Nūr al-Dīn's brother, Nuṣrat al-Dīn Amīr-Mīrān. Most of the escort were killed or taken prisoner and all the provisions lost. Following this the Hospitallers withdrew from their agreement with the constable[15]. The city was attacked twice more by Nūr al-Dīn the same year before falling to him in 1164[16]. Humphrey of Toron's initial grant had also

[14] WILLIAM OF TYRE – *Chronicon* 18.12, ed. Robert B.C. Huygens, p. 826. The grant was confirmed by Baldwin III on 4 October 1157: *CH* 1, pp. 195-196, nº. 258; *ULKJ* 1, pp. 450-452, nº. 244; *RRH*, pp. 83-84, nº. 325; cf. PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 1, p. 108.

[15] WILLIAM OF TYRE– *Chronicon* 18.12, ed. Robert B.C. Huygens, pp. 826–827; IBN AL-QALĀNISĪ – "Dhayl Ta'rīkh Dimashq". In *The Damascus Chronicle of the Crusades.* Extracts trans. H.A.R. Gibb, London: Luzac, 1932, pp. 330-332.

[16] WILLIAM OF TYRE – *Chronicon* 18.12-15, 19.10, ed. Robert B.C. Huygens, pp. 826-833, pp. 876-877; IBN AL-QALĀNISĪ – "Dhayl Ta'rīkh Dimashq", pp. 333-335.

included half of *Castellum Novum*, or Hūnīn, presumably on the same terms;[17] but this arrangement also seems to have been abandoned when the Hospitallers gave up Bāniyās, as there is no further mention of it.

In 1162, the Hospitallers received from Gerald, lord of Sidon, two gates in the wall and fore-wall of Sidon respectively and the entire fore-wall from Baldwin's Tower to the Sea Tower[18]. This grant probably comprised the entire southern wall of the city between the Land Castle (**Fig. 2**) and the sea, along with the gate and barbican facing Tyre, which are also referred to in other charters[19]. The grant was confirmed by Balian, lord of Sidon, in May 1237[20]. In 1262, however, two years after the sale of the lordship of Sidon to the Templars, the Hospital passed all its possessions in the city to the Templars[21].



Fig. 2 – Sidon: the Land Castle, occupying the site of the Roman theatre. This was probably Baldwin's Tower, which marked the E end of the Hospitallers' barbican in 1162 (© DP 1998).

[17] *CH* 1, pp. 195-196, n.º 258; *ULKJ* 1, pp. 450-452, n.º. 244; *RRH*, pp. 83-84, n.º 325.
[18] *CH* 1, p. 218, n.º 302; *RRH Ad*, p. 22, n.º 376b.
[19] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 2, pp. 322-323; cf. RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of St. John*, p. 130.
[20] *CH* 2, p. 510, n.º 2160; *RRH Ad*, p. 66, n.º 1076a; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller*, p. 260 n.º 84.
[21] *CH* 3, pp. 31-33, n.º 3029; *RRH*, pp. 344–345, n.º 1319; PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 2, pp. 322-323.

In the 12th century the Hospitallers also seem to have contributed to the defence of Ascalon, where they gave their name to a tower which Bahā' al-Dīn describes as "a vast tower, overlooking the sea, like an impregnable fortress". This was so strongly built that when Saladin ordered its demolition in September 1191, it had to be packed with timber and left to burn for over two days before pickaxes would have any effect on it[22]. This tower may have formed part of a sector of the town walls that the Hospitallers had inherited from the Spanish order of Mountjoy at the time of the return of the head of that order, Roderic, to Aragon around 1180, before its amalgamation with the hospital of the Holy Redeemer in Teruel in 1188[23]. The sector had been granted to the order of Mountjoy between Christmas 1176 and 30 June 1177 by Sibylla, countess of Ascalon, no doubt on the understanding that the order would maintain and defend it. The sector included: "the Tower of the Maidens in the town of Ascalon, and the garden below the tower, and two other towers on the walls of the same town between the previously mentioned tower and the church of St Mary, and another one towards the sea on the other side of the Tower of the Maidens"[24]. This grant was confirmed in similar terms by Pope Alexander III on 15 May 1180[25]. The stretch of wall concerned would therefore have comprised four mural towers and the intervening curtain walls between the sea and the unlocated church of St Mary. It probably lay on the south side of the city, with its westernmost tower close to and overlooking the sea[26].

[22] BAHĀ' AL-DĪN IBN SHADDĀD – "Al-Nawādir al-Sulṭaniyya wa'l-Maḥāsin al-Yūsufiyya". In *The Rare and Excellent History of Saladin*. Trans. D.S. Richards. Aldershot: Ashgate, 2002, p. 180.

[23] On the Order of Mountjoy, see DELAVILLE LE ROULX, Joseph – "L'ordre de Montjoie"; FOREY, Alan John – "The Order of Mountjoy". *Speculum* 46 (1971), pp. 250-266; PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 2, pp. 43-45; PRINGLE, Denys; KEDAR, Benjamin Z. – "The Site of the House of St Mary of Mountjoy, near Jerusalem". *Revue biblique* 129/3 (2022), pp.392-407.

[24] *ULKJ* 2, pp. 843-845, n.º 493 (here trans. DP); *RRH*, p. 147, n.º 553; cf. PAOLI, Sebastiano (ed.) – *Codice diplomatico*, vol. 1, p. 63, n.º 63.

[25] HIESTAND, Rudolf (ed.) – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius* 2: *Papsturkunden für Templer und Johanniter.* Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften in Göttingen, Phil.-Hist., Klasse, series 3, 135. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1984, pp. 309-312, n.º 122; pp. 315-319, n.º 125; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – "L'ordre de Montjoie", pp. 51-54, n.º 1; *RRH Ad*, p. 37, n.º 594a.

[26] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 1, p. 64; PRINGLE, Denys – "The Survey of the Walls of Ashkelon". In HOFFMAN, Tracy Lynn (ed.) – *Ashkelon* 8: *The Islamic and Crusader Periods*. University Park, PA: Eisenbrauns, 2019, pp. 97-221, at p. 109, p. 113, pp. 140-142, p. 211, p. 219. In the mid 19th century the Tower of the Maidens was identified as a ruined tower on the SW side of the enceinte: see GUÉRIN, Victor – *Description géographique, historique et archéologique de la Palestine*. 1: *Judée*. Paris: Imprimerie nationale, 1868-1869, vol. 2, p. 148.

In 1194, Count Henry of Champagne granted the Hospitallers the possession of an entire quarter in Jaffa between the town wall facing the sea on the north and west and the castle on the south, including two towers – one of them named the Tower of the Hospital – on the town wall and right of access to the harbour[27]. In 1207/8 and 1240 there is mention of a bailiff of Jaffa, whom Riley-Smith suggests may have had charge of what remained of the 12th century bailiwick of *Spina*[28]. In Tyre, sometime between 1198 and 1205, Aimery of Lusignan and Queen Isabella also granted the Hospitallers a gate in the city wall behind their house. Although this faced south on to the sea and was not therefore part of the land wall, it must still have been of some potential economic or military significance, for in June 1270 the Hospital accepted a grant of the village of *Maron* (Marūn al-Raʾs) and other rights in return for agreeing to wall it up[29].

During the 13th century, the Hospitallers made a significant contribution to the defence of the walls of Acre. In 1192 and 1194, King Guy and Henry of Champagne respectively had granted them a block of land for their new headquarters inside the north wall of the city, between the Tower of the Hospital beside Our Lady's Gate on the east and St John's Gate on the west, with permission to fortify the latter, though with a royal gatekeeper to control access in and out of it. The grant also included the barbican and outer wall in front of it[30]. Following the enclosure of the Montmusard suburb by a double wall by 1212[31], this part of the old north wall would have lost much of its defensive importance; even so, in 1235, the Hospitallers acquired more of it to the west, including the New Gate, which had formerly been called the Tower

[27] *CH* 1, p. 603, n.º 954; *ULKJ* 2, pp. 944-947, n.º 572; *RRH*, pp. 189-190, n.º 709; cf. PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 1, p. 271; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller* , p. 260 n.º 84.
[28] *CH* 2, pp. 64-65, n.ºs 1250-1251 (Feb 1207 or 1208, Galfridus/Gefridus bailiff of Jaffa); pp. 574-575, n.º 2245 (*frater Geraudus preceptor domus Hospitalis in Joppen*); RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller*, p. 179. On *Spina*, see below.
[29] *ULKJ* 2, pp. 1012-1013, n.º *624; *RRH*, pp. 356-357, n.º 1366; cf. *CH* 3, pp. 202-203, n.º 3346; p. 222, n.º 3393; *ULKJ* 3, pp. 1251-1252, n.º *714; *RRH*, pp. 336-337, n.º 1286; *RRH Ad*, p. 92, n.º. 1374b; CHÉHAB, Maurice – *Tyr à l'époque des croisades* 2: *Histoire sociale, économique et religieuse.* Paris: A. Maisonneuve, 1979, pp. 533-536; PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 4, p. 208.
[30] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 4, pp. 83-84.
[31] WILBRAND OF OLDENBURG – "Itinerarium". In PRINGLE, Denys (ed.) – "Wilbrand of Oldenburg's Journey to Syria, Lesser Armenia, Cyprus, and the Holy Land (1211-1212): A New Edition". *Crusades* 11 (2012), pp. 109-137, at pp. 116-117. WILBRAND OF OLDENBURG – "Itinerarium". In PRINGLE, Denys – *Pilgrimage to Jerusalem and the Holy Land, 1187-1291*. Crusade Texts in Translation 23. Trans. Denys Pringle. Farnham: Ashgate, 2012, pp. 61-94, at p. 62; cf. PRINGLE, Denys – "Town Defences", pp. 82-84.

of the Prison[32]. In 1193, however, Henry of Champagne had also granted them part of the east wall, from the Gate of Geoffrey le Tor northwards to the gate-tower of St Nicolas, including the outer wall, the barbican or lists between the two walls, and land outside the outer wall[33]. Doubtless, like the Teutonic Order, who were given the sector north of this, they would have been expected to maintain and defend it[34]. By 1217, however, following the construction of the new walls around Montmusard, the Hospitallers appear to have relinquished this sector to the Germans and were granted instead the southern sector of the wall of Montmusard between the Gate of Evil Step (*Malpas*) and the Gate of St Antony. It was through this gate and the Hospitallers' garden in front of it that Riccardo Filanghieri secretly entered and left the city in 1242[35]. This sector, marked *custodia hospitalis* or *hospitalariorum* on the Vesconte maps of Acre (*c.*1320), was defended during the Mamluk siege of 1291 by the Hospitallers and the knights of the associated Spanish confraternity of St James[36].

Castles

According to William of Tyre, Bayt Jibrīn (PG 140.112) was built by King Fulk as the first of a planned ring of castles to contain Muslim raiding from Ascalon. It was sited in the ruined city of Eleutheropolis, which the Franks mistakenly identified as Beer-sheba[37], and initially consisted of "a fortress (*presidium*) strongly fortified with an insuperable wall, outworks and a ditch as well as towers"[38]. When it was finished, Fulk granted the castle to the Hospital. In his confirmation of this grant between September and December 1136 he also added ten *casalia* given by Hugh (II), the castellan of Hebron, and another four granted directly by the king himself, all of them located in the royal domain of Hebron[39]. Around 1150, Usāma ibn Munqidh took part in an Ascalonite raid on Bayt Jibrīn, where the Egyptians succeeded in

[32] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 4, pp. 84-5.
[33] *CH* 1, p. 594, n.º 938; *ULKJ* 2, pp. 949-950, n.º *574; *RRH Ad*, p. 48, n.º 716a.
[34] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 4, p. 90; PRINGLE, Denys – "Town Defences", pp. 82-83, pp. 99-100.
[35] PHILIP OF NOVARA (Filippo da Novara) – *Guerra di Federico II in Oriente (1223-1242),* §126 (222)*.* Ed. and Italian trans. S. Melani. Naples: Liguori, 1994, p. 222; PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 4, p. 85.
[36] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 4, p. 90, fig. 1, pl. V.
[37] The Arabic name is derived from the Aramaic Beth Geborīm, 'house of great men': PALMER, Edward Henry – *The Survey of Western Palestine: Arabic and English Name Lists*. London: Palestine Exploration Fund, 1881, p. 365.
[38] WILLIAM OF TYRE – *Chronicon* 24.22, ed. Robert B.C. Huygens, p. 660.
[39] *CH* 1, pp. 97-98, n.º 116; *ULKJ* 1, pp. 310-314, n.º 115; *RRH*, pp. 40-41, n.º. 164.

burning the Franks' newly harvested grain but were beaten off by other Franks assembling from nearby fortresses[40]. Egyptian raiding did not end with the fall of Ascalon in 1153 and another attack is recorded in 1158[41]. Civilians were evidently already settling in Bayt Jibrīn before 1153, and by 1160 they had been granted a *charte de peuplement* by the Hospitaller master, Raymond du Puy, which was reconfirmed in 1168 and again after 1177[42]. An un-named castellan is mentioned in 1155[43], another named Aimo in 1168[44], and a third, Garnier of Nāblus, between 1173 and 1175[45]. Although in theory Bayt Jibrīn was ceded to the Franks between 1240 and 1244[46], there is little evidence for the castle's reoccupation or for any revival of its castellany[47].

Excavation of the castle from the 1980s onwards, albeit still mostly unpublished, has revealed that the first phase consisted of a *quadriburgium*, some 50 m square with solid turrets at the corners (**Fig. 3**), built over the remains of a Roman bath building. This lay just inside a corner of the late Roman city wall, which formed the north and western sides of an outer enceinte measuring some 170 m east–west by 125 m

[40] USĀMA IBN MUNQĪDH – *The Book of Contemplation: Islam and the Crusades*. Trans. with introduction and notes by P.M. Cobb. London: Penguin, 2008, pp. 25-26.
[41] IBN MUYASSAR – "Akhbar Miṣr (Annales d'Égypte)". In *RHC HOr* 3. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1884, p. 472.
[42] *CH* 1, pp. 272-273, n.º 399 (1168); p. 350, n.º 509 (1177–); *RRH*, pp. 119-120, n.º 457 (1168); RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of St. John*, pp. 436-437; PRAWER, Joshua – *Crusader Institutions*. Oxford: Oxford University Press, 1980, pp. 120-124. Note, however, that the 'custom of Lydda-Ramla' (*consuetudo Lithde quam alio nomine vocamus Ramas*) that is mentioned in 1168 was most probably no more than a convention applying to the division of the spoils of war: see PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 2, pp. 183-184.
[43] BURGTOF, Jochen – *The Central Convent of the Hospitallers and Templars: History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310).* Leiden: Brill, 2008, p. 52 (Manosque, fol. 287' 29X).
[44] *CH* 1, pp. 272-273, n.º 399; *RRH*, pp. 119-120, nº. 457. Another un-named castellan is mentioned in 1171-72, in a document referring to 1169: *CH* 1, pp. 276-279, n.º 403; *RRH*, pp. 126-127, n.º 480; HIESTAND, Rudolf – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius* 2, pp. 222–227, n.º 19; cf. DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers*, p. 432.
[45] *CH* 1, pp. 306-308, n.º 443 (1173); pp. 318-319, n.º 464 (1174); pp. 321-323, n.º 469 (1175); pp. 323-324, n.º 471 (1175); DELAVILLE LE ROULX, Joseph – "Inventaire de pièces de Terre Sainte de l'ordre de l'Hôpital". *Revue de l'Orient latin* 3 (1895), pp. 36-106, at p. 59, n.º 103 (1174); DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers*, p. 432 (1173-5); *RRH*, p. 132, n.º 502 (1173); pp. 136-137, n.º 516 (1174); p. 143, n.º 535 (1175); p. 142, n.º 532 (1175).
[46] KHAMISY, Rabei G.; PRINGLE, Denys – "Richard of Cornwall's Treaty with Egypt, 1241". In MENACHE, S. *et al*. (eds) – *Crusading and Trading between West and East: Studies in Honour of David Jacoby*. Crusades–Subsidia 12. London–New York: Routledge, 2019, pp. 54-84, at pp. 61-62, p. 69, p. 75, table A, fig. 5.2.
[47] RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of St. John*, p. 429. On the role of Hospitaller castellans in the East, see PRINGLE, Denys – "The Role of Castellans in the Latin East". In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (ed.) – *Castelos das Ordens Militares: Actas de Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2013, vol. 2, pp. 183-204, at pp. 193-194.

north–south. It also enclosed the remains of the Roman amphitheatre, which was progressively dismantled for building material as the castle took shape. In a secondary period outer walls, towers and moats were added and the interior was divided into two. In a final Frankish phase, which the excavators date after 1153, the military character of the castle was to some extent compromised by the construction of dwellings, stables and store-rooms in the outer ward and the erection of a conventual church, which doubtless also served the needs of the parish. This was built against the south side of the inner ward and was linked to its refectory at ground level and most probably to the dormitory at first-floor level[48].



Fig. 3 – Bayt Jibrīn (Bethgibelin): the W side of the four-towered castle granted by King Fulk to the Hospital in 1136 (© DP 2002).

[48] On the castle as a whole, see: KLONER, Amos; COHEN, Miriam – "The Crusader Fortress at Beth Guvrin". *Qadmonio*t 33/1 (2000), pp. 32-39 [in Hebrew]; COHEN, Michael – "The Fortification of the Fortress of Gybelin". In FAUCHERRE, Nicolas; MESQUI, Jean; PROUTEAU, Nicolas (eds.) – *La fortification au temps des croisades: Actes du colloque de Parthenay*. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2004, pp. 67-76; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings in the Crusader Kingdom of Jerusalem: An Archaeological Gazetteer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 27 n.º 32. On the church, see: PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 1, pp. 95-101; vol. 4, pp. 250-256; PECHURO, Alexander; KLONER, Amos; COHEN, Michael – "Sculptural Fragments of the Furniture from the Crusader Church at Beth Guvrin". *Levant* 43/1 (2011), pp. 51-77.

The site of the castle of Belmont corresponds with that of the ruined village of Ṣūba (PG 162.132), west of Jerusalem, which from the 12th century onwards was identified (incorrectly) with biblical Modein, the burial place of the Maccabees. It lay within an estate in the *terra Emaus*, centred on Abu Ghosh (Qaryat al-ʻInab, PG 160.134), which the Hospitallers identified as biblical Emmaus and already possessed by 1141, when they reached an agreement with the patriarch over the payment of tithes. William de Bellomonte, who assisted the preceptor and treasurer of the Hospital in a financial transaction in Jerusalem in 1157, would probably have been the castellan[49]; An un-named castellan is also referred to in 1169[50]; and in April 1186 the castellan was Bernard de Asinaria[51]; who probably succeeded Brother Bartholomew, who is mentioned as *bajulus Emaus* in February of the same year[52]. In 1187, the castle fell to Saladin, who is alleged to have ordered its demolition in 1191[53]. Apart from a cache of three English short-cross pennies (1180×1247)[54], which possibly reached Belmont during the Third Crusade or when the area returned to Frankish control between 1229 and 1244, there is no evidence of Frankish reoccupation and until 1948 the site was occupied by a village[55].

[49] *CH* 1, pp. 188-189, n.º 249; *RRH*, p. 85, n.º 329.
[50] HIESTAND, Rudolf – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius* 2, pp. 222-227, n.º 19; *CH* 1, pp. 276-279, n.º 403; *RRH*, pp. 126-127, n.º 480.
[51] *CH* 1, pp. 502-503, n.º 803; *RRH*, p. 173, n.º 651; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers*, p. 432.
[52] *CH* 1, pp. 491-496, n.º 783.
[53] AMBROISE – "Estoire de la guerre sainte". Line 6848. In A. AILES, A.; BARBER, M. (ed. and trans.) – *The History of the Holy War*. Woodbridge: Boydell, 2003, vol. 1 (text), p. 111; vol. 2 (trans.), p. 124; *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi*, 4.23. Ed. W. Stubbs, in *RS* 38.1. London, 1864, p. 280. Trans. H.J. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*. Crusade Texts in Translation 1. Aldershot: Ashgate, 1997, p. 261.
[54] METCALF, Michael – "The Coins and Tokens". In HARPER, Richard-P.; PRINGLE, Denys – *Belmont Castle: The Excavation of a Crusader Stronghold in the Kingdom of Jerusalem*. British Academy Monographs in Archaeology 10. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 81-86, at p. 81.
[55] On the history of the castle and its estate, see HARPER, Richard-P.; PRINGLE, Denys – *Belmont Castle*, pp. 13-20, pp. 215-219; PRINGLE, Denys – "Il castello di Belmonte e la proprietà ospedaliera della *Terra di Emmaus* nel regno crociato di Gerusalemme". *Schola Salernitana – Annali* 11 (2006), pp. 167-184.

Excavation by the British School of Archaeology in Jerusalem between 1986 and 1989 revealed that the earliest phase of the castle consisted of a *maison forte*, or manor house, constructed on the summit of the hill and remarkably similar in plan to another, also Hospitaller, standing in the valley below it at Aqua Bella (Khirbat ʿIqbalā, PG 162.133) (**Fig. 4**). It seems likely that the builders of these and another known as Shaykh Ibrahim (PG 162.132), lying a hundred metres south of the castle, were previous tenants rather than the Hospitallers themselves. At any rate, whereas the manor house at Aqua Bella was subsequently converted into what appears to have been a monastic infirmary, by the insertion of an apse and chancel screen into its hall, the one at Belmont was instead developed into a castle by adding a polygonal outer enceinte with an external talus and gatehouse on the south-east, enclosing vaulted ranges including stables[56].



Fig. 4 – Aqua Bella (Kh. ʿIqbala): a Frankish manor house, converted into a monastic infirmary by the Hospitallers after c.1140 (© DP 2013).

[56] HARPER, Richard-P.; PRINGLE, Denys – *Belmont Castle*, pp. 43-79, pp. 195-215; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 96, n.º 207, fig. 53; PRINGLE, Denys – "Belmont Castle (Ṣuba)". *NEAEHL* 5, pp. 1602-1604.

The third major castle to be established by the Hospitallers in the kingdom of Jerusalem was Belvoir (PG 199.222). Walter of Tiberias's confirmation of the sale of this to the Hospital for 1,400 bezants by Ivo Velos, issued in April 1168, described it as *castrum de Coquet, quod vulgariter Belvear nuncupatur, cum suis divisis et pertinentiis*[57], making it clear that a castle of some kind already existed. The concentric castle that the Hospitallers built over the next twenty years is discussed elsewhere in this volume, so there is no need to say much about it here. After the castle's surrender to Saladin on 5 January 1189[58], however, it was repaired and continued to be garrisoned for another thirty years until 1219, when it was demolished by al-Muʿaẓẓam ʿĪsā[59]. Although the area was returned to Frankish hands between 1241 and 1263 and the Hospital reached an agreement with the archbishop of Nazareth over its tithes on 25 October 1259[60], there does not appear to be any evidence to indicate that it was ever reoccupied or refortified. Indeed, the late 13th century writer Ibn Shaddād says explicitly that it was not[61].

[57] *CH* 1, pp. 271-272, n.º 398; *RRH*, pp. 116-117, n.º 448.

[58] ABŪ SHĀMĀ – "Le livre des deux jardins". Ed. and trans. Barbier de Meynard. In *RHC HOr* 4-5. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1879 and 1895. In *RHC HOr* 4, pp. 344-349, p. 384, pp. 386-392; BAHĀʾ AL-DĪN IBN SHADDĀD – *Al-Nawādir al-Sulṭaniyya,* trans. D.S. Richards, p. 28, pp. 79-p. 80, p. 88, p. 89, p. 247; IBN AL-ATHĪR – "al-Kāmil fīʾl-taʾrīkh". In *The Chronicle of Ibn al-Athīr for the Crusading Period*, 3 vols. Trans. D.S. Richards. Aldershot: Ashgate, 2006-2008, vol. 2, pp. 338-339, p. 344, pp. 355-356; ʿIMĀD AL-DĪN AL-IṢFAHĀNĪ – "*al-Fatḥ al-Qussī fīʾl-Fatḥ al-Qudsī*". In *Conquête de la Syrie et de la Palestine par Saladin*. Trans. H. Massé. In *DRHC 10*. Paris: P. Geuthner, for the Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1972, p. 76, pp. 81-82, p. 104, p. 109, p. 112, p. 147, pp. 150-153; AL-MAQRĪZĪ – *A History of the Ayyūbid Sultans of Egypt*. Trans. R.J.C. Broadhurst. Boston: Twayne Publishers, 1980, p. 87; LE STRANGE, Guy – *Palestine under the Moslems: A Description of Syria and the Holy Land from A.D. 650 to 1500*. Boston and New York: Houghton, Mifflin and Co., 1890, p. 483 (quoting Yāqūt, *Muʾjam al-Buldān)*.

[59] ABŪ SHĀMĀ – "Le livre des deux jardins". In *RHC HOr* 5, pp. 87-88, p. 91, p. 125; BAHĀʾ AL-DĪN IBN SHADDĀD – *Al-Nawādir al-Sulṭaniyya*,trans. D.S. Richards, p. 197, p. 236; IBN AL-FURĀT – "Taʾrīkh al-Duwal waʾl-Mulūk*".* In *Ayyubids, Mamlukes and Crusaders*. Ed. and trans. U. Lyons and M.C. Lyons Cambridge: Heffers, 1971, vol. 1, p. 75 (text); vol. 2, p. 61 (trans.); ʿIMĀD AL-DĪN – *al-Fatḥ al-Qussī*, trans. Massé, p. 397; AL-MAKĪN IBN AL-ʿAMĪD – "Chronique des Ayyoubides (602-658/1205-6–1259-60)". Trans. A.-M. Eddé and F. Micheau. In *DRHC* 16. Paris: Geuthner, for the Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1994, p. 19; AL-MAQRĪZĪ – *A History of the Ayyūbid Sultans of Egypt*, trans. Broadhurst, p. 105, p. 138. It is not entirely clear whether the assertion by IBN AL-ATHĪR (*al-Kāmil fīʾl-taʾrīkh*, vol. 3, p. 158) that Malik al-ʿĀdil demolished the castle in 1212–13 (609 H) is an erroneous reference to Muʿaẓẓam ʿĪsāʾs demolition in 1219 or refers to an earlier slighting.

[60] *CH* 2, p. 883, n.º 2937; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – "Inventaire", p. 96, n.º 318; *RRH Ad*, p. 82, n.º 1281a.

[61] IBN SHADDĀD AL-HALIBĪ, ʿIzz al-Dīn – *al-Aʿlaq al-Khaṭīra fī Dhikr Umarāʾ al-Shām waʾl-Jazīra,* 2.2: *Tārīkh Lubnān, al-Urdunn wa-Filasṭīn*. Ed. S. al-Dahhān. Damascus, 1962, vol. 2.2, p. 161. I am grateful to Dr Rabei Khamisy for this reference.

The earliest castellan of Belvoir to be mentioned, in 1173, is Oldinus (Rollant)[62], who in 1165-66 had been preceptor of *Spina*[63]. He was followed by Alebaudus, *castellanus Belviderii* in 1184[64], and Monterius, *castellanus de Belveeir* in April 1185[65]. Among the witnesses to the sale of Margat castle to the Hospital on 1 February 1186 was Brother Hermann, a former castellan of Crac des Chevaliers[66], who is described in the charter as *tunc temporis Betanhie bajulus*[67]. It is usually assumed that this official was commander or bailiff of Bethany, between Jerusalem and Jericho[68]. From 1138, however, Bethany had been in the possession of the Benedictine nuns of St Lazarus and it is difficult to see how a Hospitaller commandery could have been accommodated there at the same time[69]. Bayt Ḥanīnā, another village near Jerusalem that is also referred to as *Betania*, seems no more plausible, as it had been granted to the nearby Premonstratensian abbey of St Samuel on Mount Joy, also in the reign of Fulk (1131-43)[70]. A likelier identification is Baysān (Bet Sheʿan, PG 197.211), ancient Scythopolis and the former metropolitan see of Galilee, which is referred to in Frankish sources variously as *Bethsan*, *Baisan*, *Beisan* and *Bezan*, but also as *Bethan* and *Bethania*. In 1103, for example, Pope Paschal II confirmed to the abbey of Mount Tabor four villages *in terra Bettanie* (*or Bethanie*)[71]. Gustav Beyer took this to refer to *Batanaea*, the ancient name for the region east of the Jawlān in Transjordan, which in medieval times gave its name to

[62] *CH* 1, pp. 306-308, n.º 443; *RRH*, p. 132, n.º 502; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers*, p. 432.
[63] *CH* 1, pp. 238-239, n.º 240; p. 245, n.º 354; *RRH*, p. 109, n.º 419; p. 110, n.º 423. On *Spina*, see below.
[64] *CH* 1, pp. 445-446, n.º 663; *RRH*, p. 169, n.º 640; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers*, p. 432.
[65] *CH* 1, pp. 479-480, n.º 754; *RRH*, p. 169, n.º 642; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers*, p. 432.
[66] *CH* 1, pp. 445-6, n.º 663 (1184); pp. 479-80, n.º 754 (1185); *RRH*, p. 169, n.º 640 (1184); pp. 169-170, n.º 642 (1185); cf. DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers*, p. 432.
[67] *CH* 1, pp. 491-496, n.º 783.
[68] DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers*, p. 432; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of St. John*, p. 429; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller*, p. 179.
[69] On the abbey of St Lazarus, see MAYER, Hans Eberhard – *Bistümer, Kloster und Stifter in Königreich Jerusalem.* Schriften der Monumenta Germaniae Historica 26. Stuttgart: Hiersemann, 1977, pp. 372-402; PRINGLE, Denys, *The Churches*, vol. 1, pp. 122-137.
[70] *ULKJ* 2, pp. 773-776, n.º 453; MAYER, Hans Eberhard – "St. Samuel auf dem Freudenberge und sein Bisitz nach eunem unbekannten Diplom König Balduins V". *Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Biblioteken* 44 (1964), pp. 35-71, at p. 57, p. 68.
[71] HIESTAND, Rudolf (ed.) – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius* 3: *Papsturkunden für Kirchen im Heiligen Lande*, Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften in Göttingen, Phil.-Hist., Klasse, series 3, 136. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1985, pp. 92-99, n.º 5; *CH* 2, pp. 826-827, n.º 2832 (1256); p. 892, 'Chartes du Mont-Thabor', nº. 2; *RRH*, pp. 6-7, nº. 39. The grant was reconfirmed by Pope Eugenius III in March 1146: HIESTAND, Rudolf – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius* 3, pp. 187-190, n.º 61.

al-Bathaniyya, a district of Damascus[72]. Two or possibly three of the four listed villages, however, appear to have been located west of the Jordan between Tiberias and Baysān, albeit not necessarily in what later became the lordship of Baysān itself[73]. In 1173, King Amalric also granted two villages *in partibus Bethan*, Shaykh Riḥāb (*Rehap*, PG 197.206) and Bardala (*Ardelle*, PG 195.199), along with their *villani* and sugar plantations, to the German Hospital in Jerusalem[74]. These also lay on the west bank of the Jordan, just south of Baysān. In 1186, following the death of Adam of Baysān leaving only minors as heirs, the lordship would have been in the wardship of Hugh, son of Hugh lord of Byblos (Gibelin), who in November 1179 had leased it for seven years to Joscelin, former count of Edessa, for 600 bezants annually[75]. In 1183, however, the town of Baysān, which William of Tyre describes as no more than a castle and small township surrounded by marshes, was abandoned by its few remaining inhabitants just before being sacked by Saladin[76]. There is no evidence that the Hospitallers subsequently had any role in administering the lordship or even that they themselves possessed any land in Baysān itself, although they had acquired al-Zarraʿa (*Assera*, *Adera*, PG 199.203) within the lordship in 1149[77]. It seems quite possible, however, that just as the bailiff of Emmaus, named in the same document, may be identified as the castellan of Belmont, the bailiff of Baysān was none other than the castellan of Belvoir, in both cases a more familiar biblical name being substituted for one that was less easily recognizable.

[72] BEYER, Gustav – "Die Kreuzfahrergebiete Akko und Galilaea", pp. 222-223; LE STRANGE, Guy – *Palestine under the Moslems*, pp. 32-34, pp. 39-41, p. 383.

[73] The *casalia* (with identifications proposed by DUSSAUD, René – *Topographie historique de la Syrie antique et médiévale*. Bibliothèque archéologique et historique 4. Paris, 1927, pp. 388-389, followed by RHEINHEIMER, Martin – *Das Kreuzfahrerfürstentum Galiläa*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1990, pp. 278-283) are as follows: *Alcotaim* (*Alcotain*) (al-Quṭṭayn, unlocated), *Hecdix* (Khirbat al-Kidīsh, PG 202.237), *Menan* (al-Manāra, PG 201.240), and *Zera* (Mazraʿa, unlocated, though *AI* suggests Shaykh Abū Zaʿarūra, PG 201.234). On the lordship of Baysān, see TIBBLE, Steven – *Monarchy and Lordships in the Latin Kingdom of Jerusalem 1099-1291.* Oxford: Clarendon Press, 1989, pp. 36-37, p. 65, pp. 67-69, p. 73, pp. 101-103, pp. 107-108, p. 137, p. 179.

[74] *TOT*, pp. 7-8, n.º 6; *ULKJ* 2, pp. 617-619, n.º †354; *RRH*, pp. 130-131, n.º 496 (1173); cf. *RRH*, pp. 12-13, n.º 57 (1110); pp. 74-75, n.º 293 (1154).

[75] *TOT*, p. 12, n.º 12; *RRH*, pp. 156-157, n.º 588; LA MONTE, John L.; DOWNS, Norton – "The Lords of Bethsan in the Kingdoms of Jerusalem and Cyprus". *Medievalia et Humanistica* 6 (1950), pp. 57-75, at pp. 63-64; TIBBLE, Steven – *Monarchy and Lordships*, p. 37.

[76] WILLIAM OF TYRE – *Chronicon* 22.27 (26), ed. Robert B.C. Huygens, pp. 1051-1052.

[77] *ULKJ* 1, pp. 351-354, n.º 175; pp. 369-370, n.º 185 (1154); p. 405, n.º 218; pp. 424-427, n.º 232 (1154); 2, p. 506, n.º 280 (1154); cf. *CH* 1, pp. 140-141; pp. 173, n.º 225 (1154); *RRH*, pp. 64-65, n.º 256; pp. 74-75, n.º 293.

Another castle that the Hospitallers held in the kingdom of Jerusalem before 1187 was that known as the Castle of St Job, just south of Jinīn. This was also referred to in 1156 as *Castellum Beleismum* and may be identified with Khirbat Balʿāma (biblical Jibleam, Belemōth, PG 177.205), situated at the border of the lordship of Nāblus with the principality of Galilee, where the road south from Jinīn to Sebaste entered the Sahl ʻArrāba, known to medieval writers as the Plain of Dothan[78]. It was here that Guy of Lusignan and Raymond of Tripoli were reconciled in 1187, following the disastrous battle with the Muslims at the Springs of the Cresson. The account in the *Chronique d'Ernoul* specifies that this castle belonged to the Hospitallers.[79] The remains, sited on a largely natural tell to the west of the road, consist of a tower some 8 m square standing in the south wall of a rectangular enclosure, some 60 m east–west by 40 m north–south, with rows of rooms along the eastern and western sides. On the east side of the mound beside the road remains of a chapel stand over a barrel-vault some 3 m wide, leading to a spring known as that of St Job (Biʾir al-Sinjīb)[80]. There is no record of any estate or castellan attached to the castle, though it is possible that it functioned merely a road-station for pilgrims and other travellers, administered from the order's hospital in Nāblus[81].

Lesser sites, towers and *maisons fortes*

As already indicated, the rural properties of the Hospital were generally grouped into estates or bailiwicks, administered by officials, who are referred to variously as bailiffs, commanders, preceptors or – if based in a castle – castellans. Among the properties forming part of the estate granted to the Hospital along with the castle of

[78] *CH* 1, pp. 183-184, n.º 244; *RRH*, p. 82, n.º 321; cf. JOHN OF WÜRZBURG – *Descriptio Locorum Terrae Sanctae*. Ed. R.B.C. Huygens, in *Peregrinationes Tres*, pp. 78-141. *CCCM* 139. Turnhout: Brepols, 1994, p. 83.

[79] *Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier*. Ed. L. de Mas Latrie. Paris: Société de l'histoire de France, 1871, p. 98, p. 153; cf. "*La Continuation de Guillaume de Tyr (1184-1197)*". Ed. M.R. Morgan. In *DRHC 14*. Paris: P. Geuthner, for the Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1982, p. 42; "L'Estoire de Eracles empereur et la conqueste de la Terre d'Outremer", 23.29 Ed. *RHC HOcc* 1-2. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1844, 1859, *RHC HOcc* 2, p. 45; *Libellus de Expugnatione*, ed. J. Stevenson, p. 217, p. 232.

[80] TAHA, Hamdan – "Excavation of the Water Tunnel at Khirbet Belameh, 1996-1997". In MATTHIAE, Paolo; *et al*. (eds.) – *Proceedings of the First International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East, Rome, May 18th-23rd 1998.* Rome: Università degli studi di Roma "La Sapienza", Dipartimento di scienze storiche, archeologiche e antropologiche dell'antichità, 2000, pp. 1587-1613; PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 1, pp. 106-107; vol. 4, pp. 257-258; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, pp. 29-30.

[81] On which see PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 2, pp. 104-107.

Bayt Jibrīn in 1136 was *Bayt Sūr* (Bethsura), between Hebron and Bethlehem, where there are still remains of a Frankish tower (Burj al-Sūr, PG 159.110)[82]. Sites dependent on Belmont Castle include the church and estate centre at *Abu Ghosh* (Qaryat al-ʿInāb, Emmaus, PG 160.134) and the manor house or infirmary building at *Aqua Bella* (Khirbat ʿIqbalā, PG 162.133), neither of which could be described as primarily a military work, despite their basic defensibility[83]. The fortified site of *al-Taiyiba* (medieval ʿAfarbalā, Forbelet, PG 174.151), however, which seems to have depended on Belvoir Castle and whose remains include a tower some 26 m square (**Fig. 5**), has a more obviously defensive character[84]. William of Tyre described the place in 1182-3 simply as a *vicus* or *locus*[85]*.* but Arabic accounts refer to it as a *ḥiṣn* or fortress[86]. Although recent archaeological work in the vicinity of the tower has done much to extend our understanding of the settlement from the Byzantine period to late Ottoman times, the precise nature and extent of the Frankish fortifications has still to be determined[87].

[82] PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 41, pl. XXIX.
[83] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 1, pp. 7-17, pp. 239-250.
[84] PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 104, fig. 2f, pl. CIII.
[85] WILLIAM OF TYRE – *Chronicon* 22.17 (16), 22.27 (26), ed. Robert B.C. Huygens, p. 1032, p. 1052.
[86] BAHĀ' AL-DĪN IBN SHADDĀD – *Al-Nawādir al-Sulṭaniyya*, trans. D.S. Richards, p. 62, p. 80, p. 247; ʿIMĀD AL-DĪN – *al-Fatḥ al-Qussī*, trans. Massé, pp. 81-82, p. 99; ABŪ SHĀMĀ – "Le livre des deux jardins". In *RHC HOr* 4, pp. 221-222, p. 246, p. 303, pp. 344-345; cf. PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 104, fig. 2f, pl. CIII.
[87] For reports on recent work, see COVELLO-PARAN, Karen; TEPPER, Yotam – "Et-Taiyiba". *HA/ESI* [Online] 120 (2008). [Acessed 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=114; ABU ZIDAN, Fikri – "Et-Taiyiba". *HA/ESI* [Online] 123 (2011). [Acessed 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=118; TEPPER, Yotam; COVELLO-PARAN, Karen – "Et-Taiyiba". *HA/ESI* [Online] 124 (2012). [Acessed 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=119; TEPPER, Yotam – "Et-Taiyiba, Survey". *HA/ESI* [Online] 124 (2012). [Acessed on 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=119; ATRASH, Walid – "Et-Taiyiba". *HA/ESI* [Online] 127 (2015). [Acessed 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=122; DALALI-AMOS, Edna – "Et-Taiyiba". *HA/ESI* [Online] 128 (2016). [Acessed 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=124.



Fig. 5 – Al-Taiyiba (medieval ʿAfarbalā, Forbelet): inside face of the S wall of the Hospitaller tower (© DP 2015).

Around Jerusalem Hospitaller estates would have been managed by the grand commander and around Tyre and Acre by their respective regional commanders[88]. Near Jerusalem, such properties would have included the village of Bayt Ṣafafa (*Bethafava*, PG 160.128), which Baldwin I gave to the Hospital sometime before September 1110. Here there still stand the remains of a two-storey tower, some 18.2 by 13.7 m, at one time associated with a rectangluar enclosure wall with an outer *talus*, enclosing vaulted structures[89]. Just outside Tyre, the village of Burj al-Shamālī (PG 172.126) contains a tower linked to a barrel-vault (**Figs. 6-7**), which may perhaps be *la Tor de l'Ospital* that was among the ten *casalia* conceded to Margaret, lady of Tyre, by Sultan al-Manṣūr Qalāwūn in 1285[90]. Sites in the territory of Acre

[88] RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller*, pp. 179-180.

[89] *CH* 1, pp. 21-22, n.º 29; pp. 172-173, n.º 225 (1154); *ULKJ* 1, pp. 165-168, n.º 42; pp. 424-427, n.º 232 (1154); *RRH*, pp. 12-13, n.º 57; pp. 74-75, n.º 293 (1154); PRINGLE, Denys – *Secular Buildings,* pp. 28-29, pl. XVI.

[90] TAFEL, Gottlieb Lucas Friedrich; THOMAS, Georg Martin (eds.) – *Urkunden zur älteren Handels- und Staatsgeschichte Venedigs*. Vienna: Hof- und Staatsdruckereia, 1856-1857, vol. 3, pp. 398-400, n.º 392; HOLT, Peter Malcolm – *Early Mamluk Diplomacy (1260-1290): Treaties of Baybars and Qalāwūn with Christian Rulers.* Islamic History and Civilization, Studies and Texts 12. Leiden: Brill, 1995, p. 112 (Burj al-Isbitār); cf. PRINGLE, Denys – *Secular Buildings,* p. 41. However, DUSSAUD, René – *Topographie,* pp. 32-33, identifies this site with Burj al-Raḥib, between ʿAyn Abū ʿAbdalla and Badias.

would have included the mill of Kurdāna, of which only fragmentary remains survive (PG 1610.2501)[91], and the estate centre and sugar mill of Manawāt (Ḥorvat Manot, PG 164.271)[92], whose fief the Hospitallers purchased from Nicolas, grandson of Sait the Scribe, for 1,400 bezants in September 1231[93], having previously acquired the rights there belonging to John of Brienne and Maria la Marquise in April 1212[94], and those of Beatrice of Hennenberg, daughter of Joscelin III of Courtenay, in January 1218[95].



Fig. 6 – Burj al-Shamālī, near Tyre: the vault from the NW (© DP 1998).

[91] SHAKED, Idit – "Identifying the Medieval Flour Mills at Doq and Recordane". *Cathedra* 98 (2000), pp. 61-72, 172* [in Hebrew, with English summary]; BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders. A survey of the urban centres, rural settlement and castles of the Military Orders in the Latin East (c. 1120-1291)*. London-New York: Routledge, 2006, pp. 83-85, p. 86, p. 250, fig. 18. This should not be confused with the surviving mill at Khirbat Kurdāna (PG 1608.1502), which has now been shown to be the Templar mill of Daʿūq (Doc): see BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders*, pp. 86-87, pp. 240-241, fig. 19; cf. PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 47, pp. 62-64, fig. 33, pls LV-LVIII.

[92] FRANKEL, Rafael – "Topographical Notes on the Territory of Acre in the Crusader Period". *Israel Exploration Journal* 38 (1988), pp. 249-272, at pp. 257-258, p. 260; FRANKEL, Rafael; GETZOV, Nimrod – *Map of Akhziv (1): Map of Ḥanita (2).* Archaeological Survey of Israel. Jerusalem: Israel Antiquities Authority, 1997, pp. 106*-107*, pp. 184-189; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, pp. 69-70, pls. LXVI-LXVII; BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders*, pp. 85-86, p. 93, p. 201, p. 246.

[93] *CH* 2, pp. 424-425, n.º 1996; p. 716, n.º 2576 (1251); *ULKJ* 3, pp. 1359-1361, n.º 783; pp. 1389-1390, n.º *798 (1251); *RRH*, p. 268, n.º 1027; *RRH Ad*, p. 73, n.º 1198a (1251).

[94] *ULKJ* 3, pp. 1019-1020, n.º *627; *CH* 2, p. 141, n.º 1383; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – "Inventaire", pp. 36-106, p. 77, n.º 206; *RRH Ad*, p. 56, n.º 858a.

[95] *CH* 2, pp. 206-207, n.º 1526; *ULKJ* 3, pp. 1034-1036, n.º 635; pp. 1033-1034, n.º *634; *RRH*, p. 240, n.º 892.

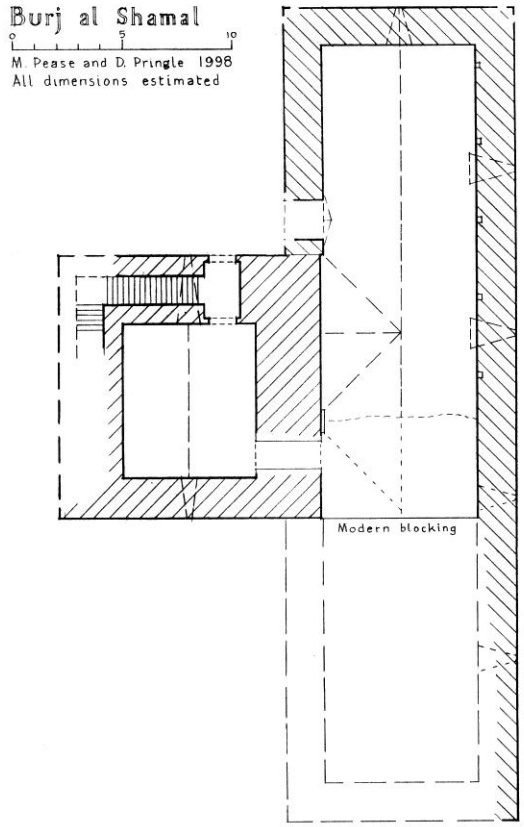


Fig. 7 – Burj al-Shamālī: sketch plan of the tower and vault (© drawn by Matthew Pease).

In the twelfth century, the Hospitallers possessed some houses in Caesarea and very likely a church[96], but it is uncertain whether their extensive land holdings in the lordship were administered from there or from outlying *casalia*[97]. One possible location for a commandery in the south of the lordship was Qalansuwa (Calansue, PG 148.187), a *casale* granted to the Hospital by the knight Geoffrey of Flujeac in April 1128[98]. However, it appears that the lords of Caesarea retained control of the place, since a viscount, Peter de Fossato, and a *dominus* Paganus de Calenzun are recorded in 1166[99], and Frankish settlers were living there during the time when

[96] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 1, p. 180.
[97] Cf. RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller*, p. 179; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of St. John*, p. 429 n.º 4.
[98] *CH* 1, pp. 78-79, n.ºs 83-84; pp. 83-84, n.º 94 (1131); *ULKJ* 1, pp. 259-261, n.º *104; pp. 270-273, n.º 111 (1129); pp. 424-427, n.º 232 (1154); *RRH*, p. 32, n.º 130; p. 35, n.º 139; *RRH Ad*, pp. 9-10, n.º 121a.
[99] *CH* 1, pp. 243-244, n.º 350; *RRH*, p. 111, n.º 426.

Raymond du Puy was master (1125-58)[100]. Potential Hospitaller commanders of Qalansuwa include Gerard, or Gerald (1131-35), and Simon (1207/8)[101]. The architectural remains include an early tower, a large eight-bayed two-storey hall building (now the mosque) (**Fig. 8**) and various vaults set around a central open space. It is difficult to tell, however, which of these buildings belonged to the Hospitallers and which to the lords of Caesarea[102].



Fig. 8 – Qalansuwa: two-storey Frankish hall, from the SE (© DP during survey with Peter E. Leach in 1983).

[100] *CH* 1, p. 350, n.º 510 (1177/87); *RRH Ad*, p. 34, n.º 554b; PRINGLE, Denys – *The Red Tower (al-Burj al-Ahmar): Settlement in the Plain of Sharon at the Time of the Crusaders and Mamluks, A.D. 1099-1516*, London: British School of Archaeology in Jerusalem, 1986, pp. 41-43; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, pp. 77-78, fig. 40, pl. LXXVIII.

[101] *CH* 1, pp. 83-84, n.º 94 (Gerardus de Calumzum, Sept. 1131); p. 97, n.º 115 (Geraldus Kalensue); 2, pp. 64-65, n.ºs 1250-51 (Frater Symon de Calenchum/Calanchun, Feb 1207/8); pp. 78-79, n.º 1276 (frater Simon de Calenson, Dec. 1207); *RRH*, p. 35, n.º 139; p. 39, n.º 159; pp. 219-220, n.ºs 818-819; p. 221, n.º 824; PRINGLE, Denys – *The Red Tower*, pp. 42-43; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller,* p. 179; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of St. John*, p. 429, n.º 4.

[102] PRINGLE, Denys – *The Red Tower*, pp. 43-56, figs. 10-14, pls. X-XXI; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, pp. 77-78, fig. 40, pl. LXXVIII.

In the 12th century, the lords of Caesarea also had a viscount and dragoman in Qāqūn (PG 149.196), where a castle already existed by May 1123[103]. By September 1110, the Hospitallers possessed lands and villeins there and when Walter Garnier issued a confirmation of all their possessions in the lordship in September 1131 they also had some houses. The mention among the witneses to the latter document of a Hospitaller brother named Aldebrandus Chaco suggests that by that time they may also have been using the village as an administrative centre[104]. The Hospitallers continued to acquire properties in the area and by 1189 were leasing from the abbey of St Mary Latin two other villages with existing small castles, Madd al-Dayr (Montdidier, PG 141.196) and Burj al-Aḥmar (Turris Rubea, Turris Latinae, PG 145.191), as well as further land in Qāqūn. During the period of Saladin's conquest and the Third Crusade, these properties came into the hands of the Templars, but although the abbey undertook to restore them to the Hospital in May 1236, it appears that the lease was not finally reinstated until August 1248[105]. Both castles consisted of a tower set within an enclosure, though it remains uncertain what, if anything, the Hospitallers themselves may have contributed to them[106].

In the northern part of the lordship of Caesarea, the Umayyad fort at Kafar Lām (Cafarlet, Ha-Bonim, PG 140.226) was briefly in Hospitaller possession in the 13th century, being pledged to the order in 1213 and finally sold to it in 1232; but in 1255 it was acquired by the Templars and would have been taken by Baybars a decade later. Excavations in 1999 indicate that in the Frankish period the fort's interior was occupied by village houses but that a small chapel was built against the outer face of the west wall sometime in the 13th century, though who was responsible for it is unclear[107]. To the south of this, Burj al-Maliḥ (al-Mallūḥa, Turris Salinarum, PG

[103] PRINGLE, Denys – *The Red Tower*, pp. 58-60, pp. 63-70.
[104] *CH* 1, p. 21, n.º 20 (1110); pp. 83-84, n.º 94 (1131); *ULKJ* 1, pp. 165-168, n.º 42 (1110); *RRH*, pp. 12-13, n.º 57; p. 35, n.º 139; PRINGLE, Denys – *The Red Tower*, pp. 59-60.
[105] *CH* 1, p. 559, n.º 879 (1189); 2, p. 501, n.º 2141 (1236); pp. 673-675, n.º 2482 (1248); *RRH*, p. 306, n.º 1164; *RRH Ad*, pp. 46-47, n.º 682a; p. 66, n.º 1072a; PRINGLE, Denys – *The Red Tower*, pp. 59-60.
[106] On Madd al-Dayr and Burj al-Aḥmar, see PRINGLE, Denys – *The Red Tower*, p. 29, pp. 37-39, pp. 83-194; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, pp. 38-39, p. 67; PRINGLE, Denys – "Burj al-Aḥmar (The Red Tower)". *NEAEHL* 5 (2008), pp. 1654-1655.
[107] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 4, pp. 241-245, figs. 20-21, pls CXV-CXVI; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, pp. 58-59, fig. 31; BARBÉ, Hervé; LEHRER, Yoav; AVISSAR, Miriam – "Ha-Bonim". *HA/ESI* 114 (2002), pp. 30-33, pp. 34-38, figs. 45-51; BARBÉ, Hervé; LEHRER, Yoav; AVISSAR, Miriam – "Ha-Bonim". *NEAEHL* 5 (2008), pp. 1753-1755.

141.216), which Hugh, lord of Caesarea had granted the Hospital between *c.*1154 and 1168, was destroyed by Baybars in 1265[108]. There was another tower at Khirbat al-Mazraʿa (le Meseraa, casale Rogerii de Chasteillon, PG 143.222), which John Lalaman, lord of Caesarea, sold to the Hospitallers in 1255; but this village would have been theirs for no more than a decade[109].

Riley-Smith suggested Qalqīliyya (PG 146.177), in the lordship of Arsūf, as another possible location for a small Hospitaller castle[110]; but there are no structural remains of the Frankish period nor any evidence that the Hospital even owned property there. Sometime before 1168, Bartholomew, the lord of the town or village (*ville dominus*), granted some property in Qalqīliyya to the Holy Sepulchre[111]; but Geoffrey (Gaufridus) *de Qualquelia*, who witnessed a Hospitaller charter in April 1168, appears to have been a vassal of John, lord of Arsūf, rather than a member of the order[112], as was his descendent John *de Cauquelie*, who was listed as such in 1241 and 1261[113]. On the other hand, Brother Hugh *de Calcalia*, who is mentioned in witness lists between 1181 and 1185[114], was certainly a Hospitaller; but in view of the lack of any other Hospitaller connection with Qalqīliyya, his name more likely reflects his family origins than an administrative position.

To the south of the lordship of Arsūf, the Hospitallers had another commandery at *Spina*, administering their estates in the northern part of the county of Jaffa and the lordship of Mirabel. A preceptor of *Spina* named Oldinus Rollant witnessed grants by Baldwin of Mirabel to the Hospital in 1165 and 1166; by 1173 he was castellan

[108] *CH* 1, pp. 421-422, n.º 621; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – "Inventaire", p. 67, n.º 147; *RRH*, p. 164, n.º 619; PRINGLE, Denys – *The Red Tower*, pp. 24-25; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 41.
[109] *CH* 2, p. 776, n.º 2725 (1255); *RRH*, pp. 324-325, n.º 1233; cf. *CH* 2, p. 64, n.º 1250 (1207/8); *RRH*, pp. 219-220, n.º 818; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, pp. 70-71.
[110] RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller*, p. 260, n.º 91.
[111] BRESC-BAUTIER, Geneviève (ed.) – *Le Cartulaire du chapitre du Saint-Sépulcre de Jérusalem*. DRHC 15. Paris: P. Geuthner, 1984, pp. 283-287, n.º 146: HIESTAND, Rudolf – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius* 3, p. 253, n.º 95; *RRH*, p. 115, n.º 444.
[112] *CH* 1, pp. 271-272, n.º 398; *RRH*, pp. 116-17, n.º 448; *RRH Ad*, p. 69, n.º 1100.
[113] *CH* 2, pp. 590-591, n.º 2274 (1241); 3, pp. 6-7, n.º 2985 (1261); *RRH*, p. 286, n.º 1100 (1241); p. 341, n.º 1302 (1261).
[114] *CH* 1, p. 412, n.º 603 (Frater Hugo de Calcalia, 1181); pp. 445-446, n.º 663 (frater Hugo de Qualquelia, 1184); pp. 479-480, n.º 754 (frater Ugo de Cauchelia, April 1185); *RRH*, p. 162, n.º 611; p. 169, n.º 640; pp. 169-170, n.º 642.

of Belvoir[115]. Brother Raynald, *bajulus Spine*, witnessed Bohemond III of Antioch's ratification of the granting of Valania and Margat to the Hospital on 1 February 1186[116]. The precise location of *Spina* is uncertain. The only clue is a charter of 25 January 1158/59, by which Hugh of Ibelin ceded to the Hospital some land located between the mills of Mirabel and the land of *Spina*[117]*.* Gustav Beyer identified these mills with those whose remains still survive at al-Mirr (Maḥmūdiyya, PG 142.168)[118] on the Nahr al-ʿAwjāʾ (River Yarqon) below Raʾs al-ʿAyn and suggested three possibile identifications for *Spina* itself: Fajja (Fijja, PG 140.166), Nabī Thārī (PG 143.163) and Khirbat Shaʿīra (PG 140.164)[119]. None of these names, however, appears to have any connection with the word *spina*, meaning 'thorn' or 'thistle', the Arabic equivalent of which, *shawk*[120]*,* is found in place names such as Shuwayka (PG 153.193), a village near Ṭulkarm[121]. The medieval name for Nabī Thārī is unknown, the present Arabic one evidently being derived from a *maqām* built on the site in late Mamluk to early Ottoman times[122]. Excavations around this between 1996 and 2000, however, revealed extensive remains of buildings of the Abbasid, Frankish and Mamluk periods[123]. This evidence, as well as its situation on the main road

[115] *CH* 1, pp. 238-239, n.º 340 (1165); p. 245, n.º 354 (1166); *RRH*, p. 109, n.º 419; p. 110, n.º 423; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers*, pp. 432-433.
[116] *CH* 1, pp. 491-496, n.º 783; *RRH*, pp. 171-172, n.º 649.
[117] *CH* 1, p. 199, n.º 263; *RRH*, p. 85, n.º. 330; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, pp. 9293, fig. 1. Note that Röhricht's misleading translation of "les moulins de Mirabel" in *RRH* as "molendina desubter Mirabellum" has been widely followed in the literature.
[118] PRINGLE, Denys – *Secular Buildings,* p. 72; PRINGLE, Denys – "Sites in the Crusader Lordships of Ramla, Lydda and Mirabel". In PETERSEN, Andrew; PRINGLE, Denys (eds) – *Ramla, City of Muslim Palestine, 715-1917: Studies in History, Archaeology and Architecture*. Oxford: Archaeopress, 2021, pp. 286-93", p. 291; BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders*, p. 74, p. 199, fig. 14; PETERSEN, Andrew – *A Gazetteer of Buildings in Muslim Palestine (Part I).* British Academy Monographs in Archaeology 12. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 222-223, pl. 235.
[119] BEYER, Gustav – "Die Kreuzfahrergebiete Sudwestpalästinas". *ZDPV* 68 (1951), pp. 148-281, at p. 191; cf. pp. 189-192, p. 249, p. 254.
[120] "Thorn": *shawk* (colloquial *shawka*), plural *ashwāk* (colloquial *shuwāk*); "thorny": *shawkī*, *shawik*, or *shāʾik* (colloquial *shawk*).
[121] Crusader *Socque*, *Soeta*, PG 153.193 (PRINGLE, Denys – *The Red Tower*, p. 71). The SWP name lists also include two *khurayb* and a *wādī* (PALMER, Edward Henry – *The Survey of Western Palestine: Arabic and English Name Lists*, p. 120, p. 311, p. 431), besides Tall al-Shawk (p. 169). Another site closer to hand kindly suggested to me by Dr Shukri Arraf is Qurnat al-Shawk, south of Bayt Amīn, east of Jaljūliyya; however, this is still quite far from the mills of Mirabel.
[122] MAYER, Leo Ary; PINKERFELD, Jacob – *Some Principal Muslim Religious Buildings in Israel.* Jerusalem: Committee for the Preservation of Muslim Religious Buildings, Ministry of Religious Affairs, 1950, pp. 34-36, figs. 22-25; PETERSEN, Andrew – *A Gazetteer of Buildings in Muslim Palestine*, pp. 232-233, figs 82- 83, pls. 250-251.
[123] VITTO, Fanny; OFER, Semadar – "Horbat Sheʿeri (en-Nabī Thari)". *HA/ESI* 109 (1999), pp. 74-75; NEGEV, Avraham; GIBSON, Shimon (eds.) – *Archaeological Encyclopedia of the Holy Land*, revised edition. New York–London: Continuum, 2001, p. 358.

between Ra's al-ʿAyn and Lydda, make Nabī Thārī a prime candidate to identify with *Spina*, though conclusive proof is still lacking[124].

Whatever the exact location of *Spina* may have been, its dependencies would doubtless have also included the mills further down the ʿAwjāʾ at al-Ḥaddar. These were known as the Mills of the Three Bridges (PG 134.168), because it was there that the Jaffa to Jaljūliyya and Arsūf to Ra's al-ʿAyn roads crossed the confluence of the ʿAwjāʾ with the Nahr Abū Lajja and Nahr al-Ashkar. The mills and the "island" between the rivers were granted to the Hospitallers by Hugh of Jaffa in 1133[125]; and in 1241, John III of Arsūf sold them the adjacent northern area lying within his lordship[126]. These mills remained in use until 1918, and some remains of them still survive[127].

The village of Qūla (Chula, Cole, PG 145.160), south of Mirabel, was purchased by the Hospital from Hugh of Flanders for 3,000 bezants in September 1181[128]. A set of regulations drawn up soon afterwards for the operation of the Hospital in Jerusalem lists *le casal Cole* among six *casalia*, including ʿAbūd, specializing in producing foodstuffs for the sick[129]. The surviving remains in Qūla include part of a tower (17 × 12.8 m) and an adjacent barrel-vaulted building associated with a cistern[130].

[124] See also PRINGLE, Denys – "Sites in the Crusader Lordships of Ramla, Lydda and Mirabel", pp. 291-293.
[125] *CH* 1, pp. 86-87, n.º 97 (1133); pp. 166-168, n.º 217 (1153); *RRH*, p. 37, n.º 147; *RRH Ad*, pp. 18-19, n.º 280b.
[126] *CH* 2, pp. 590-591, n.º 2274; p. 592, n.º 2277; *RRH*, p. 286, n.º 1100.
[127] CLERMONT-GANNEAU, Charles – "Les trois ponts, Jorgilia and le Toron de la fille de Comar". In CLERMONT-GANNEAU, Charles – *Études d'Archéologie orientales*. Paris: E. Bouillon, 1880-1895, vol. 1, pp. 192-196; BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders,* p. 74, p. 199; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 49; PETERSEN, Andrew – *A Gazetteer of Buildings in Muslim Palestine*, pp. 141-143, fig. 39, pls. 103-106.
[128] *CH* 1, p. 412, n.º 603; pp. 413-414, n.º 607; *ULKJ* 2, pp. 720-722, n.º 424; 785-6, n.º *459; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – "Inventaire", p. 96, n.º 142; *RRH*, p. 160, n.º 603; p. 162, n.º 611.
[129] EDGINGTON, Susan B. – "Administrative regulations for the Hospital of St. John in Jerusalem dating from the 1180s". *Crusades* 4 (2005), pp. 21-37, at pp. 26-27; cf. LUTTRELL, Anthony – "The Hospitallers' early written records". In FRANCE, John; ZAJAC, William G. (eds) – *The Crusades and their Sources: Essays Presented to Bernard Hamilton*, London: Ashgate, 1998, pp. 135-154, at p. 140.
[130] PRINGLE, Denys – *The Red Tower*, pp. 21-22, fig. 7; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 87, fig. 47; BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders*, p. 81, p. 238; BENVENISTI, Meron – *The Crusaders in the Holy Land.* Jerusalem: Israel Universities Press, 1970, pp. 227-229, p. 276.

A confirmation of privileges granted to the Hospital by Pope Eugenius III in January 1153 includes a place called *Belforte*[131]. When the Hospitallers acquired the village of ʿAbūd (PG 156.158) from Baldwin of Mirabel in 1167, it was described as *casale quod appellatur S. Mariae, contiguum territorium Bellifortis*[132]. This has allowed *Belforte* to be identified with the present-day village of Dayr Abū Mashʿal (PG 156.156), where remains of a walled enclosure some 45 m square but of uncertain date were noted in the 19th century at the highest part of the site (**Fig. 9**)[133]. On 29 April 1166, Baldwin of Mirabel also confirmed his grant to the Hospitallers for their hospital in Nāblus of various properties and rights within his lordship, including the second tithes from Mirabel, Sūsiyya, *Marescalcia* (Dayr Abū Mashʿal?)[134], *Casreherre* (Kafr al-Dīk?) and Rantiyya (*Rentie*, PG 142.161); however, although a Frankish-period vault or *bawbariyya* still survives in Rantiyya, it is unlikely to have belonged to the Hospitallers, as there is no evidence that they possessed any land there[135]. Riley-Smith plausibly suggests that in the 13th century what remained of the estates of *Spina* would have been administered by the commander of Jaffa[136].

[131] *CH* 1, pp. 166-168, n.º 217; HIESTAND, Rudolf – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius* 2, pp. 210-212, n.º 7; *RRH Ad*, pp. 18-19, n.º 280b.
[132] *CH* 1, pp. 254-255, n.º 371; *RRH*, p. 113, n.º 433.
[133] GUÉRIN, Victor – *Description géographique, historique et archéologique de la Palestine*. Vol. 2. *Samarie*. Paris: Imprimerie nationale, 1874-75, pp. 118-119; Conder and Kitchener 1882, vol. 2, p. 290, p. 310; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 46; PRINGLE, Denys – "Sites in the Crusader Lordships of Ramla, Lydda and Mirabel", pp. 290-291; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller*, p. 34, p. 243 n.º 44.
[134] *Marescalcia* (meaning the 'office of marshal' or 'marshalcy', the 'care of horses' or a 'stable') was possibly an alternative Frankish name for Dayr Abū Mashʿal, the Arabic meaning of which is "monastery of the father of (the) torch" or "cresset". There were at least two other places in the kingdom called *Marescalcia*: a village, now Khirbat Maskana (PG 188.243), near Ḥiṭṭīn; and a castle in the Jordan Valley, possibly to be identified as Qarn Sarbaṭa (PG 193.166).
[135] *CH* 1, p. 245, n.º 354; *RRH*, p. 110, n.º 423; BENVENISTI, Meron – "Bovaria – babriyya: A Frankish residue on the Map of Palestine". In KEDAR, Benjamin Zeev; MAYER, Hans Eberhard; SMAIL, Raimund Charles (eds.) – *Outremer: Studies in the History of the Crusading Kingdom of Jerusalem, presented to Joshua Prawer*. Jerusalem: Yad Izhak Ben-Zvi Institute, 1982, pp. 130-152, at pp. 144-145, figs. 14-15; PRINGLE, Denys – *Secular Buildings*, p. 90; PRINGLE, Denys – "The Castle and Lordship of Mirabel", in KEDAR, Benjamin Z.; RILEY-SMITH, Jonathan; HIESTAND, Rudolf (eds.) – *Montjoie: Studies in Crusade History in Honour of Hans Eberhard Mayer*. Aldershot/Brookfield: Ashgate, 1997, pp. 91-112, at pp. 92-93, fig. 1.
[136] RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller*, p. 179.

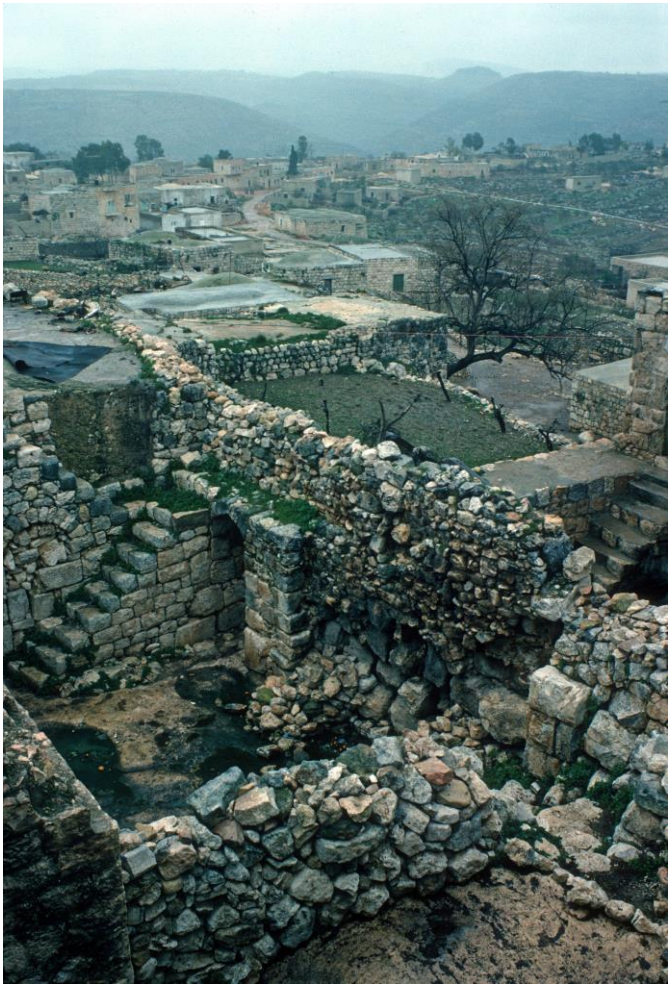


Fig. 9 – Dayr Abū Mashʿal (Belforte): village and fortification, which belonged to the Hospital by 1153 (© DP 1980).

The final years of the Kingdom

In the final decades of the kingdom of Jerusalem the Hospitallers were sometimes granted entire castles and lordships that no-one else was able or prepared to take on. In April 1244, for example, they were handed the newly built castle in Ascalon by the emperor Frederick II's bailiff, Thomas of Acerra. Construction of this had been started in the summer of 1240 by Tibald, king of Navarre and count of Champagne, and Hugh IV, duke of Burgundy, and was brought to completion by Richard, earl of Cornwall, in April 1241. According to Richard's own account, it was built of ashlar reinforced with cut-up marble columns and included high towers and outworks, enclosed by a double wall and ditch. Archaeological research shows that it lay in the north-western corner of the city, with the town wall on the north and the sea cliffs on the west. Under the terms of the agreement, the Hospitallers were to do their best

to hold and defend the castle, on the understanding that the emperor would reimburse their expenses, whether or not they were successful. As things turned out the castle was besieged by the Ayyubids from October 1246 and was taken by storm almost exactly a year later in October 1247. For the next ten years, the Hospitallers doggedly pursued their claim for compensation from the new count of Jaffa and Ascalon, John of Ibelin, but apparently without any success[137].

Mount Tabor in Galilee had been ceded to the Franks in 1241 and was confirmed in Christian hands in 1255[138]. On 1 April 1255, Pope Alexander IV granted the Benedictine abbey and its estates to the Hospitallers, on the understanding that so long as peace held they would build there a fortress within ten years, garrisoned by forty knights[139]. The intention here was clearly to recommission the Ayyubid fortress that had been built around the abbey in 1212 and slighted by al-Muʿaẓẓam ʿĪsā in 1218[140]. By end of June 1255, Mount Tabor was already in the Hospitallers' hands and their castellan, Jocelmus of Tornell, was taking formal possession of nearby villages[141]. There is no mention of any garrison, but if the castle had been built and garrisoned with a similar proportion of knights to other ranks to that applied by the Templars at Safad in 1260, the 40 knights stipulated by the pope would imply an intended total garrison of around 1,360, including some 24 sergeants, 40 turcopoliers, 240 archers, 656 workmen and 320 slaves or impressed workers[142]. In May 1256, three of the former monks of Mount Tabor wrote to Pope

[137] PRINGLE, Denys – "The Survey of the Walls of Ashkelon", pp. 116-124, pp. 190-193, pp. 220-221, figs. 19.11, 19.148-149. This supersedes PRINGLE, Denys – "King Richard I and the Walls of Ascalon". *Palestine Exploration Quarterly* 116 (1984), pp. 133-147.
[138] MATTHEW PARIS – *Chronica Majora*. Ed. H.R. Luard, in *RS* 57.1-7. London, 1872-83, vol. 2, p. 142; PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume Latin de Jérusalem*. Trans. G. Nahon. 2nd edition, 2 vols, Paris: CNRS, 1975, vol. 2, p. 286, p. 452.
[139] ALEXANDER IV – *Les Registres d'Alexandre IV.* Ed. C. Bourel de la Roncière *et al*. Paris: Fontemoing, 1902-59, vol. 1, pp. 83-84, n.º 311; p. 102, n.º 344; *CH* 2, p. 777, n.º 2726; cf. pp. 778-779, n.º 2729; pp. 817-818, n.º 2813 (1256); vol. 3, pp. 66-67, n.º 2053 (1263); *RRH*, p. 324, n.º 1230; *Chronicon de Lanercost 1201-1346*. Ed. J. Stevenson, Maitland Club, vol. 46. Edinburgh, 1839, p. 61.
[140] PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 2, pp. 66-77; BATTISTA, Antonio; BAGATTI, Bellarmino – *La Fortezza saracena di Monte Tabor (A.H. 609-15; A.D. 1212-18).* Studium Biblicum Franciscanum, Collectio Minor 18. Jerusalem: Franciscan Printing Press, 1976.
[141] *CH* 2, p. 784, n.ºs 2739-2740; pp. 786-787, n.º 2747; *RRH*, pp. 325-326, n.º 1237; *RRH Ad*, p. 76, n.º 12138. Jocelmus is also mentioned in charters of October 1259: *CH* 2, pp. 880-883, n.º 2934-2936; *RRH*, p. 335, n.ºs 1280-1282; DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers*, p. 433.
[142] *De constructione castri Saphet, Construction et fonctions d'un château fort franc en Terre-Sainte.* Ed. Robert B.C. Huygens. Amsterdam: North Holland Publishing Company, 1981, p. 185. For a discussion of the relative sizes of Frankish garrisons in the 13th century, see MARSHALL, Christopher – *Warfare in the Latin East, 1192-1291.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992, pp. 111-121.

Alexander IV, commending to him the efforts that the Hospitallers were making and noting that, although the site had not yet been fortified, it was already garrisoned by a quantity of armed knights, as were some of its *casalia*, the divine offices were once again being celebrated there and every day it was being visited by pilgrims[143]. There is no evidence, however, that any of its fortifications were actually rebuilt before Baybars destroyed the church and monastery in April 1263[144].

In 1261, Balian of Ibelin, lord of Arsūf, leased to the Hospital for an annual rent of 4,000 bezants the castle and city of Arsūf, as well as the part of the lordship directly dependent on it, including responsibility for the performance of knight service[145]. A list of the vassals who owed Balian service and what the Hospital was obliged to pay them was drawn up on 1 May 1261[146]. The castle dated initially from the 12th century and was sited on the cliff edge at the northern end of the site (**Fig. 10**); but its defences had been completely overhauled by John of Ibelin, lord of Arsūf, from 1241 onwards[147]. The new works included a twin-towered gatehouse with a portcullis and timber doors, which projected from the leading edge of a polygonal curtain wall with rounded mural towers, enclosing the earlier domestic part of the castle, including a new rib-vaulted first-floor chapel. The curtain was enclosed by an apron wall with rounded bastions rising from the bottom of a deep wide counterscarped ditch crossed by a timber bridge. When built in the 1240s and

143 *CH* 2, pp. 815-817, n.º 2811; *RRH*, p. 328, n.º 1249.
144 RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of St. John*, p. 415, pp. 427-428, p. 430; PRINGLE, Denys – *The Churches*, vol. 2, p. 68; KHAMISY, Rabei G. – "The Mount Tabor Territory under Frankish Control". In SINIBALDI, Micaela *et al*. – *Crusader Landscapes in the Medieval Levant: The Archaeology and History of the Latin East*. Cardiff: University of Wales Press, 2016, pp. 39-53, p. 46.
145 *CH* 3, pp. 1-2, n.º 2972; pp. 60-61, n.º 3047; pp. 74-75, n.º 2071 (1263); *RRH*, p. 343, n.º 1313; *RRH Ad*, p. 85, n.º 1313a; *L'Estoire se Eracles*, 24.4, in *RHC HOcc* 2, p. 446; *Annales de Terre Sainte.* In RÖHRICHT, R.; RAYNAUD, G. (eds.) – *Archives de l'Orient latin* 2.2 (1884), p. 450; ed. "Annales de Terre Sainte". In EDBURY, P.W. (ed.) – In "A New Text of the *Annales de Terre Sainte*". In SHAGHRIR, I.; ELLENBLUM, R.; RILEY-SMITH, J. (eds.) – *In Laudem Hierosolymitani: Studies in Crusades and Medieval Culture in Honour of Benjamin Z. Kedar*. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 157.
146 *CH* 3, pp. 6-7, n.º 2985; *RRH*, p. 241, n.º 1302.
147 PHILIP OF NOVARA – *Guerra*, §124 (220), ed. Melani, pp. 220-221; "Annales de Terre Sainte". In RÖHRICHT, R.; RAYNAUD, G. (eds.), p. 440; "Annales de Terre Sainte". In EDBURY, P.W. (ed.), p. 153; TAL, Oren; ROLL, Israel – "Arsur: The Site, Settlement and Crusader Castle, and the Material Manifestation of their Destruction". In TAL, Oren (ed.) – *The Last Supper at Apollonia: The Final Days of the Crusader Castle in Herzliya*. Tel Aviv: Eretz Israel Museum, 2011, pp. 8-51 (English section), pp. 10-79 (Hebrew section), at p. 18 (English section).

1250s, this would have been a very up-to-date design by European standards[148]. The recent excavations by the late Israel Roll and Oren Tal have shown what preparations the Hospitallers made for the siege. They included adding a tower to the south-east corner of the town wall and contructing earthen ramparts supporting a 15 m wide fighting platform behind the south wall of the town[149]. In the castle the south-east tower was partly dismantled to allow easier access to the outer wall overlooking the moat and the chapel was reinforced, taluses being added to the two corners facing the courtyard. Other changes, such as modifications to the interior of the gatehouse and the adaptation of parts of the castle for food storage and cooking were concerned more with the domestic needs of the hugely augmented garrison than with improving its physical defensibility. The siege lasted from mid March to 29 April 1265, after which the castle was demolished[150]. The Hospitallers' lease, however, was only finally terminated in 1269[151]. Thus was lost the Hospitallers' last major castle in the Kingdom of Jerusalem and their last major house outside Acre and Tyre.

[148] TAL, Oren; ROLL, Israel – "Arsur", pp. 21-35 (English section). Overall the plan is remarkable similar to that of Kildrummy Castle, Aberdeenshire, as completed around the end of the 13th century: see SIMPSON, William Douglas – *Kildrummy and Glenbuchat Castles, Aberdeenshire*. 2nd edition. Edinburgh: HMSO, 1965; CRUDEN, Stewart – *The Scottish Castle*. 3rd edition. Edinburgh: Spurbooks, 1981, pp. 72-78; TABRAHAM, Christopher – *Kildrummy Castle*. Edinburgh: HMSO, 1986. For general discussion of twin-towered gates in the West, see: EWART, Gordon; *et al.* – "'There is a castle in the west …': Dundonald Castle Excavations 1986-93". *Scottish Archaeological Journal* 26/1-2 (2004), pp. 130-140; MESQUI, Jean – *Châteaux et enceintes de la France médiévale: De la défense à la résidence*. Vol. 1. *Les organes de la défense*. 2nd edition, Paris: Picard, 2013, pp. 318-335.

[149] Hospitaller building works on the outer walls is also reported on by Arabic accounts of the siege: see IBN AL-FURĀT – "Ta'rīkh al-Duwal wa'l-Mulūk", vol. 1, p. 65 (text); vol. 2, p. 54 (trans.); AMITAI, Reuven – "The Conquest of Arsūf by Baybars: Political and Military Aspects". *Mamlūk Studies Review* 9/1 (2005), pp. 61-83, at p. 68.

[150] TAL, Oren; ROLL, Israel – "Arsur", pp. 35-48 (English section); cf. IBN AL-FURĀT – *Ta'rīkh al-Duwal wa'l-Mulūk*, vol. 1, pp. 91-97 (text); vol. 2, pp. 73-78 (trans.).

[151] *CH* 3, pp. 192-193, n.º 3326; *RRH*, p. 357, n.º 1371; cf. *CH* 3, pp. 190-192, nº. 3323; *RRH*, p. 357, n.º 1370. According to Marino SANUDO (*Liber Secretorum*, 3.4.2, ed. J. Bongars, p. 246), after its loss the Templars (*sic*) continued to pay the lord of Arsūf 28,000 bezants annually.



Fig. 10 – Arsūf: the castle destroyed by Sultan Baybars in April 1265 (© DP 2009).

Bibliographical references

Printed Sources

"Annales de Terre Sainte". In EDBURY, P.W. (ed.) – In "A New Text of the *Annales de Terre Sainte*". In SHAGHRIR, I.; ELLENBLUM, R.; RILEY-SMITH, J. (eds.) – *In Laudem Hierosolymitani: Studies in Crusades and Medieval Culture in Honour of Benjamin Z. Kedar*. Aldershot: Ashgate, 2007, pp. 145-161.

"Annales de Terre Sainte". In RÖHRICHT, R.; RAYNAUD, G. (eds.) – *Archives de l'Orient latin* 2.2 (1884), pp. 427-461 (versions A and B).

"L'Estoire de Eracles empereur et la conqueste de la Terre d'Outremer". In *Recueil des historiens des croisades: Historiens occidentaux* 1-2. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1844, 1859.

"La Continuation de Guillaume de Tyr (1184-1197)". Ed. M.R. Morgan. In *Documents relatifs à l'Histoire des Croisades.* 14. Paris: Geuthner, for the Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1982.

"Libellus de Expugnatione Terrae Sanctae". Ed. J. Stevenson. In *Rerum Britannicarum Medii Aeui Scriptores, or Chronicles and Memorials of Great Britain and Ireland in the Middle Ages (Rolls Series)* 66. London, 1875, pp. 209-262.

ABŪ SHĀMĀ – "Le livre des deux jardins". Ed. and trans. Barbier de Meynard. In *Recueil des historiens des croisades: Historiens orientaux* 4-5. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1879 and 1895.

ALEXANDER IV – *Les Registres d'Alexandre IV.* Ed. C. Bourel de la Roncière *et al*., 3 vols (8 fascs). Paris : Fontemoing, 1902-1959.

AL-MAKĪN IBN AL-ʿAMĪD – "Chronique des Ayyoubides (602-658/1205-6–1259-60)". Trans. A.-M. Eddé and F. Micheau. In *Documents relatifs à l'Histoire des Croisades.* 16. Paris: Geuthner, for the Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1994.

AL-MAQRĪZĪ – *A History of the Ayyūbid Sultans of Egypt*. Trans. R.J.C. Broadhurst. Boston: Twayne Publishers, 1980.

AMBROISE – *Estoire de la guerre sainte*. A. AILES, A.; BARBER, M. (ed. and trans.) – *The History of the Holy War*. 2vols. (vol. 1: text; vol. 2: translation). Woodbridge: Boydell Press, 2003.

BAHĀ' AL-DĪN IBN SHADDĀD – "Al-Nawādir al-Sulṭaniyya wa'l-Maḥāsin al-Yūsufiyya". In *The Rare and Excellent History of Saladin*. Trans. D.S. Richards. Aldershot: Ashgate, 2002.

BRESC-BAUTIER, Geneviève (ed.) – *Le Cartulaire du chapitre du Saint-Sépulcre de Jérusalem*. Documents relatifs à l'Histoire des Croisades 15. Paris: P. Geuthner, 1984.

Cartulaire générale de l'ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100-1310). 4 vols. Paris: Ernest Leroux, 1894-1906.

Chronicon de Lanercost 1201-1346. Ed. J. Stevenson, Maitland Club, vol. 46. Edinburgh, 1839.

Chronique d'Ernoul et de Bernard le Trésorier. Ed. L. de Mas Latrie. Paris: Société de l'histoire de France, 1871.

Corpus Christianorum, Continuatio Mediaeualis. Turnhout: Brepols, 1966- .

De constructione castri Saphet, Construction et fonctions d'un château fort franc en Terre-Sainte. Ed. Robert B.C. Huygens. Amsterdam: North Holland Publishing Company, 1981.

Die Urkunden der lateinischen Könige von Jerusalem = MGH Diplomata Regum Latinorum Hierosolymitanorum. Ed. H.E. Mayer, 4 vols. Hanover, 2010.

Documents relatifs à l'Histoire des Croisades. Paris, 1946- .

Hadashot Askheologiot: Excavations and Surveys in Israel (several volums since 1961; available since 2004 at https://www.hadashot-esi.org.il/about_eng.aspx).

IBN AL-ATHĪR – "al-Kāmil fī'l-ta'rīkh". In *The Chronicle of Ibn al-Athīr for the Crusading Period*. 3 vols. Trans. D.S. Richards. Aldershot: Ashgate, 2006-2008.

IBN AL-FURĀT – "Ta'rīkh al-Duwal wa'l-Mulūk*".* In *Ayyubids, Mamlukes and Crusaders*. 2 vols. Ed. and trans. U. Lyons and M.C. Lyons Cambridge: Heffers, 1971.

IBN AL-QALĀNISĪ – "Dhayl Ta'rīkh Dimashq". In *The Damascus Chronicle of the Crusades.* Extracts trans. H.A.R. Gibb, London: Luzac, 1932.

IBN MUYASSAR – "Akhbar Miṣr (Annales d'Égypte)". In *Recueil des historiens des croisades: Historiens orientaux* 3. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1884, pp. 461-473.

IBN SHADDĀD AL-HALIBĪ, 'Izz al-Dīn – *al-A'laq al-Khaṭīra fī Dhikr Umarā' al-Shām wa'l-Jazīra,* 2.2: *Tārīkh Lubnān, al-Urdunn wa-Filasṭīn*. Ed. S. al-Dahhān. Damascus, 1962.

'IMĀD AL-DĪN AL-IṢFAHĀNĪ – "*al-Fatḥ al-Qussī fī'l-Fatḥ al-Qudsī*". In *Conquête de la Syrie et de la Palestine par Saladin*. Trans. H. Massé. In *Documents relatifs à l'Histoire des Croisades. 10*. Paris: P. Geuthner, for the Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1972.

Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi. Ed. W. Stubbs, in *RS* 38.1. London, 1864. Trans. H.J. Nicholson, *Chronicle of the Third Crusade*. Crusade Texts in Translation 1. Aldershot: Ashgate, 1997.

JOHN OF IBELIN – *Le Livre des Assises*. Ed. P.W. Edbury. Leiden: Brill, 2003.

JOHN OF WÜRZBURG – *Descriptio Locorum Terrae Sanctae*. Ed. Robert B.C. Huygens, in *Peregrinationes Tres*, pp. 78-141. In *Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis* 139. Turnhout: Brepols, 1994.

MATTHEW PARIS – "Chronica Majora". Ed. H.R. Luard. In *Rerum Britannicarum Medii Aeui Scriptores, or Chronicles and Memorials of Great Britain and Ireland in the Middle Ages (Rolls Series)* 57.1–7. London, 1872-83.

PHILIP OF NOVARA (Filippo da Novara) – *Guerra di Federico II in Oriente (1223-1242).* Ed. and Italian trans. S. Melani. Naples: Liguori, 1994.

Recueil des historiens des croisades: Historiens occidentaux. 5 vols. Paris : Imprimerie royale: Imprimerie impériale: Imprimerie nationale, 1844-1895.

Recueil des historiens des croisades: Historiens orientaux. 5 vols. Paris: Imprimerie nationale, 1872-1906.

Regesta Regni Hierosolymitani. Ed. R. Röhricht. Innsbruck: Libraria academica Wagneriana, 1893.

Regesta Regni Hierosolymitani: Additamentum. Ed. R. Röhricht. Innsbruck: Libraria academica Wagneriana, 1904.

Rerum Britannicarum Medii Aeui Scriptores, or Chronicles and Memorials of Great Britain and Ireland in the Middle Ages (Rolls Series). 99 vols. London, 1858-1897.

SANUDO, Marino – *Liber Secretorum Fidelium Crucis super Terrae Sanctae Recuperatione et Conservatione.* Ed. J. Bongars. Hanau, 1611. Reprinted with introduction by J. Prawer, Jerusalem: Masada Press, 1972.

Tabulae Ordinis Theutonici ex Tabularii Regii Berolinensis Codice Potissimum. Ed. E. Strehlke, Berlin: Weidmann, 1869. Reprinted with Preface by H.E. Mayer. Toronto: Toronto University Press, 1975.

USĀMA IBN MUNQĪDH – *The Book of Contemplation: Islam and the Crusades*. Trans. with introduction and notes by P.M. Cobb. London: Penguin, 2008.

WILBRAND OF OLDENBURG – "Itinerarium". In PRINGLE, Denys – *Pilgrimage to Jerusalem and the Holy Land, 1187-1291*. Crusade Texts in Translation 23. Trans. Denys Pringle. Farnham: Ashgate, 2012, pp. 61-94.

WILBRAND OF OLDENBURG – "Itinerarium". In PRINGLE, Denys (ed.) – "Wilbrand of Oldenburg's Journey to Syria, Lesser Armenia, Cyprus, and the Holy Land (1211-1212): A New Edition". *Crusades* 11 (2012), pp. 109-137.

WILLIAM OF TYRE – "Chronicon". Ed. R.B.C. Huygens. In *Corpus Christianorum, Continuatio Mediaevalis*, 63-63a. Turnhout: Brepols, 1986.

Studies

ABU ZIDAN, Fikri – "Et-Taiyiba". *Hadashot Askheologiot: Excavations and Surveys in Israel* [Online] 123 (2011). [Acessed 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=118.

AMITAI, Reuven – "The Conquest of Arsūf by Baybars: Political and Military Aspects". *Mamlūk Studies Review* 9/1 (2005), pp. 61-83.

ATRASH, Walid – "Et-Taiyiba". *Hadashot Askheologiot: Excavations and Surveys in Israel* [Online] 127 (2015). [Acessed 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=122.

BARBÉ, Hervé; LEHRER, Yoav; AVISSAR, Miriam – "Ha-Bonim". *Hadashot Askheologiot: Excavations and Surveys in Israel* 114 (2002), pp. 30-33, pp. 34-38, figs. 45-51.

BARBÉ, Hervé; LEHRER, Yoav; AVISSAR, Miriam – "Ha-Bonim". *New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land* 5 (2008), pp. 1753-1755.

BATTISTA, Antonio; BAGATTI, Bellarmino – *La Fortezza saracena di Monte Tabor (A.H. 609-15; A.D. 1212-18).* Studium Biblicum Franciscanum, Collectio Minor 18. Jerusalem: Franciscan Printing Press, 1976.

BENVENISTI, Meron – *The Crusaders in the Holy Land.* Jerusalem: Israel Universities Press, 1970.

BENVENISTI, Meron – "Bovaria – babriyya: A Frankish residue on the Map of Palestine". In KEDAR, Benjamin Zeev; MAYER, Hans Eberhard; SMAIL, Raimund Charles (eds.) – *Outremer: Studies in the History of the Crusading Kingdom of Jerusalem, presented to Joshua Prawer*. Jerusalem: Yad Izhak Ben-Zvi Institute, 1982, pp. 130-152.

BEYER, Gustav – "Das Gebiet der Kreuzfahrerherrschaft Caesarea in Palästina". *Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins* 59 (1936), pp. 1-91.

BEYER, Gustav – "Die Kreuzfahrergebiete Akko und Galilaea". *Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins* 67 (1945), pp. 183-260.

BEYER, Gustav – "Die Kreuzfahrergebiete Sudwestpalästinas". *Zeitschrift des Deutschen Palästina-Vereins* 68 (1951), pp. 148-281.

BOAS, Adrian J. – *Archaeology of the Military Orders. A survey of the urban centres, rural settlement and castles of the Military Orders in the Latin East (*c*. 1120-1291)*. London-New York: Routledge, 2006.

BURGTOF, Jochen – *The Central Convent of the Hospitallers and Templars: History, Organization, and Personnel (1099/1120-1310).* Leiden: Brill, 2008.

CHÉHAB, Maurice – *Tyr à l'époque des croisades*. Vol. 2. *Histoire sociale, économique et religieuse.* Paris: Maisonneuve, 1979.

CLERMONT-GANNEAU, Charles – "Les trois ponts, Jorgilia and le Toron de la fille de Comar". In CLERMONT-GANNEAU, Charles, *Études d'Archéologie orientales*. Paris: E. Bouillon, 1880-1895, vol. 1, pp. 192-196.

COHEN, Michael – "The Fortification of the Fortress of Gybelin". In FAUCHERRE, Nicolas; MESQUI, Jean; PROUTEAU, Nicolas – *La fortification au temps des croisades: Actes du colloque de Parthenay*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2004, pp. 67-76.

COVELLO-PARAN, Karen; TEPPER, Yotam – "Et-Taiyiba". *Hadashot Askheologiot: Excavations and Surveys in Israel* [Online] 120 (2008). [Acessed 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=114.

CRUDEN, Stewart – *The Scottish Castle*. 3rd edition. Edinburgh: Spurbooks, 1981.

DALALI-AMOS, Edna – "Et-Taiyiba". *Hadashot Askheologiot: Excavations and Surveys in Israel* [Online] 128 (2016). [Acessed 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=124.

DELAVILLE LE ROULX, Joseph – "Inventaire de pièces de Terre Sainte de l'ordre de l'Hôpital". *Revue de l'Orient latin* 3 (1895), pp. 36-106.

DELAVILLE LE ROULX, Joseph – "L'ordre de Montjoie". *Revue de l'Orient latin* 1 (1893), pp. 42-57.

DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Les Hospitaliers en Terre Sainte et à Chypre (1100–1310)*. Bibliothèque de l'Ecole des chartes 65. Paris: Leroux, 1904.

DESCHAMPS, Paul – *Les Châteaux des croisés en Terre-Sainte*. Vol. 2. *La défense du Royaume de Jérusalem. Étude historique, géographique et monumentale* (text + album). Paris: Geuthner, 1939.

DUSSAUD, René – *Topographie historique de la Syrie antique et médiévale*. Bibliothèque archéologique et historique 4. Geuthner: Paris, 1927.

EDBURY, Peter W. – *John of Ibelin and the Kingdom of Jerusalem*. Woodbridge: Boydell, 1997.

EDGINGTON, Susan B. – "Administrative regulations for the Hospital of St. John in Jerusalem dating from the 1180s". *Crusades* 4 (2005), pp. 21-37.

EWART, Gordon; *et al*. – "'There is a castle in the west …': Dundonald Castle Excavations 1986-93". *Scottish Archaeological Journal* 26/1-2 (2004), pp. i-166.

FOREY, Alan John – "The Order of Mountjoy". *Speculum* 46 (1971), pp. 250-266.

FRANKEL, Rafael – "Topographical Notes on the Territory of Acre in the Crusader Period". *Israel Exploration Journal* 38 (1988), pp. 249-272.

FRANKEL, Rafael; GETZOV, Nimrod – *Map of Akhziv (1): Map of Ḥanita (2).* Archaeological Survey of Israel. Jerusalem: Israel Antiquities Authority, 1997.

GUÉRIN, Victor – *Description géographique, historique et archéologique de la Palestine*. 1: *Judée*. 3 vols. Paris: Imprimerie nationale, 1868-69.

GUÉRIN, Victor – *Description géographique, historique et archéologique de la Palestine*. 2: *Samarie*. vols. Paris: l'imprimerie nationale, 1874-75.

HARPER, Richard-P.; PRINGLE, Denys – *Belmont Castle: The Excavation of a Crusader Stronghold in the Kingdom of Jerusalem*. British Academy Monographs in Archaeology 10. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HIESTAND, Rudolf (ed.) – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius* 2: *Papsturkunden für Templer und Johanniter.* Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften in

Göttingen, Phil.-Hist., Klasse, series 3, 135. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1984.

HIESTAND, Rudolf (ed.) – *Vorarbeiten zum Oriens Pontificius* 3: *Papsturkunden für Kirchen im Heiligen Lande*, Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften in Göttingen, Phil.-Hist., Klasse, series 3, 136. Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1985.

HOLT, Peter Malcolm – *Early Mamluk Diplomacy (1260-1290): Treaties of Baybars and Qalāwūn with Christian Rulers.* Islamic History and Civilization, Studies and Texts 12. Leiden: Brill, 1995.

KHAMISY, Rabei G. – "The Mount Tabor Territory under Frankish Control". In SINIBALDI, Micaela *et al*. – *Crusader Landscapes in the Medieval Levant: The Archaeology and History of the Latin East*, Cardiff: University of Wales Press, 2016, pp. 39-53.

KHAMISY, Rabei G.; PRINGLE, Denys – "Richard of Cornwall's Treaty with Egypt, 1241". In MENACHE, S. *et al*. (eds.) – *Crusading and Trading between West and East: Studies in Honour of David Jacoby*. Crusades–Subsidia 12. London: Routledge, pp. 54-84.

KLONER, Amos; COHEN, Miriam – "The Crusader Fortress at Beth Guvrin", *Qadmonio*t 33/1 (2000), pp. 32-39.

LA MONTE, John L.; DOWNS, Norton – "The Lords of Bethsan in the Kingdoms of Jerusalem and Cyprus". *Medievalia et Humanistica* 6 (1950), pp. 57–75.

LE STRANGE, Guy – *Palestine under the Moslems: A Description of Syria and the Holy Land from A.D. 650 to 1500*. Boston and New York: Houghton, Mifflin and Co., 1890.

LUTTRELL, Anthony – "The Hospitallers' early written records". In FRANCE, John; ZAJAC, William G. (eds) – *The Crusades and their Sources: Essays Presented to Bernard Hamilton*, London: Ashgate, 1998, pp. 135-154.

MARSHALL, Christopher – *Warfare in the Latin East, 1192-1291.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MAYER, Hans Eberhard – "St. Samuel auf dem Freudenberge und sein Bisitz nach eunem unbekannten Diplom König Balduins V.". *Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Biblioteken* 44 (1964), pp. 35-71 (reprinted in MAYER, *Kreuzzüge*, ch. VIII).

MAYER, Hans Eberhard – *Bistümer, Kloster und Stifter in Königreich Jerusalem.* Schriften der Monumenta Germaniae Historica 26. Stuttgart: Hiersemann, 1977.

MAYER, Hans Eberhard – *Kreuzzüge und lateinischer Osten.* London: Variorum, 1983.

MAYER, Hans Eberhard – *Die Kreuzfahrerherrschaft Montréal (Šōbak): Jordanien im 12. Jahrhundert.* Abhandlungen des Deutschen Palästina-Vereins 14, Wiesbaden: Harrassowitz, 1990.

MAYER, Leo Ary; PINKERFELD, Jacob – *Some Principal Muslim Religious Buildings in Israel.* Jerusalem: Committee for the Preservation of Muslim Religious Buildings, Ministry of Religious Affairs, 1950.

MESQUI, Jean – *Châteaux et enceintes de la France médiévale: De la défense à la résidence*. 1: *Les organes de la défense*, 2nd edition, Paris: Picard, 2013.

METCALF, Michael – "The Coins and Tokens". In HARPER, Richard-P.; PRINGLE, Denys – *Belmont Castle: The Excavation of a Crusader Stronghold in the Kingdom of Jerusalem*, British Academy Monographs in Archaeology 10. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 81-86.

NEGEV, Avraham; GIBSON, Shimon (eds.) – *Archaeological Encyclopedia of the Holy Land*, revised edition. New York–London: Continuum, 2001.

New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land. Ed. E. Stern. 5 vols. Jerusalem: Israel Exploration Society & Carta, 1993-2008.

PALMER, Edward Henry – *The Survey of Western Palestine: Arabic and English Name Lists*. London: Palestine Exploration Fund, 1881.

PAOLI, Sebastiano (ed.) – *Codice diplomatico del sacro militare ordine gerosolimitano oggi di Malta*. 2 vols. Lucca: Marescandoli, 1733-37.

PECHURO, Alexander; KLONER, Amos; COHEN, Michael – "Sculptural Fragments of the Furniture from the Crusader Church at Beth Guvrin". *Levant* 43/1 (2011), pp. 51–77.

PETERSEN, Andrew – *A Gazetteer of Buildings in Muslim Palestine (Part I).* British Academy Monographs in Archaeology 12. Oxford: Oxford University Press, 2001.

PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume Latin de Jérusalem*. Tans. G. Nahon. 2nd edition. 2 vols. Paris: CNRS, 1975.

PRAWER, Joshua – *Crusader Institutions*, Oxford: Oxford University Press, 1980.

PRAWER, Joshua; BENVENISTI, Meron – "Palestine under the Crusaders". In AMIRAN, David H.K. *et al*. (eds.) – *Atlas of Israel*, Jerusalem–Amsterdam: Survey of Israel, Ministry of Labor/Elsevier Publishing, 1970, sheet IX/10.

PRINGLE, Denys – "King Richard I and the Walls of Ascalon". *Palestine Exploration Quarterly* 116 (1984), pp. 133-147 (reprinted in *Fortification and Settlement*, ch. III).

PRINGLE, Denys – *The Red Tower (al-Burj al-Ahmar): Settlement in the Plain of Sharon at the Time of the Crusaders and Mamluks, A.D. 1099-1516*, London: British School of Archaeology in Jerusalem, 1986.

PRINGLE, Denys – *The Churches of the Crusader Kingdom of Jerusalem: A Corpus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993-2009, 4 vols.

PRINGLE, Denys – Town Defences in the Crusader Kingdom of Jerusalem". In CORFIS, Ivy A.; WOLFE, Michael (eds.) – *The Medieval City Under Siege*, Woodbridge: Boydell, 1995, pp. 69-121 (reprinted in *Fortification and Settlement*, ch. I).

PRINGLE, Denys – "The Castle and Lordship of Mirabel". In Z. KEDAR, Benjamin; RILEY-SMITH, Jonathan; HIESTAND, Rudolf (eds.) – *Montjoie: Studies in Crusade History in Honour of Hans Eberhard Mayer*. Aldershot/Brookfield: Ashgate, 1997, pp. 91-112 (reprinted in *Churches, Castles and Landscape*, ch. X).

PRINGLE, Denys – *Secular Buildings in the Crusader Kingdom of Jerusalem: An Archaeological Gazetteer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PRINGLE, Denys – *Fortification and Settlement in Crusader Palestine*. Aldershot: Variorum, 2000.

PRINGLE, Denys – "Il castello di Belmonte e la proprietà ospedaliera della *Terra di Emmaus* nel regno crociato di Gerusalemme". *Schola Salernitana – Annali* 11 (2006), pp. 167-84 (reprinted in *Churches, Castles and Landscape*, ch. XI).

PRINGLE, Denys – "Belmont Castle (Ṣuba)". *New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land* 5 (2008), pp. 1602-1604.

PRINGLE, Denys – "Burj el-Aḥmar (The Red Tower)". *New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land* 5 (2008), pp. 1654-1655.

PRINGLE, Denys – "Review of R. Hillenbrand and S. Auld (eds), *Ayyubid Jerusalem: The Holy City in Context 1187-1250*". *Levant* 43/2 (2011), pp. 213-215.

PRINGLE, Denys – *Pilgrimage to Jerusalem and the Holy Land, 1187-1291.* Crusade Texts in Translation 23. Farnham: Ashgate, 2012.

PRINGLE, Denys – *Churches, Castles and Landscape in the Frankish East*. Farnham: Variorum, 2013.

PRINGLE, Denys – "The Military Orders in the Cities of the Holy Land". In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les Ordres militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2013, pp. 79-95.

PRINGLE, Denys – "The Role of Castellans in the Latin East". In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (ed.), *Castelos das Ordens Militares: Actas de Encontro Internacional*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2013, vol. 2, pp. 183-204.

PRINGLE, Denys – "A Rental of Hospitaller Properties in Twelfth-Century Jerusalem". In EDGINGTON, Susan B.; NICHOLSON Helen J. (eds.) – *Deeds Done Beyond the Sea: Essays on William of Tyre, Cyprus and the Military Orders presented to Peter Edbury*. (Crusades–Subsidia 6). Farnham: Ashgate, 2014, pp. 181-196.

PRINGLE, Denys – "The Survey of the Walls of Ashkelon". In HOFFMAN, Tracy Lynn (ed.) – *Ashkelon* 8: *The Islamic and Crusader Periods*. University Park, PA: Eisenbrauns, 2019, pp. 97-221.

PRINGLE, Denys – "Sites in the Crusader Lordships of Ramla, Lydda and Mirabel". In PETERSEN, Andrew; PRINGLE, Denys (eds) – *Ramla, City of Muslim Palestine, 715-1917: Studies in History, Archaeology and Architecture*. Oxford: Archaeopress, 2021, pp. 286-293.

PRINGLE, Denys; KEDAR, Benjamin Z. – "The Site of the House of St Mary of Mountjoy, near Jerusalem". *Revue biblique* 129/3 (2022), pp.392-407.

RHEINHEIMER, Martin – *Das Kreuzfahrerfürstentum Galiläa*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1990.

RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights of St. John in Jerusalem and Cyprus,* c.*1050-1310*. *History of the Order of the Hospital of St. John of Jerusalem*, vol. 1. London: Macmillan, 1967.

RILEY-SMITH, Jonathan – *The Knights Hospitaller in the Levant, c.1070-1309*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

RÖHRICHT, Reinold – *Beiträge zur Geschichte der Kreuzügge*. 2 vols. Berlin: Weidmann, 1874-1878.

SHAKED, Idit – "Identifying the Medieval Flour Mills at Doq and Recordane". *Cathedra* 98 (2000), pp. 61-72, 172*.

SIMPSON, William Douglas – *Kildrummy and Glenbuchat Castles, Aberdeenshire*. 2nd edition. Edinburgh: HMSO, 1965.

SINIBALDI, Micaela – "Karak Castle in the Lordship of Transjordan: Observations on the Chronology of the Crusader-period Fortress". In EDBURY, Peter; PRINGLE, Denys; MAJOR, Balázs (eds.) – *Bridge of Civilizations: The Near East and Europe c. 1100-1300*. Oxford: Archeopress, 2019, pp. 97-114.

TABRAHAM, Christopher – *Kildrummy Castle*. Edinburgh: HMSO, 1986.

TAFEL, Gottlieb Lucas Friedrich; THOMAS, Georg Martin (eds.) – *Urkunden zur älteren Handels- und Staatsgeschichte Venedigs*. 3 vols. Vienna: Hof- und Staatsdruckereia, 1856-1857.

TAHA, Hamdan – "Excavation of the Water Tunnel at Khirbet Belameh, 1996-1997". In MATTHIAE, Paolo; *et al*. (eds) – *Proceedings of the First International Congress on*

the Archaeology of the Ancient Near East, Rome, May 18th-2erd 1998. Rome: Università degli studi di Roma "La Sapienza", Dipartimento di scienze storiche, archeologiche e antropologiche dell'antichità, 2000, pp. 1587-1613.

TAL, Oren; ROLL, Israel – "Arsur: The Site, Settlement and Crusader Castle, and the Material Manifestation of their Destruction". In TAL, Oren (ed.) – *The Last Supper at Apollonia: The Final Days of the Crusader Castle in Herzliya*, Tel Aviv: Eretz Israel Museum, 2011, pp. 8-51 [English section], pp. 10-79 [Hebrew section].

TEPPER, Yotam – "Et-Taiyiba, Survey". *Hadashot Askheologiot: Excavations and Surveys in Israel* [Online] 124 (2012). [Acessed on 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=119.

TEPPER, Yotam; COVELLO-PARAN, Karen – "Et-Taiyiba". *Hadashot Askheologiot: Excavations and Surveys in Israel* [Online] 124 (2012). [Acessed 25 October 2021]. Available at http://www.hadashot-esi.org.il/reports_eng.aspx?id=119.

TIBBLE, Steven – *Monarchy and Lordships in the Latin Kingdom of Jerusalem 1099-1291.* Oxford: Clarendon Press, 1989.

VITTO, Fanny; OFER, Semadar – "Horbat Sheʿeri (en-Nabī Thari)". *Hadashot Askheologiot: Excavations and Surveys in Israel* 109 (1999), pp. 74-75.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PRINGLE, Denys – "Hospitaller castles and fortifications in the Kingdom of Jerusalem, 1136-1291". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 153-197. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Fortified architecture of the Hospitallers of Saint John of Jerusalem in southwest France, from the 12th to the 15th century. Current status of knowledge

Arquitectura fortificada dos Hospitalários de São João de Jerusalém no sudoeste da França, do século XII ao XV. Estado actual do conhecimento

Yoan Mattalia

UMR 5608 TRACES
31000 Toulouse, France

yoan.mattalia@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Fevereiro de 2022
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 22 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6294

ABSTRACT

The aim of this paper is to propose a state of knowledge on the castral architecture and protection of the religious establishments founded by the Hospitallers of St. John of Jerusalem in southwestern France from the twelfth to the end of the fifteenth century. The archaeological traces of a fortification implemented from the foundation of the houses in the twelfth and thirteenth centuries are rare. Only the written sources provide a few clues as to the presence of a castral architecture within the commanderies, without it being possible to determine whether it was an architectural legacy linked to the founding of the religious establishment through donations, or whether it was a real desire on the part of the religious community to build, *ex nihilo*, a castral complex intended to house it. At the end of the Middle Ages, during the Hundred Years' War, the hospital commanderies were the object of an important defense. This fortification of religious houses in a context of insecurity resulted in the construction of towers and enclosures, as well as the defense of churches, barns and agricultural domains. This generalized fortification also concerns the habitat that was agglomerated near the hospital *domus*.

Keywords: Hospitallers of Saint John of Jerusalem; castral architecture; fortification; Hundred Years' War; southwest France.

RESUMO

O objectivo deste artigo é fazer um balanço do estado actual dos conhecimentos sobre a arquitectura militar e a proteção dos estabelecimentos religiosos fundados pelos Hospitalários de São João de Jerusalém no sudoeste da França desde o século XII ao final do século XV. São raros os vestígios arqueológicos de estruturas fortificadas desde a fundação das casas nos séculos XII e XIII. Apenas as fontes escritas dão algumas pistas sobre a presença de uma arquitectura militar nas comendas, sem que seja possível determinar se este é um legado arquitectónico dos tempos da fundação do estabelecimento religioso através de doações, ou se corresponde um desejo real, por parte da comunidade religiosa, para construir, *ex nihilo*, um complexo defensivo destinado a abrigá-la. No final da Idade Média, durante a Guerra dos Cem Anos, as comendas hospitalares foram objecto de importantes reforços defensivos. Esta fortificação de casas religiosas num contexto de insegurança resultou na construção de torres e cercas, bem como na defesa de igrejas, celeiros e terrenos agrícolas. Tal processo de fortificação generalizada também incluiu o *habitat* concentrado junto das *domus* do Hospital.

Palavras-chave: Hospitalários de São João de Jerusalém; arquitectura castral; fortificação; Guerra dos Cem Anos; sudoeste da França.



What are the characteristics of the fortified architecture of the religious establishments founded by the brothers of the Hospital of Saint John of Jerusalem in the Middle Ages in southwest France? This question raises all sorts of problems. Recent work on military religious orders in the West, in southern France in particular, has exposed the absence of true castles built to house these new Hospitaller or Templar regular communities, unlike what is observed for the same period in the Iberian Peninsula or in the Latin East, albeit in a different socio-political and military context[1]. We find traces of measures undertaken as early as the twelfth century to defend the houses of the Hospital in Languedoc. However, they are still difficult to apprehend due to the many problems greatly limiting their analysis. Most of them come from available sources, monumental or written, that were preserved, but they document the subject unequally. Indeed, their proliferation during the last two centuries of the Middle Ages sheds light on a general tendency to fortify the habitat of these religious communities amid conflicts brought about by the Hundred Years' War. However, among the many forms of material translation of the Hospitallers' habitat, which does not follow any typical plan or architecture which are common features of the habitat developed within military monasticism, some houses benefitted from elements characteristic of a castral architecture as early as the twelfth century. This phenomenon is however more clearly noticeable among Templar establishments in the Quercy, Rouergue or Albigeois for example, where, between the second half of the twelfth century to the end of the thirteenth century, the brothers erected towers which included most of the functional areas necessary for the practice of a common religious life and which no doubt contributed to the expression of an identity brand[2]. In the absence of such

[1] CARRAZ, Damien – "Templar and Hospitaller Establishments in Southern France: The State of Research and New Perspectives". In PIANA, Mathias; CARLSSON, Christer (eds.) – *Archaeology and Architecture of the Military Orders. New Studies*. Farnham: Ashgate, 2014, p. 120.

[2] MATTALIA, Yoan – "L'inscription du sacré dans l'espace templier. Piste de réflexion sur quelques tours méridionales, XII^{e}-XIII^{e} siècles". *Archéologie du Midi Médiéval* [Online] 28 (2010). Dossier spécial: *Organiser l'enclos, sacré et topographie dans les maisons hospitalières et templières du Midi de la France.* Actes du Séminaire Terrae organisé par les laboratoires Traces (UMR 5608, CNRS, Toulouse) et Framespa (UMR 5136, CNRS, Toulouse), Archéologie et histoire des espaces médiévaux méridionaux, le 24 avril 2009 à Toulouse, pp. 255-270. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/amime.2010.1932; MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires aux XII^{e} et XIII^{e} siècles dans les diocèses de Cahors, Rodez et Albi. Approche*

architectural vestiges in the Hospitaller commanderies of the Southwest for the same period, it is still possible to question the reality of the fortification from which they could have benefitted, even though the archaeological data which would make it possible to propose an overview of their topographic and monumental organization in the first two centuries of their existence is still lacking.

It is therefore a matter of giving a rough sketch of the fortification of the habitat of the brothers of the Hospital of St. John of Jerusalem in the southwest of France by comparing, as much as possible, the contribution of written and archaeological sources based on examples mainly chosen from the Quercy, Rouergue, Albigeois, Lauragais and Toulousain areas. Although this provides a partial review of what is known, it allows to reveal the components of a castral architecture visible in some houses of the Order of the Hospital in the twelfth and thirteenth centuries, and to put forward the proliferation of fortifications in these religious establishments in the fourteenth and fifteenth centuries.

Establishments of the Order of the Hospital of Saint John of Jerusalem and their fortified architecture in the twelfth and thirteenth centuries

The perception of the architecture and topography of the establishments founded by the brothers of the Hospital of Saint John of Jerusalem in southwest France in the twelfth and thirteenth centuries is arduous, more particularly in the dioceses of Cahors, Rodez and Albi. There are few monumental remains and the written sources that document them don't say much. Therefore, in the absence of archaeological excavations, any attempt at a synthesis is impossible.

A hardly noticeable castral architecture

Based on current knowledge, it is not possible to observe the castral dimension of the Hospitaller commanderies from the southwest of France in the twelfth and thirteenth centuries from their numerous architectural vestiges. One has to resort

archéologique et historique. Toulouse: Université de Toulouse, 2013. Thèse de doctorat, vol. 1, pp. 326-327; MATTALIA, Yoan – "Les tours des maisons templières des diocèses de Cahors, de Rodez et d'Albi (XII^{e}-XIII^{e} siècles)". In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *Castelos das Ordens Militares. Encontro internacional (Tomar, 10-13 Outubro 2012)*. Palmela: Direcção-Geral do Património Cultural; Câmara Municipal de Palmela, 2013, pp. 63-78.

to the written documentation produced by the religious institution to try to understand in part the material organization of the *domus* and detect a possible trace of fortification. Scant information can be obtained through the analysis of mentions of places where some transactions took place in the Middle Ages and descriptions of buildings done after general visits in the beginning of the early modern period, particularly during the first years of the seventeenth century. By using general visits cautiously, we are able, in some cases, to compensate for the absence of vestiges of conventual buildings. Of course, they were done at a later date and they provide a vision distorted by the eyes of administrative-focused visitors whose descriptions don't give clues to differentiate between older and more recent architectural structures. In Rouergue for example, in the thirteenth century, the *domus* of the Canabières, founded shortly after 1120[3], had one- or two-story buildings which expressed a social and functional hierarchy between a noble floor, hosting an *aula* or the *camera* of the commander, and the common areas on the ground floor, including the kitchen[4]. Further south in the diocese of Rodez, the house of Saint-Félix-de-Sorgues, founded between 1146 and 1159[5], had several residential buildings which were organized with Saint-Pierre church around a square plan. This general layout of the buildings gave it a castral appearance until its complete destruction during the wars of religion in modern period. Descriptions from the modern period mention the "château et forteresse" erected "en un coin de ladite ville en forme de citadelle"[6]. From texts from this *domus*'s cartulary we can only guess the presence of a *platea* structuring the space, around which stood a two-story residential building adjoining the church, and, probably, a building dedicated to receiving the pilgrims, the poor and the sick[7]. The term *solier* used for the two Hospitaller buildings of Canabières and Saint-Félix-de-Sorgues, in the thirteenth century, might designate multiple-story houses, if not turriform, whose fortified dimensions remain largely unknown.

[3] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires,* vol. 1, pp. 153-155.
[4] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires,* vol. 1, p. 221.
[5] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires*, vol. 1, pp. 156-157.
[6] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 130, fol. 230r. The castle of the Hospitallers thus had "un grand nombre de bâtiments, membres, chambres, caves, cuisines, salles, greniers et basse-cour": Marseille, Archives départementales des Bouches du Rhône, 56 H 130, fol. 231v.
[7] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires*, vol. 1, p. 221 and pp. 360-363.

This commitment to protecting houses can be seen in the layout of the conventual buildings that compose and delimit the quadrilateral of some Hospitaller establishments and materialize the defensive and passive enclosure. While it can be found in both rural and urban commanderies, this topographical arrangement is better documented when found in a city. In Millau for example, the two-story conventual buildings of the peri-urban religious establishment delimited the area of a *domus* organized around a courtyard as early as the second half of the twelfth century. A monumental door or a porch gave access to the portico courtyard which served the church of Saint-Jean-Baptiste built before 1160, its adjoining cemetery, along with the residential buildings[8]. This topographical and architectural layout ensured an enclosure which served as much to defend the place as to symbolize the religious community's search for relegation, away from the tumult of the urban world, even though it was fully integrated into the socio-economic activities of the city[9]. It was the same in Toulouse where the church of Saint-Jean, the dormitory, the refectory, the kitchen and the cellar of the priory of the Hospital built *intra muros* were organized at the end of the twelfth century around a conventual quadrilateral and its cloister[10]. At the beginning of the 1180s, the brothers proceeded to modify their block of buildings and built a new enclosure, materialized by a surrounding wall with its porch[11].

[8] A door or a porch is mentioned in 1236 and in 1245: Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Canabières 17, résidu*s*. It was located on the ground floor of a building which housed the commander's *camera* upstairs.

[9] CARRAZ, Damien – "Expériences religieuses en contexte urbain. De l'*ordo monasticus* aux *religiones novae*: le jalon du monachisme militaire". In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les ordres militaires dans la ville médiévale (1100-1350), Actes du colloque international de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 37-56.

[10] POUSTHOMIS-DALLE, Nelly – "Histoire et archéologie de la commanderie-grand prieuré des Hospitaliers de Saint-Jean à Toulouse: état de la recherche". *Cahiers de Fanjeaux* 41 (2006): *Les ordres religieux militaires dans le Midi (XII e-XIV e siècle)*, pp. 242-245; MACÉ, Laurent – "*In salvetate domini comitis*. Les ordres religieux-militaires dans la cité de Toulouse (XII^{e}-XIII^{e} siècles)". In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les ordres militaires dans la ville médiévale (1100-1350), Actes du colloque international de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, p. 217.

[11] POUSTHOMIS-DALLE, Nelly; MACÉ, Laurent – "Structurer et modifier l'enclos en milieu urbain : la commanderie de l'Hôpital de Toulouse au XII^{e} siècle". *Archéologie du Midi Médiéval* [Online] 28 (2010). Dossier spécial: *Organiser l'enclos, sacré et topographie dans les maisons hospitalières et templières du Midi de la France.* Actes du Séminaire Terrae organisé par les laboratoires Traces (UMR 5608, CNRS, Toulouse) et Framespa (UMR 5136, CNRS, Toulouse), Archéologie et histoire des espaces médiévaux méridionaux, le 24 avril 2009 à Toulouse, p. 323. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/amime.2010.1935.

Some fortified structures attested in the texts

The elements that constitute a Hospitaller house's fortification in twelfth- and thirteenth century southwestern France are not materially known. Some topographical indications on the choice of the location of the houses undoubtedly reveal the regular communities' search for defense, and they very occasionally favored a settlement on a high site, as illustrated by some establishments in Auvergne[12]. In southern France, the brothers sometimes chose to modify the topography and raise the ground where they would establish themselves. This is the case at La Salvetat de Serres in the diocese of Comminges. This Hospitaller house was positioned on a rectangular anthropogenic hillock. Ditches were dug to protect the *domus* and separate the area from the rest of the upper terrace. The digging material was then used to artificially raise the mound where the small religious establishment stood[13]. Similar structures are attested in Gascony at Goutz and Moncassin[14]. An analysis of the processes and the chronology of the foundation of these religious houses in Quercy, Rouergue and Albigeois clearly shows that these communities have essentially adapted to the practical and economic realities of the places where they wished to settle with the *Subsidium Terre Sancte* in mind[15].

Through donations, the brothers were able to obtain fortified places in which they settled. However, it is not always possible to distinguish from the texts between a fortified settlement that may have been ceded to them and the castral-type establishment that they built to house their religious community, as the donation of the *castellum* of Caignac, in Lauragais, to the brothers of the Hospital in the second quarter of the twelfth century, illustrates. The Hospitallers settled there following the donation by Guilabert de Laurac, his wife, their sons and other local lords of the

[12] D'AGOSTINO, Laurent – "Un établissement des Hospitaliers de Saint-Jean: la commanderie de Chauliac (Le Broc, Puy-de-Dôme)". In LAFFONT, Pierre-Yves; DE FRAMOND, Martin; SANIAL, Bernard (eds.) – *Châteaux du Moyen Âge, de l'étude à la restauration. Auvergne, Velay et autres exemples régionaux, Actes du colloque du Puy-en-Velay, 3-5 juin 2004.* Le Puy-en-Velay: Éditions de la Société académique du Puy-en-Velay et de la Haute-Loire, 2008, pp. 102-104.

[13] MANIÈRE, Gabriel – "Un établissement des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem, La Salvetat de Serres (Commune de Lavelanet-de-Comminges, Haute-Garonne)". *Archéologie médiévale* VII (1977), p. 182.

[14] RAMIS, Pauline – *Implantation des Hospitaliers et des Templiers dans les départements du Gers et des Hautes-Pyrénées: historique et bilan historiographique monumental (XII[e]-début du XVI[e] siècle).* Toulouse: Université de Toulouse, 2009. Mémoire de Master I, p. 111.

[15] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires*, vol. 1, pp. 168-178.

honor of Caignac, the church and their associated rights, as well as the *sauveté* that had been established. The donation reserved for the inhabitants of Caignac privileges they had enjoyed before, and that bound the Hospitallers, particularly in regard to their protection and defense[16]. In 1171, Sicard de Laurac, one of Guilabert's sons, confirmed his father's donation and authorized the prior and the brothers of the Hospital to erect a fortified place at Caignac for their religious community[17]. In the seventeenth century, this building was still described as a castle made up of four-square towers and a keep[18]. Still in Lauragais, in the first half of the thirteenth century, following a donation from Hugh II de Lacy, the Hospitallers took possession of Renneville, established on a hill overlooking the Hers Mort and Marés valleys. Hugh II de Lacy was an English knight and former Earl of Ulster, companion of Simon de Montfort in the Crusade against the Albigensians. Montfort made him lord of Castelnaudary, Laurac and a number of surrounding villages and domains in 1212, when the Pamiers statutes were promulgated[19]. Seeking to forge ties with local religious communities, Hugh II de Lacy made a series of donations to the Dominicans of Prouille and also became close to the Hospitallers of Toulouse, probably around 1215[20]. The Hospitallers received Renneville after many twists and turns. Before the Crusade against the Albigensians, the area was held by Lord Almaric de Castelnau. But he was dispossessed of it by Simon de Montfort after

[16] DU BOURG, Antoine – *Histoire du Grand-Prieuré de Toulouse et diverses possessions de l'ordre de Saint-Jean de Jérusalem dans le sud-ouest de la France, Languedoc, pays de Foix, de Comminges, de Béarn, Gascogne, Guyenne, Périgord, Quercy, Albigeois, Rouergue*. Toulouse: L. Sistac et J. Boubée, 1883, pp. 117-119 and pièce justificative n.º XXXI, also published in NGUYEN THANH, Karine – *Formation et gestion du patrimoine des commanderies hospitalières de Caignac et de Saint-Michel de Lanès du XII^e siècle au milieu du XIII^e siècle.* Toulouse: Université de Toulouse, 1996. Mémoire de maîtrise, pp. 136-138.

[17] DU BOURG, Antoine – *Histoire du Grand-Prieuré de Toulouse,* pièce justificative n.º XXXII. The text was also published in NGUYEN THANH, Karine – *Formation et gestion du patrimoine des commanderies hospitalières*, pp. 139-141: "*quod in villam de Caniaco, seu in villare quo vobis loco in vestro alode magis placuerit castellum ibi pro vestro dominio et forcias faciatis liberum et absolutum et separatum ab omni nostra dominacione*".

[18] DU BOURG, Antoine – *Histoire du Grand-Prieuré de Toulouse,* p. 125.

[19] BIGET, Jean-Louis – "La dépossession des seigneurs méridionaux. Modalités, limites, portée". In ROQUEBERT, Michel (dir.) – *La croisade albigeoise: actes du colloque du Centre d'études cathares, Carcassonne, 4, 5 et 6 octobre 2002*. Carcassonne: Centre d'études cathares, 2004, p. 267; DUFFY, Paul – "Le comte d'Ulster et la croisade contre les Albigeois". *Annales du Midi* 126 (2014), pp. 16-17; Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Renneville 1, n.º 2.

[20] DUFFY, Paul – "Le comte d'Ulster et la croisade contre les Albigeois", p. 18. The author interprets the donation to the Hospitallers of Toulouse as a gesture of conciliation towards the Raimondine comtal house, which had largely favored the installation of the Brothers of the Hospital in the city in the twelfth century.

having been prosecuted with his wife for heresy[21]. Hugh II de Lacy finally relinquished Renneville after he affiliated himself *ad sucurrendum* to the order of the Hospital, and expressed the wish to be received as a *donat* as his death drew near, in order to gain the spiritual benefits of the religious community and to obtain a burial in the cemetery of the Toulouse Hospitaller house[22]. In an undated document he associated his affiliation with the donation of the place of Renneville, which was then qualified as *forcium et municionem*, of its inhabitants and its outbuildings. The chronology of the establishment of the Hospitallers in Renneville deserves to be reviewed, because Hugh II de Lacy ultimately left the Lauragais area to return to England in 1221 after the failure of the siege of Castelnaudary, which was then in the hands of Count Raymond VII[23]. The Hospitallers, finally took possession of the fortified place of Renneville during the thirteenth century and were able to found a commandery at the end of a process that would be worthy of a new analysis. Only a few elements are available regarding its architecture, which was probably castral. General visits from the beginning of the early modern period are the only ones to mention that the commander's castle was divided into two two-

[21] For a reminder on the chronology and stages of Renneville's donation to the Hospitallers of Saint John of Jerusalem, see Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Renneville 1, n.º 2.

[22] The document was published in DU BOURG, Antoine – *Histoire du Grand-Prieuré de Toulouse,* pièce justificative n.º XXV, as well as in DUFFY, Paul – "Le comte d'Ulster et la croisade contre les Albigeois", p. 27. These two editions being faulty, I propose here a new transcription of the document. Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Renneville 1, n.º 1:
"*In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Tam presentibus quam futuris notificetur quod ego Ugo de Lasces, Lauragensis dominus, reddo et dono animam meam et corpus meum domino Deo et beate virgini Marie et sancto Iohanni et Dominis pauperibus et fratribus sancte domus Hospitalis Iherosolimitani et tibi fratri B. de Capolegio, priori Tolose, in vita et in morte ita quod divinitus inspiratus cum habitum Religionis recipere velim predicte sancte* (repeated twice) *domus habitum me profiteor et assero receptarum et ad nullum alium habitum profiteor me posse extendere propter ipsum. Interim vero habito scilicet nondum assumpto si forte contingeret quod corpus meum morte preoccuparetur ipsum ad propinquiorem domum antedicti Hospitalis rogo et supplico deferendum. Ibidem similiter pietatis intuitu cum predicto dono pro anime mee salute et omnium peccatorum meorum remissione erogo iamdictis Dominis pauperibus et fratribus prefate sancte domus et tibi fratri B. de Capolegio, priori Tolose, forcium et munitionem Ranaville, homines scilicet et feminas, terras, herbas et prata cultum et incultum, aquas et nemora egressus et ingressus et quicquid ibi pertinet vel pertinere debet, nullo mihi penitus in omnibus predictis retento dominio vel alio jure que omnia ut predictum est laudo et approbo et in perpetuum concedo iam dictis Dominis pauperibus et fratribus et prefato priori Tolose in pace possidenda.*
Ego frater B. humilis prior Tolose, de consilio et consensu nostrorum fratrum colligo et recipio te, Ugonem de Lasces, in omnibus beneficiis preteritis, presentibus et futuris que in prefato Hospitali a principio usque in finem mundi facta sunt vel ad unanimitate Domino fient in propriam partem velut nostrum fratrem et cum divina gratia permitente habitum nostrum summere volueris in pretaxata domo panem et aquam atque pannos humiles tibi concedimus diligenter".
Then follows an alphabet line, similar to an unshared chirograph.

[23] DUFFY, Paul – "Le comte d'Ulster et la croisade contre les Albigeois", pp. 22-23.

story main buildings, organized around a small courtyard and linked to a tower which was probably built in the thirteenth century[24].

The Hospitaller establishment of Latronquière, in the northeast of the diocese of Cahors, also adopted a fortified architecture. This building, now completely destroyed, was the main commandery of the Order in the Quercy area. The Hospitallers had a fortified establishment built there, which appears late in the written documentation. The religious establishment's very name, designated in 1285 as *la mayo del castel da la Tronquieira*, conveys the castral dimension of the house[25]. However, we are very poorly informed about its architecture and topography. The castle stood on a hill, in an enclosure materialized by the presence of a surrounding wall combined with a ditch. Nevertheless, thanks to general visits from the first years of the seventeenth century, it is possible to picture its physiognomy. Two towers, one square and the other circular, connected by a main building, sheltered the small community of brothers[26], while the chapel of Saint-Jean-Baptiste stood in close proximity in the enclosure of the castle[27]. Although the written documentation does not give a precise idea of the ancient topography of the site, the example of the *domus* of Latronquière could compare with what we observe in Auvergne, where the association of a quadrangular tower and a chapel seems to have been very widespread among Hospitaller houses[28].

Finally, the donation of the fortified granary of La Bastide-Pradines, which overlooks the Cernon valley southeast of the Rouergue province, is another example of the predominantly castral architecture. It was probably an old toll station established in the twelfth century by the Count of Rodez who owned a monumental granary there,

[24] LACROIX, Camille – *La défense collective en Toulousain à la fin du Moyen Âge (vers 1350-vers 1550)*. Toulouse: Université de Toulouse, 2016. Thèse de doctorat, vol. 1, p. 420.
[25] Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Le Bastit 7, n.º 9. This is also the case, for example, in November 1350: *Acta sunt predicta apud castrum de La Tronquieyra*: Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte La Tronquière 2, n.º 1; or even in the second half of the fifteenth century: Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte La Tronquière 3, n.º 41: *Acta vero fuerunt hoc apud dictum castrum de Trunqueria et in camera cubiculari ejusdem praedicti domini preceptoris*.
[26] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 130, fol. 3v-5v.
[27] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 130, fol. 2v-3v.
[28] D'AGOSTINO, Laurent – "Un établissement des Hospitaliers de Saint-Jean: la commanderie de Chauliac (Le Broc, Puy-de-Dôme)", pp. 96-97 and 106.

a place of storage for the perishable goods that were collected[29]. The chronology and the modalities of the Hospitallers's establishment are unclear. The brothers are believed to have settled nearby between 1208 and 1221. Then the *domus* took its definitive form when Count Henri de Rodez, who was dying in the house of the Hospitallers of Acre, bequeathed all that he owned in La Bastide-Pradines to the brothers[30]. The fortified granary of the old county toll thus formed the heart of a small castral Hospitaller house, which is clearly mentioned in written documentation of the second half of the thirteenth century[31], although it developed mainly in the fourteenth century.

While the data collected is still meager, these few examples are evidence of the castral dimension assumed by certain houses of the brothers of the Hospital of Saint John of Jerusalem in the southwest of France in the twelfth and thirteenth centuries. It can be explained by the cultural imprint of the aristocratic social class from which the commanders and the knight brothers originated. This fortified architecture was undoubtedly more widespread than the sources available today suggest and, in any case, it was reactivated in the fourteenth century in a context of great insecurity.

[29] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires,* vol. 1, pp. 159-160.

[30] The document is a copy made at the end of the Middle Ages. Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Canabières 1, liasse 1, n.º 17: "*Anno Domini millesimo ducentesimo vicesimo primo indictione VIIII, XV kalendas novembris, manifestum sit cunctis quod ego Henricus Dei gratia comes Ruthenensis apud Accon gravi detentus infirmitate compos tamen mentis et ordinator dono et in perpetuum irrevocabiliter trado in helemosinam Deo et domui sancti Hospitalis Iherosolimitani in manu fratris Garini de Monte Acuto eiusdem domus venerabilis magistri pro redempcione peccatorum meorum et antecessorum et successorum meorum villam meam de Caneto cum omnibus suis pertinenciis sicut michi [*worn out*] pertinet et pertinuit. Dono et in presenti trado eidem Hospitali omnes mansos meos de Frontignano et quicquid habeo et habere debeo in Bastida de Sarnonenca et in omnibus suis pertinenciis ita quod de cetero dicta domus Hospitalis dictam bastidam cum omnibus suis pertinenciis habeat libere et quiete. Et dono eidem Hospitali omnes homines quos in eadem Bastida habeo et mansos omnes quos circa et iuxta eandem bastidam habeo et mansos meos omnes qui sunt circa et iuxta Canabeiras et mansos omnes meos qui sunt circa et iuxta Bonum Locum…*".

[31] The place is mentioned in 1278: *Actum apud castrum de La Bastide in domibus Ospitalis Sancti Johannis*: Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Saint-Félix 2, n.º 8; as well as in 1299: *Preceptor domorum Sancti Felicis et domus castri de La Bastida* : Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Saint-Félix 2, n.º 13.

To be investigated: the fortification of the houses of the Order of the Hospital of Saint John of Jerusalem in the fourteenth and fifteenth centuries

The many vestiges of fortifications preserved within the houses of the Hospital of Saint John of Jerusalem come from the fortification of these religious establishments which started in the fourteenth century, during the Hundred Years' War[32]. This building activity, fostered by the prevailing climate of insecurity, continued throughout the fifteenth century and beyond. The Hospitaller commanderies contributed to the militarization of the built landscape taking place in the southwest of France at the time. They set up real fortification programs according to various modalities, which affected all the monumental structures of the commanderies, be it the brothers' residential spaces, their churches, the barns or even the defensive structures of the village communities which dwelled in the shadow these religious establishments.

The fortification of the religious houses

The Hospital houses and the old Templar establishments devoted to the Order of the Hospital of Saint John of Jerusalem from 1312 were fortified in order to protect the religious communities they accommodated. The fortification work was diverse: new towers were built; old residential buildings were modernized… there are too many examples to mention here. For example, in Cras, in the diocese of Cahors, the old Templar tower originally built between the end of the twelfth century and the first half of the thirteenth century was raised at the end of the Middle Ages, probably in the fifteenth century (it is not yet possible to give a precise date). The new levels were erected in association with the construction of an adjoining rectangular dwelling which resulted, in particular, in the modification of the circulation within these spaces[33]. The old tower of the Templar *domus* of Trébaïx in Quercy, built in the last years of the thirteenth century according to an architectural program which associated to the tower and its chapel on the ground floor a dwelling dedicated to the common life of brothers, was also raised and partially refurbished[34]. Besides a

[32] CARRAZ, Damien – "Archéologie des commanderies de l'Hôpital et du Temple en France (1977-2007)". *Cahiers de recherches médiévales* [Online] 15 (2008), pp. 175-202. [Accessed 10 February 2022]. DOI : https://doi.org/10.4000/crm.5753; CARRAZ, Damien – "Templar and Hospitaller Establishments in Southern France", pp. 120-121.
[33] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires,* vol. 3, pp. 9-22.
[34] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires,* vol. 3, pp. 63-77.

modification of the tower's upper levels, the creation of new residential spaces and the fitting out of new windows, its fortification resulted, particularly, in the piercing of shooting apertures, including an open cannon port in the lower part of the spiral staircase which led to the different levels of the building.

A lot of building reconstructions were done in Rouergue. In La Couvertoirade, on the Larzac plateau, for example, a tower with a brattice was built upon the thirteenth-century wall adjoining the old Templar tower which had been erected at the end of the twelfth century[35]. The *domus* of Sainte-Eulalie-de-Cernon and La Selve were also rebuilt. In La Clau, also in Rouergue, the brothers of the Hospital were careful to alter the castral complex, bequeathed to the Templars by Grimal de la Source and his wife Aigline in the first half of the thirteenth century[36]. In general visits from the beginning of the seventeenth century, the place is described as a fortress surrounded by high walls within which stood the commander's castle and the lodges of the village fort which had been built there during the Hundred Years' War[37]. The castle consisted of a large square tower erected, according to Jacques Miquel, between 1380 and 1392[38] (**Fig. 1**). It included two vaulted rooms above which rose four more levels with planked floors and various comfort amenities. At the top of the tower stood a last vaulted room surmounted by a guardhouse combined with machicolations. A second square tower, lower than the first one and undoubtedly older, was made up of five levels which essentially served as storage space during the modern period. It included a vaulted room on the ground floor. The two towers were linked together by a large main building which was accessed by a spiral staircase integrated into a small circular tower. In Mouret, the Hospitallers most probably had the tower of Landes erected on the base of an older construction which might have been the remains of a building of the old Templar house. The new

[35] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires,* vol. 3, pp. 91-108.
[36] Grimal de la Source and his wife Aigline joined the Order of the Temple in 1224 and gave the place of La Clau, then described as a *villa et municione seu bastida*: MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires,* vol. 1, pp. 151-152; DU BOURG, Antoine – *Histoire du Grand-Prieuré de Toulouse,* pièce justificative n.º CIX.
[37] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 130, fol. 159v-161r. About the location of the lodges of the *fort villageois* erected within the walls of La Clau: Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, PA 112 012.
[38] MIQUEL, Jacques – *Châteaux et lieux fortifiés du Rouergue*. Rodez: Éditions d'françaises d'arts graphiques, 1982, p. 173.

square-shaped residential tower housed in the commander's *camera* an altar in a window of the building, intended for the expression of his private devotion (**Fig. 2**). In Limouze, west of the city of Rodez, the old agricultural establishment related to the Templars of Espalion was rebuilt in the fifteenth century. The Hospitallers erected a tall square tower, protected in the sixteenth century by an enclosure flanked by a circular tower[39] (**Fig. 3**). In the seventeenth century, the square tower topped with machicolation consisted of eight levels. The first two levels were vaulted[40]. Finally, in the heart of the village of Drulhe, stood the old tower of the Templar house, first mentioned in 1303[41]. This building probably reappears in written documentation in 1476, in a transaction made on the shared use of the tower between the five lords of the place. The commander of the Hospital of Saint John of Jerusalem owned half of it, while the other four lords each owned a quarter of the other half[42]. At the time, the village of Drulhe was protected by ditches and an enclosure, still represented on an eighteenth-century plan (**Fig. 4**). At the end of the fifteenth century, the place was defended jointly by the men of the commander, those of the four other lords and by the people of Drulhe. A door on the first level of the Hospitaller house gave access to the heart of the village. The tower adjoining the Hospitaller house was intended for "the service" of the lords and was probably not a residential tower. The use of the ground floor, which had a prison function, was shared between the lords and, as it required repairs, the Hospitaller commander promised to vault it in 1476. The keys to the building were held by the bailiff of the place, who managed the prison. While the lords shared the upper floor *ad servicium comune et thuitionem et deffentionem* for the watch and the night and day guard, the commander had full rights to the other levels of the building, although the other lords had to participate in their maintenance. The Hospitallers also had work done in their old establishment in Lugan. The conventual buildings were rebuilt and arranged according to a quadrangular plan delimited by two residential wings and by the church of Sainte-Marie. Circular towers with shooting openings protected the

[39] MIQUEL, Jacques – *Châteaux et lieux fortifiés*, p. 188.
[40] The site is described as a "château ou grosse tour forte carrée": Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 130, fol. 62v to 64r.
[41] Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte La Tronquière 28, n.º 3: *Apud Drulham in platea juxte turrem.*
[42] Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte La Tronquière 16, liasse 9, n.º 7.

house at the corners[43] (**Fig. 5**). Finally, in Martrin, the commandery, also altered at the end of the Middle Ages, adopted a similar quadrangular plan, with the wings being defined by the conventual buildings and the church of Sainte-Marie[44]. In the fourteenth century, the establishment also had a tower destined to accommodate the locals in the event of an attack[45].



Fig. 1 – Tower of the house of La Clau in Vézins-de-Lévézou (Aveyron) (©Y. Mattalia).



Fig. 2 – Tower of the house of Les Landes in Mouret (Aveyron) (©Y. Mattalia).

[43] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires*, vol. 3, p. 109.
[44] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 130, fol. 247v-249r.
[45] MIQUEL, Jacques – "Commanderies templières et hospitalières du Rouergue". *Revue du Rouergue* 57 (1999), p. 13.



Fig. 3 – Tower of the Limouze house in Onet-le-Château (Aveyron) (©Y. Mattalia).

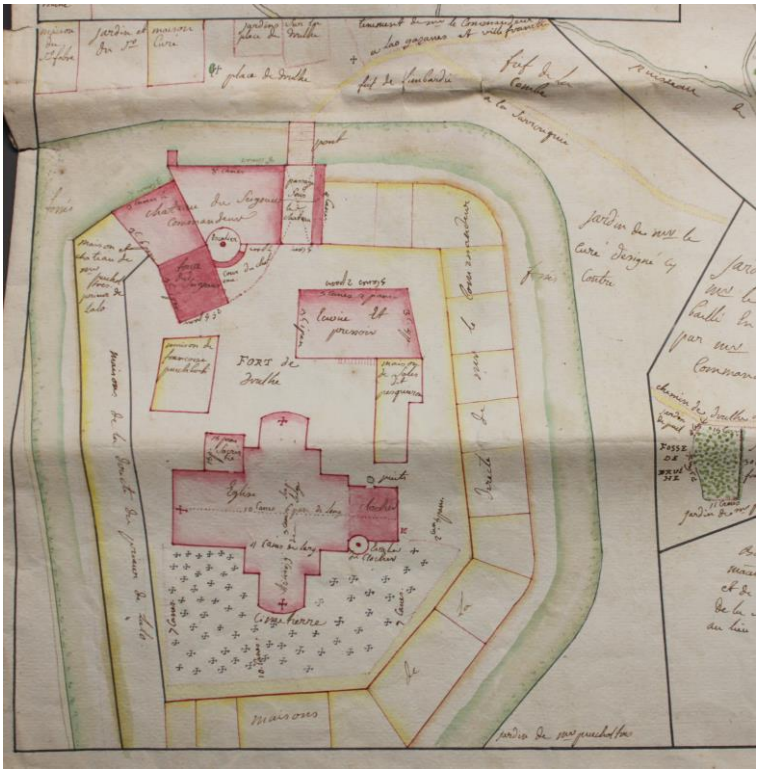


Fig. 4 – Plan of the village and the house of Drulhe (Aveyron) in the 18th century, Arch. dép. Haute-Garonne, H Malte La Tronquière 4, n.º 20 (©Y. Mattalia).



Fig. 5 – View of the house at Lugan (Aveyron) (©Y. Mattalia).

In Albigeois, the main Hospitaller establishment in the diocese of Albi was in Rayssac. The house, largely refurbished at the end of the Middle Ages, was described in the seventeenth century as a castle surrounded by ditches without water[46] (**Fig. 6**). It had a square plan similar to that of the abovementioned establishments, associating conventual buildings protected by watchtowers in the corners and the Saint-Jean-Baptiste chapel. The mention of semi-circular or pointed barrel-vaulted arch rooms on a square plan most probably corresponding to an old tower which should be studied anew, hints at a previous fortification of this establishment, which was reworked in the second half of the fifteenth century and the first years of the sixteenth century to put in lodging with windows fitted with shooting slots[47].

[46] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 129, fol. 721r.
[47] CABIÉ, Edmond – "Le château de Rayssac près d'Albi. Ancienne commanderie des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem". *Revue du Tarn* 16 (1899), pp. 1-16 and for a first proposal for dating the different parts of the castle: pp. 10-13.



Fig. 6 – Representation of the castle of Rayssac in the 18th century, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Reg. 2683, n.º 7 (©Y. Mattalia).

A final example illustrates the brothers' desire to erect fortified structures in an urban environment. In Toulouse, at the beginning of the fourteenth century, the Hospitallers took advantage of an effort to restructure the eastern wing of their old twelfth-century cloister to raise a large tower behind the apse of the church of Saint-Jean. The tower's ground floor was used for the sacristy, while the upper levels housed ceremonial rooms and archives[48].

Refitting the Places of Worship

Some churches erected in the heart of Hospitaller houses were also fortified in the same way as many secular churches in the various dioceses of southwest France[49]. The nave of the old Templar church of Saint-Étienne d'Anglars in Cayrol, in the Rouergue area, was rebuilt and fortified around 1381 when the locals obtained

[48] POUSTHOMIS-DALLE, Nelly – "Histoire et archéologie de la commanderie-grand prieuré", pp. 244-245; POUSTHOMIS-DALLE, Nelly; MACÉ, Laurent – "Structurer et modifier l'enclos en milieu urbain", p. 326.

[49] CROZIER, Jacynth – "La mise en défense d'un lieu-refuge spécifique: l'exemple des églises fortifiées en Rouergue et en Languedoc". *Archéologie du Midi Médiéval* [Online] 25 (2007). Dossier spécial: des hommes et des murs. Pour une approche de la mise en défense des communautés dans le Sud-Ouest à la fin du Moyen Âge. Actes du séminaire d'Archéologie des espaces médiévaux du laboratoire TRACES (Toulouse, 20 avril 2007), pp. 135-140. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/amime.2007.1641.

permission from the commander of the house of Espalion[50]. A lodging comprised of two levels and several rooms was then fitted above the nave. Corner turrets ensuring the defense of the building were then built in the sixteenth century (**Fig. 7**). In the Quercy area, the old Templar church of Sainte-Marie erected within the *domus* of Lacapelle-Livron in the diocese of Cahors, was also fortified. While the brothers of the Hospital restructured the conventual buildings of their religious establishment, they raised this ecclesial building which had already been extensively altered in the thirteenth century to accommodate a Templar community. A tower was built on top of the first span of the nave at the end of the Middle Ages, while a fortified dwelling was built on the last two spans of the place of worship. In Poucharramet, in Toulousain, the commander John d'Assar had the church of Saint-Martin fortified after having been ordered to do so by the Duke of Anjou, governor of Languedoc, in 1367. According to him, this was justified because of the threat from *routiers* (mercenaries)[51]. He ordered the commander to protect the church of Poucharramet, to have it surrounded by ditches, provide it with the necessary fortifications and set up a watch day and night. All the local and the neighboring residents were requisitioned for construction work and guard duty[52] (**Fig. 8**). The church was thus fitted with machicolations, battlements, corners watchtowers and a walkway, while ditches were dug around the adjoining conventual buildings.

[50] BLANC, Marie-Claude – *Anglars-du-Cayrol*, *Sauvegarde du Rouergue* 103 (2010), p. 9 and p. 13; MIQUEL, Jacques – "Commanderies templières et hospitalières", pp. 35-36. Finally, see MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires,* vol. 1, p. 297.
[51] Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Toulouse 393, n.º 41, published in LACROIX, Camille – *La défense collective en Toulousain,* vol. 1, pièce 5, pp. 463-464. On the stages of the fortification of this place of worship and the initial reluctance of the commander to begin work, see LACROIX, Camille – *La défense collective en Toulousain,* vol.1, p. 130.
[52] LACROIX, Camille – *La défense collective en Toulousain*, vol. 1, pp. 405-416.



Fig. 7 – Fortified church of Saint-Étienne d'Anglars at Cayrol (Aveyron) (©Y. Mattalia).



Fig. 8 – Fortified church of Saint-Martin de Poucharramet (Haute-Garonne) (©Y. Mattalia).

The Fortification of Barns and agricultural domains

The Hospitallers fortified some of their agricultural domains to protect the crops and the population of the surrounding farms. On the Larzac plateau, the old Templar barns of Gals and Frassinel were thus abandoned in the fifteenth century in favor of the agricultural domain of Viala-du-Pas-de-Jaux, created by the Templars between 1150 and 1186[53]. Bernard d'Arpajon, commander of Sainte-Eulalie-de-Cernon and prior of Saint-Gilles, erected a 15-meter-long, 9-meter-wide refuge tower more than 25 m high, that included a vaulted ground floor and five planked levels[54]. An adjoining house was built for the brothers. It was extended in the sixteenth century. Likewise, after the Counts of Armagnac, successors of the Counts of Rodez, granted the Hospitallers of La Bastide-Pradines full legal independence of the place in 1320, they had their establishment refitted and fortified in the first half of the fourteenth century. Its new name, *Castel-Granieyras*, reflects its dual castral and economic dimension. The old granary thus took the form of a large rectangular building with four levels, the first two being vaulted and the two upper levels planked[55] (**Fig. 9**).

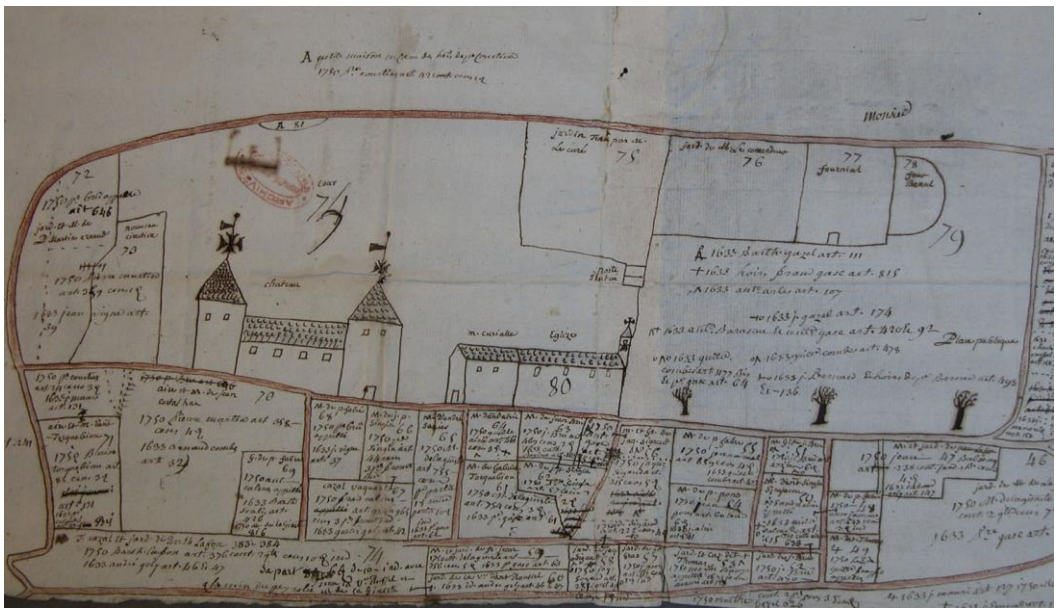


Fig. 9 - Representation of the castle of La Bastide-Pradines (Aveyron) in the 18th century, Archives départementales de la Haute-Garonne, PA 197 026 (©Y. Mattalia).

[53] MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires,* vol. 1, p. 147.
[54] MIQUEL, Jacques – "Les fortifications de la commanderie de Sainte-Eulalie-de-Cernon pendant la guerre de Cents Ans et les guerres de Religion". In LUTTRELL, Anthony; PRESSOUYRE, Léon (eds.) – *La commanderie. Institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval.* Paris: Éditions du CTHS, 2002, p. 338.
[55] The building is 16 m long and 7.5 m wide, and the door on its southern wall is shut by a brattice. The first two levels of the building served as a granary.

Collective fortifications

Along with the fortification of commanderies and housing, collective enclosures were built in order to provide the population with safe places. This was in response to growing fear and insecurity, which bred various types of reaction depending on the place[56]. An analysis of the construction of these defensive elements reveals the legal basis at their origin and the existence of relationships, sometimes complicated, maintained between the commanders, the lords of the places, the communities of inhabitants who resided there and the representatives of royal power. Thus, in Renneville, in the Lauragais area in 1366 and 1368, or in Poucharramet in the Toulousain area in 1367, the fortification of the commanderies and their agglomerations was planned by associating the commanders and the communities of inhabitants. As Camille Lacroix was able to demonstrate, the transactions they established enabled the two parties to agree on the terms of construction, maintenance and occupation of the fortified space to be built, as well as on the organization of the defense of the place[57]. These fortifications often generated tensions. At Poucharramet, the commander expressed some reluctance to undertake the fortification works of the commandery requested by the king's lieutenant in Languedoc[58]. In Saint-Félix-de-Sorgues, in Rouergue, the community of inhabitants was reluctant to participate in the repair work of the enclosure and in the repair of the walls which required, for example, the installation of raceways, walkways or openings for observation, despite the order from the royal judge of Millau received twice in April 1398[59]. On the Larzac plateau, the constructions of the

[56] For the Rouergue area, see FERRAND, Guilhem – "Les murs, le guet et la communauté: la construction d'un système défensif". *Archéologie du Midi Médiéval* 25 (2007). Dossier spécial: des hommes et des murs. Pour une approche de la mise en défense des communautés dans le Sud-Ouest à la fin du Moyen Âge. Actes du séminaire d'Archéologie des espaces médiévaux du laboratoire TRACES (Toulouse, 20 avril 2007), pp. 141-155. DOI: https://doi.org/10.3406/amime.2007.1642.

[57] LACROIX, Camille – *La défense collective en Toulousain,* vol. 1, p. 131.

[58] LACROIX, Camille – *La défense collective en Toulousain,* vol. 1, pp. 129-131.

[59] RAMONDENC, Erwann – "Trois documents concernant la réparation des fortifications à Saint-Félix-de-Sorgues (Aveyron, 1398-1410). *Annales du Midi: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale* [Online] 126/286 (2014): La défense des communautés d'habitants, XIVe-XVIe siècle, pp. 217-226. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/anami.2014.8717 FERRAND, Guilhem – "Les pulsions de la guerre et la mise en défense (Rouergue, XIVe-XVe siècles)". *Annales du Midi: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale* [Online] 126/286 (2014): La défense des communautés d'habitants, XIVe-XVIe siècle, pp. 187-189. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/anami.2014.8714. For a similar example in Auvergne at La Sauvetat, with the construction of an enclosure and a round tower to protect the village and the commandery, certainly on the initiative of the prior Odon de Montaigu in the

collective fortifications of the village of La Couvertoirade from 1439, of Sainte-Eulalie-de-Cernon from 1442 and, shortly after, of the agglomeration of La Cavalerie, seem to have posed fewer problems[60]. The construction of the enclosure of La Couvertoirade was granted by the commander and prior Bernard d'Arpajon on November 2, 1439 after a request issued by the community of the inhabitants of the place who wished to raise fortifications consisting of walls and other defenses to protect the persons and their property, while associating royal power with it in the person of the Seneschal of Rouergue or his representative. The enclosure, which is still awaiting an archaeological study, leans against the old Templar castle (**Fig. 10**). It is made up of round or semi-cylindrical towers flanking curtain walls and pierced with cannon port arches and gates topped with machicolations under square towers[61]. It served as a model for the one built in 1442 in Sainte-Eulalie-de-Cernon, of which the price contract relating to its implementation specifies, in addition to its funding in kind and in cash, the topographical, architectural and technical characteristics of the fortification necessary to defend the community of inhabitants.



Fig. 10 – Enclosure of La Couvertoirade (Aveyron) (©Y. Mattalia).

fourteenth century, see D'AGOSTINO, Laurent – "Un établissement des Hospitaliers de Saint-Jean: la commanderie de Chauliac (Le Broc, Puy-de-Dôme)", p. 106.

[60] MIQUEL, Jacques – "La commanderie de Sainte-Eulalie. La construction des enceintes fortifiées du XV[e] siècle". in *Les Hospitaliers du XII[e] au XVII[e] siècle*, *Provence historique* XLV (1995), pp. 157-170; MIQUEL, Jacques – "Les fortifications de la commanderie de Sainte-Eulalie-de-Cernon", pp. 329-358.

[61] MIQUEL, Jacques – "Les fortifications de la commanderie de Sainte-Eulalie-de-Cernon", p. 342.

So, the various *domus* of the Hospitallers of Saint John of Jerusalem in southwestern France sometimes took on a castral dimension, although it was not a systematic defining trait. Traces of fortification of this religious habitat are, if not unequally present in the concerned region from the twelfth to the fifteenth centuries, at least hardly perceptible. The choice to fortify these regular establishments might have concerned some of them as early as their foundation and the construction of their first buildings to shelter and protect small communities of brothers in the twelfth and thirteenth centuries. However, it seems that it was not a predominant feature in their architecture in that period, although this argument should be made with caution due to the very small number of preserved elevated remains. On the whole, we experience great difficulties in detecting the topographic and monumental organization of these religious establishments which did not follow a standard plan. While the use of written sources seems to attest to this castral dimension, its perception remains meager and only archaeological excavations would certainly make it possible to add new data to the problem and to qualify the matter. The presence of a more particularly fortified architecture might have mainly concerned houses which enjoyed a higher status within the network of Hospitaller *domus* previously founded in the countryside like La Tronquière or Rayssac, but it would be necessary to extend the investigation. In addition, the vocabulary used to designate this habitat in the donation charters sometimes adds to the confusion between the fortified place ceded to the brothers for them to settle there and the fortified habitat that they erected there. It is essentially the redevelopment of the houses at the end of the Middle Ages which marks, among the Hospitallers of Saint John of Jerusalem in the southwest of France as well as elsewhere in the kingdom of France, the will to fortify these religious houses in the specific context of the Hundred Years' War. The fortification of the *domus*, of their conventual buildings, the construction of towers, the fortification of ecclesial buildings or barns which has been compared, for example in Auvergne, with the architecture of stronghold houses[62], associated with the collective fortification of agglomerations formed by the polarization of a habitat near the commanderies, is part of a general movement which is striking by the extent of the work carried out. It highlights a strong

[62] D'AGOSTINO, Laurent – "Un établissement des Hospitaliers de Saint-Jean: la commanderie de Chauliac (Le Broc, Puy-de-Dôme)", p. 93.

constructive dynamism from the fourteenth century on, and the presence of significant economic means available, similar to what is observed at the same time among Cistercians in Rouergue[63], sometimes linked to specific legal, judicial or conflictual conditions that should be studied further. It also raises the question of chronology, of the causes and the need for reconstructions. Did the destructions engendered by the war make it necessary to redevelop or rebuild the brothers' habitat, or is it a precaution desired by the religious community, which could perhaps also be associated with an evolution in the practice of a daily and religious life in the various *domus* of the Hospital of Saint John of Jerusalem?

Bibliographical references

Manuscrit sources

Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 129 and 56 H 130.

Toulouse, Archives départementales de la Haute-Garonne, H Malte Canabières 1, liasse 1, n.º 17; H Malte Le Bastit 7, n.º 9; H Malte La Tronquière 2, n.º 1; H Malte La Tronquière 3, n.º 41; H Malte La Tronquière 16, liasse 9, n.º 7; H Malte La Tronquière 28, n.º 3; H Malte Renneville 1, n.º 1-2; H Malte Saint-Félix 2, n.º 8, 13; H Malte Toulouse 393, n.º 41; PA 112 012; PA 197 026.

Studies

BLANC, Marie-Claude – *Anglars-du-Cayrol*, *Sauvegarde du Rouergue* 103 (2010).

BIGET, Jean-Louis – "La dépossession des seigneurs méridionaux. Modalités, limites, portée". In ROQUEBERT, Michel (dir.) – *La croisade albigeoise: actes du colloque du Centre d'études cathares, Carcassonne, 4, 5 et 6 octobre 2002*. Carcassonne: Centre d'études cathares, 2004, pp. 261-299.

D'AGOSTINO, Laurent – "Un établissement des Hospitaliers de Saint-Jean: la commanderie de Chauliac (Le Broc, Puy-de-Dôme)". In LAFFONT, Pierre-Yves; DE FRAMOND, Martin; SANIAL, Bernard (eds.) – *Châteaux du Moyen Âge, de l'étude à la restauration. Auvergne, Velay et autres exemples régionaux, Actes du colloque du Puy-en-Velay, 3-5 juin 2004.* Le Puy-en-Velay: Éditions de la Société académique du Puy-en-Velay et de la Haute-Loire, 2008, pp. 93-110.

[63] These observations, for Cistercian monks, were highlighted during the Bozouls seminar, *Abbayes et domaines cisterciens face aux crises de la fin du Moyen Âge (1337-1500)*, on August 31 and September 1, 2012.

DU BOURG, Antoine – *Histoire du Grand-Prieuré de Toulouse et diverses possessions de l'ordre de Saint-Jean de Jérusalem dans le sud-ouest de la France, Languedoc, pays de Foix, de Comminges, de Béarn, Gascogne, Guyenne, Périgord, Quercy, Albigeois, Rouergue*. Toulouse: L. Sistac et J. Boubée, 1883.

CABIÉ, Edmond – "Le château de Rayssac près d'Albi. Ancienne commanderie des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem". *Revue du Tarn* 16 (1899), pp. 1-16.

CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005.

CARRAZ, Damien – "Archéologie des commanderies de l'Hôpital et du Temple en France (1977-2007)". *Cahiers de recherches médiévales* [Online] 15 (2008), pp. 175-202. [Accessed 10 February 2022]. DOI : https://doi.org/10.4000/crm.5753.

CARRAZ, Damien – "Expériences religieuses en contexte urbain. De l'*ordo monasticus* aux *religiones novae*: le jalon du monachisme militaire". In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les ordres militaires dans la ville médiévale (1100-1350), Actes du colloque international de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 37-56.

CARRAZ, Damien – "Templar and Hospitaller Establishments in Southern France: The State of Research and New Perspectives". In PIANA, Mathias; CARLSSON, Christer (eds.) – *Archaeology and Architecture of the Military Orders. New Studies*. Farnham: Ashgate, 2014, pp. 107-131.

CROZIER, Jacynth – "La mise en défense d'un lieu-refuge spécifique: l'exemple des églises fortifiées en Rouergue et en Languedoc". *Archéologie du Midi Médiéval* [Online] 25 (2007). Dossier spécial: des hommes et des murs. Pour une approche de la mise en défense des communautés dans le Sud-Ouest à la fin du Moyen Âge. Actes du séminaire d'Archéologie des espaces médiévaux du laboratoire TRACES (Toulouse, 20 avril 2007), pp. 135-140. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/amime.2007.1641.

DÉBAX, Hélène – *La seigneurie collective. Pairs, pariers, paratge, les coseigneurs du XI^e^ au XIII^e^ siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.

DELAVILLE LE ROULX, Joseph – *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem, 1110-1310*. Paris: E. Leroux, 1894-1906.

DUFFY, Paul – "Le comte d'Ulster et la croisade contre les Albigeois". *Annales du Midi* 126 (2014), pp. 5-27.

FERRAND, Guilhem – "Les murs, le guet et la communauté: la construction d'un système défensif". *Archéologie du Midi Médiéval* [Online] 25 (2007). Dossier spécial: des hommes et des murs. Pour une approche de la mise en défense des communautés dans le Sud-Ouest à la fin du Moyen Âge. Actes du séminaire d'Archéologie des espaces médiévaux du laboratoire TRACES (Toulouse, 20 avril 2007), pp. 141-155. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/amime.2007.1642.

FERRAND, Guilhem – "Les pulsions de la guerre et la mise en défense (Rouergue, XIVe-XVe siècles)". *Annales du Midi: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale* [Online] 126/286 (2014): La défense des communautés d'habitants, XIVe-XVIe siècle, pp. 181-193. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/anami.2014.8714.

GARDELLES, Jacques; HIGOUNET, Charles – "L'architecture des ordres militaires dans le sud-ouest de la France". In *Actes du 87e Congrès national des sociétés savantes, Section d'archéologie, Poitiers, 1962*. Paris: Bibliothèque nationale, 1963, pp. 173-194.

LACROIX, Camille – *La défense collective en Toulousain à la fin du Moyen Âge (vers 1350-vers 1550)*. Toulouse: Université de Toulouse, 2016. Thèse de doctorat.

MACÉ, Laurent – "*In salvetate domini comitis*. Les ordres religieux-militaires dans la cité de Toulouse (XIIe-XIIIe siècles)". In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les ordres militaires dans la ville médiévale (1100-1350), Actes du colloque international de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, pp. 205-222.

MANIÈRE, Gabriel – "Un établissement des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem, La Salvetat de Serres (Commune de Lavelanet-de-Comminges, Haute-Garonne)". *Archéologie médiévale* VII (1977), pp. 179-224.

MATTALIA, Yoan – "L'inscription du sacré dans l'espace templier. Piste de réflexion sur quelques tours méridionales, XIIe-XIIIe siècles". *Archéologie du Midi Médiéval* [Online] 28 (2010). Dossier spécial: *Organiser l'enclos, sacré et topographie dans les maisons hospitalières et templières du Midi de la France.* Actes du Séminaire Terrae organisé par les laboratoires Traces (UMR 5608, CNRS, Toulouse) et Framespa (UMR 5136, CNRS, Toulouse), Archéologie et histoire des espaces médiévaux méridionaux, le 24 avril 2009 à Toulouse, pp. 255-270. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/amime.2010.1932

MATTALIA, Yoan – *Les établissements des ordres religieux militaires aux XIIe et XIIIe siècles dans les diocèses de Cahors, Rodez et Albi. Approche archéologique et historique*. Toulouse: Université de Toulouse, 2013. Thèse de doctorat.

MATTALIA, Yoan – "Les tours des maisons templières des diocèses de Cahors, de Rodez et d'Albi (XIIe-XIIIe siècles)". In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – – *Castelos das Ordens Militares. Encontro internacional (Tomar, 10-13 Outubro 2012)*. Palmela: Direcção-Geral do Património Cultural; Câmara Municipal de Palmela, 2013, pp. 63-78.

MIQUEL, Jacques – *Châteaux et lieux fortifiés du Rouergue*. Rodez: Éditions d'françaises d'arts graphiques, 1982.

MIQUEL, Jacques – "La commanderie de Sainte-Eulalie. La construction des enceintes fortifiées du XVe siècle". *Les Hospitaliers du XIIe au XVIIe siècle*, *Provence historique* XLV (1995), pp. 157-170.

MIQUEL, Jacques – "Commanderies templières et hospitalières du Rouergue". *Revue du Rouergue* 57 (1999), pp. 1-44.

MIQUEL, Jacques – "Les fortifications de la commanderie de Sainte-Eulalie-de-Cernon pendant la guerre de Cents Ans et les guerres de Religion". In LUTTRELL, Anthony; PRESSOUYRE, Léon (eds.) – *La commanderie. Institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval.* Paris: Éditions du CTHS, 2002, pp. 329-358.

NGUYEN THANH, Karine – *Formation et gestion du patrimoine des commanderies hospitalières de Caignac et de Saint-Michel de Lanès du XII^e^ siècle au milieu du XIII^e^ siècle.* Toulouse: Université de Toulouse, 1996. Mémoire de maîtrise.

POUSTHOMIS-DALLE, Nelly – "Histoire et archéologie de la commanderie-grand prieuré des Hospitaliers de Saint-Jean à Toulouse: état de la recherche". *Cahiers de Fanjeaux* 41 (2006): *Les ordres religieux militaires dans le Midi (XII^e^-XIV^e^ siècle)*, pp. 239-264.

POUSTHOMIS-DALLE, Nelly; MACÉ, Laurent – "Structurer et modifier l'enclos en milieu urbain : la commanderie de l'Hôpital de Toulouse au XII^e^ siècle". *Archéologie du Midi Médiéval* [Online] 28 (2010). Dossier spécial: *Organiser l'enclos, sacré et topographie dans les maisons hospitalières et templières du Midi de la France.* Actes du Séminaire Terrae organisé par les laboratoires Traces (UMR 5608, CNRS, Toulouse) et Framespa (UMR 5136, CNRS, Toulouse), Archéologie et histoire des espaces médiévaux méridionaux, le 24 avril 2009 à Toulouse, pp. 317-330. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/amime.2010.1935.

RAMONDENC, Erwann – "Trois documents concernant la réparation des fortifications à Saint-Félix-de-Sorgues (Aveyron, 1398-1410)". *Annales du Midi: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale* [Online] 126/286 (2014): La défense des communautés d'habitants, XIVe-XVIe siècle, pp. 217-226. [Accessed 10 February 2022]. DOI: https://doi.org/10.3406/anami.2014.8717.

RAMIS, Pauline – *Implantation des Hospitaliers et des Templiers dans les départements du Gers et des Hautes-Pyrénées: historique et bilan historiographique monumental (XII^e^-début du XVI^e^ siècle).* Toulouse: Université de Toulouse, 2009. Mémoire de Master I.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MATTALIA, Yoan – "Fortified architecture of the Hospitallers of Saint John of Jerusalem in southwest France, from the 12th to the 15th century. Current status of knowledge". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 199-227. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Two thirteenth-century hospitaller castles in Provence: Manosque and Puimoisson according to written sources*

Dois castelos hospitalários do século XIII, na Provença: Manosque e Puimoisson, segundo as fontes escritas

Damien Carraz

Université de Toulouse 2 – Jean-Jaurès
31 000 Toulouse, France

damien.carraz@univ-tlse2.fr
https://orcid.org/0000-0002-8201-9471

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Fevereiro de 2022
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 22 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6301

* This research was first presented in December 2016 for the workshop held in Lyon on "Belvoir Castle and the Fortified Architecture of the Hospital of St. John in Jerusalem". A first version of this has been published in French under the title: "La redécouverte de deux châteaux de l'Hôpital en Haute-Provence: Manosque et Puimoisson exhumés par les sources écrites". In SHOTTEN-HALLEL, Vardit; WEETCH, Rosie (eds.) – *Crusading and Archaelogy: Some Archaeological Approaches to the Crusades*. London-New York: Routledge, 2020 (Crusades–subsidia, 14), pp. 64-91.

ABSTRACT

Apart from border areas with Islam or the pagans, few constructions of military orders are known to have all the attributes of a castle. This was however the case of the castle or fortified palace of Manosque and its reproduction, on a smaller scale, at Puimoisson. These two constructions, located in the Haute-Provence, were commissioned by the Hospital during the thirteenth century, the first on the basis of a fortified palace of the Counts of Forcalquier, the second erected *ex nihilo*. Although these two castles were completely razed to the ground following the French Revolution, their construction and occupation between the thirteenth and eighteenth centuries have left a great deal of written evidence: charters, accounts, minutes of visits. The use of accounts documents certain phases of the construction of the Manosque palace and allows us to formulate hypotheses on the organization of the spaces. By comparison, this major construction site sheds light on the more modest, and as yet unstudied, side of Puimoisson. In conclusion, these two long-forgotten buildings are placed in the current of fortified architecture that spread throughout Provence in the thirteenth century

Keywords: Hospital of St. John; Upper Provence; fortified architecture; written sources; building site.

RESUMO

À excepção das zonas fronteiriças com o Islão ou com os pagãos, conhecem-se poucas construções de ordens militares que tenham todos os atributos de um castelo. Ainda assim, o castelo ou palácio fortificado de Manosque e a sua reprodução, em menor escala, em Puimoisson, foram um desses casos. Estas duas construções, localizadas na Haute-Provence, foram encomendadas pelo Hospital durante o século XIII, a primeira com base num palácio fortificado dos Condes de Forcalquier, a segunda erguida *ex nihilo*. Embora estes dois castelos tenham sido completamente arrasados após a Revolução Francesa, a construção e ocupação dos dois entre os séculos XIII e XVIII deixaram muitas evidências escritas: forais, contas, atas de visitas. Os documentos contabilísticos documentam algumas fases da construção do palácio Manosque e permitem formular hipóteses acerca da organização dos seus espaços. Em comparação, este grande local de construção lança luz sobre o lado mais modesto, e ainda não estudado, de Puimoisson. Em conclusão, estes dois edifícios há muito esquecidos inserem-se nos exemplos da arquitectura fortificada que se espalhou por toda a Provença no século XIII.

Palavras-chave: Hospital de São João; Haute-Provence; arquitectura fortificada; fontes escritas; local de construção.



> "C'était une bâtisse construite pour la guerre plutôt que pour la religion.
> Greniers, celliers, caves et granges à fourrage se succédaient dans un ordre parfait. Les lieux de prière et ceux destinés aux hommes étaient des plus succincts. On respirait ici l'odeur des batailles"[1].

It was not rare that the Military Orders' constructions contained fortified elements in their residential, religious or agricultural buildings. However, it is commonly perceived that the brothers didn't build real castles far from the border regions[2]. The two buildings presented here make us reconsider this opinion as their architectural characteristics actually correspond to the idea of a "real castle".

These castles were located in Manosque and Puimoisson, in today's district of Alpes-de-Haute-Provence[3]. Among other common attributes, they were built in the central decades of the thirteenth century, only 40 kilometers apart, they were very connected[4], and very much linked to a habitat. These buildings were the expression of the lordship domination of the Military Order on the population: in Manosque as well as Puimoisson, the Hospital of St. John inherited the full jurisdiction of county lordship. Therefore, these symbols of oppression were a privileged target for revolutionary revenge: both castles were entirely destroyed, shortly after 1793 for Manosque, after 1802 for Puimoisson[5]. Still today, aerial photography shows in negative the mark of these buildings on the urban landscape. In Manosque, the castle

[1] "It was a building made for war rather than religion. Granaries, cellars, basements and fodder barns lined up in perfect order. The places of worship and housing facilities were sparse. You could smell the scent of battle". MAGNAN, Pierre – *Chronique d'un château hanté*. Paris: Gallimard, 2008, pp. 30-31.
[2] Templars and Hospitallers may have been given custody of fortresses, most notably in the context of wars between princely powers that affected Southern France in the 12th and 13th centuries. However, they were not the commissioners of these buildings. CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005, pp. 422-427.
[3] Manosque was in the diocese of Sisteron and Puimoisson was part of the diocese of Riez.
[4] On this general background, see: CARRAZ, Damien – *Un commandeur ordinaire? Bérenger Monge et le gouvernement des hospitaliers provençaux au XIIIe siècle*. Turnhout: Brepols, 2020, *ad indicem*: "Puimoisson".
[5] In Puimoisson, the decision to demolish was taken under the Revolutionary "Convention" but the execution was much more difficult than expected. MAUREL, Marie-Joseph – *Histoire de la commune de Puimoisson et de la commanderie des chevaliers de Malte*. Paris: A. Picard et fils, 1897, p. 289.

was set in the south-west part of the city, on today's "Place du Terreau", right at the edge of the medieval walls[6]. In Puimoisson, it occupied the top of the village, where the public square now stands.

Very sparse, the iconographic documentation has only been able to provide one starting point for the study: for both buildings, only one rudimentary blueprint, drawn before the demolition[7]. Our work has been therefore based mainly on written documentation of the medieval and modern eras, starting with minutes produced by visitors of the Order of Malta, particularly "improvement visits". If the principle of regular visits had already started in the thirteenth century, the minutes were not kept in books and sufficiently detailed to be considered until the seventeenth. These inspections allow us to cross-reference different things on the blueprint. They give information about circulation and points of entry, as well as information about interior constructions (fireplaces, cupboards…), which we won't consider here because they came later. These documents cannot give precise information on the reality of architecture, but they allow us to unveil the style and the rhythm of the furbishing of the interior space. From that situation in the seventeenth and eighteenth centuries, we can suggest careful hypotheses on the internal organization of the medieval castle. Still, only Manosque offered an important collection of thirteenth-and fourteenth-centuries charters and some account books that mention different locations and refurbishing in the castle[8]. Surveys in the modern era document important modifications in the organization and attribution of the spaces, but the building has remained unchanged for the most part since the

[6] In October-November 2016, the "Place du Terreau" was the focus of an archaeological diagnosis. BUCCIO, Vincent (dir.) – *Manosque. Place du Terreau. Rapport de diagnostic*. Service départemental d'archéologie des Alpes de Haute-Provence, February 2017. This study did not reveal any medieval occupation. However, some features could correspond to the bottom of the cellars of the castle in its last stage. Archaeology therefore confirmed the radical nature of the demolition that occurred at the end of the 18th century.

[7] Manosque: plan drawn up around 1793 for a project to move the court into the former palace of the Order of Malta. Digne-les-Bains, Archives Départementales des Alpes-de-Haute-Provence, L 383. However, the legend of the plan is of no use as it reflects the new allocation of rooms and the reorganisation projects during the French Revolution. Puimoisson: summary plan and drawing published in MAUREL, Marie-Joseph – *Histoire de la commune de Puimoisson*.

[8] The references to the castle must be distinguished from those concerning other buildings belonging to the Hospital and in particular the "*castrum Manuasce*", a former fortification established on the hilltop of Mont d'Or, which were kept by a "*preceptor castri*". On this location, of which the dungeon still remains: CLAUDE, Sandrine – "De l'Antiquité au bas Moyen Âge: Manosque ou la genèse de la ville moderne". *Bulletin de la Société scientifique et littéraire des Alpes de Haute Provence* 343-344 (2001), pp. 40-43.

Middle Ages. For example, vaulted rooms, "semicircular arches", "lattices" of "gothic style arched doorways" or paved floors are mentioned [9].

In Puimoisson I had to start from scratch. In Manosque I was able to rely on the work of Sandrine Claude, who has already used the written sources to describe the composition and the evolution of the castle. Larger documentary research has allowed us to express new observations and go deeper in the hypothetical restitution of the building[10].

Before trying to exhume these long-gone buildings, two preliminary points have to be clarified. In order to qualify these constructions and to understand how the contemporary people were seeing it, it is useful to research the terminology. In Manosque, as well as Puimoisson, since it was first mentioned until the fifteenth century, the monument was called a "palace". This term often applies to urban houses of the Military Orders and, generally, to commanderies with important seigneurial rights[11]. In the fourteenth century, the fortification is often described with the expression "*fortalicio vero palacii Manuasce*"[12]. Starting in the sixteenth century it becomes a "castle" or "fortress". In Puimoisson, there is hesitation between "*palais*" and "*chasteau seigneurial*" until the eighteenth century[13]. In the

[9] Unless otherwise stated, all the references quoted are from the Archives départementales des Bouches-du-Rhône. Manosque: 56 H 252: survey of 1747, fol. 18-20, 27-28 and 71; survey of 1776, fol. 14. Puimoisson: 56 H 263, survey of 1783, fol. 21-25.

[10] CLAUDE, Sandrine – "Impact et limites de la seigneurie de l'Hôpital sur l'évolution et les dispositions du paysage urbain à Manosque (XIII[e]-XIV[e] siècles)". In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les ordres religieux militaires dans la ville médiévale (1100-1350). Actes du colloque de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*. Clermont-Ferrand: Presses de l'Université Blaise Pascal, 2013, pp. 273-290; CLAUDE, Sandrine – "La commanderie des Hospitaliers de Saint-Jean-de-Jérusalem à Manosque: un édifice seigneurial en Provence (fin XII[e]-fin XV[e] siècle)". In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *Castelos das Ordens Militares. Encontro internacional (Tomar, 10-13 Outubro 2012)*. Palmela: Direcção-Geral do Património Cultural; Câmara Municipal de Palmela, 2013, vol. 2, pp. 275-291.

[11] This is the origin linked to the "*palatium*", the place from which sovereign authority is exercised and in particular where justice is administered. On the significance of the concept: MOULINIER-BROGI, Laurence – "'Palais': la singulière fortune d'un mot". In CORNETTE, Joël; AUZÉPY, Marie-France (eds.) – *Palais et pouvoir. De Constantinople à Versailles*. Saint-Denis: Presses universitaires de Vincennes, 2003, pp. 295-308.

[12] CLAUDE, Sandrine – "Impact et limites de la seigneurie", p. 277.

[13] "*le chasteau et forteresse et maison située au plus hault dicelle ville de Manosque, clos et fermé de bonnes et suffisantes murailles et fosséz*". Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 849 bis, fol. 591v (1540). Puimoisson: 56 H 263 (survey from 6 May 1689 and 3 September 1717). On the new realities associated with the idea of a castle under the Ancien Régime, seen as a fortified place but also as a house of pleasure: FIGEAC, Michel – *Châteaux et vie quotidienne de la noblesse. De la Renaissance à la douceur des Lumières*. Paris: Armand Colin, 2006, pp. 7-9.

tradition of the knights of Malta, the main location of the seigneurial power is above all a fortified residence. If the "*château*" refers to the exterior aspect, the idea of a palace would qualify more accurately the status of its occupants[14].

This leads to a second preliminary question: who was living in such buildings in the thirteenth century? The commandery (*bajulia*) of Manosque was one of the most important and prestigious houses of the Hospital in Provence. The castle itself , different from the territory of the commandery as a whole, was hosting three or four senior officials – commander, bailiff, chaplain –, a dozen brothers (knights and sergeants) and as many lay affiliates ("*donats*")[15]. A religious community of around thirty to which we should add a few servants directly employed at the palace but whose number is impossible to evaluate. Also, the castle was frequently hosting other people, traveling brothers and honorable guests. When the Prior of Saint Gilles was on site for example, he would travel with a scribe, a chaplain, an esquire and a few servants. Puimoisson is less documented but, as its headquarters were more modest, we can easily cut the estimations of Manosque by half, so around fifteen people maximum were living in the palace[16].

Beyond their common points, the two castles present a relatively important difference: Manosque had just been built by the count of Forcalquier when the Hospitallers inherited it; Puimoisson was entirely commissioned by the Order. We can then make assumptions about the composition and organization of the Manosque castle. Puimoisson, although much less documented, is geographically and formally too close to be discarded. We will then discuss the role of these buildings in the renewal of the fortified landscape which marked Provence in the thirteenth century, especially under the impulse of the Angevin lordship.

[14] MOULINIER-BROGI, Laurence – "'Palais': la singulière fortune d'un mot", p. 307.
[15] The survey submitted by the commander (*status baiulie*) on 28 June 1299 mentions 26 brothers and 12 donats for the entire commandery. *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*. Ed. K. Borchardt, D. Carraz, A. Venturini. Paris: CNRS éditions, 2015, suppl., p. 147. The figures are even higher in 1338: 29 brothers and 20 donats for the main house and its annexes – *in capite et in membris*. *Visites générales des commanderies de l'ordre des Hospitaliers dépendantes du Grand Prieuré de Saint-Gilles (1338)*. Ed. B. Beaucage. Aix-en- Provence: Université de Provence; Marseille: Laffitte, 1982, pp. 353-354.
[16] In 1338, there were the commander, 14 brothers and 8 donates, but they were divided between the mother house and the other dependent houses. *Visites générales des commanderies*, p. 308.

Manosque: A castle inherited and refurbished

The first mention of the building comes in August 1198, when the count of Forcalquier, Guilhem II hands various toll and common rights to the Hospitallers: the charter is then given in Manosque, *in novo palatio comitis subtus capella*[17]. After that time, the comital palace is occasionally mentioned until 1207[18]. That year, to end the sixty-year-old conflict between the count's family and the Hospital, Guilhem II gave away all his seigneurial rights over Manosque along with his palace[19]. Two years later, on February 4, 1209, the prince confirmed his donation of the palace, *in camera subtus cappellam, in suo scilicet sedens lecto ante furnellum*[20]. In front of a vast assembly made of vassals, knights and burghers of the town – the Count reminded, among other things, being at the origin of the construction of the building[21]. Guilhem II died a few months later and the Hospitallers didn't wait long before transferring their headquarters, initially located *extra muros*, by the chapel of Saint-Pierre[22].

General aspect: map and defense organs

Let's leave here the origins of the installation of the Hospitallers in the comital palace to jump in time. According to the blueprint drawn in 1793 before the destruction of the castle, it seems to be a quasi-perfect square with around 40 m sides (20 "*toises*" by side) and an internal courtyard 22 m wide. This blueprint *shows a good starting point, but it is not fully reliable because the seven towers* mentioned in the visits don't appear, among which four round towers at each corner, visible on

[17] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4627.
[18] "*juxta portam palacii*" (November 1202). *Recueil des actes des comtes de Provence de la Maison de Barcelone - Alphonse II et Raymond-Berenger V (1196-1245)*. Ed. F. Benoit. Paris: A. Picard, 1925, n.° 18, pp. 17-20.
[19] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4628; *Cartulaire du prieuré de Saint-Gilles de l'Hôpital de Saint-Jean de Jérusalem (1129-1210)*. Ed. D. Le Blévec, A. Venturini. Turnhout-Paris: Brepols, 1997, n° 340 (February 8, 1207).
[20] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4628; *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers de Saint-Jean-de-Jérusalem (1100-1310)*. T. 2. Ed. J. Delaville le Roulx. Paris: E. Le Roux, 1897, n.° 1324.
[21] "*palacium de Manuascha cum omnibus pertinenciis suis, quod meis sumptibus edificavi*". In fact, Sandrine Claude argued that the count more likely commissioned the refurbishment of an older house, as shown by a dispute over property ownership. CLAUDE, Sandrine – "De l'Antiquité au bas Moyen Âge: Manosque ou la genèse de la ville moderne", p. 52.
[22] As early as 1210, a charter was written *in capella palacii*. Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4676.

the map of the city drawn around 1773[23]. The visits allow us to deduct the approximative position of the three so-called "square" towers, which were not necessarily exactly in the middle of the curtain walls[24] (**Fig. 2**). The regularity of the map as it appears in 1793 should not be misleading, as it is the result of many transformations. And we can even suppose that, being a building-reconversion project, some elements have been wiped from the map if not completely demolished. What could the palace look like when it was passed onto the Hospitallers (**Fig. 1.A**)? The pair *camera/capella* appears first, with a vast seigneurial room on the ground floor, built on top of the chapel on the first floor[25]. The building already had at least three towers, as suggested by the presence of a "*turre veteri"* and a "*torre de contessa*" serving as dungeon[26]. Moreover, the system of a porch-shaped entrance defended by a third tower and provided with two doors, with the first one preceded by a portcullis had already been confirmed[27]. A charter from 1226 quotes a "*refectorium*,*"* also inherited from the comital palace. From there, the Hospitallers engaged in a number of important refurbishments. In addition to the three towers dating back to the count's era, four other towers are mentioned in the second half of the thirteenth century: the "Tower of the English"[28] (1261), the "Tower of the

[23] These corner towers had been demolished shortly before the plan was drawn up. Perhaps they had already been weakened by the powerful earthquake that affected the entire building in the summer of 1708. BUCCIO, Vincent (dir.) – *Manosque. Place du Terreau. Rapport de diagnostic*, p. 25.

[24] The central position of the square towers was argued by COLOMBI, Jean – *Histoire de Manosque* [1662]. Trad. H. Pellicot [1799]. Apt: Imprimerie de Joseph Tremollière, 1808, pp. 176-178. Some of the rectangular towers may have been rather low projecting, as suggested by the mention as early as 1262 of a "*bisturre*", which probably refers to an engaged tower. Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 835, fol. 33v.

[25] As early as 1205-1207, charters were written "*ante (h)ostium camere subtus capellam"*. Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, B 303; and "*in camera subtus cappellam". Livre des privilèges de Manosque. Cartulaire municipal latin-provençal (1169-1315)*. Ed. M.-Z. Isnard. Paris-Digne: Impr. de Chaspoul, Constans et Vve Barbaroux, 1894, n.° I, p. 6.

[26] "*turre veteri et turre de porta et refectorio*" (February 1226). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4629; "*magnam turrim palati in summitate eiusdem, appellatam la torre de Contessa* (1226)". Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4629. These towers are still found in the 16th century. CLAUDE, Sandrine – "Impact et limites de la seigneurie", pp. 278-279.

[27] "*portam ferream palacii Manuasche*" (1215). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4628; "*in palatio Manuasce in porticu scilicet infra portam ferream* (1218). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4639; "*portam primam palatii*" (1263). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 835, fol. 39v; "vestibule pavé, vouté a plein ceintre" (minutes of the visit of 26 November 1776). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 252, fol. 5.

[28] This tower, which requires renovation in 1287-88, may be the first of the four to be built. Work was indeed carried out in 1263. *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 263 and 275; Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 835, fol. 44.

Crossbow" (1284), the "Tower of the Cordonnerie" (1286) and a "New Tower"[29]. The account books inform us that the "Tower of the Crossbow" is still under construction in 1289, and that, between 1287 and 1290, the various stages of the construction of the "New Tower" are mentioned, from the digging of the foundations until the hardware of the doors and windows[30]. So, the seven towers are mentioned in the modern era, but it is impossible to place them precisely on the map (**Fig. 1 and 2**) or to know what modifications some of them underwent over four centuries.

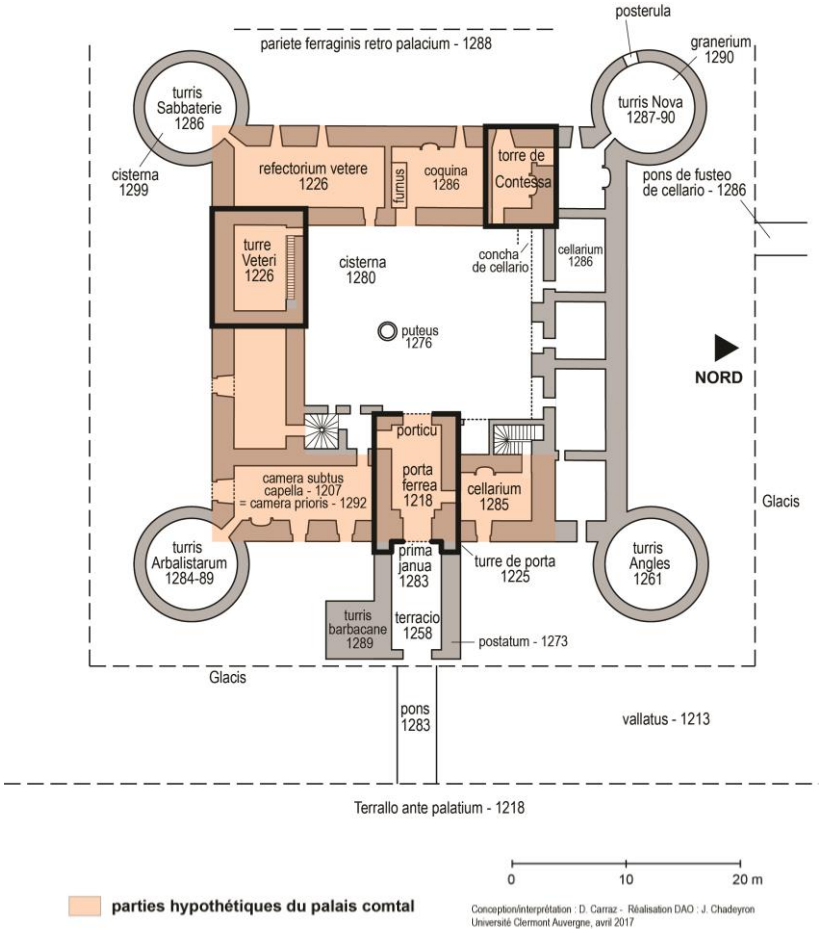


Fig. 1.A. – Manosque castle: hypothesis of restitution for the 13th century - ground floor.

[29] "*turris Angles*" (1261). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 835, fol. 17r; "*turre arbalistrarum*" (1284). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 849 bis, fol. 227; "*turrem Sabbatarie*" (1286). *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 154.

[30] This tower was located behind the kitchen, not far from the "*turris Sabbatarie*", and had a postern. The 17th-century indication of a postern to the west suggests a hypothetical location for this tower. CLAUDE, Sandrine – "De l'Antiquité au bas Moyen Âge: Manosque ou la genèse de la ville moderne", p. 52. If the references are to the same tower under construction, it had a room (*camera*), a heated room, a stable and a cellar.

The monument has an undeniable fortified character. In the modern era, the curtain walls are still serrated, whereas the towers are crenellated and machicolated. The crenellation and machicolation of the "Old Tower" were being repaired in 1288[31]. The so-called "great crossbow", which probably stood at the top of the tower of the same name, was part of this ostentatious but also threatening defense[32]. This "Tower of the Crossbow" can easily be pictured on the main façade, facing the city. The Hospitallers didn't have much to fear from the population, but it served to confirm the rank of the lord, sole ruler of the city.

Isolation from the urban landscape serves the same goal. By its size, the castle (which stood on a platform, as a plan dating from the Revolution suggests) was crushing the entire urban space. In the modern era, it appears largely isolated by an outer-yard planted with mulberries along the curtain walls. This "*promenade*" was built over a ditch, which was at least partially filled[33]. These ditches have been attested since 1213 and might even have been equipped with a masonry glaze[34]. One could cross with a bridge located outside of the first door and first mentioned in 1283[35]. It is specifically referred to as a drawbridge in 1483[36]. From the mid-thirteenth century onwards, many charters were written on a "terrace" in front of the iron gate of the castle[37]. This clearing was then defended by a barbican with a

[31] "*in petra ad opus adobandis enquinastria et merletos turris veteris*" (1288). *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 270.
[32] In 1260, the repair of a trebuchet is being considered: "*aptandum puteum et trapas super palacii*". Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 835, fol. 8v. The maintenance of the great crossbow is regularly documented in the 1280s. *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*: "*magna albarista*", *ad indicem*.
[33] Minutes of the visit of 5 August 1754. Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 252.
[34] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4638. In 1283-1285, the accounts show extensive foundation work –judging by the number of people employed– in the ditch. *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 19, 40, 53, 55, 120. The masonry glaze is mentioned in 1662. COLOMBI, Jean – *Histoire de Manosque*, p. 224.
[35] "*in postis ad opus pontis prime janue*" (1283). *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 18. In 1324, it is confirmed that it is made of wood: *in spacio ante pontem fusti de palatio*. CLAUDE, Sandrine – "Impact et limites de la seigneurie", p. 277.
[36] "*lo pon levedis du palays de Manosca*" (1483). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 841, fol. 20v; "par dehors avons led. chastel visite et est une tres belle place environnee de bonnes tours alentour de la mureilhe bien machecolee avec bons fosses a fons de quorchive, bon ponct levis et de bonnes barbecannes" (1495). 56 H 124, fol. 118v. In the 17th century, the northern access was still defended by two drawbridges, "l'un est sur le fossé où l'on découvre le retranchement, l'autre est à la porte du palais". COLOMBI, Jean – *Histoire de Manosque*, p. 177.
[37] "*in porticu que est in teracia porte ferree*" (1258). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4641.

tower and a fence[38]. Once they were installed in the castle, the Hospitallers became owners of surrounding pieces of ground and buildings, which allowed them to open a vast space to the east, known as "*Terreau*" since 1218[39]. To the west was an orchard which was still accessible in the seventeenth century through a postern[40]. Protecting the entrance and isolating the fortification from the urban landscape was clearly a decision of the Hospitallers.

Organization of the spaces

We shall begin with the general organization of the buildings as it was in the eighteenth century, if only to verify the eventuality that some spaces are still unchanged. The ground floor appears to be shared between the service quarters (stalls, basements, storage rooms…), possibly living spaces, a prison[41], and a chapel (**Fig. 2.A**). On the first floor, the southern and eastern aisles, where the commander's apartments were, are reserved for prestigious residency (**Fig. 2.B**). The medieval chapel, looking down the east side, is still standing but it was turned into the treasure room. In the other aisles are the service quarters.

[38] "*in postato palatii Manuasce, ante portam ferream*" (1273). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône,56 H 4632; "*pro opere… turris barbacane*" (1289). *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 288.
[39] CLAUDE, Sandrine – "Impact et limites de la seigneurie", p. 282; *in Terrallo ante palatium* (1218). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4627.
[40] Orchard surrounded by a wall: *reparandam parietem ferraginis retro palacium* (1350). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 836 (3rd booklet).
[41] Under the *Ancien Régime*, this part of the seigneurial jurisdiction was therefore moved back to the palace. But in the Middle Ages, the courtroom (*sala placitatoria hospitalis*, *curia hospitalis*), attested to as early as 1217, was located in the town. This is probably where the prison was.

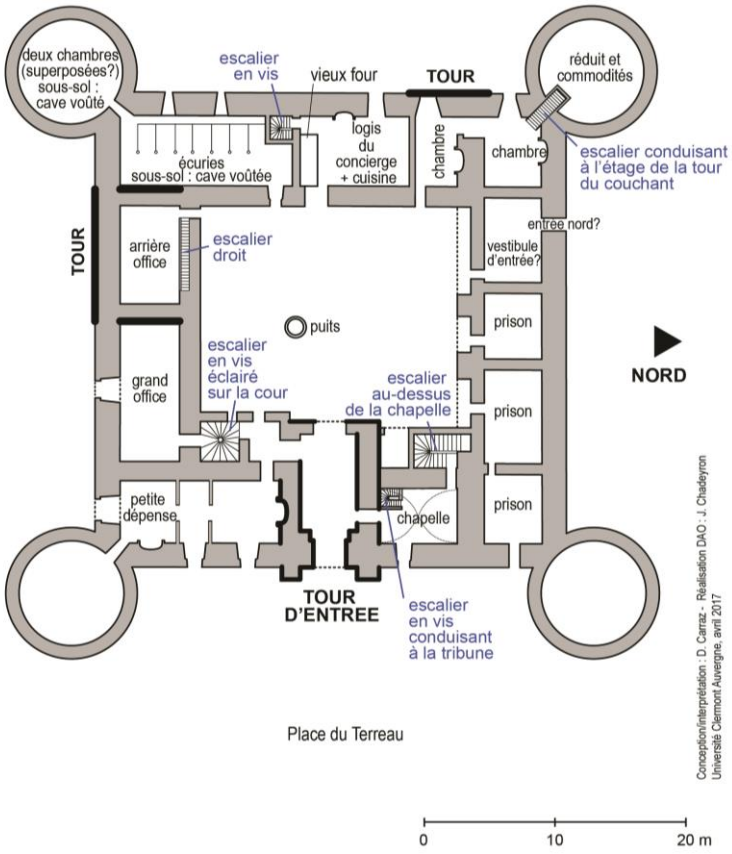


Fig. 2.A. – Manosque castle in the 17th and 18th centuries - ground floor.

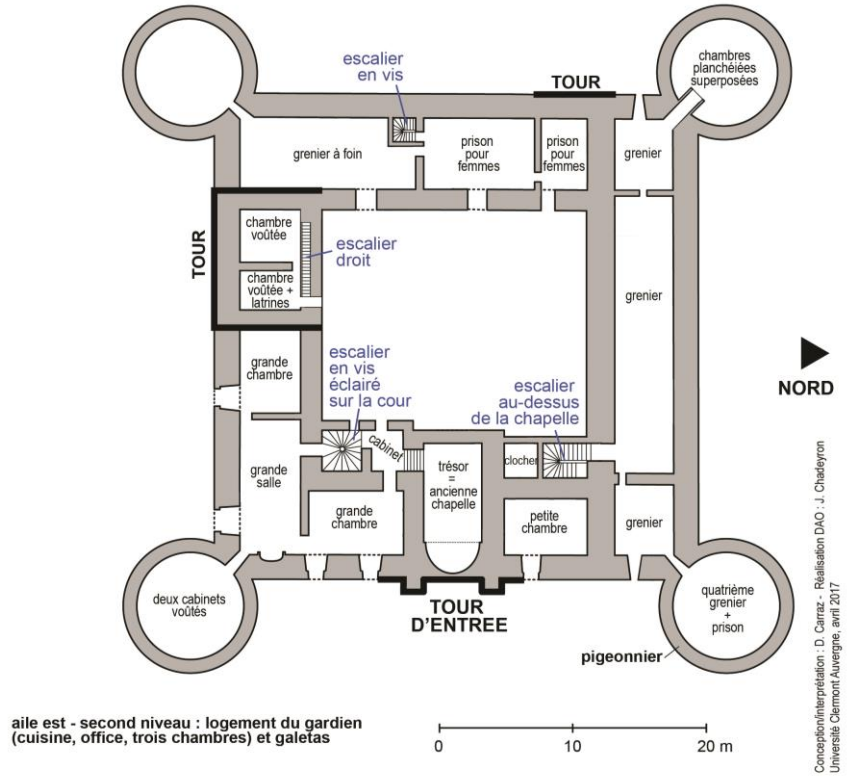


Fig. 2.B. – Manosque castle in the 17th-18th century – floor.

From the eighteenth century, let's jump five centuries back, when charters and account books show a certain amount of information on the specifics of the spaces inside the castle. All matters relating to stewardship can be classified as follows[42]:

animals:

- *magnum stabulum* (1284)
- *stabuletum* (1286)

stocks:

- *cisterna*[43] (1280)
- *botellaria* (1285)
- *cellarium* (1285) <between> [*postatum*] <and> [*porta ferrea*]
- *cellarium* (1286)
  - <preceded by> [*pons de fusteo de cellario*]
  - <preceded by> [*paymento de morterio ante concham*]
- *salsaria* (1287) <preceded by> [*callata*]
- *turris de porta* [with *solerium*] :
  - [*portare bladum in* -] (1287)
  - *solerium mejanum – plenum consiginis*
  - *pro stablida* (1299)
- turris Englesi
  - [*portare bladum in* -] (1287)
- *turris Sabbatarie*
  - [*portare bladum in* -] (1287)
  - *cisterna Sabaterie plenam faba* (1299)
- *granerium turris nove* (1290)

transformation:

- *coquina* (1286) [*cum fornellum*]
- *sabbateria*[44] (1286)

[42] All mentions are taken from *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*. An inventory from 1400 also mentions three pantries, a bakery, a butchery, a kitchen, a room with two blood mills, a cellar with wine barrels, a small cellar. CLAUDE, Sandrine – "Impact et limites de la seigneurie", p. 279.

[43] "*in curte ad pedem cisterne*" (1280). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4633.

[44] The tower probably takes its name from this service inside the castle, which can also be found, for instance, in the Templar house in Arles. CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple*, p. 267.

Looking at the conventual buildings, the location of the chapel is the first thing we will consider. The plan from the revolutionary period shows the chapel above the entry porch (**Fig. 2.B**). But, at that time, it was a treasury room because the chapel had been moved to the ground floor, on the northern side of the porch[45]. The position above the entrance might not be not the oldest location: in the times of Guilhem II of Forcalquier, the chapel was above a vast *camera*. Anyway, the Hospitallers had to repair the porch-tower quickly because the chapel was located above the entrance as early as 1231[46] (**Fig. 1.B**). The cult, dedicated to saint Géraud, was associated with a "*scalerium sancti Geraldi*"[47]. It is not a simple access point as one must connect the staircase to the wooden tribune which had its roof rebuilt in 1290 and then painted and decorated[48]. At last, the chapel was topped with a steeple mentioned for the first time in 1351[49]. The treasury room, which generally served as sacristy, had to be near[50].

[45] This reorganisation took place in 1537 and is due to the bailiff Jean de Boniface. BELTJENS, Alain – "Trois questions à propos de l'hospitalier Gérard". *Bulletin de la Société de l'histoire et du patrimoine de l'Ordre de Malte* 19 (2007), pp. 37-38. In the 15th century, the chapel was still located in front of the entrance gate: *palatio Manuasce subtus capellam Santi Gerardi infra duas portas* (1450). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4636.

[46] "*infra palatium Manuasce in porticu subtus sancti Giraudi*" (1231). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4640. Layout confirmed again in 1450: *palatio Manuasce subtus capellam Santi Gerardi infra duas portas*. Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4636. In 1299, the chapel again appears above a "*camera*", which raises questions about the reliability of the locations given by charters: *infra palacium in camera subtus cappellam*. Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4633. In the light of our research, our interpretation differs from that of S. Claude who saw a restructuring of this eastern aisle "after the end of the 14th century". CLAUDE, Sandrine – "La commanderie des Hospitaliers de Saint-Jean-de-Jérusalem à Manosque: un édifice seigneurial en Provence (fin XII[e]-fin XV[e] siècle)", p. 279.

[47] Mention of a "*scalerium capellae"* in 1267 which becomes "*scalerium sancti Geraldi"* from 1289. Manosque, Archives municipales de Manosque, KKb 23.

[48] *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 347, 348, 350, 353, 356. For more details on this feature commissioned by the important commander Bérenger Monge: CARRAZ, Damien – *Un commandeur ordinaire?*, pp. 343-345.

[49] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 836 (3rd booklet).

[50] First mention in 1273. Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4632.

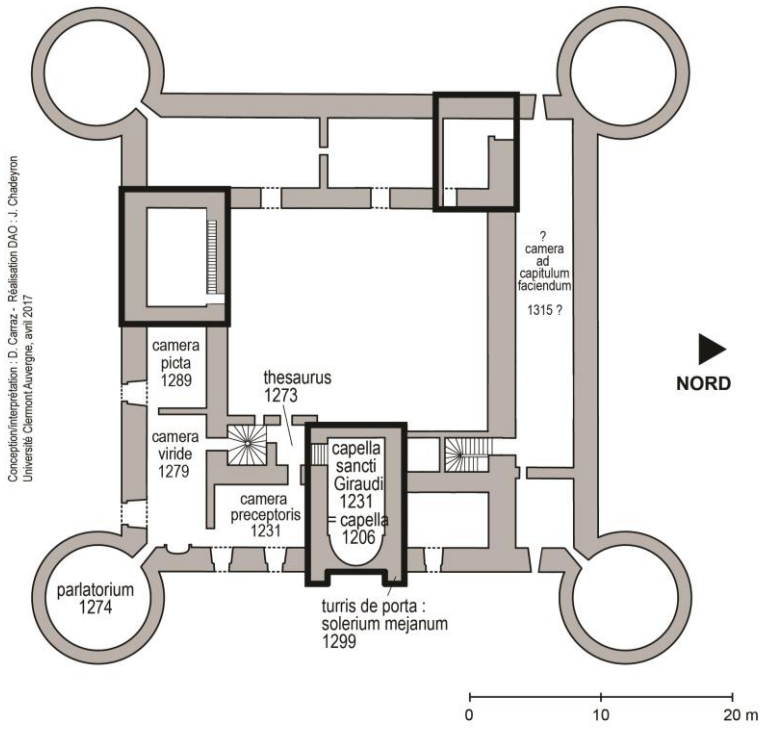


Fig. 1.B. – Manosque castle: hypothesis of restitution for the 13th century – floor.

What about the residential spaces? The *maior camera*, which had been the headquarters of the comital power, was still mentioned frequently in the following decade when the palace was a possession of the Hospitallers (**Fig.1.A**). Later, it is mentioned more sporadically, as the room was then reserved for a distinguished guest during his visits in Manosque: the prior of Saint-Gilles[51]. Also called "*camera subtus capellam*", that room disappears because, from the 1230s, most charters were subscribed in the room of the commander[52], an important location which was upstairs, near the treasury, the chapel in particular[53]. We find this same feature, at least from the end of the Middle Ages, in other commanderies where the apartments

[51] "*in camera domini prioris S. Egidii*" (1251). *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers*, nº. 2570; "*camera dicti domini prioris subtus capellam*" (1292). *Livre des privilèges de Manosque*, nº. XXXII-XXXIII, pp. 86-90; "*infra palacium in camera domni prioris, subtus cappellam*" (1308). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4682.

[52] First mention in March 1230/31: "*infra palatium Manuasce in camera preceptoris*". Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4639.

[53] "*infra palacium dicte ville, scilicet in camera ipsius magnifici domini preceptoris existenti prope cameram thesauri ipsius palacii*" (1451). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 849 bis, fol. 719.

of the commander were connected to the chapel through a tribune[54]. I would place this "*camera preceptoris"* in the eastern aisle, suspecting it would be a rather permanent place as the apartments of the commander were there in the modern era (**Fig. 1.B and 2.B**). Besides, it wouldn't be too anachronic to talk about apartments as early as the thirteenth century since the commander Bérenger Monge was known to sign acts in a "*parlatorium*" next to his room. Here, this "*parlatorium*" has nothing to do with the parlor of the cloistered orders: It was apparently more a work study open to public life[55]. A "green room," where Bérenger Monge was alone to issue charters, is mentioned next to the parlor[56]. The color probably expresses a bucolic painted decoration, which was very fashionable in courtly and seigneurial milieus at the time[57]. But we can't say if this "*camera viride*" was the same as the "*camera preceptoris*" or if it was a different room. Finally, in front of the green room is a *camera* simply called "painted"[58]. If we can't imagine for sure how these three or four rooms were furnished, we can guess the specifics of the public spaces, according to each activity. What emerges of this complex program, is a special attention given to the majesty of the *decorum* where the rooms got their names to them from the way they were decorated. This reminds what Paul Deschamps wrote about the "room of the master" in castles of the Latin East. At Crac des Chevaliers, the "apartment of the lord of the castle" which was located in one of the towers of the southern side, was decorated in the years 1230-1240" [59].

[54] CARRAZ, Damien – "Archéologie des commanderies de l'Hôpital et du Temple en France (1977-2007)". *Cahiers de recherches médiévales et humanistes* 15 (2008), pp. 183-184. In the chapel of the Hospital of Comps (Var), the tribune of the modern period is still preserved. THIRION, Jacques – "À propos des découvertes de Puimoisson. Quelques exemples de la diversité des églises des ordres militaires". *La Sauvegarde de l'Art français* 4 (1987), p. 27 and 29.

[55] "*parlatorio palatii Manuasce*" (1274). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4632 ; "*in parlatorio ante cameram dicti domini preceptoris*" (1275). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4643.

[56] "*parlatorio palatii Manuasce ante cameram viridem dicti domini preceptoris*"(1279). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4666.

[57] PASTOUREAU, Michel – *Vert: histoire d'une couleur*. Paris: Seuil, 2013, p. 76. In the 13th century in Marseille, a green room is also attested in no less than three places of power – the *domus episcopalis*, the town hall and the house of the provost. PÉCOUT, Thierry – "De Saint-Cannat à Saint-Cannat: les résidences de l'évêque de Marseille, XII^e^-XIV^e^ siècle". *Provence historique* 66 (2016) p. 353.

[58] "*infra palatium, in camera picta ante cameram viridem*" (1289-1292). Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4652; 56 H 4668; *Livre des privilèges de Manosque*, nº. XXX and XXXIV, p. 86 and 92.

[59] DESCHAMPS, Paul – *Les châteaux croisés en Terre sainte*. t. I. *Le Crac des Chevaliers. Étude historique et archéologique*. Paris: Paris: Paul Geuthner, 1934, pp. 93 and 289-290.

Since the mid-thirteenth century at least, the tendency among commanderies had moved toward a privatization of spaces and the loosening of communal life[60]. Rooms were therefore affected to other officials of the convent (priest, bailiff, treasurer…)[61]. These weren't necessarily located in the aisles because, while the ground floor of the towers was used as storage, the upper floors were inhabited, as evidenced by the chimneys[62]. Also, the fact pavement had been laid in the "New Tower" and the "Tower of the Crossbow" would suggest that the various levels of the towers were vaulted rather than framed[63]. Several other rooms appear in the documents, some "old," some "new". To all it is impossible to attribute a function[64]. The dormitory, on the other hand is not mentioned anywhere, which only confirms observations made for most of the commanderies where the common room is no longer attested after the twelfth century[65]. The refectory is a more enduring symbol of monastic life: although the former dining room was dismantled, a *refectorium* reappears in 1299[66]. Finally, after the Hospitallers settled in the castle, account books attest that a

[60] CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple,* pp. 265-266.

[61] "*camera sacerdotis*" (1286). *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 55; "*camera dicti baiuli*" (1348). Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 849 bis, fol. 406v; *"loco ubi comedit dictus dominus thesaurarius*". Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 849 bis, fol. 719.

[62] *"pro adobando fornello turris Englese*" (1289). *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 308.

[63] *"opera pavumenti turris albaristarum*" (1287). *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 222; "*pro opere turris de ultima solutione et complemento dicte turris in pavimentis*…" (1290). *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 337.

[64] Some rooms are poorly located: "*ante cameram que est ad pedem cisterne*" (1282). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4677; "*infra palacium in camera magna juxta scalarium capelle*" (1316). *Livre des privilèges de Manosque*, nº. LII, p. 187; "*coram ponte palatii Manuaschae in camera*" (1390). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 849 bis, fol. 429v.

[65] The dormitory can still be mentioned in the 12th century. *Cartulaire du prieuré de Saint-Gilles*, nº. 271 (1190). And the Templars of Pézenas (Hérault) still used their dormitory in the early 13th century. Paris, Bibliothèque Nationale de France, ms lat. 16, fol. 84-85 and 204-207. The dormitory is, on the other hand, attested in the great castles of the Hospital in the Latin East (Crac des Chevaliers, Margat), at least if we follow the interpretations of the scholars who, however, cannot rely on any written evidence. MESQUI, Jean – "La fortification des croisés au temps de Saint Louis au Proche-Orient". *Bulletin monumental* 164/1 (2006), pp. 9 and 23.

[66] "i*nfra palacium, in camera iuxta refectorium*" (1299). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4633. This refectory could have been located on the ground floor if we assume that this space corresponds to the "*tina*" surmounted by a "*camera*" in the 15th century (*portal de la tina*; 1492). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 841, fol. 19.

chapter room and an infirmary had to be built, where the brothers went to relax[67]. Now, how to give a little more dynamic perspective to this inventory of spaces?

Under permanent construction

The regular maintenance and adaptation of the living conditions were such that such a monument was constantly evolving. If it is difficult to know about the interventions of the Hospitallers in the four or five decades that followed their arrival in the castle. The documentation sheds light on the activity employed in the second half of the thirteenth century. Beside the frequent maintenance works attested by the account books, we can spotlight the following mentions:

Structural work:

1258, February	"*infra palatium in camera nova*"	56 H 4641
1262	"*iiii hominibus qui expedirunt curtem palatii de lapidibus*"	56 H 835, fol. 32v
c. 1275-80	"*pro opera portalis novi… xv sol. mandato dni preceptoris*"	56H2624, fol. 73
1285	"*calamis ad opus trium camerarum novarum que sunt in reffreitorio veteri*"	*Comptes… 1283-1290*, § 94
1287-1290	construction of the New Tower	*Comptes… 1283-1290*
1289, February	*"pro opere turris albaristarum et bisturre*"	*Comptes… 1283-1290*, § 292, 293
1289, February	"*pro ponendis boquetis super palatium*"	*Comptes… 1283-1290*, § 293
1289, March	"*pro cohoperimento turris albaristarum*"	*Comptes… 1283-1290*, § 295
1289, May	"*boquetis, quos in palatio debet facere / pro boquetis super palatium factis*"	*Comptes… 1283-1290*, § 302, 305
1289, June	"*pro boquetis supra palatium*"	*Comptes… 1283-1290*, § 306
1289, January	"*pro opere turris albaristarum et turris barbacane*"	*Comptes… 1283-1290*, § 288
1289, February	"*pro opere turris veteris et bestorre*"	*Comptes… 1283-1290*, § 289
1289, February	"*pro lausato turris albaristarum / pro enquinastris et bistourre adobandis*"	*Comptes… 1283-1290*, § 291
1289, May	"*opus domus nove infirmarie*"	*Comptes… 1283-1290*, § 304
1290, January	"*pro opere, quod facere debent inter turrem novam et turrem Sabbatarie*"	*Comptes… 1283-1290*, § 341
1290, March	"*pro faciendis XI cannis de boquetis petrinis super palatium*"	*Comptes… 1283-1290*, § 349

[67] "*camera infirmarie*" (1287). *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 188; "*opus domus nove infirmarie*" (1289). *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années*, § 304; "*in camera ubi fratri congregantur ad capitulum faciendum*" (1315). *Livre des privilèges de Manosque*, n.º LIII, p. 189.

1290, April	"*faciendis banquis petrinis ante domum infirmarie*"	*Comptes… 1283-1290*, § 350

Refurbishings of interior spaces:

1275	"*in camera que est mediana de tribus que fuerunt facte in refectorio veteri*"	56 H 4633
1288, October	"*… qui dirruerunt postatum turris Englese*"	*Comptes… 1283-1290*, § 275
1289, December	"*fusta ad opus coperiendi scalerium Sancti Geraldi*"	*Comptes… 1283-1290*, § 333
1290, March-May	"*opus amvaneti super scalerium Sancti Geraldi / in coloribus causa pingendi dictum amvannum / pinxerit parafollias amvanni Sancti Geraldi*"	*Comptes… 1283-1290*, § 347, 348, 350, 353, 356
1290, March	"*pro serranda fusta ad opus coperture scalerii Sancti Geraldi*"	*Comptes… 1283-1290*, § 346

Significant work was done in the last third of the thirteenth century: new spaces were added (at least one new room and one infirmary) and at least than four towers came out of the ground. These new constructions, I believe, are the four circular towers[68] (**Fig. 1.A**). New arrangements seem to have also taken place at the upper level of the existing buildings where the pose of stone brackets is attested. The internal compartments are modified as well. Three rooms are refurbished in the former refectory, which shows a tendency of specialization of the spaces. On the upper floor, the area around the St. Geraud's staircase and the tribune was also covered and embellished, maybe during the restructuring of the commander's "suite"[69].

All these constructions can be linked to the ambitions of Bérenger Monge, commander of Aix and Manosque during the entire second half of the thirteenth century. In Manosque, he had built a reputation as the leader of the religious community he was in charge of and sole ruler of the city and its inhabitants. In Aix, he also imposed himself as a master builder, and conducted for Charles I of Anjou the reconstruction of the priory church in a gothic style never seen before in Provence[70]. There is a great deal of evidence that shows Bérenger Monge at the head

[68] They all appear in the documentation in the last third of the 13th century, even if one cannot deny the "source effect" caused by the appearance of accounting records.
[69] These works around the chapel of Saint-Géraud should probably be linked to the pious foundation made on 11 July 1283 by Bérenger Monge. See: CARRAZ, Damien – *Un commandeur ordinaire?*, pp. 157-159 and 338-345.
[70] CARRAZ, Damien – *Un commandeur ordinaire?*, pp. 303-317.

of the important program which deeply restructured the old comital palace and gave it its general appearance, which remained mainly unchanged until the Revolution. Some works are also attested in the first part of the fourteenth century, like the reconstruction of a tower and the campanile of a chapel.

1321, June	works in the "*sabateria*"	56 H 836
1321, Oct.	"*pro aptandis colompnis infermarie*"	56 H 836, fol. 21v
1340 1341, August	supplementary tower court investigation against 4 workers who worked on the tower[71]	ADAHP, 2 E 2837[72]
1351, May	"*lapides supra turim novam* "	56 H 836, 3rd booklet
1351, May	"*pro obrando campanillum campana magna palacii et ponimentur in calc… et ex alia parte in calce ad obrandum turis / et pro uno dimidio quintale ferri / et pro magistri qui obravit dicti campanillum*" + other things for the bell tower / "*extraxerint terram de palacio et portaverunt extra*"	56 H 836, 3rd booklet

The dispersion of the late medieval documentation, which has not been entirely unveiled, can explain these sporadic mentions[73]. Another reason is the new context facing the Hospitallers[74]. Financial difficulties, a lack of leadership despite the need for reform, wars, and, finally the strengthening of the monarchy and the rise of a municipal conscience: all these obstacles didn't encourage serious reconstructions in the castle. Even maintenance seems to have been neglected; at the end of the fifteenth century, the fortification appeared derelict [75]. The Bailiff Jean de Boniface (1536-1545) engaged serious restorations but with no real effect on the general

[71] SHATZMILLER, Joseph – *Médecine et justice en Provence médiévale. Documents de Manosque, 1262-1348*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1989, n.º 78, p. 227.
[72] Quoted by CLAUDE, Sandrine – "Impact et limites de la seigneurie", p. 281.
[73] The notarial registers kept at the Archives Départementales des Alpes-de-Haute-Provence have been examined by S. Claude but without any decisive result. The reason for this is due to the profile of notarial documentation which, before the 15th century, contains very few acts relating to building (estimates, inventories, expert reports, etc.). Under the *Ancien Régime*, such notarial documents may have been kept in the archives of the commandery, as attested by the mention of a masons' report, dated 22 May 1400, concerning repairs to the palace wall. Inventory of the archives, 1531. Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 68, fol. 25.
[74] The general evolution of the commandery in the years 1330-1550 has been described, in a second part called "The Decadence", by REYNAUD, Félix – *La commanderie de l'Hôpital de Saint-Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte à Manosque*. Gap: Société d'études des Hautes-Alpes, 1981.
[75] "le bastiment qu'est dedans ledict castel s'en va quasi par terre, cart il y a ung long temps qu'il n'y fut faicte reparation et qui n'y donnera en brief provision, le tout s'en ira en brief en totalle destruction" (minutes of the visit of 24 July 1495). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 126, fol. 24-28.

structure of the building[76]. One thing is certain: between the sixteenth century and the Revolution, it was progressively adapted to the taste of the day plop with elements mentioned in the visits: main spiral stairway, cross windows, chimneys… Yet it doesn't seem that the medieval matrix was profoundly changed.

Hospitallers' castles and castle architecture in the thirteenth century

A Castle Built Ex Nihilo*: Puimoisson*

To settle in the locality of Saint Michel, the Hospitallers benefited from the support of the Bishop of Riez who gave them the parish church (ca. 1125), and of the count of Provence who gave them the rights on the *villa* (in 1150)[77]. The Hospitallers waited until the end of the century to launch a land-ownership campaign. In 1231, the Prior of Saint-Gilles, Bertrand de Comps, received sole lordship on the *castrum* of Puimoisson from the Count Raymond Bérenger V. Probably soon thereafter, the brothers moved their headquarters from the *villa* to the *castrum* and built a new house on the highest peak of the plateau, flanked by a parish church which kept the name of Saint-Michel[78]. Like in other Provençal sites, the settling of the headquarters and the moving of the parish church led to a new polarization in the settlement, causing the primitive site of the village (*villa*) of Saint-Michel to be dropped progressively.

For this reason, the name of the brothers' residency is pretty instructive. We found, in the years 1230-1240, the expected title of "*ospitale Podii Moisonis*" or "*domus ospitalis*", but we find, around 1250, the localization "*in castro Hospitalis de Podio*

[76] REYNAUD, Félix – *La commanderie de l'Hôpital de Saint-Jean de Jérusalem*, p. 129. The completion of the work, in the summer of 1537, was celebrated by the placing of an inscription to the glory of the Bailiff above the main door. BELTJENS, Alain – "Trois questions à propos de l'hospitalier Gérard", p. 36.
[77] On the setting up of the commandery and the constitution of the estate: PÉCOUT, Thierry – *Une société rurale du XII^e^ au XV^e^ siècle en Haute-Provence. Les hommes, la terre et le pouvoir dans le pays de Riez*. Aix-Marseille: Université de Provence, 1998. Thèse de doctorat, pp. 574-597; which updates, MAUREL, Marie-Joseph – *Histoire de la commune de Puimoisson*.
[78] If we follow the generally well-informed archivist Jean Raybaud, the Hospitallers built the parish church of Saint-Michel with the help of the inhabitants in the last third of the thirteenth century. RAYBAUD, Jean – *Histoire des grands prieurs et du grand prieuré de Saint-Gilles*. t. I. Ed. C. Nicolas. Nîmes: Imprimerie Clavel et Chastanier – A. Chastanier, 1904, p. 184. Nothing remains of the first state of this place of worship, which was entirely rebuilt on the initiative of the Hospitallers in 1496, then enlarged again in 1659-1660 by the addition of two chapels. MAUREL, Marie-Joseph – *Histoire de la commune de Puimoisson*, pp. 184-185. Strangely enough, as there were no topographical constraints, this church is not oriented and its chevet faces north-east.

Moisono"[79]. We can't determine if that applies to the fortified village (*castrum*) or to the Hospitaller house which was then remarkably fortified. The ambiguity is interesting in itself. The first occurrence of the term "*palatium*" appears in 1264[80]. We suppose that the apparition of this name corresponds to a new architectural program showing with spark the strength, now firmly established, of the ecclesiastical lordship. Yet, the medieval documentation doesn't give a single clue on the aspect of the building, other than "*bonum fortalicium*" in 1373[81]. The spaces quoted in the charters of the thirteenth century correspond to what we know of the usual composition of the commanderies: the one in Puimoisson therefore included a large room apparently near the main entrance, a porch, a refectory, a room of the commander, a cellar, a kitchen[82]. Note that, unlike Manosque, the palace was hosting the court of justice, at least in the fourteenth century[83]. Despite scanty information on the medieval state, the evocation of the palace in modern times is especially worthwhile for a comparison with Manosque.

[79] "*infra ospitale Podii Moisonis supra domo Peltorie*" (15 March 1232). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4861; "*extra portam domus ospitalis iusta parietem sale dicte domus*" (28 August 1233). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4826; "*in castro Hospitalis de Podio Moisono in camera preceptoris*" (4 September 1254). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4836; "*in castro Hospitalis Podii Moissoni in camera comendatoris*" (29 December 1259). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4827; "*in castro Hospitalis Podii Moisoni*" (23 December 1261). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4827, etc.

[80] "*apud Podium Moissonum in palatio*" (16 October 1264). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4852.

[81] "*et preceptor dicte domus sive preceptorie habet in dicto castro merum et mixtum imperium et totalem jurisdictionem, altam et bassam, et est dominus insolidum dicti loci, et habet ibi bonum fortalicium per se*" (minutes of the visit of June 1373). Città del Vaticano, Archivio Apostolico Vaticano, *Collectoriae*, 419 A, fol. 2rv. In 1338, the building was still described as a "*palatium*" when repairs were carried out. *Visites générales des commanderies*, p. 324.

[82] "*acta extra portam domus ospitalis iusta parietem sale dicte domus* (August 1233). 56 H 4826; *in porticu domus Hospitalis Podii Moyssoni*" (June 1235). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4855; "*apud hospitale de Podio Moisson in refectorio*" (January 1239). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4855; "*in camera preceptoris*" (4 September 1254). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4836; *ante granarii pallacii* (November 1293). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4836; "*Podiomoysoni infra palatium dicti loci de ospitali ante quoquinam*" (December 1255). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4862.

[83] "*in curia dicti Hospitalis ubi reddatur jus*" (February 1305). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4855; "*in curia palacii ubi jus reddi consuevit*" (February 1333). Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 4855.

Other than the visits of the order of Malta, we have a description at the beginning of the nineteenth century which gives a few dimensions[84]. Occupying a surface area of 524 m^2, the building developed on a rectangular plan of 27 m. by 25 m., with a courtyard of 16 m. by 14 m.. This building was then smaller than Manosque. It was flanked at three angles with 16 m. high crenelated circular towers and four other 12 m. high square towers, two of which were on the west side and the other two on the north and east sides (**Fig. 3**). Built in cut stone, the exterior perimeter was 1.50 m. wide, 12 m. high. In the nineteenth century, the main entrance seemed to have been on the east side[85]. But before that, it was on the south, through a so-called squared tower in which there were two doors separated by a wooden portcullis, a similarity with the house of Manosque[86].

According to the visits of the Order of Malta, the ground floor was the service area (cellar, ice house, stables) and the auditorium the area of justice, with a prison[87] (**Fig. 3.A**). On the first floor, the apartments of the commander expanded to the north wings, to the east and even to part of the southern wing; on the west aisle, a row of rooms with a kitchen were used by the farmer. A former gothic chapel, which occupied the rest of the south aisle, had been turned into a barn[88]. It was located above the gate within a square tower extended by a dovecote[89]. After the chapel was abandoned, the Hospitallers used the parish church next to the castle. According to a common usage in the commanderies, a tribune was reserved for the commander

[84] This is the description of a priest named Martin dated 1 September 1802 and reported by MAUREL, Marie-Joseph – *Histoire de la commune de Puimoisson*, pp. 293-295.
[85] As the description by the priest Martin and the plan published by J. Maurel indicate.
[86] If our interpretation is correct, this tower must not have been very prominent, since it is not shown on the plan, nor does the priest Martin mention it. The latter describes a knocker system protecting the portcullis, but the reference seems to apply to the eastern gateway, which was then considered the main access.
[87] Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, 56 H 263: minutes of the visits of 6 May 1689, 29-30 July 1762, 20 May 1772 and 13 September 1783.
[88] "de l'escalier du fermier, l'on a une ancienne et belle chapelle abandonnée, d'architecture gotique dont les murs sont encore en tres bon etat qui se trouve directement au dessus de la porte du château, et qui sert a present de grenier aux fermiers, au dessus de laquelle et dans la tour quarrée est le pigeonier peuplé" (1762); "une chapelle abandonnée depuis longtemps…ladite chapelle est voutée a croisillon bordée et eclairée par quatre petite fenestres… deux a l'espect du midi et deux a celuy du nord" (1783). According to the priest Martin, this chapel, known as "La Madeleine", was 12 m. long (6 cannes).
[89] On this symbol of seigneurial power: see FIGEAC, Michel – *Châteaux et vie quotidienne de la noblesse*, pp. 139-142. In Manosque, the dovecote was located on the circular tower in the north-east corner. It was attested as early as 1289, but its location at that time is not known. *Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290*, § 293.

with a direct access from the castle to the church[90]. The circular towers, which were cross-vaulted, were occupied by rooms or extensions (**Fig 3.B**). On the second floor, the garret, were the rooms of the servants, a classical disposition in modern castles. Finally, unlike in Manosque, we notice the presence of a wooden gallery in the western and southern aisles[91]. It seems to have originally been made for the commander to go directly from the southern aisle to the western aisle, probably to reach the stairway leading to the tribune in the church.

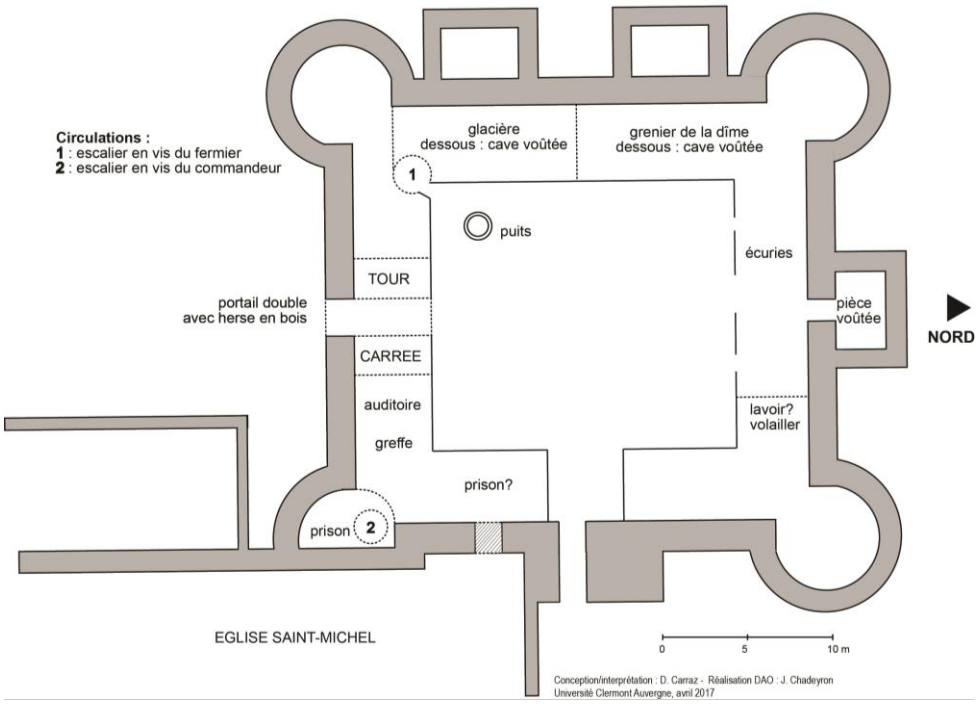


Fig. 3.A. – Puimoisson castle in the 17th-18th century - ground floor.

[90] In the summer of 1790, this "seigneurial tribune", which overlooked the commander's bench in the church, was demolished. It is not easy to trace its access from the castle: the descriptions all refer to the tribune being served by the so-called "staircase of the farmer", located opposite the church, in the south-west corner. In these conditions, one can only imagine a direct access from this staircase to the church, which would cross the south wing through the attic.

[91] This gallery, which was about 1.70 m wide (6-7 pans), was covered by a framework with a glazed tile roof. Stone and carpentry galleries were also built in the fifteenth century along the four wings of the nearby castle of Gréoux-les-Bains (see below on this building).

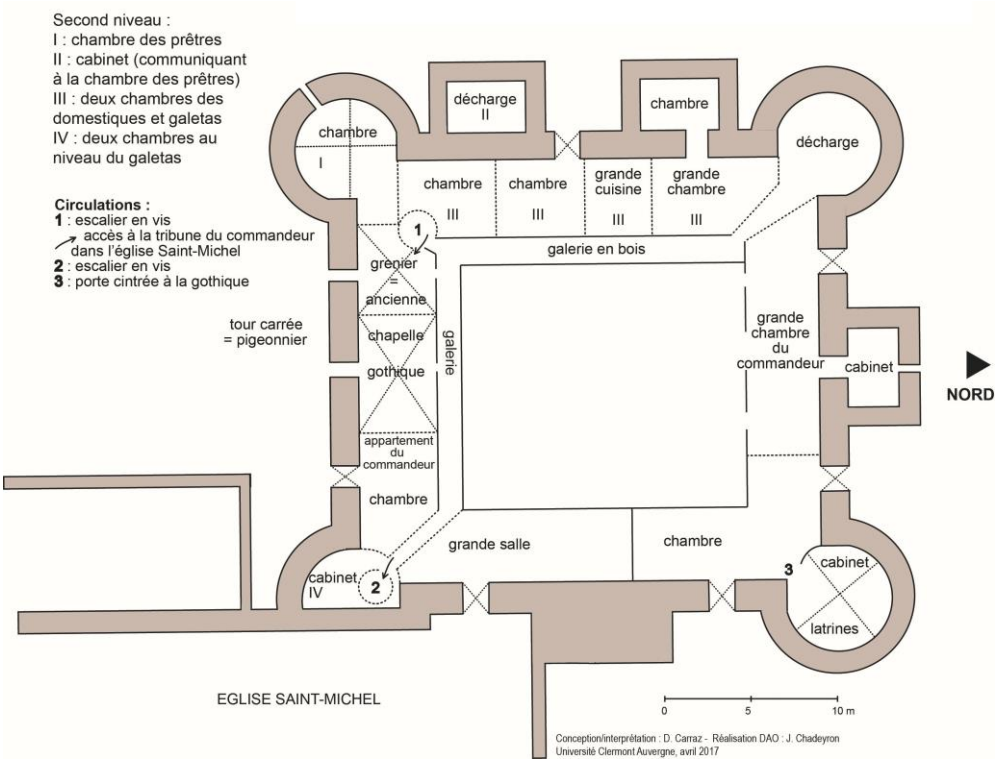


Fig. 3.B. – Puimoisson castle in the 17th-18th centuries – floor.

As in Manosque, everything suggests that the castle of Puimoisson, as it appeared between the seventeenth and early nineteenth centuries, largely matches the medieval monument, only impacted by some of the usual "modernization" that followed the Wars of Religion[92]: large crossed windows were built, a second level underneath the attic with a gable roof was added (**Ill. 1**). I would be inclined to locate the main phase of construction of the *palatium* of Puimoisson in the central decades of the thirteenth century. Like in Manosque, the Hospitaller lordship is then at the height of its power and its chief is a very important person: Féraud de Barras, who cumulated the charges of Prior of Saint-Gilles (1245-1269) and commander of Puimoisson (1246-1264)[93]. This nobleman, who came from a family based in the diocese of Digne, enjoyed coming to Puimoisson. There, he exercised full jurisdiction on behalf of the Hospital and received homage from the local lords. He could have decided to build a house that projected a certain social status. It wasn't quite the

[92] In the last third of the 16th century, the castle was first occupied by the Protestants and then taken over by the Catholics. So it played a real military role. MAUREL, Marie-Joseph – *Histoire de la commune de Puimoisson*, pp. 140-152.
[93] CARRAZ, Damien – *Un commandeur ordinaire*, pp. 336-337.

only monumental marker of the Hospitaller lordship because, in the same central decades of the thirteenth century, the brothers of Puimoisson rebuilt the church of Saint-Apollinaire, a "magnificent stone cube built like a fortress"[94] (**Ill. 2**). The intense building activity that we can imagine at this period in the Hospitaller lordships of Manosque and Puimoisson was related to a certain renewal of the fortified architecture which was a trademark in Provence at the time.



Ill. 1 – The castle of Puimoisson before its destruction (after M.-J. Maurel, 1897).

[94] Located 3 km east of Puimoisson, the church of Saint-Apollinaire was acquired by exchange in 1233. On the borrowings from military architecture and on dating, see THIRION, Jacques – "À propos des découvertes de Puimoisson", pp. 14-23.



Ill. 2 – The church of Saint-Apollinaire of Puimoisson (© D. Carraz).

A renewal of fortified architecture

The Capetian rule over Languedoc and Provence through the Angevine branch, induced the rebuilding – or more rarely the creation *ex nihilo* – of numerous fortified sites[95]. However, we attribute to this context the introduction in meridional ground of the quadrangular designed castle with a courtyard. Let's just mention a few examples[96]. The fortress of Beaucaire (Gard), having probably been rebuilt since the reign of Louis VIII and finished under his successor's rule, shows a vast trapezoidal perimeter wall with circular towers[97]. Not far from there in Fourques, the old castle of the counts of Toulouse was entirely rebuilt by the Capetians at an unclear date, sometime between the reign of Saint Louis and Philippe le Bel: we find a rectangular design flanked by angular quadrangular towers, with buildings on the curtain walls. In even more modest proportions, the square of Châteaurenard (Bouches-du-Rhône) was rebuilt by the count of Provence in the last third of the thirteenth

[95] Despite the numerous monographs, a comprehensive survey of the subject is still lacking. In the meantime, some elements can be found in DIELTIENS, Dominique – *Châteaux et forteresses du Midi*. Portet-sur-Garonne: Loubatières, 2011, pp. 82-100.
[96] On the origin of the so-called "château philippien" in the royal domain: CIVEL, Nicolas – *La fleur de France. Les seigneurs d'Ile-de-France au XII^e siècle*. Turnhout: Brepols, 2006, pp. 124-139.
[97] CONTESTIN, Maurice – "Le château de Beaucaire". *Bulletin monumental* 131 (1973), pp. 129-136.

century: the central trapezoidal body (23 m x 11 m) shows four circular towers[98]. Closer to Manosque and Puimoisson, the castle of Gréoux features a more complex ensemble, like Manosque, with a farm yard and a first perimeter wall[99]. The dimensions are comparable (49 m x 38 m) and the quadrangular design shows an exemplary regularity. The reconstruction of the former castle shows large volumes of living space in the aisles, a row of rooms on two levels and, on the other side a vast square tower leads the defense on the north west angle. The ambitious program, probably commissioned by Arnaud de Trian in the second quarter of the fourteenth century, appears later than Manosque, which could have been used as a model[100].

Finally, in Manosque itself, besides the large destruction, some remains attest the fortification program engaged by the Hospitallers. On the Mont d'Or hill, where the former castle was, we find the remains of a little fortified ensemble (**Ill. 3**). It is composed of a high master tower surrounded by a square perimeter wall, protected by prominent circular towers[101]. This stronghold, ruled by a *preceptor castri*, could have been reconstructed in the second third of the thirteenth century, maybe when the Hospitallers were rebuilding their castle in the lower city.

[98] DIELTIENS, Dominique – *Châteaux et forteresses du Midi*, pp. 260-262.

[99] CLAUDE, Sandrine – *Le château de Gréoux-les-Bains (Alpes-de-Haute-Provence). Une résidence seigneuriale du Moyen Âge à l'époque moderne*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2000.

[100] It should be noted that the Order of the Hospital owned this castle between 1307 and 1324. But its reorganisation is most probably due to the great personality of Arnaud de Trian. CLAUDE, Sandrine – *Le château de Gréoux-les-Bains*, p. 140.

RAYNAUD, Frédéric – "Manosque, Mont d'Or". In *Provence-Alpes-Côte d'Azur. Bilan scientifique 1994*. Aix-en-Provence: DRAC-SRA, 1995, p. 23; CLAUDE, Sandrine – "De l'Antiquité au bas Moyen Âge: Manosque ou la genèse de la ville moderne", pp. 40-43. This type of "secondary fortification", which often favours high ground, has begun to be inventoried on the scale of Provence. DADURE, Maxime – "Les fortifications privées secondaires dans la Provence du XIII[e] siècle: regard archéologique sur la bastide". *Provence historique* 66 (2016), pp. 303-326.



Ill. 3 – Manosque, tower of Mont d'Or (© D. Carraz)

Apart from the model, the aspect of the two Hospitaller castles is very close to some important commanderies of cities or big villages. The Templar house of Monfrin, for example, showed many attributes of the urban palace, as well as elements of military architecture – massive walls with little openings and square crenelated towers at the angles[102]. Even more than the "military" status of its occupants, this type of program should be seen as a manifestation of seigneurial domination. The episcopal palaces are built in the same spirit, like the one of the archbishops of Arles in Salon which really had the status of an urban castle[103]. Probably rebuilt in the second half of the thirteenth century, it was noticeable, with its two towers. A closed forecourt fronted the castle, with a gateway protected by a ditch and draw bridge. The gateway

[102] CARRAZ, Damien; ASPORD-MERCIER, Sophie – "Le programme architectural d'un pôle seigneurial: la commanderie de Montfrin (Gard)". In MATTALIA, Yoan (ed.) – *Organiser l'enclos: sacré et topographie dans les maisons hospitalières et templières du Midi de la France*. *Archéologie du Midi médiéval* 28 (2010), pp. 297-316.
[103] FORMIGÉ, Jules – "Le château de Salon (Bouches-du-Rhône)". *Bulletin monumental* 75 (1911), pp. 226-246.

was a real place of expression of the seigneurial power and we can picture a similarly monumentalized entrance front in Manosque. Indeed, dozens of charters have been written "before the iron door of the palace" of the Hospitallers. All these dispositions show the means actually used by the Military Order: the defensive system with portcullis was not exactly an innovation, but it had not been seen in Provence before Charles I of Anjou. In the middle of the thirteenth century, the use of a draw bridge was still limited to princely fortresses (Beaucaire, Hyères)[104].

The Hospitaller castles of Manosque and Puimoisson (the latter could be seen as a reduced model of the former), were integrated in the innovative trends of military architecture of Provence in the thirteenth century. An originality particularly strikes the attention: the position of the chapel above the entrance. To our knowledge, it hasn't been seen in any castle or palace in Provence, so we could wonder if it were a particularity of the Hospital, maybe brought from the Holy Land, where prestigious examples exist, the most accomplished one in its form being probably the castle of Belvoir. The Templars also positioned the chapel above the entrance at Latrun (around 1180?) and at Sidon Sea Castle (after 1260), where the sacristy next to the chapel defended the entrance of the place[105]. In the templar castle of Miravet, in Aragon, the high chapel, placed on the northern aisle of the quadrangle, flanked the dungeon defending the entrance to the second perimeter wall[106].

With their impressive volumes both monuments of Manosque and Puimoisson dominated the urban core of their respective agglomerations and the visibility of their fortified character clear showed the nobility and the military power of the Hospitallers. As eminent lords, they were able to prepare for war if requisitioned by

[104] CORVISIER, Christian – "Le château d'Hyères et la fortification capétienne sous le règne de Charles d'Anjou à Hyères et à Brégançon". In *Var. Congrès archéologique de France (160e session, 2002)*. Paris: Société Française d'Archéologie, 2005, pp. 166-168; DIELTIENS, Dominique – *Châteaux et forteresses du Midi*, p. 194.

[105] PRINGLE, Denys – "Castle chapels in the Frankish East". In FAUCHERRE, Nicolas; MESQUI, Jean; PROUTEAU, Nicolas (eds.) – *La fortification au temps des croisades*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2004, pp. 29-32. The chapel was also located on the first floor in the small Hospitaller fortress of Belmont (Suba).

[106] FUGUET SANS, Joan – "L'architecture militaire des commanderies templières de la Couronne d'Aragon". In LUTTRELL, Anthony; PRESSOUYRE, Léon (eds.) – *La Commanderie, institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*. Actes du premier colloque international du Conservatoire Templier et Hospitalier (Sainte-Eulalie de Cernon, 13-15 octobre 2000). Paris: Éditions du CTHS, 2002, pp. 193-194.

the count of Provence (cavalcade), the castle of Manosque being highly armed[107]. However, the castles played a real military role during the wars of religion rather than under the Hospitaller rule. Anyway, scholars are aware that the symbolism of castle architecture cannot be ignored. As Alain Salamagne says, ditches, walls, draw bridges, crenellations and machicolation were the "plastic symbols" that represented seigneurial power[108]. While the complexity of the architectural program is intended to represent the power and wealth of the builder, the quadrangular plan, adopted primarily to manifest princely domination, refers to the idea of hierarchical order. In this respect, in Manosque as in Puimoisson, the Hospitallers were part of the continuity of a power of kingly nature inherited from the Counts of Forcalquier and Provence.

Bibliographical References

Manuscript Sources

Città del Vaticano, Archivio Apostolico Vaticano, *Collectoriae*, 419 A.

Digne-les-Bains, Archives Départementales des Alpes-de-Haute-Provence, L 383.

Manosque, Archives municipales de Manosque, KKb 23.

Marseille, Archives départementales des Bouches-du-Rhône, B 303; 56 H 68; 56 H 126; 56 H 252; 56 H 263; 56 H 835; 56 H 841; 56 H 849bis; 56 H 4627; 56 H 4628; 56 H 4629; 56 H 4632; 56 H 4633; 56 H 4636; 56 H 4638; 56 H 4639; 56 H 4640; 56 H 4641; 56 H 4652; 56 H 4666; 56 H 4668; 56 H 4676; 56 H 4677; 56 H 4682; 56 H 4826; 56 H 4827; 56 H 4836; 56 H 4852; 56 H 4855; 56 H 4861; 56 H 4862.

Paris, Bibliothèque Nationale de France, ms lat. 16.

[107] The term "garrison" (*stablida*) was indeed applied to the men assigned to guard it, according to the "*Status baiulie*" of 28 June 1299. *Comptes de la commanderie*, suppl., p. 148. The "*fortalicium*" of Mont d'Or also contained weapons.

[108] SALAMAGNE, Alain – "Le symbolisme monumental et décoratif : expression de la puissance seigneuriale", in *Seigneurs et seigneuries au Moyen Âge*. *117e Congrès national des Sociétés savantes, Histoire médiévale*. Clermont-Ferrand: Éditions du CTHS, 1992, pp. 563-579.

Printed sources

Cartulaire du prieuré de Saint-Gilles de l'Hôpital de Saint-Jean de Jérusalem (1129-1210). Ed. D. Le Blévec, A. Venturini. Turnhout-Paris: Brepols, 1997.

Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers de Saint-Jean-de-Jérusalem (1100-1310). 4 vols. Ed. J. Delaville le Roulx. Paris : E. Le Roux, 1894-1906.

COLOMBI, Jean – *Histoire de Manosque* [1662]. Trad. H. Pellicot [1799]. Apt: Imprimerie de Joseph Tremollière, 1808.

Comptes de la commanderie de l'Hôpital de Manosque pour les années 1283 à 1290. Ed. K. Borchardt, D. Carraz, A. Venturini. Paris: Éditions du CNRS, 2015.

Livre des privilèges de Manosque. Cartulaire municipal latin-provençal (1169-1315). Ed. M.-Z. Isnard. Paris-Digne: Impr. de Chaspoul, Constans et Vve Barbaroux, 1894.

RAYBAUD, Jean – *Histoire des grands prieurs et du grand prieuré de Saint-Gilles*. t. I. Ed. C. Nicolas. Nîmes: Imprimerie Clavel et Chastanier – A. Chastanier, 1904.

Recueil des actes des comtes de Provence de la Maison de Barcelone - Alphonse II et Raymond-Berenger V (1196-1245). Ed. F. Benoit. Paris: A. Picard, 1925.

SHATZMILLER, Joseph – *Médecine et justice en Provence médiévale. Documents de Manosque, 1262-1348*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1989.

Visites générales des commanderies de l'ordre des Hospitaliers dépendantes du Grand Prieuré de Saint-Gilles (1338). Ed. B. Beaucage. Aix-en-Provence: Université de Provence; Marseille: Laffitte, 1982.

Studies

BELTJENS, Alain – "Trois questions à propos de l'hospitalier Gérard". *Bulletin de la Société de l'histoire et du patrimoine de l'Ordre de Malte* 19 (2007), pp. 3-59.

BUCCIO, Vincent (dir.) – *Manosque. Place du Terreau. Rapport de diagnostic*. Service départemental d'archéologie des Alpes de Haute-Provence, février 2017.

CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la basse vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005.

CARRAZ, Damien – "Archéologie des commanderies de l'Hôpital et du Temple en France (1977-2007)". *Cahiers de recherches médiévales et humanistes* 15 (2008), pp. 175-202.

CARRAZ, Damien – *Un commandeur ordinaire? Bérenger Monge et le gouvernement des hospitaliers provençaux au XIII^e siècle*. Turnhout: Brepols, 2020.

CARRAZ, Damien; ASPORD-MERCIER, Sophie – "Le programme architectural d'un pôle seigneurial: la commanderie de Montfrin (Gard)". In MATTALIA, Yoan (ed.) – *Organiser l'enclos: sacré et topographie dans les maisons hospitalières et templières du Midi de la France*. *Archéologie du Midi médiéval* 28 (2010), pp. 297-316.

CIVEL, Nicolas – *La fleur de France. Les seigneurs d'Ile-de-France au XII^e siècle*. Turnhout: Brepols, 2006.

CLAUDE, Sandrine – *Le château de Gréoux-les-Bains (Alpes-de-Haute-Provence). Une résidence seigneuriale du Moyen Âge à l'époque moderne*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2000.

CLAUDE, Sandrine – "De l'Antiquité au bas Moyen Âge: Manosque ou la genèse de la ville moderne". *Bulletin de la Société scientifique et littéraire des Alpes de Haute Provence* 343-344 (2001), pp. 27-69.

CLAUDE, Sandrine – "Impact et limites de la seigneurie de l'Hôpital sur l'évolution et les dispositions du paysage urbain à Manosque (XIII^e-XIV^e siècles)". In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les ordres religieux militaires dans la ville médiévale (1100-1350). Actes du colloque de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*. Clermont-Ferrand: Presses de l'Université Blaise Pascal, 2013, pp. 273-290.

CLAUDE, Sandrine – "La commanderie des Hospitaliers de Saint-Jean-de-Jérusalem à Manosque: un édifice seigneurial en Provence (fin XII^e-fin XV^e siècle)". In FERNANDES, Isabel Cristina (ed.) – *Castelos das Ordens Militares. Encontro internacional (Tomar, 10-13 Outubro 2012)*. Palmela: Direcção-Geral do Património Cultural; Câmara Municipal de Palmela, 2013, vol. 2, pp. 275-291.

CONTESTIN, Maurice – "Le château de Beaucaire". *Bulletin monumental* 131 (1973), pp. 129-136.

CORVISIER, Christian – "Le château d'Hyères et la fortification capétienne sous le règne de Charles d'Anjou à Hyères et à Brégançon". In *Var. Congrès archéologique de France (160^e session, 2002)*. Paris: Société française d'archéologie, 2005, pp. 161-174.

DADURE, Maxime – "Les fortifications privées secondaires dans la Provence du XIII^e siècle: regard archéologique sur la bastide". *Provence historique* 66 (2016), pp. 303-326.

DESCHAMPS, Paul – *Les châteaux croisés en Terre sainte*. T. I. *Le Crac des Chevaliers. Étude historique et archéologique*. Paris: Paul Geuthner, 1934, 2 vols.

DIELTIENS, Dominique – *Châteaux et forteresses du Midi*. Portet-sur-Garonne: Loubatières, 2011.

FIGEAC, Michel – *Châteaux et vie quotidienne de la noblesse. De la Renaissance à la douceur des Lumières*. Paris: Armand Colin, 2006.

FORMIGÉ, Jules – "Le château de Salon (Bouches-du-Rhône)". *Bulletin monumental* 75 (1911), pp. 226-246.

FUGUET SANS, Joan – "L'architecture militaire des commanderies templières de la Couronne d'Aragon". In LUTTRELL, Anthony; PRESSOUYRE, Léon (eds.) – *La Commanderie, institution des ordres militaires dans l'Occident médiéval*. *Actes du premier colloque international du Conservatoire Templier et Hospitalier (Sainte-Eulalie de Cernon, 13-15 octobre 2000)*. Paris: Éditions du CTHS, 2002, pp. 187-217.

MAGNAN, Pierre – *Chronique d'un château hanté*. Paris: Gallimard, 2008.

MAUREL, Marie-Joseph – *Histoire de la commune de Puimoisson et de la commanderie des chevaliers de Malte*. Paris: A. Picard et fils, 1897.

MESQUI, Jean – "La fortification des croisés au temps de saint Louis au Proche-Orient". *Bulletin monumental* 164/1 (2006), pp. 5-29.

MOULINIER-BROGI, Laurence – "'Palais': la singulière fortune d'un mot". In CORNETTE, Joël; AUZÉPY, Marie-France (eds.) – *Palais et pouvoir. De Constantinople à Versailles*. Saint-Denis: Presses universitaires de Vincennes, 2003, pp. 295-308.

PASTOUREAU, Michel – *Vert: histoire d'une couleur*. Paris: Seuil, 2013.

PÉCOUT, Thierry – *Une société rurale du XII^e^ au XV^e^ siècle en Haute-Provence. Les hommes, la terre et le pouvoir dans le pays de Riez*. Aix-Marseille: Université de Provence, 1998. Thèse de doctorat.

PÉCOUT, Thierry – "De Saint-Cannat à Saint-Cannat: les résidences de l'évêque de Marseille, XII^e^-XIV^e^ siècle". *Provence historique* 66 (2016), pp. 345-366.

PRINGLE, Denys – "Castle chapels in the Frankish East". In FAUCHERRE, Nicolas; MESQUI, Jean; PROUTEAU, Nicolas (eds.) – *La fortification au temps des croisades*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2004, pp. 25-41.

RAYNAUD, Frédéric – "Manosque, Mont d'Or". In *Provence-Alpes-Côte d'Azur. Bilan scientifique 1994*. Aix-en-Provence: DRAC-SRA, 1995, p. 23.

REYNAUD, Félix – *La commanderie de l'Hôpital de Saint-Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte à Manosque*. Gap: Société d'études des Hautes-Alpes, 1981.

SALAMAGNE, Alain – "Le symbolisme monumental et décoratif: expression de la puissance seigneuriale". In *Seigneurs et seigneuries au Moyen Âge*. *117^e^ Congrès national des Sociétés savantes, Histoire médiévale*. Clermont-Ferrand: Éditions du CTHS, 1992, pp. 563-579.

THIRION, Jacques – "À propos des découvertes de Puimoisson. Quelques exemples de la diversité des églises des ordres militaires". *La Sauvegarde de l'Art français* 4 (1987), pp. 5-30.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CARRAZ, Damien– "Two thirteenth-century hospitaller castles in Provence: Manosque and Puimoisson according to written sources". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 229-263. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

RECENSÕES

BOOK REVIEWS

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Recensão / Review:

MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Las Claves del lenguage simbólico*. Albacete: Uno Editorial, 2022 (362 pp.)

&

MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Signos, Iconos y tropos en la cultura*. Albacete: Uno Editorial, 2022 (616 pp.)

Pedro Chambel

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1099-032 Lisboa, Portugal

pedrochambel@live.com.pt
https://orcid.org/0000-0002-0976-7748

Data recepção do artigo / Received for publication: 4 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6314



Las claves del lenguage simbólico e *Signos, iconos y tropos* são os mais recentes trabalhos publicados pelo antropólogo, historiador das mentalidades, docente universitário e investigador Mariño Ferro. No primeiro, volta a debruçar-se sobre um tema que tão bem conhece e que já tinha abordado em outros importantes trabalhos, nomeadamente no excelente estudo sobre simbologia animal antiga e medieval, *O Simbolismo Animal*. Neste novo trabalho, Marinõ Ferro, que já colaborou com a nossa revista, começa por apresentar definições para as palavras "sinais", "símbolos" e "tropos", enquanto instrumentos para o estudo que se segue, nomeadamente, em busca da definição que melhor se adeque a "símbolo". Depois de considerar conceitos com ele aparentados a nível da linguagem, como "metáfora", "sinais" e "sinédoque", assinala que o primeiro autor que designou de forma moderna a palavra foi o neoplatónico Jâmblico, que viveu entre os séculos III e IV e que realizou o assinalável contributo de remeter o seu significado para o mundo do indizível, do divino. Este autor considerava que o símbolo era uma imagem consagrada aos seres superiores[1]. Mas Mariño Ferro vai um pouco mais longe e acaba por nos apresentar aquela que para ele continua a ser a melhor definição do vocábulo, a que se encontra no dicionário da Real Academia espanhola que o define como "imagem, figura, ou divisa com que materialmente, ou de palavra, se representa um conceito, por alguma semelhança ou correspondência que o entendimento percebe entre este conceito e aquela imagem"[2]. Depois de encontrar a definição que melhor se adequa a "símbolo", o autor faz uma breve resenha do estudo deste no ocidente europeu, referindo como as sociedades que nele se desenvolveram, a partir do Renascimento e principalmente da época das Luzes, esqueceram a maior parte dos conteúdos simbólicos que o primeiro tinha herdado das sociedades medievais e antigas. Este movimento prolongou-se até ao século XIX, quando o estudo do subconsciente levado a cabo por Freud e Jung acabou por os resgatar. Mas Mariño Ferro critica o primeiro autor por ter considerado os símbolos universais e não próprios de uma cultura, no âmbito de uma visão evolucionista das sociedades. A mesma crítica faz a Jung. A este autor ainda censura tê-los considerado

[1] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Las Claves del lenguage simbólico*. Albacete: Uno Editorial, 2022, p. 32.
[2] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Las Claves del lenguage simbólico,* p. 33.

inatos e portanto não inventados pelas sociedades, considerando-os produtos da atividade do subconsciente[3]. Mariño Ferro menciona depois a importante pesquisa levada a cabo pelo antropólogo Dan Sperer, que procurou as propriedades universais do entendimento humano. Sperer colocou o enfoque no dispositivo simbólico, considerando-o como um conjunto de crenças, ou seja como um conhecimento não científico, definição insuficiente e pouco adequada para o nosso autor[4]. Mais decisivos avanços foram dados no enfoque semântico pelo historiador da arte Emile Mâle e pelo antropólogo e historiador das religiões Mircea Eliade, ao tentarem encontrar explicações para os símbolos entre os testemunhos que nos chegaram dos próprios membros das sociedades que os elaboraram[5], no caso do primeiro ao pesquisar nas fontes medievais[6]. Em suma, como Mariño Ferro sublinha, a partir dos trabalhos de campo que realizou na Bolívia e na Galiza, mas também pelo estudo das simbologias medieval e da Antiguidade, se os símbolos, como muitas metáforas da vida quotidiana, podem estar cobertos de uma capa subconsciente mais ou menos densa, têm significados conscientes para os membros da comunidade que os cria[7]. Baseado nos estudos que realizou, o autor aborda de seguida as funções dos símbolos, particularizando como pretendem transmitir e criar valores, comunicar com eficácia e tornar visível o invisível. Segue-se uma intensiva análise das diversas unidades significantes dos símbolos, referindo como se apresentam e se relacionam com os significados em capítulos ilustrados com múltiplos exemplos que se revelam preciosos para o leitor, nomeadamente ao referir como chegam a adquirir uma particular complexidade, tornando-se mais elaborados, rumo a outras "magnitudes". Por fim, assinala, analisando-os, os casos em que mais do que um significante se combinam para especificar os significados pretendidos. No final da obra, apresenta um importante e elucidativo resumo dos símbolos que foram estudados e mencionados, explicitando-se os seus significados.

[3] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Las Claves del lenguage simbólico,* p. 36-45.
[4] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Las Claves del lenguage simbólico,* p. 45-48.
[5] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Las Claves del lenguage simbólico,* p. 50.
[6] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Las Claves del lenguage simbólico,* p. 51.
[7] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Las Claves del lenguage simbólico,* p. 56.

No segundo livro*, Signos, iconos e tropos*, o autor começa por apresentar o âmbito do seu estudo afirmando que deseja mostrar o amplo emprego dos signos, ícones e símbolos na cultura ocidental. Deste modo, o seu estudo estende-se desde a Antiguidade até à cultura popular contemporânea ocidental, embora também cite exemplos de outras culturas e civilizações, como é o caso em que analisa as linguagens humanas do presente e do passado. Na introdução, Mariño Ferro começa por assinalar os contributos decisivos para a definição de cultura de Edward Tylor e Franz Boas[8] e como estes autores ampliaram o seu âmbito, levando a que antropólogos e estudiosos da cultura aprofundassem as suas pesquisas, dando especial enfoque ao papel da linguagem no desenvolvimento humano. O autor conclui que os sistemas de comunicação humanos se compõem de "coisas que representam outras coisas"[9], introduzindo, deste modo, a linguagem simbólica, que afirma ser própria das sociedades humanas, pois os vestígios da sua utilização recuam à pré-história, como é possível observar nos testemunhos que dela nos chegaram. A partir da definição dos "signa", "tudo o que a partir de uma convenção aceitada previamente pode entender-se como uma coisa que está no lugar de outra"[10], e de referir como se compõem de um significante, a entidade portadora da mensagem, e significado, ou seja a mensagem, define os seus componentes: o signo, o ícone e o tropos, referindo que prefere este termo a símbolo, pois "tropos" é portador de um significado mais amplo. Segundo o autor, "tropos" produz uma mudança de significado nas palavras e objetos com que mantem algum tipo de conexão ou correspondência[11]. Feita esta apresentação, são estudados de forma exaustiva mas sobretudo esclarecedora, os componentes dos "signa", ilustrados com múltiplos exemplos. Particularmente importante para os estudiosos da medievalidade é o capítulo dedicado ao tropos, o mais extenso, pois, como o autor confessa, "o termo oferece uma vista panorâmica quase infinita", onde Mariño Ferro estuda e enumera os bestiários medievais, incluindo o das esculturas, depois de destacar o papel primordial para o género do *Fisiólogo*, e a heráldica. O âmbito do estudo levado a cabo pelo antropólogo cultural é vastíssimo e compreende um

[8] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Signos, Iconos y tropos en la cultura*. Albacete: Uno Editorial, 2022, 14-18.
[9] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Signos, Iconos y tropos en la cultura*, p. 18.
[10] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Signos, Iconos y tropos en la cultura*, p. 18.
[11] MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Signos, Iconos y tropos en la cultura*, pp. 18-19.

elevado número de exemplos, convenientemente agrupados por denominações precisas. O livro acaba assim por se revelar como uma enciclopédia dedicada ao simbolismo, uma obra estimulante para os estudantes da cultura e das mentalidades, particularmente da Idade Média, embora o âmbito do seu estudo seja bem mais vasto. São, em suma, duas leituras interessantíssimas que aconselho a todos os que pretendem aprofundar o papel crucial da semiótica na história da cultura e da civilização ocidentais.

Referências bibliográficas

ALLEAU, René – *La Science des Symboles*. Paris: Payot, 1977

BEIJGEDER, Olivier – *La Symbolique*. 5.ª Ed. Paris: P.U.F., 1981.

BOURDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, s.d.

CHAMPEAUX, Gerard de; STERCKX, Sebastien – *Introducción a los Símbolos*. 3.ª Ed. Madrid: Ediciones Encuentro, 1992.

DAVY, Marie-Madeleine – *Initiation à la Symbolique Romane (XII^{e} Siècle)*. Paris: Flammarion, 1977.

DURAND, Gilbert – *A Imaginação Simbólica*, Lisboa: Edições 70, 1985.

DURAND, Gilbert – *As Estruturas Antropológicas do Imaginário - Introdução à Arquitepologia Geral*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ELIADE, Mircea – *Images et Symboles-Essay sur le Symbolisme Magico-Religieuse*. Paris: Gallimard, 1952.

ELIADE, Mircea – *O Sagrado e o Profano-A Essência das Religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d..

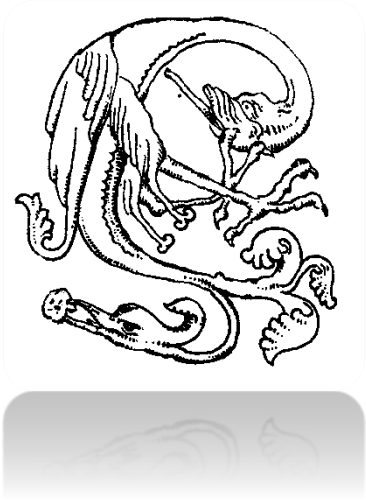
ELIADE, Mircea – *Aspectos do Mito*. Lisboa: Edições 70, s.d

GONÇALVES, Maria Isabel – *Imagens e Símbolos Animais na Poesia Greco-Latina*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1983.Tese de doutoramento.

MARIÑO FERRO, Xavier – *El Simbolismo Animal - Creencias y Significados en la Cultura Occidental*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1996.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CHAMBEL, Pedro – "MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Las Claves del Lenguage Simbólico*. Albacete: Uno Editorial, 2022 (362 pp.) & MARIÑO FERRO, Xosé Ramón – *Signos, Iconos y tropos en la cultura*. Albacete: Uno Editorial, 2022 (616 pp.)". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 267-272. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Recensão / Review:

GRAS, Samuel; LEGARÉ, Anne-Marie (dir.) – *Lumières du Nord. Les manuscrits enluminés français et flamands de la Bibliothèque nationale d'Espagne*. Lille: Presses universitaires du Septentrion, 2021 (368 pp.)

Delmira Espada Custódio

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1099-032 Lisboa, Portugal

delmiraespada@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-6393-6445

Data recepção do artigo / Received for publication: 1 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6308

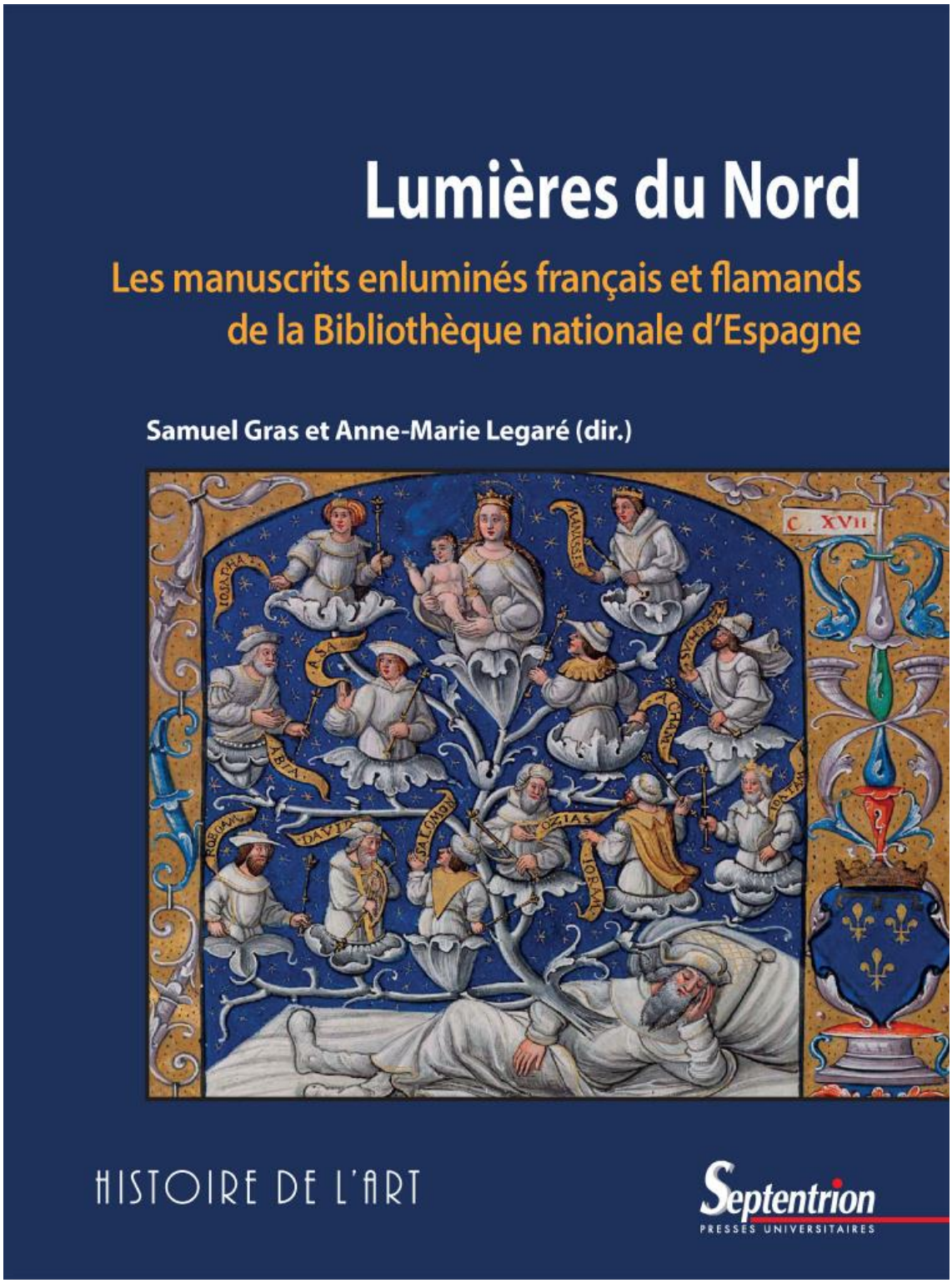


Fig. 1 – Capa da publicação.

A presente publicação, editada em 2021 pela Universidade de Lille, foi dirigida por Samuel Gras, membro associado do IRHiS e colaborador científico da Biblioteca Nacional de Espanha (BNE), e Anne-Marie Legaré, professora emérita de História da Arte Medieval na Universidade de Lille. Destinada a um público mais restrito, compreende a grande maioria das comunicações apresentadas em Lille (29 de Março) e Madrid (7 de Junho de 2018), no âmbito do projecto *HispaNord. De l'Europe du Nord à Espagne: les manuscrits enluminés d'origine française et flamande de la Bibliothèque Nationale d'Espagne,* e três textos suplementares cuja relevância para o estudo do fundo madrileno justificou a sua inclusão. Estas jornadas de estudos, integradas num projecto mais amplo, *Proyecto Codex*, coordenado por Javier Docampo, investigador de reconhecido mérito e Director do Departamento de manuscritos e incunábulos da BNE, recentemente falecido, tiveram por objectivo o estudo, preservação, catalogação e divulgação deste importante legado patrimonial. Todas estas iniciativas, Encontro científico com a publicação das actas e as duas exposições de Madrid[1] com edição dos respectivos catálogos, a par da correcta catalogação, digitalização e integração dos códices em plataformas que assegurassem o acesso gratuito às obras, tais como a Biblioteca Digital Hispánica (BDH)[2] e a World Digital Library (WDL)[3], constituíram um avanço muito significativo para o estudo deste importante núcleo bibliográfico.

A exposição *Luces del norte. Manuscritos iluminados franceses y flamencos de la BNE,* que teve lugar na BNE entre 29 de Abril e 5 de Setembro de 2021, deu a conhecer os 70 melhores exemplares da colecção e foi acompanhada por um volumoso catálogo de capa dura, com 502 páginas amplamente ilustradas, editado pela BNE e pelo Centro de Estudos Europa Hispânica (CEEH) em memória de Javier Docampo Capilla (1962-2020), com vista à sua divulgação junto de um público mais alargado. No âmbito do mesmo projecto, já havia sido realizada na BNE, entre 10 de Outubro de 2019 e 4 de Janeiro de 2020, a exposição *un museo en miniatura: el Libro de horas de*

[1] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Un museo en miniatura: el Libro de horas de Carlos V* e *Luces del norte. Manuscritos iluminados franceses y flamencos de la BNE*.
[2] *Biblioteca Digital Hispánica* [Em linha]. Madrid: Biblioteca Nacional de España, 2022. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em: http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html.
[3] *World Digital Library* [Em linha]. Washington: Library of Congress, 2022. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em: http://www.wdl.org/fr/

Carlos V (Vitr/24/3, Cat. 132)[4], comissariada por Javier Docampo, que proporcionou um contacto privilegiado com vários fólios do códice, uma vez que o mesmo se encontrava desencadernado, em virtude de uma intervenção de restauro.

No volume em apreço, o primeiro contributo, da medievalista Faith Wallis, especialista em história da ciência e da medicina na Universidade McGill, Toronto, incide sobre o Mss/9605 (Cat. 2)[5], uma obra vocacionada para a instrução, de carácter enciclopédico, muito difundida nos meios monásticos e clericais, entre os séculos IX e XIII (pp. 19-72). Comummente designados por Álbuns Científicos, estes códices contêm informações várias relacionadas com o cômputo e outros textos dedicados a assuntos astronómicos, cosmológicos e matemáticos, médicos, históricos, geográficos e, também, prognósticos. O exemplar de Madrid, que a autora confronta com outros códices análogos de origem francesa, data do século XI (1026) e é ricamente iluminado, apresentando diagramas e páginas de grande beleza, integrados numa estrutura organizativa singular que reflecte as escolhas do seu compilador.

Seguem-se dois textos mais curtos da investigadora francesa do IRHT, Patricia Stirnemann, onde a autora começa por sublinhar, de forma implícita, a fragilidade de uma visão parcial e a humildade que deve reger qualquer investigação. O primeiro (pp. 73-92), apresenta um estudo detalhado sobre o Vitr/23/8 (Extra Cat.)[6], um Saltério inglês do século XII mandado fazer por Godofredo V, o *Plantageneta*, duque de Anjou, e sua esposa a imperatriz Matilde de Inglaterra, tendo como destinatário Fulque V de Anjou, pai de Godofredo. Escrito em Inglaterra, contém um conjunto de orações dedicadas a Melisende, rainha de Jerusalém, esposa de Fulque, que foram acrescentadas em Angers. A autora analisa o texto e as festividades assinaladas no calendário e na Litania, estabelecendo uma interessante relação entre o códice madrileno e o Saltério Egerton, da British Library, que lhe

[4] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Livro de Horas*, Vitr/24/3 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000051953&page=1.
[5] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Tratados vários de cômputo eclesiástico*, MSS/9605 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000054177&page=1.
[6] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Saltério*, Vitr/23/8 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000012663&page=1.

permite fundamentar a atribuição destes códices a duas famílias com pontos de contacto – a Casa Real de Inglaterra e o condado de Anjou - e reconstituir o seu percurso, recorrendo, também, a aspectos materiais, de pequena percepção, como o estudo das migrações.

O segundo texto (pp. 93-107), versa sobre três Bíblias parisienses do século XIII - Mss/599 (Cat. 22)[7]; Vitr/23/7 (Cat. 21)[8] e Res/188 (Cat. 19)[9] -, que fazem parte de um grupo de 36 Bíblias agrupadas por Robert Branner em 1977 sob a designação de atelier ‹‹Aurifaber››. Dos três exemplares madrilenos a autora atribui as duas primeiras ao Mestre e a última a um artista mais modesto, fornecendo, ainda, um conjunto de indicações formais e iconográficas que ajudam a posicionar cronologicamente a sua iluminura.

Maria Alessandra Bilotta, investigadora do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, reflecte sobre a circulação de manuscritos jurídicos tolosanos entre a região do Midi e a Península Ibérica (pp. 109-140). A partir do estudo do Mss/12082 (Cat. 67)[10], um códice latino de grande formato procedente da catedral de Ávila, cuja iluminura principal está atribuída ao Mestre do Missal de Augier de Cogeux e seus colaboradores, a autora avalia a influência recíproca entre os livros destas regiões, no que respeita a aspectos paleográficos, iconográficos e ornamentais, numa cronologia que abarca o primeiro e o segundo quartel do século XIV.

Segue-se o contributo de Véronique de Becdelièvre, paleógrafa e arquivista no departamento de manuscritos da BnF, que identifica no fundo da BNE um luxuoso códice iluminado de origem francesa, lamentavelmente muito mutilado e incompleto, proveniente da Livraria do Louvre, onde é mencionado nos inventários

[7] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Bíblia*, MSS/559 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000022703&page=1.
[8] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Bíblia*, Vitr/23/7. A digitalização ainda não se encontra disponível. *Vide* nota 20.
[9] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Bíblia*, Res/188 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000078312&page=1.
[10] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Digestum novum cum glossa Accursii*, Libri 39-50, MSS/12082 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000236521&page=1.

entre 1411 e 1424 (pp. 141-162). Trata-se do Mss/9270 (Cat. 85)[11], uma recolha de tratados de cavalaria, compostos entre 1352 e 1356 por Geoffroi de Charny, que pertenceu originalmente a Carlos V de França. O códice perdeu todos os temas iconográficos, mas conserva um número considerável de iniciais historiadas e algumas cercaduras com *drôleries*, iluminadas por um artista parisino.

O historiador Laurent Ungeheuer debruça-se sobre a análise de um conjunto de sufrágios de origem bretã, Mss/21551 (Cat. 105)[12], possivelmente oriundos de um Livro de Horas não identificado (pp. 163-187). Este fragmento, de meados do século XV, em excelente estado de conservação, oriundo da colecção Lázaro Galdiano, é constituído por 53 fólios e inclui 39 temas iconográficos, na abertura de cada sufrágio, realizados por diferentes artistas originários da Bretanha ou do centro-oeste de França. A análise do texto, a presença de duas figuras masculinas no f. 7v e a representação de Deus Pai segurando um papagaio verde na cena da Criação (f. 1) apontam como possível destinatário João V da Bretanha.

A partir das *Horas de Guillame Rolin*, Res/149 (Cat. 154)[13], um códice com 38 composições de página plena iluminadas em grisalha por um membro da família Marmion, com recurso muito pontual à cor e ao ouro, Gregory Clark, professor de História da Arte na University of the South, Sewanee, revisita, problematiza e actualiza as atribuições anteriormente feitas a Simon Marmion (pp. 189-210).

Catherine Yvard, especialista em manuscritos iluminados medievais e curadora da National Art Library e do Museu londrino Victoria & Albert, apresenta um estudo desenvolvido sobre o *Tratado de Brasonaria de Frederico de Aragão,* Mss/1467 (Cat. 140)[14], um códice feito em Tours, nos primeiros anos do século XVI, pelo iluminador

[11] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Livre Charny*, MSS/9270 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000139688&page=1.
[12] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Fragmento de um Livro de Horas*, MSS/21551 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000236520&page=1.
[13] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Livro de Horas*, Res/149 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000051620&page=1.
[14] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Manieres d'armoiries et de termes*, MSS/1467 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000039936&page=1.

francês Jean Bourdichon. O seu estudo abrange a análise do texto, da iluminura, o percurso do códice e, ainda, o seu lugar na biblioteca régia (pp. 211-243). Trata-se de uma obra inacabada, muito provavelmente devido à morte do monarca em 1504, de pequena dimensão (190 x 130 mm), com apenas 76 fólios, que parece ter contado com a intervenção directa do próprio rei, conforme se explicita no frontispício.

Dominique Vanwijnsberghe, investigador do Instituto Real do Património Artístico (IRPA), Bruxelas, centra-se nas *Horas ditas da rainha da Suécia*, Res/191 (Cat. 137)[15], concebidas e iluminadas por um artista seu bem conhecido, Jean Markant, activo em Lille, entre 1490 e 1530, para contextualizar a sua obra no ambiente artístico da cidade, entre o final do século XV e o início do século XVI (pp. 245-279)[16]. O autor enfatiza, ainda, a relação daquele iluminador com o Mestre de Eduardo IV, que influenciou profundamente a sua obra, a originalidade de alguns temas iconográficos e, também, o gosto pelas margens ditas ganto-brugenses que o iluminador utiliza regularmente.

Josefina Planas, professora catedrática da Universidade de Lérida, analisa em detalhe o *Evangeliário de Carlos de Angulema*, Res/51 (Cat. 142)[17], terceiro filho de Francisco I, rei de França, um códice latino de instrução moral, generosamente iluminado, mas que só muito recentemente foi estudado de forma mais aprofundada (pp. 281-306). Composto por 168 fólios de tamanho mediano (230 x 160 mm), contendo fragmentos dos quatro evangelhos dispostos de acordo com o calendário litúrgico, contém um ambicioso programa iconográfico que inclui 20 iluminuras de página plena e 123 de tamanho mais reduzido, integradas nas colunas de texto. A leitura iconográfica dos fólios onde os três filhos do rei são representados permite posicionar a sua elaboração entre 1526 e 1536, provavelmente em Tours, por um artista próximo do Mestre de Cláudia de França, esposa de Francisco I.

[15] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Livro de Horas*, Res/191 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000064844&page=1.
[16] VANWIJNSBERGHE, Dominique - *'Ung Bon Ouvrier Nommé Marquet Caussin' Peinture et enluminure en Hainault avant Simon Marmion.* Bruxelas: IRPA, 2013.
[17] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Evangeliário*, Res/51 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000135163&page=1.

Samuel Gras, como foi referido um dos responsáveis por esta publicação e pelo catálogo *Luces del Norte*, examinou o *Pontifical de João II de Mauléon*, Mss/22521 (Cat. 136)[18], bispo de Saint-Bertrand-de-Comminges. É uma obra de superior qualidade, originalmente organizada em três ou quatro volumes, iluminada em Paris entre 1525 e 1530 pelo Mestre de Jean de Mauléon que, atendendo à datação proposta, terá sido um dos primeiros artistas a trabalhar com Noël Bellemare, ou até mesmo, o próprio Bellemare (pp. 307-325). O volume que se conserva na BNE, até agora inédito, foi adquirido em 1987, estando os dois restantes depositados na BnF. A hipótese da existência de um quarto volume, perdido ou por executar, é proposta pelo autor, uma vez que a obra parece estar incompleta. O exemplar de Madrid continha 13 temas iconográficos, de formato quadrado, integrados na coluna de texto, mas, lamentavelmente, um desses temas foi recortado, desconhecendo-se o seu actual paradeiro. Falta, também, o fólio de abertura, certamente idêntico aos que se conservam nos códices parisinos.

O volume encerra com o contributo de Lieve De Kesel, da Universidade de Gante, dedicado às *Horas de Leonor de la Vega*, Vitr/24/2 (Cat. 148)[19], que a autora prefere designar por *Horas de Garcilaso de la Vega*, o seu primeiro proprietário conhecido (pp. 327-353). Avaliando-o em confronto com outras obras atribuídas a Willem Vrelant, Live de Kesel, foca a sua atenção nos proprietários e seus círculos próximos, nas relações internacionais e na circulação de altas patentes que, em sua opinião, justificam a escolha de artistas flamengos por patronos ibéricos. Sem desmerecimento das conclusões apresentadas pela investigadora, consideramos que a preferência pelos códices flamengos se justifica, também, por questões de gosto, cultura e literacia visual, aspectos que levaram ao reconhecimento da superior qualidade dos artistas flamengos e à sua fixação entre nós, constituindo exemplo o iluminador António de Holanda e outros artistas luso-flamengos que optaram por trabalhar em território nacional.

[18] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Pontifical*, MSS/22521 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em: http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000236519&page=1.
[19] Madrid, Biblioteca Nacional de España, *Livro de Horas*, Vitr/24/2 [Em linha]. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000048889&page=1.

Para além das monografias que os diferentes autores apresentaram sobre alguns dos códices do fundo madrileno e das 156 fichas desenvolvidas nas entradas do catálogo, muitas delas acrescidas de comentário, constituindo um avanço muito expressivo para a compreensão daquela colecção, destaca-se, ainda, as boas práticas de estudo e divulgação do património iluminado que estiveram na génese do projecto encabeçado por Javier Docampo. Um trabalho de investigação colaborativo, fruto de um diálogo aberto entre vários especialistas internacionais, visando um conhecimento mais completo e aprofundado de cada códice, avaliando o seu posicionamento face aos exemplares que se conservam nas diversas instituições internacionais. E uma política de divulgação que primou pela democratização e simplificação do acesso aos códices, inserindo os URL no final de cada ficha[20]. Não basta digitalizar e colocar on-line, é necessário que a digitalização dos códices tenha boa resolução, que os caminhos de acesso sejam eficazes e estejam à disposição de toda a comunidade científica, nacional e internacional.

Referências bibliográficas

DOCAMPO, Javier; GRAS, Samuel – *Libro de Horas de Carlos V.* Madrid: Biblioteca Nacional de España, 2019.

GRAS, Samuel; DOCAMPO CAPILLA, Javier – *Luces del Norte. Manuscritos iluminados franceses y flamencos de la Biblioteca Nacional de España. Catálogo razonado.* Madrid: Biblioteca Nacional de España|Centro de Estudios Europa Hispánica, 2021.

VANWIJNSBERGHE, Dominique – *'Ung Bon Ouvrier Nommé Marquet Caussin' Peinture et enluminure en Hainault avant Simon Marmion*. Bruxelas: IRPA, 2013.

[20] Destes, há um pequeno grupo de 8 códices cuja digitalização, à data de edição do catálogo, ainda não se encontrava disponível, correspondendo às seguintes entradas de catálogo: 15, 21, 37, 44, 68, 71, 73 e 75, tendo sido posteriormente disponibilizados os seguintes: Madrid, Biblioteca Nacional de España, Cat. 71. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000263846&page=1 ; e BNE, Cat. 73. [Consultado a 15 Outubro 2022]. Disponível em http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000258891&page=1.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CUSTÓDIO, Delmira Espada – "Recensão / Review: GRAS, Samuel; LEGARÉ, Anne-Marie (dir.) – *Lumières du Nord. Les manuscrits enluminés français et flamands de la Bibliothèque nationale d'Espagne*. Lille: Presses universitaires du Septentrion, 2021 (368 pp.)". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 273-282. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Recensão / Review:

JASPERSE, Jitske – *Medieval Women, Material Culture, and Power. Matilda Plantagenet and her Sisters*. Leeds: ARC Humanities Press, 2020 (134 pp.)

Cynthia Maciel Regalado

Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Filosofía y Letras
Colegio de Historia
04510 Ciudad de México, México

cynthiamaciel@filos.unam.mx
https://orcid.org/0000-0001-8508-5709

Data recepção do artigo / Received for publication: 10 de Outubro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6304



Jistke Jasperse es profesora investigadora de "Medieval Visual Cultures" en el Departamento de Arte e Historia Visual de la Universidad Humboldt de Berlín. Actualmente desarrolla el proyecto "The Art of Concealment: The Display, Storage, Burial and Loss of Seals (1100-1500)", en el que explora la cultura material vinculada a los sellos medievales a fin de comprender cuándo y a qué se debió su exhibición, almacenamiento o entierro[1]. El cruce interdisciplinario de antropología, arqueología, historiografía, a través del enfoque de cultura material, le ha permitido abonar interpretaciones históricas a una de las tendencias de creciente apogeo en el medievalismo de las últimas dos décadas[2].

La propuesta de este pequeño libro se concentra en la posibilidad de descubrir la agencia y voluntad política de las mujeres Plantagenet, a través de la conexión de objetos y el performance del poder que éstos desencadenaron, en las alianzas dinásticas estratégicamente diseñadas por la corte anglonormanda. Subsanando las lagunas de los registros escritos en crónicas, anales, cédulas, cartularios y otros documentos, la autora emprende la difícil labor de encontrar significados e intenciones en los ecos de objetos de muy diversa índole: monedas, sellos, placas de sellos, textiles, tapicería, ropajes, vestimenta litúrgica, una píxide y las iluminaciones de algunos manuscritos.

A través de seguir los caminos que diseminaron por Europa a las herederas de la dinastía Plantagenet, Jasperse evoca las, tanto profundas como duraderas, huellas del aparataje y teatralidad del poder animado por la corte anglonormanda y la manera en que Matilda (1156-1189), Leonor (1161-1214) y Juana (1165-1199),

[1] Para ver una semblanza académica más completa, cf. "Jitske Jasperse"[En línea]. In Institut für Kunst- und Bildgeschichte" . Berlin: Institut für Kunst- und Bildgeschichte – HU Berlin, 2022. [Consultado el 8 octubre 2022]. Disponible en https://www.kunstgeschichte.hu-berlin.de/personen/wissenschaftliche-mitarbeiterinnen/dr-jitske-jasperse/.

[2] BENNETT, Judith; KARRAS, Ruth – *The Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2013; ERLER, Mary; Kowaleski, Maryanne – *Gendering the Master Narrative: Women and Power in the Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 2003; CORRAL DÍAZ, Esther – "Modelos de reinas en relación con la lírica gallego-portuguesa: el mecenazgo de Leonor Plantagenet y Berenguela de Barcelona". In GONZÁLEZ DORESTE, Dulce María; PLAZA PICÓN, Francisca del Mar – *Estereotipos femeninos desde la Antigüedad clásica hasta el siglo XVI*. Berlin – Boston: De Gruyter, 2022, pp. 59-74.

hijas de Enrique II de Inglaterra (1133-1189) y Leonor de Aquitania (1122-1204) activaron y reactivaron los aprendizajes de su infancia en la posteridad de sus trayectorias como novias, esposas, madres, regentes y cogobernantes, según los casos.

Agencia, performance del poder y cultura material resultan las nociones axiales de esta investigación. La consideración amplia de poder como la "posibilidad de afectar las vidas de otras personas"[3] coloca a estas hermanas en la situación de ser analizadas como agentes políticos de sus respectivos territorios, aunque el énfasis descanse mayoritariamente en la vida y obra de Matilda en sus años como duquesa de Sajonia y Bavaria, esposa de Enrique el León (1131/1135-1195).

El libro está dividido en introducción, cuatro capítulos y epílogo. La introducción lidia con los problemas teóricos relativos a la definición del poder y la posibilidad de incluir a las mujeres nobles en su ejercicio y dinámica, así como con las limitaciones de los registros escritos para hacerlo. Cada capítulo está dedicado a los distintos espectros materiales que han subsistido a las centurias. Así, el primero de ellos, "Staging the Bride and her Treasure"[4], se consagra a las infancias de las mujeres nobles en cuestión, dándole el mayor acento a la preparación de las esponsales y viajes que condujeron a Matilda, Juana (en dos ocasiones) y Leonor hacia las cortes que habrían de albergarlas en su nueva calidad de novias y esposas. A través de la reunión de ricas telas, pieles, vajillas, joyas, sillas, caballos, relicarios y ropajes exhibidos, sucesivamente portados y otorgados como presentes por las poseedoras, se propone la estrategia política del rey inglés, Enrique II, para darles realce, agencia y potencia a su red de alianzas y relaciones políticas por toda la Europa occidental.

El capítulo segundo, "Small Items Making Big Impressions: Coins and Seals"[5], se enfoca en el análisis comparativo de la impresión de sellos y acuñación de monedas que las mujeres Plantagenet protagonizaron. La autora emprende la proposición de

[3] JASPERSE, Jitske - *Medieval Women, Material Culture, and Power. Matilda Plantagenet and Her Sisters*. Leeds: ARC Humanities Press, 2020, p. 10.
[4] JASPERSE, Jitske – *Medieval Women*, pp. 17-35.
[5] JASPERSE, Jitske – *Medieval Women*, pp. 37-62.

cronologías que expliquen los motivos detrás de la creación de nuevos referentes de gran peso político, como fue el uso de sellos personalizados que reflejaran los procesos históricos que las dejaban a cargo oficialmente -o extraoficialmente- en vista de la ausencia de sus esposos. Notable, el caso de Matilda quien, además a través de sus misivas, dejó el rastro de su papel como cogobernadora, toda vez que su marido había emprendido el camino de la peregrinación santa en 1172. En este capítulo es relevante la manera de vincular el pasado de la gran familia Plantagenet con las abuelas, bisabuelas y medias hermanas, puesto que múltiples representaciones como la aparición del cetro en las manos de ellas, coronas y enfáticamente, el sostenimiento de flores de lis y pequeñas aves, resultan indicativas de sus cualidades como continuadoras dinásticas, así como de ciertas virtudes que ya con anterioridad otros gobernantes ingleses, como Eduardo el Confesor, Enrique I o Esteban I, utilizaron para señalar el buen gobierno, la sabiduría y la inteligencia que los caracterizaba o para denotar las cualidades por las que querían ser percibidos y recordados. De igual modo, resulta relevante tener en cuenta que el ejemplar de sello de Leonor de Castilla es el más antiguo espécimen que existe para el entorno cortesano castellano-leonés, pues implica que su decisión individual dejaría un modelo para las subsecuentes reinas de la región, dándole fuerza al modelo anglonormando al que ella se encaramó. Me parece que este capítulo es el de mayor fuerza y profundidad de todos los análisis emprendidos, pues queda muy claro el mapa de relaciones y de ecos de la visión política dinástica Plantagenet y el modo en el que muchas de sus representantes mantuvieron fresco el recuerdo de su procedencia, incluso realzándola por encima de cada una de las familias maritales políticas.

El capítulo tercero, "Devotion and Dynasty on Parchment"[6], se dedica a proponer la lectura de las representaciones visuales que se han preservado en algunos manuscritos directamente vinculados con estas nobles, especialmente un psalterio y un pequeño evangelario que fueron manufacturados en el monasterio benedictino de Helmarshausen y donados a la iglesia de San Blas. Estos dos objetos de lujo, realizados por encargo, claramente permiten identificar la presencia y papel activo

[6] JASPERSE, Jitske – *Medieval Women*, pp. 63-90.

que Matilda pudo desempeñar en el entorno sajón, más allá de ser únicamente concebida como esposa o consorte, roles más secundarios a los que hasta ahora se habían limitado las interpretaciones que dependían estrictamente de análisis documentales escritos[7]. En esos documentos hay, al menos, dos notas de especial interés: estos ejemplares distinguen a Matilda de sus hermanas y madre, pues de éstas no se preservaron manuscritos personalizados y, segundo, en una óptica más amplia, tampoco existen ejemplos del siglo XII de documentos semejantes que incluyan el tipo de retratos que identifican a la pareja ducal y a la familia Plantagenet extensa, expresando la sucesión y amplitud dinástica que, a su vez, daba realce a la casa sajona.

Finalmente, el cuarto capítulo, "Trappings Vested with Power"[8], a mi parecer el más débil argumentativamente hablando debido a que ofrece demasiados escenarios hipotéticos sin que existan confirmaciones o posibilidades de afirmar dichas intuiciones; no obstante, sí logra fijar la clara intención que todas las mujeres Plantagenet manifestaron al relacionarse con las vestimentas y vestiduras eclesiásticas o vinculadas al ámbito religioso. La donación de diversas piezas para investir clérigos en Hildesheim, realizada por Matilde; la donación de textiles a distintas casas religiosas de Toulouse, en el lecho de muerte de Juana; así como un par de piezas de seda donadas por Leonor, actualmente alojadas en el Museo de la Real Colegiata de San Isidoro de León, son la pauta que permite seguir el rastro de la agencia de los objetos y de las implicaciones simbólicas adjuntas a su elaboración, portación o donación.

En suma, esta obra nos permite observar a través de una aproximación paralela, al usual análisis de registros escritos, la capacidad política que un grupo de mujeres como éste ejerció, haciendo uso de la representación y teatralización de los gestos, actos y cosas, bien aprehendida en la infancia y llevada hasta el final de sus días. Seguir el rastro de objetos y representaciones visuales enriquece y comple(men)ta las posibilidades analíticas y hermenéuticas de que los historiadores disponemos, al

[7] BISSON, Thomas N. – *The Crisis of the Twelfth Century. Power, Lordship, and the Origins of European Government*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
[8] JASPERSE, Jitske – *Medieval Women*, pp. 91-113.

mismo tiempo que nos muestra senderos hermanos que abren nuevas lecturas sobre las bases tradicionales del oficio de hacer historia, hasta hace poco, todavía condensadas en las grandes figuras masculinas, la historia política y los documentos escritos.

Referencias bibliográficas

BENNETT, Judith; KARRAS, Ruth – *The Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BISSON, Thomas N. – *The Crisis of the Twelfth Century. Power, Lordship, and the Origins of European Government*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

CORRAL DÍAZ, Esther – "Modelos de reinas en relación con la lírica gallego-portuguesa: el mecenazgo de Leonor Plantagenet y Berenguela de Barcelona". In GONZÁLEZ DORESTE, Dulce María; PLAZA PICÓN, Francisca del Mar – *Estereotipos femeninos desde la Antigüedad clásica hasta el siglo XVI*. Berlin – Boston: De Gruyter, 2022, pp. 59-74.

ERLER, Mary; Kowaleski, Maryanne – *Gendering the Master Narrative: Women and Power in the Middle Ages*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MACIEL REGALADO, Cynthia – "JASPERSE, Jitske – *Medieval Women, Material Culture, and Power. Matilda Plantagenet and her Sisters*. Leeds: ARC Humanities Press, 2020 (X-134 pp.)". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 283-289. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Recensão / Review:

PÉREZ GARCÍA, Manuel – *Blood, land and power: the rise and fall of the Spanish nobility and lineages in the early modern period*. Cardiff: University of Wales Press, 2021 (352 pp.)

Miguel Aguiar

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

miguelaguiar@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0002-1930-1845

Data recepção do artigo / Received for publication: 6 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6310



O livro aqui em análise apresenta-se como um trabalho projetado numa cronologia alargada, permitindo um enfoque nas evoluções e permanências das estruturas sociais do reino de Múrcia, da conquista cristã até ao século XIX. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo centrado em duas famílias (Riquelme e Fontes y Paz), declarando-se a pretensão de, através de uma abordagem similar à "micro-histórica" e com uma base local, entroncar as principais observações, hipóteses e conclusões discernidas a partir destes casos nas grandes problemáticas e estruturas sociais da história hispânica, desde a Idade Média até ao fim do Antigo Regime. A "família" é a âncora principal do trabalho, encarando-a como uma estrutura de base ao funcionamento da sociedade, nela se incrustando um conjunto mais vasto de relações para além das componentes que, segundo as conceções contemporâneas, classificaríamos como "privadas". Neste sentido, o trabalho enquadra-se sobretudo na prática historiográfica dos modernistas, e talvez em especial dos modernistas espanhóis, que têm produzido um conjunto substancial de estudos abarcando esta partição cronológica (*grosso modo*, entre os séculos XV e XVIII)[1]. Neles, também, a noção de "família" - ancorada na literatura que, neste período, começa a corporizar esta noção de forma mais concreta[2] – adquire um lugar central, um pouco em contraste, por exemplo, com a generalidade dos medievalistas, os quais, talvez pelo léxico empregue na documentação e pela sensação de maior distanciamento em

[1] Citemos, a título de exemplo, os trabalhos de Juan Hernández Franco e da escola de Múrcia (por exemplo, HERNA'NDEZ FRANCO, Juan; PEN'AFIEL RAMO'N, Antonio – "Parentesco, linaje y mayorazgo en una ciudad mediterránea: Murcia (siglos XV-XVIII)". *Hispania* [Em linha] 58/198 (1998), pp. 157-183. [Consultado a 1 Novembro 2022]. Disponível em https://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/662.
DOI: https://doi.org/10.3989/hispania.1998.v58.i198.662). Em Portugal, autores como J. Damião Rodrigues também têm seguido este enfoque na longa duração, e baseando-se sobretudo numa perspetiva de observação de estruturas evolutivas, mas ainda assim bastante resistentes às mudanças, como as do Antigo Regime. A esta prática não serão alheios, por um lado, os próprios processos sociais inquiridos, relacionados com dinâmicas de colonização e de imposição de um novo sistema social, e, por outro, a própria paisagem documental disponível (RODRIGUES, José Damião – "A Casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII". *História: Questões & Debates* 36 (2002), pp. 11-28). Também os trabalhos centrados em casas nobres – em especial quando apoiados em documentação de "arquivos de família" – permitem realizar investigações na longa duração, ainda que condicionadas por estas estruturas e pela maneira como estas foram moldando a documentação hoje disponível.

[2] Em Portugal, este assunto foi nomeadamente abordado por HESPANHA, António Manuel – "Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna". *Análise Social* XXVIII/123-124 (1993), pp. 951-973.

relação à sociedade que trabalham, têm adotado preferentemente outra terminologia – parentesco, num sentido mais geral de sistema de relacionamento socialmente construído[3], e, para o caso aristocrático, "linhagem", pese embora todas as problemáticas conceptuais e de definição que também se colocam a este conceito[4].

Em sentido complementar à centralidade do conceito de "família" neste contexto, o autor atribui ao indivíduo o papel de "main protagonist of this social tapestry" (p. 1). A complementaridade entre estas duas perspetivas justifica-se tendo presente que as principais etapas da vida das pessoas se entroncavam necessariamente em estruturas familiares mais ou menos bem definidas; consequentemente, essas etapas desempenhavam também um papel relevante na organização social, muito para lá da esfera dita "privada".

O livro é composto por quatro capítulos. Antes disso, a introdução fornece o enquadramento global da obra, precisando a metodologia e explicitando conceitos. Neste ponto, adquire particular relevância a imprescindível determinação do conceito de "família" tendo em conta as imagens que esta convoca para um leitor contemporâneo, assim como o conceito de "reprodução social", aqui concebido fundamentalmente numa perspetiva de manutenção, por parte das famílias dominantes e recorrendo a um conjunto vasto de estratégias, de uma posição social proeminente. Parece-nos em todo o caso que esta conceção de "reprodução social" poderá estar excessivamente centrada nos interesses específicos dos grupos em análise, e não tão integrada nas estruturas sociais em que estes se moveram. Por outras palavras, parece haver uma equivalência conceptual entre ascensão social e reprodução: se a historiografia se centrou muito nos mecanismos de ascensão, importaria assim observar outras dinâmicas que permitiam a manutenção do *status* e do poder. Todavia, e como acima sublinhámos, estas dinâmicas não se desligavam

[3] Neste sentido, veja-se sobretudo GUERREAU-JALABERT, Anita – "La parenté dans l'Europe médiévale et moderne: à propôs d'une synthèse recénte". *L'Homme* 29/110 (1989), pp. 63-93. Para o enquadramento do espaço castelhano, o livro de Isabel Beceiro Pita e de Ricardo Cordoba de la Llave continua a ser muito relevante: BECEIRO PITA, Isabel; CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo – *Parentesco, poder y mentalidade. La nobleza castellana (siglos XII-XV)*. Madrid: CSIC, 1990.

[4] MORSEL, Joseph – "Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du *Geschlecht* par l'archive en Haute-Allemagne à partir de la fin du Moyen Âge". *Revue de Synthèse* 125 (2004), pp. 83-110.

de um conjunto mais lato de processos; melhor dizendo, a reprodução do poder aristocrático encaixa necessariamente na estrutura de poderes locais e de outra escala, sendo uma dinâmica que se consubstancia para além dos grupos familiares que circunstancialmente ocupavam estas posições. Assim, mais do que um conjunto de estratégias empregues por agentes sociais concretos para sobreviver e prosperar dentro do sistema de poderes, a "reprodução social" poderá também ser entendida como a reprodução do próprio sistema – com as suas dinâmicas evolutivas –, dentro do qual se encaixam os poderes aristocráticos[5]. Em suma, para além das estratégias concretas e específicas encetadas pelos atores sociais, a "dança" de famílias em posições dominantes – mais ou menos frequente consoante os contextos – não altera a dinâmica de fundo, que é o da existência e papel central do poder aristocrático, independentemente da sua configuração ou auto e hétero representação ("nobres", "fidalgos", "burgueses", "oligarcas", etc).

Nesta introdução, seria também bem acolhida uma caracterização da paisagem documental para a investigação deste espaço e das unidades sociais consideradas no livro, assim como uma caraterização global das fontes utilizadas. Cremos que tal operação permitiria (em antecâmara a referências fornecidas ao longo da obra) situar melhor as "forças" e "fraquezas" da amostra documental possível de construir, em que medida esta condiciona a análise, e até providenciar informações que permitiam situar de forma mais segura comparações com estudos centrados noutros casos e regiões.

O primeiro capítulo, intitulado "Linhagem, glória e honra no final da Idade Média", procede à descrição da evolução das famílias em análise, configurando um caso típico de *outsiders* guerreiros que se instalaram após a conquista do território, beneficiando dos repartimentos levados a cabo pelos monarcas castelhanos. O autor considera os séculos XIII-XIV como o período decisivo para a estruturação destes grupos em linhagens, num processo relacionado com a senhorialização do território e a difusão da vinculação, descritos como dois fenómenos concomitantes para a organização linhagística da aristocracia e para alicerçar o seu domínio social ao

[5] Sobre este assunto, vejam-se as observações de MORSEL, Joseph – *Noblesse, parenté et reproduction sociale à la fin du Moyen Âge*. Paris: Picard, 2017.

longo do período moderno. Do período Trastâmara em diante, este domínio social seria consolidado pelo controlo dos cargos concelhios e pelo estabelecimento de relações com a corte régia. Neste ponto, o estudo é igualmente tributário da fecunda historiografia espanhola em torno das "oligarquias urbanas".

O segundo capítulo, dedicado ao tema da honra e da pureza de sangue, descreve de que forma, entre os séculos XVI e XVIII, as querelas em torno da pureza de sangue se tornaram numa arma de arremesso nas disputas entre as fações aristocráticas. Tornou-se, como sabemos, uma questão fundamental na medida em que a pureza de sangue abria caminho a "honras" (ordens militares, Inquisição, cargos eclesiásticos, confrarias) fundamentais para a consolidação de posições sociais, sendo também, segundo o autor, um meio de conter a ascensão de uma elite composta por cristãos-novos, e de sedimentar uma determinada forma de estratificação social – no caso, e para efeitos práticos, uma associação entre "nobreza" e "pureza de sangue". Uma das materializações destas estratégias passou pela progressiva difusão das cláusulas que, nas instituições de morgados, excluem da sucessão os elementos que contraíssem matrimónio com cristãos-novos ou com outros indivíduos de ascendência tida como "nefasta".

O terceiro capítulo dedica-se ao estudo das redes de poder, corporizando uma das ferramentas metodológicas enunciadas pelo autor na introdução. Para a constituição dessas redes são consideradas as relações de parentesco consanguíneo e por aliança, assim como um conjunto de laços institucionais e sociais mais alargado. O autor começa por abordar a questão do parentesco entre 1500 e 1800, dando especial ênfase à problemática matrimonial. Nela deteta a prevalência de estratégias de homo e hipergamia como forma de reprodução e ascensão social, funcionando simultaneamente como uma via de delimitação do grupo dominante no quadro de uma sociedade que se representava, cada vez mais, como um corpo estratificado. Identificam-se e descrevem-se práticas como casamentos na afinidade, avaliando igualmente o impacto e função social de casamentos próximos

ou distantes na esfera da consanguinidade[6]. De uma forma geral, atribui-se a estas dinâmicas de aliança um papel importante como forma de contrabalançar uma lógica de dispersão do património através das partilhas tendencialmente equitativas, ainda que este sistema fosse progressivamente compensado pela ascensão e difusão da prática vincular. A importância da transmissão dos morgados na determinação destas estratégias seria exacerbada ao longo dos séculos XVII e XVIII e, segundo o autor, tal dinâmica conduziria à própria falência do modelo na viragem para o século XIX. Finalmente, o autor procede à análise de redes sociais das linhagens, combinando vários tipos de relações que organizam o tecido social: consanguinidade, afinidade, clientelismo, amizade, parentesco batismal, todas elas, aliás, ancoradas nos principais espaços sociais e de poder.

O capítulo 4 dedica-se à análise do papel dos morgadios na estruturação destes grupos. Considera-se que se trata da fórmula que, dentro do quadro jurídico de matriz castelhana, permitia a transmissão mais regulada do património, operando simultaneamente uma materialização da linhagem como uma estrutura material, simbólica e de poder projetada na perpetuidade. Entre vários aspetos, analisa-se a importância da figura do "parente maior" na organização destes grupos; os conflitos judiciais pela posse de morgadios, geralmente associados à sucessão feminina; a forma como a solução serviu para consolidar as terras e senhorios adquiridos também depois da conquista de Granada; as estratégias matrimoniais como forma de agregar vínculos e Casas. Tendo em conta a análise projetada na longa duração, o autor considera que o favorecimento do primogénito, sob a disciplina veiculada pelo prolongamento da Casa acabou por, involuntariamente, conduzir ao próprio esgotamento do sistema. Se este subsistiu durante séculos sob tensão permanente devido às contradições que lhe eram inerentes (e expressas, por exemplo, na dinâmica de favorecimento explícito de um herdeiro sobre os demais membros da parentela), a observação da sua evolução no longo curso expõe as causas estruturais que fissuraram o seu funcionamento, a começar pelos constrangimentos biológicos

[6] Neste ponto, assumem particular relevo o trabalho de historiadores com uma importante formação de base antropológica, como é o caso de Anita Guerreau-Jalabert (já citada nesta recensão), e de Gérard Delille; deste autor, veja-se por exemplo, dentro da óptica do trabalho exposto no livro aqui em análise: DÉLILLE, Gérard – "Parenté et alliance en Europe occidentale. Un essai d'interprétation générale". *L'Homme* 193 (2010), pp. 75-135.

propulsionados pelas estratégias de elevada restrição matrimonial. Em última análise, revela-se uma dinâmica de progressivo enfraquecimento que ficou, de resto, claramente exposto com as transformações que conduziram ao fim do Antigo Regime em Espanha.

A obra aqui em análise apresenta alguns aspetos importantes para a reflexão dos medievalistas. Desde logo, a abordagem no longo curso esbate as fronteiras da divisão do trabalho académico, permitindo a observação de dinâmicas de permanência e de transformação. Esta perspetiva permite situar a vigência e a evolução de certas estruturas, ou mesmo de conceitos e representações sociais, que apesar de se apresentarem como transversais no tempo, não assumem, contudo, o mesmo valor ou significado em todas as épocas. Neste domínio citarei, por exemplo, os casos da "linhagem" ou da "casa", conceitos de uso recorrente mas nem sempre determinado, e que têm uma evolução social ainda em grande medida por historicizar[7]. Dir-se-ia ainda que esta observação adquire particular importância para os historiadores que trabalham sobre os grupos dominantes, sobretudo se se tiver presente que as estruturas que configuraram o poder destes grupos nos séculos XVII e XVIII moldaram em grande medida o acesso à informação para investigar a sua organização em séculos anteriores[8]. Neste aspeto, como se sabe, adquire particular relevância o sistema vincular e a relação determinante que este

[7] No caso da historiografia portuguesa, o conceito de «casa» adquire relevância sobretudo para os estudos centrados no século XVI em diante. De resto, para Mafalda Soares da Cunha e para Nuno Gonçalo Monteiro, a "casa" tornou-se na configuração institucional decisiva para a organização do poder aristocrático no período Moderno, enquadrando a reprodução social do grupo: CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Aristocracia, Poder e Família em Portugal, Séculos XV-XVIII". In CUNHA, Mafalda Soares da; HÉRNANDEZ FRANCO, Juan (org.) – *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica: elementos para uma História Comparada / Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica: elementos para una Historia Comparada*. Lisboa: Colibri/ CIDEHUS – Universidade de Évora e Universidad de Murcia, 2010, pp. 47-75. Para o período medieval – e em particular no que concerne às investigações que têm como seu terminus o século XIV – Bernardo Vasconcelos e Sousa rejeitou a pertinência do conceito, demonstrando que ele não se ajusta às práticas sociais observadas: SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – "Afirmação Social e Liderança Nobiliárquica em Portugal (Séculos XIII-XV)". *Studia Zamorensia* XII (2013), pp. 41-55.

[8] Joseph Morsel tem sido insistido particularmente neste ponto: MORSEL, Joseph – "Production d'archives, ou archives de la reproduction? La question des archives au miroir de la continuité seigneuriale". *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial* [Em linha]. Madrid: Casa de Velázquez, 2021 [Consultado a 1 Novembro 2022]. Disponível em http://books.openedition.org/cvz/25790.

teve com as sucessivas reorganizações dos arquivos de família e de casas senhoriais[9].

A obra aqui em apreciação constitui, portanto, um estudo de caso interessante. Apresenta dados relevantes e suscita reflexões estimulantes, demonstrando ainda a pertinência de elaborar quadros de trabalho historiográfico que não fiquem reféns de fronteiras em larga medida artificiais (determinadas em contextos históricos específicos) e, em suma, pouco correspondentes ao funcionamento e evolução das sociedades que se pretende investigar.

Referências bibliográficas

BECEIRO PITA, Isabel; CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo – *Parentesco, poder y mentalidade. La nobleza castellana (siglos XII-XV)*. Madrid: CSIC, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "Aristocracia, Poder e Família em Portugal, Séculos XV-XVIII". In CUNHA, Mafalda Soares da; HÉRNANDEZ FRANCO, Juan (org.) – *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica: elementos para uma História Comparada / Sociedad, Familia y Poder en la Península Ibérica: elementos para una Historia Comparada*. Lisboa: Colibri/ CIDEHUS - Universidade de Évora e Universidad de Murcia, 2010, pp. 47-75.

DÉLILLE, Gérard – "Parenté et alliance en Europe occidentale. Un essai d'interprétation générale". *L'Homme* 193 (2010), pp. 75-135.

GUERREAU-JALABERT, Anita – "La parenté dans l'Europe médiévale et moderne: à propôs d'une synthèse recénte". *L'Homme* 29/110 (1989), pp. 63-93.

HERNÁNDEZ FRANCO, Juan; PEÑAFIEL RAMÓN, Antonio – "Parentesco, linaje y mayorazgo en una ciudad mediterránea: Murcia (siglos XV-XVIII)". *Hispania* [Em linha] 58/198 (1998), pp. 157-183. [Consultado a 1 Novembro 2022]. Disponível em https://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/view/662.
DOI: https://doi.org/10.3989/hispania.1998.v58.i198.662.

HESPANHA, António Manuel – "Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna". *Análise Social* XXVIII /123-124 (1993), pp. 951-973.

[9] ROSA, Maria de Lurdes – "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 9 (2009), pp. 31-33.

MORSEL, Joseph – "Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du *Geschlecht* par l'archive en Haute-Allemagne à partir de la fin du Moyen Âge". *Revue de Synthèse* 125 (2004), pp. 83-110.

MORSEL, Joseph – *Noblesse, parenté et reproduction sociale à la fin du Moyen Âge*. Paris: Picard, 2017.

MORSEL, Joseph – "Production d'archives, ou archives de la reproduction? La question des archives au miroir de la continuité seigneuriale". *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne : Trésor, arsenal, mémorial* [Em linha]. Madrid: Casa de Velázquez, 2021 [Consultado a 1 Novembro 2022]. Disponível em http://books.openedition.org/cvz/25790.

RODRIGUES, José Damião – "A Casa como modelo organizacional das nobrezas de São Miguel (Açores) no século XVIII". *História: Questões & Debates* 36 (2002), pp. 11-28.

ROSA, Maria de Lurdes – "Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 9 (2009), pp. 9-42.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – "Afirmação Social e Liderança Nobiliárquica em Portugal (Séculos XIII-XV)". *Studia Zamorensia* XII (2013), pp. 41-55.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

AGUIAR, Miguel – "PÉREZ GARCÍA, Manuel – *Blood, land and power: the rise and fall of the Spanish nobility and lineages in the early modern period.* Cardiff: University of Wales Press, 2021 (352 pp.)". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 291-300. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

RESEARCH NOTES

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Tra fonti storiche e metodi informatici: il paesaggio monastico della città di Benevento (sec. VII-XIII)

Between historical sources and computer methods: the monastic landscape of the city of Benevento (7th-13th centuries)

Miriam Palomba

Universitat de Barcelona, Facultat de Geografia i História,
Departament d'História i Arqueologia
08001 Barcelona, España

miriampalomba1@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 13 de Dezembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6340



I monasteri attestati a Benevento in epoca medievale, hanno attirato l'attenzione di pochi studiosi che si sono occupati della storia di una delle città più importanti dell'Italia meridionale. Da un'analisi d'insieme, difatti, emerge una sostanziale lacuna di pubblicazioni dovuta principalmente al mancato interesse storiografico nei confronti dei fondi archivistici custoditi presso i principali archivi della città di Benevento (Archivio del Museo del Sannio-Biblioteca Capitolare- Archivio di Stato). Questi, in pochi casi, sono stati analizzati in maniera episodica e, soprattutto, ai fini della ricerca diplomatica o paleografica[1]. Le uniche ricerche che lasciano scorgere i possibili moventi che portarono alla fondazione dei differenti edifici monastici delle sole comunità maschili e femminili benedettine sono quelle pubblicate dal Lepore nel *Monasticon Beneventanum* redatto alla fine del XX secolo. Dopo una breve introduzione nella quale lo studioso beneventano spiega che la fondazione o scomparsa dei monasteri benedettini cittadini, potrebbe essere stata condizionata dai differenti eventi storici che interessarono la stessa Benevento tra i secoli VII-

Per un'analisi sull'intero complesso documentario beneventano si rimanda a COLESANTI, Gemma Teresa; DE SIMONE, Alessandro; PATRONI GRIFFI, Filena – "La catalogazione informatica di alcuni fondi pergamenacei dei musei campani (Progetto CO. BE. CAM.), una esperienza in corso". *Studi Beneventani* 2-3 (dicembre 1989-dicembre 1990), pp. 111-113; BERTOLINI, Ottorino – "Gli *Annales Beneventani*". *Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medioevo e Archivio Muratoriano* 42 (1923), pp. 1-163; BERTOLINI, Ottorino – "I documenti trascritti nel *"liber praeceptorum Beneventani monasteri S. Sophiae"* (*Chronicon Sanctae Sophiae*)". In A.A. V.V. – *Studi di Storia Napoletana in onore di Michelangelo Schipa*, Napoli: I.T.E.A, 1926, pp. 11-47; BERTOLINI, Ottorino – "Studi sui diplomi dei duchi e dei principi longobardi dell'Italia meridionale. Un preteso giudicato del 1061 di Landolfo IV e Pandolfo IV principi di Benevento*". Archivio storico Italiano*, s. VII, 9 (1928), pp. 177-216; BARTOLONI, Franco – "Diplomi arcivescovili beneventani". *Archivio Paleografico italiano* XIII/58 (1950); BARTOLONI, Franco – *Le più antiche carte dell'abbazia di San Modesto in Benevento (secoli VIII-XIII).* Roma, Istituto Storico Italiano per il Medioevo (Regesta Chartarum Italiae, 33), 1950; CUOZZO, Errico; ESPOSITO, Laura; MARTIN, Jean Marie – *Le pergamene del monastero di Santa Sofia di Benevento (762-1067).* Rome: École Française de Rome - Centro Europeo di Studi Normanni (Sources et Documents 12; Medievalia 10), 2021; CIARALLI, Antonio; DE DONATO, Vittorio; MATERA, Vincenzo – *Le più antiche carte del Capitolo della cattedrale di Benevento (668-1200)*. Roma, nella sede dell'Istituto Palazzo Borromini, 2002; LEPORE, Carmelo – "La Biblioteca Capitolare di Benevento: Regesti delle pergamene: sec. 7-13*". Rivista Storica del Sannio*, 3 ser., 12/1 (2005), pp. 209-241; GALASSO, Elio – "Caratteri paleografici e diplomatici dell'atto privato a Capua e a Benevento prima del secolo XI". In *Il Contributo dell'archidiocesi di Capua alla vita religiosa e culturale del Meridione. Atti del Convegno nazionale di studi storici promosso dalla Società di storia patria di Terra di Lavoro (26-31 ottobre 1966).* Roma: De Luca, 1967, pp. 291-317; MARTIN, Jean Marie (ed.) – *Chronicon Sanctae Sophiae: cod. Vat. Lat. 4939.* Studio sull'apparato decorativo di Giulia Orofino. Roma: Istituto Storico Italiano per il medio evo, 2000; *Registrum Petri Diaconi* (Montecassino, Archivio dell'abbazia, Reg. 3). Coord. MARTIN, Jean Marie; CHASTANG, Pierre; CUOZZO, Errico, *at al*. Roma: École française de Rome (Fonti per la Storia dell'Italia medievale, Antiquitates, 45), 2015.

XIII, l'autore riporta, sotto forma di schede, la storia parziale di tutte le comunità identificate[2].

Nel contempo, non mancano studi isolati che esaminano concisamente aspetti della vita economica e sociale di alcuni gruppi monastici benedettini[3]. Agli storici Loud e Zazzo, ad esempio, si deve l'illustrazione delle relazioni che gli abati della comunità sofiana riuscirono ad avviare con i ceti dominanti tra i secoli XII e XIV[4].

Anche sulle comunità mendicanti attestate a Benevento nel XIII secolo, si hanno a disposizione un numero esiguo di saggi nei quali sono analizzate solo alcune comunità e con l'ausilio di un numero limitato di documenti. Inoltre, ad oggi, l'unico

[2] LEPORE, Carmelo – "*Monasticon Beneventanum.* Insediamenti monastici di regola benedettina in Benevento*"*. *Studi Beneventani* 6 (1995), pp. 25-168.

[3] ZORNETTA, Giulia – "Il monastero femminile di Santa Sofia di Benevento. Ambizioni e limiti di un progetto politico familiare nell'Italia meridionale longobarda (secoli VIII- IX)". In WEST HARLING, Veronica (a cura di) – *Il monachesimo femminile in Italia nei secoli VIII-XI: famiglia, potere, memoria*. *Reti Medievali Rivista* 20/1 (2019), pp. 541-566; GALASSO, Elio – *L'abbazia longobarda di San Vittorino in Benevento*. Benevento: Museo del Sannio, 1988; VITOLO, Giovanni – "Ordini mendicanti e dinamiche politico-sociali nel Mezzogiorno angioino–aragonese". *Rassegna Storica Salernitana* 30 (dec. 1998), pp. 67-101; VITOLO, Giovanni – "Le ricerche in ambito meridionale". In ANDENNA, Giancarlo (a cura di) – *Dove va la storiografia monastica in Europa? Temi e metodi di ricerca per lo studio della vita monastica e regolare in età medievale alle soglie del terzo millennio*. *Atti del Convegno internazionale. Brescia- Rodegno, 23-25 marzo2000*. Milano: Vita e Pensiero, 2001, p. 269; VITOLO, Giovanni – "Vecchio" e "nuovo" monachesimo nel Regno svevo di Sicilia"*.* In ESCH, Arnold; KAMP, Nobert (coord.) – *Friedrich II. Tagung des Deutschen Historischen Instituts in Rom im Gedenkjahr 1994*. Tübingen: Max Niemer Verlag, 1996, pp. 182-200; BARONE, Giulia – "Federico II di Svevia e gli ordini mendicanti". *Mélanges de l'École Française de Rome* 90/2 (1978), pp. 607-612; DI MEGLIO, Rosalba – *Ordini mendicanti, monarchia e dinamiche politico- sociali nella Napoli dei secoli XIII-XV*. Raleigh: Aiona edizioni, 2013; IDANZA, Domenico – *Convento di S. Agostino e oratorio di S. Antonio Abate in Benevento. Inventario e riproduzione digitale del complesso archivistico.* Benevento: Archivio di Stato di Benevento (Corporazioni religiose soppresse, 3), 2000; ROTILI, Marcello – *Benevento Roma e longobarda. L'immagine urbana.* Fotografie di G. Bonetti. Napoli – Ercolano: Banca Sannitica – La Buna Stampa, 1986; ROTILI, Marcello – "Spazi monastici a Benevento". *Hortus Artium Medievalium* 23/1 (2016), pp. 249-252; BOSCIA, Mario; BOVE, Francesco – "Il convento di S. Domenico in Benevento: la riscoperta di un monumento dimenticato". *Rivista Storica del Sannio* 1 (maggio-agosto 1983), pp. 49-60; COLESANTI, Gemma Teresa– "Le fondazioni domenicane femminili nel Mezzogiorno medievale: problemi e prospettive di ricerca (secoli XIII- XIV)*"*. In COLESANTI, Gemma Teresa; GARÍ, Blanca; JORNET BENITO, Núria (a cura di) – *Clarisas y Dominicas. Modelos de implantación en la Península Ibérica, Cerdeña, Nápoles y Sicilia*. Firenze: Firenze University Press – Reti Medievali, 2017, pp. 71-93; COLESANTI, Gemma– "Il privilegio di Capodiferro per il monastero femminile di San Domenico di Benevento*"*. In MARTIN, Jean Marie; ALAGGIO, Rosanna (a cura di) – *Quei maledetti normanni. Studi offerti ad Errico Cuozzo per i suoi settant'anni da colleghi, allievi e amici*. Ariano Irpino: Centro europeo di studi normanni, 2016, pp. 219-229.

[4] LOUD, Graham A. – "A lombard abbey in a Norman world: St. Sophia, Benevento, 1050-1200". *Anglo-Normann Studies* 19 (1997), pp. 273-306; ZAZZO, Alfredo – "Chiese, feudi e possessi della badia benedettina di Santa Sofia di Benevento nel sec. 14". *Samnium* 37/1-2 (gen.-giu. 1964), pp. 1-67; ZAZZO, Alfredo – "I beni della badia di Santa Sofia in Benevento nei XIV secolo". *Samnium* 29/3 (lug. - sett. 1956), pp. 131-186.

testo nel quale si tratteggiano le prime ipotesi su come avvenne l'affermazione dei francescani a Benevento è sempre dello storico Lepore dal titolo *Presenze Francescane nel Sannio*[5]. Analizzata la bibliografia prodotta sulla presenza monastica a Benevento, si è notato che mancava proprio uno studio che desse una visione globale sul paesaggio monastico. Con la tesi di dottorato, dal titolo *L'evoluzione del paesaggio monastico della città di Benevento tra storia e metodi informatici. Dai Benedettini ai mendicanti (sec. VII-XIII)*[6], si è cercato di colmare in parte questa lacuna e si è voluto rileggere, o meglio interpretare, l'ampia documentazione archeologica ed archivistica superstite in modo da contribuire alla conoscenza della storia di questa città che si interseca con le vicende legate allo sviluppo del monachesimo benedettino e mendicante. È stata superata la tradizione storiografica di analizzare le comunità monastiche come fenomeni a sé stanti, approfondendo i moventi che portarono alla loro fondazione e quali furono i promotori, osservando come le stesse si relazionavano con la popolazione e altri complessi religiosi presenti sul territorio e su come limitavano spazi di controllo che influivano sulle vie di comunicazione.

Per raggiungere gli obiettivi prefissati, come primo approccio, è stato fondamentale analizzare la morfologia e lo sviluppo dell'abitato di Benevento, da quando divenne colonia romana (a. 290 a. C.) all'arrivo dei longobardi (a. 571)[7]. Benevento sorge al centro della confluenza di due fiumi, il Sabato e il Calore, sul colle denominato della Guardia. Ubicata in una posizione strategica per il controllo dei territori e punto cardine per la comunicazione e commercio tra il versante adriatico e quello tirrenico, alla città portavano due grandi vie, la Via Appia e la Latina e da essa partiva la via Traiana che consentiva il raggiungimento dei territori delle Puglia,

[5] LEPORE, Carmelo – "Presenze francescane a Benevento nella seconda metà del XIII secolo". In TIRONE, Domenico (a cura di) – *I Francescani nel Sannio*. *Atti del Convegno, Benevento, 1-3 ottobre 1992*. Foglianise: s.n., 1996, pp. 35-95.

[6] La tesi è stata svolta presso la Universitat de Barcellona e diretta dalla Dott.ssa Gemma Teresa Colesanti (ISPC CNR Napoli) e Dott.ssa Maria Soler Sala (UB).

[7] ROTILI, Marcello – "Considerazioni su Benevento nella Tarda antichità". In EBANISTA, Carlo; ROTILI, Marcello (a cura di) – *Aristocrazie e società fra transizione romano-germanica e l'alto medioevo*. *Atti del Convegno internazionale di Studi Cimitile-Santa Maria Capua Vetere, 14- 15 giugno 2012*. Napoli: San Vitaliano 2015, pp. 317-351; TOMAY, Luigina – "Benevento Longobarda: dinamiche insediative e processi di trasformazione". In D'HENRY, Gabriella; LAMBERT (a cura di) – *Il popolo dei Longobardi meridionali (570-1076). Testimonianze storiche e monumentali. Atti del Convegno (Salerno, 28 giugno 2008)*. Salerno: Grupo Archeologico Salernitano, 2009, pp. 119-151.

principalmente il porto di Brindisi. Come ogni città romana l'impianto urbanistico era caratterizzato dall'incontro ortogonale delle strade, cardi e decumani[8]. Questo impianto, presente anche in altre colonie latine ubicate su colline dalla forma allungata – Alba Fucens, Venosa – nacque per far sì che il centro abitato, durante il suo sviluppo, si andasse adattando alla forma del pendio collinare[9].

I longobardi, in seguito al loro arrivo, nonostante abbiano apportato grandi modifiche alla Benevento romana non intaccarono fortemente l'assetto urbano, infatti, i principali assi viari, cardi e decumani, continuarono a essere utilizzati. Come si può notare dall'immagine riportata di seguito e realizzata in GIS, la Via Appia, attraversava Benevento sotto forma di decumano *maximus*, entrando da Porta San Lorenzo ed uscendo dalla città da Porta di Somma, ubicata nella parte nord della città.

[8] LUPIA, Aurora – *Testimonianze di epoca altomedievale a Benevento. Lo scavo del Museo del Sannio*. [Napoli]: Ministero per i beni culturali e ambientali, Soprintendenza archeologica per le province di SA-AV-BN, Consorzio beni culturali campani, 1998, pp. 21-22; FINELLA, Antonietta – *Benevento Medievale: analisi ed interpretazione dell'Impianto urbano*. Roma: Bonsignori, 2003, pp. 18-25; ROTILI, Marcello – "Cellarulo e Benevento. La formazione della città tardo antica". In ROTILI, Marcello (a cura di) – *Benevento nella tarda Antichità. Dalla diagnostica archeologica in Contrada Cellarulo alla ricostruzione dell'assetto urbano*. Napoli: Arte Tipografica Editrice, 2006, pp. 23-24.

[9] CASTAGNOLI, Ferdinando – "Topografia e urbanistica di Roma nel IV secolo a.C.". *Studi Romani* 22/4 (1974), pp. 425-443.



Fig. 1 – Via Appia (© Miriam Palomba).

Sempre con l'utilizzo del GIS, sulla base di mappe topografiche già edite, sono state create una serie di cartografie digitali sulle quali poi si è sviluppata la nostra analisi. Nella prima è possibile osservare il circuito murario che andò a delimitare la città nelle prime fasi di occupazione longobarda, fino all'anno 774.



Fig. 2 – Circuito murario prima di Arechi II (© Miriam Palomba).

In quest'anno si registra un ampliamento del circuito murario per volere del principe Arechi II, per la fondazione della *Civitas Nova*. Il perimetro murario fu ampliato verso occidente integrando l'altra parte della città romana e furono riutilizzati i tratti dei decumani e dei cardini che lo attraversavano. L'intervento di ampliamento si pensa sia dovuto sia alle necessità di edilizia urbana, sia ad una risposta difensiva rispetto ad un eventuale attacco da parte dei franchi[10].



Fig. 3 – *Civitas Nova* (© Miriam Palomba).

Una volta comprese le modifiche urbanistiche, lo studio è stato orientato sulle vicende storiche che interessarono la città, dall'arrivo dei longobardi fino al 1266, anno in cui terminò la dominazione sveva. Benevento, grazie alla sua posizione cruciale, nel 571 fu scelta dai longobardi come sede del loro ducato e trasformata in principato da Arechi II intorno all'anno 774. Dopo la *Divisio ducatus*, avvenuta nell'anno 849, e l'occupazione per un brevissimo periodo dai bizantini, dall'891 all'895, tornò nuovamente sotto il governo dei principi longobardi fino al 1051, quando divenne enclave pontificia, un *unicum* nel regno di Napoli. Benevento fu sempre contesa ai papi dai sovrani che dominarono il Mezzogiorno. Durante il regno

[10] TOMAY, Luigina – "Benevento longobarda", p. 120.

di Federico II, infatti, fu al centro delle lotte tra papato e impero, e solo dopo la morte dello svevo, ritornò ad essere di proprietà della Chiesa. Una situazione analoga si replicò con l'ultimo sovrano svevo, Manfredi. La città, infatti, tornò per un anno a far parte del Regno di Sicilia, dal 1265 al 1266, fino a quando, Carlo II D'Angiò, sconfisse Manfredi nella battaglia conosciuta come "Battaglia di Benevento". La vittoria da parte degli angioini determinò il ripristino dell'autorità pontificia sulla città[11].

Lo studio ha posto poi in primo luogo il potere pubblico dei duchi, poi quello dei principi che interagirono con le comunità monastiche della città di Benevento, ed infine quello degli imperatori, in particolar modo Federico II. La lettura della storiografia e dei numerosi documenti d'archivio, ha dato la possibilità di osservare le strategie messe in atto dai governatori per proporre la rappresentazione del loro potere all'interno della città, tra queste vi era la fondazione e l'appoggio a istituzioni religiose.

Venticinque erano le comunità monastiche benedettine che, tra i secoli VII-XIII, andarono a occupare uno spazio di primaria importanza nel paesaggio monastico di Benevento. Si trattava di dieci comunità femminili e quindici maschili[12].

Purtroppo, non siamo a conoscenza della data di costruzione di tutti i monasteri a causa della dispersione degli atti di fondazione. Per la ricostruzione cronologica del

[11] VERGINEO, Gianni – *Storia di Benevento e dintorni*. Benevento: G. Ricolo, 1985-1989; CUOZZO, Errico – "Potere e ricchezza del duca- principe di Benevento". In *I longobardi dei ducati di Spoleto e Benevento*. *Atti del XVI Congresso internazionale di studi sull'alto Medioevo (Spoleto 20-23 ottobre 2002 - Benevento, 24-27 ottobre 2002)*. Spoleto: Fondazione Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, 2003, pp. 567-590; D'ANGELO, Edoardo – *Chronicon Beneventanum: città e feudi nell'Italia dei normanni*. *Falcone di Benevento*. Tavarnuzze, Impruneta: SISMEL, Edizioni del Galluzzo, 1998.

[12] Durante lo studio dei documenti archivistici del monastero maschile di Santa Sofia, in due atti sono emersi dati che consentirebbero d'ipotizzare la presenza di un altro monastero nell'area denominata Pantano, quindi esterna alle mura della città e a poca distanza dal monastero benedettino di San Benedetto a Pantano, intitolato a San Vitale. Una chiesa intitolata a San Vitale, compare nell'atto di conferma dei beni in favore di Santa Sofia, dall'imperatore Ottone III del 999 "…*scilicet in loco qui dicitur Pantano cum cappella in honore Sancti Benedicti, alia vero in onore Sancti Vitalis cum omnibus suis pertinentiis*…". La citazione del monastero omonimo, che stando alla pratica consueta attestata nella città di Benevento doveva essere annesso alla chiesa, si attesta solo in una *permutatio* del 1190, mediante la quale Beraldus sacerdote della chiesa di Santa Maria in Templo di Benevento, consegnava al monastero di Santa Sofia alcune vigne in possesso della chiesa ubicate vicino al monastero di San Vitale "*vineale foris hanc Beneventanam civitatem ad monasterio Sancti Vitalis…".* MARTIN, Jean Marie – *Chronicon Sanctae Sophiae*, vol. II, pp. 597-600; Benevento MDS, *Fondo Santa Sofia*, vol. XXXIV, perg. n. 10.

paesaggio monastico, quindi, si è fatto riferimento al solo secolo della loro prima attestazione.

Le comunità monastiche benedettine identificate, sono state catalogate e, per ognuna, è stata compilata una scheda nella quale è riportata parte della sua storia. L'analisi è stata svolta anche con l'ausilio di carte tematiche da me elaborate nelle quali sono stati ubicati i monasteri in base alla loro attestazione temporale. Questo ha permesso di tracciare un *excursus* cronologico delle fondazioni monastiche. Le carte tematiche, oltre a dare una visione d'insieme sulle differenti fasi storiche che caratterizzarono Benevento, hanno permesso di interrogarsi sul perché alcuni edifici furono fatti costruire in determinati spazzi della città e non in altri. L'interazione tra le informazioni di tipo storico e la cartografia, ha permesso di confermare che la nascita del paesaggio monastico benedettino ebbe luogo in seguito sia all'affermazione del potere dei duchi a Benevento, tra fine VII e VIII secolo, sia da un loro cambio di atteggiamento nei confronti della Chiesa. Le fonti cronachistiche, in particolar modo la *Historia Langobardorum* di Paolo Diacono, riportano che fu Teodorata, moglie del duca Romualdo I di Benevento, ad essere il primo tramite tra il ducato e le istituzioni religiose. La duchessa, oltre a convincere l'*élite* longobarda ad abbandonare l'arianesimo per intercessione del vescovo di Benevento Barbato, nel 675, finanziò l'edificazione della prima struttura monastica femminile benedettina, intitolata a San Pietro e ubicata fuori le mura della città[13]. I duchi, nei periodi successivi, oltre a sovvenzionare proprie fondazioni religiose, furono i principali benefattori di altre strutture monastiche attestate a Benevento. Durante il governo Romualdo II (706-732) e Gisulfo II (742-751), si affermano due monasteri annessi a delle chiese preesistenti: il monastero di San Benedetto *ad xenodochium* e quello di Santa Sofia *ad Ponticellum*. Quest'ultimo, si ricorda, fu fondato dall'abate Zaccaria in seguito alla concessione di un *locus* per volere del duca Romualdo II nell'anno 721. Nella fase successiva alla sua fondazione, oltre ad essere posto alle dipendenze del solo Palazzo ducale di Benevento, fu arricchito di poderi sia dallo stesso duca sia da suo figlio Gisulfo II[14]. Per quanto

[13] PAOLO DIACONO – *Historia Langobardorum*, VI n. I. In *MGH SS Lang*., p. 164.
[14] CUOZZO, Errico; ESPOSITO, Laura – "Due monasteri della Benevento longobarda: San Benedetto *ad Xenodochium* e Santa Sofia *ad Ponticellum*". In ROTILI, Marcello (a cura di) – *Studi su Benevento*

riguarda il monastero di San Benedetto *ad xenodochium*, purtroppo, non si conosce la data di fondazione. É molto probabile, come dimostrerebbe il *praeceptum concessionis* del duca Gisulfo II del 742, che il monastero era già esistente in città, nell'area denominata *ad Caballum*, nella prima metà del secolo VIII. Il complesso di San Benedetto riuscì a mantenere una propria autonomia rispetto sia al Palazzo ducale sia dalla sede vescovile fino all'inizio della dominazione di Benevento da parte del duca e poi principe Arechi II. A quest'ultimo, sempre nel corso del secolo VIII, si deve la fondazione dell'importantissimo monastero di Santa Sofia, ubicato nei pressi del *Sacrum Palatium*. Nei periodi in cui la comunità femminile di Santa Sofia fu assoggettata all'abbazia di Montecassino per ordine dello stesso principe Arechi II, l'edificio di San Benedetto fu posto alle dipendenze del monastero sofiano e scelto come luogo per accogliere i prepositi cassinesi. Quest'ultimi lo abitarono fino alla prima metà del X secolo, quando compare nella documentazione il primo abate della comunità maschile di Santa Sofia, un certo Orso[15]. Un altro ente monastico, la cui presenza è attestata in città dalla seconda metà dell'VIII secolo al XIII secolo, è quello di San Giovanni a Port'Aurea. Dalla lettura dei documenti è risultato difficile provare che la sua fondazione sia stata sostenuta dai principi longobardi. All'VIII secolo, difatti, risalirebbe un solo documento che attesta la sua ubicazione in città, e nel quale si descrive la disputa in atto con l'abate di Santa Sofia per alcuni beni che la stessa comunità di San Giovanni possedeva illegalmente in Puglia[16]. Altre informazioni le ricaviamo dai documenti datati al X secolo, quando fu posto alle dipendenze della sede vescovile per volere dell'imperatore sassone, Ottone I, il quale tentava mediante l'alleanza con il vescovado di ripristinare la sua autorità, a discapito di quella dell'imperatore bizantino, elevando a rango arcivescovile alcune chiese. Questa subordinazione, confermata negli anni anche dai pontefici, nello specifico da papa Leone IX nel 1053[17] e papa Stefano IX nel 1058[18], sembra che si concluse nella prima metà del XII secolo. Dal 1180 i rettori di S. Giovanni sono

longobarda. Benevento: Club per l'Unesco di Benevento, 2018, da p. 32; LEPORE, Carmelo - "*Monasticon Beneventanum*", pp. 158-160.

[15] GALASSO, Elio – "Caratteri paleografici", pp. 309-310; Benevento MDS, *Fondo Santa Sofia,* vol. VIII, perg. n.8; MARTIN, Jean Marie – *Chronicon Sancta Sophiae*, vol. I, pp. 99-104.

[16] MARTIN, Jean Marie – *Chronicon Sancta Sophiae*, vol. I, p. 307.

[17] CIARALLI, Antonio; DE DONATO, Vittorio; MATERA, Vincenzo – "Le più antiche carte del Capitolo della Cattedrale", pp. 130-134; Benevento BC, perg. a parte VIII.

[18] CIARALLI, Antonio; DE DONATO, Vittorio; MATERA, Vincenzo – "Le più antiche carte del Capitolo della Cattedrale", pp. 143-147; Benevento BC, *Benev*. 67, n. 21.

nominati come "rettori cardinali" e dignitari della curia romana, unico caso identificato a Benevento[19].

Ritornando alla storia della Benevento altomedievale, è stato comprovato, che gli scompigli politici che interessarono la città e l'intera Italia meridionale, nel IX secolo, ovvero la contemporanea presenza dei saraceni e bizantini, e ancor di più la scissione del principato di Benevento in due unità di potere con Salerno, incisero profondamente sul paesaggio monastico benedettino. A questo secolo andrebbe aggiunta alla "colonizzazione" monastica una sola struttura, quella di San Modesto. Dal memoriale di *Reichenau*, si apprende che l'edificio fu anche saccheggiato e incendiato durante l'invasione di Benevento organizzata dall'emiro di Bari, Sawdān tra gli anni 857 e 862[20]. I documenti dei secoli X-XII e anche le fonti cronachistiche hanno permesso di considerare che la comunità, nonostante i danni subiti, fu in grado di risollevarsi e diventare uno dei centri monastici benedettini più ricchi e importanti della città. Gli abati, difatti, ebbero un ruolo di prim'ordine nelle dinamiche politiche e religiose della città. Ad esempio, Falcone di Benevento nel *Chronicon*, durante la descrizione degli scontri del 1114, nei quali furono protagonisti il connestabile Landolfo della Greca e il principe Roberto con i conti Roberto e Giordano, racconta che l'abate di San Modesto, Rachisio, fu inviato dal pontefice per supplicare un suo intervento e salvare Benevento dalla presa dei normanni[21]. Difatti, per avvalorare gli sviluppi positivi delle relazioni tra la classe dirigente locale e quella normanna, nel 1121, lo stesso abate fu chiamato per confermare l'elezione della badessa del monastero di Santa Maria di Porta di Somma, Betlemme, figlia del conte Gerardo di Greci, imparentato con gli Altavilla, una delle più potenti famiglie normanne[22].

Un nuovo incremento delle fondazioni monastiche si osserva, invece, a partire dal X secolo. Sia all'interno che all'esterno delle mura, si attestano nuovi

[19] LEPORE, Carmelo – "*Monasticon Beneventanum*", p. 68, nota 128. Per l'elenco dei rettori si rimanda a pp. 150-151.
[20] HOUBEN, Hubert – *Medioevo monastico meridionale*. Napoli: Liguori Editore, 1987, p 64; MUSCA, Giosuè – *L'emirato di Bari (847-871).* Bari: Dedalo LIbri, 1964.
[21] D'ANGELO, Edoardo – *Chronicon Beneventanum*, pp. 11-13.
[22] LAVARRA, Caterina – "Potere monastico femminile nel Mezzogiorno normanno: la badessa Betlemme*".* In MAINONI, Patrizia (a cura di) – *Con animo virile. Donne e potere nel mezzogiorno medievale (secoli XI-XV).* Roma: Viella, 2010, p. 153.

monasteri: San Pietro *de Duddi*, San Salvatore a Porta Rufina, Santa Croce e San Vittorino. Nello stesso secolo compare anche quello intitolato ai SS. Lupo e Zosimo, al quale i principi di Capua e Benevento, Pandolfo I Capodiferro e Landolfo IV, conferirono anche lo *ius castellandi*, ovvero la possibilità di incastellare le terre di proprietà del monastero, ubicate a Ponte, località limitrofa al territorio beneventano[23].

L'apice delle fondazioni, invece, si verificò intorno all'XI secolo quando, Benevento, si trovava al centro delle lotte tra papato e normanni. Purtroppo, è stato impossibile appurare la costruzione di edifici monastici da parte di quest'ultimi. È certo, tuttavia, come aveva già osservato lo storico Houben, che essi appoggiarono le istituzioni monastiche giacché le consideravano elementi utili a consolidare il loro potere politico ed economico nelle aree di nuova conquista. Il loro interesse era rivolto a quei cenobi in cui entravano a far parte uomini e religiose normanne per facilitare il controllo dei loro possedimenti[24]. A Benevento, ruolo di primaria importanza, all'interno dei rapporti tra normanni e istituzioni monastiche, fu svolto dal monastero di Santa Maria di Porta di Somma, dove, nell'anno 1121, era stata eletta badessa Bethlemme, figlia del conte Gerardo di Greci appartenente alla famiglia normanna degli Altavilla. I documenti dimostrano che Bethlemme, oltre ad essere un abile governatrice, riuscì ad ampliare il patrimonio terriero soprattutto grazie ai rapporti dinamici con il mondo feudale, difatti esercitava diritti nei territori extraurbani ed anche giurisdizionali di natura civile. La donna, nei suoi cinquantaquattro anni di direzione della comunità, fu in grado di acquisire sempre più forza e autorevolezza sia dai legami parentali sia dalle relazioni che riuscì a stabilire con alcune potenti famiglie delle feudalità normanna, in particolar modo con quella dei baroni di Flumeri e di Trevico[25]. Sempre nell'arco dell'XI secolo si

[23] CIARALLI, Antonio; DE DONATO, Vittorio; MATERA, Vincenzo – *Le più antiche carte del Capitolo della Cattedrale*, pp. 64-67; Benevento BC, perg. a parte IV.
[24] HOUBEN, Hubert – "Monachesimo e monarchia nel mezzogiorno normanno-svevo". In ANDENNA, Giancarlo (a cura di) – *Dove va la storiografia monastica in Europa?: temi e metodi di ricerca per lo studio della vita monastica e regolare in età medievale alle soglie del terzo millennio. Atti del Convegno internazionale (Brescia-Rodengo, 23-25 marzo 2000)*. Milano: Vita e Pensiero, 2001, pp. 284-285.
[25] LAVARRA, Caterina – "Potere monastico femminile nel Mezzogiorno", pp. 175-177; JAMISON, Evelyn Mary – "The abbess Bethlem of S. Maria *di Porta Somma* and the barons of the *Terra beneventana"*. In *Oxford Essays in Mediaeval History Presented to Herbert Edward Salter.* Oxford: Clarendon Press, 1934, pp. 61-67.

attestano altri monasteri la cui fondazione fu sostenuta dai principi. Tra questi si ricorda, in particolar modo, il complesso benedettino dedicato a San Marciano[26]. Dalla *chartula concessionis* del 1028, si è appreso che furono i principi Landolfo V e Pandolfo III a donare ai monaci Leone e Giaquinto la chiesa di San Marciano, presso la quale avrebbero poi costruito un edificio conventuale[27]. Si contano ancora i monasteri di San Benedetto a Pantano, di S. Diodato, di San Nicola a Torre Pagana, di Sant'Angelo *ad Ponticellum*, soggetto all'abbazia di Santa Sofia, e quello di San Pietro dentro le mura; quest'ultimo popolato anche da donne appartenenti alla nobiltà cittadina e quella dei territori vicini alla stessa Benevento. La ricerca ha permesso di osservare come nel corso del XII secolo, a risentirne del disordine causato dalla lotta tra papato e normanni e la rottura tra la Chiesa e l'impero, furono ancora le comunità monastiche benedettine che si trovarono prive di un tessuto politico e sociale a cui appoggiarsi. A quest'arco cronologico sono ascrivibili altre istituzioni monastiche: San Lorenzo, Sant'Ilario e San Paolo. Alla fine dello stesso secolo, s'intravedono in città anche le prime tracce di quello che è definito dagli storici "monachesimo riformato" con la fondazione del priorato verginiano intitolato ai SS. Filippo e Giacomo, ubicato nell'area della *Civitas Nova*, e recensito tra le dipendenze dell'abbazia di Montevergine[28].

Nel corso del XIII secolo, tra quelli antichi e quelli di nuova fondazione, erano presenti in città solo tredici monasteri benedettini. Si tratta dei complessi di San Pietro fuori le mura, Sant'Angelo a Ponticello, San Vittorino, San Massimo, Santa Maria di Porta di Somma, SS. Lupo e Zosimo, Sant'Ilario, San Modesto, San Diodato, quello intitolato ai SS. Filippo e Giacomo, Santa Sofia, San Pietro dentro le mura e, infine, quello di San Lorenzo.

Nel grafico si può osservare la curva di andamento delle attestazioni dei monasteri benedettini a Benevento nei secoli presi in esame.

[26] LEPORE, Carmelo – "*Monasticon Beneventanum*", p. 87.
[27] MARTIN, Jean Marie – *Chronicon Sanctae Sophiae*, vol. II, pp. 567-570.
[28] MONGELLI, Giovanni – "Il monastero verginiano dei SS. Filippo e Giacomo in Benevento". *Samnium* 45/1-2 (1972), p. 10; ROTILI, Marcello – "Insediamenti verginiani nel Sannio. La società meridionale nelle pergamene di Montevergine: i Normanni chiamano gli Svevi". In *Atti del Secondo Convegno internazionale "La società meridionale nelle pergamene di Montevergine: i Normanni chiamano gli Svevi" (Montevergine, 12-15 ottobre 1987)*. Montevergine: Edizioni Padri Benedettini, 1989, pp. 226-227.

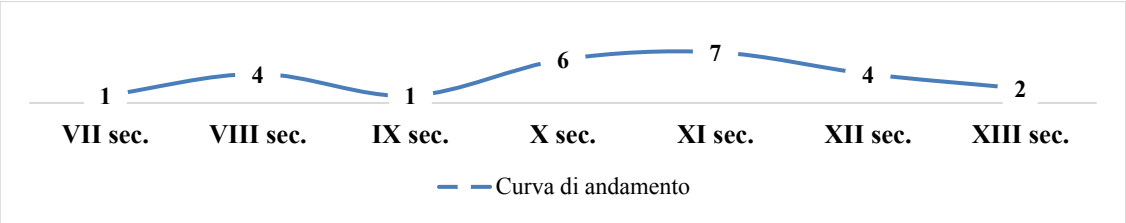


Fig. 4 – Curva andamento attestazione dei monasteri (© Miriam Palomba).

L'impossibilità di analizzare il ricco patrimonio archivistico appartenuto a tutte queste comunità monastiche, consultabile principalmente presso l'Archivio del Museo del Sannio di Benevento e la Biblioteca Capitolare della stessa città, ha fatto sì che l'attenzione fosse centrata solo su due comunità benedettine. Si tratta del monastero femminile e poi maschile di Santa Sofia che ebbe un ruolo centrale nella vita religiosa, sociale e politica del principato longobardo di Benevento, iscritto alla lista dei patrimoni dell'umanità dell'UNESCO nel 2011, e del monastero femminile di San Vittorino sito nel centro della città e a poca distanza dalle porte urbiche, Porta Rufina e Porta Somma.

Per quanto riguarda la comunità maschile che andò ad occupare gli spazzi del complesso di Santa Sofia, a partire dal X secolo, lo studio delle fonti oltre a dare la possibilità di comprendere come i monaci furono abili nello sfruttare la loro posizione primaria al fine di ottenere importanti benefici dall'aristocrazia locale e da quella dei territori limitrofi, e al fine di costruire un dominio sempre più solido e ramificato nell'intero Mezzogiorno, ha permesso di individuare e poi visualizzare in quali zone si concentravano tutti i loro possedimenti. Pertanto, si è realizzata una cartografia che è diventata una vera e propria fonte d'informazione. I beni della comunità, costituiti principalmente da case, terre, tratti di corsi d'acqua, mulini, baronie, *castellum*, chiese e monasteri erano distribuiti in ben quattro regioni: Campania, Molise, Basilicata e Puglia. Ancora, pochi fonti d'archivio, permettono di sostenere che il monastero ebbe un ruolo centrale nel favorire il processo di affermazione della posizione papale a Benevento soprattutto nei periodi in cui erano in atto gli scontri tra la chiesa e i normanni. È stato possibile evidenziare che la comunità sofiana aveva una propria infermeria. Il presidio sanitario, diretto dall'*infirmarius*, era riservato, come dettato dalla regola, ai soli monaci malati della comunità e dotato di propri possedimenti gestiti dall'abate della comunità sofiana.

Si trattava principalmente di terre coltivate, alcune delle quali riservate alla produzione di erbe medicinali utilizzate poi per la cura degli stessi malati.

Per il monastero di San Vittorino, invece, le fonti cronachistiche consentono d'ipotizzare che la sua fondazione fu sostenuta dai principi Atenolfo e Landolfo I, i quali consegnarono alle monache provenienti da Alife la già esistente chiesa intitolata a San Vittorino, presso la quale potettero costruire l'edificio monastico. Lo studio delle pergamene inedite, a loro volta, oltre a fornire prova che le badesse governavano contemporaneamente due comunità monastiche, quella alifana e quella beneventana, ha permesso di ricostruire il ricco patrimonio fondiario costituito principalmente da chiese, terre e *casaline*. Le badesse, in qualità di amministratrici, alcune volte anche con il consenso e aiuto di altre monache, che probabilmente prima di entrare a far parte della comunità monastica, o durante il loro noviziato, avevano ricevuto una formazione in campo economico, cedevano pezzi di chiese e case in cambio di terreni coltivabili e produttivi. Differenti erano anche le donazioni in favore della comunità eseguite dall'*élite* dei due territori. Attraverso queste forme di accumulo, le comunità entrò così in possesso di una parte consistente e produttiva del territorio di Benevento e Alife.

Altra evidenza emersa è che il monastero fungeva anche da presidio assistenziale dall'anno 1168. Questa mansione fu conferita alla comunità femminile da papa Alessandro III in seguito all'emanazione della bolla *Quotiens Illud* nella quale, oltre ad essere precisata la dipendenza del monastero dalla sola Sede Apostolica, fu data la possibilità di accogliere in spazi esterni pellegrini, viandanti e mercanti bisognosi di sostegno. Il conferimento di questa possibilità di accoglienza sicuramente non fu casuale, difatti, il complesso monastico, era posizionato nei pressi di due porte urbiche della città, Porta Somma e Porta Rufina, dalle quali le persone entravano ed uscivano per poi dirigersi verso le loro mete tra cui vi erano il santuario di San Michele Arcangelo e i porti pugliesi da cui si partiva per la Terra Santa.

Di seguito si riportano due carte tematiche sulle quali è possibile osservare la distribuzione dei monasteri femminili e maschili ripartiti sia all'interno della città che fuori le mura. Fondamentale per la realizzazione di queste carte è stata

anche la consulta di alcune carte storiche, che nonostante la loro datazione più tarda rispetto all'arco cronologico trattato in questo lavoro, hanno facilitato l'identificazione di alcune aree, interne ed esterne alle mura, sulle quali sorgevano differenti enti monastici. Mi riferisco in questo caso alla *Pianta della Pontificia città di Benevento*, realizzata da Liborio Pizzella nell'anno 1764, e quella elaborata da Angelo Rocca intorno all'anno 1590, oggi custodita presso la Biblioteca Angelica di Roma[29].

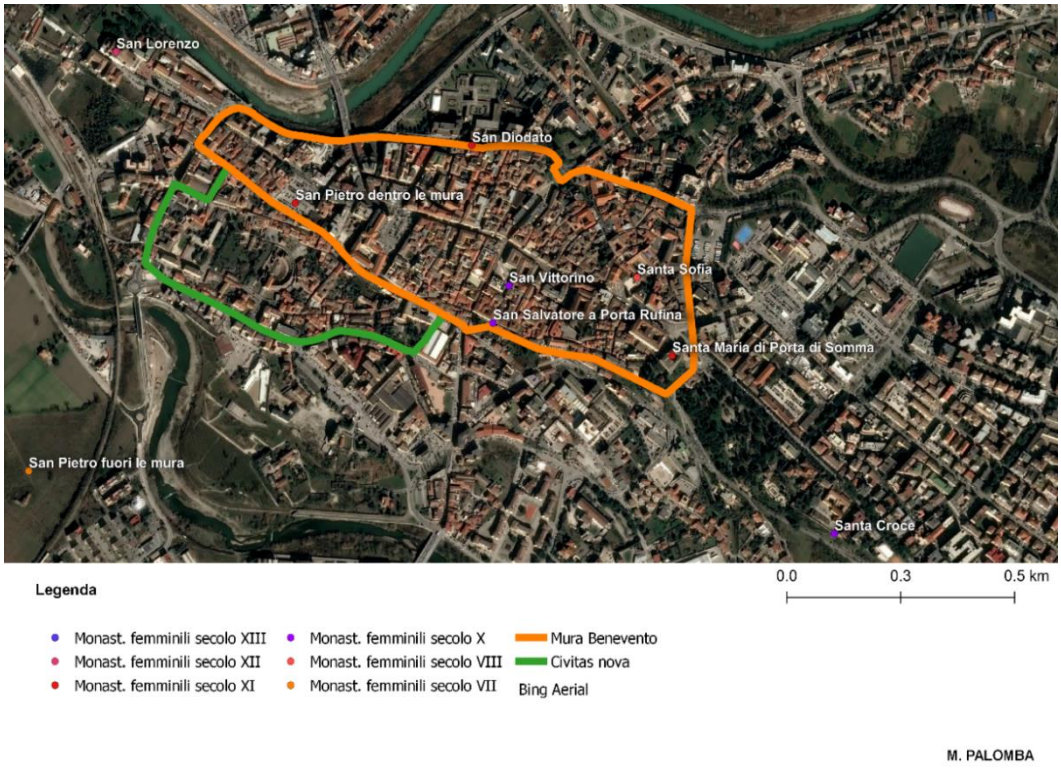


Fig. 5 – Distribuzione dei monasteri femminili (© Miriam Palomba).

[29] Biblioteca Angelica, Roma, BSNS 56\57.



Fig. 6 – Distribuzione dei monasteri maschili (© Miriam Palomba).

Con l'avanzare della ricerca, si è notato che tra il XII e XIII secolo a Benevento, come nella gran parte delle città dell'Italia meridionale, si assiste al fenomeno dell'insediamento da parte di un nuovo genere di religiosi che scelsero l'area centrale attraversata dalla Via Appia utile alla loro missione di predicazione: canonici regolari, francescani e domenicani. Si è osservato che la prima comunità di canonici regolari testimoniata in città fu quella degli agostiniani. La loro prima citazione risale all'anno 1174, quando fu fondata per volere del cardinale Alberto Morra la congregazione nella chiesa intitolata a Sant'Andrea[30]. A partire dal 1233, si attesta a Benevento il primo insediamento dei predicatori. Il complesso di San Domenico fu fatto erigere dal giudice Roffredo Epifanio in un'area esterna alle mura della città, che purtroppo non è possibile identificarla. È molto probabile che i rapporti che la comunità domenicana ebbe con quella benedettina femminile di San Pietro dentro le mura, portarono la badessa Registra, nel 1268, a concedergli un'area interna alle mura sita nei pressi della Via Appia e dove in

[30] IDANZA, Domenico – *Convento di S. Agostino*, p. 241; DI MEGLIO, Rosalba – *Ordini mendicanti, monarchia e dinamiche politico-sociali*, pp. 34-35.

precedenza era la chiesa di Santa Maria *Antiqua*. I domenicani decisero così di trasferire la comunità all'interno della città lasciando il vecchio edificio ad un gruppo di *mulieres religiosae* che erano poi a far parte dell'Ordine dei frati predicatori. Anche in questo caso la poca documentazione, come più volte accennato, non ha permesso di ricostruire la vita interna alla comunità, che grazie al lavoro di ricerca della Colesanti, è stata ritenuta la prima fondazione femminile domenicana all'interno Regno. Le domenicane sono citate per la prima volta nel 1276, nel privilegio erogato dal vescovo Capodiferro, nel quale si specifica l'indipendenza delle *sorores* dalla giurisdizione vescovile[31]. Per quanto riguarda i francescani, erano presenti in città già dall'anno 1240 come dimostrerebbero le bolle pontificie datate una allo stesso anno[32] e la seconda del 1247 emanate corrispettivamente da Gregorio IX e Innocenzo IV[33]. Le prime citazioni di un *locus*, ovvero un luogo di coabitazione, si hanno solo a partire dall'anno 1266[34]. Il loro arrivo in città, secondo quanto già sostenuto dal Lepore, fu quasi certamente condizionato e favorito dall'affermazione del terz'ordine penitenziario, rappresentato da oblati, reclusi e *mulieres religiosae,* annessi a delle chiese o complessi monastici, i quali avevano adottato uno stile di vita dedicato prettamente alla preghiera, all'offerta e al servizio della chiesa. Dall'anno 1266, una comunità del secondo ordine francescano è documentata nel preesistente monastero di San Lorenzo sito fuori le mura, in precedenza occupato da una comunità femminile benedettina. Molto probabilmente la comunità benedettina adottò la rigida regola di Santa Chiara e non è da scartare l'ipotesi che in una prima fase siano coesistite due comunità che seguivano due regole; dalla storiografia emerge che si tratta di un fenomeno molto diffuso tra le comunità femminili, così come ha dimostrato Penco, per il monastero di Santa Maria *Mater Domini* di Conegliano Veneto, nel quale a partire dal 1231, si attesta la compresenza di gruppi di donne che seguivano la regola benedettina e quella clariana[35].

[31] COLESANTI, Gemma Teresa – "Le fondazioni domenicane femminili nel Mezzogiorno", pp. 76-77; Benevento MDS, *Fondo San Domanico*, vol. VI, perg. n. 11.
[32] *Bullarium Franciscanum romanorum pontificum […]*. Tomus I. Ed. Fr. Joannis Hyacinthi Sbaraleae. Romae: Typis Sacrae Congregationis de Propaganda Fidei, 1759, n. 308, p. 276.
[33] *Bullarium Franciscanum romanorum pontificum*, tomus I, n. 223, p. 475.
[34] Benevento BC, cart. 377, perg. n. 8; LEPORE, Carmelo – "Presenze francescane nel Sannio", p. 77.
[35] Benevento BC, cart. 377, perg. nn. 8-9 (anno 1266-1272); PENCO, Gregorio – "Alcuni aspetti dei rapporti tra le prime comunità di clarisse e le monache benedettine". *Benedictina* 34 (1987), pp. 15-23.

Di seguito si riporta una carta topografia sulla quale è possibile osservare l'ubicazione degli edifici mendicanti e benedettini nel corso del XIII secolo in città. Questa, è servita per elaborare delle prime ipotesi sulle modalità d'insediamento dei nuovi ordini nel contesto cittadino.

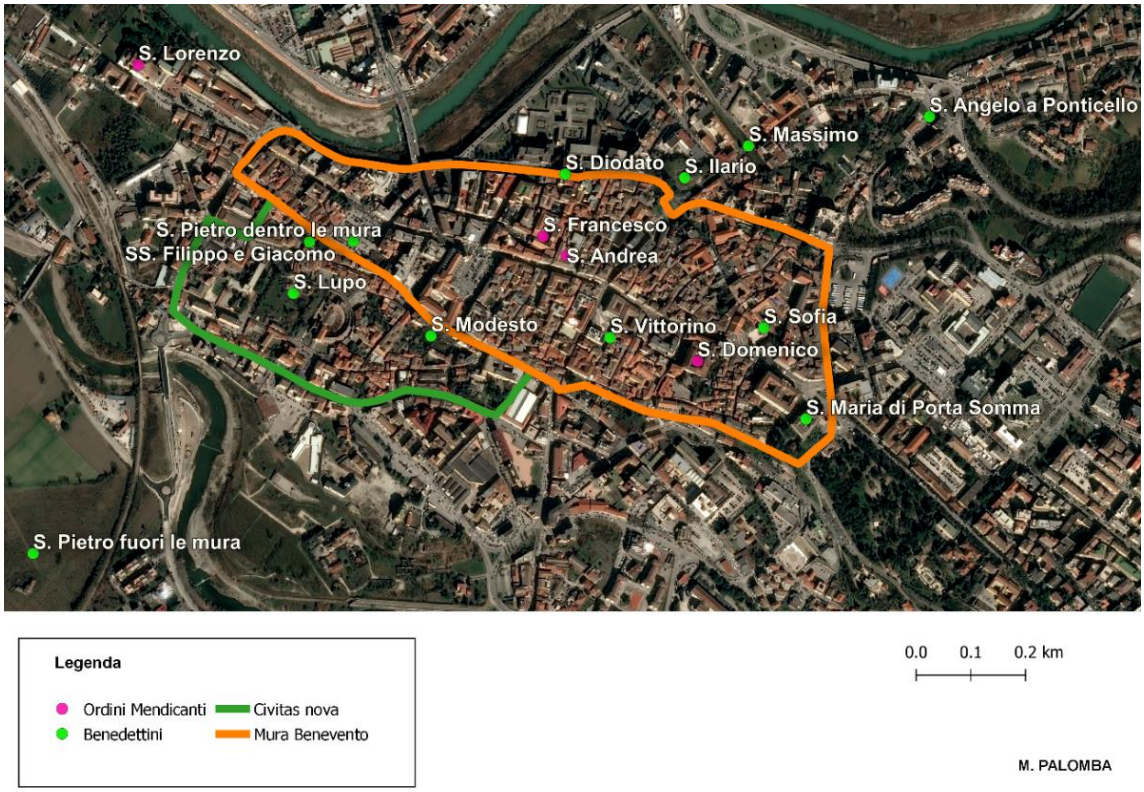


Fig. 7 - Distribuzione dei complessi benedettini e mendicanti (© Miriam Palomba).

Giunti alla fine di questa lunga sintesi possiamo affermare che lo spazio urbano di Benevento, a partire dal VII fino ad arrivare al XIII secolo, fu in continua evoluzione grazie al ruolo avuto dai gruppi dominanti che finanziarono non solo la costruzione di enti monastici, ben ventinove edifici, ma li arricchirono di beni e li sostennero nei secoli con una politica di privilegi fiscali al fine di affermare i loro poteri nei territori dell'Italia meridionale.

Bibliografia

Fonti

Fonti manoscritte

Benevento, Archivio del Museo del Sannio (MDS), *Fondo San Domanico*, vol. VI, perg. n. 11.

Benevento, Archivio del Museo del Sannio (MDS), *Fondo Santa Sofia*, vol. VIII, perg. n. 8; vol. XXXIV, perg. n. 10.

Benevento, Archivio della Biblioteca Capitolare di Benevento (BC), *Benev*. 67, n. 21.

Benevento, Archivio della Biblioteca Capitolare di Benevento (BC), cart. 377, perg. nn. 8-9 (anno 1266-1272).

Benevento, Archivio della Biblioteca Capitolare di Benevento (BC), perg. a parte VIII.

Benevento, Archivio della Biblioteca Capitolare di Benevento (BC), perg. a parte IV.

Roma, Biblioteca Angelica, BSNS 56\57.

Fonti edite

BARTOLONI, Franco – "Diplomi arcivescovili beneventani". *Archivio Paleografico italiano* XIII/58 (1950).

BARTOLONI, Franco – *Le più antiche carte dell'abbazia di San Modesto in Benevento (secoli VIII-XIII).* Roma: Istituto Storico Italiano per il Medioevo (Regesta Chartarum Italiae, 33), 1950.

BERTOLINI, Ottorino – "Gli *Annales Beneventani*". *Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medioevo e Archivio Muratoriano* 42 (1923), pp. 1-163.

BERTOLINI, Ottorino – "I documenti trascritti nel *"liber praeceptorum Beneventani monasteri S. Sophiae"* (*Chronicon Sanctae Sophiae*)". In A.A. V.V. – *Studi di Storia Napoletana in onore di Michelangelo Schipa*, Napoli: I.T.E.A, 1926, pp. 11-47.

BERTOLINI, Ottorino – "Studi sui diplomi dei duchi e dei principi longobardi dell'Italia meridionale. Un preteso giudicato del 1061 di Landolfo IV e Pandolfo IV principi di Benevento". *Archivio storico Italiano*, s. VII, 9 (1928), pp. 177-216.

Bullarium Franciscanum romanorum pontificum, constitutiones, epistolas, ac diplomata continens. Tomus I. Ed. Fr. Joannis Hyacinthi Sbaraleae. Romae: Typis Sacrae Congregationis de Propaganda Fidei, 1759.

CIARALLI, Antonio; DE DONATO, Vittorio; MATERA, Vincenzo – *Le più antiche carte del Capitolo della cattedrale di Benevento (668-1200)*. Roma: nella sede dell'Istituto Palazzo Borromini, 2002.

CUOZZO, Errico; ESPOSITO, Laura; MARTIN, Jean Marie – *Le pergamene del monastero di Santa Sofia di Benevento (762-1067).* Rome: École Française de Rome - Centro Europeo di Studi Normanni (Sources et Documents 12; Medievalia 10), 2021.

GALASSO, Elio – "Caratteri paleografici e diplomatici dell'atto privato a Capua e a Benevento prima del secolo XI". In *Il Contributo dell'archidiocesi di Capua alla vita religiosa e culturale del Meridione. Atti del Convegno nazionale di studi storici promosso dalla Società di storia patria di Terra di Lavoro (26-31 ottobre 1966).* Roma: De Luca, 1967, pp. 291-317.

LEPORE, Carmelo – "La Biblioteca Capitolare di Benevento: Regesti delle pergamene: sec. 7-13*". Rivista Storica del Sannio*, 3 ser., 12/1 (2005), pp. 209-241.

MARTIN, Jean Marie (ed.) – *Chronicon Sanctae Sophiae: cod. Vat. Lat. 4939.* Studio sull'apparato decorativo di Giulia Orofino. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medioevo, 2000.

PAULO DIACONO – *Historia Langobardorum*. In BETHMANN, Ludovivo; WAITZ, Gregorio (a cura di) – *Monumenta Germaniae Historica inde ab anno Christi quingentesimo usque ad annum millesimum et quingentesimum. Scriptores rerum Langobardicarum et Italicarum saec. VI- IX*. Hannoverae: impensis bibliopolii Hahniani, 1878.

Registrum Petri Diaconi (Montecassino, Archivio dell'abbazia, Reg. 3). Coord. MARTIN, Jean Marie; CHASTANG, Pierre; CUOZZO, Errico, *at al*. Roma: École française de Rome (Fonti per la Storia dell'Italia medievale, Antiquitates, 45), 2015.

Studi

ALBUZZI, Annalisa– "Il monachesimo femminile nel mezzogiorno medievale e moderno". In ANDENNA, Giancarlo (a cura di) – *Dove va la storiografia monastica in Europa? Temi e metodi di ricerca per lo studio della vita monastica e regolare in età medievale alle soglie del terzo millennio*. *Atti del Convegno internazionale Brescia-Rodengo, 23-25 marzo 2000*. Milano: Vita e Pensiero, 2001, pp. 131-189.

ARALDI, Giovanni – *Vita religiosa e dinamiche politico-sociali. Le congregazioni del clero a Benevento (secoli XII-XIV).* Napoli: Società Napoletana di Storia Patria, 2016.

AZZARA, Claudio - "Monachesimo e diritto tra *Regnum Langobardorum* e *Regnum Italiae".* In SPINELLI, Giovanni (a cura di) – *Il monachesimo italiano dall'età longobarda all'età ottoniana, secc. 8-10*. *Atti del VII Convegno di studi storici sull'Italia benedettina, Nonantola (Modena), 10-13 settembre 2003*. Cesena: Badia di Santa Maria del Monte, 2006, pp. 67-78.

BALASCO, Alfredo; GIAMPAOLA, Daniela; MUSCETTOLA, Alfredo – *Benevento: l'arco e la città*. Napoli: Dipartimento di studi del mondo classico e del Mediterraneo antico dell'Istituto universitario L'Orientale, 1985.

BARONE, Giulia – "Federico II di Svevia e gli ordini mendicanti". *Mélanges de l'École Française de Rome* 90/2 (1978), pp. 607-626.

BERTINI, Antonio; COLESANTI, Gemma Teresa; SOLER SALA, Maria - "La rete monastica nel Tessuto urbano di Napoli (secc. XII-XVI)". *Summa* 15 (primavera 2020), pp. 55-73.

BERTOLINI, Paolo – "*Arechi II*". In *Dizionario biografico degli italiani*. Vol. IV. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 1962, col. 65-80.

BOSCIA, Mario; BOVE, Francesco – "Il convento di S. Domenico in Benevento: la riscoperta di un monumento dimenticato". *Rivista Storica del Sannio* 1 (maggio-agosto 1983), pp. 49-60.

BLOSCH, Herbert – *Monte Cassino in the Middle Ages*. Roma: Edizioni di storia e letteratura, 1986.

BOVE, Francesco – "Città monastica beneventana". *Studi Beneventani* 6 (1995), pp. 153-195.

BROWN, Virginia – *New documents at Rieti for the monasteries of San Benedetto ad Xenodochium and Santa Sofia in the Ninth-centuri Benevento.* Toronto: Pontifical institute of Mediaeval studies, 2001.

CASTAGNOLI, Ferdinando – "Topografia e urbanistica di Roma nel IV secolo a.C.". *Studi Romani* 22/4 (1974), pp. 425-443.

CILENTO, Nicola – *Le origini della signoria capuana nella Longobardia minore*. Roma: Istituto Storica Italiano per il Medio Evo (Studi Storici. Fasc. 69- 70), 1966.

CILENTO, Nicola – *Italia meridionale longobarda*. Milano-Napoli: R. Ricciardi, 1971.

COLESANTI, Gemma Teresa – "Il privilegio di Capodiferro per il monastero femminile di San Domenico di Benevento". In MARTIN, Jean Marie; ALAGGIO, Rosanna (a cura di) – *Quei maledetti normanni. Studi offerti ad Errico Cuozzo per i suoi settant'anni da colleghi, allievi e amici*. Ariano Irpino: Centro europeo di studi normanni, 2016, pp. 219-229.

COLESANTI, Gemma Teresa – "Le fondazioni domenicane femminili nel Mezzogiorno medievale: problemi e prospettive di ricerca (secoli XIII- XIV)". In COLESANTI, Gemma Teresa; GARÍ, Blanca; JORNET BENITO, Núria (a cura di) – *Clarisas y Dominicas. Modelos de implantación en la Península Ibérica, Cerdeña, Nápoles y Sicilia*. Firenze: Firenze University Press – Reti Medievali, 2017, pp. 71-93.

COLESANTI, Gemma Teresa; DE SIMONE, Alessandro; PATRONI GRIFFI, Filena – "La catalogazione informatica di alcuni fondi pergamenacei dei musei campani (Progetto CO. BE. CAM.), una esperienza in corso". *Studi Beneventani* 2-3 (dicembre 1989-dicembre 1990), pp. 109-117.

COLESANTI, Gemma Teresa; GARÌ, Blanca; REPOLA, Leopoldo; SOLER SALA, Maria – "From *Claustra* to *Spiritual Landascape*s: Digital Humanities Projects on the medieval monastic space (11th-15th centuries)*". Archeologia e Calcolatori*, Supplemento 10 (2018), pp. 155-171.

COLESANTI, Gemma Teresa; PALOMBA, Miriam – "La partecipazione delle donne nella pratica assistenziale nella città di Napoli: L'infermeria delle monache di San Gregorio Armeno*"*. In HENAR GALLEGO, Franco; GARCIA HERRERO, María Del Carmen (a cura di) – *Autoridad, poder y influencia: mujeres que hacen la historia*. Vol. II. Barcelona: Icaria, 2017, pp. 481-496.

COLESANTI, Gemma Teresa; SAKELLARIOU, Eleni – "Confraternities in Medieval Benevento*"*. In DANDREA, David; MARINO, Salvatore (a cura di) – *Confraternities in Southern Italy: Art, politics and religion (1100-1800)*. Toronto: Centre for Reformation and Renaissance Studies, Essays and Studies, 2022, pp. 203-229.

COSTAGLIOLA, Monica – "Nuovi dati sulla chiesa longobarda di Santa Sofia a Benevento". In FIORILLO, Rosa; PEDUTO, Paolo (a cura di) – *III Congresso Nazionale di Archeologia Medievale (Castello di Salerno, Complesso di Santa Sofia, Salerno, 2-5 ottobre 2003)*. Firenze: Società di Archeologi Medievisti Italiani, 2003, pp. 600-608.

CUOZZO, Errico – "La nobiltà normanna nel Mezzogiorno all'epoca di Roberto il Guiscardo". *Rivista Storica Italiana* 98/2 (1986), pp. 544-554.

CUOZZO, Errico – "*Quei maledetti normanni": cavalieri e organizzazione militare nel mezzogiorno normanno.* Napoli: Guida, 1989.

CUOZZO, Errico – "Potere e ricchezza del duca- principe di Benevento". In *I longobardi dei ducati di Spoleto e Benevento*. *Atti del XVI Congresso internazionale di studi sull'alto Medioevo (Spoleto 20-23 ottobre 2002 - Benevento, 24-27 ottobre 2002)*. Spoleto: Fondazione Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, 2003, pp. 567-590.

CUOZZO, Errico; D'ANGELO, Edoardo – "Falcone di Benevento". In *Dizionario biografico degli italiani*. Vol. 44. Roma: Istituto Della Enciclopedia Italiana, 1994, pp. 321-325.

CUOZZO, Errico; ESPOSITO, Laura – "Due monasteri della Benevento longobarda: San Benedetto *ad Xenodochium* e Santa Sofia *ad Ponticellum*". In ROTILI, Marcello (a cura di) – *Studi su Benevento longobarda*. Benevento: Club per l'Unesco di Benevento, 2018, pp. 2-49.

CUOZZO, Errico; IADANZA, Mario – "Alle origini dell'insediamento normanno nel Mezzogiorno". In CUOZZO, Errico (a cura di) – *Benevento immagini e storia*. Atripalda: Mephite, 2010, pp. 81-94.

D'ANGELO, Edoardo – *Chronicon Beneventanum: città e feudi nell'Italia dei normanni*. *Falcone di Benevento*. Tavarnuzze, Impruneta: SISMEL, Edizioni del Galluzzo, 1998.

D'ANGELO, Edoardo – "Il comune di Benevento e il suo cronista Falcone". In CUOZZO, Errico (a cura di) – *Benevento immagini e storia*. Atripalda: Mephite, 2010, pp. 97-107.

D'ANGELO, Federica – "Il cenobio di San Vincenzo al Volturno nella città di Benevento: I monasteri urbani". In ROSSI, M. Cristina; DE DUNNI, Veronica (a cura di) – *Le diocesi dell'Italia meridionale nel medioevo. Ricerche di storia, archeologia, storia dell'arte*. Cerro al Volturno: Volturnia edizioni, 2019, pp. 73-86.

DE DONATO, Vittorio- "Spigolature tra i documenti della Biblioteca Capitolare di Benevento*"*. *Samnium* 70/4 (ott.-dic. 1997), pp. 349-357.

DIGLIO, Salvatore – *Una grande proprietà ecclesiastica del Sannio: il monastero di San Pietro delle monache di Benevento.* Napoli: Istituto Universitario Orientale, 1993.

DI MEGLIO, Rosalba – *Ordini mendicanti, monarchia e dinamiche politico- sociali nella Napoli dei secoli XIII- XV*. Raleigh: Aiona edizioni 2013.

FACCHIANO, Anna Maria- "Il monachesimo femminile nel mezzogiorno medievale e moderno". In ZARRI, Gabriella (a cura di) – *Il monachesimo femminile in Italia dall'alto medioevo al secolo XVII*. *A confronto con l'oggi. Atti del VI Convegno del Centro di Studi Farfensi, Santa Vittoria in Matenano, 21-24 settembre 1995.* Negarine: Il segno di Gabrielli, 1998, pp. 169-191.

FINELLA, Antonietta – *Benevento Medievale: analisi ed interpretazione dell'Impianto urbano*. Roma: Bonsignori, 2003.

GALASSO*,* Elio – "Nuovi documenti per la storia dell'abbazia di S. Sofia di Benevento e dei suoi restauri settecenteschi". *Samnium* 41/1-2 (1968), pp. 15-23.

GALASSO, Elio – "Inediti Capitoli di riforma per Santa Sofia di Benevento (1211)"*. Samnium* 42/3-4 (lug.- ott. 1969), pp. 111-121.

GALASSO, Elio – *L'abbazia longobarda di San Vittorino in Benevento.* Benevento: Museo del Sannio, 1988.

HOUBEN, Hubert – *Medioevo monastico meridionale*. Napoli: Liguori Editore, 1987.

HOUBEN, Hubert – "Potere politico e istituzioni monastiche nella *Langobardia minor* (secoli VI-X)". In *Longobardia e Longobardi nell'Italia meridionale: le istituzioni ecclesiastiche*. *Atti del II Convegno internazionale di studi promosso dal Centro di cultura dell'Università Cattolica del Sacro Cuore (Benevento, 29-31 maggio 1992).* Milano: Vita e Pensiero, 1996, pp. 177-198.

HOUBEN, Hubert – "Monachesimo e monarchia nel mezzogiorno normanno-svevo". In ANDENNA, Giancarlo (a cura di) – *Dove va la storiografia monastica in Europa?: temi e metodi di ricerca per lo studio della vita monastica e regolare in età medievale alle soglie del terzo millennio. Atti del Convegno internazionale (Brescia-Rodengo, 23-25 marzo 2000)*. Milano: Vita e Pensiero, 2001, pp. 283-296.

IADANZA, Domenico – *Convento di S. Agostino e oratorio di S. Antonio Abate in Benevento. Inventatio e riproduzione digitale del complesso archivistico.* Benevento: Archivio di Stato di Benevento (Corporazioni religiose soppresse, 3), 2000.

IADANZA, Iadanza – "Le origini della chiesa beneventana. Temi e problemi (secc. I-IV)". In ROSSI, M. Cristina; DE DUNNI, Veronica (a cura di) – *Le diocesi dell'Italia meridionale nel Medioevo: ricerche di storia, archeologia, storia dell'arte*. Cerro al Volturno: Volturnia edizioni, 2019, pp. 11-20.

JAMISON, Evelyn Mary – "The abbess Bethlem of S. Maria *di Porta Somma* and the barons of the *Terra beneventana"*. In *Oxford Essays in Mediaeval History Presented to Herbert Edward Salter.* Oxford: Clarendon Press, 1934, pp. 33-67.

LAVARRA, Caterina – "Potere monastico femminile nel Mezzogiorno normanno: la badessa Betlemme". In MAINONI, Patrizia (a cura di) – *Con animo virile. Donne e potere nel mezzogiorno medievale (secoli XI-XV).* Roma: Viella, 2010, pp. 139-196.

LEPORE, Carmelo – "*Monasticon Beneventanum.* Insediamenti monastici di regola benedettina in Benevento". *Studi Beneventani* 6 (1995), pp. 25-168.

LEPORE, Carmelo – "Presenze francescane a Benevento nella seconda metà del XIII secolo". In TIRONE, Domenico (a cura di) – *I Francescani nel Sannio*. *Atti del Convegno, Benevento, 1-3 ottobre 1992*. Foglianise: s.n., 1996, pp. 35-95.

LEPORE, Carmelo – "Fondazioni monastiche beneventane di IX- X secolo: il monastero di S. Lupo". In *I Longobardi dei ducati di Spoleto e Benevento*, *I longobardi dei ducati di Spoleto e Benevento. Atti del 16. Congresso internazionale di studi sull'alto Medioevo (Spoleto, 20-23 ottobre 2002, Benevento, 24-27 ottobre 2002)*. Spoleto: Fondazione Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, 2003, pp. 1513-1526.

LOUD, Graham A. – "A lombard abbey in a Norman world: St. Sophia, Benevento, 1050-1200". *Anglo- Normann Studies* 19 (1997), pp. 273-306.

LOUD, Graham A. – "The Genesis and context of the Chronicle of Falco of Benevento". In LOUD, Graham A. (a cura di) – *Montecassino and Benevento in the middle ages: essays in south Italian church history*. Aldershot: Routledge, 2000, pp. 177-198.

LUPIA, Aurora – *Testimonianze di epoca altomedievale a Benevento. Lo scavo del Museo del Sannio*. [Napoli]: Ministero per i beni culturali e ambientali, Soprintendenza archeologica per le province di SA-AV-BN, Consorzio beni culturali campani, 1998.

MASSA, Paola – "L'archivio dell'abbazia di S. Sofia di Benevento". *Archiv für Diplomatik. Schriftgeschichte Siegel- und Wappenkunde* 62 (2016), pp. 433-466.

MASSA, Paola – "Fonti inedite per la storia dell'abbazia di S. Sofia di Benevento e dei suoi abati commendatari*". Nuovi annali della Scuola speciale per archivisti e bibliotecari* 30 (2016), pp. 25-58.

MATERA, Vincenzo – "Minima diplomatica. Per l'edizione delle più antiche carte dell'abbazia di Santa Sofia di Benevento (secoli VIII-XI)". In VITOLO, Giovanni; MOTTOLA, Francesco (a cura di) – *Scrittura e produzione documentaria nel Mezzogiorno longobardo*. *Atti del Convegno internazionale di studio (Badia di Cava 3-5 ottobre 1990)*. Badia di Cava: Edizioni 10/17, 1991, pp. 383-398.

MONGELLI, Giovanni – "Il monastero verginiano dei SS. Filippo e Giacomo in Benevento". *Samnium* 45/1-2 (1972), pp. 9-49.

MUSCA, Giosuè – *L'emirato di Bari (847-871)*. Bari: Dedalo Libri, 1964.

PALOMBA, Miriam – *L'evoluzione del paesaggio monastico della città di Benevento tra storia e metodi informatici. Dai Benedettini ai mendicanti (sec. VII-XIII)*. Tesi di dottorato in Culture Medievali. Barcelona: Facultat de Geografia i Història – Universitat de Barcelona, 2022.

PELLEGRINI, Luigi- "Gli insediamenti degli Ordini mendicanti e la loro tipologia: considerazioni metodologiche e piste di ricerca"*. Mélanges de L'École Française de Rome* 89 (1977), pp. 563-573.hnhjh

PENCO, Gregorio - "Alcuni aspetti dei rapporti tra le prime comunità di clarisse e le monache benedettine". *Benedictina* 34 (1987), pp. 15-23.

ROTILI, Marcello – "Benevento, Chiesa di S. Sofia". In ROTILI, Marcello (a cura di) – *Corpus della scultura altomedievale*. V: *La Diocesi di Benevento.* Spoleto: Centro italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1966, pp. 29-31, 33.

ROTILI, Marcello – "Alle origini di un centro rurale nel principato longobardi di Benevento: dalla chiesa al castello a Ponte. La chiesa di S. Anastasia". *Campania Sacra* 8\9 (1977-1978), pp. 5-37.

ROTILI, Marcello – *Benevento romana e longobarda. L'immagine urbana*. Napoli – Ercolano: Banca Sannitica – La Buona Stampa, 1986.

ROTILI, Marcello – "Insediamenti verginiani nel Sannio. La società meridionale nelle pergamene di Montevergine: i Normanni chiamano gli Svevi". In *Atti del Secondo Convegno internazionale "La società meridionale nelle pergamene di Montevergine: i Normanni chiamano gli Svevi" (Montevergine, 12-15 ottobre 1987)*. Montevergine: Edizioni Padri Benedettini, 1989, pp. 221-234.

ROTILI, Marcello – "Benevento e il suo territorio: persistenze e trasformazioni". In *I Longobardi dei ducati di Spoleto e di Benevento. Atti del XVI Congresso Internazionale*

di Studi sull'alto medioevo (Spoleto-Benevento, 20-27 ottobre 2002). Spoleto: Centro Italiano di Studi sull' Alto Medioevo, 2003, pp. 827-879.

ROTILI, Marcello – "Cellarulo e Benevento. La formazione della città tardo antica". In ROTILI, Marcello (a cura di) – *Benevento nella tarda Antichità. Dalla diagnostica archeologica in Contrada Cellarulo alla ricostruzione dell'assetto urbano*. Napoli: Arte Tipografica Editrice, 2006, pp. 9-88.

ROTILI, Marcello – "Benevento fra Antichità e Medioevo. Nuovi dati delle ricerche degli ultimi quarant'anni". In FIORILLO, Rosa; LAMBERT, Chiara (a cura di) – *Medioevo letto, scavato, rivalutato. Studi in onore di P. Peduto*. Borgo S. Lorenzo: All'insegna del Giglio, 2013, pp. 315-330.

ROTILI, Marcello – "Considerazioni su Benevento nella Tarda antichità". In EBANISTA, Carlo; ROTILI, Marcello (a cura di) – *Aristocrazie e società fra transizione romano-germanica e l'alto medioevo*. *Atti del Convegno internazionale di Studi Cimitile-Santa Maria Capua Vetere, 14- 15 giugno 2012*. Napoli: San Vitaliano 2015, pp. 317-351.

ROTILI, Marcello – "Spazi monastici a Benevento". *Hortus Artium Medievalium* 23/1 (2016), pp. 240-261.

TOMAY, Luigina – "Benevento Longobarda: dinamiche insediative e processi di trasformazione". In D'HENRY, Gabriella; LAMBERT (a cura di) – *Il popolo dei Longobardi meridionali (570-1076). Testimonianze storiche e monumentali. Atti del Convegno (Salerno, 28 giugno 2008)*. Salerno: Grupo Archeologico Salernitano, 2009, pp. 119-151.

VERGINEO, Gianni – *Storia di Benevento e dintorni*. Benevento: G. Ricolo, 1985-1989.

VITOLO, Giovanni – "Vecchio" e "nuovo" monachesimo nel Regno svevo di Sicilia". In ESCH, Arnold; KAMP, Nobert (coord.) – *Friedrich II. Tagung des Deutschen Historischen Instituts in Rom im Gedenkjahr 1994*. Tübingen: Max Niemer Verlag, 1996, pp. 182-200.

VITOLO, Giovanni – "Ordini mendicanti e dinamiche politico-sociali nel Mezzogiorno angioino–aragonese". *Rassegna Storica Salernitana* 30 (dec. 1998), pp. 67-101.

VITOLO, Giovanni – "Le ricerche in ambito meridionale". In ANDENNA, Giancarlo (a cura di) – *Dove va la storiografia monastica in Europa? Temi e metodi di ricerca per lo studio della vita monastica e regolare in età medievale alle soglie del terzo millennio*. *Atti del Convegno internazionale. Brescia- Rodegno, 23-25 marzo2000*. Milano: Vita e Pensiero, 2001, pp. 259-282.

ZAZO, Alfredo – "La chiesa e il palazzo badiale di S. Sofia dopo il terremoto del 1688". *Samnium* 3 (luglio-settembre 1929), pp. 85-87.

ZAZO, Alfredo – "I beni della badia di Santa Sofia in Benevento nei XIV secolo". *Samnium* 29/3 (lug. - sett. 1956), pp. 131-186.

ZAZO, Alfredo – "Le chiese parrocchiali di Benevento del 12-14 secolo: Appunti sul loro sito e la loro toponomastica". *Samnium* 32/1-2 (gen.-giu. 1959), pp. 60-83.

ZAZO, Alfredo – "Professioni, arti e mestieri in Benevento nei secoli 12-14". *Samnium* 32/3- 4 (luglio-dicembre 1959), pp. 121-177.

ZAZO, Alfredo – *L'Obituarium S. Spiritus della Biblioteca Capitolare di Benevento: secc. 12-14*. Napoli: Fausto Fiorentino editore, 1963.

ZAZO, Alfredo – "Chiese, feudi e possessi della badia benedettina di Santa Sofia di Benevento nel sec. 14". *Samnium* 37/1-2 (gen.-giu. 1964), pp. 1-67.

ZAZO, Alfredo – "Echi in Benevento del pontificato di Celestino V". *Samnium* 39/1-2 (gen.-giu. 1966), pp. 1-10.

ZAZO, Alfredo – "La battaglia del 26 febbraio 1266". In *La battaglia di Benevento*. Benevento: ABETE (Saggi e studi del Museo del Sannio / Biblioteca e Archivio storico provinciali di Benevento, n. 1), 1967, pp. 59-67.

ZAZO, Alfredo – "Contrade beneventane in un manoscritto del XVII secolo". *Samnium* 56/1-2 (gennaio-giugno 1983), pp. 1-19.

ZORNETTA, Giulia – "Il monastero femminile di Santa Sofia di Benevento. Ambizioni e limiti di un progetto politico familiare nell'Italia meridionale longobarda (secoli VIII- IX)". In WEST HARLING, Veronica (a cura di) – *Il monachesimo femminile in Italia nei secoli VIII-XI: famiglia, potere, memoria*. *Reti Medievali Rivista* 20/1 (2019), pp. 541-566.

ZORNETTA, Giulia – *L'Italia meridionale longobarda. Competizione, conflitto e potere politico a Benevento (secoli VIII-IX)*. Roma: Viella, 2020.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PALOMBA, Miriam – "Tra fonti storiche e metodi informatici: il paesaggio monastico della città di Benevento (sec. VII-XIII)". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 303-331. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

As várias faces das monjas cistercienses em Portugal (1211-1385)*

The multiple faces of Cistercian nuns in Portugal (1211-1385)

Luís Miguel Rêpas

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

luisrepas@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0002-5437-9437

Data recepção do artigo / Received for publication: 6 de Dezembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6332

* Este artigo resulta do trabalho realizado pelo autor no âmbito da sua Tese de Doutoramento, intitulada *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*, em 2 vols. (sendo o vol. 2 dividido em 2 tomos), que foi orientada por Maria Helena da Cruz Coelho e defendida, em 2021, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e representa o ponto em que se encontra a investigação sobre o monaquismo cisterciense feminino em Portugal no período medieval.



A imagem que, tradicionalmente, prevalecia do monaquismo feminino cisterciense português, em tempos medievais, associava-o às elites nobiliárquicas, o que, em nosso entender, parecia resultar da sua identificação com os primeiros mosteiros fundados pelas filhas de D. Sancho I, as Infantas D. Teresa, D. Mafalda e D. Sancha (em Lorvão, Arouca e Celas, respetivamente), aqueles que melhor se conheciam e que primeiro foram estudados[1]. Tal como sucedeu noutros reinos europeus, também nestas três casas conventuais sobressai o papel desempenhado por mulheres poderosas que usaram a sua fortuna pessoal e o seu prestígio para fundar ou reformar mosteiros onde instalaram monjas cistercienses, sobre os quais exerceram depois um controlo direto como padroeiras. Estes espaços religiosos ofereciam às mulheres da família real ou da nobreza, sobretudo viúvas, com riqueza e poder, a oportunidade de viverem a derradeira fase da sua vida num ambiente espiritual propício à salvação das suas almas e em conformidade com a sua elevada condição social.

A proteção e o favorecimento que lhes foram dispensados pelas Infantas, que aí viviam a par das suas comunidades, associando-as à realeza, depressa captaram as

[1] Para o Mosteiro de Lorvão, destacamos o trabalho de MARQUES, Maria Alegria Fernandes – "Inocêncio III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister". *Revista Portuguesa de História* 18 (1980), pp. 231-283 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125), bem como a dissertação de mestrado de SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001 e a tese de doutoramento de BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade*. 2 vols., [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. Ainda para o mesmo mosteiro, mas para tempos mais recuados, ou seja, para o período anterior à comunidade feminina, poder-se-ão consultar os trabalhos de AZEVEDO, Rui de – "O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã". *Arquivo Histórico de Portugal* I (1932), pp. 183-239 e de MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Memória de um Mosteiro: Lorvão, séculos IX-XII. História de uma comunidade masculina*. Penacova: Câmara Municipal de Penacova, 2021. Para o Mosteiro de Arouca destacam-se os trabalhos de COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. 2.ª ed., Arouca: Câmara Municipal de Arouca / Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988 (1ª ed., Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977) e *Arouca – uma terra, um mosteiro, uma santa*. 2.ª ed., Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda – Museu de Arte Sacra de Arouca, 2005 (1.ª ed., Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1989), bem como a dissertação de mestrado de RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Edições Magno, 2003. Finalmente, para o Mosteiro de Celas, a obra de MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001.

atenções e a preferência de muitas mulheres da mais ilustre aristocracia medieval portuguesa, que se lhes juntaram, também elas pródigas para com tão prestigiantes cenóbios, não raras vezes escolhendo-os para neles levarem vida monástica[2]. Dentro deste grupo os referidos mosteiros (sobretudo o de Arouca e o de Lorvão) estabeleceram, então, o seu principal campo de recrutamento durante todo o século XIII e uma grande parte do século XIV.

Esta é, porém, apenas uma das faces das casas de monjas cistercienses existentes em Portugal, uma vez que o estudo sistemático das fontes, numa perspetiva comparativa, nos permitiu concluir que sob a obediência à mesma ordem monástica viviam sete comunidades constituídas por religiosas de diferentes estatutos sociais e, também por isso, com níveis de riqueza, vivências e aspirações bem díspares. Assim, uma das vertentes mais importantes do trabalho que desenvolvemos para doutoramento consistiu, precisamente, em demonstrar como o universo dos mosteiros cistercienses femininos, nos séculos XIII e XIV, foi multifacetado. E são, de facto, muitos os aspetos que diferenciam estas casas monásticas.

Sobressai, ao nível institucional, a comunidade de Cós, que vivia na dependência económica do Mosteiro de Alcobaça, revestindo-se, assim, de contornos bem díspares das suas congéneres cistercienses, desde logo pela sua subordinação direta aos religiosos de Alcobaça, que proviam as suas *sorores* de tudo quanto necessitavam, incluindo a alimentação, o vestuário e o calçado[3]. Tratando-se, num

[2] Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz; MARTINS, Rui Cunha – "O Monaquismo Feminino Cisterciense e a Nobreza Medieval Portuguesa (séculos XIII-XIV)". *Theologica* 28/2 (1993), pp. 481-506 e SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "Monjas e Filhas d'Algo. A aristocratização do monacato feminino (Sécs. XII-XIV)". In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; OSSWALD, Helena (coord.) – *Ao encontro de Histórias e Patrimónios Monásticos. Livro do X Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2015, pp. 27-38.

[3] Para além da obra de SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.ta Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998, vejam-se os seguintes trabalhos, mais recentes e apoiados nalguma documentação entretanto descoberta: RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Uma Visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: a comunidade monástica no período medieval". *Lusitania Sacra* [Em linha] 41 (2020), pp. 181-208. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/arti-cle/view/10124/9889; RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte". *Lusitania Sacra* [Em linha] 42 (2020), pp. 205-229. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/lu-

primeiro momento, de uma casa onde se recolhiam mulheres pobres, sobretudo viúvas, cujas origens é possível recuar a 1241[4], Santa Maria de Cós acabou por se organizar como um convento de monjas. Porém, alguns relatos quinhentistas, de Vasco de Pina e Frei Claude de Bronseval, descrevem a pobreza em que a sua comunidade vivia, em oposição ao que sucedia com a generalidade das suas congéneres, e permitem percecionar as condições miseráveis dos seus edifícios[5]. Na verdade, o complexo monástico só foi construído no século XVI, tendo as monjas, até então, vivido em casas adaptadas à vida conventual, como se depreende pelas palavras de Frei Claude de Bronseval, que diz que o mosteiro de Cós era "um lugar rústico ou doméstico, mais do que monástico ou regular, sem qualquer construção que lembre um mosteiro"[6].

No âmbito institucional, destaca-se, ainda, o Mosteiro de Odivelas, com uns estatutos próprios, impostos às religiosas pelo fundador, o rei D. Dinis, em 1295[7]. Estes estatutos revelam a preocupação do monarca com o cumprimento da Regra de São Bento e da normativa cisterciense, sobretudo no que se refere à clausura, que

sitaniasacra/article/view/10333/10730; e RÊPAS, Luís Miguel – "As *sorores* de Cós e a sua ligação ao Mosteiro de Alcobaça (em tempos medievais)". In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, Colecção Estudos Monásticos Alcobacenses, 2022, pp. 382-411 [Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/145239].

[4] Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Mç. 7, doc. 4 (publicado por COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – *Origem da Enfiteuse no Direito Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957, doc. 143, pp. 304-305 e SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto*, doc. 41, pp. 338-339).

[5] Vasco de Pina (cavaleiro da Casa Real e vedor e administrador das obras e das rendas dos coutos alcobacenses) disse, em 1519, que "a jgreja asy a casa como os ornamentos dela sam de jrmjda d'aldea" e, em 1527, atesta-se a realização de obras no seu telhado (SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto*, docs. 60 e 70, de 2 de agosto de 1519 e 23 de dezembro de 1527, pp. 362-363 e 373-374, respetivamente).

[6] Frei Claude de Bronseval referiu ainda que "a miséria do lugar lembrava o exílio" (SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto*, doc. 1, de 20 e 21 de novembro de 1532, pp. 257-258, em tradução para português feita a partir de BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. Tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, pp. 464-469: "*Monasterium hoc est locus rusticus, seu domesticus, non monasticus aut regularis, sine forma monasterii quacumque*"; "*Et vere miseria loci predicabat exilium*"). Confirma-se, assim, a descrição de Vasco de Pina, que diz ser certo "que nom pode ser mor pobreza do que ha naquela casa" e que "as casas que tem nom ay nenhuma que nom seja mjlhor a de quallquer casall pobre e destas ajnda nom tem as que lhe sam necesarjas" (SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto*, doc. 60, de 2 de agosto de 1519, pp. 362-363).

[7] RÊPAS, Luís Miguel – "Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas (Lisbon): Royal Statutes and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c. 1295-1319)". In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 277-309.

deveria ser rigorosamente respeitada. Tal preocupação antecipa, aliás, a decretal *Periculoso*, promulgada em 1298, pelo papa Bonifácio VIII, a qual obrigava todas as religiosas (independentemente da Ordem a que pertenciam) a uma vida de estrita clausura, interditando-as de contactar com o mundo, e proibia a entrada no mosteiro de pessoas estranhas à comunidade (com amplas restrições mesmo para os clérigos)[8]. Para esse efeito, o monarca estabeleceu princípios rigorosos que as monjas de Odivelas deviam cumprir, de forma a evitar escândalos e situações reprováveis dentro dos espaços monásticos; tais princípios eram únicos em Portugal no contexto cisterciense e refletem a intenção do monarca de marcar a diferença em relação às restantes comunidades, onde as monjas podiam sair do seu mosteiro para, por exemplo, reclamar as suas heranças e administrar o seu património.

Biografar as monjas (1211-1385)

O outro grande propósito da investigação realizada consistia na elaboração de biografias das monjas cistercienses portuguesas até 1385. Com a informação reunida para 447 religiosas, que consta dos dois tomos que integram o segundo volume da tese, e que incide na sua cronologia, na sua identificação e no seu património, foi possível traçar os perfis sociológicos das comunidades. O tratamento e a análise destes dados permitiram perscrutar os padrões de recrutamento de cada mosteiro e, nalguns casos, a sua evolução ao longo do tempo (salientando as características que são comuns e aquelas que os distinguem), precisar essas especificidades e articular o recrutamento monástico com fatores políticos, sociais, demográficos, geográficos, espirituais e económicos.

Note-se que, apesar dos muitos trabalhos académicos e de outros estudos de menor fôlego apresentados sobre mosteiros cistercienses femininos na década de 1990 e na década subsequente, subsistiam lacunas profundas no panorama das comunidades cistercienses. Lembramos, a título de exemplo, que não era conhecida qualquer lista sistemática de religiosas de Arouca entre 1317 e 1399[9] ou de Lorvão

[8] Cf. MAKOWSKI, Elisabeth – *Canon Law and Cloistered Women. Periculoso and its commentators, 1298-1545*. Washington: The Catholic University of America Press, 1997.

[9] Período que medeia entre as dissertações de mestrado de ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa de – *O Mosteiro Cisterciense de Arouca. Comunidade e Património (1300-1317)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003, 2 vols.; e de VIGÁRIO, Rafael Marques – *O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

na segunda metade do século XIII[10], momentos, aliás, de grande prosperidade nessas casas conventuais; que as listas de abadessas e demais religiosas de Almoster ou Odivelas disponíveis eram imprecisas[11]; e, pior, que para Cástris pouco ou nada se sabia sobre a constituição da sua comunidade, que foi quase votada ao silêncio.

Entretanto, através do trabalho desenvolvido, deu-se a conhecer a composição social das comunidades conventuais cistercienses femininas, ao longo de mais de mil e quatrocentas páginas de biografias, em que se procedeu à identificação das religiosas que as integraram ao longo da primeira dinastia e das respetivas famílias, sempre que isso foi possível. Usando, então, o método prosopográfico, reconstituiu-se a malha social que envolvia as comunidades, o que permitiu identificar as forças que as dominavam e/ou sustentavam e compreender os processos através dos quais estes mecanismos funcionavam. Para além da sua natural importância enquanto espaços de intercessão entre o humano e o divino, é inegável, por um lado, o papel que as casas de monjas cistercienses exerceram na sociedade medieval e, por outro, a forma como nelas se refletem os padrões das relações sociais que se encontram no mundo laico.

Se, no que aos homens concerne, as ordens militares exerceram um papel estruturante no relacionamento das famílias, no que às mulheres diz respeito, os mosteiros femininos, e as abadias cistercienses em particular, constituem-se como um espaço de prolongamento da sociedade medieval, altamente senhorializada e hierarquizada, pautada pelas classes dos dominantes e dos dominados, onde, numa visão mais aproximada, se consegue distinguir – entre os dominantes, aqueles (ou aquelas) que aqui mais nos interessam – vários patamares de poder, entretecidos em intrincadas e complexas redes de influência que se projetam, claramente, do exterior para o interior da comunidade. A história da vertente feminina da Ordem de Cister é, por isso, indissociável da história da sociedade medieval.

[10] Período que não é abrangido pelos estudos de MARQUES, Maria Alegria Fernandes – "As primeiras freiras de Lorvão". *Cistercium* 213 (outubro-dezembro 1998), pp. 1083-1129 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister*, pp. 127-180) e SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV*.
[11] PINTO, Margarida Isabel da Silva – *O mosteiro de Odivelas no século XIV. Património e Gestão*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000. Dissertação de Mestrado; e VARANDAS, José Manuel Henriques – *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoster no séc. XIV*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994 [Provas de capacidade científica e aptidão pedagógica].

Neste contexto, e no campo de análise da interrelação da nobreza com os principais mosteiros cistercienses femininos, perceciona-se que o alinhamento das linhagens nos conflitos políticos que marcaram o reinado de D. Afonso II e o final do reinado de D. Sancho II constituiu um fator determinante no recrutamento dos Mosteiros de Arouca e de Lorvão, com reflexos na constituição das comunidades conventuais que são facilmente visíveis nas quatro décadas que se sucedem à guerra civil de 1245-1247, e em relação aos quais ainda é possível encontrarar alguns ecos tardios que se estenderam pela primeira metade do século XIV. Falamos, desde logo, do facto de o Mosteiro de Lorvão ter tido quatro abadessas sucessivas pertencentes às famílias Sousa e Briteiros, que o governaram entre 1257 e 1288[12], ou seja, numa altura em que o Mosteiro de Arouca era controlado por senhoras de Riba de Vizela (1244-1286)[13]. Estes mosteiros encontravam-se, assim, entregues às famílias que lideraram os partidos que se opuseram em ambos os conflitos atrás mencionados: de um lado, Sousas e Briteiros, que, tal como D. Teresa, estiveram contra D. Afonso II e, mais tarde, apoiaram o *Bolonhês*; do outro, Riba de Vizela, linhagem que se posicionou ao lado de D. Afonso II e de D. Sancho II, e que esteve muito próxima de D. Mafalda, em Arouca.

Na verdade, estes alinhamentos (em cada um dos mosteiros) não se restringem às abadessas. As solidariedades que decorrem do estabelecimento de laços de vassalidade e de parentesco, por intermédio de uma estratégica política de casamentos, estruturam a nobreza medieval portuguesa e refletem-se, de forma evidente, no seio das comunidades conventuais. Como demoradamente se demonstrou na tese, em Lorvão encontramos monjas de outras famílias que se posicionaram ao lado da rainha D. Teresa naqueles conflitos; ao invés, em Arouca encontramos uma Soverosa (linhagem fiel a D. Afonso II e D. Sancho II) e outras monjas de famílias de menor

[12] Marinha Gomes de Briteiros (1257-1269), Teresa Mendes de Sousa (1270-1272), Urraca Rodrigues de Briteiros (1276-1280) e Maria Anes [de Sousa] (1281-1288), cujas biografias se traçam em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento, vol. 2, tomo 2, pp. 339-352, 375-383, 398-401 e 304-309, respetivamente.

[13] Maior Martins de Riba de Vizela (1244-1285) e Guiomar Gil de Riba de Vizela (1286), cujas biografias se traçam em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 2, tomo 1, pp. 517-557 e 254-270, respetivamente.

importância, que se achavam no *entourage* dos Riba de Vizela, ou que com eles alinharam nos conflitos que travaram[14].

No que respeita ao recrutamento das monjas, destacamos, de forma sumária, mais alguns aspetos: [1] a elitização das comunidades de Arouca e de Lorvão ao longo de todo o século XIII e a perda de influência de Lorvão, a partir do segundo quartel do século XIV, no que se refere à capacidade para recrutar as suas monjas nas famílias mais importantes do reino, em resultado da ascensão fulgurante de Santa Clara de Coimbra, sobre a égide da Rainha Santa Isabel[15], a qual foi ainda agravada pelos efeitos devastadores que a Peste Negra entretanto teve na comunidade conventual[16]; (2) o mosteiro de Odivelas, dotado e fundado por D. Dinis, e depois eleito para seu local de sepultura, não conseguiu, ao longo do século XIV, superiorizar-se aos de Arouca ou Lorvão, nem tão-pouco exercer uma maior atração sobre a nobreza portuguesa do que a protagonizada pelo Mosteiro de Celas de Coimbra ou pelo Mosteiro de Almoster; tal facto estará, porventura, associado, por um lado, ao rigor dos estatutos que o monarca impôs a estas monjas, mas, refletirá, também, seguramente, o posicionamento da nobreza face à política antissenhorial do rei que fundou esta casa monástica[17]; (3) a atipicidade do mosteiro de Cós, que, em termos de recrutamento, não se compara a nenhum dos seus congéneres cistercienses.

Assim, o trabalho realizado tornou evidentes as disparidades que existiam ao nível da composição social das várias comunidades e procurou associar as vivências

[14] Cf. RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 1, pp. 322-327.
[15] ANDRADE, Maria Filomena – «*In Oboedientia, sine Proprio et in Castitate, sub Clausura»: A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011. Tese de Doutoramento.
[16] O que se depreende da documentação coeva, quando se alude ao tempo da "pestelença", em que "sse morrerom a maior parte das donas que avia no dicto moesteiro" (Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Lorvão*, gav. 1, Mç. 7, n. 26, de 4 de Novembro de 1349, publicado por BAIÃO, António – "As freiras de Lorvão e a peste de 1348". *O Instituto* 100 (1942), pp. 734-737). É, de facto, possível confirmar documentalmente o falecimento de duas monjas no contexto da Peste Negra: Berengária Peres e Teresa Vasques de Coreixas (RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 1, pp. 295-296).
[17] Observação que havia já sido feita noutro local (RÊPAS, Luís Miguel – "Entre o mosteiro e a cidade: o recrutamento social das 'donas' de Odivelas". In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (Coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 232-238).

anteriores e as expetativas dessas religiosas ao modo como, efetivamente, viveram os preceitos monásticos, como a clausura, a castidade ou a pobreza.

O estudo das monjas, individualmente e no seu conjunto, de acordo com a realidade de cada comunidade conventual, demonstrou como os mosteiros cistercienses em análise responderam às necessidades sociais e espirituais da sociedade portuguesa, ao longo dos séculos XIII e XIV, beneficiando de um contexto extraordinariamente favorável à sua expansão, para o qual convergiram múltiplos fatores. Corresponderam também ao aumento do protagonismo feminino no fenómeno religioso europeu, verificado no século XIII, que levou à multiplicação de casas de monjas.

O referido estudo mostrou, ainda, na esteira de Eileen Power[18] e de Maria Filomena Coelho[19], como, independentemente da riqueza e do prestígio de cada mosteiro, do estatuto social das monjas que integravam cada comunidade ou das *familiares* que aí se acolhiam, da forma como aí se vivia, da sua localização ou até do estado dos seus edifícios, para cada uma das mulheres referidas nesta tese, o mesmo mosteiro tanto podia representar uma carreira, como uma vocação, uma prisão ou um refúgio[20].

A terminar este panorama, salientamos, também, o importante papel exercido pelas mulheres na fundação das casas de monjas cistercienses, ao longo do século XIII, que não difere, aliás, daquilo que se conhece para o restante Ocidente medieval. Desde logo, na fundação de mosteiros, normalmente por iniciativa de mulheres da família

[18] POWER, Eileen – *Mujeres Medievales*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1979, pp. 113-128.
[19] COELHO, Maria Filomena – *Expresiones del Poder Feudal: El Císter Femenino en León (Siglos XII y XIII)*. [León]: Universidad de León, 2006, p. 147.
[20] Sobre este aspeto, veja-se, a título de exemplo, outros trabalhos, de menor dimensão: RÊPAS, Luís Miguel – "As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estudo de trajectórias individuais ou familiares". *Lusitania Sacra* [Em linha] 17 (2005), pp. 63-91. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/6994/6772; RÊPAS, Luís Miguel – "«Ela houve mao preço, e colheu-se, com medo deste Paai Soarez, seu marido, a Arouca, e filhou havito». Mulheres que procuram asilo em mosteiros cistercienses". In POLÓNIA, Amélia; MANGAS, Francisco (coords.) – *Mobilidades: olhares transdisciplinares sobre um conceito global* [Em linha]. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pp. 427-440. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19197.pdf.

real ou da nobreza. Mas este protagonismo feminino no fenómeno religioso europeu do século XIII dever-se-á estender também às *mulheres religiosas* que, quase sempre de uma forma incógnita, mas impelidas por um imenso fervor e por uma enorme devoção, procuraram na reclusão uma forma de aperfeiçoamento espiritual, o que as levou a emparedar-se ou a encerrar-se em *celas*, levando uma vida ascética e de penitência. Em momentos diferentes do século XIII, estas iniciativas, depois de devidamente institucionalizadas, conduziram também ao aparecimento de duas casas de monjas cistercienses: falamos, obviamente, de Santa Maria de Celas, em Coimbra, e de São Bento de Cástris, em Évora.

Novos caminhos de investigação

Por muito aprofundados que os trabalhos possam ser, nunca conseguirão abarcar todas as dimensões da história das comunidades monásticas. Assim sucede, naturalmente, com esta tese, e são, por isso, múltiplos os campos de estudo que se mantiveram em aberto. É o caso da sigilografia cisterciense feminina, entretanto por nós abordada, com Maria do Rosário Barbosa Morujão, em trabalho intitulado *The Sigillography of Portuguese Cistercian Nuns (13th-14th centuries)*, que aguarda edição. Numa outra área de estudos, a das bibliotecas monásticas, que bem poderá merecer a atenção dos medievalistas, destaco o projeto em curso sobre o Mosteiro de Lorvão, intitulado *Books, Rituals and Space in a Cistercian Nunnery. Living, praying and reading in Lorvão, 13th-16th centuries* (ref. PTDC/ART-HIS/0739/2020). No entanto, outros trabalhos poderiam ser desenvolvidos, por exemplo, no âmbito da Arquivística, sobre a organização medieval e moderna dos cartórios monásticos (e até articulando-a com a arrumação atual da documentação conservada em arquivo)[21].

Urge, ainda, avançar com o conhecimento sobre estas casas monásticas ao longo da segunda dinastia portuguesa. A tese em análise pára em 1385, uma vez que a crise sucessória deu origem a profundas alterações na sociedade portuguesa que abririam um novo campo de análise susceptível de constituir uma outra tese.

[21] Veja-se, a este propósito, RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – "La cultura escrita en los monasterios femeninos del Císter en Portugal (siglos XIII-XV): balance y perspectivas". *Lusitania Sacra* [Em linha] 45 (Janeiro/Junho 2022), pp. 33-51. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/11603/11175.

Quedámo-nos, pois, no fim da primeira dinastia. Trata-se do encerrar de um ciclo político e do início de um outro, que, no que nos interessava, ou seja, a nível social, culmina com o afastamento da antiga fidalguia do reino, que, na sua grande maioria, apoiou D. João I de Castela e D. Beatriz, e com a promoção de uma nobreza nova, a que apoiou o mestre de Avis e que estará associada aos novos feitos da expansão portuguesa. Aliás, José Mattoso, também para justificar o limite cronológico de um trabalho da sua autoria, afirmou que, "com a Revolução de 1383, a estrutura e várias das características da nobreza portuguesa se modificaram consideravelmente"[22]. Estas alterações na sociedade portuguesa tiveram, inevitavelmente, reflexos na configuração das comunidades estudadas.

Assim, importaria continuar a estudar o recrutamento das monjas cistercienses e a identificar as famílias que se impõem nestes mosteiros no novo contexto político e social. O posicionamento das famílias no xadrez político peninsular foi determinante para que algumas protagonizassem fulgurantes ascensões sociais e para que outras caíssem em desgraça no território português, sendo acusadas de traição e perdendo todos os seus bens, que reverteram para a Coroa e foram depois entregues àqueles que se colocaram ao lado do novo monarca. O peso das famílias, dentro dos mosteiros, também passou, necessariamente, a ser outro.

Tal situação foi já demonstrada para o Mosteiro de São Bento de Cástris, em Évora, onde a abadessa Joana Peres Ferreirim – que, de acordo com Fernão Lopes, era "paremta da Rainha [D. Leonor Teles] e sua criada" (ou da sua criação) – foi assassinada por populares, em Évora, em 1384, no contexto da revolta contra a fação de D. Beatriz e do rei de Castela, quando foi ouvir a missa à Sé com as suas freiras[23].

[22] MATTOSO, José – "Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média". In MATTOSO, José – *Portugal Medieval. Novas interpretações*. 2.ª edição, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, p. 274.

[23] LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom Joham I... Parte Primeira*. Edição fac-similada da de Anselmo Braamcamp Freire de 1915, prefácio de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, cap. XLV; SANTOS, Fr. Manuel dos – *Monarquia Lusitana. Parte Oitava*, Lisboa Occidental, Officina da Musica, 1727 (reed. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988), p. 491; RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 2, tomo 2, pp. 165-174 (que correspondem à biografia de Joana Peres Ferreirim); RÊPAS, Luís Miguel – "Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora no quotidiano das monjas de São Bento de Cástris, durante o último quartel do século XIV". In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *A vida quotidiana da cidade na Europa Medieval* [Em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 475-496. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/145006.

Sucedeu-lhe Maior Pais Perdigoa (1385-1429), por intercessão do Condestável Nuno Álvares Pereira[24], e depois Inês Dias Lobo (1431-1467), que pertencia a uma família que, desde cedo, apoiou o Mestre e que também saiu altamente beneficiada com o seu triunfo[25].

Percebe-se, assim, que o destino das três abadessas agora referidas está ligado aos acontecimentos decorrentes da crise sucessória e, em particular, ao advento da nova dinastia de Avis. O mesmo deverá ter acontecido noutras comunidades, ainda que, porventura, não de uma forma tão trágica, tão imediata e tão óbvia.

No entanto, o avanço do conhecimento sobre estas comunidades esbarra, sobretudo, no elevado volume de documentação que ainda se mantém inédita, por falta de grandes edições diplomáticas[26]. Na verdade, paradoxalmente, a conservação de uma quantidade significativa de fontes escritas para a generalidade destas casas (como Arouca, Lorvão, Odivelas, Celas, Almoster e até Cástris[27]) obrigou os historiadores a empreender abordagens parcelares, cronologicamente delimitadas, para que pudessem ser exequíveis no contexto a que se propunham (dissertações de mestrado, provas, comunicações proferidas em congressos ou artigos), criando descontinuidades e lacunas no conhecimento sobre a história destes mosteiros e das suas comunidades, que se registam, sobretudo, a partir de meados de Quatrocentos.

[24] Expressa em carta dirigida ao abade de Alcobaça, dada pelo Mestre de Avis, em Torres Vedras, a 19 de dezembro de 1384 (publicada por SANTOS, Fr. Manuel dos – *Monarquia Lusitana. Parte Oitava*, pp. 494-495; veja-se, RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 2, tomo 2, pp. 180-189, que correspondem à biografia de Maior Pais Perdigoa).

[25] COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*. Évora: Edições do CIDEHUS – Edições Colibri, 2017. Sobre estas duas abadessas (das famílias Perdigão e Lobo), veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário – "Two families, a city, a convent: career, heritage and devotions of an elite woman of Évora at the beginning of the fifteenth century". In FONTES, João Luís; MARTINS, Diana; BARREIRA, Catarina Fernandes; FARELO, Mário (eds.) – *An Embodied Religion: materialities and devotions in Medieval Europe*. Berlin: Peter Lang Verlag, 2023 [no prelo].

[26] Entre a pouca documentação publicada, para este período, após 1385, conta-se a do Mosteiro de Celas, em Coimbra, até 1434 (MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino*, pp. 169-654) e a do Mosteiro de Arouca, entre 1400 e 1437 (VIGÁRIO, Rafael Marques – *O Mosteiro de Arouca no Século XV*, pp. 114-293).

[27] Só o Mosteiro de Cós é extraordinariamente pobre em termos documentais, subsistindo, por exemplo, apenas doze documentos para o século XIV e cinco para o século XV, dos quais doze estão publicados por SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto*, docs. 17-21 e 53-57, GOMES, Saul António – "Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós". *Revista Portuguesa de História* 36/1 (2002/2003), doc. 7 e RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II", pp. 225-229.

Basta lembrar que em Portugal não há uma lista de monjas publicada para nenhum mosteiro cisterciense que cubra a segunda metade do século XV e que as únicas listas conhecidas de abadessas para este período são as do Mosteiro de Lorvão[28] e, mais recentemente, do Mosteiro de Arouca[29]. Esta situação poderá ser ultrapassada, a seu tempo, com a edição dos diplomatários destas instituições religiosas, por onde passará, seguramente, a renovação dos estudos sobre as comunidades de monjas cistercienses em Portugal[30].

[28] BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p. 648.

[29] COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António – *Foral de Antuã. Edição Diplomática e Contexto Histórico*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2021, p. 32. Veja-se também SIMÕES JÚNIOR, Manuel Rodrigues – "Arouca: Subsídios para a sua monografia [CDLXVII-CDLXIX]". *Defesa de Arouca* (11-2-2000; 18-2-2000 e 25-2-2000).

[30] A este propósito, registo os trabalhos que se encontram a decorrer. Para o Mosteiro de Odivelas está em curso um projeto em que se prevê a descrição, conservação e restauro, digitalização e disponibilização online de toda a documentação do Mosteiro. A inventariação sistemática e a descrição dos fundos do Mosteiro são tarefas que estão a ser desenvolvidas, no âmbito desse projeto, pelo Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Já se iniciaram também os processos de conservação, restauro e digitalização da documentação conservada em códices factícios, que se encontra na Torre do Tombo. Recentemente, o Município de Arouca assinou um protocolo com o Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Universidade de Coimbra, para a edição, até 2030, da documentação relativa a Arouca e ao seu mosteiro até 1503, sob a coordenação científica de Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Rêpas. Prevê-se, ainda, a publicação da documentação do fundo do Mosteiro de Almoster relativa ao século XIII (por Luís Miguel Rêpas e Filipa Roldão), em 2023, com o apoio do Instituto de Estudos Medievais, e, finalmente, no âmbito do Projeto *Books, Rituals and Space in a Cistercian Nunnery. Living, praying and reading in Lorvão, 13th-16th centuries* (ref. PTDC/ART-HIS/0739/2020), será desenvolvida uma base de dados em que se disponibilizará informação sistematizada sobre a documentação do Mosteiro de Lorvão até 1600, conservada na Torre do Tombo.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Mç. 7, doc. 4.

Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Lorvão*, gav. 1, Mç. 7, n. 26.

Fontes impressas

BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. 2 Tomos. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom Joham I... Parte Primeira*. Edição fac-similada da de Anselmo Braamcamp Freire de 1915, prefácio de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.

SANTOS, Fr. Manuel dos – *Monarquia Lusitana. Parte Oitava,* Lisboa Occidental, Officina da Musica, 1727 (reed. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988).

Estudos

ANDRADE, Maria Filomena – «*In Oboedientia, sine Proprio et in Castitate, sub Clausura»: A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011. Tese de Doutoramento.

ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa de – *O Mosteiro Cisterciense de Arouca. Comunidade e Património (1300-1317)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003. Dissertação de Mestrado, 2 vols.

AZEVEDO, Rui de – "O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã". *Arquivo Histórico de Portugal* I (1932), pp. 183-239.

BAIÃO, António – "As freiras de Lorvão e a peste de 1348". *O Instituto* 100 (1942), pp. 734-737.

BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade*. [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, 2 vols.

COELHO, Maria Filomena – *Expresiones del Poder Feudal: El Císter Femenino en León (Siglos XII y XIII)*. [León]: Universidad de León, 2006.

COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*. Évora: Edições do CIDEHUS – Edições Colibri, 2017.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. 2.ª ed., Arouca: Câmara Municipal de Arouca / Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988 (1ª ed., Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977).

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Arouca – uma terra, um mosteiro, uma santa*. 2.ª ed., Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda – Museu de Arte Sacra de Arouca, 2005 (1.ª ed., Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1989).

COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António – *Foral de Antuã. Edição Diplomática e Contexto Histórico*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2021.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MARTINS, Rui Cunha – "O Monaquismo Feminino Cisterciense e a Nobreza Medieval Portuguesa (séculos XIII-XIV)". *Theologica* 28/2 (1993), pp. 481-506.

COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – *Origem da Enfiteuse no Direito Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957.

GOMES, Saul António – "Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós". *Revista Portuguesa de História* 36/1 (2002/2003), pp. 141-160.

MAKOWSKI, Elisabeth – *Canon Law and Cloistered Women. Periculoso and its commentators, 1298-1545*. Washington: The Catholic University of America Press, 1997.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – "Inocêncio III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister". *Revista Portuguesa de História* 18 (1980), pp. 231-283 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125).

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – "As primeiras freiras de Lorvão". *Cistercium* 213 (outubro-dezembro 1998), pp. 1083-1129 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 127-180).

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Memória de um Mosteiro: Lorvão, séculos IX-XII. História de uma comunidade masculina*. Penacova: Câmara Municipal de Penacova, 2021.

MATTOSO, José – "Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média". In MATTOSO, José – *Portugal Medieval. Novas interpretações*. 2.ª edição, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001.

PINTO, Margarida Isabel da Silva – *O mosteiro de Odivelas no século XIV. Património e Gestão*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000. Dissertação de Mestrado.

POWER, Eileen – *Mujeres Medievales*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1979.

RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Edições Magno, 2003.

RÊPAS, Luís Miguel – "As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estudo de trajectórias individuais ou familiares". *Lusitania Sacra* [Em linha] 17 (2005), pp. 63-91. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/6994/6772.

RÊPAS, Luís Miguel – "Entre o mosteiro e a cidade: o recrutamento social das 'donas' de Odivelas". In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 232-238.

RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento, 2 vols.

RÊPAS, Luís Miguel – "Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora no quotidiano das monjas de São Bento de Cástris, durante o último quartel do século XIV". In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *A vida quotidiana da cidade na Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 475-496. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/145006.

RÊPAS, Luís Miguel – "«Ela houve mao preço, e colheu-se, com medo deste Paai Soarez, seu marido, a Arouca, e filhou havito». Mulheres que procuram asilo em mosteiros cistercienses". In POLÓNIA, Amélia; MANGAS, Francisco (coords.) – *Mobilidades: olhares transdisciplinares sobre um conceito global* [Em linha]. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pp. 427-440. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19197.pdf.

RÊPAS, Luís Miguel – "Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas (Lisbon): Royal Statutes and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c. 1295-1319)". In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval* [Em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 277-309. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/146072.

RÊPAS, Luís Miguel – "As *sorores* de Cós e a sua ligação ao Mosteiro de Alcobaça (em tempos medievais)". In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, Colecção Estudos Monásticos Alcobacenses, 2022, pp. 382-411. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/145239.

RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – "La cultura escrita en los monasterios femeninos del Císter en Portugal (siglos XIII-XV): balance y perspectivas". *Lusitania Sacra* [Em linha] 45 (Janeiro/Junho 2022), pp. 33-51. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/11603/11175.

RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário – "Two families, a city, a convent: career, heritage and devotions of an elite woman of Évora at the beginning of the fifteenth century". In FONTES, João Luís; MARTINS, Diana; BARREIRA, Catarina Fernandes; FARELO, Mário (eds.) – *An Embodied Religion: materialities and devotions in Medieval Europe*. Berlin: Peter Lang Verlag, 2023 [no prelo].

RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Uma Visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: a comunidade monástica no período medieval". *Lusitania Sacra* [Em linha] 41 (2020), pp. 181-208. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/arti-cle/view/10124/9889.

RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte". *Lusitania Sacra* [Em linha] 42 (2020), pp. 205-229. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em https://revistas.ucp.pt/index.php/lu-sitaniasacra/article/view/10333/10730.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

SIMÕES JÚNIOR, Manuel Rodrigues – "Arouca: Subsídios para a sua monografia [CDLXVII-CDLXIX]". *Defesa de Arouca* (11-2-2000; 18-2-2000 e 25-2-2000).

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "Monjas e Filhas d'Algo. A aristocratização do monacato feminino (Sécs. XII-XIV)". In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; OSSWALD, Helena (coord.) – *Ao encontro de Histórias e Patrimónios Monásticos. Livro do X Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2015, pp. 27-38.

SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.ta Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998.

VARANDAS, José Manuel Henriques – *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoster no séc. XIV*. Lisboa: Faculdade de

Letras da Universidade de Lisboa, 1994. Provas de capacidade científica e aptidão pedagógica.

VIGÁRIO, Rafael Marques – *O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. Dissertação de Mestrado.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

RÊPAS, Luís Miguel – "As várias faces das monjas cistercienses em Portugal (1211-1385)". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 333-350. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Portugal1300: fome, clima e abastecimento em Portugal no final da Idade Média

Portugal1300: famine, climate and provisioning in Portugal at the end of the Middle Ages

(a) ***Marcelo Cândido da Silva***, (b) ***Victor Borges Sobreira***, (c) ***Luís Otávio Pagano Tasso***, (d) ***Felipe Mendes Erra***, (e) ***José Francisco Sanches Fonseca***, (f) ***Marina Duarte Sanchez***, (g) ***Rudyard Rezende Vera***

(a)-(g) Universidade de São Paulo
05508-80 Butantã, São Paulo, Brasil

(a) candido@usp.com
https://orcid.org/0000-0003-3078-1138

(b) victor.sobreira@me.com
https://orcid.org/0000-0001-9126-6186

(c) luis.tasso@usp.br
https://orcid.org/0000-0001-6940-1636

(d) felipe.erra@usp.br
https://orcid.org/0000-0001-6124-4541

(e) jose.francisco.fonseca@usp.br
https://orcid.org/0000-0002-3699-0953

(f) marina.sanchez@usp.br
https://orcid.org/0000-0002-5966-4114

(g) rudyardvera@usp.br
https://orcid.org/0000-0003-3973-0548

Data recepção do artigo / Received for publication: 27 de Agosto

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6316



O objetivo deste artigo é apresentar os principais resultados do Projeto Portugal1300, que congrega pesquisadores do Laboratório de Estudos Medievais da Universidade de São Paulo. Iniciado em 2019 e encerrado em 2022, esse projeto consistiu na catalogação das menções ao clima, à fome e ao abastecimento em fontes portuguesas do final da Idade Média. Os dados obtidos ao longo da pesquisa alimentarão um banco de dados, chamado QFAME, que pretende recensear todas as menções à fome nas fontes do período medieval. O projeto Portugal1300 se insere na rede de pesquisa internacional "*Epidemics and Famines in the Western Mediterranean*" (EPIFAME) e visa contribuir para o atual debate sobre as conjunturas econômicas do final da Idade Média. O uso das tecnologias digitais empregadas (banco de dados e GIS) permite a análise sincrônica de informações em diferentes fontes, além de possíveis correlações entre os eventos catalogados, levando a uma maior compreensão das percepções das crises nas sociedades pré-modernas.

Crise e resiliência no final da Idade Média

Os dilemas contemporâneos acerca das transformações do meio-ambiente têm tido um impacto decisivo na maneira pela qual os historiadores analisam o passado[1]. Temas clássicos, como o da queda do Império Romano, foram revisitados à luz da nossa experiência recente. Assim, em 2017, Kyle Harper propôs uma explicação sobre a "queda" do Império Romano e as origens da Idade Média baseada, grosso modo, em um resfriamento do clima que teria beneficiado o desenvolvimento de germes e de pandemias devastadoras, no contexto de intensa circulação de homens e de produtos da mundialização romana[2]. Outras obras recentes, e menos polêmicas, têm destacado as interações das comunidades com o meio-ambiente como uma chave para a compreensão das transformações sociais. Em 2013, o livro *Calamities and the Economy in Renaissance Italy* se interessou às catástrofes (naturais ou não)

[1] Gostaríamos de agradecer aos ex-bolsistas do projeto Portugal1300 pelo trabalho, e à professora Maria Filomena Coelho e à Ana Luísa Pereira Loureço pela leitura, comentários e sugestões.
[2] HARPER, Kyle – *The Fate of Rome: Climate, Disease, and the End of an Empire.* Princeton: Princeton University Press, 2017.

e o seu impacto na Península Italiana do início da época moderna[3]. Em 2014, Daniel Curtis publicou o livro *Coping with Crisis*. *The Resilience and Vulnerability of Pre-Industrial Settlements*[4], no qual coloca a questão das maiores ou menores susceptibilidades dos assentamentos pré-modernos às crises ambientais. Mais recentemente, em 2019, Jean-Pierre Devroey, em seu livro *La nature et le roi*, refletiu sobre as relações entre o poder carolíngio e o meio-ambiente[5]. Não estamos assistindo, evidentemente, a um retorno ao determinismo climático tal como foi preconizado, por exemplo, por Montesquieu. Tampouco se pode reduzir esse fenômeno a uma simples projeção sobre o passado de modelos explicativos contemporâneos.

A emergência dos novos dilemas ambientais impactou a forma pela qual os historiadores enxergam as crises alimentares e os conflitos bélicos. Uma compreensão mais clara do papel dos fatores exógenos (atividade solar e vulcânica, vegetação e emissão de gases de efeito estufa) e endógenos (flutuações das circulações oceânicas e atmosféricas) na variabilidade do sistema climático contemporâneo conduziu os historiadores a se interrogarem sobre o efeito desses fenômenos nas sociedades do passado. Sobretudo, como as diferentes sociedades reagiram a esses fenômenos. Esse questionamento é possível porque dispomos, hoje, de um conjunto muito mais completo de dados paleoclimáticos do que há algumas décadas. Os *proxies*, arquivos naturais que permitem a quantificação empírica das condições climáticas do passado a partir de indicadores biológicos, geoquímicos ou sedimentares, são abundantes para os últimos dois milênios. Alguns desses *proxies*, como os pólens, os sedimentos e os anéis de árvores possibilitam a reconstituição das principais crises ambientais que afetaram a Eurásia desde os primeiros séculos da Era Comum.

O uso dos *proxies* não é uma novidade entre os historiadores da Antiguidade e da Idade Média. Georges Duby dedicou as primeiras páginas de *Guerreiros e*

[3] ALFANI, Guido – *Calamities and the Economy in Renaissance Italy. The Grand Tour of the Horsemen of the Apocalypse.* Nova York: Palgrave Mcmilan, 2013.
[4] CURTIS, Daniel R. – *Coping with Crisis. The Resilience and Vulnerability of Pre-Industrial Settlements.* Farnham: Ashgate, 2014.
[5] DEVROEY, Jean-Pierre – *La Nature et le roi: Environnement, pouvoir et société à l'âge de Charlemagne (740-820).* Paris: Albin Michel, 2019.

Camponeses à discussão de como as variações climáticas dos primeiros séculos da Idade Média influenciaram o crescimento econômico do período. Para tanto, utilizou os dados sobre o avanço e o recuo das geleiras alpinas[6]. São esses mesmos dados que utilizou Emmanuel Le Roy Ladurie em sua história do clima desde o ano mil[7]. Essa obra, de 1967, rechaçava o determinismo climático, ao mesmo tempo em que constatava a ausência de dados que permitissem a compreensão das causas das flutuações climáticas.

No que se refere às fontes escritas, que são o foco do projeto Portugal1300, os levantamentos mais completos de menções aos fenômenos climáticos de que dispomos até hoje são o livro *Le Climat en Europe au Moyen Âge*, de Pierre Alexandre, bem como o Projeto QFAME, construído em parceria entre o *Centre de recherches Histoire, Arts et Culture des Sociétés anciennes, médiévales et modernes* (SOCIAMM) da *Université Libre de Bruxelles* e o Laboratório de Estudos Medievais da Universidade de São Paulo. Ao longo do recenseamento efetuado, nos interessamos, sobretudo, às formas pelas quais os eventos climáticos e as questões de abastecimento eram evocados nas fontes portuguesas do final da Idade Média. A visão em conjunto dessas menções, por mais sumárias que muitas delas sejam, é um passo importante para a compreensão das percepções da crise nos círculos privilegiados.

Desde a publicação de *Maomé e Carlos Magno*, de Henri Pirenne, até os livros de Guy Fourquin, Pierre Toubert, Adriaan Verhult, Michael Postan, Bernard Slicher van Bath, entre outros, o debate se concentrou no volume de recursos materiais disponíveis. Uns sustentavam que a escassez de meios técnicos explicaria a escassez crônica e os inúmeros episódios de crise alimentar do período. A terminologia "Crise do século XIV"[8] foi adotada, por exemplo, por Georges Duby, Michael Postan e Guy

[6] DUBY, Georges – *Guerriers et paysans, VII-XIIe siècle. Premier essor de l'économie européenne.* Paris: Gallimard, 1973, pp. 13-19.
[7] LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Histoire du climat depuis l'an mil.* Paris: Flammarion 1967.
[8] Para uma ótima descrição do contexto ligado à proposição do conceito de "Crise do século XIV", assim como sua recepção na historiografia nas décadas seguintes, HATCHER, John; BAILEY, Mark – *Modelling the Middle Ages. The History and Theory of England´s Economic Development.* Oxford: Oxford University Press, 2001; e BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To – "Les campagnes européennes avant la peste". In BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To (eds.) – *Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300,* pp. 9-101.

Bois, para indicar uma "crise geral" do sistema feudal, associada a fatores como guerras e a Grande Peste. Tais historiadores viam o mundo rural e a sociedade camponesa como vítimas passivas de fenômenos sobre os quais não tinham controle, como a estagnação técnica, os fenômenos climáticos e as taxas senhoriais. Por outro lado, seus oponentes acreditavam que houve relativa abundância da produção agrícola e que as crises alimentares teriam sido "crises do crescimento". Um outro tipo de respostas foi dado por autores que colocaram ênfase na proteção ou na degradação do meio-ambiente, explicação comumente dada para o colapso maia ou para a "queda" de Roma. Assim, quanto mais o crescimento populacional e as atividades econômicas degradavam os recursos naturais, mais vulneráveis seriam as sociedades pré-modernas.

O conceito de "Crise do século XIV", entretanto, jamais conquistou estatuto de paradigma indisputável, sobretudo para pesquisadores trabalhando no espaço do Mediterrâneo[9]. A historiografia mais recente - François Menant, Monique Bourin, John Drendel, entre outros – apresenta uma outra leitura para o mesmo período, demonstrando a existência de crises episódicas, sem alcance estrutural, e até mesmo momentos de crescimento econômico[10]. As novas interpretações baseiam-se em uma análise minuciosa das discrepâncias regionais europeias e buscam, assim, confrontar a antiga historiografia do século XIV, mostrando, por exemplo, como diferentes localidades se comportavam diante de situações de carestia e como a atribuição genérica de uma "crise sistêmica" a toda a Europa não encontra respaldo nas fontes[11].

[9] Destaca-se, por exemplo, Charles de La Roncière e Stephan Epstein, ambos especialistas da Itália medieval: LA RONCIÈRE, Charles de – *Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)*. Roma: École Française de Rome, 1982; e EPSTEIN, Stephan – *An island for itself.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

[10] BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To (eds.) – *Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300*. Roma: École Française de Rome, 2014; e BOURIN, Monique, *et al.* (eds.) – *Les disettes dans la conjoncture de 1300 en Méditerranée occidentale.* Roma: École Française de Rome, 2011. Para uma reflexão recente sobre a peste, GREEN, Monica H. (ed.) – *Pandemic Disease in the Medieval World: rethinking the Black Death.* Kalamazoo: Arc Medieval Press, 2014

[11] Para o debate atual na historiografia portuguesa, ver: FERREIRA, Leandro Ribeiro – "Recrutar. Produzir. Abastecer: repensar a produção e o comércio agrícolas em tempo de guerras (1369-1400)". *Medievalista Online* [Em linha] 18 (2015). [Consultado a 6 Julho 2022]. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/201.

Atualmente, dois principais modelos são propostos para explicar as dinâmicas socioeconômicas ocorridas entre os séculos XIII a XV a partir do uso do conceito de "período de transição" e de "conjuntura de 1300". Em ambos os modelos, a influência de mudanças climáticas ocorridas em escala global surge como um fator novo e de impacto decisivo sobre o curso dos processos históricos. A ideia de "período de transição" (ou "Era de Transição") tem sido debatida por historiadores especializados na história medieval do noroeste da Europa, e recebeu a formulação mais completa no trabalho de Bruce Campbell, publicado em 2013, e denominado *The Great Transition*[12].

Campbell propõe que, em 1270, uma fase de crescimento econômico, marcado pela efervescência cultural e por uma integração comercial eurasiática, se encerrou. Ela teria dado lugar a uma combinação de eventos que, atingindo de maneira negativa as sociedades europeias, transformaram as estruturas socioeconômicas e consolidaram os fundamentos que possibilitaram a emergência de uma nova fase de crescimento, iniciada apenas em 1470. Entre os eventos, Campbell descreve o impacto negativo causado pela diminuição da irradiação solar e pela diminuição da temperatura em escala global; a incidência de pragas que dizimaram os rebanhos; o reaparecimento de epidemias sobre as populações; o aumento das guerras; a recessão comercial; e uma contração econômica causada pela escassez monetária. De fato, um forte conjunto de evidências descreve um impacto devastador sofrido pelas sociedades do noroeste da Europa nas três primeiras décadas do século XIV; não apenas uma praga dizimou os rebanhos bovinos, reduzindo a quantidade de proteínas disponível e a força de tração animal, quanto uma situação de fome perdurou entre os anos de 1315 a 1321[13].

A historiografia especializada na Europa Meridional, em contrapartida, tem trabalhado com evidências de caráter mais ambivalente, em que situações negativas coincidem com sinais de crescimento e de efervescência cultural. Entre 1270 e 1340,

[12] CAMPBELL, Bruce – *The Great Transition: Climate, Disease and Society in the Late-Medieval World.* Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Publicação anterior, mas importante, é de DYER, Christopher – *An Age of Transition?* Oxford: Oxford University Press, 2005.
[13] JORDAN, William C. – *The great famine: northern Europe in the early fourteenth century*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

o comércio marítimo passou por uma fase de expansão contínua, com a formação de rotas que ligavam o Mediterrâneo ao Mar do Norte, e a consolidação das chamadas grandes companhias de comércio e de crédito italianas. As planícies do rio Pó, na Lombardia, passaram por um extensivo processo de conquista agrícola, marcando o aparecimento da República de Milão no cenário político internacional.

No clima mais ameno do Mediterrâneo e da Europa meridional, a historiografia não tem encontrado evidências de que a diminuição das temperaturas tenha causado danos à produção agrícola; ao contrário, a mudança global de temperatura parece ter se manifestado na ocorrência de fortes oscilações nos índices pluviométricos, resultando em enchentes catastróficas – que, em contrapartida, não chegavam a representar um perigo de longo prazo à produtividade dos solos. Finalmente, grandes rupturas no acesso à alimentação foram enfrentadas de forma bem-sucedida pela aplicação de políticas de redistribuição; no Mediterrâneo, os episódios de fome parecem ter surgido menos como o resultado de um déficit agrícola do que como um problema de acesso à alimentação de grupos de menor poder político ou econômico no interior daquelas comunidades. Na economia do Mediterrâneo, a primeira metade do século XIV vivenciou o apogeu do florim como meio de troca internacional.

Diante desse universo heterogêneo, um grupo de historiadores, em substituição à ideia de crise geral, propôs o conceito de "Conjuntura do 1300"[14] para caracterizar esse período da história. Ademais, um número cada vez maior de estudiosos, agrupados naquilo que se convencionou chamar de *disaster studies*, passou a ver os desastres, não como meros eventos naturais, mas como processos sociais que testam as capacidades organizacionais das sociedades, algumas vezes, limitando a desestabilização e movendo-as para uma fase de recuperação. O próprio vocabulário com o qual descrevem os fenômenos de crise mudou, eles preferem a expressão "desastres naturalmente-induzidos", ao invés de "desastres naturais" [15].

[14] BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To (eds.) – *Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300*; e BOURIN, Monique; *et al.* (eds.) – *Les disettes dans la conjoncture de 1300 en Méditerranée occidentale.*

[15] "Even though humans have been transforming the natural world since at least the Paleolithic era, this usage of natural fails to express the societal aspects of disaster. The term natural disaster is thus

No estágio atual das pesquisas sobre as sociedades pré-modernas, compreender as percepções das comunidades a respeito dos fenômenos climáticos e das crises alimentares é o melhor caminho para se evitar o determinismo ambiental. Daí a importância de reescrever a história desse período integrando sociedade e natureza. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que as sociedades não são conjuntos homogêneos. Nas sociedades desiguais e extremamente hierarquizadas da Bacia do Mediterrâneo, os grupos menos favorecidos eram mais vulneráveis e menos resilientes do que os grupos privilegiados.

Modelos interpretativos

No que diz respeito a Portugal no final da Idade Média, de forma um pouco esquemática, podemos considerar que, no terceiro quarto do século passado, dois modelos de interpretação opostos foram construídos.

O primeiro modelo apareceu em 1962, com a publicação da *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, de Oliveira Marques[16]. O trabalho teve impacto decisivo na construção de um quadro interpretativo geral da economia portuguesa entre os séculos XIV e XV, e passaria a servir como ponto de referência fundamental para a elaboração das sínteses da História de Portugal publicadas posteriormente[17]. O quadro construído por Oliveira Marques definia três características basilares da estrutura socioeconômica do reino: a debilidade da produção agrícola, o impacto da "crise do século XIV" e a frágil articulação geográfica e territorial. O historiador sustentava que a pobreza geral dos solos, associada à irregularidade do clima, inevitavelmente aprisionava a população do território em uma situação de produção agrícola insuficiente[18]. Marques chegou a propor a existência de quinze ocorrências

somewhat misleading. A more precise alternative would be the phrase nature-induced disaster, which reflects the fact that such catastrophes are brought about by natural phenomena without obscuring their anthropogenic dimensions". PFISTER, Christian – "Learning from Nature-Induced Disasters. Theoretical Considerations and Case Studies from Western Europe". In MAUCH, Christof; PFISTER, Christian (eds.) – *Natural Disasters, Cultural Responses*. *Case Studies toward a Global Environmental History*. Lanham: Lexington Books, 2009, pp. 17-18.

[16] MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média.* 3ª Ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

[17] MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de – "História de Portugal". In MATTOSO, José (Ed.) – *A Monarquia Feudal (1069-1480)*. 2 Vol. Lisboa: Estampa Editorial, 1993.

[18] "O desfavor das condições naturais pode e deve colocar-se em primeiro lugar, na teoria explicativa do *deficit crónico* do País em cereais de consumo. Solos pobres ou pouco aptos às culturas arvenses

de crises agrícolas entre 1387 e 1496, que se estenderam em um total de 58 dos 110 anos recenseados; os anos de déficit da produção agrícola seriam, desta forma, surpreendentemente superiores aos anos de produtividade no mínimo suficiente.

Assim, se no século XIV a produção cerealífera, base da alimentação daquelas sociedades, já apresentava problemas decorrentes da pobreza dos solos, a incidência da crise, iniciada pelo impacto da Grande Peste – que resultaria em um contínuo déficit de mão de obra para o cultivo da terra – se manifestaria, no século XV, em uma incidência contínua da fragilidade de abastecimento alimentar. A ausência de estradas e de integração entre as comunidades de todo território vinculado à monarquia portuguesa teria impedido que o comércio entre as províncias equilibrasse a insuficiência agrícola que, frequentemente, atingia as comunidades na forma de falta de pão. Apenas Lisboa, pela importação marítima, seria capaz de enfrentar um cenário permanente de escassez.

Para Oliveira Marques, o incremento demográfico de finais do século XV, ao aumentar a mão de obra rural e o cultivo de terras, seria capaz de mitigar, mas não de resolver o problema. O historiador chega a estipular que um dos motivadores da expansão marítima do período esteve justamente na expansão da produção cerealífera em territórios conquistados na África e nas "ilhas atlântidas"[19].

O modelo historiográfico construído por Vitorino Magalhães Godinho é diametralmente oposto. Godinho iniciou a publicação do monumental *Os descobrimentos e a economia mundial*[20] em 1963, um ano após a publicação de Oliveira Marques. O último volume da obra ocorreu em 1970; mas apenas entre 1982-1983 a versão definitiva, com acréscimos, alcançou o público. O historiador propõe uma interpretação do abastecimento alimentar a partir da inserção da

e clima extremamente irregular estão na base de produções débeis, em manifesta insuficiência para abastecer o milhão de habitantes do Portugal medievo". MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal,* p. 283.

[19] "A escassez cerealífera - melhor diríamos a crise económica geral-, que as inteligências da época não viam forma de evitar pelo único recurso às possibilidades internas do Reino, esteve na base da expansão africana e da colonização das ilhas Atlântidas". MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, p. 285.

[20] GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2 Vols. Lisboa: Editora Arcádia, 1963.

economia portuguesa na rede de relações comerciais com o norte da Europa, o Mediterrâneo, a África e o Atlântico.

Na obra, é possível discernir a evolução de três situações diferentes, inscritas em uma perspectiva de longa duração. Primeiro, uma situação de abundância de produção cerealífera, com a ocorrência de exportação, ocorrida entre os séculos XIII e XIV. Godinho acredita que a lei de 1272, proibindo a exportação de cereais, longe de indicar uma situação de escassez, se refere a um quadro de abundância; e que, no referido ano, visando enfrentar uma situação inusual de alta de preços, a aristocracia portuguesa encontrou uma solução fácil na retenção de alimentos previamente destinados à exportação. Que as Cortes de 1331 conclamassem que a lei de 1272 fosse aplicada naquele ano significa que a exportação, e, por conseguinte, uma situação de abundância, continuou entre essas duas datas; a retenção significava a utilização da mesma medida para enfrentar uma incomum pressão inflacionária.

Encontramos a medida reiterada em 1391, durante um cenário de guerra contra Castela, quando, provavelmente, a passagem de tropas causou uma súbita pressão sobre a demanda alimentar das vilas e comunidades rurais. Godinho acompanha como a expansão comercial de Portugal, no século XV, ocorreu de maneira concomitante à consolidação de redes de comércio de produtos alimentares. Aqui, já seria possível perceber uma mudança de orientação do fluxo comercial; ao invés da exportação, os portos do reino passariam a receber continuamente produtos alimentares. Uma carta do concelho de Lisboa, de 1399, endereçada a diversas cidades do noroeste da Europa, e convidando comerciantes a carregar trigo para Lisboa poderia ser vista como um divisor de águas.

O autor mostra como, de fato, desde 1380, mercadores da Normandia e da Bretanha estabeleceram um comércio regular com Lisboa, descarregando grãos produzidos no noroeste da França, e carregando as embarcações com um leque de mercadorias[21]. A consolidação deste comércio foi amplamente beneficiada pela

[21] Francisque Michel se refere às seguintes mercadorias exportadas de Portugal para a França, em troca de cereais, entre 1350 e 1400: cítricos, óleo, cera, cochonilha, figos, uva passa, tâmaras, mel, couro, pele, sal, pimenta, algodão e marfim. A ocorrência de produtos africanos aponta para um

atuação política, a partir do uso frequente de isenção da dízima sobre cereais importados. Nos séculos XVI e XVII, entretanto, há indícios de que o abastecimento urbano, ao menos de Lisboa, tenha se tornado dependente da produção cerealífera produzida fora de Portugal; e que esse comércio, saldado a partir de então menos com mercadorias, e mais com metais preciosos, tenha tido um efeito negativo de redução do estoque monetário disponível para as operações dos mercadores do reino.

O modelo historiográfico de Godinho apresenta três aspectos importantes para o debate atual. Em primeiro lugar, a ideia de que as estruturas econômicas se transformaram profundamente entre os séculos XIII a XVII, nos vacinando contra tentativas de projeção, para o período medieval, de quadros socioeconômicos encontrados no período moderno. Em segundo lugar, a possibilidade de que não tenha existido um "ritmo econômico geral" para a Europa, como implícito no conceito de "crise do século XIV" – e que projeta, para todo o continente, um modelo explicativo criado para compreender as dinâmicas ocorridas na Inglaterra ou na França. Em terceiro lugar, a necessidade de (re)ler a documentação a partir de uma perspectiva não nacionalista, e que leva em consideração que os ritmos econômicos de Lisboa se integravam aos ritmos das cidades portuárias da Normandia com maior intensidade do que as relações comerciais entre o Algarve e o Minho. Logo, o maior objetivo do projeto Portugal1300 foi o de contribuir para essa discussão, que ainda se encontra em aberto.

O projeto

O projeto Portugal1300 se iniciou a partir da formação de uma equipe de historiadores, em diferentes níveis de pesquisa, voltada para um problema específico: como as populações de Portugal, entre 1300 e 1500, enfrentaram uma conjuntura marcada por epidemias, guerras e fome, no interior de uma profunda oscilação climática que atingiu todo o planeta? O projeto se constituiu a partir da articulação de duas metodologias de investigação historiográfica: a construção de uma base de dados e a transformação de dados catalogados em uma disposição

efervescente entreposto comercial. MICHEL, Francisque – *Portugais en France et Français en Portugal*. Paris: Guillard, 1882, p. 170-172.

cartográfica digital. A questão, debatida com intensidade na medievalística atual, apresenta uma simplicidade cristalina e, ao mesmo tempo, exige um esforço hercúleo para ser enfrentada – se mostrando, portanto, especialmente adequada para um grupo de historiadores trabalhando sobre o mesmo problema. Como vantagem sobressalente, tal objeto de investigação possibilita uma visão de conjunto dos eventos históricos, nos permitindo evitar a divisão artificial, porém muitas vezes necessária, entre uma história da peste, uma história da agricultura e da fome, uma história da guerra etc.

A equipe não pretendeu *resolver* a questão, mas de construir uma ferramenta que estará disponível para a comunidade de pesquisadores. Por isso, nem a formulação de uma epistemologia, nem a construção de um modelo teórico definido *a priori* guiaram o trabalho coletivo; antes de mais nada, escolhemos centralizar os esforços na efetivação das duas metodologias de investigação, acima referidas, que fossem capazes de se transformar em conteúdos de investigação disponíveis não apenas para os envolvidos, mas para um público mais amplo de interessados.

Catalogação

A construção de um catálogo de fichas, contendo menções encontradas na documentação sobre os eventos referidos, e passível de, posteriormente, ser transformada em uma base de dados digital, concentrou os primeiros esforços da equipe de trabalho. Decidimos que o catálogo seria constituído pelo maior número possível de menções à escassez ou à abundância alimentar, aos conflitos militares, aos fenômenos climáticos, e às epidemias que ocorreram em Portugal no final da Idade Média. Uma vez determinado que a base seria extensiva e acumulativa, ou seja, permanentemente aberta à inclusão de novas informações, entendemos que a investigação da documentação primária também deveria ser extensiva e acumulativa, ou seja, não restrita a nenhum gênero documental. Isso imediatamente colocou o grupo de pesquisa diante do desafio de estabelecer uma metodologia que permitisse não uma acumulação desordenada de menções, mas que, ao contrário, determinasse um avanço organizado de etapas de investigação, a partir de um agrupamento coerente do(s) grupo(s) de fontes recenseado(s) em cada etapa. Para tanto, a primeira tarefa foi recortar e circunscrever a grande quantidade de

documentação primária em duas categorias claramente identificáveis: as crônicas e a legislação. O grupo de pesquisa também decidiu que fontes textuais que não pertencessem claramente a esses dois gêneros não participariam das fases iniciais do catálogo. Em seguida, em razão da facilidade de acesso às edições críticas, a equipe determinou que as primeiras etapas se concentrariam na catalogação das crônicas régias. Isso significa dizer que, em um primeiro momento, teríamos a oportunidade de oferecer um catálogo da fome, da peste, do clima e das guerras assim como relatados pelos cronistas reais de Portugal, sem perder de vista que a base teria de permanecer funcional para agregar, no futuro, menções obtidas em outros gêneros de documentação.

Uma das principais dificuldades enfrentadas foram as diferentes formas com que os eventos foram construídos no interior das crônicas. De maneira geral, podemos dizer que encontramos três diferentes situações narrativas: eventos descritos pelos cronistas como verdadeiros; eventos incertos, em que o cronista não tinha plena convicção da sucessão de fatos; e, não menos importante, eventos que poderiam ter acontecido, mas não aconteceram. A aparentemente óbvia restrição do catálogo à primeira situação narrativa logo se mostrou uma solução inadequada. Decidimos pela inclusão de eventos tidos como incertos, assim como eventos que não aconteceram, pelos mesmos motivos: ambos são capazes de apontar informações importantes sobre o período, assim como puderam ter um impacto decisivo na sucessão de acontecimentos, participando de forma efetiva na construção da história feita pelos homens. Dois exemplos serão suficientes para ilustrar o argumento.

A crônica de D. Afonso V produzida por Rui de Pina narra os pormenores de um conflito entre o rei e seu tio, o infante Dom Pedro, Duque de Coimbra, antigo regente do reino durante o período de menoridade daquele. A narrativa acompanha a escalada do conflito, que resultou na morte de Dom Pedro. Antes disso, em 1449, estando o infante em Coimbra, o monarca, reunindo um grupo de conselheiros, planejou um cerco militar contra seu tio. Diz então Rui de Pina:

> "ElRey (...) fazia fundamento cercallo nella (Coimbra), o que pella muyta gente que creceo, e pollos mantymentos, e assy outras provisões que se nom podiam aver, e menos tantas bestas, bois e carros pera as armas, artelharias, e carriagem, que pera tal cerco eram necessarios, parecia muy defycultoso ou ympossivel fazello"[22].

Após a consulta, o rei Dom Afonso V foi levado a desistir do cerco à cidade de Coimbra, e repensar sua estratégia de aprisionar Dom Pedro. O evento referido, portanto, *não aconteceu*. Qual razão nos levaria a incluir esse gênero de citação em um catálogo voltado à história factual? Ocorre que a narrativa de Rui de Pina aporta com detalhes os preparativos que seriam necessários para a realização do cerco militar, e informa ao leitor que a monarquia, no ano de 1449, não teria meios suficientes para alcançá-los. É difícil questionar a riqueza de informações oferecidas pelo cronista, assim como a relação entre Coimbra e Lisboa, e a situação militar e financeira da coroa em meados do século XV.

O segundo exemplo se refere a um período anterior. No ano de 1383, a morte do rei Dom Fernando I, sem herdeiros diretos, causaria o início de uma guerra de sucessão. A aristocracia se dividiu entre apoiar ou recusar a entrega da regência de Portugal à rainha Dona Leonor Teles. Nesse ínterim, porém, já havia surgido como liderança Dom João, mestre de Avis, que, afinal, venceria o conflito e fundaria uma dinastia real.

Em 1383, temendo ser assassinado a mando da rainha de Portugal, o Mestre de Avis iniciou os preparativos para viajar para Inglaterra, deixando o reino. A mera notícia de partida de Dom João, entretanto, agitou a elite urbana de Lisboa, importante protagonista política, e que fazia resistência à entrega da regência à Dona Leonor Teles. Narra o cronista Fernão Lopes que:

> "Huũ cuidado era, veersse ficar sem firmeza de paz per morte deIRei dom Fernamdo, pois elRei de Castella nom queria guardar os trautos, segumdo era comtheudo, e viinha contra ho rreino por tomar posse delle. E segumdo, sogeiçom gramde em que

[22] PINA, Rui de – *Crónicas de Rui de Pina.* Ed. Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão editores, 1977, p. 378.

> esperavom seer postos sob poder de Castellaãos, tememdosse sseer delles sojugados, come de seus mortaaes emmiigos"[23].

A notícia da partida de Dom João ensejou uma série de cálculos políticos entre os protagonistas da elite urbana, precipitando, pouco depois, a decisão de apoiar o mestre de Avis como novo rei de Portugal. Não apenas Dom João não saiu do reino, como a cidade de Lisboa passou a funcionar como ponta de lança do apoio à fundação da dinastia de Avis. Um evento que não aconteceu, na crônica de Fernão Lopes, teve papel importante no desencadeamento de ações que influenciaram decisivamente os rumos políticos de Portugal. A não inclusão dessas minúcias narrativas, na base de dados, geraria um empobrecimento não apenas no potencial de contribuição do catálogo, mas, também, uma redução artificial da história, que, aliás, estava longe de ser feita pelos próprios cronistas portugueses da Baixa Idade Média. Ao incluir rumores e eventos que não aconteceram, além de planos políticos fracassados e erros de cálculo, os próprios cronistas registravam, com argúcia de percepção, a riqueza constituinte da história, mesmo a mais factual.

Afinal, a inclusão de eventos incertos, ou que não aconteceram, é capaz de iluminar outro aspecto importante, e que geralmente é entendido como o oposto da história factual: trata-se da dinâmica das representações e do universo da ideologia[24]. A carestia, por exemplo, não existia apenas como realidade factual de determinado ano, mas como uma realidade virtual, às vezes inscrita na própria experiência de vida, e que influenciava as ações dos protagonistas de todas as categorias sociais. Essa abertura do catálogo permite a utilização dos dados para pesquisas interessantes, como a participação da memória coletiva na constituição do Estado, ou o que, na teoria institucional, surge como o grupo de conhecimentos que propicia um limite de escolhas (*set of options*) para os protagonistas políticos[25].

[23] LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I.* Vol. 1. Ed. Teresa Amado. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1983, p. 41.
[24] Mais uma vez, é importante salientar que, na construção da base de dados, não devemos apresentar uma metodologia historiográfica, mas, sim, abrir a possibilidade para que historiadores de diferentes tradições possam trabalhar com os dados coligidos.
[25] NORTH, Douglass – *Institutions, Institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

A base de dados no sistema GIS

Após a leitura das crônicas reais e a organização das informações em fichas, passou-se para a organização desses dados tendo em vista a construção de uma cartografia interativa desse período. A reflexão sobre o espaço não é algo novo entre os historiadores. Entre os mais conhecidos e influentes, podemos citar o estudo sobre o Mediterrâneo na época de Filipe II de Fernand Braudel[26]. Já entre os especialistas em Idade Média, é um tema fortemente presente há mais de trinta anos. Podemos citar o trabalho de Fabienne Cardot sobre espaço e poder na Austrásia sob domínio dos merovíngios[27] e o estudo sobre a relação entre a concepção de espaço na Regra de São Bento de Patrice Noisette[28]. Na virada do milênio, o espaço continuou a ser um tema presente entre os medievalistas como o livro *Imaginary Cartographies: possessions and identity in late medieval Marseille* de Daniel Lord Snail[29] e o artigo "Analyses de l'espace" de Monique Bourin, presente no livro *Les tendances actuelles de l'histoire du Moyen Âge en France et en Allemagne*, de 2003[30]. Muitos desses estudos foram influenciados pelas reflexões de geógrafos do século XX como Paul Vidal de la Blache, Henri Lefebvre e Jacques Lévy. A partir de documentos escritos e vestígios arqueológicos, esses historiadores procuraram compreender a noção de espaço em diferentes épocas e lugares.

Por outro lado, o uso de sistemas de informações para a compreensão do espaço é um pouco mais recente. Apesar de alguns trabalhos pioneiros, como o de Robin Fleming, que criou um banco de dados com as informações presentes no *Domesday Book* na década de 1980[31], o uso da tecnologia GIS entre medievalistas, ocorreu somente a partir da década de 1990, em trabalhos como o de Keith N. Wilkinson

[26] BRAUDEL, Fernand – *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II.* São Paulo: Edusp, 2016 (1949).
[27] CARDOT, Fabienne – *L'espace et le pouvoir. Étude sur l'Austrasie mérovingienne.* Paris: Publications de la Sorbonne, 1987.
[28] NOISETTE, Patrice – *L' "espace" ses usages et ses représentations dans la "règle de Saint Benoit" et les règles monastiques latines du IVe au VIe siècle.* Paris: Institut d'urbanisme de Paris, 1984.
[29] SMAIL, Daniel Lord – *Imaginary Cartographies: Possession and Identity in Late Medieval Marseille*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
[30] BOURIN, Monique – "Analyses de l'espace". In OEXLE, Otto Gerhard; SCHMITT, Jean-Claude (eds.) – *Les tendances actuelles de l'histoire du moyen âge en France et en Allemagne.* Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, pp. 493-510.
[31] Fleming não chegou a publicar esse pioneiro trabalho, mas acabou utilizando as informações levantadas em diversos trabalhos. Para mais detalhes sobre essa experiência, LOWERRE, Andrew – "Mapping Domesday Book using QGIS". *Newsletter of the English Heritage Research Department* 8 (2008), pp. 3-7.

sobre a criação de ovelhas durante a Idade Média em Costwolds[32]. Contudo, é somente a partir da década de 2010 que esse uso se tornou mais intensivo. No campo conceitual, duas obras se tornaram referência: *The Spatial Humanities: GIS and the Future of Humanities Scholarship*[33] e *Toward Spatial Humanities: Historical GIS and Spatial History*[34], ao consolidar o termo *Spatial Humanities*. Para ilustrar essa intensificação que ocorreu do uso do GIS entre medievalistas, em uma pesquisa no sistema *RI OPAC* do termo "GIS", há 86 artigos listados a partir de 2010; 45 artigos entre os anos 2000 e 2009 e apenas 6 artigos publicados em 1999 ou antes.

Para além da criação de mapas das regiões estudadas, a tecnologia GIS permitiu que os historiadores trabalhassem com uma grande quantidade de informação e os seus diferentes cruzamentos. Após o início do fichamento das menções à fome, conflitos e eventos naturais, como descrito anteriormente, foi observado que nas crônicas portuguesas havia uma preocupação dos autores de delimitar e localizar a maioria dos eventos mencionados. Inicialmente, esses pontos foram inseridos manualmente. Contudo, rapidamente, nos demos conta de que trabalharíamos com centenas de inserções e, por isso, uma tabela CSV passou a ser utilizada para sua posterior inserção no QGIS.

O primeiro passo foi a categorização dos eventos para que pudessem ser inseridos no QGIS. No final, os eventos listados foram divididos em "conflitos", que inclui cercos, batalhas, guerras, invasões etc.; "eventos naturais", que inclui excesso ou falta de chuvas, terremotos etc.; "fome" e "peste". Para uma melhor compreensão da progressão temporal, esses eventos foram organizados em blocos de 25 anos, entre os anos de 1276 e 1500. Dessa forma, é possível criar mapas que ilustrem décadas específicas ou todo o período estudado.

[32] WILKINSON, Keith N. – "Of sheep and men: GIS and the development of medieval settlement in the Cotswolds". In HIGGINS, Tony; MAIN, Peter; LANG, Janet S. R. (eds.) – *Imaging the Past. Electronic Imaging and Computer Graphics in Museums and Archaeology*. Londres: British Museum, 1996, pp. 271-281.
[33] BODENHAMER, David; CORRIGAN, John; HARRIS, Trevor M. (eds.) – *The Spatial Humanities: GIS and the Future of Humanities Scholarship.* Bloomington: Indiana University Press, 2010.
[34] GREGORY, Ian; GEDDES, Alistair (eds.) – *Toward Spatial Humanities: Historical GIS and Spatial History.* Bloomington: Indiana University Press, 2014.

Contudo, criar um banco de dados com informações espaciais e temporais de eventos mencionados nas crônicas portuguesas não é uma tarefa automática e direta, há desafios e limitações. Ao inserir uma informação que será representada no mapa, o QGIS exige a definição de um ponto específico delimitado por coordenadas geográficas. Alguns eventos descritos não têm sua localização exata. Uns são localizados em "Portugal" ou "reino de Castela"; outros, em regiões de fronteira sem uma definição clara; há ainda eventos que ocorreram durante o deslocamento entre duas cidades, mas sem precisar o ponto exato, ou sem localização alguma, como a menção da guerra contra os mouros. É preciso mencionar ainda, como discutido anteriormente, que há menções de fatos que poderiam ter ocorridos, mas não ocorreram.

O banco de dados e os mapas elaborados pelo projeto poderão ser consultados no site Guia Medieval[35], indexador de conteúdo acadêmico produzido por pesquisadores na América Latina.

Considerações Finais

Ao olhar para a historiografia portuguesa ou mais amplamente para historiografia europeia, é possível observar que o debate sobre o século XIV está longe de se encerrar. A tentativa de compreender todo o continente a partir de casos locais produziu visões conflitantes sobre o período.

Nesse contexto, a catalogação dos eventos mencionados nas fontes portuguesas permite a construção de ampla base de dados, com diversas ferramentas e filtros (tipo de eventos/categoria/localização), inclusive com o cruzamento de informações de outras bases. Exemplo latente nos últimos anos, os estudos climatológicos acrescentaram dados sobre um tema que contava apenas com relatos esparsos no tempo e no espaço, sendo reproduções das fontes, tomando-as como afirmações da verdade.

[35] *Guia Medieval* [Em linha]. São Paulo: Laboratório de Estudos Medievais, 2020. [Consultado a 20 agosto 2022]. Disponível em https://guiamedieval.webhostusp.sti.usp.br/.

O uso de tecnologias digitais (banco de dados, GIS etc.) permite a análise sincrônica de informações que estão espalhadas por diferentes fontes, no caso, as crônicas reais; a separação entre os diferentes eventos mencionados e o estabelecimento de possíveis correlações, assim como a observação espacial de alguns fenômenos ligados ou não à agência humana. Sendo assim, o Projeto Portugal1300 constrói uma base de dados que contribui para o atual debate sobre o tema no reino de Portugal, construindo uma visão mais global sobre as conjunturas econômicas do final da Idade Média.

Referências bibliográficas

Fontes

LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I.* Vol. 1. Ed. Teresa Amado. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1983.

PINA, Rui de – *Crónicas de Rui de Pina.* Ed. Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão editores, 1977.

Estudos

ALFANI, Guido – *Calamities and the Economy in Renaissance Italy. The Grand Tour of the Horsemen of the Apocalypse.* Nova York: Palgrave Mcmilan, 2013.

AMADO, Teresa – "Apresentação Crítica". In AMADO, Teresa (ed.) – *Crónica de D. João I.* Lisboa: Seara Nova Editorial Comunicação, 1980.

BODENHAMER, David; CORRIGAN, John; HARRIS, Trevor M. (eds.) – *The Spatial Humanities: GIS and the Future of Humanities Scholarship.* Bloomington: Indiana University Press, 2010.

BOURIN, Monique – "Analyses de l'espace". In OEXLE, Otto Gerhard; SCHMITT, Jean-Claude (eds.) – *Les tendances actuelles de l'histoire du moyen âge en France et en Allemagne.* Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, pp. 493-510.

BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To (eds.) – *Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300*. Roma: École Française de Rome, 2014.

BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To – "Les campagnes européennes avant la peste". In BOURIN, Monique; MENANT, François; FIGUERAS, Lluís To (eds.) – *Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300*. Roma: École Française de Rome, 2014, pp. 09-101.

BOURIN, Monique; *et al.* (eds.) – *Les disettes dans la conjoncture de 1300 en Méditerranée occidentale.* Roma: École Française de Rome, 2011.

BRAUDEL, Fernand – *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II.* São Paulo: Edusp, 2016 (1949).

CAMPBELL, Bruce – *The Great Transition: Climate, Disease and Society in the Late-Medieval World.* Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CARDOT, Fabienne – *L'espace et le pouvoir. Étude sur l'Austrasie mérovingienne.* Paris: Publications de la Sorbonne, 1987.

CURTIS, Daniel R. – *Coping with Crisis. The Resilience and Vulnerability of Pre-Industrial Settlements.* Farnham: Ashgate, 2014.

DEVROEY, Jean-Pierre – *La Nature et le roi: Environnement, pouvoir et société à l'âge de Charlemagne (740-820).* Paris: Albin Michel, 2019.

DUBY, Georges – *Guerriers et paysans, VII-XIIe siècle. Premier essor de l'économie européenne.* Paris: Gallimard, 1973.

DYER, Christopher – *An Age of Transition?* Oxford: Oxford University Press, 2005.

EPSTEIN, Stephan – *An island for itself.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

FERREIRA, Leandro Ribeiro – "Recrutar. Produzir. Abastecer: repensar a produção e o comércio agrícolas em tempo de guerras (1369-1400)". *Medievalista Online* [Em linha] 18 (2015). [Consultado a 20 agosto 2022]. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/201. DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.1117.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2 Vols. Lisboa: Editora Arcádia, 1963.

GREEN, Monica H. (Ed.) – *Pandemic Disease in the Medieval World: rethinking the Black Death.* Kalamazoo: Arc Medieval Press, 2014.

GREGORY, Ian; GEDDES, Alistair (eds.) – *Toward Spatial Humanities: Historical GIS and Spatial History.* Bloomington: Indiana University Press, 2014.

HARPER, Kyle – *The Fate of Rome: Climate, Disease, and the End of an Empire.* Princeton: Princeton University Press, 2017.

HATCHER, John; BAILEY, Mark – *Modelling the Middle Ages. The History and Theory of England´s Economic Development.* Oxford: Oxford University Press, 2001.

HOMEM, Armando – *O Desembargo Régio (1320-1433).* Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

JORDAN, William C. – *The great famine: northern Europe in the early fourteenth century*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

LA RONCIÈRE, Charles de – *Prix et salaires à Florence au XIV siècle (1280-1380)*. Roma: École Française de Rome, 1982.

LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Histoire du climat depuis l'an mil.* Paris, Flammarion 1967.

LOWERRE, Andrew – "Mapping Domesday Book using QGIS". *Newsletter of the English Heritage Research Department* 8 (2008), pp. 3-7.

MARQUES, António Henrique de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média.* 3ª Ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

MATTOSO, José – *Obras Completas, Portugal Medieval. Novas Interpretações.* Vol. 8. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 217-227.

MATTOSO, José; SOUSA, Armindo de – "História de Portugal". In MATTOSO, José (ed.) - *A Monarquia Feudal (1069-1480)*. 2 Vol. Lisboa: Estampa Editorial, 1993.

MICHEL, Francisque – *Portugais en France et Français en Portugal*. Paris: Guillard, 1882.

NOISETTE, Patrice – *L' "espace" ses usages et ses représentations dans la "règle de Saint Benoit" et les règles monastiques latines du IVe au VIe siècle.* Paris: Institut d'urbanisme de Paris, 1984.

NORTH, Douglass – *Institutions, Institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PERROY, Édouard – "À l'origine d'une économie contractée: les crises du XIVe siècle". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations,* 4, 2, (1949), pp. 167-182.

PFISTER, Christian – "Learning from Nature-Induced Disasters. Theoretical Considerations and Case Studies from Western Europe". In MAUCH, Christof; PFISTER, Christian (ed.) – *Natural Disasters, Cultural Responses. Case Studies toward a Global Environmental History.* Lanham: Lexington Books, 2009.

POSTAN, Michael – "The economic Foundation of Medieval Society". In POSTAN, Michel – *Essays on Medieval Agriculture and General Problems of the Medieval Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973, pp. 3-27.

SMAIL, Daniel Lord – *Imaginary Cartographies: Possession and Identity in Late Medieval Marseille*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

VILAR, Hermínia Vasconcelos – "O clero e as Cortes de 1361: redes e protagonistas ao tempo de D. Pedro". *Medievalista* [Em linha] 28 (2020), pp. 35-66. [Consultado a 20 agosto 2022]. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/32. DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.3297.

WILKINSON, Keith N. – "Of sheep and men: GIS and the development of medieval settlement in the Cotswolds". In HIGGINS, Tony; MAIN, Peter; LANG, Janet S. R. (eds.) – *Imaging the Past. Electronic Imaging and Computer Graphics in Museums and Archaeology*. Londres: British Museum, 1996, pp. 271-281.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SILVA, Marcelo Cândido da; *et. al.* – "Portugal1300: fome, clima e abastecimento em Portugal no final da Idade Média". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 351-372. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521): fontes, resultados e desafios*

Algarve port towns in Late Middle Ages (1249-1521): sources, results and challenges

Gonçalo Melo da Silva

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

gmsilva@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0003-4880-094X

Data recepção do artigo / Received for publication: 11 de Novembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6324

* Este texto apresenta uma síntese de: SILVA, Gonçalo Melo da Silva – *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2021. Tese de Doutoramento. Esta investigação foi realizada sob orientação da professora Doutora Amélia Aguiar Andrade e financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com uma bolsa de doutoramento, com a referência SFRH/BD/85931/2012.



Nas últimas décadas, algumas historiografias europeias elegeram os centros urbanos portuários como um dos campos mais interessantes para a compreensão da génese, desenvolvimento e transformações das redes urbanas, das relações comerciais ou da circulação e difusão de ideias e práticas culturais. De acordo com vários autores como Maryanne Kowaleski, Beatriz Arízaga, Michel Bochaca, Louis Sicking e Mathias Tranchant[2], as vilas e cidades portuárias da Europa Atlântica medieval caracterizam-se por serem núcleos populacionais urbanizados localizados em zonas litorais, muito frequentemente em associação com cursos fluviais. Estes núcleos urbanos funcionavam como pólos de instalação de instituições e sociedades com perfis socioeconómicos específicos, nomeadamente a presença de ofícios ligados às atividades flúvio-martítimas, como pescadores, mareantes e calafates.

De igual modo, existiam edifícios e espaços que distinguiam e destacavam estas vilas e cidades das restantes, como o próprio porto. No período medieval e, frequentemente, em épocas posteriores, os centros urbanos portuários que dispunham de um cais construído eram raros, existindo antes infraestruturas precárias, quando as havia, ou simples ancoradouros que nem sempre garantiam o desembarque e armazenamento apropriado das mercadorias e a segurança das embarcações. Assim, como frisaram Beatriz Arízaga, Michel Bochaca e Mathias Tranchant, o porto medieval deve ser entendido como um sítio natural ou transformado pelo homem, onde os navios descarregavam mercadorias e procuravam abrigo e no qual ocorria um intercâmbio entre os transportes terrestes, marítimos e, não raras vezes, fluviais. Nestes espaços se exercia toda uma fiscalidade

[2] KOWALESKI, Maryanne – "Port towns: England and Wales 1300-1540". In PALLISTER, David M. (ed.) – *The Cambridge Urban History of Britain*. Vol. 1. *600-1540*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 467-494; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; BOCHACA, Michel – "Caractères généraux des villes portuaires du nord de la Péninsule Ibérique au Moyen Âge". In *Ports maritimes et ports fluviaux au Moyen Age.* Paris: Publications de la Sorbonne, 2005, pp. 63-78; SICKING, Louis – "Portas para o mar: infraestruturas portuárias nos Países Baixos na Baixa Idade Média". In POLÓNIA Amélia; OSSWALD, Helena (eds.) – *European Seaport Systems in the early modern age: a comparative approach: proceedings*. Porto: Universidade do Porto, Instituto de História Moderna, 2007, pp. 96-107; TRANCHANT, Mathias – *Les ports maritimes de la France atlantique (XIe-XVe siècle)*. Vol. I. *Tableau géohistorique*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2018.

da qual beneficiavam distintos poderes, desde a Coroa aos concelhos ou a outros senhores leigos ou eclesiásticos.

Os centros urbanos portuários são ainda percecionados, na opinião de muitos investigadores, como elementos de articulação de espaços marítimos, terrestes e fluviais e de redes económicas e urbanas de amplitude geográfica variável. Seguindo as propostas de historiadores como Paul M. Hohenberg, Lynn Hollen Lees, Wim Blockmans, Lex Heerma van Voss ou Michel Bochaca[3], as redes urbanas[4] portuárias podem definir-se como sistemas que integram vilas e cidades portuárias de pequena, média[5] ou grande dimensão localizadas num determinado espaço e que possuem relações flexíveis e diferenciadas entre si, mas interligadas a tal ponto que a alteração de um indicador político, social, económico ou cultural ocorrido numa delas pode repercutir-se nas restantes. Numa rede urbana portuária existem portos que se assumem como portas de entrada e saída da rede (*gateways*) e que se afirmam perante os restantes, enquanto outros representam apenas nós que asseguravam a ligação entre os vários elementos da rede e entre esta e o *hinterland*.

[3] HOHENBERG, Paul; LEES, Lynn – *The making of urban Europe, 1000 – 1994*. 2ª Edição. Cambridge/ Massachusetts: Harvard University Press, 1996, pp. 62-73; BLOCKMANS, Wim; VAN VOSS, Lex – "Urban networks and emerging states in the North Sea and Baltic Areas: a maritime culture?". In RODING, Juliette; VAN VOSS, Lex (eds.) – *The North Sea and culture (1550-1800)*. Hilversum: Verloren, 1996, pp. 10-20; BOCHACA, Michel – *Villes et organisation de l'espace en Bordelais: vers 1300-vers 1550*. Paris: Indes savantes, 2015.

[4] Leia-se sobre a incorporação do conceito geográfico de "rede" ou "sistema urbano" e o seu enriquecimento por outras ciências sociais, como a história e a sociologia: HOHENBERG, Paul; LEES, Lynn – *The making of urban Europe, 1000 – 1994*, pp. 55-73; SCOTT, Tom; SCRIBNER, Robert – "Urban Networks". In SCRIBNER, Bob (ed.) – *Germany: a new social and economic history*. Vol. 1. *1450-1630*. Londres: HEP, 1996, pp. 119-140; FRAY, Jean-Luc – *Villes et bourgs de Lorraine réseaux urbains et centralité au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2006, pp. 25-33; NEAL, Zachary – "Urban Networks". In BARNETT, George A. (ed.) – *Encyclopedia of Social Networks*. Vol. 1. Davis: Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2011, p. 913; ASENJO GONZÁLEZ, María – "Grandes, moyennes et petites villes du royaume de Castille à la fin du Moyen Âge. Intégration ou concurrence". In COSTA, Adelaide Millán da (ed.) – *Petites villes européennes au bas Moyen Âge: entre l'histoire urbaine et l´histoire locale*. Lisboa: IEM, Universidade Aberta, 2013, p. 14.

[5] Leia-se sobre o conceito de pequenas cidades: DYER, Christopher – "Small towns 1270-1540". In PALLISTER, David M. (ed.) – *The Cambridge Urban History of Britain*, vol. 1, p. 505; CLARK, Peter – "Introduction". In CLARK, Peter (ed.) – *Small towns in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 5, 9-17, 20; FRAY, Jean-Luc – *Villes et bourgs de Lorraine*; CHITTOLINI, Giorgio – "Urban Population, Urban Territories, Small Towns: Some Problems of Urbanization in Northern and Central Italy (Thirteenth–Sixteenth Centuries)". In HOPPENBROUWERS, Peter; JANSE, Antheun; STEIN, Robert (eds.) – *Power and persuasion essays on the art of state building in honour of W.P. Blockmans*. Turnhout: Brepols, 2010, pp. 238-239; COSTA, Adelaide Millán – "Quand les médiévistes arrivent aux petites villes". In COSTA, Adelaide Millán (ed.) – *Petites villes européenes au bas Moyen Âge: perspectives de recherche*. Lisboa: IEM, FCSH/NOVA, 2014, pp. 145-148.

Em Portugal, o estudo das localidades portuárias insere-se num movimento mais alargado de renovação da investigação sobre os núcleos urbanos medievais iniciado nos anos 80 do século XX na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com os trabalhos de Oliveira Marques e Iria Gonçalves. Este processo verificou-se também em outras universidades, como Coimbra, com os estudos de Maria Helena da Cruz Coelho, e no Porto, com os de Humberto Baquero Moreno. Todavia, os núcleos urbanos portuários apresentaram dificuldade em afirmarem-se como objeto de estudo específico e privilegiado dentro da história urbana medieval portuguesa, ao contrário do que seria de supor, tendo em conta que a extensa fachada marítima do reino possibilitou às vilas e cidades portuárias assumirem um papel importante na exploração económica dos recursos marítimo-fluviais, na navegação do Atlântico e, no século XV, na expansão marítima europeia.

Na verdade, e tal como Amélia Aguiar Andrade afirma, os trabalhos monográficos realizados sobre os centros urbanos, quando têm como protagonistas as cidades litorais ou de implantação flúvio-marítima, não têm tido como preocupação dominante estudar a sua identidade marítimo-portuária[6], o seu papel em redes urbanas portuárias ou a tipologia das infraestruturas portuárias e o seu impacto na organização do espaço. Uma realidade partilhada, até recentemente, com outras historiografias peninsulares, como a castelhana[7].

Assim, optamos por orientar a tese para dar resposta a três questões fundamentais: (I) Como se forma, evolui e funciona uma hierarquia e rede urbana portuária? (II) Como se forma e se desenvolve a paisagem urbana das vilas e cidades portuárias? (III) Qual o impacto do porto e das atividades marítimas na configuração da paisagem urbana?

[6] ANDRADE, Amélia Aguiar – "A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal Medieval: o caso da fachada atlântica". In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; TELECHEA SOLÓRZANO, Jesus (eds.) – *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media*. Logroño, IER, 2004, pp. 57-58; A investigadora sistematizou algumas das especificidades dos centros urbanos portuários portugueses, conhecidas até ao momento. ANDRADE, Amélia Aguiar – "A importância da linha costeira na estruturação do Reino medieval português. Algumas reflexões". *Historia, Instituciones. Documentos* 35 (2008), pp. 9-24.

[7] Leia-se sobre isso para o caso de Castela: AZNAR VALLEJO, Eduardo; GONZÁLEZ ZALACAÍN, Roberto – "Prólogo". In AZNAR VALLEJO, Eduardo; GONZÁLEZ ZALACAÍN, Roberto (coords.) – *De mar a mar: Los puertos castellanos en la Baja Edad Media*. La Laguna: SPUL, 2015, pp. 11-13.

O espaço escolhido foi o Algarve, uma vez que, depois de Lisboa e do Porto, era o terceiro polo marítimo-portuário do reino, devido às suas condições naturais e à sua tradição marítima e urbana. Além disso, apesar da sua indiscutível importância, o seu estudo continuava ainda por fazer, pois apresentava um número de trabalhos reduzido e muito disperso sob o ponto de vista espacial, cronológico e temático. Em 2013, aquando do início da investigação, definimos como localidades de observação: Aljezur, Lagos, Silves, Alvor, Portimão, Albufeira, Loulé, Faro, Tavira, Cacela, Castro Marim e Alcoutim (**Fig. 1**). A sua escolha foi nesse momento justificada por serem os únicos núcleos populacionais algarvios que detinham o estatuto de vila ou cidade durante a Idade Média, desempenhando funções urbanas, usufruindo de monumentalidade do seu edificado como, por exemplo, a presença de muralhas, e que se encontravam localizados na costa, ou que possuíam aquilo que as fontes referem como *porto de mar* ou, ainda, que podiam ser facilmente alcançados por embarcações de calado marítimo. O prosseguimento dos trabalhos de investigação, contudo, tornou pertinente incorporar as localidades de Porches, Sagres e Arenilha, uma vez que também reuniam estas condições e as relações que estabelecem com as restantes localidades contribuem para ajudar a esclarecer questões tão significativas como, por exemplo, o entendimento das distintas escalas urbanas e da sua consequência sobre as diferentes problemáticas a considerar.

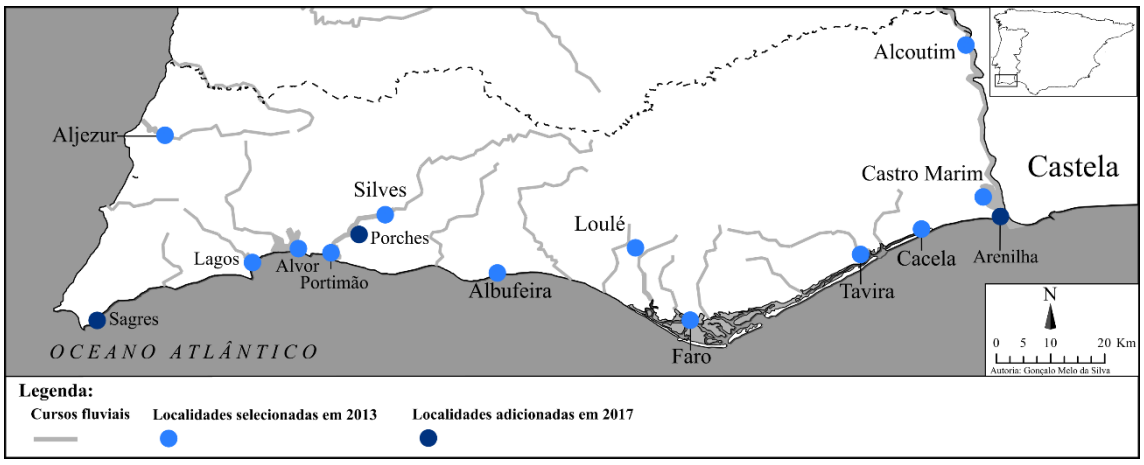


Figura 1 – Localidades alvo de estudo no Algarve.

O *terminus a quo*, 1249, ano da conquista dos últimos bastiões do poder muçulmano no Algarve, foi escolhido por marcar o encerramento do processo de *Reconquista* no sul do reino português e o aprofundamento das estratégias levadas a cabo pela Coroa a fim de organizar o território do reino e, por conseguinte, fortalecer o poder régio, no qual as vilas, como as portuárias, desempenharam um importante papel. O *terminus ad quem* fixa-se no final do reinado de D. Manuel, em 1521, por ser um momento crucial na passagem da cidade medieval para a moderna. Também porque este período é ainda associável à reforma do poder concelhio através, por exemplo, da realizada nos forais, a qual ditou o fim de um paradigma de organização administrativa concelhia baseado em especificidades locais, notando-se uma clara diminuição do peso político dos concelhos e das suas instituições. O final do reinado do *Venturoso* pode ainda ser considerado um momento de profundas transformações na rede portuária portuguesa, devido a reorientações estratégicas mais globais da expansão marítima subsequentes à chegada à Índia e ao Brasil.

A escolha do arco temporal também foi determinada de forma a permitir a observação na longa duração, mais propícia à compreensão de algumas das problemáticas que se pretendeu analisar, como, por exemplo, a correlação entre os aspetos geográficos e as estratégias dos poderes em presença e o seu papel no desenvolvimento e nas características da implantação humana na região.

A construção de um *corpus* documental que viabilizasse o estudo global das vilas e cidades do Algarve implicou não só a consulta dos arquivos locais, mas também dos centrais, como a Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional. Assim o obrigavam os importantes acervos de vários poderes presentes no Algarve medieval aí conservados, como a Coroa ou as Ordens Militares, bem como de algumas famílias da pequena nobreza que mantiveram interesses e contactos com a região durante a cronologia em estudo. Foi ainda recolhida informação em arquivos estrangeiros, sobretudo andaluzes, dadas as ligações importantes que o Algarve manteve com este espaço ao longo de todo o período. Um percurso que permitiu recensear cerca de 4000 documentos. A reflexão produzida sobre o conteúdo da documentação compulsada permitiu identificar alguns problemas, nomeadamente assimetrias: temporais (a maioria data dos séculos XV e XVI); espaciais (existe mais informação

para os principais núcleos urbanos do que para os mais pequenos); e de produtores (forte predomínio da documentação régia). Estas circunstâncias levam-nos a levantar a hipótese de uma possível visão enviesada de algumas problemáticas decorrentes das disponibilidades documentais e do predomínio da visão régia.

Contudo, a leitura da informação disponível tornou evidentes as suas potencialidades e, em alguns casos, aspetos singulares para o estudo das problemáticas que se pretendia desenvolver, como por exemplo: o papel dos poderes em presença, como a Coroa, no desenvolvimento dos núcleos urbanos; as relações entre os concelhos e destes com outros poderes (tanto de cooperação como de conflito); a reconstituição e estudo da evolução da paisagem urbana e o papel das confrarias no enquadramento religioso, social, profissional e político dos grupos ligados às atividades relacionadas com o mar. Recolhida a documentação, as bases de dados em *Access*, o desenho digital (*Inkscape*) e os SIG apresentaram-se como os melhores instrumentos para organizar, trabalhar e sintetizar os diferentes dados recolhidos.

No decorrer do percurso de investigação organizámos a tese em dois volumes. O primeiro divide-se em seis capítulos a fim de responder às questões que formulamos. Com efeito, começamos por apresentar o trabalho heurístico desenvolvido nos arquivos locais e centrais, as características do *corpus documental* reunido e a metodologia seguida no seu tratamento. Dedicámo-nos no capítulo seguinte a esclarecer a correlação entre os aspetos geográficos e as estratégias dos poderes em presença e o seu papel no desenvolvimento e articulação dos núcleos urbanos. A nossa atenção recaiu, num terceiro e quarto momentos, na análise do processo de formação e desenvolvimento das vilas e cidades portuárias ocorrido nos finais do século XIII e a sua evolução e afirmação nas centúrias seguintes. Dedicámo-nos, então, a explorar a hierarquia urbana e a cooperação entre os concelhos e a refletir sobre a implantação de uma rede portuária urbana na região. Uma vez clarificados estes aspetos, concentramos o nosso olhar sobre a paisagem urbana das localidades, os seus elementos e a sua evolução (capítulo cinco). Dedicámo-nos, por fim, a estudar os portos algarvios e as suas características, assim como o seu papel e das atividades marítimo-fluviais na configuração do espaço urbano, o que nos

permitiu refletir sobre a existência de *cidades portuárias* e *cidades com portos* no Algarve. Por sua vez, o segundo volume reúne 16 quadros, 3 gráficos e 119 figuras (mapas regionais, reconstituições hipotéticas das plantas das vilas e cidades em estudo e materiais infográficos sobre edifícios e espaços urbanos) que elaboramos para sintetizar a informação que sustenta as nossas observações. Detenhamo-nos, assim, sobre alguns dos principais resultados obtidos.

Foi possível demonstrar que a malha urbana do Algarve foi forjada e evoluiu numa relação entre: as potencialidades e condicionantes geográficas da região, a herança urbana dos períodos romano e islâmico, os interesses e estratégias desenvolvidos pelos novos poderes em presença, sobretudo o da Coroa, e a capacidade dos habitantes de promoverem as atividades económicas, aliando as apetências agrícolas para o cultivo da vinha e das fruteiras, principalmente da figueira, com as potencialidades trazidas pelo mar, como a pesca, sobretudo dos cetáceos e do atum, e o comércio marítimo. O Algarve tornou-se assim, na sua rede de portos e vilas portuárias, uma plataforma de chegada e partida de gentes, alimentando uma economia que procurava ultrapassar as suas deficiências crónicas, como o abastecimento cerealífero, e o seu caráter periférico. O seu crescimento parece não cessar, sobretudo desde finais de Trezentos, implicando também importantes mutações na malha urbana pré-existente, ora pelo fortalecimento das principais urbes herdadas do período romano, como Faro, ou islâmico, como Tavira, ora pelo surgimento de outras, como Lagos e Portimão.

Nos séculos XIV e XV, apesar de pequenos a nível português e, sobretudo, europeu, foi possível demonstrar que os núcleos urbanos do Algarve apresentavam hierarquias bem definidas entre si, atendendo às funções urbanas que desempenhavam a nível militar, administrativo, fiscal, económico, religioso e cultural. Enquanto Lagos, Silves, Loulé, Faro e Tavira se assumiram como núcleos urbanos de média dimensão no contexto da região, Aljezur, Portimão, Albufeira, Castro Marim e Alcoutim podem ser consideradas como pequenas vilas. Por sua vez, Sagres, Paderne, Porches e Alvor acabaram por se converter naquilo que podemos

designar como "vilas fracassadas"[8]. O lugar ocupado pelos núcleos urbanos nem sempre foi o mesmo, adaptando-se às conjunturas, como bem revelam os casos de Tavira, que suplantou Silves como a urbe mais importante da região de forma clara no século XV.

A reflexão produzida em torno do caso algarvio permitiu-nos verificar que o sucesso e afirmação de uma vila dependeu da associação de vários fatores: as funções urbanas que desempenhou, a localização geográfica do sítio de implantação da urbe, a acessibilidade ao núcleo urbano, as potencialidades económicas e dimensão do termo e a capacidade de obter o apoio do senhor da vila.

De igual modo, foi ainda possível demonstrar que as principais urbes do Algarve mantiveram um certo equilíbrio entre si e polarizaram a região, estabelecendo acordos e parcerias mútuas, que por vezes integraram também outras localidades de menores dimensões ou mesmo vilas e cidades situadas fora da região, como Beja e Lisboa, a fim de salvaguardarem e lograrem atingir os seus objetivos. A malha urbana transformou-se, assim, numa rede, aliando a dimensão económica à política e criando formas próprias de cooperação e de defesa dos seus interesses. Contudo, as alianças estabelecidas nunca assumiram um perfil mais institucional, como a constituição de irmandades, como em Castela e Aragão, ou ligas, como em alguns reinos da Europa Central, possivelmente devido aos acordos "informais" serem suficientes para atingir os seus objetivos e à presença forte e dissuasora do poder régio.

Por outro lado, foi possível reconstruir e fazer a análise comparativa da paisagem urbana de um número elevado de localidades, desde as mais importantes, como Loulé e Faro, às mais pequenas, como Albufeira e Castro Marim. Contudo, as limitações da documentação compulsada impossibilitaram, por vezes, o aprofundamento de alguns dos nossos objetivos, como a reconstituição da paisagem

[8] Aglomerados humanos que foram fundados ou promovidos com o objetivo de se transformarem em verdadeiros núcleos urbanos, mas que, por causas várias, apenas desempenharam um papel residual no processo de urbanização da região. Leia-se sobre o conceito: MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Sérgio – *Villas fracasadas en el desarrollo urbano medieval del País Vasco*. Santander: Universidad de Cantabria, 2015. Tese de Doutoramento.

urbana de algumas vilas, sobretudo das *fracassadas*, como Sagres e Cacela ou ainda, a perceção mais clara da transformação da paisagem urbana herdada do período islâmico após o domínio cristão. Na verdade, para avaliarmos com rigor as permanências ou as alterações suscitadas pela transição do período islâmico para o cristão, continuam ainda a ser necessárias mais informações que só poderão vir *grosso modo* da arqueologia.

Não obstante, o itinerário percorrido permitiu confirmar que os centros urbanos algarvios apresentavam uma paisagem urbana e portos que encaixavam nos modelos já conhecidos, tanto para Portugal, como para outros reinos atlânticos, como Castela e França. Os núcleos urbanos registaram uma expansão, sobretudo nos séculos XV e XVI. Foi possível distinguir as "cidades portuárias" – como Lagos, Portimão, Silves, Faro, Tavira e Castro Marim – das "cidades com portos" – neste caso, Loulé. Enquanto nas "cidades portuárias" o porto foi o responsável por ditar e impulsionar o crescimento ou a contração do espaço urbano, nas "cidades com portos" esse papel foi assumido por outras elementos, servindo as infraestruturas portuárias apenas com um ponto de apoio para pescadores locais e um elemento que permitia a ligação com os portos mais pujantes da região. A diferença entre "cidades portuárias" e "cidades com portos" ficou ainda expressa no seu perfil socioeconómico, na presença de confrarias dos homens do mar ou, até mesmo, nos símbolos heráldicos com que se fizeram representar ou nos discursos que produziram sobre si mesmas. Contudo, quando observamos alguns dos núcleos urbanos em estudo, sobretudo as "vilas fracassadas", como foram os casos de Sagres, Alvor, Porches e Cacela, somos levados a considerar a necessidade de criar outras tipologias de cidades portuárias, como "porto sem cidade", uma vez que estas localidades nunca lograram converter-se em verdadeiros núcleos urbanos, não se diferenciando das aldeias.

Os portos algarvios mais importantes serviam os principais núcleos urbanos – Silves, Faro, Loulé, Tavira e, nos séculos XIV e XV, Lagos e Portimão – e as duas vilas situadas mais próximo da fronteira com Castela – Castro Marim e Alcoutim. Estavam dotados de um conjunto de infraestruturas, como edifícios e espaços ligados ao abastecimento (como os açougues), armazenamento, à fiscalidade (como a casa da

alfândega) e, por vezes, à defesa marítima (como as taracenas). Alguns foram específicos da região, como as Casas do Sal, uma vez que, na segunda metade do século XIII, os monarcas reservaram para si o monopólio tanto da produção, como da venda deste produto em quase todos os núcleos urbanos do Algarve. A Coroa assumiu o protagonismo no aperfeiçoamento dos portos algarvios, sendo a única exceção o caso de Loulé, onde esse papel foi desempenhado pelo concelho. No século XV, Lagos, Faro, Tavira e, na segunda metade da centúria, Portimão, parecem ser as *gateways* – os principais portos de entrada e saída – da rede portuária, sendo que uns parecem especializar-se mais na pesca, como Lagos, outros na venda de fruta, como Faro e Tavira, ou no transporte marítimo, como Portimão e Tavira.

Assim, foi possível contribuir para conhecer o processo de urbanização do Algarve, alargar o conhecimento sobre a rede urbana portuária portuguesa e, ainda, contribuir para uma discussão que se pretende mais alargada sobre questões como: porto, *cidade portuária*, *cidades com portos*, *vilas fracassadas*, *pequenas cidades* e *hierarquias* e *redes urbanas* no Portugal e na Europa Medieval. Tal como qualquer trabalho de investigação em história, o nosso implicou um conjunto de opções, umas de natureza teórica e metodológica, outras mais resultantes da natureza e potencialidades do *corpus* documental compulsado. Temos noção de que a documentação permitia o estudo de outras problemáticas equacionadas no esquema inicial do projeto: sociedade, economia e relações com o espaço envolvente. Temas que, a serem trabalhados, colocariam novas questões e completariam a imagem que pretendemos aqui traçar sobre as vilas e cidades portuárias do Algarve.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Amélia Aguiar – "A estratégia régia em relação aos portos marítimos no Portugal Medieval: o caso da fachada atlântica". In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; TELECHEA SOLÓRZANO, Jesus (eds.) – *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media*. Logroño: IER, 2004, pp. 57-89.

ANDRADE, Amélia Aguiar – "A importância da linha costeira na estruturação do Reino medieval português. Algumas reflexões". *Historia, Instituciones. Documentos* 35 (2008), pp. 9-24.

ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; BOCHACA, Michel – "Caractères généraux des villes portuaires du nord de la Péninsule Ibérique au Moyen Âge". In *Ports maritimes et ports fluviaux au Moyen Age.* Paris: Publications de la Sorbonne, 2005, pp. 63-78.

ASENJO GONZÁLEZ, María – "Grandes, moyennes et petites villes du royaume de Castille à la fin du Moyen Âge. Intégration ou concurrence". In COSTA, Adelaide Millán da (ed.) – *Petites villes européennes au bas Moyen Âge: entre l'histoire urbaine et l´histoire locale*. Lisboa: IEM, Universidade Aberta, 2013, pp. 9-23.

AZNAR VALLEJO, Eduardo; GONZÁLEZ ZALACAÍN, Roberto – "Prólogo". In AZNAR VALLEJO, Eduardo; GONZÁLEZ ZALACAÍN, Roberto (coords.) – *De mar a mar: Los puertos castellanos en la Baja Edad Media*. La Laguna: SPUL, 2015, pp. 11-13.

BLOCKMANS, Wim; VAN VOSS, Lex – "Urban networks and emerging states in the North Sea and Baltic Areas: a maritime culture?". In RODING, Juliette; VAN VOSS, Lex (eds.) – *The North Sea and culture (1550-1800)*. Hilversum: Verloren, 1996, pp. 10-20.

BOCHACA, Michel – *Villes et organisation de l'espace en Bordelais: vers 1300-vers 1550*. Paris: Indes savantes, 2015.

CHITTOLINI, Giorgio – "Urban Population, Urban Territories, Small Towns: Some Problems of Urbanization in Northern and Central Italy (Thirteenth–Sixteenth Centuries)". In HOPPENBROUWERS, Peter; JANSE, Antheun; STEIN, Robert (eds.) – *Power and persuasion essays on the art of state building in honour of W.P. Blockmans*. Turnhout: Brepols, 2010, pp. 227-241.

CLARK, Peter – "Introduction". In CLARK, Peter (ed.) – *Small towns in early modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 1-21.

COSTA, Adelaide Millán – "Quand les médiévistes arrivent aux petites villes". In COSTA, Adelaide Millán (ed.) – *Petites villes européenes au bas Moyen Âge: perspectives de recherche*. Lisboa: IEM, FCSH/NOVA, 2014, pp. 145-148.

DYER, Christopher – "Small towns 1270-1540". In PALLISTER, David M. (ed.) – *The Cambridge Urban History of Britain*. Vol. 1. *600-1540*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 505-537.

FRAY, Jean-Luc – *Villes et bourgs de Lorraine réseaux urbains et centralité au Moyen Âge*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2006.

HOHENBERG, Paul; LEES, Lynn – *The making of urban Europe, 1000–1994*. 2ª Edição. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

KOWALESKI, Maryanne – "Port towns: England and Wales 1300-1540". In PALLISTER, David M. (ed.) – *The Cambridge Urban History of Britain*. Vol. 1. *600-1540*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 467-494.

MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Sérgio – *Villas fracasadas en el desarrollo urbano medieval del País Vasco*. Santander: Universidad de Cantabria, 2015. Tese de Doutoramento.

NEAL, Zachary – "Urban Networks". In BARNETT, George A. (ed.) – *Encyclopedia of Social Networks*. Vol. 1. Davis: Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2011, pp. 911-915.

SCOTT, Tom; SCRIBNER, Robert – "Urban Networks". In SCRIBNER, Bob (ed.) – *Germany: a new social and economic history*. Vol. 1: *1450-1630*. Londres: HEP, 1996, pp. 113-143.

SICKING, Louis – "Portas para o mar: infraestruturas portuárias nos Países Baixos na Baixa Idade Média". In POLÓNIA Amélia; OSSWALD, Helena (eds.) – *European Seaport Systems in the early modern age: a comparative approach: proceedings*. Porto: Universidade do Porto, Instituto de História Moderna, 2007, pp. 96-107.

SILVA, Gonçalo Melo – *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2021. Tese de Doutoramento.

TRANCHANT, Mathias – *Les ports maritimes de la France atlantique (XIe-XVe siècle)*. Vol. I. *Tableau géohistorique*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2018.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SILVA, Gonçalo Melo da – "Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521): fontes, resultados e desafios". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 373-386. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

VARIA

VARIA

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Limiares Homem/Animal na Literatura e na Cultura da Idade Média. XII Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval

Liminalities Human/Animal in Medieval Literature and Culture 13th Conference of the Portuguese Section of the Hispanic Society of Medieval Literature

(a) ***Cristina Álvares***, (b) ***Sérgio Guimarães de Sousa***

Universidade do Minho, CEHUM
4710-057 Braga, Portugal

(a) calvares@elach.uminho.pt
https://orcid.org/0000-0001-5968-4724

(b) spgsousa@elach.uminho.pt
https://orcid.org/0000-0001-5290-558X

Data recepção do artigo / Received for publication: 11 de Outubro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6346



O XIII Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval (AHLM) realizou-se a 2 e 3 de junho de 2022, no inspirador Mosteiro de Tibães (Braga). Um local monumental e contemplativo, por excelência, ideal para um encontro científico deste tipo. Com efeito, tanto a imponente e ostensiva arquitetura do Mosteiro como a extensa e, em boa verdade, deslumbrante área agrícola e florestal envolvente não deixam de se configurar enquanto documentos vivos desse passado fundacional e remoto que foi o período medieval e que nos interpela, por assim dizer, em cada espaço de Tibães.

O Colóquio, convém assinalar, resultou de uma pertinente parceria do CEHUM com a Direção Regional de Cultura do Norte. E não será ocioso acrescentar, em perfeita sintonia com a periodicidade bianual que ritma os encontros dos medievalistas portugueses, que o evento esteve previsto para 4 e 5 de junho de 2020, mas só teve lugar dois anos mais tarde devido à pandemia de covid-19. Efetivamente, a comissão organizadora, composta por Cristina Álvares (CEHUM), Sérgio Guimarães de Sousa (CEHUM) e Joaquim Loureiro (DRCN), pese embora as evidentes valias da comunicação tecno-digital, considerou, por várias razões que não cabe aqui elencar, fundamental manter a modalidade presencial dos eventos científicos organizados pela AHLM e, em particular, pela sua Secção Portuguesa desde 1996.

O tema dos limiares humano-animal foi escolhido em linha com o projeto *Limiares humano/animal/máquina* do Grupo de investigação 2i do CEHUM, no qual estão envolvidos dois dos membros da comissão organizadora. Na esteira de correntes teóricas e hermenêuticas que se dedicam a repensar o fenómeno humano em estreita interação e interdependência com outras formas de vida, nomeadamente animais[1], o propósito do colóquio foi convidar os investigadores em literatura e

[1] Repensar as formas de vida humana nos seus entrelaçamentos e interseções com formas de vida não humanas – animais e máquinas – é a definição mais abrangente de "pós-humanismo crítico", designação que cobre múltiplas correntes e sensibilidades partilhando a crítica (em diferentes graus de compromisso ou de radicalidade) do discurso humanista, considerado insuficiente para dar conta dos graves problemas e desafios do nosso tempo, e do imaginário antropocêntrico, responsabilizado pela violência exercida sobre os animais e sobre o vivente em geral. O pós-humanismo crítico, a

cultura da Idade Média a revisitarem o seu objeto de estudo à luz da relação humano-animal, entendida menos como clivagem do que como aproximação e encontro[2]. Num tempo de profunda inquietação face àquilo a que se convencionou chamar Antropoceno e Sexta Extinção, o que nos dizem os textos medievais sobre as relações entre as espécies? Sendo certo que a filosofia europeia sedimentou, ao longo de séculos, um pensamento antropocêntrico instituidor da autonomia e domínio de *Anthropos* sobre o mundo vivo, cruelmente agudizados nos últimos 200 anos – lembremo-nos da famosa frase que J. Bentham escreveu em 1789: a questão não é se eles [os animais] pensam ou falam mas se sofrem[3] –, também é certo que uma contracorrente coexiste, desde a Antiguidade, com a corrente oficial e dominante, manifestando-se marginal e/ou simbolicamente na literatura e noutras criações do imaginário. O colóquio teve, portanto, como objetivo identificar e discutir formas e figuras literárias potencialmente capazes de deslocar ou desmentir ou subverter ou problematizar o antropocentrismo medieval[4] e, assim, suscetíveis de nos ajudarem a repensar criticamente o *statu quo* ontológico.

distinguir rigorosamente da tecno-utopia transhumanista, abrange os estudos animais e a zoopoética. Veja-se a este respeito: WOLFE, Cary – *What is Posthumanism ?* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009; BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2013; HERBRECHTER, Stefan – *Posthumanism. A Critical Analysis*. London: Bloomsbury, 2013. Para uma análise das relações entre o pós-humanismo e os estudos animais, leia-se SALZANI, Carlo – "From Post-Human to Post-Animal: Posthumanism and the Animal Turn". *Lo Sguardo* 24 (2017), pp. 97-109.

[2] É o que propõem os estudos animais literários e a zoopoética. Inspirando-se nas obras de Deleuze & Guattari e de Derrida, principalmente em *L'animal que donc je suis*, autoras como Kari Weil e principalmente Anne Simon elaboraram teorias e hermenêuticas literárias que examinam as interações humano-animal substituindo a noção de limiar à de linha intransponível separando os animais em duas categorias bem delimitadas: Homem e Animal. A este propósito veja-se DERRIDA, Jacques – *L'animal que donc je suis*. Paris: Galilée, 2006; WEIL, Kari – *Thinking Animals. Why Animal Studies Now?*. New York: Columbia University Press, 2012; SIMON, Anne – *Une bête entre les lignes. Essai de zoopoétique*. Marseille: Wildproject, 2021.

[3] BENTHAM, Jérémy – *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Oxford: Clarendon Press, 1907, p. 311. Citado em GARCIA, Tristan – *Nous, animaux et humains*. Paris: François Bourin, 2011, p.19.

[4] Procurando entender os modos pelos quais a presença literária dos animais estorva as nossas esferas de pertença e de intencionalidade, desloca os nossos modos de acesso ao mundo, altera a nossa identidade, nos faz sair do círculo fechado da nossa humanidade, a zoopoética convida-nos a reler a literatura do passado, incluindo a literatura medieval, sob um ângulo inovador que incide em estratégias narrativas, retóricas e estilísticas que deslocam ou até desfiguram as nossas representações dos viventes, sedimentadas por uma tradição humanista e antropocêntrica secular. Uma proposta de abordagem zoopoética do *Chevalier au Lion* foi publicada no n.º 29 desta mesma revista (ÁLVARES, Cristina – "Bestiaire en marge. Une lecture zoopoétique du *Chevalier au Lion* de Chrétien de Troyes". *Medievalista* [Em linha] 29 (2021), pp. 277-296. [Consultado a 28 Setembro 2022]. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/127. DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.3918).

O colóquio estruturou-se em sete sessões, resultantes da chamada de comunicações, e duas sessões plenárias, organizadas por convite, e contou com a participação de cerca de 30 pessoas entre conferencistas convidados, oradores e moderadores. Os intervenientes eram em grande parte portugueses e espanhóis, mas também participaram investigadores franceses e israelitas. A esmagadora maioria dos estudos apresentados incidiu sobre as literaturas ibéricas medievais, principalmente em galaico-português e em castelhano, havendo também algumas comunicações no âmbito das literaturas francesa e inglesa. O colóquio favoreceu a troca de ideias e o debate científico através das sessões plenárias e das sessões paralelas, bem como da realização da assembleia geral da Secção Portuguesa da AHLM, que teve lugar ao final do primeiro dia de trabalhos. Além disso, o colóquio proporcionou momentos de cultura, lazer e convívio como a visita guiada ao Mosteiro de Tibães, conduzida pelo Dr. Paulo Oliveira, o lançamento do livro *O medievalismo no século XXI*, reunindo, sob a direção de Isabel Barros Dias, Margarida Alpalhão e Margarida Esperança Pina, os estudos previamente apresentados ao XII colóquio da Secção Portuguesa da AHLM, publicado pela Peter Lang, e ainda o jantar em Braga e as refeições e deambulações pelo belíssimo espaço exterior do Mosteiro.

Após a sessão de abertura em que intervieram Cristina Álvares (pela organização), Vítor Moura, diretor do CEHUM, Paulo Oliveira, coordenador do Mosteiro de Tibães e Aires Nascimento, presidente da Secção Portuguesa da AHLM, a primeira conferência plenária – momento sempre maior de qualquer evento científico, e este não foi exceção – esteve a cargo de Aires do Nascimento. Intitulada "O *Livro das Aves de Lorvão*: um manuscrito medieval em nova leitura e algumas propostas de integração", a conferência de abertura focou o *Liber Avium*, esquecido manuscrito de Lorvão (1184), propondo vias para a sua redescoberta em leituras simbólicas e abertas a hodiernas interrogações ambientais e ecológicas, mas atinentes a interrogações assumidas pela comunidade de Lorvão nos finais do século XII. A segunda conferência plenária, intitulada "El delfín salvador, ecos hispánicos de una leyenda medieval", foi proferida por Maria de Jesús Lacarra, presidente da AHLM. A conferência analisou algumas extensões e transformações hispânicas da lenda do delfim protetor e salvador, que surge em França no século XII e que está na origem

do título hierárquico *delfim* e do nome da província francesa do Dauphiné. Com raízes na mitologia antiga, este símbolo cristão condensa uma história de aliança, entendimento e afinidade entre homens e golfinhos.

Sob o título "Símbolos e alegorias", o primeiro painel reuniu três comunicações que focaram representações alegóricas ou simbólicas de animais (cavalo, galo, cordeiro, leão, cerdo, símio) no romanceiro de tradição antiga, em *Canterbury Tales* de Chaucer e no *Libro de los exemplos*. Simultaneamente, o segundo painel debruçou-se sobre práticas culturais envolvendo realmente ou simbolicamente a animalidade, como sejam os processos judiciais movidos a animais ou a figura do bobo, na qual a loucura situa um limiar entre humano e animal. As sessões 3 e 4 versaram respetivamente sobre "Fábulas e crónicas" e "Saberes e descobertas". Na primeira, as metáforas animais estiveram em evidência quer nas *Metaphorae* de Nicole de Bozon, cujos processos de valorização dos animais foram analisados, quer na *Crónica de 1344*, onde se examinaram as conexões entre texto e imagem. Na segunda, estiveram em foco as competências antecipatórias ou de antevisão dos animais, capazes de prenunciar não apenas perturbações da *Physis* mas também perturbações de natureza histórica e cultural como acontece na *Profecía de la pérdida de España* e na *Predicción de la muerte del rey don Pedro;* uma perspetiva sobre a caça em tratados cinegéticos e em narrativas literárias mostrando que esta atividade tem muito mais de entrelaçamento antropozoológico do que de domínio humano sobre o animal; as descrições dos animais do Novo Mundo por Gonzalo Fernández de Oviedo. A última sessão do primeiro dia de trabalhos intitulou-se "Fábulas e lais" e examinou géneros literários do século XII como os lais (Marie de France e lais bretões anónimos), focando a função mediadora dos animais; e as fábulas de Berechianh há-Naqdan, escritor judeu nascido em França e vivendo em Inglaterra, que se inspirou em grande parte no *Ysopet* traduzido por Marie de France. Na fábula analisada, "A snake and a rich man", cuja intertextualidade com a narrativa bíblica do Jardim do Éden é notória, a serpente sofre uma inversão axiológica e simbólica.

No segundo dia, após a conferência plenária de María Jesús Lacarra, tiveram lugar duas sessões paralelas, uma dedicada a "Imaginários e tradições" e a outra às

"Sátiras". Na primeira, foram abordadas diferentes modalidades de hibridação humano e animal. Numa perspetiva deleuziana do devir-animal, figuras híbridas de monges-peixes e cavaleiros-golfinhos povoam um imaginário marítimo, em textos em latim e em francês. Segue-se a hibridação humano-ursino que uma análise mitocrítica restitui em dois romances em *langue d'oïl* dos séculos XII e XIII: *Partonopeu de Blois* e *Guillaume de Palerne*. Finalmente, o *topos* do cavalo que fala e suas variações no cancioneiro. Na segunda, estiveram em destaque a poesia trovadoresca galaico-portuguesa e o *Cancioneiro Geral* com a análise de imagens animais (égua, cadela) atribuídas a mulheres como forma de escárnio, injúria e denigração. A função dos animais na crítica mordaz que os trovadores lançam a outrem ou entre si foi analisada por forma a refletir sobre a visão trovadoresca do mundo animal. À tarde, depois da visita guiada ao Mosteiro e antes da sessão de encerramento, Aires Nascimento proferiu uma sentida homenagem a Elsa Gonçalves, falecida a 10 de fevereiro de 2022.

Cumpre, assim, sublinhar que, na tradição dos colóquios da Secção Portuguesa da AHLM, esta décima-terceira edição assumiu-se como um espaço de encontro e partilha, desta vez com uma incidência particular em renovados enfoques da animalidade, incluindo a humana, na literatura e no imaginário medievais, manifestando inequivocamente o contributo inestimável dos medievalistas – e, por extensão, das literaturas do passado – nos grandes debates contemporâneos. Até porque a nossa atual perspetiva do mundo, que é crítica de todos os etnocentrismos, se afigura, em muitos sentidos, perfeitamente tributária da ordem medieval, que funciona assim, em bom rigor, como espécie de vestígio arqueológico de diversas posições atuais relativas à preservação ambiental (a ênfase concedida à reflorestação, a relevância da animalidade, etc.)[5].

[5] Porventura a figura mais fascinante e mais inspiradora do Cristianismo depois de Jesus, Francisco de Assis pregou a irmandade das espécies e o amor de todas as criaturas, comprovando que a extraordinária violência a que os viventes estão direta ou indiretamente sujeitos, em particular as espécies sistematicamente abatidas para consumo humano, não decorre fatalmente da matriz judaico-cristã, supostamente hegemónica no Ocidente. Ainda que os pressupostos metafísicos e as coordenadas do imaginário sejam bem diferentes, certo é que Francisco de Assis marca uma zona de interseção ou de vizinhança entre o século XIII e o século XXI, quando a urgência de cuidar dos viventes e de reparar a nossa casa comum – a Terra – se faz sentir tão intensamente. Para Jacques Dalarun, Francisco de Assis, que, lembra, não era ambientalista nem vegetariano, defendia um humanismo sem apropriação: "François place l'homme au centre du système créé à son intention.

Numa palavra, esse passado de que todos somos de uma maneira ou de outra ainda assaz legatários, a que chamamos Idade Média, base indispensável para pensarmos o presente, constitui não só um vasto e heterogéneo território que nos oferece o poder de questionar representações herdadas, ou não fossem elas o produto de culturas historicamente situadas, mas também, e talvez sobretudo – como de resto ficou bem patente neste encontro científico –, a promessa de extrair dessas representações ensinamentos sobre as complexas, mas instigantes, questões dos limiares Homem/Animal.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

BENTHAM, Jérémy – *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Oxford: Clarendon Press, 1907 [1789].

Estudos

ÁLVARES, Cristina – "Bestiaire en marge. Une lecture zoopoétique du *Chevalier au Lion* de Chrétien de Troyes". *Medievalista* [Em linha] 29 (2021), pp. 277-296. [Consultado a 28 Setembro 2022]. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/127. DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.3918.

BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2013.

DALARUN, Jacques – *Le Cantique de Frère Soleil. François d'Assise réconcilié*. Paris: Alma, 2014.

DERRIDA, Jacques – *L'animal que donc je suis*. Paris: Galilée, 2006.

GARCIA, Tristan – *Nous, animaux et humains*. Paris: François Bourin, 2011.

HERBRECHTER, Stefan – *Posthumanism. A Critical Analysis*. London: Bloomsbury, 2013.

Mais il ne cède pas à la tentation de présenter un univers dominé par l'entreprise humaine : il offre à la contemplation un monde apprivoisé, disponible pour un usage simple et réciproque qui bannit toute forme d'appropriation" (DALARUN, Jacques – *Le Cantique de Frère Soleil. François d'Assise réconcilié*. Paris: Alma, 2014, pp. 163-165).

SALZANI, Carlo – "From Post-Human to Post-Animal: Posthumanism and the Animal Turn". *Lo Sguardo* 24 (2017), pp. 97-109.

SIMON, Anne – *Une bête entre les lignes. Essai de zoopoétique*. Marseille: Wildproject, 2021.

WEIL, Kari – *Thinking Animals. Why Animal Studies Now?*. New York: Columbia University Press, 2012.

WOLFE, Cary – *What is Posthumanism ?* Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ÁLVARES, Cristina; SOUSA, Sérgio Guimarães – "Limiares Homem/Animal na Literatura e na Cultura da Idade Média. XIII Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 389-396. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Ciclo de Conferências "*Viver, ler e rezar no Mosteiro de Lorvão (séculos XIII a XVI)*"

Cycle of Conferences "*Living, reading and praying in the Monastery of Lorvão (13th to 16th centuries)*"

Catarina Fernandes Barreira

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, Portugal
1070-312 Lisboa, Portugal

cbarreira@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0002-0174-1025

Data recepção do artigo / Received for publication: 6 de Dezembro de 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6352

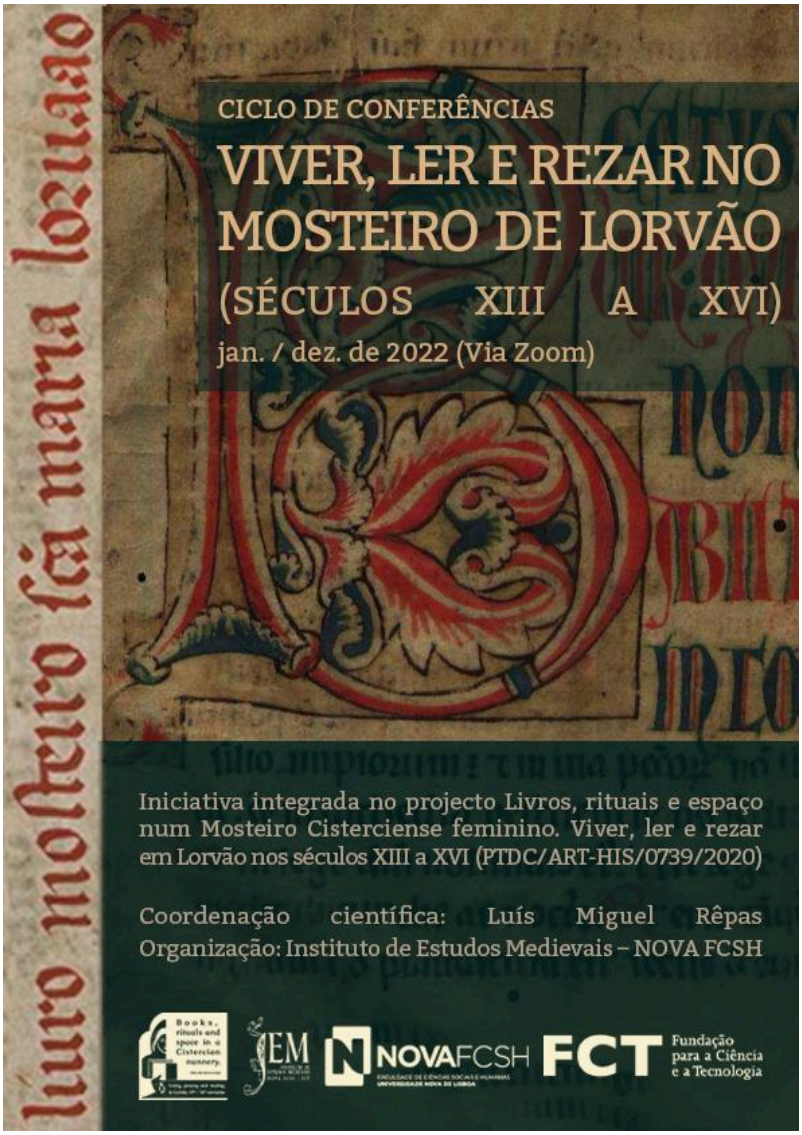


Fig. 1 – Cartaz do Ciclo de Conferências.

O Instituto de Estudos Medievais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, promoveu, ao longo de 2022, o Ciclo de Conferências *Viver, ler e rezar no Mosteiro de Lorvão (séculos XIII a XVI)*, integrado no projeto *Books, Rituals and Space in a Cistercian Nunnery. Living, Praying and Reading in Lorvão, 13th-16th centuries* (ref.ª PTDC/ART-HIS/0739/2020), o qual é financiado pelos Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Este projeto tem como objetivo principal estudar, de forma interdisciplinar e contextualizada, os códices litúrgicos iluminados que fizeram parte da biblioteca do Mosteiro de Lorvão, a primeira casa cisterciense feminina em

Portugal, contribuindo para a integração dos estudos monásticos nacionais nos estudos de género, no período compreendido entre os inícios do século XIII e os finais do século XVI. Trata-se de um *corpus* constituído por mais de três dúzias de códices. A análise de uma parte deste *corpus*, no âmbito do projeto, já se encontra em curso, focando-se, por um lado, nas características materiais dos códices (o pergaminho, os pigmentos usados nas tintas, a decoração iluminada, os métodos de encadernação e os materiais usados nesse processo, bem como o seu estado de conservação e as alterações sofridas, contribuindo, assim, para a história do livro e da conservação), por outro, na sua função litúrgica, contextualizando os seus usos e a sua circulação no mosteiro, e, por fim, no papel das monjas na encomenda e na conservação dos códices.

Este ciclo de conferências, concretizado em dez sessões, entre janeiro e dezembro de 2022, decorreu por Zoom, de modo a facilitar a participação de todos os interessados, alinhando-se, assim, com as políticas de disseminação do conhecimento do Instituto de Estudos Medievais e das boas práticas de investigação acessível a todos, implementadas pela FCT. O ciclo contou com a coordenação científica de Luís Miguel Rêpas, um especialista em comunidades cistercienses femininas[1], que, na maior parte das sessões, também foi responsável pela apresentação dos conferencistas e pela moderação dos debates.

O grande objetivo deste ciclo, registado, desde logo, no seu texto de apresentação, residia na renovação dos estudos sobre o Mosteiro de Lorvão, após a instalação das monjas cistercienses, ocorrida em 1211, nas suas várias vertentes, abrindo espaços de discussão em torno das seguintes temáticas: (1) contexto político e religioso da entrada das monjas em Lorvão, (2) memória e arquivos, (3) espaços e liturgia, (4) instituições e poderes e, por fim, (5) imagens e representações. Pretendia-se, ao mesmo tempo, impulsionar perspetivas contextualizadas e comparativas com outras comunidades monásticas peninsulares. Para o efeito, foram convidados/as investigadores/as especialistas nas diversas temáticas, entre portugueses/as e

[1] Recentemente, defendeu a sua tese de doutoramento: RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento, 2 vols.

estrangeiros/as, alguns/mas pertencentes à equipa de investigadores/as do projeto. Assim, em janeiro, a abrir o ciclo, Maria João Branco falou, sobretudo, do papel desempenhado por D. Sancho I, pelo bispo de Coimbra D. Pedro Soares e pela Infanta D. Teresa no conflito com os monges de Lorvão, nos inícios do século XIII, que levou à sua expulsão e à instalação da primeira comunidade cisterciense feminina, em Portugal, em 1211[2].

A segunda conferência ficou a cargo de Maria do Rosário Barbosa Morujão, consultora do projeto, e versou sobre a importância dos arquivos para a salvaguarda da memória das comunidades, numa intervenção que se focou nos inventários do cartório do Mosteiro de Lorvão produzidos na Época Moderna, os quais resultaram de sucessivos trabalhos de reorganização da documentação lorvanense. Terminou a chamar a atenção dos participantes para o desafio que é encontrar os vestígios materiais desse trabalho na atual organização do fundo documental, conservado na Torre do Tombo.

Luís Filipe Oliveira, o responsável pela terceira conferência, falou na presença de textos normativos das Ordens Militares nos códices de mosteiros cistercienses portugueses[3] e no interesse destes códices para a história das Ordens Militares[4], concentrando-se, depois, num códice, em particular, que pertenceu à biblioteca do Mosteiro de Lorvão, onde se incluem umas Definições da Ordem de Calatrava, de

[2] A autora retomou anteriores reflexões, reequacionando-as, agora, especificamente, para a questão da instalação das monjas em Lorvão (BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2006). Sobre esta questão, veja-se, ainda, MARQUES, Maria Alegria – "Inocêncio III e a passagem do Mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister". In MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125. Veja-se, também, NASCIMENTO, Aires A. – *Os antigos códices de Lorvão. Balanço de pesquisa e recuperação de tradições*. Penacova: Edição Município de Penacova, 2016.

[3] Sobre a presença de códices normativos em mosteiros cistercienses, veja-se BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário – "Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estevão de Aguiar". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 19 (2019), pp. 345-377.

[4] Sobre estas Definições, veja-se OLIVEIRA, Luís Filipe – "Em torno da normativa de Calatrava: umas Definições inéditas de finais do século XIII". In CARREIRAS, José Albuquerque; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (eds.) – *Cister e as Ordens Militares na Idade Média: Guerra, Igreja e Vida Religiosa*. Tomar: Studium Cistercium e Militarium Ordinum, 2015, pp. 103-136 e OLIVEIRA, Luís Filipe – "De volta à normativa da Ordem de Calatrava: Novo testemunho das *Definições* de finais do século XIII". *En la España Medieval* 43 (2020), pp. 9-26.

finais do século XIII, e nos motivos que explicam a presença deste texto num mosteiro feminino.

A sessão seguinte, intitulada "Espaço e liturgia nos mosteiros cistercienses femininos de Leão, Castela e Aragão", focou-se na estreita relação entre o espaço monástico e a prática da liturgia cisterciense, e foi proferida por Eduardo Carrero Santamaría. Este estudo proporcionou uma perspetiva comparativa com outras realidades ibéricas, de grande utilidade para se perceber algumas especificidades da espacialidade monástica, nomeadamente a feminina, e o modo como a liturgia se adaptou a estas realidades[5].

A sessão de maio contou com a participação de Ana Suárez González, que tratou de livros litúrgicos, nomeadamente dos livros da biblioteca do Mosteiro de Las Huelgas, em Burgos, do modo como aparecem designados em catálogo e dos problemas que algumas destas designações contêm, ao não levarem em conta o conteúdo litúrgico dos códices. Ana Suárez González analisou o processo de formação dessa biblioteca, entre os séculos XII e XIII, que designou, metaforicamente, *de aluvião*, por integrar códices com origem em vários *scriptoria* cistercienses.

Em junho, a sessão ficou a cargo de Ghislain Baury e versou sobre o monaquismo feminino cisterciense nos reinos de Castela e Aragão, incidindo, particularmente, na dinâmica das fundações, entre os séculos XII e XIV[6], uma intervenção que levantou questões significativas ao nível da documentação inerente aos processos fundacionais e da integração destes mosteiros na Ordem de Cister. Esta investigação

[5] Sobre este tópico, veja-se CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – "Replantear la arquitectura del Císter. Una perspectiva desde la Corona de Aragón". *Territorio, Sociedad y Poder* 14 (2019), pp. 5-9 e, do mesmo autor, "The creation and use of space in the Abbey of Santa María la Real de Las Huelgas, Burgos: architecture, liturgy, and paraliturgy in a female Cistercian monastery". *Journal of Medieval Iberian Studies* 6/2 (2014), pp. 169-191.

[6] Em que alargou o espaço de análise face a anteriores trabalhos (BAURY, Ghislain – "Émules puis sujettes de l'ordre cistercien. Les cisterciennes de Castille et d'ailleurs face au Chapitre Général aux XII^{e} et XIII^{e} siècles". *Cîteaux. Commentarii cistercienses* 52: 1-2 (2001), pp. 27-60; BAURY, Ghislain – *Les religieuses de Castille. Patronage aristocratique et ordre cistercien, XII^{e}-XIII^{e} siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012; BAURY, Ghislain – "Fundar una Abadía Cisterciense Femenina a Mediados del Siglo XIII. En torno a los inicios de Otero (1230-1252)". *Estudios Humanísticos. Historia* 13 (2014), pp. 9-34).

demonstrou que não existiu um só modelo de vinculação dos mosteiros cistercienses à ordem, mas várias situações, com contornos distintos.

As sessões foram retomadas em setembro, ficando a deste mês a cargo de Maria Amélia Álvaro de Campos e Luís Miguel Rêpas. A sua intervenção versou sobre o direito de padroado que o Mosteiro de Lorvão detinha nas igrejas de São Bartolomeu e São Pedro, em Coimbra. A documentação sobrevivente relativa ao direito de padroado data, maioritariamente, do século XIV e é exemplificativa do modo como os bispos vão gerindo a sua autoridade e de como o Mosteiro de Lorvão se foi adaptando à autoridade episcopal.

Mercedes Pérez Vidal foi a responsável pela oitava sessão, integrada na temática dos espaços e da prática litúrgica, que versou sobre a comemoração da Paixão de Cristo no Mosteiro de Lorvão, dedicando uma particular atenção às capelas claustrais e à sua função devocional, em articulação com o espólio litúrgico do mosteiro, isto é, apresentando circuitos litúrgicos na sua performance pelos espaços monásticos. Não só foi uma intervenção de grande interesse para se entender como algumas celebrações litúrgicas se processavam no espaço monástico, como também para perceber as questões em torno da devoção das monjas e das abadessas lorvanenses, no patrocínio de imagens e objetos litúrgicos (*female agency*)[7].

Na penúltima sessão, Luís Miguel Rêpas e Catarina Fernandes Barreira voltaram a abordar as temáticas do espaço e da prática da liturgia no Mosteiro de Lorvão, nos séculos XV e XVI, desta vez a partir das informações registadas na documentação produzida no âmbito das visitações aí realizadas, e do cruzamento dessas mesmas informações com as recolhidas nos códices litúrgicos seus contemporâneos, numa abordagem interdisciplinar[8].

[7] Veja-se PERÉZ VIDAL, Mercedes – "El espacio litúrgico en los monasterios de Dominicas en Castilla (Siglos XIII-XVI)". In RODILLA, Francisco; FENLON, Iain; ESTEVE, Eva; TORRES LOBO, Nuria (eds.) – *Sonido y Espacio: Antiguas experiencias musicales ibéricas; Sound and Space: Early Iberian Musical Experience*. Madrid: Alpuerto, 2020, pp. 75-115.

[8] BARREIRA, Catarina Fernandes – "Spaces of Seclusion and Liturgy; the Cistercian nunnery of Lorvão – a view from two sixteenth-century liturgical codices". In VOLZONE, Rolando; FONTES, João Luís (eds.) – *Architectures of the Soul. Diachronic and Multidisciplinary Readings*. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH) / CHAIA - UÉvora / UCP-CEHR / DINÂMIA'CET-Iscte, 2022, pp. 69-84.

O ciclo terminou com o contributo de Miguel Metelo de Seixas, em torno das imagens e representações emblemáticas, isto é, do uso da heráldica em contexto monástico e, no caso de Lorvão, enquanto autorrepresentação de abadessas e de monjas.

Este ciclo de conferências cumpriu com os objetivos a que se propôs, o de renovação dos estudos em torno de algumas temáticas respeitantes ao Mosteiro de Lorvão, a partir de 1211, e, tal como ocorre com o projeto de investigação em que se integra, contribuiu, igualmente, para o estudo desta comunidade feminina, a partir de perspetivas e metodologias interdisciplinares, numa visão holística com base nos códices litúrgicos, nas suas informações e no seu cruzamento com a documentação, para se obter uma visão mais abrangente sobre a vida desta comunidade cisterciense.

Para os interessados fica, ainda, a informação de que algumas destas sessões estão disponíveis no canal Youtube do Instituto de Estudos Medievais (em https://www.youtube.com/playlist?list=PL2g0AhCDaozEkZ5enFFRooidBwhCCeN2R) e de que os respetivos textos serão publicados, em breve, num volume temático da revista *Hispania Sacra*.

Referências bibliográficas

BARREIRA, Catarina Fernandes – "Spaces of Seclusion and Liturgy; the Cistercian nunnery of Lorvão – a view from two sixteenth-century liturgical codices". In VOLZONE, Rolando; FONTES, João Luís (eds.) – *Architectures of the Soul. Diachronic and Multidisciplinary Readings*. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH) / CHAIA - UÉvora / UCP-CEHR / DINÂMIA'CET-Iscte, 2022, pp. 69-84.

BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís; LOPES, Paulo Catarino; RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário – "Normatividade, unanimidade e reforma nos códices medievais de Alcobaça: dos tempos primitivos ao abaciado de Frei Estevão de Aguiar". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 19 (2019), pp. 345-377.

BAURY, Ghislain – "Émules puis sujettes de l'ordre cistercien. Les cisterciennes de Castille et d'ailleurs face au Chapitre Général aux XII^{e} et XIII^{e} siècles". *Cîteaux. Commentarii cistercienses* 52: 1-2 (2001), pp. 27-60.

BAURY, Ghislain – *Les religieuses de Castille. Patronage aristocratique et ordre cistercien, XII^e^-XIII^e^ siècles*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012.

BAURY, Ghislain – "Fundar una Abadía Cisterciense Femenina a Mediados del Siglo XIII. En torno a los inicios de Otero (1230-1252)". *Estudios Humanísticos. Historia* 13 (2014), pp. 9-34.

BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – "The creation and use of space in the Abbey of Santa María la Real de Las Huelgas, Burgos: architecture, liturgy, and paraliturgy in a female Cistercian monastery". *Journal of Medieval Iberian Studies* 6/2 (2014), pp. 169-191.

CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – "Replantear la arquitectura del Císter. Una perspectiva desde la Corona de Aragón". *Territorio, Sociedad y Poder* 14 (2019), pp. 5-9.

MARQUES, Maria Alegria – "Inocêncio III e a passagem do Mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister". In MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125.

NASCIMENTO, Aires A. – *Os antigos códices de Lorvão. Balanço de pesquisa e recuperação de tradições*. Penacova: Edição Município de Penacova, 2016.

OLIVEIRA, Luís Filipe – "Em torno da normativa de Calatrava: Umas Definições inéditas de finais do século XIII". In CARREIRAS, José Albuquerque; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (eds.) – *Cister e as Ordens Militares na Idade Média: Guerra, Igreja e Vida Religiosa*. Tomar: Studium Cistercium et Militarium Ordinum, 2015, pp. 103-136.

OLIVEIRA, Luís Filipe – "De volta à normativa da Ordem de Calatrava: Novo testemunho das Definições de finais do século XIII". *En la España Medieval* 43 (2020), pp. 9-26.

PERÉZ VIDAL, Mercedes – "El espacio litúrgico en los monasterios de Dominicas en Castilla (Siglos XIII-XVI)". In RODILLA, Francisco; FENLON, Iain; ESTEVE, Eva; TORRES LOBO, Nuria (ed.) – *Sonido y Espacio: Antiguas experiencias musicales ibéricas; Sound and Space: Early Iberian Musical Experience*. Madrid: Alpuerto, 2020, pp. 75-115.

RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento, 2 vols.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BARREIRA, Catarina Fernandes – "Ciclo de Conferências *Viver, ler e rezar no Mosteiro de Lorvão (séculos XIII a XVI)*". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 397-405. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA

N.º33 | Janeiro – Junho 2023
ISSN 1646-740X

Cinema e História. Em memória do medievalista Luís Krus

Cinema and History. In memory of medievalist Luís Krus

Alicia Miguélez

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, Portugal
1070-312 Lisboa, Portugal

alicia.miguelez@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0001-8034-285X

Data recepção do artigo / Received for publication: 4 de Dezembro 2022

DOI: https://doi.org/10.4000/medievalista.6356



> "É sabido que o historiador não tem o monopólio da reflexão social sobre o pasado. Na verdade, existem varios outros saberes e práticas culturais que se ocupam, ainda que ocasionalmente, do mesmo objecto. Como, por exemplo, o cinema"[1].

1. Cinema e História

Ao longo dos anos 70 do século XX, historiadores como Paul Smith, Pierre Sorlin e Marc Férro publicaram obras pioneiras em que refletiram sobre como diversos géneros cinematográficos (documentários, filmes de ficção e filmes de propaganda) constituíam materiais incontornáveis para o ofício do historiador[2]. Ao mesmo tempo, começaram a intervir também na esfera pública através da concepção de projetos audiovisuais sobre temática histórica, tais como a série televisiva *Images de l'histoire* produzida por Marc Férro[3].

As experiências pioneiras desenvolvidas pelos mencionados historiadores tiveram um impacto significativo no meio académico e nos diversos campos da criação audiovisual na década seguinte. Assim, nos anos 80, teóricos como Robert Rosenstone e Hayden White deram um passo significativo no campo da teoria e prática da história, ao definirem e discutirem o termo e conceito de *historiofotia* – a representação da história em imagens visuais e discurso fílmico –, que se contrapunha ao de *historiografia* – a representação da história em imagens verbais e discurso escrito[4]. Para além do mais, a produção de novos projetos audiovisuais sobre temática histórica por parte de historiadores ganhou um forte impulso,

[1] Nota precedente ao artigo FABIÃO, Carlos; KRUS, Luís; RAMOS, Rui – "A visão do passado em *Non ou a vã glória de mandar* de Manoel de Oliveira". *Penélope. Fazer e desfazer a história* 6 (1991), pp. 171-176.
[2] FÉRRO, Marc – *Cinéma et Histoire.* Paris: Denoël/Gonthier, 1977; SMITH, Paul (ed.) – *The historian and film*. New York: Cambridge University Press, 1976; SORLIN, Pierre – *Sociologie du cinéma: ouverture pour l'histoire de demain.* Paris: Aubier Montaigne, 1977.
[3] GOUTTE, Martin; PUGET, Clément; STEINLE, Matthias (dir.) – *L'histoire en images: l'œuvre audiovisuelle de Marc Férro.* Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2020.
[4] ROSENSTONE, Robert – "History in images/History in words: Reflections on the possibility of really putting history onto film". *The American Historical Review* 93/5 (Dec. 1988), pp. 1173-1185; WHITE, Hayden – "Historiography and Historiophoty". *The American Historical Review* 93/5 (Dec. 1988), pp. 1193-1199.

atestado, por exemplo, pelo projeto *Histoire Paralèlle/ Die Woche vor 50 Jahren* iniciado por Klaus Wenger e Marc Férro em 1989[5].

A discussão sobre os desafios e oportunidades da construção do discurso fílmico sobre o passado histórico atingiu muito especialmente a Idade Média, período sobre o qual o cinema se tinha interessado desde o seu alvorecer[6]. Assim, em 1985, a revista francesa *Les Cahiers de la Cinemathèque* dedicou um número completo à análise, sob vários prismas, da narrativa fílmica sobre a Idade Média[7]. Por outro lado, vários historiadores medievalistas envolveram-se diretamente na construção desse mesmo discurso fílmico a vários níveis. Entre outros, o medievalista Jacques Le Goff colaborou na conceção do filme *O nome da Rosa* (Jean-Jacques Annaud, 1986), adaptação cinematográfica do romance homónimo publicado pelo escritor italiano – e também medievalista – Umberto Eco[8]. Todavia, especial destaque merece, neste sentido, o papel desempenhado pelo medievalista francês George Duby. Com efeito, Duby participou na adaptação televisiva da sua obra *Le temps des cathédrales*[9]*,* uma série de nove episódios para o canal Antenne 2 da televisão francesa, tendo ainda colaborado num projeto cinematográfico, que não chegaria a ser concretizado, baseado na sua outra obra, *Le Dimanche de Bouvines*[10]. Para além do mais, presidiu à *La Sept* (Société d'Édition de Programmes de Télévision) entre 1986 e 1989, sinalizando-se ainda as importantes reflexões teóricas que desenvolveu sobre a experiência do historiador na sua relação com o cinema[11].

[5] Este programa viria a ser emitido semanalmente no canal de televisão franco-alemão *La Sept* (depois *Arte*) durante mais de uma década e tornar-se-ia num espaço de debate público em torno da construção da história a partir de diversas perspectivas, entre as quais o cinema, como testemunhado pelo debate entre o historiador Eric Hobsbawm e o cineasta Jean-Luc Godard num episódio que abordava a celebração do 1º de Maio de 1950 na Rússia, Estados Unidos, França e Alemanha Oriental. O debate foi moderado por Marc Férro e emitido no sábado, 6 de Maio de 2000. Disponível em: http://inatheque.ina.fr/doc/TV-RADIO/TV_1407095.002/autour-et-a-propos-du-1er-mai-rund-um-den-ersten-mai.

[6] Estas décadas dos anos 70 e 80 foram, de facto, também muito prolíficas no que diz respeito à construção de narrativas fílmicas sobre o período medieval, real ou imaginário, e que atualmente são consideradas como obras de referência para uma melhor compreensão do interesse pela Idade Média da parte da sétima arte. Destacam-se, entre muitas outras, as obras de cineastas como Pier Paolo Pasolini (*Il Decameron*, 1979; *I Racconti di Canterbury*, 1971; *Il Fiore della Mille e uma Notte*, 1974), Robert Bresson (*Lancelot du Lac*, 1974), Eric Rohmer (*Perceval le Gallois*, 1979), ou Terry Jones (*Monty Python and the Holy Grail,* 1975).

[7] *Le Moyen Âge au cinéma*, *Cahiers de la Cinematèque*, 42/43. Perpignan: Institut Jean Vigo, 1985.

[8] ECO, Umberto – *Il nome della Rosa*. Milano: Bompiani, 1980.

[9] DUBY, Georges – *Le Temps des cathédrales. L'Art et la société (980-1420).* Paris: Gallimard, 1976.

[10] DUBY, Georges – *Le Dimanche de Bouvines (27 juillet 1214)*. Paris: Gallimard, 1973.

[11] DUBY, Georges – "L'historien devant le cinema**".** *Le Débat* 30 (1984), pp. 81-85.

2. Cinema e História em Portugal

A situação vivida em Portugal nesta mesma década de 80 do século XX pode considerar-se um reflexo do que estava a acontecer em contexto internacional em termos da relação entre cinema e história, quer no âmbito académico quer no âmbito da criação audiovisual.

Assim, alguns dos principais realizadores da cinematografia nacional apostaram em projetos de temática histórica. Enquanto alguns cineastas se interessaram por narrar episódios de época moderna (Manoel de Oliveira, *Le soulier de Satin*, 1985; João Mário Grilo, *O processo do rei*, 1989), vários outros se debruçaram sobre a Idade Média a partir de diversos pressupostos. Em 1981, a cineasta Noémia Delgado produziu para a RTP o filme *O defunto*, baseado numa obra de Eça de Queiroz que se passava na Espanha do século XV, enquanto João César Monteiro estreava um dos seus filmes mais conhecidos, *Silvestre*, baseado em dois contos tradicionais. Em 1983, novamente as lendas tradicionais e o arquétipo do castelo medieval eram protagonistas da narrativa fílmica em *Os Abismos da Meia-Noite ou As Fontes Mágicas de Gerânia* de António de Macedo. Já em 1987, Álvaro de Morais filmava uma peça de três horas, *O Bobo*, baseado no romance homónimo redigido pelo Alexandre Herculano no século XIX[12].

Por outro lado, também em Portugal se registou um claro interesse da parte da academia pela construção do discurso fílmico em torno do passado histórico. Assim, podem destacar-se importantes colaborações na conceção de projetos cinematográficos, como por exemplo as do arqueólogo Cláudio Torres e do historiador António Borges Coelho na primeira longa-metragem de Manuel Costa e Silva, *A Moura encantada* (1985), cujo argumento se baseou na conhecida antologia sobre *Portugal na Espanha Árabe*[13].

Especial destaque merecem, neste sentido, as experiências em torno da relação entre cinema e história vividas no microcosmos que constituía a recém-criada Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Aqui,

[12] HERCULANO, Alexandre – *O Bobo*. Lisboa: Viúva Bertrand e Ca - Sucessores, Carvalho e Ca, 1878.
[13] COELHO, António Borges – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Seara Nova, 4 vols., 1972-1975.

deve salientar-se, desde logo, o trabalho desenvolvido pelo Prof. João Mário Grilo, que então começava a sua carreira académica na NOVA FCSH, a par com uma prolífica trajetória como cineasta. Naqueles anos, interessar-se-ia pela construção do discurso fílmico em torno da época moderna, com a produção do já citado filme *O processo do rei* (1989), mas também encetaria a construção de um original perfil de académico-cineasta que, ao longo de décadas, tem promovido incansavelmente o diálogo entre o cinema e a academia portuguesa.

A relação entre cinema e história na NOVA FCSH dos anos 80 também atingiu os estudos medievais, pela mão do Prof. Luís Krus. Começando já então a forjar a sua carreira como medievalista, este notável docente e investigador desenvolveu um particular interesse pela construção da narrativa histórica através da imagem em movimento, para ele inseparável de uma genuína preocupação com a ligação da universidade ao tecido social e cultural[14].

Assim, desde a década dos anos 80, o seu trabalho destacou-se não só pela publicação de importantes contributos sobre a história medieval de Portugal como também pela sua reflexão sobre a construção da narrativa fílmica em torno ao passado histórico, com especial foco para a Idade Média. Para além da organização de exibições de filmes no âmbito da faculdade[15], desenvolveu uma intervenção constante e decidida na esfera pública, publicando periodicamente críticas de cinema no *Expresso*, entre as quais pode destacar-se, por exemplo, a que redigiu sobre a adaptação cinematográfica de *O Nome da Rosa* em 1986[16].

[14] Agradeço aos Profs. Maria Adelaide Miranda, Amélia Aguiar Andrade, Bernardo Vasconcelos e Sousa e João Luís Fontes as informações que me forneceram sobre o ambiente vivido na NOVA FCSH na década dos 80 e 90 do século XX e, muito especialmente, sobre o perfil, interesses e vocação do Prof. Luís Krus.

[15] Recorrendo a cassetes e cópias pessoais, ou procurando a colaboração de diversas instituições como a Embaixada de França em Lisboa, conseguiu dinamizar, em conjunto com outros medievalistas da faculdade como o Prof. Bernardo Vasconcelos e Sousa, sessões que permitiriam a exibição de alguns dos filmes de temática medieval chaves na história do cinema, com especial foco para filmes passados ou inspirados na Idade Média europeia. Entre eles, *A Paixão de Joana d'Arc* do Carl Theodor Dreyer (1928), *El Cid* do Anthony Mann (1961), ou *Perceval le Gallois* do Éric Rohmer (1979). O Prof. Luís Krus dinamizou também sessões sobre música medieval, colocando o seu próprio acervo musical ao serviço da comunidade académica, que foi doado, à sua morte, à Biblioteca Mário Sottomayor Cardia da NOVA FCSH. Agradeço à Dra. Cátia Carvalho, da Divisão de Bibliotecas e Documentação da NOVA FCSH, a informação sobre este espólio.

[16] KRUS, Luís – "Encontro falhado com a Idade Média". *Expresso* (24 de Janeiro de 1987), pp. 36R-37R.

A sua análise do discurso fílmico atingiu também a produção cinematográfica nacional. Destaca-se, por exemplo, a análise realizada, em parceria com os Profs. Carlos Fabião e Rui Ramos, sobre o filme *Non, ou a vã glória de mandar,* do realizador português Manoel de Oliveira, que partia precisamente da ideia de que "o historiador não tem o monopólio da reflexão social sobre o passado" e da existência de "outros saberes e práticas culturais que se ocupam, ainda que ocasionalmente, do mesmo objeto. Como, por exemplo, o cinema"[17].

Para além do mais, Luís Krus demonstrou também a importância da utilização de diversos géneros cinematográficos, como o documentário, para o ofício do historiador. Assim, destaca-se a sua participação, junto com o também professor da NOVA FCSH António Hespanha e de Rui Ramos, investigador no Instituto de Ciências Sociais, num capítulo do programa *Quem fala assim,* moderado pela jornalista Maria José Seixas. O debate, em torno da construção da memória do mundo, tomou como ponto de partida o documentário *Toute la mémoire du monde* de Alais Resnais, que tinha sido filmado na Bibliothèque National de France em 1956[18].

Todavia, os interesses diversificados do Prof Luís Krus, a sua preocupação pela construção do discurso histórico a vários níveis e em diversos âmbitos, e ainda a sua vocação para o diálogo e intercâmbio disciplinar concretizaram-se num dos seus mais importantes projetos, a constituição de um Núcleo Científico de Estudos Medievais na NOVA FCSH. Este congregou uma parte importante dos docentes e investigadores que, no seio da faculdade, se dedicavam ao estudo da Idade Média e foi a base do atual Instituto de Estudos Medievais (IEM), uma Unidade de Investigação fundada por ele e pelo Prof. José Mattoso em 2002.

3. A retrospetiva *Luz e sombra. Representações da Idade Média no Cinema*

Alguns dos principais desafios e objetivos do atual IEM continuam a ser aqueles estabelecidos por Luís Krus e José Mattoso, cujo trabalho foi continuado pelas

[17] FABIÃO, Carlos; KRUS, Luís; RAMOS, Rui – "A visão do passado em *Non ou a vã glória de mandar* de Manoel de Oliveira", pp. 171-176.
[18] O debate foi emitido na RTP2, no dia 25 de Março de 1994, no programa *Quem fala assim*, um programa de entrevistas em que a jornalista Maria José Seixas conversava com personalidades de diversos âmbitos da esfera cultural.

sucessivas equipas de direção do Instituto nas últimas duas décadas. Ao encontro desses objetivos, nomeadamente os que dizem respeito à promoção do pensamento crítico sobre o passado medieval, ao incremento do intercâmbio científico, ao desenvolvimento de estratégias de disseminação científica e à construção de pontes entre a academia e a sociedade, pretende ir a organização da retrospetiva "Luz e Sombra. Representações da Idade Média no Cinema" que supõe, no seio do IEM, uma atividade transversal aos seus dois grupos de investigação. A iniciativa é assim resultado da dinâmica interna e da matriz cultural criada pelos fundadores do IEM. Ao mesmo tempo, trata-se de um projeto que é também reflexo do espírito de diálogo e cruzamento interdisciplinar que se promove na NOVA FCSH desde aqueles anos 80 do século XX. O esforço pela criação de um espaço de reflexão comum e transversal às várias áreas de conhecimento e o ambiente de convívio e intercâmbio disciplinar que se vive na faculdade podem explicar, sem dúvida, o sucesso na organização desta atividade, na qual colaboram cinco das suas Unidades de Investigação: o Instituto de Estudos Medievais (IEM), o Instituto de História Contemporânea (IHC), o Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT), o Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (CESEM) e o Instituto de Filosofia (IFILNOVA), este último muito especialmente através do Laboratório de Cinema e Filosofia (CineLab)[19].

Tal parceria estende-se ainda a outras instâncias, através da colaboração científica e institucional com o Laboratório de Química Verde (LAQV-REQUIMTE) da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade NOVA, o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora e da participação de outros investigadores, a título individual, oriundos de outras universidades nacionais e estrangeiras. Por outro lado, a organização desta retrospetiva pretende também contribuir para a construção de novas pontes entre a academia e o tecido cultural da cidade, através da crucial parceria institucional com a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, em cujas salas irá decorrer o ciclo.

[19] A atividade tinha sido inicialmente concebida por ocasião da organização do congresso "Using the Past. The Middle Ages in the Spotlight", celebrado em Dezembro de 2020, e que, devido ao contexto pandémico provocado pelo COVID-19, teve de ser realizado em regime online e sem atividades presenciais. Este projeto do ciclo de cinema foi retomado nos finais de 2021 e vê agora a luz após vários meses de trabalho.

A criação das mencionadas sinergias de colaboração permitiu criar um espaço de trabalho e reflexão interdisciplinar e comparativo em torno das representações da Idade Média no cinema e conceber uma retrospetiva que decorre ao longo de todo o mês de Dezembro 2022 nas salas da Cinemateca Portuguesa[20]. O programa integra um total de 23 longas-metragens e quatro curtas-metragens, que pretendem despertar o interesse de um público alargado e diversificado sobre o cinema de temática medieval, a partir de três critérios principais.

Desde logo, a relevância das obras do ponto de vista da temática abordada, mas também da sua conceção visual e estética. O segundo foi o de oferecer uma visão não só da narrativa fílmica sobre a Idade Média europeia como também do período histórico que, em outras regiões globais, se corresponde com o período medieval europeu, permitindo, deste modo, incluir filmes que se debruçam tanto sobre a história de diversos territórios de Europa como também da Ásia, de África e da América. O terceiro critério foi, sem dúvida, o de oferecer uma visão ampla e plural sobre a construção do discurso fílmico no que diz respeito à reflexão sobre figuras, factos e processos relacionados com a Idade Média real e imaginária, aquela que pretende ser fiel ao(s) discurso(s) historiográfico(s), mas também aquela que se debruça sobre a Idade Média através de ensaios, obras e recriações de época moderna e contemporânea, e ainda aquela que constrói uma Idade Média fantástica, onde todo é possível.

Referências bibliográficas

BORGES COELHO, António – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Seara Nova, 4 vols., 1972-1975.

DUBY, Georges– *Le Dimanche de Bouvines (27 juillet 1214)*. Paris: Gallimard, 1973.

DUBY, Georges – *Le Temps des cathédrales. L'Art et la société (980-1420).* Paris: Gallimard, 1976.

DUBY, Georges – "L'historien devant le cinéma**".** *Le Débat* 30 (1984), 81-85.

ECO, Umberto – *Il nome della Rosa*. Milano: Bompiani, 1980.

[20] Toda a informação sobre a retrospetiva está disponível em: https://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=noticia&id=2426.

FÉRRO, Marc – *Cinéma et Histoire.* Paris: Denoël/Gonthier, 1977.

GOUTTE, Martin; PUGET, Clément; STEINLE, Matthias (dir.) – *L'histoire en images: l'œuvre audiovisuelle de Marc Férro.* Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2020.

HERCULANO, Alexandre – *O Bobo*. Lisboa: Viúva Bertrand e Ca - Sucessores, Carvalho e Ca, 1878.

KRUS, Luís – "Encontro falhado com a Idade Média". *Expresso* (24 de Janeiro de 1987), pp. 36R-37R.

KRUS, Luís – "A visão do passado em *Non ou a vã glória de mandar* de Manoel de Oliveira". *Penélope* 6 (1991), pp. 170-175.

Le Moyen Âge au cinéma, *Cahiers de la Cinematèque* 42/43. Perpignan: Institut Jean Vigo, 1985.

SMITH, Paul (ed.) – *The historian and film*. New York: Cambridge University Press, 1976.

SORLIN, Pierre – *Sociologie du cinéma: ouverture pour l'histoire de demain.* Paris: Aubier Montaigne, 1977.

ROSENSTONE, Robert – "History in images/History in words: Reflections on the possibility of really putting history onto film". *The American Historical Review* 93.5 (Dec. 1988), pp. 1173-1185.

WHITE, Hayden – "Historiography and Historiophoty". *The American Historical Review* 93/5 (Dec. 1988), pp. 1193-1199.

Filmografia

ANNAUD, Jean-Jacques – *O nome da Rosa,* 1986.

BRESSON, Robert – *Lancelot du Lac*, 1974.

COSTA E SILVA, Manuel – *A Moura encantada,* 1985.

DELGADO, Noémia – *O Defunto*, 1981.

GRILO, João Mário – *O processo do rei*, 1989.

MACEDO, António de – *Os Abismos da Meia-Noite ou As Fontes Mágicas de Gerânia,* 1983.

MONTEIRO, João César – *Silvestre*, 1981.

MORAIS, Álvaro de – *O Bobo*, 1987.

OLIVEIRA, Manoel de – *Le soulier de Satin*, 1985.

OLIVEIRA, Manoel de – *Non, ou a vã glória de mandar,* 1990.

PASOLINI, Pier Paolo – *Il Decameron*, 1971.

PASOLINI, Pier Paolo – *I Racconti di Canterbury*, 1972

PASOLINI, Pier Paolo – *Il Fiore della Mille e uma Notte*, 1974

RESNAIS, Alain – *Toute la mémoire du monde*, 1956.

ROHMER, Eric – *Perceval le Gallois*, 1979.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MIGUÉLEZ, Alicia – "Cinema e História. Em memória do Prof. Luís Krus". *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 407-416. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.




JEM